As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito a complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta, da B3 e da CVM.

PROSPECTO PRELIMINAR DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

Dass
IMPLEMENTING SPORTSWEAR BRANDS

DASS3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Companhia em fase de registro perante a CVM na categoria "A"
Rua da Universidade 240, CEP 62500-000, Itapipoca, Ceará
CNPJ n.º 01.287.588/0001-79 – NIRE 23300034210 – Código ISIN BRDASSACNOR3
Código de Negociação das Ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"): "DASS3"

66.972.823 Ações Ordinárias

Valor da Oferta – R$1.038.078.756,50

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação (conforme definido abaixo) estará situado entre R$14,00 e R$17,00 ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido)

Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. ("Companhia") está realizando oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, 66.972.823 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), compreendendo (i) a distribuição primária ("Oferta Primária") de 22.999.000 novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) a distribuição secundária ("Oferta Secundária") de, inicialmente, 43.973.823 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas pessoas físicas (conforme indicados na página 9 deste Prospecto) ("Acionistas Vendedores"), a serem distribuídas no Brasil sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse") e do Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan" e, em conjunto com o Credit Suisse e o Coordenador Líder, "Coordenadores da Oferta"), em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e no exterior com esforços de colocação pelo Itau BBA USA Securities, Inc., Credit Suisse Securities (USA) LLC e J.P. Morgan Securities LLC e por determinadas instituições a serem eventualmente contratadas, nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ("SEC") e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores institucionais e outros investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*Non U.S. Persons*), em conformidade com os procedimentos previstos no *Regulation S*, editado pela SEC ao amparo do *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado ("*Securities Act*"), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act*, e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, desde que tais investidores estrangeiros sejam registrados na CVM e invistam no Brasil, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, pela CVM e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Investidores Estrangeiros") ("Oferta"). Não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, até 10.045.923 Ações de titularidade do acionista vendedor Vilson Hermes, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção a ser outorgada pelo acionista vendedor Vilson Hermes ao Banco Itaú BBA S.A. ("Agente Estabilizador") no contrato de distribuição da Oferta a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta, a B3, na qualidade de interveniente-anuente, dentre outros ("Contrato de Distribuição"), as quais serão destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Lote Suplementar"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), podendo os Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto), nesse caso, desistir dos respectivos Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto). O preço por Ação ("Preço por Ação") será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, nos termos do Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*").

Oferta	Preço (R$)(1)	Comissões (R$)(1) (2)	Recursos Líquidos (R$)(1) (2) (3)
Por Ação	15,50	0,66	14,84
Oferta Primária	356.484.500,00	15.150.591,25	341.333.908,75
Oferta Secundária	681.594.256,50	28.967.755,90	652.626.500,60
Total	**1.038.078.756,50**	**44.118.347,15**	**993.960.409,35**

(1) Com base no valor de R$15,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação.
(2) Sem considerar as Ações do Lote Suplementar.
(3). Sem dedução das despesas da Oferta.

A realização da Oferta, com a exclusão dos direitos de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e seus termos e condições foram aprovados pelos acionistas da Companhia, em assembleia geral extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2018, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará ("JUCEC") em 22 de março de 2018 e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará ("DOECE") e no jornal "O Povo" em 3 de abril de 2018. O conselho de administração da Companhia, previamente à concessão do registro da Oferta pela CVM, em reunião cuja ata será arquivada na JUCEC e publicada no DOECE e no jornal "O Povo", aprovará a emissão das Ações objeto da Oferta, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social, e o Preço por Ação (conforme definido abaixo), a ser calculado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo). Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América, nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país além do Brasil.

É admissível o recebimento de reservas, a partir da data a ser indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto) e neste Prospecto, para subscrição/aquisição de Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do período de distribuição das Ações.

A Oferta foi registrada pela CVM sob o n.º CVM/SRE/SEC/2018/[●] em [●] de [●] de 2018.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir por investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL, AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

ANBIMA
A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. O registro ou análise prévia da presente Oferta Pública não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, do(s) ofertante(s), das instituições participantes, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos. Este selo não implica recomendação de investimento.

Coordenadores da Oferta e *Joint Bookrunners*

Itaú BBA — CREDIT SUISSE — J.P.Morgan

Coordenador Líder e Agente Estabilizador

A data deste Prospecto Preliminar é 5 de abril de 2018.

[página intencionalmente deixada em branco]

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES **9**
Declaração de Veracidade das Informações 10
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **11**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **13**
Visão Geral 13
Nossos Pontos Fortes 16
Nossa Estratégia 18
Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia 20
Estrutura Societária 24
Eventos Subsequentes 24
Informações adicionais 24
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS **25**
Coordenador Líder 25
Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. 26
J.P. Morgan 28
SUMÁRIO DA OFERTA **30**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **44**
Composição do Capital Social 44
Descrição da Oferta 45
Preço por Ação 45
Quantidade, Valor, Espécie e Recursos Líquidos 46
Reserva de Capital 47
Custos da Oferta 47
Identificação dos Acionistas Vendedores 47
Aprovações Societárias 48
Público Alvo da Oferta 48
Cronograma Estimado da Oferta 49
Procedimento da Oferta 50
Oferta de Varejo 50
Oferta Institucional 53
Violações de Normas de Conduta 55
Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional 55
Período de Colocação 56
Data de Liquidação e Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar 56
Garantia Firme de Liquidação 57
Estabilização do Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia 58
Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*) 59
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia 59
Admissão à Negociação das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia 59
Instituição Financeira Escrituradora das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia 60
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta 60
Suspensão e Cancelamento da Oferta 61
Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta 61
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta 65
Operações Vinculadas à Oferta 66
Informações Adicionais 66

COMPANHIA 67
COORDENADOR LÍDER 67
DEMAIS COORDENADORES DA OFERTA 67
INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS 68
FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 69
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 76
CAPITALIZAÇÃO 78
DILUIÇÃO 79
HISTÓRICO DO PREÇO DE EMISSÃO DE AÇÕES 79
DESDOBRAMENTO DE AÇÕES 80
PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES 80
ANEXOS 81
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA 83
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2018, QUE APROVA A REALIZAÇÃO DA OFERTA 101
DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003, CONFORME ALTERADA 107
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 2015 123
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA 229

DEFINIÇÕES

Os termos indicados abaixo utilizados neste Prospecto terão o significado a eles atribuídos nesta seção, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

Acionistas Vendedores	Os acionistas pessoas físicas indicados na página 9 deste Prospecto.
Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta. Salvo se expressamente mencionado em contrário neste Prospecto, estão incluídas na definição de "Ações" as Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável.
Ações da Oferta Primária	22.999.000 Ações, objeto da Oferta Primária.
Ações da Oferta Secundária	Inicialmente, as 43.973.823 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores que serão objeto da Oferta Secundária (sem considerar as Ações do Lote Suplementar).
Ações do Lote Suplementar	Até 10.045.923 Ações de titularidade do acionista vendedor Vilson Hermes, equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas, que, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, as quais poderão, conforme Opção de Lote Suplementar, ser acrescidas à Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.
Agente Estabilizador	Banco Itaú BBA S.A.
Agentes de Colocação Internacional	Itau BBA USA Securities, Inc., Credit Suisse Securities (USA) LLC e J.P. Morgan Securities LLC., quando referidos em conjunto.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando eventual suspensão, revogação ou qualquer modificação da Oferta, inclusive no caso de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado da Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central	Banco Central do Brasil.
Brasil	República Federativa do Brasil.

Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3 e destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
Cláusula Compromissória	Cláusula de arbitragem mediante a qual a Companhia, seus acionistas, membros do conselho de administração, diretoria e conselho fiscal, este último se e quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condições de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.
Clientes de *Private Label*	Significa Nike, Adidas, Reebok, Asics, Under Armour e Track&Field, principais clientes do segmento de *private label* da Companhia.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Companhia	Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão de Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A., a ser celebrado entre os Coordenadores da Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e a B3 (como interveniente-anuente), dentre outros.
Contrato de Distribuição Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato celebrado entre a Companhia e a B3, por meio do qual a Companhia concordou em cumprir com requisitos diferenciados de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, a fim de se qualificar para listagem no Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início, desde que a Oferta corresponda a, no mínimo, R$500.000.000,00.
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.

Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Credit Suisse e o J.P. Morgan.
Credit Suisse	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Liquidação	A data de liquidação física e financeira das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ocorrer até o último dia do Período de Colocação.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	A data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, que deverá ocorrer até o terceiro dia útil contado da respectiva data de exercício da Opção de Lote Suplementar, mas não antes da data de divulgação do Anúncio de Início.
DOECE	Diário Oficial do Estado do Ceará.
Final Offering Memorandum	*Offering Memorandum* definitivo relativo aos esforços de colocação das Ações no exterior a serem realizados no âmbito da Oferta.
Formulário de Referência	O formulário de referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Instituições Consorciadas	Instituições intermediárias autorizadas a operar na B3 contratadas para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente aos Investidores Não Institucionais.
Instrituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM n.º 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
Instrução CVM 555	Instrução da CVM n.º 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada.

Investidores Estrangeiros	Público alvo dos esforços de colocação das Ações no exterior, no âmbito da Oferta Institucional, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional, consistindo, nos Estados Unidos da América, de investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela SEC e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores institucionais e outros investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*Non US Persons*), em conformidade com os procedimentos previstos no *Regulation S*, editado pela SEC ao amparo do *Securities Act*, em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act*, e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, desde que tais investidores estrangeiros sejam registrados na CVM e invistam no Brasil por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central, pela CVM e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, e investidores que sejam considerados institucionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, incluindo fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, e Investidores Estrangeiros.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na B3, que realizem pedidos de investimento em montante entre o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
JUCEC	Junta Comercial do Estado do Ceará.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lock-up Agreements	Acordos de restrições relativas às ações de emissão da Companhia, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.
Novo Mercado	Segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado.

Oferta	Oferta pública de distribuição primária e secundária de 66.972.823 Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) compreendendo (i) a Oferta Primária de 22.999.000 Ações e (ii) a Oferta Secundária de, inicialmente, 43.973.823 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, a serem realizadas no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com esforços de colocação no exterior.
Oferta de Varejo	No contexto da Oferta, o montante de, no mínimo, 10% e, a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia, e dos Acionistas Vendedores, o montante de, no máximo, 20% do total das Ações (considerando as Ações do Lote Suplementar) será destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores Não Institucionais que realizem Pedido de Reserva.
Oferta Institucional	No contexto da Oferta, as Ações destinadas à Oferta de Varejo que não tiverem sido alocadas aos Investidores Não Institucionais, juntamente com as demais Ações, serão destinadas aos Investidores Institucionais de acordo com o procedimento previsto na seção "Informações sobre a Oferta — Procedimento da Oferta — Oferta Institucional" na página 53 deste Prospecto.
Offering Memoranda	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, quando referidos em conjunto e indistintamente.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular CVM/SRE n.º 01/18, divulgado em 27 de fevereiro de 2018.
Opção de Lote Suplementar	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, até 10.045.923 Ações de titularidade do acionista vendedor Vilson Hermes, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Lote Suplementar a ser outorgada no Contrato de Distribuição, pelo acionista vendedor Vilson Hermes ao Agente Estabilizador, as quais serão destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Pedido de reserva de Ações pelos Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo, a ser realizado mediante preenchimento de formulário específico.

Período de Colocação	Prazo para a colocação e subscrição das Ações, que será de até três dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início (exceto pelas Ações do Lote Suplementar, que obedecerão ao disposto no item "Ações do Lote Suplementar" acima).
Período de Reserva	Período de 12 de abril de 2018, inclusive, a 25 de abril de 2018, inclusive, para os Investidores Não Institucionais efetuarem seus Pedidos de Reserva.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período de 12 de abril de 2018, inclusive, a 16 de abril de 2018, inclusive (data esta que antecederá em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*), para os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas efetuarem seus Pedidos de Reserva.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, (i) controladores ou administradores da Companhia ou outras pessoas vinculadas à Oferta, incluindo os Acionistas Vendedores, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nas alíneas (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção " Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 69* deste Prospecto.

Preço por Ação	O preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá a diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que o preço de mercado das Ações será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta. No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$14,00 e R$17,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. Nos termos do artigo 6 do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE, na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Procedimento da Oferta – Oferta de Varejo" na página 50 deste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, podendo, os Investidores Não Institucionais, nesse caso, desistir dos respectivos Pedidos de Reserva.
Preliminary Offering Memorandum	*Offering Memorandum* preliminar relativo aos esforços de colocação das Ações no exterior a serem realizados no âmbito da Oferta.
Prospecto Definitivo	O prospecto definitivo da Oferta, que inclui o Formulário de Referência da Companhia, e seus eventuais aditamentos e suplementos.
Prospecto Preliminar ou Prospecto	Este prospecto preliminar da Oferta, que inclui o Formulário de Referência da Companhia, e seus eventuais aditamentos e suplementos.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, quando referidos em conjunto e indistintamente.
Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme alterado, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória inserida no Contrato de Participação no Novo Mercado e no estatuto social da Companhia e que consta dos termos de anuência dos administradores, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado da B3.
SEC	*Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América.
Securities Act	*Securities Act* de 1933, dos Estados Unidos da América, conforme alterado.

Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 por Investidor Não Institucional.
Valor Máximo de Investimento na Oferta de Varejo	O valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 por Investidor Não Institucional.
Valor Total da Oferta	R$1.038.078.756,50 (com base no ponto médio da Faixa Indicativa e sem considerar as Ações do Lote Suplementar).

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e sobre a Oferta poderão ser obtidos nos seguintes endereços e páginas da Internet:

Companhia

Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.
Rua da Universidade 240
CEP 62500-000 Itapipoca, CE
At.: Sr. João Batista da Silva
Telefone: (51) 3563-8369
www.grupodass.com.br

Acionistas Vendedores

Vilson Hermes
Rua Marcílio Dias 10
89686-000 Saudades, SC
Telefone: (49) 3334-3436

João Batista da Silva
Rua Paraguay 61
93.900-000 Ivoti, RS
Telefone: (51) 3563-8369

João Henrique Hoppe
Rua Bolívia 330
93.900-000 Ivoti, RS
Telefone: (51) 3563-8369

Herbert Brian Handley
Boulogne Sur Mer 1096, lote 102
Buenos Aires, Argentina
Telefone: +54 (11) 5544-3277

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Telefone: (11) 3708-8000
www.itaubba.com.br

Demais Coordenadores da Oferta

Banco De Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (partes)
04542-000 São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Telefone: (11) 3701-6800
Fac-símile: (11) 3701-6912
www.credit-suisse.com/br

Banco J.P. Morgan S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3729, 6º, 7º e 10º a 15º andares
04538-905 São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Porto
Telefone: (11) 4950-3700
Fac-símile: (11) 4950-6655
www.jpmorgan.com

Consultores Legais Locais da Companhia

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima 447
01403-001 São Paulo, SP
At.: Jean Marcel Arakawa
Tel.: (11) 3147-7600
Fac-símile: (11) 3147-7770
www.mattosfilho.com.br

Consultores Legais Externos da Companhia

Milbank, Tweed, Hadley & Mcloy LLP
Rua Colômbia 325
01438-000 São Paulo, SP
At.: Sr. Tobias Stirnberg
Tel.: (11) 3927-7700
Fac-símile: (11) 3927-7777
www.milbank.com

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Pinheiro Guimarães
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3064, 14º andar
01451-000 São Paulo, SP
At. Sr. Francisco J. Pinheiro Guimarães/Sra. Ivie Moura Alves/Sra. Cristina Tomiyama
Tel.: (11) 4501-5000
Fac-símile: (11) 4501-5025
www.pinheiroguimaraes.com.br

Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta

Davis Polk & Wardwell LLP
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Torre E, cj. 17A
04543-011 São Paulo, SP
At.: Manuel Garciadiaz
Tel.: (11) 4871-8400
Fac-símile: (11) 4871-8500
www.davispolk.com

Auditores Independentes

KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2233 - 8º andar, Praia de Belas
90110-150 Porto Alegre - RS
At. Sr. Cristiano Seguencio
Tel: (51) 3303-6000
Fac-símile: (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta prestaram declarações de veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 107.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

ESTE PROSPECTO INCLUI ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS, PRINCIPALMENTE, NAS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 20 E 69, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, E NOS ITENS 4.1 E 4.2, "7. ATIVIDADES DO EMISSOR" E "10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.

Essas considerações sobre estimativas e declarações futuras basearam-se, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. As estimativas e declarações futuras estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram como previsto ou descrito. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez dos mercados de financeiro e de capitais;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, condições políticas, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil;
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento, fabricação e posterior comercialização de produtos;
- atrasos, excesso ou aumento de custos não previstos na implantação ou execução de projetos da Companhia;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;
- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao nosso setor de atuação, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;
- a mudança no cenário competitivo no nosso setor de atuação;
- nível de capitalização e endividamento da Companhia e sua capacidade de contratar novos financiamentos em termos adequados; e
- outros fatores de risco discutidos nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 20 e 69, respectivamente, deste Prospecto, bem como nas seções 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O investidor deve estar ciente de que os fatores mencionados acima, além de outros discutidos neste Prospecto e no Formulário de Referência, poderão afetar os resultados futuros da companhia e poderão levar a resultados diferentes daqueles contidos, expressa ou implicitamente, nas declarações e estimativas neste Prospecto. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que A COMPANHIA, os acionistas vendedores e os Coordenadores não assumem a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas e declarações futuras em razão da DISPONIBILIZAÇÃO de nova informação, OCORRÊNCIA DE eventos futuros ou de qualquer outra forma. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da companhia.

As palavras "acredita", "pode", "poderá", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência já que dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser baseada somente nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA COMPANHIA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A COMPANHIA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA.

Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir em nossas Ações. Antes de tomar sua decisão de investir em nossas Ações, o investidor deve ler todo o Prospecto e o Formulário de Referência cuidadosamente, bem como também as nossas demonstrações financeiras consolidadas e suas respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto. Este sumário contém um resumo das nossas atividades e de nossas informações financeiras e operacionais, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e o Formulário de Referência

Visão Geral

Acreditamos ser um dos principais grupos atuantes na área de gestão e *sourcing* para marcas esportivas na América Latina, presente em todos os países da região, com operações próprias no Brasil, Argentina e Peru. Com mais de 37 anos de história, temos um modelo de negócio abrangente e diversificado, seja através do (i) segmento de gestão de marcas, no qual atuamos em toda a cadeia, desde a criação, desenvolvimento, produção e comercialização de calçados, confecções e acessórios das marcas Fila e Umbro, seja através do (ii) segmento de *Private Label,* no qual atuamos, como *sourcing*, no desenvolvimento e na produção de calçados, confecções e acessórios para os nossos Clientes de *Private Label*. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nossa receita líquida foi de R$1.715.443 mil, sendo que no período entre 2015 e 2017, atingimos um crescimento anual composto (CAGR) de receita líquida de 27,2%, do nosso EBITDA de 43,9% e do nosso lucro líquido de 76,8%. Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, atingimos uma produção e comercialização total de 17,9 milhões de pares de calçados e 6,1 milhões de peças de confecção. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, 48,9% da nossa receita líquida foi proveniente da operação no Brasil e 51,1% em outros países.

Nossas atividades compreendem as descritas nos segmentos abaixo:

- *Gestão de marcas*: No nosso segmento de gestão de marcas, atuamos em toda a cadeia de gestão através da licença para a produção e comercialização da marca Fila, no Brasil e na América Latina, e da licença para a produção e comercialização da marca Umbro no Brasil, Argentina e Paraguai, atendendo as demandas de mais de 6 mil clientes ativos, ou seja aqueles que clientes que efetuaram compras nos últimos 6 meses. A marca Fila foi fundada em 1911 na Itália, possuindo uma rica herança esportiva e de moda, com importante presença global. A Fila tem como estratégia global fortalecer seu posicionamento em *sport fashion*, com forte vínculo ao mercado de moda, por meio de parcerias e colaborações globais com importantes varejistas, celebridades e profissionais de referência no mercado de moda, buscando um rejuvenescimento da marca e diferenciação neste mercado. Na América Latina, onde detemos a licença da marca Fila em forma permanente (licença prorrogável automaticamente por períodos sucessivos de 10 anos, sendo a última prorrogação ocorrida em dezembro de 2017), atuamos através de um portfólio amplo de produtos entre calçados, confecções e acessórios para diferentes categorias esportivas entre corrida, *lifestyle*, tênis, entre outras. A Umbro foi fundada em 1924, em Manchester, na Inglaterra e é uma marca consolidada internacionalmente no mercado de futebol. Somos responsáveis pela gestão e produção de chuteiras e confecção de artigos esportivos da marca Umbro nos mercados brasileiro, argentino e paraguaio, nos quais patrocinamos importantes clubes de futebol, como Santos, Grêmio, Cruzeiro e Atlético Paranaense, no Brasil e Velez, Estudiantes, Atlético Tucuman e Newels, na Argentina. Detemos a licença da

marca Umbro no Brasil, Argentina e Paraguai desde o ano de 1999 e com validade até o ano de 2025. Nossas equipes de desenvolvimento contam com a extensa experiência de nosso acionista fundador e administradores que atuam em parceria com os representantes das marcas que gerenciamos, identificando e analisando continuamente as tendências da moda esportiva nacional e internacional, e rapidamente adaptando nossos produtos às preferências e ao estilo dos nossos consumidores. Assim, acreditamos ter um posicionamento e um *speed to market* importante e diferenciado neste mercado por oferecer produtos de alta qualidade a preços mais competitivos do que outras marcas internacionalmente renomadas. O segmento de gestão de marcas representou 33,2% de nossa receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que correspondeu a R$569.769 mil.

- Sourcing de artigos esportivos ("Private Label"). No segmento Private Label trabalhamos em parceria com os Clientes de Private Label, produzindo artigos esportivos sob os rígidos critérios globais de qualidade, segurança e sustentabilidade, para produzir calçados e confecções, que serão posteriormente comercializados por estes no Brasil e na Argentina. Atuamos desde o desenvolvimento e adaptação dos processos produtivos e das matérias primas à realidade local, desenvolvendo soluções completas e processos para implementação eficaz do produto, prototipagem, produção e logística de distribuição. Temos parcerias com alguns dos Clientes de Private Label desde de 1983 e 1999. Acreditamos que proporcionamos a alta fidelização de nossos clientes em razão de nossa capacidade técnica diferenciada, e por seguirmos padrões e referências globais, sob severas regras de compliance das marcas com as quais trabalhamos, com constante inovação e a aplicação de tecnologia de processos de produção. Somos permanentemente avaliados por nossos clientes deste segmento com base em critérios de excelência global, sendo parceiro importante e estratégico para marcas globais que desejem reduzir o tempo de atendimento do mercado local e regional quando comparado a importações, por conta de nossa experiência e expertises descritas acima. Este segmento representou 60,0% de nossa receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que correspondeu a R$1.028.800 mil.

- Outros. Também atuamos no desenvolvimento de canais para a venda de nossos produtos, entre calçados, confecções e acessórios nos formatos de (i) "outlet stores" ou lojas de fábrica, as quais somavam em 31 de dezembro de 2017, 15 lojas, sendo 8 localizadas no Brasil e 7 localizadas na Argentina, abertas junto a algumas das nossas unidades industriais e destinadas ao público em geral, onde comercializamos os produtos das marcas Fila e Umbro. Referido formato de loja conta com o apelo de "preço de fábrica", servindo, ainda, como canal próprio complementar para o escoamento de produtos que saíram de linha e lotes com numeração incompleta, além dos produtos da linha normal; (ii) "concept stores" ou lojas-conceito, cujo compromisso principal é a fixação de imagem das marcas Fila e Umbro, mediante a exposição completa e temática do seu posicionamento no mercado; e (iii) gerenciamento de royalties sobre licenciamentos. Acreditamos que estes canais aumentam a visibilidade de nossos produtos, incrementando nossas receitas. O segmento Outros representou 1,5% de nossa receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que correspondeu a R$26.144 mil.

Para suportar as nossas operações, contamos com um moderno parque industrial composto por 16 unidades localizadas no Brasil e na Argentina, responsáveis por suprir as necessidades de produção e distribuição de produtos de nossos negócios, bem como com um número de aproximadamente 15 mil funcionários, de acordo com dados em 31 de dezembro de 2017. No Brasil, nossas unidades são localizadas nos Estados do Ceará, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na Argentina, nossas unidades são localizadas na Cidade de Eldorado na Província de Misiones e na Cidade Coronel Suarez na Província de Buenos Aires. Nosso parque industrial conta com equipamentos de última geração e de avançada tecnologia, operados conforme rigorosos critérios de qualidade, segurança e respeito ao meio ambiente, aprovados por nossos clientes *Private Label*. Estes critérios exigem que apresentemos um *rating* de qualidade alto e baixo índice de devolução de produtos, neste último caso um índice de devoluções por problemas de qualidade abaixo de 0,2%.

Possuímos, também, um centro para desenvolvimento de calçados, o Dass *Creation Center* ("DCC"), onde além da geração de negócios, realizamos pesquisas relacionadas à aplicação de tecnologia e melhorias de nossos processos de produção, bem como pela criação de coleções alinhadas as principais tendências, fabricação dos protótipos com elevado grau de automação, desenvolvimento de moldes e matrizes com ferramentas 3D de impressão digital e criação e adaptação de novos materiais. No DCC, possuímos, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), um dos laboratórios de biomecânica mais avançados da América Latina, onde promovemos o desenvolvimento de conhecimentos teóricos e práticos, incluindo pesquisas sobre a interação dos calçados com as características do corpo humano, o que nos auxilia na permanente melhoria de qualidade e performance dos nossos produtos. No DCC promovemos ainda, estudos de melhoria contínua do processo produtivo com redução de tempo e de custos, assim como pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias aplicáveis no processo de produção. Novas frentes de trabalho nessa área contam com a cooperação de centros de pesquisa e integração com toda a cadeia do setor. No DCC foi desenvolvida a linha de calçados KENYA RACER, utilizada pelos corredores quenianos que alcançaram importantes resultados em competições: (i) Corrida de São Silvestre (categoria masculino) no ano de 2014 – 1º, 2º e 3º lugares; (ii) Corrida de São Silvestre (categoria masculino) no ano de 2015 – 2º lugar; (iii) Corrida de São Silvestre (categoria masculino) no ano de 2016 – 2º lugar; (iv) Corrida de São Silvestre (categoria masculino) no ano de 2017 – 2º lugar; (v) Corrida Las Vegas Rock and Roll Half Marathon no ano de 2016 – 1º lugar; e (vi) Maratona de SP (categoria feminino) no ano de 2016 – 1º lugar. Acreditamos que inovação tecnológica é uma barreira de entrada importante para atuação em nosso setor e estamos continuamente investindo neste quesito. Nesse sentido, no período entre 2015 e 2017, investimos um total de R$109.326 mil em pesquisas e desenvolvimento – P&D.

A tabela abaixo mostra os nossos principais indicadores financeiros consolidados e operacionais nos períodos indicados:

(valores em R$ mil, exceto os percentuais)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2017	**2016**	**2015**
Receita líquida	1.715.443	1.440.779	1.060.195
– Brasil	838.195	649.449	468.919
– Mercado Externo	877.248	791.330	591.276
Lucro Bruto	534.617	467.930	359.189
Margem Bruta [1]	31,2%	32,5%	33,9%
EBITDA [2]	389.824	316.534	187.935
Margem EBITDA [3]	22,7%	22,0%	17,7%
Lucro líquido	237.179	159.972	75.892
Margem Líquida [4]	13,8%	11,1%	7,2%
Empréstimos e Financiamentos – Circulante	136.725	119.218	136.163
Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante	170.373	265.916	212.924
Dívida Financeira Líquida [5]	222.874	310.972	274.845
Retorno sobre o capital investido – ROIC [6]	31,0%	25,5%	14,0%
Retorno sobre Patrimônio Líquido – ROE [7]	40,3%	34,7%	19,3%

(1) Margem Bruta significa Lucro Bruto dividido por Receita Líquida.
(2) EBITDA é definido como o Lucro Líquido do exercício acrescido de Imposto de Renda e Contribuição Social, do Resultado Financeiro Líquido e da Depreciação e Amortização, de acordo com a definição da Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012.
(3) Margem EBITDA significa EBITDA dividido por Receita Líquida.
(4) Margem Líquida significa Lucro Líquido dividido por Receita Líquida.
(5) Dívida Financeira Líquida é definida como saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), menos caixa e equivalente de caixa.
(6) O ROIC – *Return On Invested Capital* é uma medida não contábil utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, o lucro gerado pelas operações da Companhia. É calculado a partir do EBIT (Lucro antes dos Impostos e Resultado Financeiro), multiplicado por 1 (um) menos a taxa efetiva do Imposto de Renda e Contribuição social do período, dividido pela média do capital investido, a qual é representado pela soma da dívida financeira líquida média e pela média do patrimônio líquido no período. (7) Retorno sobre o Patrimônio Líquido – ROE significa o percentual do Lucro Líquido dividido pelo Patrimônio Líquido médio no período.

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são:

Modelo de negócio diversificado com foco em artigos esportivos, com portfólio de soluções completo para criação de valor para nossos parceiros.

Acreditamos ser a única empresa a oferecer soluções integradas em calçados e confecções multimarcas no segmento esportivo na América Latina. Temos como clientes as principais marcas esportivas no mundo, de acordo com pesquisa de mercado realizada pela Forbes. Possuímos um portfólio abrangente de produtos tanto em calçados quanto em confecções e acessórios, cobrindo os principais segmentos do mercado esportivo, entre corrida, casual esportivo, futebol, fitness, tênis, entre outros. Os produtos por nós produzidos atingem o mais variado público consumidor, em razão de nosso dinâmico processo de produção de artigos esportivos, aliado à nossa experiência no setor, nos permite identificar novas tendências e adaptar nossos produtos de forma célere, atendendo os gostos e preferências dos mais diversos perfis de consumidor. Nosso segmento de gestão de marcas, incluindo as marcas Fila e Umbro, compreende todos os estágios da atividade, desde a criação e *design* de produtos, desenvolvimento tecnológico, gerenciamento e condução de operações industriais, passando pela elaboração de estratégia de *marketing* e vendas, chegando até a distribuição e entrega de produtos aos clientes. Em nosso segmento *Private Label* atuamos por meio de parcerias consolidadas com clientes com os quais mantemos estreito relacionamento. A partir da produção realizada nas nossas unidades industriais, esses clientes abastecem os seus respectivos centros de distribuição e assumem diretamente o relacionamento com seus clientes e consumidores. Acreditamos que a diversidade de nossas operações, que englobam tanto nosso segmento de gestão de marcas, como a produção de artigos esportivos na modalidade *Private Label*, nos tornam mais qualificados para capturar novas oportunidades.

Excelência e eficiência na produção com fornecimento de produtos ao mercado local e regional.

Nosso parque industrial, com unidades distribuídas pelas regiões Nordeste e Sul do Brasil, e na Argentina, conta com equipamentos modernos e tecnologia atualizada que nos permitem operar com eficiência e rapidez, proporcionando economias de escala com custos de produção e de mão-de-obra, além de capacidade de produção adequadamente dimensionada para atender o volume de demanda dos mercados em que atuamos. Nossas linhas de produção observam os rigorosos critérios técnicos de nossos clientes *Private Label*, e são constantemente monitoradas por nossa equipe interna de operações, com alto nível de excelência e qualidade global. Nosso modelo de produção nos permite alterar com rapidez características de produtos, tanto de confecção como de calçados, no curso de uma mesma coleção, respondendo de forma eficaz às alterações na demanda em termos de disponibilidade de artigos específicos.

Forte cultura Lean e constante investimento em inovação tecnologia e de processos.

Acreditamos que o constante investimento em novas tecnologias e processos é uma importante ferramenta de fidelização de nossos clientes, assim como garantia de competitividade com nossos concorrentes. A bem sucedida trajetória de implantação do *Lean Manufacturing* (assim entendido como a metodologia de suporte para adoção de processos que visam aumentar a eficiência produtiva das nossas unidades) nas nossas operações constitui outra fortaleza da nossa operação industrial, fomentando o engajamento das pessoas em ampla escala no processo de melhoria continua e ganhos de produtividade e qualidade. O DCC ainda é responsável por melhorias constantes no processo produtivo com redução de tempo e custos além de possuir o único laboratório de biomecânica da América Latina, responsável pelo desenvolvimento de conhecimentos teóricos e práticos sobre biomecânica e performance.

Administração profissionalizada e experiente, com histórico de sucesso na Gestão de Marcas e Private Label.

Nossa administração é composta por profissionais com grande experiência e profundo conhecimento do setor de artigos esportivos, conquistado após décadas de atuação profissional, atuando em uma estrutura horizontal, que torna mais ágil o processo de tomada de decisões de negócio. Acreditamos que nossa administração tem histórico de sucesso nos segmentos de gestão de marcas e *Private Label* para marcas internacionais. Como exemplo disso, no período entre 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2017 mais que dobramos nosso Lucro Líquido e EBITDA, passando de R$ 75.892 mil para R$ 237.179 mil e de R$ 187.935 mil para R$ 389.824 mil, respectivamente, assim como tivemos um incremento do nosso ROE de 19,3% para 40,3% no mesmo período.

Atuação no mercado esportivo de calçados, subpenetrado e que possui grande potencial de crescimento na América Latina.

Acreditamos que o segmento de artigos esportivos, principalmente de calçados e vestuário, possui alto potencial de crescimento na América Latina nos próximos anos, sustentado na evolução da renda e consumo *per capita.* Segundo a Euromonitor International, o mercado de calçados esportivos vem apresentando o maior crescimento de vendas entre os mercados de vestuário e calçados globalmente nos últimos anos, com um crescimento de 6,5% nas vendas (em USD, a valores constantes) entre 2015 e 2016. A divisão de negócios de calçados esportivos tem se beneficiado mundialmente das tendências de hábitos saudáveis e estilo de vida mais equilibrados. A tendência de hábitos saudáveis e do bem-estar infiltrou-se em quase todas as indústrias. Nosso posicionamento no setor de artigos esportivos nos proporciona oportunidades de expansão e crescimento nestes mercados em que atuamos. Nosso extenso portfólio de produtos e marcas permite atuação em todas as frentes do setor nos permite ofertar produtos para diversas classes sociais, de forma a capturar todo o potencial de expansão de consumo nos mercados em que atuamos. Adicionalmente, nossa licença vigente até 31 de dezembro de 2027, para produzir e comercializar os produtos da marca Fila em toda América Latina nos torna aptos a explorar amplamente o potencial mercado consumidor tanto dos países em já atuamos, como aqueles nos quais ainda não possuímos operações próprias.

Nossa Estratégia

Incrementar a captura de valor dentro da cadeia de processo dos nossos negócios por meio de investimentos e aquisições estratégicas.

Pretendemos fomentar a eficiência em nossas operações, por meio da realização de investimentos incrementais em novas tecnologias de produção e automação, incluindo máquinas de corte a laser, robôs de produção colaborativos, teares e injetoras. Esse plano de investimento representa o ingresso da empresa em uma nova camada de acesso tecnológico. A adoção de robôs colaborativos, tecnologia inédita em nosso segmento, é projeto estratégico em fase de conclusão desenvolvido em parceria com instituições de pesquisa avançada. Assim como no passado a adoção de máquinas automáticas de costura representou a quebra de um paradigma em termos de produtividade, qualidade e uso de mão de obra, sendo que acreditamos ser, hoje, o maior parque instalado de maquinas automáticas de costura da América do Sul. Vislumbramos que idêntico movimento se inicia e que em pouco tempo, de forma vanguardista, a Dass irá investir visando ter o maior parque instalado de robôs colaborativos dedicados a produção de calçados. Adicionalmente, estamos estudando de forma mais avançada, aquisições estratégicas para verticalização de parte da produção possibilitando ganhos de rentabilidade e aumento de competitividade em linhas relevantes de receita para a Companhia.

Aumentar a nossa participação de mercado das marcas sob nossa gestão (Fila e Umbro).

Acreditamos que nossa experiência na gestão de marcas, aliada à nossa capacidade de criação e desenvolvimento de novos produtos, serão ferramentas essenciais na busca por oportunidades de crescimento. Em relação à marca Fila, nosso portfólio atual nos permite alcançar diversos segmentos do mercado de artigos esportivos, desde o segmento casual até os segmentos voltados para esportes de alto rendimento. Acreditamos no potencial da marca no mercado local e regional de *sport fashion*, como já vem se posicionando globalmente nos principais mercados. A crescente penetração de confecções esportivas no mercado local e regional tem levado os lojistas a agregar estas linhas de produtos e, acreditamos que poucas marcas esportivas tem a vocação e oferecem ampla variedade de produtos para capturar essas oportunidades como ocorre com a marca Fila. Para isso, investiremos não somente em marketing e valor da marca como também em uma diferenciação de nossos produtos nos atuais pontos de venda através do investimento em instalações de shop-in-shops, pontos de ativação da marca dentro dos nossos principais clientes. Acreditamos que o mercado intermediário no segmento de calçados entre R$200,00 e R$400,00 com oferta de produtos de maior tecnologia e valor percebido é uma realidade que se potencializa pelo reposicionamento de preços das marcas *premium* bem como a estratégia de rígida segmentação adotada por esses. Já em relação à Umbro, acreditamos no posicionamento da marca focado no mercado de futebol no Brasil e Argentina, de modo que continuaremos investindo no patrocínio de clubes importantes no futebol e em ativação de marketing nas principais regiões. Assim, através de um constante aprimoramento em todos os aspectos da operação de gestão das marcas (investimentos em tecnologia, *marketing*, produção, entre outras medidas) buscaremos aumentar a participação de mercado do nosso atual portfólio. Acreditamos que os resultados bem-sucedidos que tivemos na gestão da marca Fila e o aprimoramento constante na gestão da marca Umbro nos últimos anos, nos posicionaram para buscar crescimento futuro, tendo em vista as presentes oportunidades de mercado.

Ampliar nossa atuação em canais específicos de varejo, visando aumentar a visibilidade de nossas marcas no mercado.

Além desse movimento no canal atual, planejamos para a Fila acelerar a instalação de lojas nos principais Centros Comerciais do Brasil. Este movimento tem a vantagem de permitir a exposição da mesma linha de produtos que oferecemos em wholesales e nos fortalecer no acesso direto ao consumidor estabelecendo uma experiência de marcar ao consumidor e ao mesmo tempo agregando fatia extra de faturamento para a marca. Entendemos que em DTC (Direct to Costumer) e e-Commerce residem oportunidades estratégicas para capturar a cadeia total de valor através da venda direta ao consumidor. Nesta linha, pretendemos expandir nossos canais próprios de varejo, tanto físicos como eletrônicos, por meio da (i) abertura de lojas da Fila em shopping centers, que apresentam oportunidades significativas de crescimento, bem como novas lojas-conceito em grandes centros do Brasil; e (ii) expansão da operação de nosso canal eletrônico de venda, proporcionando mais uma via de exposição de nossos produtos ao mercado consumidor. São oportunidades tanto o desenvolvimento do projeto de varejo da marca Fila como a aquisição de novos negócios que tenham o canal direto como base de sua operação. Além disso, o investimento em ferramentas e operações digitais que possibilitem o desenvolvimento de negócios de e-commerce e inciativas de omnichanel são investimentos para potencializar a captura de oportunidades e se adaptar as mudanças de consumo e varejo que vem acontecendo por causa da internet.

Avaliar e buscar oportunidades de aquisição de negócios e licenciamento de marcas esportivas.

Avaliamos constantemente o setor de artigos esportivos na América Latina, e buscaremos oportunidades de aquisições estratégicas, seja de licenças de marcas ou de empresas, que possam trazer valor para as nossas atividades. Avaliaremos continuamente oportunidades para a aquisição e/ou o licenciamento de novas marcas de artigos esportivos que apresentem complementaridade com as marcas que atualmente detemos em nosso portfólio, sendo que há uma oportunidade em estágio avançado de negociação. Adicionalmente, buscaremos aquisições de negócios com foco em artigos esportivos, tanto no Brasil como nos demais países da América Latina, com potencial de crescimento, que apresentem boas métricas operacionais, sinergias com a nossa operação atual e que possam contribuir para o crescimento de nossos negócios e do nosso resultado. Nossa experiência em transações semelhantes, como a fusão das empresas Dilly e Clássico e a aquisição da marca Fila, nos proporciona experiência para avaliar e selecionar as oportunidades que julguemos atrativas e em linha com nossa estratégia.

Intensificar o relacionamento com os nossos atuais clientes Private Label, bem como ampliar a nossa base de clientes.

Pretendemos estreitar o relacionamento com nossos Clientes de *Private Label*, para produção de artigos esportivos por meio do incremento da produção dos artigos que já produzimos, do aprimoramento da tecnologia e dos métodos produtivos já desenvolvidos em conjunto com estes clientes, bem como da diversificação de linhas de produtos, buscando acompanhar a evolução de tais marcas no mercado de artigos esportivos, consolidando nossa posição como principal parceiro em sourcing destes clientes. Adicionalmente, pretendemos ampliar nossa base de clientes *Private Label*, de forma criteriosa, valendo-nos da nossa excelência em produção de artigos esportivos, assim como prospectar oportunidades de operações fabris para esses clientes em outros países.

Aumentar nossa presença nos demais mercados da América Latina.

Pretendemos ampliar nossa presença nos mercados da América Latina. Para tanto estudamos ampliar nossas operações em países como Chile, Uruguai, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia, onde já detemos a licença da marca Fila. Na Argentina, onde operamos unidades industriais próprias, acreditamos que poderemos colher os resultados de nossos recentes investimentos em expansão de capacidade de produção, voltados para atender à crescente demanda local, impulsionada pelo crescimento da economia. Nos demais países da América Latina, em especial no México, buscaremos aumentar nossa presença, estreitando relacionamentos com grandes redes de varejo e desenvolvendo as melhores alternativas de fornecimento de produtos para as realidades locais, podendo sublicenciar as marcas de nosso portfólio para parceiros locais.

Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia

Nike, Inc. e Adidas Group, nossas principais parceiras comerciais no segmento de Private Labels, podem decidir reduzir ou descontinuar sua parceria conosco.

Temos como clientes a marca Nike, Inc. (desde 1999) e Adidas Group (desde o início dos anos 80), para produção de artigos esportivos no Brasil e na Argentina, tais como tênis, roupas e acessórios. Estes clientes representam, individualmente e de forma agregada, valor relevante de nossa receita operacional bruta.

Em referidas parcerias, não há compromisso formal de compra de volumes mínimos de nossos produtos e nem compromisso para o fornecimento de nossos produtos a longo prazo. Não podemos garantir que, no futuro, estes clientes não decidam reduzir a extensão ou mesmo descontinuar a parceria conosco, o que poderá afetar de maneira adversa e relevante nossos negócios e resultados financeiros. Para mais informações, ver item 7.4. do Formulário de Referência.

Temos incentivos fiscais estaduais e federais e a suspensão, o cancelamento ou a não renovação de tais incentivos, bem como alterações na legislação tributária, podem causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nos últimos anos, nós e nossa controlada, Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda., temos sido beneficiárias de incentivos fiscais na instalação, ampliação e produção de operações industriais, que nos proporcionam redução do Imposto de Renda ("IR") e do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte Interestadual e Intermunicipal ("ICMS"). Parte substancial de nosso lucro líquido é proveniente desses incentivos fiscais.

Estes incentivos foram instituídos, respectivamente, pelo Governo Federal, e pelos Estados do Ceará, da Bahia e de Santa Catarina, como forma de atrair investimentos e fomentar a instalação de indústrias nestas regiões. Estes benefícios têm prazos definidos, com a possibilidade de não serem renovados quando do seu vencimento.

Para garantir a continuidade desses incentivos durante seu prazo de vigência, devemos cumprir uma série de exigências, fiscais, trabalhistas, sociais e de proteção e controle do meio ambiente que podem vir a ser questionadas, inclusive judicialmente, pelo órgão concedente e por terceiros como, por exemplo, o Ministério Público Federal, outros Estados brasileiros, ou até outras autoridades públicas.

Caso as autoridades fiscais entendam que não foram observados todos os procedimentos e condições necessários à fruição dos benefícios em questão ou caso deixemos de cumprir parte ou a totalidade dessas obrigações, nossos incentivos fiscais poderão ser suspensos, revistos ou cancelados (com potenciais efeitos retroativos), inclusive por decisão judicial, e poderemos ser obrigados a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades, o que teria um efeito adverso relevante para nós.

Não podemos assegurar que não haverá uma reforma tributária que alterará os incentivos fiscais, nem que nossos incentivos fiscais serão efetivamente mantidos nas atuais condições até o final de seus prazos de vigência.

Não podemos assegurar que seremos capazes de renovar os incentivos fiscais em condições favoráveis depois de expirado seu prazo atual. Também não podemos assegurar que novos incentivos fiscais serão criados depois de encerrado o prazo de vigência daqueles incentivos fiscais de que somos titulares e que, caso sejam criados, seremos contemplados por eles. Caso os incentivos fiscais sejam alterados ou expirem e não sejamos capazes de renová-los ou novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, nossos negócios e situação financeira serão afetados de maneira relevante e adversa.

Cumpre destacar que, a constitucionalidade dos incentivos fiscais estaduais usufruídos pela Companhia está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal e, caso sejam considerados inconstitucionais, não podemos descartar a possibilidade de que sejam desconstituídos e que as Fazendas Estaduais venham a exigir valores de ICMS da Companhia, o que causará um efeito relevante e adverso sobre nós.

Para mais informações sobre incentivos fiscais, ver o item 7.9. – "Outras Informações Relevantes" do Formulário de Referência.

A conjuntura política e econômica dos países onde atuamos e para onde poderemos expandir nossa atuação, bem como para os quais exportamos nossos produtos, pode nos prejudicar e afetar adversamente a nossa operação. A expansão de nossas atividades internacionais envolve desafios especiais que podemos não conseguir superar.

Possuímos controladas relevantes na Argentina e outros países da América Latina e, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, exportamos nossos produtos para 30 países. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, 51,1% da nossa receita operacional líquida resultou de nossas vendas fora do Brasil.

Estamos sujeitos a riscos relativos às condições econômicas, políticas e sociais nos países da América Latina em que atuamos ou venhamos a atuar e nos países para os quais exportamos ou venhamos a exportar. Sendo assim, podemos ser adversamente afetados por fatores que estão além de nosso controle, principalmente:

- interferência dos governos locais nas políticas econômicas;
- instabilidade política, econômica, cambial e desvalorização das moedas locais;
- deterioração das condições econômicas;
- inflação e taxas de juros;
- redução de proteção à propriedade intelectual;
- controle no câmbio e restrições a remessas ao exterior e/ou repatriação de recursos, incluindo remessa de dividendos;

- política fiscal e regime tributário;
- liquidez no mercado financeiro e de capitais e mercado de empréstimos;
- aumentos de barreiras comerciais para importação e exportação de produtos do setor de calçados e vestuário, tais como aumento de impostos e tarifas de importação sobre os seus produtos, subsídios governamentais e proibições ou imposição de restrições para exportar seus produtos a determinados mercados;
- alterações no entendimento ou no texto da legislação e regulamentação aplicável aos mercados nos quais atua, incluindo as de natureza tributária, trabalhista, ambiental e de vigilância sanitária, ou inconsistências entre legislações e regulamentações dos diferentes mercados nos quais atua;
- falhas ou atrasos na obtenção ou manutenção de licenças e autorizações necessárias ao regular funcionamento das suas operações nos diferentes mercados nos quais atua ou venha a atuar;
- greves nos portos, receita e polícia federal e alfândegas e outras interrupções no transporte dos seus produtos;
- aumento da participação governamental na economia, incluindo por meio de desapropriações; e
- terremotos, desastres naturais, guerras, conflitos armados, embargos ou atos de terrorismo.

Adicionalmente, pretendemos intensificar nossas operações em países da América Latina, além de Brasil e Argentina. A região inclui países com baixa renda per capita e baixos índices nos indicadores sociais, sendo que alguns passaram ou passam por períodos de turbulência política, bem como diversas crises econômicas e sociais. A região também se caracteriza por falta de investimentos relevantes, níveis insatisfatórios de solidez institucional e segurança pública, incertezas legais e regulatórias e histórico negativo de observância de direitos fundamentais e de propriedade. As condições políticas, econômicas e institucionais nos países da América Latina podem afetar nossa estratégia de expansão e nossas operações atuais nestes países, tendo impacto adverso e relevante sobre nossos negócios.

A ocorrência de quaisquer dos fatores acima mencionados, bem como de qualquer outro fator que afete as condições econômicas, políticas e sociais dos mercados em que operamos ou que pretendemos operar, pode nos impedir de atingir os nossos objetivos estratégicos nesses países ou em nossas operações internacionais como um todo, resultando em um efeito material adverso para nós.

Dependemos de insumos petroquímicos e estamos sujeitos aos riscos particulares a este mercado, relacionados à oscilação de preço e disponibilidade destes tipos de insumos.

Parte significativa de nossas matérias-primas utilizadas na produção de calçados e outros artigos esportivos consiste em 91% derivado de insumos petroquímicos. O preço de tais insumos está sujeito a uma série de fatores sob os quais temos pouco ou nenhum controle, incluindo, mas não se limitando a, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial de petróleo. Adicionalmente, há uma concentração significativa do mercado de produtos petroquímicos no Brasil, que se caracteriza por fornecedores de grande porte e relevante poder de barganha. Podemos não ser capazes de repassar aos nossos clientes, no seu devido tempo, os aumentos de custos destes insumos, bem como estamos sujeitos a oscilações na disponibilidade destes insumos, o que poderá vir a causar um efeito adverso e relevante nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Podemos não ser bem-sucedidos na implementação de nossa estratégia de crescimento.

Nossa estratégia de crescimento inclui a execução de uma série de metas, dentre as quais podemos destacar: (a) incrementar a captura de valor dentro da cadeia produtiva em nossos negócios e aquisições estratégicas; (b) aumentar a nossa participação de mercado no segmento de Gestão de Marcas; (c) avaliar e buscar oportunidades de aquisição de negócios e licenciamento de marcas esportivas; (d) intensificar o relacionamento com os nossos atuais clientes Private Label, bem como ampliar a nossa base de clientes neste segmento; e (e) aumentar nossa presença nos demais mercados da América Latina tanto no segmento de gestão de marcas quanto no segmento de Private Label. Maiores detalhes podem ser obtidos no item 7.1 deste Formulário de Referência.

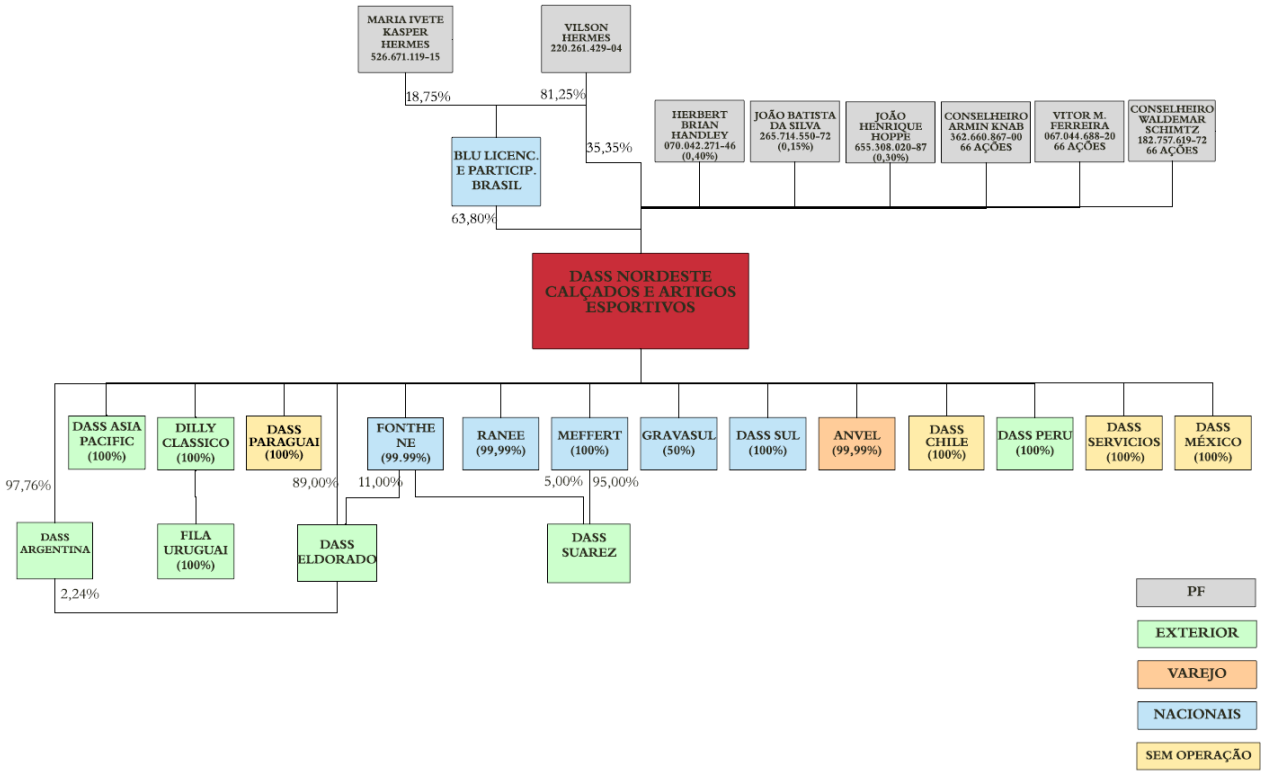
O não atingimento de quaisquer desses objetivos, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores relacionados a custo ou limitação à capacidade de fazer novos investimentos, pode influenciar nossa capacidade de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento.

Dentre os fatores que podem comprometer de forma negativa nosso plano de negócios e nossa estratégia de crescimento podemos citar: (a) dificuldade de acesso a crédito em razão, dentre outros, de condições econômicas desfavoráveis no Brasil e no mercado internacional, que podem resultar na diminuição no interesse das instituições financeiras na concessão de empréstimos; (b) existência de barreiras tecnológicas; (c) caso as marcas líderes de mercado adotem a estratégia ofertar produtos na mesma faixa de preço onde temos posicionadas nossas marcas licenciadas, poderemos enfrentar quedas importante de faturamento e ou de margens em nossos negócios de Gestão de Marcas.; (d) nossos atuais clientes do segmento *Private Label* podem considerar aumentar o número de fornecedores ou ainda optar pela importação de um volume maior em detrimento à produção local, caso não sejamos competitivos em preço ou ainda caso não atendamos reiteradamente metas que estes considerem relevante para a continuidade da parceria; e (e) o histórico de instabilidades políticas e econômicas da América Latina, que pode influenciar de forma negativa nossos esforços de ampliar e consolidar a marca Fila nestes mercados.

Caso ocorra qualquer dos fatores exemplificados acima ou ainda qualquer outro fator que não possamos prever que comprometa a execução de nossa estratégia de crescimento, nossos negócios e resultados operacionais podem ser impactados negativamente e de forma relevante.

Estrutura Societária

O gráfico abaixo estabelece a nossa estrutura societária na data deste Prospecto:



Após a realização da Oferta, a BLU Licenciamentos e Participações S.A. e, indiretamente, Vilson Hermes, permanecerá detendo nosso controle societário. Para mais informações sobre a composição de nosso capital social antes e após a realização da Oferta, vide seção "Composição do Capital Social" na página 44 deste Prospecto.

Eventos Subsequentes

Após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM, ocorrido em 27 de fevereiro de 2018, não ocorreram eventos relevantes na Companhia.

Informações adicionais

Nossa sede está localizada na Rua da Universidade 240, CEP 62500-000, na cidade de Itapipoca, estado do Ceará, Brasil, telefone (51) 3563-8369. Nosso site é www.grupodass.com.br.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Coordenador Líder

O Banco Itaú BBA S.A. é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Coordenador Líder é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2016, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,4 trilhão e uma carteira de crédito de R$569 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013, e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de *research* do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2016 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$2,2 bilhões, segundo dados do Dealogic.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Reuters, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 54 transações em 2015 no Brasil, obtendo a primeira colocação no ranking Thomson por quantidade de operações acumulando um total de US$18,6 bilhões. Em 2016, ainda de acordo com a Thomson Reuters, o Itaú BBA foi líder em número de operações e volume no Brasil, tendo prestado assessoria financeira a 41 transações totalizando US$14,5 bilhões, e também na América Latina, com 45 transações que totalizaram US$27,3 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015 e US$8 bilhões em 2016, equivalente a 14% e 21% do total, respectivamente.

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

A estratégia do Credit Suisse, instituição fundada em 1856, com sede em Zurique, Suíça, consiste em estar entre os mais importantes bancos privados e gestores de fortunas com excelentes capacidades de Investment Banking.

O Credit Suisse oferece aos seus clientes uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas principais divisões de negócios: Swiss Universal Bank, International Wealth Management, Asia Pacific, Investment Banking & Capital Markets, Global Markets e Strategic Resolution Unit.

O Credit Suisse procura estabelecer parcerias de longo prazo e desenvolver soluções financeiras inovadoras para atender às necessidades de seus clientes. Além disso, está presente em mais de 50 países e conta com mais de 47 mil funcionários de aproximadamente 150 diferentes nacionalidades.

As ações de emissão do Credit Suisse Group (CSGN) são negociadas na Suíça (SWX) e, na forma de ADR (CS), em Nova York (NYSE). Os ratings internacionais de longo prazo do Credit Suisse Group são: (i) Moody's: Baa2; (ii) Standard & Poor's: BBB+; e (iii) Fitch Ratings: A-.

Credit Suisse Brasil

O Credit Suisse no Brasil tem por objetivo ser o banco preferencial dos melhores empresários, empresas e investidores do Brasil e o assessor de confiança de pessoas físicas e investidores institucionais, além de oferecer uma linha completa de soluções financeiras feitas sob medida, de acordo com as necessidades de cada um de nossos clientes.

Em 1990, o Credit Suisse estabeleceu sua presença no Brasil e foi um dos primeiros bancos de investimentos globais estabelecidos no País. Em 1998, com a aquisição do Banco Garantia (fundado em 1971), passou a ser o maior banco de investimentos do Brasil. Posteriormente, em 2006, com a aquisição da Hedging-Griffo (fundada em 1981), o Credit Suisse ingressou nos setores de Private Banking e Alternative Asset Management no Brasil. Desde 2013, o Credit Suisse e a Credit Suisse Hedging-Griffo oferecem uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas três divisões principais de negócios: (i) Investment Banking, (ii) Private Banking e (iii) Asset Management.

Os ratings do Credit Suisse Brasil, atribuídos às instituições financeiras do País pela Fitch Ratings, são: AAA (bra), perspectiva estável (longo prazo) e F1+ (bra) (curto prazo), desde 2013.

Investment Banking

Na área de Investment Banking, o Credit Suisse tem vasto conhecimento local e experiência significativa em fusões e aquisições, em colocações primárias e secundárias de ações e em instrumentos de dívida. Além disso, mantém a liderança consolidada em Investment Banking no Brasil e, desde 2005, assessorou 295 operações, as quais movimentaram mais de US$232 bilhões.

Líder em fusões e aquisições: O Credit Suisse é líder no ranking de Fusões e Aquisições (M&A) no Brasil, entre 2005 e 2017, com volume de US$232 bilhões.

Líder em emissões de ações: No segmento de Ofertas de Ações (ECM) no Brasil, o Credit Suisse é líder entre 2005 e 2017, com volume de US$30 bilhões.

Líder em IPOs: No segmento de Ofertas Públicas Iniciais (IPOs) no Brasil, o Credit Suisse é o líder entre 2005 e 2017, com volume de US$18 bilhões.

Líder em corretagem de ações: A corretora do Credit Suisse é a maior dos últimos dez anos em negociação de ações no Brasil, com uma participação de 11,7% no período.

O Credit Suisse Brasil é também o maior formador de mercado da B3 em volume de negociação e número de negócios, com 37 companhias como clientes, em vários setores, inclusive pequenas, médias e grandes empresas, listadas no IBrX 50, no IBrX 100 e no Ibovespa, além de treze dos quinze ETFs, 36 programas de BDR e diversas séries de opções de mais de 24 ativos listados na B3. Apenas o volume negociado do formador de mercado atingiu cerca de R$34 bilhões em 2014, R$44 bilhões em 2015 e R$40 bilhões em 2016, com uma média de participação de 20% nessas ações.

Adicionalmente ao volume negociado, o formador de mercado também tem uma participação de 35% no volume de negócios, que é uma variável de grande importância no cálculo do Índice de Negociabilidade, um dos parâmetros utilizados no ranking dos principais índices da B3.

CSHG Private Banking

O Private Banking da Credit Suisse Hedging-Griffo administra mais de R$92 bilhões e é um dos líderes no Brasil.

Os clientes do Private Banking da Credit Suisse Hedging-Griffo têm atendimento personalizado por bankers e especialistas que assessoram na gestão de fortunas e agregam valor na busca dos melhores produtos, tanto da CSHG quanto do mercado.

Os bankers do Credit Suisse dedicam uma assessoria única aos seus clientes, mantendo um relacionamento de confiança e proximidade e propondo constantemente novas oportunidades e soluções integradas, sob medida para cada um de seus projetos. Nossos clientes têm acesso a experiências exclusivas e únicas, como eventos culturais, sociais e esportivos; cursos de educação financeira e preparação de herdeiros; além de palestras com gestores e economistas.

CSHG Asset Management

A CSHG Asset Management trabalha para antecipar os grandes movimentos do mercado, com o objetivo de gerar riqueza, sempre protegendo o patrimônio de seus clientes. Atualmente, administra R$56 bilhões para pessoas físicas, empresas e fundações.

Além disso, busca excelência em gestão de recursos com uma equipe experiente e oferece uma ampla gama de produtos nas seguintes classes de ativos: Renda Fixa, Crédito, Multimercado e Imobiliário.

Joint Ventures: A Credit Suisse Hedging-Griffo também oferece a seus clientes diversificadas famílias de fundos geridos por grupos independentes de gestores, quer diretamente ou por intermédio de outras empresas parceiras do Credit Suisse: a Canvas Capital e a Verde Asset.

Responsabilidade social e cultural

O Credit Suisse no Brasil privilegia projetos nas seguintes áreas:

Música clássica: Sociedade de Cultura Artística e Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo.

Artes plásticas: Bienal de São Paulo, MAM SP, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Instituto Tomie Ohtake e Instituto de Arte Contemporânea.

O Instituto CSHG é o principal veículo de investimento social do Credit Suisse no Brasil e tem como objetivo apoiar projetos que promovem o desenvolvimento social do País.

O Instituto atua há 14 anos com um modelo que preza pela transparência e eficiência, beneficiando mais de 90 mil pessoas, direta e indiretamente, ao longo de sua trajetória. Seu principal foco de atuação é em educação e, em 2017, foram apoiados diretamente 18 projetos sociais de organizações sem fins lucrativos, totalizando um investimento de cerca de R$3,5 milhões.

J.P. Morgan

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60. Em setembro de 2000, como resultado da fusão entre o J.P. Morgan e o Banco Chase Manhattan S.A., consolidou-se como um banco com operações de atacado e investimentos. No início de 2004, a *holding* J.P. Morgan Chase & Co. adquiriu o Bank One Corp., em março de 2008 adquiriu o Bear Stearns e em setembro do mesmo ano adquiriu grande parte das operações bancárias do Washington Mutual, fatores que não só aumentaram a presença da instituição financeira nas regiões do meio-oeste e sudoeste dos Estados Unidos, como fortaleceram a atuação no segmento de cartões de crédito.

No Brasil, o J.P. Morgan atua em diversas áreas. A área de *Investment Banking* oferece assessoria em operações de fusões e aquisições, reestruturações societárias, emissões de títulos de dívida e emissões de ações, no mercado local e internacional, entre outros; a área de *Local Markets, Sales & Trading* oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais e de *private banking*; a corretora oferece serviços de intermediação em contratos futuros, opções, ações e empréstimo de valores mobiliários para clientes institucionais e de *private banking*; a área de *Equities* oferece produtos de *equities* em geral, tais como operações de derivativos; a área de *Treasury Services* oferece serviços de conta corrente, pagamento e recebimento, e investimentos em renda fixa; a área de *Trade and Loan Products* oferece produtos de *trade*, garantias bancárias e financiamentos; a área de *Direct Custody and Clearing* oferece serviços de custódia a investidores não residentes; e as áreas de *Asset Management* e *Wealth Management* oferecem serviços de gestão de recursos, sendo que esta última também provê crédito e assessora os clientes pessoas físicas de alta renda em seus investimentos.

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US$2,6 trilhões, em 30 de junho de 2017, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan Chase & Co. atua com empresas e investidores institucionais, além de *hedge funds*, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co. na internet. Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan Chase & Co. é o líder mundial no histórico acumulado desde 2007, segundo a Dealogic (*Global Equity e Equity Linked*). Essa posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. está refletida nas premiações obtidas, as quais totalizam um recorde de oito prêmios da revista IFR, que resumiu seu artigo mencionando que nunca, durante a longa história da premiação, um banco foi tão dominante. O J.P. Morgan Chase & Co. também foi a única instituição financeira a ser escolhida como uma das empresas mais influentes do mundo pela publicação Business Week.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan Chase & Co. foi escolhido pela publicação Latin Finance como o *"Best Equity House in Latin America"*. Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu também o prêmio *"Best M&A House in Latin America"* e, em 2009, o prêmio *"Best Investment Bank in Latin America"*, ambos concedidos pela Latin Finance. Em 2011, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios *"Best Investment Bank in Latin America"*, concedido pela Latin Finance, e *"Best M&A House in Mexico"*, *"Best M&A House in Chile"*, *"Best Debt House in Brazil"* e *"Best Investment Bank in Chile"*, concedidos pela Euromoney. Em 2012, o J.P. Morgan Chase & Co. foi premiado como *"Best Investment Bank in Latin America"*, assim como *"Best M&A House"*, ambos pela Latin Finance. Em 2015, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de "*Best Equity House in Latin America*" pela *Euromoney*.

Essas premiações refletem a posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. na América Latina, bem como sua presença nas mais relevantes transações, como as ofertas do Atacadão, IRB-Brasil Resseguros, Biotoscana, Instituto Hermes Pardini, Azul, CCR, Lojas Americanas, Alupar, BR Malls, Jose Cuervo, IEnova, MercadoLibre, Nemak, GICSA, Par Corretora, Telefônica Brasil, Via Varejo, Grupo Lala, BB Seguridade, Enersis, Banorte, Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury, Arcos Dorados, Petrobras, Grupo Sura, Cemex, America Movil e Banco do Brasil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de julho de 2017, US$2,322 bilhões em ações em 3.422 transações, segundo a *Dealogic* (crédito total para os coordenadores).

No âmbito global, a equipe de *equity research* do J.P. Morgan Chase & Co. conquistou o prêmio *"#1 Equity Research Team in Latin America*" em 2009, 2010, 2011, 2014 e 2017 concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios "*Bank of the Year*" (2008), "*Equity House of the Year*" (2008 e 2009), "*Bond House of the Year*" (2008), "*Derivatives House of the Year*" (2008), "*Loan House of the Year*" (2012), "*Securitization House of the Year*" (2008 e 2010), "*Leveraged Loan House of the Year*" (2008), "*Leveraged Finance House of the Year*" (2008), "*High-Yield Bond House of the Year*" (2012), "*Financial Bond House of the Year*" (2009), "*Latin America Bond House of the Year*" (2009) – concedidos pela International Financing Review – bem como o prêmio "*Best Investment Bank*" da revista Global Finance em 2010. Esta última publicação também nomeou o J.P. Morgan Chase & Co. como "*Best Equity Bank*" e "*Best Debt Bank*" baseado em pesquisa realizada com clientes globais.

SUMÁRIO DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Informações sobre a Oferta", "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações" nas páginas 44, 20 e 69 deste Prospecto, na seção 4 do Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Companhia	Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Credit Suisse e o J.P. Morgan.
Instituições Consorciadas	Instituições intermediárias autorizadas a operar na B3 contratadas para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
Agentes de Colocação Internacional	Itau BBA USA Securities, Inc., Credit Suisse Securities (USA) LLC e J.P. Morgan Securities LLC, em conjunto.
Agente Estabilizador	Banco Itaú BBA S.A.
Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta. Salvo se expressamente mencionado em contrário neste Prospecto, estão incluídas na definição de "Ações" as Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável.
Ações da Oferta Primária	22.999.000 Ações, as quais serão objeto da Oferta Primária.
Ações da Oferta Secundária	Inicialmente, 43.973.823 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, as quais serão objeto da Oferta Secundária..
Ações do Lote Suplementar	Até 10.045.923 Ações de titularidade do acionista vendedor Vilson Hermes, equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas, que, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, poderão, conforme Opção de Lote Suplementar, ser acrescidas à Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.
Oferta	Oferta pública de distribuição primária e secundária de 66.972.823 Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) compreendendo a Oferta Primária e a Oferta Secundária.
Oferta Primária	A oferta pública de distribuição primária de 22.999.000 Ações.

Oferta Secundária	A oferta pública de distribuição secundária de, inicialmente, 43.973.823 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. A quantidade total das Ações inicialmente ofertadas poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, até 10.045.923 Ações de titularidade do acionista vendedor Vilson Hermes, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Lote Suplementar a ser outorgada no Contrato de Distribuição pelo acionista vendedor Vilson Hermes ao Agente Estabilizador, as quais serão destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta.
Valor Total da Oferta	R$1.038.078.756,50 (com base no ponto médio da Faixa Indicativa e sem considerar as Ações do Lote Suplementar).
Estabilização do Preço de Ações	O Agente Estabilizador, por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A., poderá, a seu exclusivo critério e pelo prazo de até 30 dias contados da data de início das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio de operações de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, que será previamente aprovado pela B3 e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM n.º 476, de 25 de janeiro de 2005. Após a divulgação do Anúncio de Início e até a divulgação do Anúncio de Encerramento, cópia do Contrato de Estabilização poderá ser obtida junto à Companhia, aos Coordenadores da Oferta e ao Agente Estabilizador, no endereço indicado na seção "Informações Sobre a Companhia, os Coordenadores da Oferta, os Consultores e os Auditores " do Prospecto Definitivo. Nos termos do Contrato de Estabilização, o Agente Estabilizador poderá escolher livremente as datas em que realizará as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia, não estando obrigado a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério. Os eventuais lucros decorrentes da atividade de estabilização do preço das Ações serão compartilhados entre os Coordenadores da Oferta e as eventuais perdas decorrentes da atividade de estabilização serão absorvidas exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta.

Admissão à Negociação e Listagem	As ações estão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da B3. No dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, as Ações serão negociadas na B3 sob o código "DASS3" e listadas no Novo Mercado. Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América, nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país além do Brasil.
Aprovações Societárias	A realização da Oferta, com a exclusão dos direitos de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, e seus termos e condições foram aprovados pelos acionistas da Companhia, em assembleia geral extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2018, cuja ata foi arquivada na JUCEC em 22 de março de 2018 e publicada no DOECE e no jornal "O Povo" em 3 de abril de 2018. O conselho de administração da Companhia, previamente à concessão do registro da Oferta pela CVM, em reunião cuja ata será arquivada na JUCEC e publicada no DOECE e no jornal "O Povo", aprovará a emissão das Ações objeto da Oferta, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social, e o Preço por Ação, a ser calculado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.
Contrato de Distribuição Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão de Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A., a ser celebrado entre os Coordenadores da Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores, a B3 (como interveniente-anuente), dentre outros.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão de Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta.
Data de Liquidação	A data de liquidação física e financeira das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que deverá ocorrer até o último dia do Período de Colocação.

Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	A data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, que deverá ocorrer até o terceiro dia útil contado da respectiva data de exercício da Opção de Lote Suplementar, mas não antes da data de divulgação do Anúncio de Início.
Declarações	A declaração da Companhia, dos Acionistas Vendedores e a declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, estão anexas a este Prospecto.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta obtidos pela Companhia com a Oferta Primária, equivalentes a R$333.735.482,75 (com base no ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação), serão utilizados da seguinte forma: (a) R$100.000.000,00 para realização de investimentos na área operacional da Companhia, incluindo investimentos em (a.1) novas tecnologias, (a.2) robótica e (a.3) para incorporação de atividades que façam parte da cadeia de produção da Companhia, com o foco de verticalização de produção e captura de margens; (b) R$130.735.482,75 para realização de investimentos na área de negócios da Companhia, incluindo investimentos (b.1) para crescimento das marcas atuais e incorporação de novas marcas no portfólio de Gestão de Marcas e Private Label; e (b.2) para expansão dos negócios de varejo e eCommerce da Companhia; e (c) R$103.000.000,00 para a área financeira da Companhia, por meio da redução de sua alavancagem financeira e reforço de seu capital de giro. Para informações adicionais, ver seção "Destinação dos Recursos" na página 76 deste Prospecto.
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações conferirão aos seus subscritores ou adquirentes os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do estatuto social da Companhia, dentre os quais: (i) direito de voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da Companhia, sendo que cada Ação corresponderá a um voto; (ii) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que a Companhia vier a declarar a partir da Data de Liquidação e da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso; (iv) direito de alienação das Ações nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (tag along de 100% do preço), observadas as condições e os prazos previstos nas disposições legais e regulamentares aplicáveis; (v) direito de alienação das Ações em oferta pública de cancelamento de registro de emissor de valores mobiliários ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado, por valor justo, ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia apurado de acordo com os critérios estabelecidos no

artigo 4º, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos critérios aceitos pela Comissão de Valores Mobiliários; (vi) no caso de liquidação da Companhia, direito de participar no acervo líquido da Companhia, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, na proporção da sua participação no capital social; e (vii) com relação aos acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral, direito de retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, considerados os termos, hipóteses e exceções previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Aviso ao Mercado

Aviso ao mercado da Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, divulgado em 5 de abril de 2018 e a ser divulgado novamente em 12 de abril de 2018, divulgado nos endereços da Internet da Companhia, dos Coordenadores da Oferta, da CVM e da B3.

Arbitragem

Nos termos previstos no Estatuto Social da Companhia e no Contrato de Participação do Novo Mercado, a Companhia, seus acionistas, membros do conselho de administração, diretoria e conselho fiscal, este último quando e se instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme procedimentos de arbitragem disciplinados no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme alterado, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condições de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa

Ocorrerá caso o Preço por Ação seja fixado em valor inferior ao valor que resultar da subtração, do Valor Mínimo da Faixa de Preço, do valor correspondente a 20% do Valor Máximo da Faixa de Preço, nos termos do artigo 6º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, sem quaisquer ônus.

Faixa Indicativa

A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, foi determinada com base nas informações econômico-financeiras da Companhia disponibilizadas neste Prospecto, a fim de propor o valor que, no entendimento da Companhia e dos Acionistas Vendedores, melhor reflita o valor das Ações e levando em consideração um preço que favoreça os objetivos de dispersão e liquidez pretendidos para a Oferta. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$14,00 e R$17,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. Nos termos do artigo 6 do Anexo II do Código

ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE, na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Procedimento da Oferta – Oferta de Varejo", na página 50 deste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, podendo, os Investidores Não Institucionais, nesse caso, desistir dos respectivos Pedidos de Reserva.

Fatores de Risco

Para uma descrição dos principais fatores que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, ver seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações" nas páginas 20 e 69 deste Prospecto, e seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, além de outras informações incluídas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Final Offering Memorandum

Offering Memorandum definitivo relativo aos esforços de colocação das Ações no exterior a serem realizados no âmbito da Oferta.

Formador de Mercado

Não haverá contratação de formador de mercado para esta Oferta.

Free Float

Após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar, a Companhia e os Acionistas Vendedores estimam que 38,53% das ações ordinárias de emissão da Companhia estarão em circulação.

Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, de liquidar as Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que tenham sido subscritas ou adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição. Após a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a celebração dos documentos relativos à Oferta, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, os Coordenadores da Oferta realizarão a colocação das Ações, em regime de garantia firme de liquidação (exceto pelas Ações do Lote Suplementar), de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição e na seção "Informações sobre a Oferta – Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional – Garantia Firme de Liquidação" na página 57 deste Prospecto. Tal garantia firme de liquidação é vinculante a partir da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, da assinatura do Contrato de Distribuição e das demais condições previstas acima.

As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Após a divulgação do Anúncio de Início e até a divulgação do Anúncio de Encerramento, cópia do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional poderá ser obtida com os Coordenadores da Oferta e a CVM, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Companhia, os Coordenadores da Oferta, os Consultores e os Auditores" do Prospecto Definitivo.

Se, ao final do Período de Colocação, as Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) não tiverem sido totalmente liquidadas pelos respectivos investidores, os Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, liquidarão, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta indicado na seção "Informações sobre a Oferta – Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional – Garantia Firme de Liquidação" na página 57 deste Prospecto, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Ações objeto de garantia firme de liquidação, conforme indicada no Contrato de Distribuição; e (ii) a quantidade de Ações efetivamente liquidada pelos investidores que as subscreveram ou adquiriram. Além disso, o Contrato de Distribuição prevê que a Companhia e os Acionistas Vendedores se obrigam, no que diz respeito à Oferta, a indenizar os Coordenadores da Oferta por certas contingências em determinadas situações, assim como por ressarcir determinadas despesas por eles incorridas.

Inadequação da Oferta a Determinados Investidores

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Oferta, à Companhia, ao setor em que atua, aos Acionistas Vendedores e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento nas Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ou adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Instituição Escrituradora das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia	Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, e inscrita no CNPJ sob n.º 61.194.353/0001-64.
Investidores Estrangeiros	Público alvo dos esforços de colocação das Ações no exterior, no âmbito da Oferta Institucional, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional, consistindo, nos Estados Unidos da América, de investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela SEC e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores institucionais e outros investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*Non US Persons*), em conformidade com os procedimentos previstos no *Regulation S*, editado pela SEC ao amparo do *Securities Act*, em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act*, e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, desde que tais investidores estrangeiros sejam registrados na CVM e invistam no Brasil por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central, pela CVM e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, e investidores que sejam considerados institucionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, incluindo fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, e Investidores Estrangeiros.
Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas	Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). Caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return*

swap), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", *na página 69* deste Prospecto.

Investidores Não Institucionais

Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na B3, que realizem pedidos de investimento em montante entre o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas.

Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas

Caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto pelos Pedidos de Reserva realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Lock-up Agreements

Acordos de restrições relativas às ações de emissão da Companhia, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.

Oferta de Varejo	No contexto da Oferta, o montante de, no mínimo, 10% e, a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia, e dos Acionistas Vendedores, o montante de, no máximo, 20% do total das Ações (considerando as Ações do Lote Suplementar) será destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores Não Institucionais que realizem Pedido de Reserva. Observado o disposto na seção "Informações sobre a Oferta — Procedimento da Oferta — Oferta de Varejo" na página 50 deste Prospecto, os Investidores Não Institucionais poderão subscrever ou adquirir Ações no âmbito da Oferta mediante preenchimento de Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo.
Oferta Institucional	No contexto da Oferta, as Ações destinadas à Oferta de Varejo que não tiverem sido alocadas aos Investidores Não Institucionais, juntamente com as demais Ações, serão destinadas aos Investidores Institucionais de acordo com o procedimento previsto na seção "Informações sobre a Oferta — Procedimento da Oferta — Oferta Institucional" na página 53 deste Prospecto.
Offering Memorandum	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, quando referidos em conjunto e indistintamente.
Opção de Lote Suplementar	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, até 10.045.923 Ações de titularidade do acionista vendedor Vilson Hermes, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Lote Suplementar a ser outorgada no Contrato de Distribuição pelo acionista vendedor Vilson Hermes ao Agente Estabilizador, as quais serão destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Pedido de reserva de Ações pelos Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo, a ser realizado mediante preenchimento de formulário específico.

Período de Colocação	Prazo para a colocação e subscrição das Ações, que será de até três dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início (exceto pelas Ações do Lote Suplementar, que obedecerão ao disposto no item "Ações do Lote Suplementar" acima).
Período de Reserva	Período de 12 de abril de 2018, inclusive, a 25 de abril de 2018, inclusive, para os Investidores Não Institucionais efetuarem seus Pedidos de Reserva.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período de 12 de abril de 2018, inclusive, a 16 de abril de 2018, inclusive (data esta que antecederá em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*), para os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas efetuarem seus Pedidos de Reserva.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, (i) controladores ou administradores da Companhia ou outras pessoas vinculadas à Oferta, incluindo os Acionistas Vendedores, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nas alíneas (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção " Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e*

o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 69 deste Prospecto.

Preço por Ação

O preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá a diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que o preço de mercado das Ações será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta. No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$14,00 e R$17,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. Nos termos do artigo 6 do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE, na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Procedimento da Oferta – Oferta de Varejo" na página 50 deste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, podendo, os Investidores Não Institucionais, nesse caso, desistir dos respectivos Pedidos de Reserva.

Preliminary Offering Memorandum

Offering Memorandum preliminar relativo aos esforços de colocação das Ações no exterior a serem realizados no âmbito da Oferta.

Prospecto Definitivo

O prospecto definitivo da Oferta, que inclui o Formulário de Referência da Companhia, e seus eventuais aditamentos e suplementos.

Prospecto Preliminar ou Prospecto

Este prospecto preliminar da Oferta, que inclui o Formulário de Referência da Companhia, e seus eventuais aditamentos e suplementos.

Prospectos

O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, quando referidos em conjunto e indistintamente.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, nos termos do Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). Caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à

quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 69* deste Prospecto.

Público Alvo da Oferta

Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo, e Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, sendo que os Investidores Estrangeiros deverão investir nas Ações por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central, pela CVM e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Restrições a Negociações com Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (*Lock-up*)

Durante o prazo de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a Companhia, os Acionistas Vendedores, a Blu Licenciamentos e Participações S.A. e os membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia, exceto mediante prévio consentimento por escrito dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, e observadas as exceções e outras restrições previstas no Contrato de Distribuição Internacional e nos respectivos *Lock-up Agreements*, e descritas na seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)" na página 59 deste Prospecto, estarão obrigados a, entre outras restrições previstas no Contrato de Distribuição Internacional e nos respectivos *Lock-up Agreements*, e descritas na seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)" na página 59 deste Prospecto, com relação a quaisquer ações de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou exercíveis em ações de emissão da Companhia

("Ações objeto dos *Lock-up Agreements*"): (i) não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, onerar ou de outra forma dispor das Ações objeto dos *Lock-up Agreements*; (ii) não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, outorgar qualquer opção ou direito de subscrição com relação às Ações objeto dos *Lock-up Agreements*; (iii) não realizar qualquer operação de derivativos (incluindo hedge) ou qualquer outra operação que tenha por objeto a transferência de quaisquer direitos econômicos oriundos de tais Ações objeto dos *Lock-up Agreements*.

Valor Máximo da Faixa de Preço

R$17,00.

Valor Mínimo da Faixa de Preço

R$14,00.

Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo

O valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 por Investidor Não Institucional.

Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo

O valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 por Investidor Não Institucional.

Tag Along

As Ações conferirão aos seus subscritores ou adquirentes o direito de alienação das Ações nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* de 100% do preço), observadas as condições e os prazos previstos nas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Informações Adicionais

Para informações adicionais sobre a Oferta, ver seção "Informações Sobre a Oferta" na página 44 deste Prospecto. A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder solicitaram o registro da Oferta em 27 de fevereiro de 2018, estando a Oferta sujeita à prévia aprovação pela CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas com as Instituições Participantes da Oferta nos respectivos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta, os Consultores e os Auditores" na página 9 deste Prospecto.

O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações" nas páginas 20 e 69 deste Prospecto, na seção 4 do Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social

Em 20 de fevereiro de 2018, os acionistas da Companhia aprovaram, em assembleia geral extraordinária, o desdobramento da totalidade das 25.128.510 ações ordinárias representativas do capital social da Companhia à razão de 1:6, de modo que o capital social da Companhia, na data deste Prospecto, é de R$359.077.230,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 150.831.060 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$1.500.000.000,00.

Na data deste Prospecto, a composição do capital social da Companhia é a seguinte:

	Capital Social Subscrito e Integralizado	
Espécie e Classe	**Quantidade**	**Valor (R$)**
Ordinárias.....	150.831.060	359.077.230,00
Total	**150.831.060**	**359.077.230,00**

Após a conclusão da Oferta, a composição do capital social da Companhia será a seguinte, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Capital Social Subscrito e Integralizado	
Espécie e Classe	**Quantidade**	**Valor (R$)(1) (2)**
Ordinárias	173.830.060	715.561.730,00
Total	**173.830.060**	**715.561.730,00**

(1) Com base no valor de R$15,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação.
(2) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Após a conclusão da Oferta, a composição do nosso capital social será a seguinte, considerando as Ações do Lote Suplementar:

	Capital Social Subscrito e Integralizado	
Espécie e Classe	**Quantidade**	**Valor (R$)(1) (2)**
Ordinárias	173.830.060	715.561.730,00
Total	**173.830.060**	**715.561.730,00**

(1) Com base no valor de R$15,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação.
(2) Sem dedução de comissões e despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

O quadro a seguir apresenta os acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia, assim como o percentual representativo dessas ações em relação ao capital social da Companhia (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

	Na Data deste Prospecto		Após a Oferta	
Acionistas(1)	**Ações**	**Capital Total (%)**	**Ações**	**Capital Total (%)**
BLU Licenciamentos e Participações S.A. (2).....	96.230.742	63,80%	96.230.742	55,36%
Vilson Hermes	53.317.746	35,35%	10.045.923	5,78%
Outros	1.282.572	0,85%	67.553.395	38,86%
Total.....	**150.831.060**	**100,0%**	**173.830.060**	**100,0%**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre os acionistas da Companhia titulares de mais de 5% do capital social da Companhia, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência.
(2) Acionista controlador. Para uma descrição mais detalhada sobre os acionistas controladores da Companhia, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência.

O quadro a seguir apresenta os acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia, assim como o percentual representativo dessas ações em relação ao capital social da Companhia (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar.

	Na Data deste Prospecto		Após a Oferta	
Acionistas[1]	**Ações**	**Capital Total (%)**	**Ações**	**Capital Total (%)**
BLU Licenciamentos e Participações S.A. [2]	96.230.742	63,80%	96.230.742	55,36%
Vilson Hermes	53.317.746	35,35%	0	0,00%
Outros	1.282.572	0,85%	77.599.318	44,64%
Total	**150.831.060**	**100,0%**	**173.830.060**	**100,0%**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre os acionistas da Companhia titulares de mais de 5% do capital social da Companhia, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência.

(2) Acionista controlador. Para uma descrição mais detalhada sobre os acionistas controladores da Companhia, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência.

Descrição da Oferta

A Oferta compreende a oferta pública de distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com esforços de colocação no exterior.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas poderá ser acrescida das Ações do Lote Suplementar, conforme Opção do Lote Suplementar. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América, nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país além do Brasil.

Preço por Ação

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá a diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que o preço de mercado das Ações será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta. **No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$14,00 e R$17,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. Nos termos do artigo 6º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE, na hipótese do Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada na seção "Informações sobre a Oferta – Procedimento da Oferta – Oferta de Varejo" na página 50 deste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, podendo,**

os Investidores Não Institucionais, nesse caso, desistir dos respectivos Pedidos de Reserva. Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). Caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.*", na página 69 deste Prospecto.**

Quantidade, Valor, Espécie e Recursos Líquidos

Após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Oferta	Quantidade	Valor[1] (R$)	Comissões e Despesas[1] [2] (R$)	Recursos Líquidos[1] [2] (R$)
Por Ação	1	15,50	0,66	14,84
Oferta Primária	22.999.000	356.484.500,00	22.749.017,25	333.735.482,75
Oferta Secundária	43.973.823	681.594.256,50	32.061.711,01	649.532.545,49
Total	**66.972.823**	**1.038.078.756,50**	**54.810.728,26**	**983.268.028,24**

(1) Com base no valor de R$15,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação.
(2) Despesas estimadas a serem pagas conforme apresentado na tabela "Custos da Oferta" na página 47 deste Prospecto.

Após a conclusão da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar:

Oferta	Quantidade	Valor[1] (R$)	Comissões e Despesas[1] [2] (R$)	Recursos Líquidos[1] (R$)
Por Ação	1	15,50	0,66	14,84
Oferta Primária	22.999.000	356.484.500,00	22.803.516,38	333.680.983,62
Oferta Secundária	54.019.746	837.306.063,00	39.386.284,09	797.919.778,91
Total	**77.018.746**	**1.193.790.563,00**	**62.189.800,47**	**1.131.600.762,53**

(1) Com base no valor de R$15,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação.
(2) Despesas estimadas a serem pagas conforme apresentado na tabela "Custos da Oferta" na página 47 deste Prospecto.

Reserva de Capital

A totalidade do valor da emissão das Ações objeto da Oferta Primária será alocada integralmente à conta de nosso capital social, não sendo constituídas reservas específicas.

Custos da Oferta

As comissões serão pagas proporcionalmente entre a Companhia e os Acionistas Vendedores. Os tributos serão arcadas pela respectiva partes. As despesas da Oferta serão pagas pela Companhia. A tabela abaixo indica as comissões e as despesas estimadas da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Custos	Custo Total[1] (R$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta	Custo por Ação[1] (R$)	% em Relação ao Preço por Ação
Comissões da Oferta	**44.118.347,15**	**4,25**	**0,66**	**4,25**
Comissão de Coordenação[2]	6.228.472,54	0,60	0,09	0,60
Comissão de Colocação[3]	18.685.417,62	1,80	0,28	1,80
Comissão de Garantia Firme de Liquidação [4]	6.228.472,54	0,60	0,09	0,60
Comissão de Incentivo[5]	12.975.984,46	1,25	0,19	1,25
Despesas da Oferta[6]	**10.692.381,11**	**1,03**	**0,16**	**1,03**
Tributos e Outras Retenções	4.712.142,22	0,45	0,07	0,45
Taxa de Registro da Oferta pela CVM	566.582,20	0,05	0,01	0,05
Taxa de Registro da Oferta pela ANBIMA	40.350,12	0,00	0,00	0,00
Custos da B3	473.306,56	0,05	0,01	0,05
Despesas com Advogados e Consultores	2.750.000,00	0,26	0,04	0,26
Despesas com Auditores	650.000,00	0,06	0,01	0,06
Outras Despesas[7]	1.500.000,00	0,14	0,02	0,14
Total de Comissões e Despesas da Oferta	**54.810.728,26**	**5,28**	**0,82**	**5,28**

(1) Com base no valor de R$15,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação.
(2) Correspondente a 20% da remuneração base, correspondente a 3% sobre o produto entre (i) a quantidade total de Ações da Oferta efetivamente colocadas, incluindo eventuais caso existentes, as Ações do Lote Suplementar (ainda que em decorrência da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta); e (ii) o Preço por Ação ("Remuneração Base").
(3) Correspondente a 60% da Remuneração Base.
(4) Correspondente a 20% da Remuneração Base.
(5) Correspondente a até 1,25% sobre (i) a quantidade total de Ações da Oferta efetivamente colocadas, incluindo eventuais caso existentes, as Ações do Lote Suplementar (ainda que em decorrência da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta); e (ii) o Preço por Ação.
(6) Despesas estimadas.
(7) Custos com publicidade, apresentações de *roadshow* e outros.

Além da remuneração prevista acima, nenhuma outra será contratada ou paga aos Coordenadores da Oferta, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Distribuição sem prévia manifestação da CVM.

Identificação dos Acionistas Vendedores

Vilson Hermes, brasileiro, casado, industrialista, inscrito no CPF nº 220.261.429-04 e portador da cédula de identidade n.º 2013367749, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rio Grande do Sul.

João Batista da Silva, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, inscrito no CPF sob o n.º 265.714.550-72 e portador da cédula de identidade n.º 5008832981, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rio Grande do Sul.

João Henrique Hoppe, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o n.º 655.308.020-87 e portador da cédula de identidade n.º 48647713, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina.

Herbert Brian Handley, americano, empresário, casado, inscrito no CPF sob o n.º 070.042.271-46, portador do documento de identidade argentino nº 92.441.624 e do portador do passaporte n.º 505969536.

O quadro a seguir apresenta a quantidade de Ações que será alienada por cada Acionista Vendedor, sem considerar as informações sobre as Ações do Lote Suplementar.

Acionistas Vendedores	Ações	Capital Total Antes da Oferta(%)	Valor Estimado Líquido (*em R$*)[1] [2]
Vilson Hermes	43.271.823	28,69%	642.207.943,10
João Batista da Silva	180.000	0,12%	2.671.425,00
João Henrique Hoppe	222.000	0,15%	3.294.757,50
Herbert Brian Handley	300.000	0,20%	4.452.375,00
Total	**43.973.823**	**29,15%**	**652.626.500,60**

[1] Com base no valor de R$15,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação.
[2] Após dedução de comissões e despesas da Oferta.

O quadro a seguir apresenta a quantidade de Ações que será alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as informações sobre as Ações do Lote Suplementar.

Acionistas Vendedores	Ações	Capital Total Antes da Oferta (%)	Valor Estimado Líquido (*em R$*)[1] [2]
Vilson Hermes	53.317.746	35,35%	791.301.998
João Batista da Silva	180.000	0,12%	2.671.425,00
João Henrique Hoppe	222.000	0,15%	3.294.757,50
Herbert Brian Handley	300.000	0,20%	4.452.375,00
Total	**54.019.746**	**35,82%**	**652.626.500,60**

[1] Com base no valor de R$15,50, correspondente ao ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação.
[2] Após dedução de comissões e despesas da Oferta.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, com a exclusão dos direitos de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, e seus termos e condições foram aprovados pelos acionistas da Companhia, em assembleia geral extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2018, cuja ata foi arquivada na JUCEC em 22 de março de 2018 e publicada no DOECE e no jornal "O Povo" em 3 de abril de 2018. O conselho de administração da Companhia, previamente à concessão do registro da Oferta pela CVM, em reunião cuja ata será arquivada na JUCEC e publicada no DOECE e no jornal "O Povo", aprovará a emissão das Ações objeto da Oferta Primária, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social, e o Preço por Ação, a ser calculado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

Público Alvo da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta intermediarão a Oferta junto aos Investidores Não Institucionais e aos Investidores Institucionais de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição.

Os Agentes de Colocação Internacional realizarão esforços de colocação das Ações no exterior para Investidores Estrangeiros, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional, sendo que os Investidores Estrangeiros deverão investir nas Ações por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central, pela CVM e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Cronograma Estimado da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das principais etapas da Oferta:

N.º	Eventos	Data de Realização/ Data Prevista[1]
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	27/02/2018
2.	Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	05/04/2018
3.	Divulgação do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	12/04/2018
4.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	16/04/2018
5.	Encerramento do Período de Reserva	25/04/2018
6.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Reunião do conselho de administração da Companhia que aprova o Preço por Ação Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Distribuição Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo para exercício da Opção de Lote Suplementar	26/04/2018
7.	Registro da Oferta pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	27/04/2018
8.	Início das negociações das Ações na B3	30/04/2018
9.	Data de Liquidação	03/05/2018
10.	Encerramento do prazo para exercício da Opção de Lote Suplementar	29/05/2018
11.	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	04/06/2018
12.	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	27/10/2018

(1) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, prorrogações e antecipações, a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser considerada modificação da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, esse cronograma será alterado. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de divulgação de comunicado ao mercado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 indicadas no item "Informações Sobre a Oferta", "Informações Adicionais".

Para informações adicionais, consulte as seções "Procedimento da Oferta", "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão e Cancelamento da Oferta" e "Inadequação da Oferta a Determinados Investidores", nas páginas 50, 60, 61 e 36 deste Prospecto.

LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" A PARTIR DA PÁGINA 20 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO 4 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Procedimento da Oferta

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização do Prospecto Preliminar, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação pública das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado, por meio da Oferta de Varejo, realizada pelas Instituições Consorciadas, e da Oferta Institucional, realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional.

O plano de distribuição da Oferta, elaborado pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e do Regulamento do Novo Mercado, no que se refere aos esforços de dispersão acionária, leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado, entretanto, que os Coordenadores da Oferta (i) assegurarão a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, e que os representantes de venda das Instituições Participantes da Oferta recebam previamente exemplar deste Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder; e (ii) realizarão os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Não haverá contratação de formador de mercado para esta Oferta.

Oferta de Varejo

No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 10%, e, a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, o montante de, no máximo, 20%, do total das Ações (considerando as Ações do Lote Suplementar) será destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva de acordo com as condições ali previstas e o procedimento indicado neste item.

Observado o disposto no parágrafo abaixo, os Investidores Não Institucionais poderão subscrever ou adquirir Ações no âmbito da Oferta mediante preenchimento de Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo.

Os Investidores Não Institucionais deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

(i) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta deverá realizar Pedido de Reserva, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos incisos (ii), (iv), (v), (viii), (x) e (xi) abaixo e na seção "Violações de Normas de Conduta" na página 55 deste Prospecto;

(ii) os Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor Não Institucional, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;

(iii) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedidos de Reserva, que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva, ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;

(iv) os Investidores Não Institucionais deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (i) deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva da Oferta de Varejo ser cancelado pela Instituição Consorciada; e (ii) são recomendados a realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, em ambos os casos, observado o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo.

(v) caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto pelos Pedidos de Reserva realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(vi) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva (a) seja igual ou inferior ao montante remanescente de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá Rateio (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva, de modo que as Ações remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo, será realizado rateio entre os respectivos Investidores Não Institucionais sendo que (i) até o limite de R$3.000,00, inclusive, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas à Oferta de Varejo entre os Investidores Não Institucionais que apresentarem Pedido de Reserva, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e à quantidade total das Ações destinadas à Oferta de Varejo; e (ii) uma vez atendido o critério descrito no item (1) acima, as Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas entre os Investidores Não Institucionais, proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio"). Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, a quantidade de Ações destinada à Oferta de Varejo poderá ser aumentada para que os Pedidos de Reserva excedentes possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o mesmo critério de Rateio. Caso haja Rateio, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), no prazo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;

(vii) até as 16h do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor Não Institucional pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso em decorrência do Rateio), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;

(viii) até as 10h30min da Data de Liquidação, cada Investidor Não Institucional que tenha realizado Pedido de Reserva, deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no inciso (vii) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor Não Institucional;

(ix) até as 16h da Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor Não Institucional que tenha realizado Pedido de Reserva, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição, desde que tenha efetuado o pagamento previsto no inciso (viii) acima;

(x) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Não Institucional poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (i) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor Não Institucional for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do Anúncio de Retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Não Institucional não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (viii) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva, nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), no prazo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e

(xi) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Distribuição ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (viii) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), no prazo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Oferta Institucional

As Ações destinadas à Oferta de Varejo que não tiverem sido alocadas aos Investidores Não Institucionais serão destinadas à Oferta Institucional, juntamente com as demais Ações, de acordo com o seguinte procedimento:

(i) os Investidores Institucionais interessados em participar da Oferta deverão apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*, inexistindo pedidos de reserva ou limites mínimo e máximo de investimento. Cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos para participar da Oferta Institucional;

(ii) poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). Caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário." na página 69 deste Prospecto**;

(iii) caso as intenções de investimento obtidas durante o Procedimento de *Bookbuilding* excedam o total de Ações remanescentes após o atendimento da Oferta de Varejo, os Coordenadores da Oferta darão prioridade aos Investidores Institucionais que, a exclusivo critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, melhor atendam o objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de investidores, integrada por investidores com diferentes critérios de avaliação das perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, observado o disposto no plano de distribuição elaborado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual leva em conta as suas relações com os clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica;

(iv) até o primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta informarão aos Investidores Institucionais, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas, o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento;

(v) a entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição;

(vi) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Institucionais ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Institucional poderá desistir da respectiva intenção de investimento, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Coordenador da Oferta que tenha recebido a respectiva intenção de investimento (i) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor Institucional for comunicado diretamente pelo Coordenador da Oferta sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do Anúncio de Início, o respectivo Coordenador da Oferta deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor Institucional está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Institucional não informe sua decisão de desistência da intenção de investimento nos termos deste inciso, a intenção de investimento será considerada válida e o Investidor Institucional deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (v) acima e venha a desistir da intenção de investimento nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), no prazo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento da respectiva intenção de investimento; e

(vii) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Distribuição ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todas as intenções de investimento serão canceladas e o Coordenador da Oferta que tenha recebido a respectiva intenção de investimento comunicará ao respectivo Investidor Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (v) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), no prazo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Violações de Normas de Conduta

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400 e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, emissão indevida de pesquisas e relatórios públicos sobre a Companhia e/ou divulgação indevida da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, (i) deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, devendo cancelar todos os Pedidos de Reserva e todos os boletins de subscrição e contratos de compra e venda que tenha recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento; (ii) arcará com quaisquer custos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações e honorários advocatícios, inclusive custos decorrentes de eventuais demandas de potenciais investidores; e (iii) poderá deixar, por um período de até seis meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de qualquer dos Coordenadores da Oferta. Em nenhuma hipótese, os Coordenadores da Oferta serão responsáveis por qualquer prejuízo causado a investidores que tiverem seus Pedidos de Reserva e/ou boletins de subscrição e contratos de compra e venda cancelados em decorrência da exclusão de tal Instituição Consorciada como Instituição Participante da Oferta.

Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional

A Companhia, os Coordenadores da Oferta, os Acionistas Vendedores, a B3 (como interveniente anuente), dentre outros, celebrarão o Contrato de Distribuição, cuja cópia poderá ser obtida com os Coordenadores da Oferta e com a CVM, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Companhia, os Coordenadores da Oferta, os Consultores e os Auditores" na página 9 deste Prospecto.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações estará sujeita a determinadas condições, tais como (i) a entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de *Lock-Up Agreements* pela Companhia, pelos membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pela Blu Licenciamentos e Participações S.A. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores obrigam-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências, assim como por ressarcir determinadas despesas por eles incorridas.

De acordo com o Contrato de Distribuição, ao final do Período de Colocação, as Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) não tiverem sido totalmente liquidadas pelos respectivos investidores, os Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, liquidarão, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta indicado na seção "Informações Sobre a Oferta", "Garantia Firme de Liquidação" na página 57 deste Prospecto, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Ações objeto de garantia firme de liquidação, conforme indicada no Contrato de Distribuição; e (ii) a quantidade de Ações efetivamente liquidada pelos investidores que as subscreveram ou adquiriram. Além disso, o Contrato de Distribuição prevê que a Companhia e os Acionistas Vendedores se obrigam, no que diz respeito à Oferta, a indenizar os Coordenadores da Oferta por certas contingências em determinadas situações, assim como por ressarcir determinadas despesas por eles incorridas.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores serão parte do Contrato de Distribuição Internacional, que regulará os esforços de colocação de Ações no exterior. O Contrato de Distribuição Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para indenizá-los caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no Contrato de Distribuição Internacional ou nos *Offering Memoranda*. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a essas questões, eles poderão ter direito de regresso contra a Companhia e os Acionistas Vendedores por conta desta cláusula de indenização. Adicionalmente, o Contrato de Distribuição Internacional possui declarações específicas em relação à observância de exceções às leis dos Estados Unidos da América de registro de ofertas públicas de valores mobiliários, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Distribuição Internacional, ver seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e as Ações" na página 69 deste Prospecto.

Cópias do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM nos endereços indicados no item "Informações Adicionais", na página 66 deste Prospecto.

Período de Colocação

A data de início da Oferta será divulgada mediante a divulgação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no artigo 52 da Instrução CVM 400. A colocação das Ações deverá ser feita pelas Instituições Participantes da Oferta durante o Período de Colocação.

Para os fins da Oferta, o prazo de distribuição (i) das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) corresponde ao Período de Colocação; e (ii) das Ações do Lote Suplementar corresponde ao prazo previsto na seção "Informações Sobre a Oferta", "Descrição da Oferta" na página 45 deste Prospecto.

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, sendo 27 de outubro de 2018 a data máxima, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Data de Liquidação e Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar

A liquidação física e financeira das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar deverá ser realizada até o terceiro dia útil contado da data de exercício da Opção de Lote Suplementar, mas não antes da data de divulgação do Anúncio de Início, de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição.

As Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), serão entregues aos respectivos investidores até as 16h da Data de Liquidação. As Ações do Lote Suplementar, no caso de exercício da Opção de Lote Suplementar, serão entregues aos respectivos investidores na Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, serão obrigatoriamente subscritas ou adquiridas e liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, de liquidar as Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que tenham sido subscritas ou adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição. Após a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a celebração dos documentos relativos à Oferta, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, os Coordenadores da Oferta realizarão a colocação das Ações, em regime de garantia firme de liquidação (exceto pelas Ações do Lote Suplementar, que obedecerão ao disposto na seção "Sumário da Oferta", "Data de Liquidação" e "Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar" na página 56 deste Prospecto), de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais descritos abaixo e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição:

Coordenadores da Oferta	Quantidade de Ações	% do Total
Coordenador Líder	33.486.412	50%
Credit Suisse	16.743.205	25%
J.P. Morgan	16.743.206	25%
Total	**66.972.823**	**100,0%**

Tal garantia firme de liquidação é vinculante a partir da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, da assinatura do Contrato de Distribuição e das demais condições previstas acima. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada. Após a divulgação do Anúncio de Início e até a divulgação do Anúncio de Encerramento, cópia do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional poderá ser obtida com os Coordenadores da Oferta e a CVM, nos endereços indicados no Anúncio de Início.

Os Coordenadores da Oferta terão o prazo de até três dias úteis, contados da data da divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação pública das Ações (exceto pelas Ações do Lote Suplementar, que obedecerão ao disposto na seção "Informações Sobre a Oferta", "Descrição da Oferta" na página 45 deste Prospecto).

Se, ao final do Período de Colocação, as Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) não tiverem sido totalmente liquidadas pelos respectivos investidores, os Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, liquidarão, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta indicado no Contrato de Distribuição, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Ações objeto de garantia firme de liquidação, conforme indicada no Contrato de Distribuição; e (ii) a quantidade de Ações efetivamente liquidada pelos investidores que as subscreveram ou adquiriram. Além disso, o Contrato de Distribuição prevê que a Companhia e os

Acionistas Vendedores se obrigam, no que diz respeito à Oferta, a indenizar os Coordenadores da Oferta por certas contingências em determinadas situações, assim como por ressarcir determinadas despesas por eles incorridas.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso os Coordenadores da Oferta eventualmente venham a subscrever ou adquirir Ações nos termos acima e tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda de tais Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização a que se refere a seção "Informações Sobre a Oferta", "Estabilização do Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia" na página 58 deste Prospecto.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Caso não existam Pedidos de Reserva e intenções de investimento para a subscrição ou aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e as intenções de investimentos automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), no prazo de três dias úteis contados da data de divulgação do cancelamento. **Para informações adicionais, leia a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – *Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever ou adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta.*" na página 73 deste Prospecto.**

Estabilização do Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia

O Agente Estabilizador, por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A., poderá, a seu exclusivo critério e pelo prazo de até 30 dias contados da data de início das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio de operações de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, que será previamente aprovado pela B3 e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM n.º 476, de 25 de janeiro de 2005. Após a divulgação do Anúncio de Início e até a divulgação do Anúncio de Encerramento, cópia do Contrato de Estabilização poderá ser obtida junto à Companhia, aos Coordenadores da Oferta e ao Agente Estabilizador, no endereço indicado na seção "Informações Sobre a Companhia, os Coordenadores da Oferta, os Consultores e os Auditores" do Prospecto Definitivo.

Nos termos do Contrato de Estabilização, o Agente Estabilizador poderá escolher livremente as datas em que realizará as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia, não estando obrigado a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Os eventuais lucros decorrentes da atividade de estabilização do preço das Ações serão compartilhados entre os Coordenadores da Oferta e as eventuais perdas decorrentes da atividade de estabilização serão absorvidas exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta.

Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)

Durante o prazo de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a Companhia, os Acionistas Vendedores, a Blu Licenciamentos e Participações S.A. e os membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia, exceto mediante prévio consentimento por escrito dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, e observadas as exceções e outras restrições previstas no Contrato de Distribuição Internacional e nos respectivos *Lock-up Agreements*, e descritas a seguir, estarão obrigados a, entre outras restrições previstas no Contrato de Distribuição Internacional e nos respectivos *Lock-up Agreements*, e descritas a seguir, com relação a quaisquer ações de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou exercíveis em ações de emissão da Companhia ("Ações objeto dos *Lock-up Agreements*"): (i) não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, onerar ou de outra forma dispor das Ações objeto dos *Lock-up Agreements*; (ii) não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, outorgar qualquer opção ou direito de subscrição com relação às Ações objeto dos *Lock-up Agreements*; (iii) não realizar qualquer operação de derivativos (incluindo hedge) ou qualquer outra operação que tenha por objeto a transferência de quaisquer direitos econômicos oriundos de tais Ações objeto dos *Lock-up Agreements*.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia

As Ações conferirão aos seus subscritores ou adquirentes os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do estatuto social da Companhia, dentre os quais: (i) direito de voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da Companhia, sendo que cada Ação corresponderá a um voto; (ii) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que a Companhia vier a declarar a partir da Data de Liquidação (conforme definido abaixo) e da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar (conforme definido abaixo), conforme o caso; (iv) direito de alienação das Ações nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* de 100% do preço), observadas as condições e os prazos previstos nas disposições legais e regulamentares aplicáveis; (v) direito de alienação das Ações em oferta pública de cancelamento de registro de emissor de valores mobiliários ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado, por valor justo, ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia apurado de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 4º, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos critérios aceitos pela CVM; (vi) no caso de liquidação da Companhia, direito de participar no acervo líquido da Companhia, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, na proporção da sua participação no capital social; e (vii) com relação aos acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em assembleia geral, direito de retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações com base no seu valor patrimonial, considerados os termos, hipóteses e exceções previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Admissão à Negociação das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia

A Companhia e a B3 celebraram o "Contrato de Participação no Novo Mercado", que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa a serem observadas pela Companhia, que são mais rigorosas que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, contrato esse por meio do qual aderem ao Novo Mercado e que entrará em vigor a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, desde que a Oferta corresponda a, no mínimo, R$500.000.000,00.

As ações serão autorizadas para negociação no Novo Mercado, sob o código "DASS3", a partir do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início.

Instituição Financeira Escrituradora das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, e inscrita no CNPJ sob n.º 61.194.353/0001-64.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou o cancelamento da Oferta, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível, nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamentem, acarretando um aumento relevante dos riscos por assumidos pela Companhia e pelos Coordenadores da Oferta inerentes à própria Oferta. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta.

O requerimento de modificação da Oferta perante a CVM presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de dez dias.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pela Companhia, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja deferido, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou por pedido da Companhia e dos Acionistas Vendedores, prorrogar o prazo para distribuição da Oferta por até 90 dias.

Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores ou posteriores à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos).

A revogação ou qualquer modificação da Oferta, inclusive no caso de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Em se tratando de modificação da Oferta, após a divulgação do Anúncio de Início, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada para que confirmem à respectiva Instituição Participante da Oferta, por meio de comunicação escrita ou por meio eletrônico, no prazo de cinco dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, sendo que será presumida a manutenção se não revogarem expressamente suas intenções de investimento no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nessa hipótese, as Instituições Participantes da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação. Os investidores que revogarem expressamente suas intenções de investimento no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva, na hipótese de modificação da Oferta, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores depositados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), no prazo de três dias úteis contados do recebimento da revogação da aceitação.

Além das hipóteses de revogação da declaração de aceitação da Oferta pelo investidor previstas neste Prospecto e nos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, não há quaisquer outras hipóteses em que o investidor possa revogar sua declaração de aceitação da Oferta.

Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que (a) esteja se processando em condições diversas das constantes na Instrução CVM 400 ou do registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (ii) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Encerrado tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta.

Eventual suspensão ou cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil subsequente ao recebimento da respectiva comunicação mediante envio de comunicação escrita ou por meio eletrônico à respectiva Instituição Participante da Oferta. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores depositados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), no prazo de três dias úteis contados do recebimento da revogação da aceitação ou da comunicação do cancelamento, conforme o caso.

Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

- 12 operações de Automático Revitagiro do BNDES contratadas entre 15/06/2012 e 11/11/2014, com vencimentos em 15/01/2019 e 15/03/2020, no montante total de R$12.666.865,00 e saldo na presente data no valor total de R$3.597.039,00. Tal operação não possui garantia.

- 105 operações FINAME contratadas entre 26/03/2010 e 24/10/2017, com vencimentos entre 15/05/2018 e 15/09/2022, no montante total de R$21.342.141,9 e saldo na presente data no valor total de R$8.045.796,00. Tais operações possuem aval dos acionistas controladores, alienação fiduciária dos equipamentos a serem adquiridos com os recursos oriundos dos respectivos financiamentos e/ou carta fiança emitida pelos acionistas controladores.

- As operações de BNDES possuem taxas de juros que variam entre 2,5% a.a. e 9% a.a., TJLP acrescida DE 4,1% e Selic acrescida de 5,0% ao ano.

- 7 operações de NCE para capital de giro contratadas entre 14/12/2016 e 20/02/2018, com vencimentos entre 03/01/2019 e 22/02/2021, no montante total de R$129.000.000,00 e saldo na presente data no valor total de R$131.069.324,59. Tais operações contam com o aval do acionista controlador e da companhia. Tais operações possuem taxas de juros que variam entre 121,30% do CDI e 125% do CDI.

- Entre 27/07/2007 e 03/06/2015, sociedades do grupo econômico do Coordenador Líder celebraram 3 contratos para prestação de serviços de (i) cobrança; e (ii) pagamentos por meio do sistema de pagamentos SISPAG, à Companhia e às sociedades pertencentes ao seu grupo econômico no volume total de, aproximadamente, R$155.000.000,00.Tais prestações de serviços possuem prazo indeterminado, com remuneração entre R$0,00 e R$22,00 por operação realizada, e não contam com qualquer garantia.

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento com a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico. Entretanto, a Companhia poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderá negociar outros valores mobiliários (que não Ações, ações ordinárias ou ações preferencias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações, ações ordinárias ou ações preferencias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de total return swap). No âmbito da Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico podem subscrever ou adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 74 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou por suas controladas e coligadas.

Além das operações mencionadas acima, nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Credit Suisse

Exceto no que se refere à Oferta, o Credit Suisse não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. A Companhia poderá, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Ações com seus clientes. O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas poderão subscrever ou adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Credit Suisse como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Credit Suisse ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Credit Suisse ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não mantêm relacionamento comercial ou societário com o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico (i) não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, (ii) não participaram de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico e (iii) não realizaram aquisições e vendas de valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações, ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações ou nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações ou nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de total return swap). O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem subscrever ou adquirir Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações]", na página 74 deste Prospecto.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico (i) não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, (ii) não participaram de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico e (iii) não realizaram aquisições e vendas de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta", na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao J.P. Morgan ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o J.P. Morgan ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não mantêm relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico. O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico prestam serviços bancários para alguns Acionistas Vendedores, incluindo, serviços de conta corrente e de corretora.

Os Acionistas Vendedores podem vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 47 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Credit Suisse

Exceto no que se refere à Oferta, o Credit Suisse não possui atualmente qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Credit Suisse como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Credit Suisse ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não mantêm relacionamento comercial ou societário com o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico.

Os Acionistas Vendedores poderão vir a contratar, no futuro, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Operações Vinculadas à Oferta

Não há qualquer outra transação financeira celebrada entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta que sejam vinculadas à Oferta. Para mais informações sobre o relacionamento comercial relevante dos Coordenadores da Oferta com a Companhia, ver seção "Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta", na página 61 deste Prospecto.

Informações Adicionais

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período entre a data da primeira divulgação do Aviso ao Mercado e a data em que for fixado o Preço por Ação.

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Oferta, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento nas Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ou adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Os Coordenadores da Oferta recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta, a consulta a este Prospecto. A leitura deste Prospecto possibilita uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta, dos fatores de risco e dos demais riscos a ela inerentes.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto e do Prospecto Definitivo (os quais incluem o Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto e que estará anexo ao Prospecto Definitivo e seus eventuais aditamentos ou suplementos). Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes deste Prospecto, especialmente as seções que tratam sobre os fatores de risco. É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência da Companhia arquivado na CVM antes de aceitar a Oferta, em especial, as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações", nas páginas 20 e 69 deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Companhia arquivado na CVM, anexo a este Prospecto, para ciência e avaliação de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação à Companhia, à Oferta e ao investimento nas Ações.

O Prospecto Preliminar está disponível nos seguintes endereços e páginas na Internet:

Companhia

Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.
Rua da Universidade 240
62500-000 Itapipoca, CE
At.: Sr. João Batista da Silva
Telefone: (51) 3563-8369
www.grupodass.com.br, em tal página, no menu principal superior clicar em “Oferta Pública de Ações” e, posteriormente, clicar em "Prospecto Preliminar"

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Telefone: (11) 3708-8000
Fac-símile: (11) 3708-8107
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/, neste *website* clicar em "Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.", clicar em "2018" e em seguida clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, na sequência, selecionar o arquivo com o Prospecto Preliminar.

Demais Coordenadores da Oferta

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (partes)
04542-000 São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Telefone: (11) 3701-6800
Fac-símile: (11) 3701-6912
http://www.credit-suisse.com/br (neste website, clicar em “Investment Banking”, depois clicar em “Ofertas”, e, então, clicar no título do documento correspondente ao lado de “Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. – Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.”).

Banco J.P. Morgan S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3729, 6º, 7º e 10º a 15º andares
04538-905 São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Porto
Telefone: (11) 4950-3700
Fac-símile: (11) 4950-6655
http://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/dass (neste website clicar em "Prospecto Preliminar")

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão
http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/, em tal página, acessar "Ofertas em andamento", depois clicar "Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A." e, posteriormente, acessar "Prospecto Preliminar".

Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Rua Sete de Setembro 111, 5º andar
20159-900 Rio de Janeiro, RJ
Rua Cincinato Braga 340, 2º, 3º e 4º andares
01333-010 São Paulo, SP
www.cvm.gov.br, em tal página, no campo "Acesso Rápido", acessar "Consulta – Ofertas Públicas em Análise", em seguida, no quadro "Tipo de Oferta", linha Ações, selecionar o link com o volume na coluna "Primárias", na sequência, no quadro referente à emissora "Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A." acessar o *link* "Prospecto".

O Anúncio de Início e o Anúncio de Encerramento serão divulgados nos endereços e páginas na Internet acima mencionados.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder solicitaram o registro da Oferta em 27 de fevereiro de 2018, estando a Oferta sujeita à prévia aprovação pela CVM. Mais informações ou esclarecimentos sobre a Oferta poderão ser obtidas com as Instituições Participantes da Oferta nos respectivos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Companhia, os Coordenadores da Oferta, os Consultores e os Auditores" na página 9 deste Prospecto.

Instituições Consorciadas

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em 12 de abril de 2018, data de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com o objetivo de apresentar uma relação completa das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da B3.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência.

FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

Investir em ações envolve uma série de riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento em Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", e os riscos constantes da seção 4 do Formulário de Referência, bem como as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto. Caso qualquer dos riscos mencionados abaixo, qualquer dos riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e/ou qualquer dos riscos constantes da seção 4 do Formulário de Referência venha a ocorrer, a participação de mercado, a reputação, os negócios, a situação financeira, o resultado das operações, as margens e o fluxo de caixa da Companhia poderão ser adversamente afetados e, ato contínuo, o preço de mercado das Ações poderá diminuir e os investidores poderão perder todo ou parte do seu investimento nas Ações.

Para os fins desta seção, da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e da seção 4 do Formulário de Referência, a indicação de que um risco pode ter ou terá um "efeito adverso para a Companhia" ou expressões similares significam que esse risco pode ter ou terá um efeito adverso na participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, resultado das operações, margens, fluxo de caixa e/ou preço de mercado das Ações da Companhia.

Os riscos apontados abaixo não são exaustivos, sendo que riscos adicionais que atualmente consideramos irrelevantes ou que atualmente não são de conhecimento da Companhia ou dos Acionistas Vendedores também poderão ter um efeito adverso para a Companhia.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

As ações ordinárias de emissão da Companhia nunca foram negociadas em bolsa de valores, e, portanto, um mercado ativo para as Ações pode não se desenvolver ou, se desenvolvido, pode não se manter, e a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser adversamente afetada em seguida à Oferta. Adicionalmente, a relativa volatilidade e a liquidez limitada dos mercados brasileiros de valores mobiliários poderão restringir a capacidade dos investidores de negociar com as Ações.

Antes da Oferta, as ações ordinárias de emissão da Companhia não eram negociadas em bolsa de valores. Um mercado ativo e líquido de negociação para as ações ordinárias de emissão da Companhia pode não se desenvolver ou, se for desenvolvido, pode não conseguir se manter.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e pode ser mais volátil que os principais mercados de valores mobiliários internacionais, incluindo o dos Estados Unidos da América e os europeus. A B3 apresentou, em fevereiro de 2018, capitalização bursátil de, aproximadamente, R$3,5 trilhões (ou US$980 bilhões) e uma média diária de negociação no período encerrado em 28 de fevereiro de 2018 de, aproximadamente, R$13,1 bilhões (ou US$3.7 bilhões). Em comparação, a capitalização bursátil da NYSE na mesma data era de, aproximadamente, US$23.9 trilhões. As dez ações mais negociadas na B3, em termos de volume, responderam por, aproximadamente, 41,6% do total de negociações na B3 no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Além disso, a B3 pode ser regulada de maneira diferente da que os investidores estrangeiros estejam acostumados. Essas características de mercado podem restringir substancialmente a capacidade dos investidores de negociar com as ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço e na ocasião em que o desejarem, o que poderá, consequentemente, afetar a Companhia adversamente. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser adversamente afetado.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Após o término dos prazos de restrição de negociação de ações ordinárias de emissão da Companhia descritos na seção "Informações Sobre a Oferta", "Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)" na página 59 deste Prospecto, a emissão de novas ações ordinárias pela Companhia ou a venda de ações ordinárias de emissão da Companhia pelas pessoas sujeitas a tais restrições estarão permitidas. A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os investidores na Oferta sofrerão diluição imediata no valor de seus investimentos nas Ações após a Oferta, e, se liquidados pelo valor contábil da Companhia, os investidores poderão não receber o valor total de seu investimento.

Espera-se que o Preço por Ação seja superior ao valor patrimonial por ação ordinária de emissão da Companhia, assim entendido como o resultado da divisão (i) do valor consolidado do ativo da Companhia, reduzido do valor consolidado do passivo da Companhia, pela (ii) quantidade total de ações ordinárias que compõe o capital social da Companhia. Dessa forma, os investidores que subscreverem e/ou adquirirem Ações no âmbito da Oferta efetuarão pagamento de um valor que é superior ao valor patrimonial por ação ordinária de emissão da Companhia, resultando em diluição imediata estimada do valor de seu investimento nas Ações de 62,48%. Para informações adicionais, ver a seção "Diluição" na página 79 deste Prospecto. Adicionalmente, se formos liquidados pelo valor contábil da Companhia, os investidores poderão não receber o valor total de seu investimento.

A Companhia poderá vir a precisar de capital no futuro, por meio da emissão de ações ordinárias ou de valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias, ou envolver-se em operações societárias, o que poderá resultar em uma diluição da participação dos investidores no capital social da Companhia.

A Companhia poderá vir a ter que captar recursos no futuro por meio de subscrições públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou de valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia. A captação de recursos por meio de subscrição pública de ações ou de valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser realizada com a exclusão dos direitos de preferência dos então acionistas da Companhia. Adicionalmente, a Companhia poderá se envolver em operações societárias, incluindo fusões e incorporações, que resultem na emissão de ações ordinárias de emissão da Companhia em favor de outras pessoas, incluindo sócios ou acionistas de sociedades que a Companhia vier a fundir ou incorporar. A ocorrência de qualquer desses eventos pode resultar na diluição da participação dos investidores nas Ações e/ou na diminuição do preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os interesses dos acionistas controladores podem ser divergentes ou conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o estatuto social da Companhia e o Regulamento do Novo Mercado, os acionistas controladores da Companhia têm, e continuarão a ter após a conclusão da Oferta, poderes para eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia, exercer o controle geral sobre a administração da Companhia (inclusive ocupando cargos na administração da Companhia e em sociedades controladas pela Companhia), determinar as políticas da Companhia, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o controle da Companhia por eles detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, a venda de todos ou parte substancial dos ativos da Companhia, ou a retirada das ações do Novo Mercado, assim como determinar a época de distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros pela Companhia. Assim, os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar decisões que podem ser conflitantes com os interesses de outros acionistas, podendo causar um reflexo negativo no valor da cotação das ações da Companhia negociadas no mercado.

Os acionistas da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

De acordo com o estatuto social da Companhia, a Companhia deve pagar anualmente aos seus acionistas um dividendo obrigatório, na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, correspondente a 25% de seu lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a menos que a situação financeira da Companhia não permita. Além disso, o lucro líquido da Companhia poderá ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou retido para constituir reservas, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, ao invés de ser distribuído aos seus acionistas como dividendos ou juros sobre capital próprio.

A Oferta compreende uma oferta pública de distribuição das Ações no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior, o que poderá nos expor a riscos decorrentes ou relacionados a esse tipo de operação. Os riscos decorrentes ou relacionados a esforços de colocação de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários realizada exclusivamente no Brasil.

A Oferta compreende a oferta pública de distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, a ser realizada nos termos da Instrução CVM 400, com esforços de colocação das Ações no exterior. Os esforços de colocação das Ações no exterior sujeitam a Companhia e os Acionistas Vendedores a normas relacionadas à proteção dos investidores estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* e no *Final Offering Memorandum*.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores serão parte do Contrato de Distribuição Internacional, que regulará, dentre outros, os esforços de colocação das Ações no exterior no âmbito da Oferta, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional. O Contrato de Distribuição Internacional contém uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional, por meio da qual a Companhia obriga-se a indenizá-los por perdas que eventualmente venham a incorrer no exterior como resultado de incorreções ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* e/ou no *Final Offering Memorandum*. Caso venham a sofrer essas perdas no exterior, os Agentes de Colocação Internacional poderão ter direito de regresso contra a Companhia e os Acionistas Vendedores em conformidade com essa cláusula de indenização. Além disso, o Contrato de Distribuição Internacional contém declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos da América.

Em cada um desses casos, poderão ser instaurados processos judiciais no exterior contra a Companhia e os Acionistas Vendedores, os quais, especialmente nos Estados Unidos da América, podem envolver montantes significativos, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos da América para o cálculo das indenizações devidas nesses tipos de processo. Adicionalmente, no sistema processual dos Estados Unidos da América, as partes litigantes são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial dos processos, o que onera as companhias envolvidas mesmo que fique provado não ter havido qualquer irregularidade. Eventual condenação em processo judicial que venha a ser movido no exterior contra nós em decorrência ou relacionado a incorreções ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* e/ou no *Final Offering Memorandum* poderá afetar adversamente a Companhia.

A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado em valor inferior ao valor que resultar da subtração, do Valor Mínimo da Faixa de Preço, do valor correspondente a 20% do Valor Máximo da Faixa de Preço, nos termos do artigo 6º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo dos respectivos Pedidos de Reserva. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa. Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor significativamente abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos” na página 76 deste Prospecto, e assim afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir ou subscrever a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso não existam Pedidos de Reserva e intenções de investimento para a subscrição ou aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e as intenções de investimentos automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de três dias úteis contados da data de divulgação do cancelamento. Para informações adicionais sobre cancelamento da Oferta, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Procedimento da Oferta" na página 50 deste Prospecto.

É possível que a Oferta venha a ser cancelada caso a condição de vigência do Contrato de Participação do Novo Mercado não seja atendida.

A partir da data de divulgação do Anúncio de Início, nossas ações ordinárias serão listadas no segmento Novo Mercado da B3, conforme previsto no Contrato de Participação no Novo Mercado. O Contrato de Participação no Novo Mercado somente será eficaz a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, desde que o volume financeiro das ações objeto desta Oferta (considerando as Ações do Lote Suplementar, caso aplicável) seja superior a R$500.000.000,00.

O não atendimento da condição acima poderá levar ao cancelamento da Oferta, sendo todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição/contratos de compra e venda e intenções de investimento automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta” na página 61 deste Prospecto.

Eventual descumprimento, ou indícios de descumprimento, por Instituições Consorciadas, de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de Instituições Participantes da Oferta, com o consequente cancelamento dos Pedidos de Reserva realizados perante tais Instituições Consorciadas e dos respectivos contratos de compra e venda e/ou boletins de subscrição.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400 e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, emissão indevida de pesquisas e relatórios públicos sobre a Companhia e/ou divulgação indevida da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de Instituições Participantes da Oferta, devendo cancelar todos os Pedidos de Reserva, todos os contratos de compra e venda ou boletins de subscrição que tenha recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento. Tais investidores não participarão mais da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira eventualmente incidentes. Para informações adicionais, ver a seção "Informações sobre a Oferta – Procedimento da Oferta – Violação de Normas de Conduta" na página 55 deste Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seu grupo econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas e que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. A partir deste momento e até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo certos dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia ou, ainda, caso sejam veiculadas notícias com dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores podendo resultar, ainda, a exclusivo critério da CVM, na suspensão da Oferta, com a consequente alteração do seu cronograma, ou no seu cancelamento.

A modificação da composição do capital social da Companhia após a oferta pública inicial de ações de sua emissão sem a obtenção de determinadas autorizações contratuais prévias poderá acarretar o vencimento antecipado de certos contratos financeiros da Companhia

A Companhia firmou instrumentos de repasse de recursos do BNDES pelo Itaú Unibanco S.A., através de programas de financiamento a investimento, em especial FINAME, contratados por meio da emissão de Cédulas de Crédito Bancário (CCB), que totalizavam um saldo devedor de R$7.607 mil em 31 de dezembro de 2017, cujos termos preveem vencimento antecipado em caso de modificação da composição do capital social da Companhia (ainda que sem a alteração do controle societário), sem a devida anuência do BNDES. A Companhia solicitou a devida anuência, mas não pode garantir que obterá do BNDES a respectiva confirmação por escrito de que este renunciará à prerrogativa de declarar o vencimento antecipado em termos aceitáveis para a Companhia. O vencimento antecipado destes contratos consumiria uma parcela do caixa da Companhia, o que pode impactar nossos resultados financeiros.

Além disso, outros contratos financeiros celebrados pela Companhia e/ou suas controladas contém

cláusulas de cross acceleration e de cross default, o que significa que o inadimplemento de obrigação da Companhia no âmbito de um contrato poderá resultar na decisão dos demais credores em declarar o vencimento antecipado ou no vencimento antecipado automático, conforme o caso, do saldo devedor das respectivas dívidas. O vencimento antecipado de parte relevante ou de todos os contratos financeiros da Companhia consumiria uma parcela relevante do seu caixa, o que pode afetar adversamente a situação financeira da Companhia.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e despesas estimadas, serão da ordem de R$333.735.482,75, com base no Preço por Ação de R$15,50, que corresponde ao ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta", na página 47 deste Prospecto.

Pretendemos utilizar os recursos líquidos que viermos a receber com a Oferta Primária da seguinte forma:

(a) R$100.000.000,00 para realização de investimentos na área operacional da Companhia, incluindo investimentos em (a.1) novas tecnologias, (a.2) robótica e (a.3) para incorporação de atividades que façam parte da cadeia de produção da Companhia, com o foco de verticalização de produção e captura de margens ("Área Operacional");

(b) R$130.735.482,75 para realização de investimentos na área de negócios da Companhia, incluindo investimentos (b.1) para crescimento das marcas atuais e incorporação de novas marcas no portfólio de Gestão de Marcas e Private Label; e (b.2) para expansão dos negócios de varejo e eCommerce da Companhia ("Área de Negócios"); e

(c) R$103.000.000,00 para a área financeira da Companhia, por meio da redução de sua alavancagem financeira e reforço de seu capital de giro ("Área Financeira").

Em relação aos recursos a serem destinados à Área Financeira, a Companhia pretende pagar as seguintes dívidas com seus credores:

- Nota de Crédito à Exportação n° 4663417 emitida pela Companhia em favor do Banco ABC S.A. em 16 de outubro de 2017, remunerada por 100% da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário) acrescida do *spread* de 1,40%, com vencimento em 07 de outubro de 2019 e com destinação de recursos para financiamento à exportação ou à produção de bens para exportação;

- Cédula de Crédito à Exportação n° 316.801.130 emitida pela Companhia em favor do Banco do Brasil S.A. em 12 de fevereiro de 2016, remunerada por 129% da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimento em 5 de janeiro de 2019 e com destinação de recursos para financiamento à exportação ou à produção de bens para exportação;

- Nota de Crédito à Exportação n° 201800029 emitida pela Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda (controlada da Companhia) em favor do Banco Bradesco S.A. em 12 de fevereiro de 2018, remunerada por 125% da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimento em 14 de fevereiro de 2019 e com destinação de recursos para compra de insumos e mão de obra para fabricação de calçados, confecções e componentes, para a exportação de componentes de calçados e produtos acabados;

- Nota de Crédito à Exportação n° 210091918 emitida pela Companhia em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. em 20 de fevereiro de 2018, remunerada por 124,5% da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimento em 22 de fevereiro de 2021 e com destinação de recursos para capital de giro para compra de insumos e matéria prima destinadas à exportação;

- Nota de Crédito à Exportação n° 21048666617 emitida pela Companhia em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. em 15 de dezembro de 2017, remunerada por 123% da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimento em 21 de janeiro de 2021 e com destinação de recursos para capital de giro para compra de insumos e matéria prima destinadas à exportação; e

- Cédula de Crédito Bancário n° 4079030 emitida pela Companhia em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. em 24 de junho de 2016, remunerada por 123% da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimento em 14 de junho de 2018 e com destinação de recursos para financiamento à produção de mercadorias destinadas à exportação.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos líquidos**	**Valor Estimado Líquido[(1)(2)]**
	%	*(em R$)*
Área Operacional	30%	100.000.000,00
Área de Negócios	39%	130.735.482,75
Área Financeira	31%	103.000.000,00
Total.....	**100%**	**333.735.482,75**

(1) Com base no Preço por Ação de R$15,50, que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.

Os recursos necessários para atingirmos os objetivos indicados acima poderão decorrer de uma combinação dos recursos líquidos que viermos a receber com a Oferta e outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das nossas atividades operacionais.

A destinação dos recursos líquidos que viermos a receber com a Oferta se baseia em nossas análises, perspectivas atuais, projeções sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização, ao nosso exclusivo critério.

O impacto dos recursos líquidos da Oferta sobre a nossa capitalização total encontra-se na tabela da seção "Capitalização" na página 69 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta os empréstimos e financiamentos consolidados de longo prazo e o patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2017, em bases atual e ajustada, para refletir os recursos líquidos que a Companhia estima receber com a Oferta, no montante de aproximadamente R$333.735 mil (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), após a dedução das comissões e despesas que antecipamos ter de pagar no âmbito da Oferta no valor de aproximadamente R$ 22.749 mil, nos termos do Contrato de Distribuição, e com base no Preço por Ação de R$15,50, que corresponde ao ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto.

As informações descritas abaixo foram extraídas das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

O investidor deve ler a tabela em conjunto com os itens 3 (*Informações Financeiras Selecionadas*) e 10 (*Comentários dos Diretores*) do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, bem como com as demonstrações contábeis da Companhia anexas a este Prospecto.

(em R$ mil)	**31 de dezembro de 2017**	**Ajustado** [(2) (3)]
Empréstimos e Financiamentos de longo prazo.....	170.373	170.373
Patrimônio Líquido.....	677.101	1.010.836
**Capitalização Total[(1)].....	**847.474**	**1.181.209**

(1) Corresponde à soma do total dos empréstimos e financiamentos consolidados de longo prazo e o total do patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2017. A definição aqui prevista pode variar das usadas por outras companhias.

(2) A coluna "Ajustado" considera os recursos líquidos a serem obtidos com a Oferta Primária (considerando a dedução das comissões e das despesas da Oferta Primária no valor de aproximadamente R$22.749 mil) e não considera as Ações do Lote Suplementar.

(3) Considerando o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto.

Um aumento ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$15,50, que corresponde ao ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto, aumentaria ou reduziria, conforme o caso, a nossa capitalização total em R$21.891 milhões, considerando o montante dos recursos que estimamos receber com a Oferta de R$333.735 mil, após a dedução das comissões e despesas que antecipamos ter de pagar no âmbito da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, e sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

Não houve mudanças relevantes na capitalização da Companhia desde 31 de dezembro de 2017.

DILUIÇÃO

Considerando a subscrição de 22.999.000 Ações, no âmbito da Oferta Primária pelo Preço por Ação de R$15,50, após a dedução das comissões e despesas que antecipamos ter de pagar no âmbito da Oferta nos termos do Contrato de Distribuição, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 seria de R$1.010.836 mil. Isso representaria um aumento imediato do valor patrimonial por ação de emissão da Companhia e uma diluição imediata de R$9,68 por Ação para os investidores da Oferta, considerada a diferença entre o Preço por Ação e seu valor patrimonial contábil em 31 de dezembro de 2017. Esta diluição representa um percentual de diluição imediata de 62,48% por Ação para os investidores da Oferta, calculada pela divisão do valor de diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os investidores da Oferta pelo Preço por Ação.

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta – Custos da Oferta" na página 47 deste Prospecto.

A tabela abaixo ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017, considerando a realização da Oferta:

Preço por Ação[1]	15,50
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2017	R$ 4,49
Valor patrimonial contábil por Ação em 31 de dezembro de 2017 ajustado para refletir a Oferta	R$ 5,82
Aumento do Valor Contábil Patrimonial Líquido por Ação Atribuído aos Acionistas Existentes	R$ 1,33
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os investidores da Oferta [2]	R$ 9,68
Percentual de diluição imediata para os investidores da Oferta[3]	**62,48%**

(1) Ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto.
(2) Representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2017.
(3) Resultado da divisão (a) da diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os investidores da Oferta pelo (b) Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações de emissão da Companhia e será fixado com base na conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta" nas páginas 44 a 68 deste Prospecto.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$15,50, que é o ponto médio da faixa de preço indicado na capa deste Prospecto, aumentaria (reduziria) a diluição do valor patrimonial contábil por Ação aos investidores da Oferta em R$0,87 por Ação.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações ordinárias de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que as Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores já foram emitidas pela Companhia.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

O quadro abaixo apresenta informações sobre o preço pago pelos administradores e acionistas controladores da Companhia em subscrições de ações de emissão da Companhia nos últimos cinco anos.

Data	Natureza da operação	Subscritor	Quantidade de Ações[1]	Valor (R$)	Valor por Ação (R$)
29/04/2013	Subscrição particular (aumento de capital social)	Herbert Brian Handley	75.416	1.077.230,00	14,28

(1) Em 20 de fevereiro de 2018, a Companhia realizou o desdobramento de suas Ações, à razão de 6 ações para cada ação ordinária de emissão da Companhia. Para mais informações, vide item "Desdobramento de Ações" abaixo. As informações constantes deste item não consideram o Desdobramentos de Ações ocorrido em 20 de fevereiro de 2018.

Desdobramento de Ações

Em 20 de fevereiro de 2018, foi aprovado em assembleia geral extraordinária da Companhia o desdobramento das Ações da Companhia, à razão de 6 ações para cada ação ordinária de emissão da Companhia, sem modificação do valor do capital social. Com a efetivação do grupamento, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 150.831.060 (cento e cinquenta milhões, oitocentos e trinta e um mil e sessenta) ações.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

A Companhia não possui nem pretende implementar plano de opção de compra de ações tão logo a Oferta seja concluída.

ANEXOS

[página intencionalmente deixada em branco]

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

[página intencionalmente deixada em branco]

ESTATUTO SOCIAL DA DASS NORDESTE CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. CNPJ 01.287.588/0001-79

Capítulo I

Denominação, Objeto, Sede e Duração

Artigo 1° - A **DASS NORDESTE CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A,** ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital autorizado regida por este estatuto, pelas leis vigentes aplicáveis a espécie.

§ 1° - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado").

§ 2°- As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Artigo 2° - A Companhia tem por objeto:

I) A industrialização, o comércio, a intermediação, a importação e exportação de:

a) Calçados, partes e seus componentes;
b) Artigos de vestuário, roupas, artefatos e acessórios em geral, de qualquer material, inclusive de origem têxtil, plásticos e outros materiais sintéticos;
c) Produtos de tecidos de materiais naturais ou sintéticos, para os segmentos de roupa de cama, mesa, banho e cozinha, inclusive para jogos, brinquedos, passatempos e artigos para ginástica, esporte, caça e pesca;
d) Artefatos de plásticos de quaisquer tipos ou formatos, para a indústria de calçados e vestuário;
e) Matrizes e moldes para o setor de plásticos;
f) Beneficiamento de couros em geral; e
g) Máquinas e equipamentos.

II) Prestação de serviços voltada às áreas esportivas em geral, fornecendo, "designs" de produtos, "know How" para fabricação dos mesmos, além de estudos mercadológicos e de marketing, bem como organização e realização, por conta própria ou de terceiros, de eventos esportivos em geral.

III) Participação no capital de outras empresas, civis, comerciais e industriais, como sócia quotista ou acionista, no país ou no exterior, mediante a aplicação de recursos próprios ou de incentivos fiscais.

IV) Transporte rodoviário de cargas em geral, intermunicipal, interestadual e internacional.

Artigo 3° - A Companhia terá sua Sede e Foro Jurídico na Rua da Universidade, 240, Bairro Madalena, CEP 62.500-000, Itapipoca, Ceará.

Artigo 4° - A critério e, por deliberação da Diretoria, podem ser instaladas em qualquer parte do território nacional ou exterior, agências, filiais, escritórios na forma da lei.

Artigo 5° - A Companhia iniciou suas atividades em 04 de julho de 1996 e seus atos constitutivos foram registrados e arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará em 04 de julho de 1996, sob o nº. 23200701150, sendo transformada em Sociedade Anônima em 19 de maio de 1998, conforme Ata registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará, sob o nº. 23300020367, tendo retomado a forma jurídica de sociedade empresária de quotas limitada em 25/11/2009, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o nº 2320128756. Em 08/02/2013 teve registrada sua transformação em Sociedade Anônima sob NIRE 23300034210. Seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Capítulo II
Capital Social e Ações

Artigo 6° - O capital social da Companhia é de R$ 359.077.230,00 (trezentos e cinquenta e nove milhões, setenta e sete mil, duzentos e trinta reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 150.831.060 (cento e cinquenta milhões, oitocentas e trinta e uma mil e sessenta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

§ 1º - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

§ 2º – Fica vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Artigo 7° - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia.

Artigo 8° - A Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais).

§ 1º - Competirá ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão de ações, previstas no art. 8º acima, inclusive preço, prazo e forma de subscrição e integralização.

§ 2º - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado.

§ 3º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa de valores ou por meio de subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 9º - Todas as ações de emissão da Companhia são escriturais, sendo mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituições financeiras autorizadas

pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), conforme designadas pelo Conselho de Administração, com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

Parágrafo Único – A instituição financeira depositária poderá cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites fixados pela CVM.

Capítulo III
Órgãos da Companhia

Artigo 10 - São órgãos da Companhia: (a) a Assembleia Geral; (b) o Conselho de Administração; (c) a Diretoria; e (d) o Conselho Fiscal.

Artigo 11 - A administração da Companhia será exercida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e por uma Diretoria, com funções representativas e executivas, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social

§ 1º - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

§ 2º - Os administradores deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à Companhia a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

§ 3º - A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura do termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 34.

§4º - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Artigo 12 - Observada convocação regular na forma deste Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

Parágrafo Único – Somente será dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os seus membros, admitidos, para este fim, os votos proferidos por escrito.

Seção I – Assembleia Geral

Artigo 13 - A Assembleia Geral, com a competência prevista em lei, reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, atendidos os preceitos de direito nas respectivas convocações.

Artigo 14 - A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de (i) 15 (quinze) dias em primeira convocação; e (ii) 8 (oito) dias, em segunda convocação, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procurações e participação e votação à distância em assembleias gerais. A

Assembleia Geral será presidida por uma mesa composta de Presidente e Secretário escolhidos pelos acionistas presentes.

Artigo 15 - Para tomar parte na Assembleia Geral, o acionista deverá depositar na Companhia, com antecedência mínima de 03 (três) dias corridos, contados da data da realização da respectiva assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e deste Estatuto, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade.

Parágrafo único - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista, o procurador ou representante legal que comparecer à assembleia munido dos documentos referidos no parágrafo acima, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Artigo 16 - As deliberações da Assembleia Geral, serão sempre tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções legais.

Artigo 17 - Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, compete à Assembleia Geral discutir e deliberar sobre:
I. reformar o estatuto social;
II. transformar, fundir, incorporar e cindir a Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;
III. solicitar a recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de auto-falência pela companhia e/ou decisão sobre a forma de exercício do seu direito de voto em assembleias gerais de sua sociedades controladas que trate de solicitação de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de auto-falência pelas Controladas;
IV. aprovar as contas e propostas apresentadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;
V. eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
VI. fixar a remuneração global anual dos administradores;
VII. aprovar os planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou emregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle; e
VIII. analisar a necessidade de realização de Oferta Pública para saída voluntária do Novo Mercado.

Seção II – Conselho de Administração

Artigo 18 - O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

§ 1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

§ 2º Também será(ão) considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

§ 3º - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no §1º acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º - A Assembleia Geral designará dentre os conselheiros eleitos aqueles que irão ocupar o cargo de Presidente e os cargos de 1.º e 2.º Vice-Presidentes do Conselho de Administração.

§ 5º - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

§ 6º - Nos casos de ausência ou impedimento temporário, o Presidente do Conselho será substituído pelo 1.º Vice-Presidente e, no impedimento deste, pelo 2.º Vice-Presidente. Nos casos de ausência ou impedimento temporário dos demais conselheiros, o 1.º Vice-Presidente será substituído pelo 2.º Vice-Presidente, sendo que este e qualquer dos demais conselheiros serão substituídos pelo conselheiro que vier a ser indicado pelo Presidente do Conselho.

§ 7º - Vagando o cargo de Presidente do Conselho, exercerá a presidência o 1º Vice-Presidente, e na falta deste, o 2º Vice-Presidente. Vagando qualquer outro cargo no Conselho, inclusive os de Vice-Presidente, os conselheiros remanescentes designarão um substituto que irá servir até a próxima Assembleia Geral. Vagando a maioria dos cargos, convocar-se-á de imediato a Assembleia Geral para se proceder a eleição de novos membros, para complementar o prazo restante de mandato dos conselheiros substituídos.

Artigo 19 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 04 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que o interesse social assim exigir, mediante convocação pelo Presidente do Conselho de Administração ou pela maioria de seus membros, com antecedência mínima de 3 (três) dias, através de correspondência com aviso de recebimento, telegrama, fac-símile ou correio eletrônico, que permita a comprovação do recebimento, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

§ 1º - Independentemente das formalidades de convocação previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou representados na forma do Parágrafo 4º deste Artigo deste Estatuto Social.

§ 2º – Observada a convocação regular, na forma deste Estatuto Social, as reuniões do Conselho de Administração serão validamente realizadas com a presença da maioria de seus membros em exercício.

§ 3º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho, que indicará o secretário da reunião, observado o disposto nos Parágrafos 7.º e 8º do Artigo 18.

§ 4º - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. Os membros do Conselho de Administração poderão ser representados nas reuniões do Conselho de Administração por outro membro, nomeado por procuração específica para esse fim.

§ 5º - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia e assinada por todos os Conselheiros presentes ao conclave. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 4º deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

§ 6º - O Conselho de Administração poderá convidar, em suas reuniões, outros participantes, com a finalidade de prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

§ 7º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros em exercício, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.

§ 8º - O Conselho de Administração poderá extinguir, criar e nomear Comitês de Assessoramento e de Planejamento de forma a auxiliar na melhor administração da Companhia, bem como a aprovação se seus respectivos regimentos internos, ou grupos de trabalho não deliberativos, com atribuições específicas de assessoramento, com competência para análise e recomendação sobre determinadas matérias em assuntos para os quais forem constituídos.

Artigo 20 - Compete ao Conselho de Administração:

a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
b) eleger, destituir e proceder a substituição dos Diretores da Companhia, assim como fixar-lhes as atribuições, observando o dispositivo neste Estatuto;
c) examinar e aprovar o planejamento, investimento e orçamento elaborados pela Diretoria;
d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;
e) convocar a Assembleia Geral, sempre que julgar conveniente;
f) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
g) escolher e destituir os auditores independentes;
h) submeter à Assembleia Geral qualquer proposta de reforma estatutária;
i) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia, para cancelamento, permanência em tesouraria ou posterior alienação;
j) deliberar sobre a emissão de notas promissórias, para distribuição pública, estabelecendo as condições a que estiverem sujeitas;

k) autorizar a Companhia a participar de outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia ou acionista;
l) autorizar ou ratificar a celebração pela Diretoria de protocolos de incorporação, fusão ou cisão;
m) deliberar sobre a abertura ou fechamento de filiais ou quaisquer outros estabelecimentos da Companhia;
n) aprovar a declaração de dividendos intermediários ou intercalares, ou o pagamento de juros sobre capital próprio, nos termos dos Artigos 32 e 33 deste Estatuto Social;
o) autorizar as operações que individualmente envolvam bens, obrigações, prestação de garantias ou avais, constituição de ônus reais sobre bens do ativo, empréstimos, contratos de financiamento e outros negócios jurídicos, bem como as alienações de imóveis da Companhia e a realização de investimentos que representem valores superiores a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
p) deliberar sobre a celebração, ou rescisão de contratos e obrigações de qualquer natureza entre a Companhia e quaisquer dos administradores e/ou Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como outras sociedades nas quais os administradores e/ou o Acionista Controlador tenham interesse, em qualquer caso que venham a envolver valores superiores a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar uma avaliação independente para revisar os termos e condições da proposta apresentada e sua adequação às condições de mercado;
q) deliberar sobre a aquisição e alienação de participação societária em outras sociedades, a participação em concorrências públicas, a participação em consórcio de empresas, bem como sobre a constituição de subsidiárias;
r) outorgar, dentro dos limites e condições do plano de opções de compra ou subscrição aprovados pela Assembleia Geral, opções de compra e/ou de subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;
s) deliberar sobre o exercício do direito de voto pela Companhia em sociedade controlada, bem como indicar, quanto aplicável, os administradores, diretores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal das sociedades controladas pela Companhia e/ou nas quais a Companhia detenha participação;
t) deliberar sobre as medidas necessárias para a adesão, permanência e saída da Companhia ao Novo Mercado da B3;
u) aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (i) Código de Conduta; (ii) Política de Remuneração; (iii) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos do Conselho de Administração, comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (iv) Política de Gerenciamentos de Riscos; (v) Política de Transações com Partes Relacionadas; e (vi) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e
v) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, no qual se manifestará, ao menos: (i) sobre a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis

no mercado.

Seção III - Diretoria

Artigo 21 - A diretoria será composta de no mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, por maioria de votos, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida a reeleição, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, 1 (um) Diretor de Marketing, 1 (um) Diretor Comercial e 1 (um) Diretor Industrial.

§ 1º - O cargo de Diretor de Relações com Investidores poderá ser exercido de forma cumulativa com o exercício de outro cargo de Diretor por um único Diretor.

§ 2º - Em caso de ausência temporária de qualquer Diretor, caberá ao Conselho de Administração designar, dentre os demais Diretores, um substituto provisório que irá acumular o cargo e as funções do ausente.

§ 3º - Em caso de vaga definitiva na Diretoria, caberá ao Conselho de Administração designar um substituto definitivo para completar o mandato do substituto, sempre que o número de Diretores não atingir ao mínimo legal.

§ 4º - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

a) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades da Companhia;
b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
c) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;
d) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria;
e) executar e fazer executar o Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
f) elaborar e acompanhar os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia;
g) elaborar e acompanhar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
h) coordenar a política de recursos humanos, organizacional, gerencial e operacional da Companhia;
i) propor ao Conselho de Administração e analisar a captação de recursos junto às instituições financeiras;
j) definir as diretrizes econômico-financeiras da Companhia de acordo com as metas e prioridades estabelecidas pelo Conselho de Administração; e
k) propor a participação da Companhia em outras sociedades, mediante participações que adquiram o controle acionário ou não dessas empresas, bem como a realização de investimentos no mercado em geral.

§ 5º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas:

a) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos

investidores, à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, conforme legislação aplicável;

b) divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação;

c) prestar informações aos investidores; e

d) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, tudo em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM, e junto às bolsas de valores, nos quais a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados.

§ 6º - Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro, dentre outras:

a) responder pelo controle e gestão orçamentária da companhia, acompanhando indicadores e analisando relatórios para consolidação do orçamento, visando garantir o alcance das metas de orçamento e prover informações gerenciais de qualidade;

b) definir estratégias e diretrizes para a Companhia, através do planejamento anual das ações e elaboração do orçamento, em conjunto com os demais Diretores;

c) assegurar que área de Controladoria, envolvendo o controle de gestão e de custos, forneça indicadores para tomadas de decisões, detectando fatores que possam influir nos resultados da Companhia;

d) assegurar a eficiência das operações de pagamentos e recebimentos, bem como a análise e concessão de crédito, através da definição de diretrizes e políticas, visando a redução da inadimplência e garantindo a saúde financeira da Companhia;

e) responder pelo controle do fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos, visando maximizar o resultado financeiro, dentro dos níveis de risco aceitos pela Companhia;

f) realizar estudos de viabilidade de investimentos em novos negócios, fusões e aquisições, com o objetivo de suportar a tomada de decisões;

g) assegurar a correta aplicação da legislação fiscal, apuração do imposto de renda corporativo e suas obrigações acessórias, definindo normas e procedimentos fiscais visando eximir a Companhia de riscos de natureza tributária;

h) participar das reuniões do comitê executivo para, juntamente com os demais Diretores, tomar as decisões e definir estratégias, visando o desenvolvimento e sucesso da Companhia;

i) garantir que a área de Recursos Humanos, desenvolva e implemente ações e programas que promovam a atração, retenção, produtividade e qualificação dos recursos humanos da Companhia;

j) definir diretrizes do planejamento estratégico da companhia, de curto, médio e longo prazos, transmitindo-as aos Diretores para sua implementação, visando garantir os resultados financeiros e mercadológicos estipulados pelo Conselho de Administração;

k) aprovar e garantir o cumprimento do orçamento da Companhia, acompanhando periodicamente os relatórios, a fim de manter o controle, realizar análises e propor ações, visando ao alcance das metas estabelecidas para a região;

l) garantir que as áreas de Controladoria, Planejamento e Controle e Administração prestem serviços que atendam às necessidades dos clientes internos, supram a organização de informações gerenciais para a tomada de decisões e mantenham as equipes comprometidas para alavancar os negócios da Companhia;

m) dar diretrizes e acompanhar o orçamento para viabilização de novos projetos; e
n) assegurar a correta gestão dos recursos financeiros da Companhia, assim como a relação entre ativos e passivos, através da análise do risco de variação do custo do passivo, a fim de garantir a saúde financeira da Companhia.

§ 7º - Compete ao Diretor de Marketing, dentre outras:

a) planejar, definir e acompanhar todas as atividades de marketing;
b) definir as estratégias de atuação e posicionamento de cada marca da Companhia relacionada aos seus produtos no que tange a análise de mercado, publicidade, propaganda, desenvolvimento de políticas e programas;
c) planejar e desenvolver produtos que atendam as estratégias das marcas, sejam competitivas e supram as necessidade do mercado;
d) estabelecer padrão de imagem corporativa a fim de melhorar a visibilidade e posição competitiva da companhia; e
e) exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

§ 8º - Compete ao Diretor Comercial, dentre outras:

a) planejar, definir e administrar estratégias comerciais;
b) estabelecer e gerir estruturas de vendas e políticas de relacionamento comercial;
c) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza comercial;
d) elaborar relatórios de natureza comercial e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia; e
e) planejar e executar políticas de gestão em sua área de competência.

§ 9º - Compete ao Diretor Industrial, dentre outras:

a) planejar e avaliar a operação industrial, envolvendo plantas internas e terceiros;
b) acompanhar as atividades de gestão de produção, práticas de excelência, estratégias e projetos que visam a competitividade industrial e a busca da inovação tecnológica; e
c) outras atividades inerentes ao cargo.

Artigo 22 - A Diretoria reunir-se-á ordinária e extraordinariamente, mediante convocação do Diretor Presidente ou a pedido de qualquer um de seus diretores e com a presença da maioria de seus membros. A reunião será presidida pelo Diretor Presidente ou por um dos diretores escolhido na ocasião que escolherá um diretor para secretariar os trabalhos.

§ 1º - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores.

§ 2º - As reuniões de Diretoria instalar-se-ão validamente com a presença da maioria de seus membros e deliberarão por maioria de votos dos presentes, devendo suas decisões constar de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio, sempre que solicitado por qualquer Diretor.

Artigo 23 - Compete também aos Diretores:

P

a) Exercer as atribuições e os poderes que a lei e este estatuto lhes conferem para assegurar a regular continuidade da Companhia;
b) Cumprir e fazer cumprir as deliberações tomadas em assembleias gerais e nas suas reuniões;
c) Representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais e/ou estatutárias pertinentes e as deliberações da Assembleia Geral;
d) Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgarem úteis e necessários à boa gestão e aperfeiçoamento da prática administrativa da Companhia;
e) Manter atualizados os livros e registros contábeis, fiscais e societários exigidos pela lei e os controles gerenciais a serem apresentados quando solicitados;
f) Celebrar contratos de acordos estratégicos; e
g) Constituir e nomear procuradores em nome da Companhia, para representá-la, desde que acompanhada da assinatura de dois diretores, ou de um diretor e de um procurador com poderes específicos, devendo ser especificado no instrumento os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, exceto a judicial que poderá ser por prazo indeterminado.

Artigo 24 – A Diretoria administrará a Companhia com plenos poderes de conformidade com as leis vigentes e com o presente Estatuto Social, competindo-lhe a prática de todos os atos necessários e seu regular funcionamento e que não sejam de competência da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

§ 1º - Para prática dos atos abaixo mencionados é requerida a assinatura conjunta de 2 (dois) diretores ou de um (1) diretor e um procurador com poderes específicos:

a) a constituição de ônus reais sobre tais bens e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, atendido o disposto no Artigo 20º.
b) a concessão de avais ou fianças em nome da Companhia, atendido o disposto no Artigo 20.
c) a alienação de bens integrantes do ativo permanente, atendido o disposto no Artigo 20.

§ 2º - Serão válidos com a assinatura de apenas um dos diretores ou um procurador, os seguintes atos: a) Documentos relativos à contratação de pessoal; b) Informações e requerimentos condizentes a Órgãos Oficiais das esferas Municipal, Estadual e Federal; c) Cadastros e Informações Bancárias; d) Documentos de relacionamento com Entidades, Clientes, Fornecedores e Instituições; e) Documentos e contratos relativos a aquisição e renovação de Certificados Digitais.

§ 3º - Dependerá sempre de assinatura de 2 (dois) Diretores, ou 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, ou ainda 2 (dois) procuradores em conjunto, a assinatura de contratos em geral, termos de responsabilidade, títulos de crédito e a emissão de cheques.

§ 4º - Qualquer Diretor ou procurador poderá agir isoladamente nos seguintes casos:
a) emissão de duplicatas e seu respectivo endosso para cobrança ou desconto bancário;
b) endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia;
c) em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista;

d) na cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia;
e) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros;
f) na representação da Companhia nas Assembleias Gerais de suas controladas e demais sociedades em que tenha participação acionária;
g) na representação da Companhia em juízo; e
h) nos demais casos não especificados nos artigos acima.

§ 5º - Além dos casos previstos no § 2.º acima, dois Diretores poderão autorizar um Diretor ou um procurador a agir individualmente, desde que para fim específico e por tempo determinado.

Seção IV - Conselho Fiscal

Artigo 25 - A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, devendo a Assembleia Geral, quando apresentado pedido pelos acionistas, instalar Conselho Fiscal, o qual funcionará com a competência, atribuições e deveres definidos em lei, até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir a sua instalação. Neste caso, o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia, e que funcionará no exercício social em que for instalado.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal deverão, ainda, imediatamente após a posse no cargo, comunicar à Companhia a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive derivados.

§ 2º - O prazo de mandato dos membros do Conselho Fiscal encerrar-se-á na Assembleia Geral Ordinária subsequente à qual houve a respectiva eleição.

§ 3º - Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho Fiscal, os membros em exercício deverão convocar Assembleia Geral com o objetivo de eleger substituto e respectivo suplente para exercer o cargo até o término do mandato do Conselho Fiscal.

§ 4º - Em caso de impedimento temporário ou ausência, o Conselheiro Fiscal temporariamente impedido ou ausente será substituído pelo respectivo suplente vinculado, se houver, ou, na ausência deste, por outro membro do Conselho Fiscal munido de procuração com poderes específicos, para que este vote em seu nome nas reuniões do Conselho Fiscal.

§ 5º - Os membros do Conselho Fiscal perceberão os honorários fixados pela Assembleia Geral que os eleger.

Artigo 26 – O Conselho Fiscal, quando instalado, reunir-se-á ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que o interesse social assim exigir, mediante convocação por escrito de quaisquer de seus membros, por carta, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo Único - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros Fiscais.

Capítulo V
Alienação do Controle Acionário

Artigo 27 - A alienação direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações ("Oferta Pública") tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Capítulo VI
Exercício Social e Demonstrações Financeiras

Artigo 28 - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício, a Diretoria providenciará a elaboração das demonstrações financeiras previstas em Lei. A Companhia poderá levantar também balanço trimestral e/ou semestral.

§ 1º - As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, as normas da Comissão de Valores Mobiliários e demais disposições legais aplicáveis.

Artigo 29 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

Artigo 30 - Feitas as deduções referidas no Artigo 29, será destacada uma participação aos administradores, a ser definida pelo Conselho de Administração e aprovada pela Assembleia Geral, nos termos do § 1º, do Artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações, em montante não superior a 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a respectiva remuneração anual, se este limite for menor.

§ 1º - Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o Artigo 31.

§ 2ª - A participação atribuída aos administradores, nos termos deste Artigo, será rateada entre seus membros, de acordo com o critério estabelecido pelo Conselho de Administração.

Artigo 31 - O lucro líquido resultante, após as deduções referidas nos Artigos 29 e 30, será diminuído ou acrescido dos seguintes valores, nos termos do dispositivo no Artigo 202 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a saber:

a) 5% (cinco por cento) destinados à Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
b) uma importância, por proposta dos órgãos da administração, destinada à formação de reserva para contingências e revisão das mesmas reservas formadas em exercícios

anteriores, na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;

d) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório

e) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, II e III, da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório;

f) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e

g) a parcela remanescente do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos", observado o disposto no Artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações, que tem por finalidade preservar a integridade do patrimônio social, reforçando o capital social e de giro da Companhia, com vistas a permitir à Companhia a realização de novos investimentos. O limite máximo desta reserva será de até 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deverá deliberar sobre a aplicação do excesso na distribuição de dividendos aos acionistas.

§ 1º - Os dividendos e/ou juros sobre capital próprio não reclamados não vencerão juros e, no prazo de 3 (três) anos, reverterão em benefício da Companhia.

§ 2º - A destinação dos lucros para constituição da "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos" de que trata o item "g" deste artigo e a retenção de lucros com base em orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações não poderão ser aprovadas, em cada exercício social, em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório.

Artigo 32 - O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balanços e demonstrações financeiras intermediárias, trimestrais ou semestrais, e, com base em tais balanços, aprovar a distribuição de dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 33 – A Companhia poderá pagar aos seus acionistas, mediante deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e legislação e regulamentação pertinentes, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Capítulo VII
Juízo Arbitral

Artigo 34 - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver,, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentesdas disposições contidas na Lei n° 6.385/76, na Lei n° 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Capítulo VIII
Dissolução, Liquidação e Extinção

Artigo 35 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei.

Artigo 36 - A liquidação será efetuada por uma comissão liquidante destinada pela Assembleia Geral, podendo tal nomeação recair sobre a própria Diretoria.

Artigo 37 - A Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, a duração do mandato da comissão liquidante e a respectiva remuneração, bem como, se for o caso elegerá o liquidante, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

Capítulo IX
Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 38 - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Artigo 39 - Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 40 - As disposições contidas nos parágrafos 1° e 2° do Artigo 1°, nos parágrafos 2° e 3° do Artigo 11, no inciso VII do Artigo 17, nos parágrafos 1°, 2°, 3° e 5° do Artigo 18, nos itens "u", "v" e "w" do Artigo 20 e nos Capítulos V e VII deste Estatuto Social, somente terão eficácia, a partir da data de admissão da Companhia no segmento do Novo Mercado, o que está condicionado ao Registro de Companhia Aberta na Comissão de Valores Mobiliários e à adequação da Companhia ao Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 41 - Os casos omissos neste estatuto serão regulados de acordo com a legislação aplicável às sociedades anônimas e demais legislações vigentes, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2018, QUE APROVA A REALIZAÇÃO DA OFERTA

[página intencionalmente deixada em branco]

DASS NORDESTE CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ/MF nº 01.287.588/0001-79
NIRE 23.300.034.210

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Data, Horário e Local: No dia 20 de fevereiro de 2018, às [9:00 horas], na sede da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A., na Cidade de Itapipoca, Estado do Ceará, na Rua da Universidade, nº 240, Bairro Madalena, CEP 62.500-000 ("Companhia").

Convocação e Presenças: Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas.

Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Vilson Hermes e secretariados pelo Sr.João Batista da Silva.

Ordem do Dia: Deliberar sobre:

(i) a abertura de capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480");

(ii) o pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e adesão ao segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado ("Novo Mercado");

(iii) o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações;

(iv) a alteração e aprovação do capital autorizado da Companhia;

(v) a proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado;

(vi) a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente);

(vii) o conhecimento da renúncia ao cargo de 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração apresentada pelo Sr. Vitor Rogério de Moura Ferreira;

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5083164 em 22/03/2018 da Empresa DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A., Nire 23300034210 e protocolo 180314602 - 26/02/2018. Autenticação: E5A9793384C648E6B2D8FBF4F6B91BDD6D7B77. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 18/031.460-2 e o código de segurança RKUW Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/03/2018 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

(viii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia;

(ix) a retificação e reemissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016;

(x) a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta; e

(xi) a autorização para a diretoria praticar todos os atos necessários para implementação das deliberações acima.

Deliberações: Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) aprovar (a) a abertura de capital da Companhia e (b) a submissão, pela Companhia, do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480;

(ii) aprovar a submissão do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado da B3 e a celebração com a B3 do contrato de participação no Novo Mercado, ficando o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia, conforme aplicável, autorizados a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado;

(iii) o desdobramento da totalidade das 25.138.510 (vinte e cinco milhões, cento e trinta e oito mil, quinhentas e dez) ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, à razão 1:6, de modo que o capital social da Companhia passará a ser dividido em 150.831.060 (cento e cinquenta milhões, oitocentos e trinta e um mil e sessenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal;

(iv) o aumento do capital autorizado da Companhia de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) para R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais);

(v) aprovar a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das deliberações da presente ata, inclusive a adaptação às cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** da presente ata;

Caso não haja liquidação da Oferta, os acionistas se comprometem a reformar o Estatuto Social, de forma que este documento volte a ter a redação vigente antes das alterações aprovadas.

(vi) aprovar a realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. e com a participação de determinadas

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5083164 em 22/03/2018 da Empresa DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A., Nire 23300034210 e protocolo 180314602 - 26/02/2018. Autenticação: E5A9793384C648E6B2D8FBF4F6B91BDD6D7B77. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 18/031.460-2 e o código de segurança RKUW Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/03/2018 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE SECRETÁRIA GERAL

instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América (SEC), em operações isentas de registro, previstas no U.S. *Securities Act* de 1933 e outros regulamentos aplicáveis, e nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-US persons*), de acordo com o Regulamento S. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar correspondente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Nos termos do artigo 172, I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta;

(vii) conhecer da renúncia apresentada pelo Sr. Vitor Rogério de Moura Ferreira, português, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 35.024.190-9, emitida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 067.044.688-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros, nº 242, Pinheiros, CEP 05.425-000 ao cargo de 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, formalizada à Companhia por meio carta de renúncia enviada à Companhia em 14 de fevereiro de 2018;

(viii) A reeleição do Sr. **Vilson Hermes**, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, industrial, portador da Cédula de Identidade nº 2013367749, emitida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 220.261.429-04, residente e domiciliado na Cidade de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 916, apto. 2301, Bairro Vila Rosa, CEP 93.310-330 ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; a eleição do Sr. **Waldemar Antonio Schmitz**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 352.154, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 182.757.619-72, residente e domiciliado na Cidade de Pinhalzinho, no Estado de Santa Catarina, na Av. Rio Branco nº 1.222, Centro, CEP 89870-000 ao cargo de 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração; **Armin Volker Knab**, alemão, natural de Fürth, Alemanha, divorciado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RNE Nº W 432.903-G, emitida pela SE/DPMAF/DPS e inscrito no CPF sob o nº 362.660.867-00, residente e domiciliado em Wiesenstrasse 14 CH-8008 em Zürich (Suíça) ao cargo de 2º Vice-Presidente do Conselho de Administração, todos com prazo de mandato de 2 (dois) anos.

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5083164 em 22/03/2018 da Empresa DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A., Nire 23300034210 e protocolo 180314602 - 26/02/2018. Autenticação: E5A9793384C648E6B2D8FBF4F6B91BDD6D7B77. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 18/031.460-2 e o código de segurança RKUW Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/03/2018 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

A posse dos Srs. Waldemar Antonio Schmitz e Armin Volker Knab como membros independentes do Conselho de Administração fica condicionada ao atendimento dos itens I e II, artigo 17, do Regulamento do Novo Mercado. Desse modo, na próxima reunião do Conselho de Administração da Companhia (i) o Sr. Waldemar Antonio Schmitz e o Sr. Armin Volker Knab deverão apresentar as respectivas declarações ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, e (ii) o Conselho de Administração deve se manifestar sobre o enquadramento de referidos Conselheiros como membros independentes, conforme critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado.

Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomam posse mediante assinatura de termo de posse (**Anexo II**), na forma e no prazo do artigo 149, parágrafo 1º da Lei n.º 6.404/76, observado o disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 367/02, no artigo 157 da Lei n.º 6.404/76 e no artigo 11 da Instrução CVM nº 358/02.declaram, para fins do disposto no artigo 37, inciso II da Lei n.º 8.934/94 e no artigo 147, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

(ix) a retificação e reemissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016;

(x) a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta; e

(xi) a autorização para a diretoria praticar todos os atos necessários para implementação das deliberações acima.

Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Acionistas Presentes: (i) Blu Licenciamento e Participações S.A.; (ii) Vilson Hermes; (iii) Armin Volker Knab, representado pelo Sr. Vilson Hermes; (iv) Vitor Rogério de Moura Ferreira; (v) Waldemar Antonio Schmitz; (vi) Herbert Brian Handley, representado pelo Sr. João Batista da Silva; (vii) João Batista da Silva; e (viii) João Henrique Hoppe.
Certidão: Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

Local e data: Itapipoca, CE, 20 de fevereiro de 2018.

Mesa:

Vilson Hermes
Presidente da Mesa

João Batista da Silva
Secretário da Mesa

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: 5083164
EM 22/03/2018.

DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A.

Protocolo: 18/031.460-2

Junta Comercial do Estado do Ceará
Certifico registro sob o nº 5083164 em 22/03/2018 da Empresa DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A., Nire 23300034210 e protocolo 180314602 - 26/02/2018. Autenticação: E5A9793384C648E6B2D8FBF4F6B91BDD6D7B77. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucec.ce.gov.br e informe nº do protocolo 18/031.460-2 e o código de segurança RKUW Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/03/2018 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine – Secretária-Geral.

DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003, CONFORME ALTERADA

[página intencionalmente deixada em branco]

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

DASS NORDESTE CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Itapipoca, Estado do Ceará, na Rua da Universidade 240, Madalena, CEP 62.500-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 01.287.588/0001-79 ("Companhia"), neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, vem, no âmbito da oferta pública de distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Srs. Vilson Hermes, João Batista da Silva, João Henrique Hoppe e Herbert Brian Handley (em conjunto, "Acionistas Vendedores"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

(i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), constituíram seus respectivos consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;

(ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em janeiro de 2018, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. ("Prospecto Definitivo");

(iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;

(iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais; e

(vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta.

A Companhia declara que:

(i) o Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. ("Prospecto Preliminar") contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

(ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;

(iii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

Rio Grande do Sul, 3 de abril de 2018.

Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Nome: VILSON HERMES
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

Nome: JOÃO BATISTA DA SILVA
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO

SP - 22137023v1

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

VILSON HERMES, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, industrial, portador da Cédula de Identidade nº 2013367749, emitida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 220.261.429-04, residente e domiciliado na Cidade de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 916, apto. 2301, Bairro Vila Rosa, CEP 93.310-330, vem, no âmbito da oferta pública de distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Srs. Vilson Hermes, João Batista da Silva, João Henrique Hoppe e Herbert Brian Handley (em conjunto, "Acionistas Vendedores"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

(i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), constituíram seus respectivos consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;

(ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em janeiro de 2018, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. ("Prospecto Definitivo");

(iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;

(iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais; e

(vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta.

O Sr. Vilson Hermes declara que:

(i) o Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. ("Prospecto Preliminar") contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

(ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;

(iii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

Rio Grande do Sul, 3 de abril de 2018.

VILSON HERMES

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

JOÃO BATISTA DA SILVA, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 5008832981, emitida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 265.714.550-72, residente e domiciliado na Cidade de Ivoti, no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Paraguai, nº 61, Bairro Cidade Nova, CEP 93.900-000, vem, no âmbito da oferta pública de distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Srs. Vilson Hermes, João Batista da Silva, João Henrique Hoppe e Herbert Brian Handley (em conjunto, "Acionistas Vendedores"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

(i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), constituíram seus respectivos consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;

(ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em janeiro de 2018, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. ("Prospecto Definitivo");

(iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;

(iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais; e

(vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta.

O Sr. João Batista da Silva declara que:

(i) o Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. ("Prospecto Preliminar") contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

(ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;

(iii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

Rio Grande do Sul, 3 de abril de 2018.

JOÃO BATISTA DA SILVA

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

JOÃO HENRIQUE HOPPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade nº 4864771, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 655.308.020-87, residente e domiciliado na Cidade de Ivoti, no Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Bolívia, nº 330, apto. 802, Bairro Cidade Nova, CEP 93.900-025, vem, no âmbito da oferta pública de distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Srs. Vilson Hermes, João Batista da Silva, João Henrique Hoppe e Herbert Brian Handley (em conjunto, "Acionistas Vendedores"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

(i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), constituíram seus respectivos consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;

(ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em janeiro de 2018, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. ("Prospecto Definitivo");

(iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;

(iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais; e

(vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta.

O Sr. João Henrique Hoppe declara que:

(i) o Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. ("Prospecto Preliminar") contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

(ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;

(iii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

Rio Grande do Sul, 3 de abril de 2018.

JOÃO HENRIQUE HOPPE

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

HERBERT BRIAN HANDLEY, americano, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 070.042.271-46, residente e domiciliado na Cidade de Buenos Aires, Argentina, em Boulogne Sur Mer, 1096, lote 102, vem, no âmbito da oferta pública de distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Srs. Vilson Hermes, João Batista da Silva, João Henrique Hoppe e Herbert Brian Handley (em conjunto, "Acionistas Vendedores"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

Considerando que:

(i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), constituíram seus respectivos consultores legais para lhes auxiliar na implementação da Oferta;

(ii) tendo em vista a Oferta, está sendo efetuada *due diligence* na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em janeiro de 2018, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. ("Prospecto Definitivo");

(iii) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram para análise do Coordenador Líder e seus consultores legais todos os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta;

(iv) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(v) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais; e

(vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os seus negócios para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta.

O Sr. Herbert Brian Handley declara que:

(i) o Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações de Emissão da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. ("Prospecto Preliminar") contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de

publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

(ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400;

(iii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

Rio Grande do Sul, 03 de abril de 2018.

HERBERT BRIAN HANDLEY

Itaú BBA

DECLARAÇÃO

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com estabelecimento na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, na qualidade de instituição líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão de DASS NORDESTE CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. ("Companhia"), livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações da Oferta Primária") e da oferta pública de distribuição secundária ("Oferta Secundária") de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia de titularidade dos seguintes acionistas vendedores: VILSON HERMES, brasileiro, casado, industrialista, portador da cédula de identidade n.º 2013367749, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o n.º 220.261.429-04, residente e domiciliado na Cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina, na Rua Marcílio Dias 10, CEP 89868-000 ("Vilson"); JOÃO BATISTA DA SILVA, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade n.º 5008832981, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CPF sob o n.º 265.714.550-72, residente e domiciliado na Cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Paraguai 61, CEP 93900-000 ("João Batista"); JOÃO HENRIQUE HOPPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade n.º 48647713, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob o n.º 655.308.020-87, residente e domiciliado na Cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Bolívia 330, apto. 802, CEP 93900-000 ("João Henrique"); e HERBERT BRIAN HANDLEY, americano, empresário, casado, portador do documento de identidade argentina n.º 92.441.624, portador do passaporte n.º 505969536, inscrito no CPF sob o n.º 070.042.271-46, residente e domiciliado em Boulogne Sur Mer 1096, lote 102, Pacheco, Buenos Aires, Argentina ("Herbert", e, em conjunto com Vilson, João Batista e João Henrique, "Acionistas Vendedores"), livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações da Oferta Secundária", e, em conjunto com as Ações da Oferta Primária, "Ações") ("Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise dessa d. Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

Itaú - BBA
PHVL
Jurídico

CONSIDERANDO QUE:

(i) A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em janeiro de 2018 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");

(iii) a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, dentre eles a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta, com relação ao prospecto preliminar da Oferta, incluindo o formulário de referência arquivado na CVM e seus eventuais aditamentos ou suplementos ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(iv) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

(v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelos assessores legais, em nome dos Coordenadores da Oferta, documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores;

(vi) conforme informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(vii) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais;

o Coordenador Líder declara que:

Itaú - BBA
PHVL
Jurídico

(i) tomou cautela e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, nas datas de suas respectivas disponibilizações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas disponibilizações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas disponibilizações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Ações ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; bem como que o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

São Paulo, 3 de abril de 2018.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome: Pedro Garcia de So
Cargo: Managing Direct
ment Banking D

Nome: Roderick Greenfees
Cargo: Diretor Executivo
Investment Banking Department

Itaú - BBA
PHVL
Jurídico

[página intencionalmente deixada em branco]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 2015

[página intencionalmente deixada em branco]

Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **3**

Balanços patrimoniais **8**

Demonstrações de resultados **9**

Demonstrações de resultados abrangentes **10**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **11**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto **12**

Demonstrações do valor adicionado **13**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas **14**

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2017

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO:

O GRUPO DASS EM 2017 AUMENTOU O FATURAMENTO EM 19,1%, AUMENTOU O *EBITDA* EM 23,2%, REDUZIU A DIVIDA FINANCEIRA LIQUIDA EM 28,3% E OBTEVE RENTABILIDADE DO PATRIMONIO LIQUIDO (ROE) DE 40,3%.

Acreditamos ser o maior grupo atuante na área de gestão e *sourcing* para marcas esportivas na América Latina, presente em todos os países da região, com operações próprias no Brasil, Argentina e Peru. Com mais de 37 anos de história, temos um modelo de negócio abrangente e diversificado, seja através do (i) segmento de gestão de marcas, no qual atuamos em toda a cadeia, desde a criação, desenvolvimento, produção e comercialização de calçados, confecções e acessórios das marcas Fila e Umbro, seja através do (ii) segmento de *Private Label*, no qual atuamos, como *sourcing*, no desenvolvimento e na produção de calçados e confecções para os nossos Clientes de *Private Label*. No período findo em 31 de dezembro de 2017, nosso faturamento foi de R$ 1,715 bilhão, sendo que no período entre 2015 e 2017, atingimos um crescimento composto de receita líquida (CAGR) de 27,2%, nosso lucro líquido teve um incremento de 76,8% e nosso *EBITDA* aumentou 44%. Adicionalmente, no período findo em 31 de dezembro de 2017, atingimos uma produção e comercialização total de 17,9 milhões de pares de calçados e 6,1 milhões de peças de confecção. No período findo em 31 de dezembro de 2017, 48,9% da nossa receita líquida foi proveniente da operação no Brasil e 51,1% em outros países da América Latina.

O posicionamento do Grupo DASS, que expressamos como *Implementing Sportswear Brands*", ou seja "Execução em Marcas Esportivas", mostra claramente nossa proposta de nos apresentarmos como solução para marcas esportivas, seja como Gestão de Marca como *sourcing*.

No atual portfólio de negócios do Grupo encontram-se cinco marcas globais na modalidade de *sourcing*, ou *Private Label* e duas marcas globais na modalidade de Gestão de Marcas.

Contamos com uma equipe de mais de 15 mil colaboradores, comprometidos com o desempenho de nossas atividades de forma responsável e focada nos objetivos da organização, nosso *turnover* em 2017 ficou em 2,7%, índice baixo no nosso entendimento. O investimento nestes colaboradores é fator importante para a nossa sustentabilidade. Por isso, realizamos ações corporativas de capacitação, programas de desenvolvimento e acompanhamento que abrangem aspectos técnicos e comportamentais e visam preparar para a tomada de decisão e a disseminação de nossos valores, totalizando 1.024.799 horas de treinamento somente no ano de 2017.

Entre 2015 e 2016, nossa dívida financeira líquida aumentou 13,1%, passando de R$ 274,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$ 311,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento reflete, principalmente, a aquisição da planta industrial em

Coronel Suarez na Argentina, a qual exigiu maiores investimentos no capital de giro da companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, nossa dívida financeira líquida diminuiu 28,3% em relação a 31 de dezembro de 2016, passando de R$ 311,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$ 222,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa redução se deu, principalmente, por conta do resultado da Companhia no período e consequente geração de caixa, aliada à estratégia de redução da dívida financeira para fins de giro operacional.

Nossa capacidade de pagamento de curto prazo, calculada com base em nosso índice de liquidez corrente (correspondente à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), passou de 1,79 em 31 de dezembro de 2015 para 2,00 em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, nosso índice de liquidez corrente foi de 1,98, representando um aumento de 10% se comparado com 31 de dezembro de 2016.

Nós e nossas controladas adotamos um programa de sustentabilidade adequado para cada uma de nossas unidades fabris. Este programa inclui uma política ambiental que, além de controle de aspectos e impactos ambientais, prevê a melhoria contínua do desempenho socioambiental. Os aspectos e impactos ambientais são controlados da seguinte maneira: a) instalações físicas, tais como, depósitos de resíduos (armazenamento, segregação e posterior destinação final), estações de tratamento de efluentes e deposito de armazenamento de produtos químicos; b) Procedimentos operacionais, afim de orientar os envolvidos no controle dos aspectos ambientais; c) Treinamentos para promover a conscientização ambiental dos colaboradores.

Aumentamos em 28% a reciclagem de resíduos e mais de 1 milhão de litros de água foram reaproveitados dos processos para irrigação, jardins e sanitários. Sustentabilidade é uma construção diária em cada gesto e em cada decisão.

Para suportar as nossas operações, contamos com um moderno parque industrial composto por 16 unidades localizadas no Brasil e na Argentina responsáveis por suprir as necessidades de produção e distribuição dos produtos de nossos negócios. Importantes investimentos são realizados anualmente a fim de manter nossos parques fabris em condições de competição com os *players* nacionais e internacionais. Desta forma, foram investidos R$ 97.236 mil em obras civis, ferramentais e equipamentos no ano de 2017, aumento de 27,4% em comparação a 2016, quando investimos R$ 76.319 mil.

Acreditamos que inovação tecnológica é uma barreira de entrada importante para atuação em nosso setor e estamos continuamente investindo neste quesito. Possuímos um centro para desenvolvimento de calçados, o Dass *Creation Center* ("*DCC*"), onde além da geração de negócios, realizamos pesquisas relacionadas à aplicação de tecnologia e melhorias de nossos processos de produção, bem como para a criação de coleções alinhadas às principais tendências, fabricação dos protótipos com elevado grau de automação, desenvolvimento de moldes e matrizes com ferramentas 3D de impressão digital e criação e adaptação de novos materiais. Além disso, temos equipes de designers em São Paulo e Santa Catarina, responsáveis pela concepção das confecções que produzimos. Nesse sentido, no período entre 2015 e 2017, investimos um total de R$109.326 mil em pesquisas e desenvolvimento – P&D.

2. SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA.

(valores em R$ 1.000,00)

FATURAMENTO LIQUIDO:

A receita operacional líquida passou de R$ 1.440.779 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, com um volume de vendas de 20.822 mil peças (entenda-se peças ou pares), para R$ 1.715.443 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, com um volume de vendas de 24.057 mil peças, representando um aumento de 19,1%, em nossa receita operacional líquida. Tal aumento é explicado pelo crescimento de 15,5% nas vendas de peças e pelo aumento de 3,1% no preço médio

Como percentual de nossa receita operacional líquida, a receita obtida com nossas operações no Brasil representava 45,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, enquanto que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representou 48,9%. As nossas operações nos demais países da América Latina e Outros por sua vez representavam 54,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, enquanto que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representou 51,1%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, nossos segmentos reportáveis: Gestão de Marcas, *Private Label*, representaram 36,0% e 57,0%, respectivamente. Outros Segmentos e subvenções governamentais somados representaram 7,0% de nossa receita operacional líquida neste mesmo período. Em 31 de dezembro de 2017 os nossos segmentos reportáveis representaram 33,2% em Gestão de Marcas e 60,0% para *Private Label*s, respectivamente enquanto Outros Segmentos e Subvenções Governamentais somados representaram 6,8% de nossa receita operacional líquida ao final do período.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados pela Companhia aumentaram 21,4%, passando de R$ 972.849 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 1.180.826 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados representavam 67,5% da nossa receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e 68,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A variação em 31 de dezembro de 2017 em relação a 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 207.977 mil é explicada pelo crescimento das operações da Companhia.

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA:

Pelas razões acima descritas, nosso lucro bruto aumentou 14,3%, passando de R$ 467.930 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 534.617 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

O lucro bruto representava 32,5% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e 31,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, apresentando redução de 1,3 p.p. .

DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS

Vendas e marketing

As despesas com vendas e marketing aumentaram 2,8%, passando de R$ 174.824 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 179.735 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorre principalmente do aumento das despesas com comissões sobre vendas, resultantes do aumento das vendas no segmento Gestão de Marcas.

Apesar do aumento mencionado, como percentual da receita operacional líquida, as despesas com vendas e marketing passaram de 12,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para 10,5% em 31 de dezembro de 2017, apresentando uma redução de 1,6 p.p. no período.

Administrativas e gerais

As despesas administrativas e gerais reduziram 7,7%, passando de R$ 45.967 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 42.411 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, reflexo da constante busca da administração por processos automatizados e ganho de eficiência por padronização de processos administrativos permitindo assim a redução das despesas.

Como percentual da receita operacional líquida, as despesas administrativas e gerais passaram de 3,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para 2,5% em 31 de dezembro de 2017, apresentando uma redução de 0,7 p.p. no período.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido passou de R$ 41.854 mil negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 33.745 mil negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Como percentual da receita operacional líquida, o resultado financeiro líquido representou 2,9% em 2016 e 2,0% em 2017, apresentando uma redução de 0,9 p.p. no período.

EBITDA:

EBITDA* E MARGEM DE *EBITDA

(Em milhares de reais)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Resultado líquido do exercício	237.179	159.972	75.892
(+) IRPJ/CSSL Corrente e Diferido	49.658	47.718	22.324
(+) Resultado Financeiro líquido	33.745	41.854	34.361
(+) Depreciação / amortização	69.242	66.990	55.358
EBITDA	**389.824**	**316.534**	**187.935**
Receita Líquida	1.715.443	1.440.779	1.060.195
Margem *EBITDA*	**22,7%**	**22,0%**	**17,7%**

EBITDA (Earnings Before Interested, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no Lucro ou Prejuízo líquido do exercício ajustado pelo

Resultado Financeiro, Imposto de Renda e contribuição social. Procura demonstrar a capacidade de geração de recursos da companhia.

Nosso *EBITDA* no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, aumentou 68,4%, passando de R$ 187.935 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 316.534 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um índice de dívida financeira líquida por *EBITDA* de 0,98 no ano. Nosso *EBITDA* no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 389.824 mil, 23,1% maior que o nosso *EBITDA* no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um índice de dívida líquida por *EBITDA* de 0,57 no ano. O progressivo aumento de nosso *EBITDA*, é reflexo dos investimentos em aquisições e novas linhas de produtos, bem como do melhor desempenho de nossas atividades operacionais, e consequente aumento da geração de caixa delas proveniente, reforçando a nossa confiança na capacidade de honrar nossos compromissos financeiros.

DIVIDA LIQUIDA X *EBITDA*:

A tabela abaixo apresenta a nossa dívida financeira líquida e a sua relação com o *EBITDA* e o patrimônio líquido dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R$ mil, exceto os percentuais)	**2017**	**2016**	**2015**
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	136.725	119.218	136.163
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	170.373	265.916	212.924
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	84.224	74.162	74.242
Dívida financeira líquida	222.874	310.972	274.845
EBITDA	389.824	316.534	187.935
Dívida financeira líquida/*EBITDA*	0,57	0,98	1,46

Nosso capital circulante líquido (correspondente ao ativo circulante menos o passivo circulante) passou de R$ 233.924 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 329.443 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 40,8%. Este aumento ocorreu devido ao incremento nas contas de clientes e estoques para a incorporação da nova planta industrial de Coronel Suarez. Em 31 de dezembro de 2017, nosso capital circulante líquido foi de R$ 363.952mil, representando um aumento de 10,5% se comparado com 31 de dezembro de 2016, por conta do aumento da atividade operacional que exigiu maior capital de giro.

A tendência de aumento de nossa capacidade de pagamento é reflexo do contínuo crescimento da nossa receita operacional ocorrido nesses períodos e da constante redução de nossos empréstimos e financiamentos. Nossos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira passou de R$ 28.958 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 20.018 mil em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 30,9%. Do montante a pagar de R$ 20.018,00 em 31 de dezembro de 2016, 56,1% contava com cobertura contra riscos de oscilação de câmbio (contratos de câmbio a termo*)* e o restante tratava-se de operações financeiras de curto prazo contratadas em moeda local no mercado Argentino, país onde a Companhia gera receitas na mesma moeda. Em 31 de dezembro de 2017, nossos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira reduziu 14,0%, se comparado com 31 de dezembro de 2016, passando para R$ 17.204 mil.

LUCRO LIQUIDO E MARGEM LIQUIDA:

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro líquido do período aumentou 48,26%, passando de R$ 159.972 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 237.179 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Como percentual da receita operacional líquida, o lucro líquido do período representou 11,1% em 2016 e 13,8% em 2017, apresentando um crescimento de 2,7 p.p. no período.

3. DIREITOS DOS ACIONISTAS E DADOS DE MERCADO

Nosso Estatuto Social prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação nos 3 últimos exercícios sociais:

(Mil Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	677.101	499.992	422.106
Ativo Total	1.325.531	1.233.677	1.041.111
Rec. Liq./Rec, Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.715.443	1.440.779	1.060.195
Resultado Bruto	534.617	467.930	359.189
Resultado Líquido	237.179	159.972	75.892
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	150.831.060	150.831.060	150.831.060
Valor Patrimonial de Ações (Reais Unidade)	4,489	3,315	2,799
Resultado Básico por Ação	1,5725	1,0606	0,503
Resultado Diluído por Ação	1,5725	1,0606	0,503

Em relação a distribuição de lucro neste período ocorreu conforme tabela a seguir:

(Reais)	Exercício Social 31/12/2017	Exercício Social 31/12/2016	Exercício Social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	117.290	37.383	-38.397
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado.	25,00%	28,21%	0
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	35,03%	31,91%	17,97%
Dividendo distribuído total	29.322	10.546	0
Lucro líquido retido	87.968	26.837	0

4. PERSPECTIVAS E PLANOS PARA EXERCÍCIO EM CURSO E FUTUROS

Esperamos de 2018 uma agenda positiva no campo político em relação a Brasil e Argentina, principais países onde atuamos, atendendo a expectativa da sociedade por decisões de interesse coletivo. Existe perceptível esforço dos governos no sentido de cumprir as metas propostas - em especial as esperadas para o crescimento do produto interno bruto (PIB) e o controle da inflação, este segundo mais desafiador na Argentina.

Nossos negócios são impactados pelas variações das taxas de câmbio, em especial do Real e do Peso Argentino frente ao dólar. Nesse sentido esperamos que não ocorram mudanças abruptas no câmbio, que em caso de forte apreciação das moedas locais em relação à moeda americana, poderia incentivar o aumento da importação de produtos terminados nesses mercados.

Ainda no Brasil, a reforma trabalhista sancionada pelo presidente brasileiro Michel Temer em 2017 traz uma importante modernização das regras nas relações de trabalho. A aplicação integral pelo judiciário das medidas aprovadas pelo legislativo trará maior segurança ao empresariado do país.

Na Argentina está em discussão uma agenda de reforma sindical e, se aprovada como pretende o governo do presidente Maurício Macri, permitirá uma melhor interlocução entre as empresas e os grêmios e entidades sindicais no país.

Por fim, espera-se que os movimentos globais da economia, em especial Estados Unidos, Europa e China, não impactem negativamente os mercados brasileiro e argentino e nossos negócios, consequentemente.

Mantido este cenário entendemos estar em perfeitas condições de lograr êxito em relação aos investimentos feitos em nossos ativos, para a manutenção e crescimento das relações com os clientes *Private Label* e o alcance do posicionamento e margens das marcas sob gestão.

5. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que os serviços contratados não relacionados à auditoria externa se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços não relacionados à auditoria externa de Demonstrações Financeira, sendo em 12/05/2017 contratada para elaboração de relatório de asseguração de obrigações financeiras contraídas pela Companhia, e em 07/07/2017, para a revisão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e elaboração de parecer sobre tributação de remessas para o exterior, num total de R$ 63 mil que representou 15% do total honorários pagos no período. A KPMG Auditores Independentes nos comunicou que a prestação de tais serviços não afetou a sua independência e objetividade, em razão da definição do escopo e dos procedimentos executados.

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM n° 480/09

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais membros da diretoria da DASS NORDESTE CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Itapipoca, Estado do Ceará, na Rua da Universidade 240, Madalena, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n.º 01.287.588/0001-79, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"), declaram, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que: (i) reviram, discutiram e concordam, com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas nos pareceres dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Itapipoca, 26 de fevereiro de 2018.

João Henrique Hoppe
Diretor Presidente

João Batista da Silva
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relação com Investidores

Vilson Hermes
Diretor Comercial

Henrique Hermes
Diretor de Marketing

KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.
Itapipoca – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação de redução ao valor recuperável de ativo intangível

Veja a notas explicativas nº 3(g) e 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Em 31 de dezembro de 2017, os ativos consolidados da Companhia incluíam ativo intangível de R$ 88.369 mil, adquirido em 20 de julho de 2007, representado pelo direito de uso da marca "Fila" na América Latina, cujo prazo limite de renovação não expira e cujas condições para encerramento estão sob controle e dependência do Grupo Dass. Dessa forma, este ativo intangível é considerado como sendo de vida útil indefinida e, portanto, seu valor recuperável precisa ser analisado anualmente. A avaliação e a consequente necessidade ou não de registro de provisão para perda pela não recuperabilidade de tal ativo é suportada por estimativas de projeções futuras de fluxo de caixa descontado, que levam em consideração os planos de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados por sua Diretoria. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, inclusive pelo impacto que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade, poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras individuais, em razão do impacto sobre os investimentos e sobre a aplicação do método de equivalência patrimonial, e demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento sobre a definição das unidades geradoras de caixa (UGC) efetuada pelo Grupo e sobre a alocação do intangível por cada UGC. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo o percentual representativo de economia de *royalties* aplicado sobre as vendas projetadas, as taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade, e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações de mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com previsões anteriores. Com apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos ainda uma análise independente de sensibilidade com o intuito de identificar em quais situações os fluxos de caixa descontados de cada UGC resultariam em valores recuperáveis iguais ou menores que seu valor contábil. Avaliamos, também, a adequação das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e demonstrações financeiras consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o saldo do ativo intangível relacionado à marca "Fila", no contexto das demonstrações financeiras individuais, em função dos possíveis efeitos no saldo de investimentos e equivalência patrimonial, e demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		Controladora			Consolidado		
Ativo	**Nota**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	8	30.735	18.214	27.328	84.224	74.162	74.242
Instrumentos financeiros derivativos	9	6.642	4.389	3.647	6.642	4.389	18.098
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	225.520	183.702	88.082	272.176	245.248	193.100
Estoques	11	127.569	102.436	84.623	286.047	286.908	207.738
Impostos a recuperar	12	13.189	5.720	2.742	30.800	20.466	11.422
Imposto de renda e contribuição social		8.306	3.212	4.301	32.795	16.426	6.667
Dividendos a receber		-	-	2.708			-
Outros créditos		7.510	5.214	14.263	21.750	10.237	18.967
		419.471	322.887	227.694	734.434	657.836	530.234
Não circulante							
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	458	-	-	524	-	-
Empréstimos e outras contas a receber com partes relacionadas	13	4.329	7.904	32.617	-	-	-
Depósitos judiciais	21	3.898	3.459	3.265	5.879	4.782	4.114
Impostos a recuperar	12	392	342	200	1.995	1.881	1.264
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	2.119	1.123	260
Impostos diferidos	30	31.085	44.042	50.484	38.090	53.929	64.433
Despesas antecipadas		314	-	-	531	350	478
Garantia de passivos		-	-	-	6.235	6.850	0
Outros créditos		1.305	23	35	2.545	2.344	1.452
		41.781	55.770	86.601	57.918	71.259	72.001
Investimentos	14	366.695	328.829	301.745	1.913	1.424	1.646
Propriedade para investimentos	15	18.756	21.045	20.451	20.421	21.481	20.887
Imobilizado	16	228.886	186.159	154.284	328.547	277.765	222.247
Intangível	17	52.832	59.716	53.919	182.298	203.912	194.096
		667.169	595.749	530.399	533.179	504.582	438.876
Total do ativo		**1.128.421**	**974.406**	**844.694**	**1.325.531**	**1.233.677**	**1.041.111**

		Controladora			Consolidado		
Passivo	**Nota**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	20	97.999	88.634	93.447	136.725	119.218	136.163
Fornecedores	18	42.972	45.831	51.803	80.144	66.435	61.530
Taxa de licenciamento e obrigações com clubes	19	16.196	19.540	16.887	32.802	34.815	37.666
Instrumentos financeiros derivativos	9	2.325	3.549	67	2.325	3.549	338
Impostos e contribuições a recolher		3.122	1.858	1.868	6.612	5.432	5.613
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	665	10.998	7.098
Salários e provisões trabalhistas		19.657	17.490	8.818	39.650	41.931	24.833
Provisões	21	1.401	1.211	1.028	1.951	1.473	1.205
Parcelamento de tributos		-	12	19	9	29	19
Adiantamento de clientes		18.296	6.256	6.533	9.687	11.142	9.835
Dividendos a pagar	13	35.960	9.321	-	35.960	9.321	-
Outras contas a pagar		16.660	13.232	2.307	23.952	24.050	12.010
		254.588	206.934	182.777	370.482	328.393	296.310
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	20	126.474	192.127	144.373	170.373	265.916	212.924
Empréstimos a pagar com partes relacionadas	13	7.570	6.719	6.030	10.954	9.808	6.030
Fornecedores	18	8.987	44	-	9.556	44	-
Taxa de licenciamento e obrigações com clubes	19	37.421	41.240	49.648	61.587	76.132	78.256
Impostos e contribuições a recolher		1.284	-	-	1.439	-	-
Provisões	21	5.240	4.875	4.859	14.680	14.450	7.762
Provisão para perdas em investimentos	14	573	517	16.980	-	-	-
Receita diferida		375	489	1.015	375	489	1.015
Parcelamento de tributos		-	-	11	3	15	11
Adiantamento de clientes		8.400	12.600	16.800	8.400	29.552	16.697
Outras contas a pagar		408	8.869	95	581	8.886	-
		196.732	267.480	239.811	277.948	405.292	322.695
Patrimônio líquido	23						
Capital social		359.077	359.077	359.077	359.077	359.077	359.077
Reservas de lucros		460.136	250.948	100.089	460.136	250.948	100.089
Ajustes de avaliação patrimonial		3.264	4.656	6.091	3.264	4.656	6.091
Ajustes acumulados de conversão		(145.376)	(114.689)	(43.151)	(145.376)	(114.689)	(43.151)
		677.101	499.992	422.106	677.101	499.992	422.106
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.128.421**	**974.406**	**844.694**	**1.325.531**	**1.233.677**	**1.041.111**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Receita operacional líquida	24	946.159	746.177	443.973	1.715.443	1.440.779	1.060.195
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	28	(630.493)	(518.072)	(321.959)	(1.180.826)	(972.849)	(701.006)
Lucro bruto		315.666	228.105	122.014	534.617	467.930	359.189
(Despesas) receitas operacionais							
Vendas e *marketing*	28	(91.522)	(92.778)	(68.231)	(179.735)	(174.824)	(182.386)
Administrativas e gerais	28	(18.884)	(16.810)	(14.956)	(42.411)	(45.967)	(44.672)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	2.531	2.473	1.144	7.560	2.762	31
Resultado da equivalência patrimonial	14	55.035	69.679	53.959	551	(222)	(155)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		262.826	190.669	93.930	320.582	249.679	132.007
Despesas financeiras		(41.503)	(62.240)	(50.173)	(90.295)	(121.807)	(106.350)
Receitas financeiras		34.233	27.222	44.789	68.831	76.714	106.597
Variações cambiais líquidas		1.150	10.763	(21.268)	(12.281)	3.239	(34.608)
Resultado financeiro líquido	29	(6.120)	(24.255)	(26.652)	(33.745)	(41.854)	(34.361)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		256.706	166.414	67.278	286.837	207.825	97.646
Imposto de renda e contribuição social	30	(19.527)	(6.442)	8.614	(49.658)	(47.718)	(22.324)
Resultado líquido das operações em continuidade		237.179	159.972	75.892	237.179	160.107	75.322
Resultado líquido das operações descontinuadas		-	-	-	-	(135)	570
Lucro líquido do exercício		**237.179**	**159.972**	**75.892**	**237.179**	**159.972**	**75.892**
Resultado por ação							
Resultado por ação ordinária- Básico e diluído (em R$)	31	1,5725	1,0606	0,5032	1,5725	1,0606	0,5032
Operações continuadas							
Resultado por ação ordinária - Básico e diluído (em R$)	31	1,5725	1,0606	0,5032	1,5725	1,0606	0,5032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Lucro líquido do período		**237.179**	**159.972**	**75.892**	**237.179**	**159.972**	**75.892**
Outros resultados abrangentes							
Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão	15	(30.687)	(71.538)	(16.309)	(30.687)	(71.538)	(16.309)
Outros resultados abrangentes		(30.687)	(71.538)	(16.309)	(30.687)	(71.538)	(16.309)
Resultado abrangente total		**206.492**	**88.434**	**59.583**	**206.492**	**88.434**	**59.583**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2016

(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros						
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro do exercício	Ajustes de avaliação patrimonial (custo atribuído)	Ajustes acumulados de conversão	Patrimônio líquido total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**359.077**	**144.814**	**6.873**	**(129.432)**	**-**	**8.036**	**(26.842)**	**362.526**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	75.892	-	-	75.892
Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão	-	-	-	-	-	-	(16.309)	(16.309)
Realização do custo atribuído no ativo imobilizado (líquido de impostos)	-	-	-	-	1.942	(1.942)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Destinações								-
Distribuição de dividendos não proporcionais de controlada	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório				-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	3.795	-	(3.795)	-	-	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	74.039	-	-	(74.039)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**359.077**	**218.853**	**10.668**	**(129.432)**	**-**	**6.091**	**(43.151)**	**422.106**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	159.972	-	-	159.972
Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão	-	-	-	-	-	-	(71.538)	(71.538)
Realização do custo atribuído no ativo imobilizado (líquido de impostos)	-	-	-	-	1.433	(1.433)	-	-
Outros						(2)		(2)
Destinações								-
Distribuição de dividendos não proporcionais de controlada	-	-	-	-	(1.200)	-	-	(1.200)
Dividendo mínimo obrigatório				-	(9.346)			(9.346)
Constituição da reserva legal	-	-	7.999	-	(7.999)	-	-	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	116.023	-	-	(116.023)	-	-	-
Transferência entre reservas				26.837	(26.837)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**359.077**	**334.876**	**18.667**	**(102.595)**	**-**	**4.656**	**(114.689)**	**499.992**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	237.179	-	-	237.179
Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão	-	-	-	-	-	-	(30.687)	(30.687)
Realização do custo atribuído no ativo imobilizado (líquido de impostos)	-	-	-	-	1.331	(1.398)	-	(67)
Outros	-	-	-	-	-	6	-	6
Destinações								
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(29.322)	-	-	(29.322)
Constituição da reserva legal	-	-	11.859	-	(11.859)	-	-	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	109.361	-	-	(109.361)	-	-	-
Transferência entre reservas	-	-	-	87.968	(87.968)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**359.077**	**444.237**	**30.526**	**(14.627)**	**-**	**3.264**	**(145.376)**	**677.101**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	**31/12/2016 Reapresentado**	**31/12/2015 Reapresentado**	**31/12/2017**	**31/12/2016 Reapresentado**	**31/12/2015 Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	256.706	166.414	67.278	286.837	207.825	97.646
Ajustes para:						
Depreciação / amortização	45.087	40.999	33.669	69.242	66.990	55.358
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	143	(6.056)	18.357	(1.246)	(7.781)	32.645
Variações cambiais sobre outros ativos e passivos do exterior	-	-	-	(8.868)	5.469	(22.576)
Resultado nas operações com derivativos	(10.184)	8.290	(12.777)	(10.184)	21.549	(26.965)
Juros e encargos apropriados em empréstimos e financiamentos	25.559	29.775	26.581	36.026	43.342	49.637
Resultado na venda de ativo imobilizado e intangível	579	325	19	4.495	765	4.542
Equivalência patrimonial	(55.035)	(69.679)	(53.959)	(551)	222	155
Provisões	1.455	612	(908)	(72)	(5.250)	(4.870)
Outros		-	464	-	(135)	1.034
(Aumento) redução de contas a receber e outros recebíveis	(53.553)	(105.731)	1.196	(89.353)	(141.962)	(32.533)
Aumento de estoques	(25.242)	(18.910)	(14.903)	(17.385)	(86.812)	(2.809)
(Aumento) redução de impostos	(6.935)	150	1.008	4.811	(12.970)	(339)
(Aumento) redução de outros créditos	(4.030)	1.609	(8.095)	(11.891)	(2.239)	(7.157)
Aumento de depósitos judiciais	(439)	(194)	(275)	(1.097)	(668)	(458)
(Redução) aumento de fornecedores	(12.303)	(23.783)	64.908	30.214	31.918	47.082
(Redução) aumento de outras contas a pagar	(5.288)	8.662	612	(41.668)	(22.319)	27.597
Aumento (redução) de obrigações sociais	2.167	(18)	(16)	719	6.562	6.531
Redução de receitas diferidas	(114)	(526)	(313)	(114)	(526)	(386)
Ajuste a valor presente - líquida	4.911	6.067	5.802	22.944	35.515	36.943
Juros pagos	(24.248)	(27.263)	(23.625)	(37.252)	(41.644)	(50.170)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.712)	(2.181)	-	(72.712)	(46.269)	(29.777)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	**129.524**	**8.562**	**105.023**	**162.895**	**51.582**	**181.130**
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aquisição de ativo imobilizado	(45.962)	(58.269)	(50.996)	(69.383)	(76.320)	(58.940)
Aquisição de ativo intangível	(326)	(4.647)	(3.325)	(1.728)	(9.679)	(9.789)
Aquisição de propriedade para investimento	-	(932)	-	(1.230)	(932)	-
Alienação de ativo imobilizado e intangível	1.002	1.308	2.890	3.787	3.655	4.433
Empréstimos recebidos - partes relacionadas	3.575	-	(4.597)	-	-	-
Dividendos recebidos	2.000	4.851	-	-	-	-
Redução de capital em investimentos	4.175	-	-	-	-	-
Pagamentos por aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido	(28.600)	(7.859)	(7.154)	(9.040)	7.858	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(64.136)**	**(65.548)**	**(63.182)**	**(77.594)**	**(75.418)**	**(64.296)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Dividendos pagos	(2.683)	(25)	-	(2.683)	(1.225)	-
Empréstimos tomados	113.619	165.020	189.111	135.331	212.450	293.392
Pagamento de empréstimos	(171.361)	(118.535)	(255.374)	(210.895)	(170.320)	(416.116)
Recebimentos por contratos de swap / NDF	11.048	1.838	28.076	11.048	3.222	28.076
Pagamentos por contratos de swap / NDF	(4.341)	(7.388)	-	(4.341)	(7.851)	(1.512)
Empréstimos tomados - partes relacionadas	851	689	-	1.146	3.778	6.030
Recebimento de empréstimos - partes relacionadas	-	6.273	3.973	-	-	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento	**(52.867)**	**47.872**	**(34.214)**	**(70.394)**	**40.054**	**(90.130)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**12.521**	**(9.114)**	**7.627**	**14.907**	**16.218**	**26.704**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.214	27.328	19.701	74.162	74.242	45.448
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(4.845)	(16.298)	2.090
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.735	18.214	27.328	84.224	74.162	74.242
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**12.521**	**(9.114)**	**7.627**	**14.907**	**16.218**	**26.704**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2017	**31/12/2016** Reapresentado	**31/12/2015** Reapresentado	**31/12/2017**	**31/12/2016** Reapresentado	**31/12/2015** Reapresentado
Receitas						
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.126.325	902.723	541.278	2.087.412	1.643.493	1.197.645
Outras receitas	3.806	3.722	4.690	13.385	9.635	6.963
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	(106)	(684)	(32)	(977)	(999)	(746)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)						
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(456.325)	(361.084)	(256.232)	(861.803)	(578.639)	(535.872)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(73.375)	(73.106)	(43.208)	(187.178)	(126.921)	(120.629)
Valor adicionado bruto	600.325	471.571	246.496	1.050.839	946.569	547.361
Depreciação e amortização	(45.087)	(40.999)	(33.669)	(69.242)	(66.990)	(55.358)
Valor adicionado líquido gerado	555.238	430.572	212.827	981.597	879.579	492.003
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	55.035	69.679	53.959	551	(222)	(155)
Receitas financeiras	41.437	35.913	63.659	82.027	87.842	120.028
Resultado em operações descontinuadas		-	-	-	(135)	570
Valor adicionado total a distribuir	651.710	536.164	330.445	1.064.175	967.064	612.446
Distribuição do valor adicionado	651.710	536.164	330.445	1.064.175	967.064	612.446
Empregados						
Remuneração direta	220.068	176.321	118.850	432.696	389.770	242.199
Benefícios	17.278	13.324	9.260	21.300	18.608	16.703
FGTS	17.290	12.096	8.931	20.055	14.230	10.825
Encargos sociais em empresas no exterior	-	-	-	34.040	36.035	16.909
Valor distribuído - Empregados	254.636	201.741	137.041	508.091	458.643	286.636
Tributos						
Federais	32.982	48.759	51.399	138.778	150.108	116.463
Estaduais	88.208	64.528	16.179	110.616	102.426	52.872
Municipais	494	436	283	2.331	1.941	2.206
Valor distribuído - Tributos	121.684	113.723	67.861	251.725	254.475	171.541
Remuneração de capitais de terceiros						
Juros	30.695	39.527	27.390	52.724	64.257	51.018
Aluguéis	885	772	1.322	4.278	3.539	2.069
Royalties	3.514	5.912	5.640	7.061	6.422	8.479
Instrumentos financeiros derivativos	3.117	14.517	15.299	3.117	19.756	16.811
Valor distribuído - Remuneração de capitais de terceiros	38.211	60.728	49.651	67.180	93.974	78.377
Remuneração de capitais próprios						
Dividendos	29.322	9.346	-	29.322	9.346	-
Lucros retidos do período	207.857	150.626	75.892	207.857	150.626	75.892
Valor distribuído - Remuneração de capitais próprios	237.179	159.972	75.892	237.179	159.972	75.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima nacional, cujas principais atividades operacionais são fabricação, importação e comercialização de artigos esportivos, calçados e vestuário e também com características de *holding company*. A Companhia exerce também a função de entidade de comando de grupo econômico, doravante denominado "Grupo Dass" ou "Grupo". O Grupo Dass foi criado no ano de 2005, como resultado da fusão dos grupos Dilly e Clássico e atua principalmente na fabricação, importação e comercialização de artigos esportivos e calçados, sendo especializado na gestão de marcas esportivas e de calçados tais como as marcas Fila e Umbro, além da marca própria TryOn. O Grupo Dass atua ainda na produção de artigos esportivos para clientes como Nike, Adidas, Asics, Reebok e Converse (*private labels*).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As seguintes empresas localizadas no exterior têm como moedas funcionais as moedas locais: Dass Argentina SRL, Dass Suárez S.A. e Dass Eldorado SRL - Peso Argentino; Dass Asia Pacific Limited - Dólar de Hong Kong; Dass Peru Calzados y Artículos Deportivos S.A.C. - Novo Sol, Dass Chile Calzados y Artículos Deportivos SPA - Peso Chileno, Dass México Calzados y Articulos Deportivos S de R. L. de C.V. e Dass Servicios SC - Peso Mexicano. A moeda funcional da controlada Dilly Classico S.A., com sede

no Uruguai, foi definida como o Real, pois suas operações foram consideradas, na essência, uma extensão das atividades de sua controladora no Brasil. A controlada indireta Fila Uruguay Investments S.A. possui o Dólar Norte Americano como moeda funcional, com base nas características de suas operações.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais, e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações referentes aos julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 10 - contas a receber de clientes - provisão para créditos de liquidação duvidosa;

Nota 11 - estoques - ajuste ao valor de realização;

Nota 17 - intangível - análise de *impairment* da licença da marca FILA;

Nota 21 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota 30 (b) - ativos e passivos fiscais diferidos - realização do ativo fiscal diferido.

e. Reapresentação dos valores correspondentes das demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia está reapresentando as demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa referentes aos exercícios comparativos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, para correção dos seguintes ajustes:

(i) efeitos das variações cambiais sobre ativos e passivos operacionais relacionados às suas atividades no exterior, as quais haviam sido incorretamente calculadas e refletidas nas demonstrações financeiras de 2016 e 2015;
(ii) reclassificação do caixa adquirido em combinação de negócios realizada em 2016, no valor de R$ 15.715, originalmente apresentada na reconciliação da variação de caixa e equivalentes de caixa, para atividades de investimentos, a fim de refletir o valor líquido entre os pagamentos realizados em conexão com aquela transação e o saldo de caixa da operação adquirida;
(iii) reclassificação do efeito das variações cambiais, no valor de R$ 16.298 em 2016 e R$ 2.090 em 2015, anteriormente apresentado como um item segregado das atividades operacionais, para a conciliação da movimentação do caixa e equivalentes de caixa;
(iv) reclassificação dos valores de ajuste a valor presente, de R$ 6.067 na controladora e R$ 35.515 no consolidado, em 2016 e R$ 5.802 na controladora e R$ 36.943 no consolidado,

em 2015, que estava apresentado como variação das contas de clientes e fornecedores e foi transferido para uma linha especifica de ajuste a valor presente.

Os efeitos dos ajustes descritos acima sobre a demonstração dos fluxos de caixa, da controladora e consolidado, referentes ao exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão demonstrados no quadro abaixo.

A Companhia está reapresentando as demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa referentes

	Controladora		
	2016 Originalmente apresentado	**Ajustes**	**2016 Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	166.414	-	166.414
Aumento de contas a receber e outros recebíveis	(94.936)	(10.795)	(105.731)
(Redução) aumento de fornecedores	(5.928)	4.728	(1.200)
Ajuste a valor presente - líquido	-	6.067	6.067
Variações nos ativos e passivos operacionais	(31.284)	-	(31.284)
Outros fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais, líquidos	(25.704)	-	(25.704)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	**8.562**	**-**	**8.562**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(65.548)**	**-**	**(65.548)**
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	**47.872**	**-**	**47.872**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(9.114)**	**-**	**(9.114)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.328	-	27.328
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.214	-	18.214
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(9.114)**	**-**	**(9.114)**

	Controladora		
	2015 Originalmente apresentado	**Ajustes**	**2015 Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	67.278	-	67.278
Redução (aumento) de contas a receber e outros recebíveis	9.288	(8.092)	1.196
Aumento de fornecedores	62.618	2.290	64.908
Ajuste a valor presente - líquido	-	5.802	5.802
Variações nos ativos e passivos operacionais	(21.669)	-	(21.669)
Outros fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais, líquidos	(12.492)	-	(12.492)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	**105.023**	**-**	**105.023**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(63.182)**	**-**	**(63.182)**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento	**(34.214)**	**-**	**(34.214)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**7.627**	**-**	**7.627**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.701	-	19.701
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27.328	-	27.328
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**7.627**	**-**	**7.627**

	Consolidado		
	2016 Originalmente apresentado	**Ajustes**	**2016 Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	207.825	-	207.825
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	-	(7.781)	(7.781)
Variações cambiais sobre outros ativos e passivos do exterior	-	5.469	5.469
Variações cambiais	54.368	(54.368)	-
Provisões	(1.224)	(4.026)	(5.250)
Ajuste a valor presente - líquido	-	35.515	35.515
Variações nos ativos e passivos operacionais	(245.939)	17.449	(228.490)
Outros fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais, líquidos	44.294	-	44.294
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	**59.324**	**(7.742)**	**51.582**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos por aquisição de controlada, liquida do caixa adquirido	(7.857)	15.715	7.858
Outros fluxos de caixa utilizados nas atividades de investimento, líquidos	(83.276)	-	(83.276)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(91.133)**	**15.715**	**(75.418)**
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	**40.054**	**-**	**40.054**
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	**(24.040)**	**24.040**	**-**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(15.795)**	**32.013**	**16.218**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	74.242	-	74.242
Caixa e equivalentes de caixa adquirido novo investimento	15.715	(15.715)	-
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	(16.298)	(16.298)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	74.162	-	74.162
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(15.795)**	**32.013**	**16.218**

	Consolidado		
	2015 Originalmente Apresentado	**Ajustes**	**2015 Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	97.646	-	97.646
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	-	32.645	32.645
Variações cambiais sobre outros ativos e passivos do exterior	-	(22.576)	(22.576)
Variações cambiais	(15.679)	15.679	-
Provisões	(5.306)	436	(4.870)
Ajuste a valor presente - líquido	-	36.943	36.943
Variações nos ativos e passivos operacionais	115.024	(77.110)	37.914
Outros fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais, líquidos	3.428	-	3.428
Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais	**195.113**	**(13.983)**	**181.130**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(64.296)**	**-**	**(64.296)**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento	**(90.130)**	**-**	**(90.130)**
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	**(11.893)**	**11.893**	**-**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**28.794**	**(2.090)**	**26.704**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	45.448	-	45.448
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	2.090-	2.090
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	74.242	-	74.242
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**28.794**	**(2.090)-**	**26.704**

f. Reapresentação da demonstração do valor adicionado

A Companhia está reapresentando as demonstrações individuais e consolidadas dos valores adicionados para ajustar os efeitos dos incentivos fiscais e tributos, que eram eliminados na receita de vendas, a fim de adequar a apresentação e consistência com a demonstração de resultados, afetando a linha de receita de mercadoria, produtos e serviços e custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos. Adicionalmente, em 2015, a Companhia excluiu o montante de R$ 172.348, na controladora e R$ 219.785, no consolidado, referente ao valor de variações cambiais de saldos de ativos e passivos, apresentados anteriormente entre receitas financeiras e custo dos produtos. Os efeitos sobre as demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas do exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão demonstrados no quadro abaixo.

	Controladora			Consolidado		
	2016 originalmente apresentado	**Ajustes**	**2016 reapresentado**	**2016 originalmente apresentado**	**Ajustes**	**2016 reapresentado**
Receitas						
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	825.097	77.626	902.723	1.565.867	77.626	1.643.493
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)						
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(223.126)	(137.958)	(361.084)	(440.681)	(137.958)	(578.639)
Movimentações não reclassificadas	(5.475)	-	(5.475)	(97.790)	-	(97.790)
Valor adicionado total a distribuir	**596.496**	**(60.332)**	**536.164**	**1.027.396**	**(60.332)**	**967.064**
Distribuição do valor adicionado	**596.496**	**(60.332)**	**536.164**	**1.027.396**	**(60.332)**	**967.064**
Tributos						
Federais	79.441	(30.682)	48.759	180.790	(30.682)	150.108
Estaduais	94.178	(29.650)	64.528	132.076	(29.650)	102.426
Movimentações não reclassificadas	422.877	-	422.877	714.530	-	714.530

	Controladora			Consolidado		
	2015 originalmente apresentado	**Ajustes**	**2015 reapresentado**	**2015 originalmente apresentado**	**Ajustes**	**2015 reapresentado**
Receitas						
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	496.510	44.768	541.278	1.152.877	44.768	1.197.645
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)						
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(335.750)	79.518	(256.322)	(662.827)	126.955	(535.872)
Valor adicionado recebido em transferência						
Receitas financeiras	236.007	(172.348)	63.659	339.813	(219.785)	120.028
Movimentações não reclassificadas	(18.260)	-	(18.260)	(169.355)	-	(169.355)
Valor adicionado total a distribuir	**378.507**	**(48.062)**	**330.445**	**660.508**	**(48.062)**	**612.446**
Distribuição do valor adicionado	**378.507**	**(48.062)**	**330.445**	**660.508**	**(48.062)**	**612.446**
Tributos						
Federais	79.441	(465)	78.976	116.928	(465)	116.463
Estaduais	94.178	(47.597)	46.581	100.469	(47.597)	52.872
Movimentações não reclassificadas	204.888	-	204.888	443.111	-	443.111

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Bases de consolidação

(i) Investimentos em controladas

O Grupo Dass controla uma entidade quando está exposta, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

(ii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia "desreconhece" os ativos e passivos da controlada, e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo Dass em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual o Grupo possui controle compartilhado, aonde o Grupo tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo Dass na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(v) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do período.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo Dass pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos à taxa de cambio na data da transação.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio médias apuradas nos meses em que as transações ocorreram.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes acumulados de conversão no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma operação no exterior (controlada ou coligada) é alienada, o valor correspondente da conversão registrado em conta de ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que inclua uma operação no exterior, de forma de que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado.

c. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar

esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos , as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para o CPC (IFRS), foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é reclassificada como propriedade para investimento.

(iii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo Dass.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo

menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes para 2017, 2016 e 2015:

Construções e edificações	25-40 anos
Máquinas e equipamentos	8-21 anos
Móveis e utensílios	10-16 anos
Veículos/equipamentos de computação	3-10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja necessário.

g. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento inicial

O Grupo Dass reconhece um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção de uso pelo Grupoe que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Dentro desse conceito, os principais ativos intangíveis reconhecidos são:

- **Licença de uso da marca FILA -** resultante da obtenção de licença de uso da marca FILA por prazo indeterminado;

- **Contratos de patrocínio de entidades esportivas -** resultante de contratos de direito de uso da marca das entidades em seus produtos até o final da concessão, mediante o pagamento de royalties para as entidades detentoras dessas marcas.

- **Contrato de franquia da marca UMBRO -** resultante da obtenção do direito de uso da marca UMBRO para o Brasil e Paraguai até o exercício de 2025.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear e crescente com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio e vidas úteis indefinidas, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais adequadamente reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para 2017, 2016 e 2015 são as seguintes:

Licenças, programas e softwares	5 anos
Contratos de patrocínio	1 - 6 anos
Marcas e patentes	indefinida
Licença da marca FILA	indefinida
Licença da marca UMBRO	11 anos

h. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são mensuradas pelo custo histórico, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

A depreciação é calculada para amortizar o custo das propriedades para investimento, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

i. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Grupo Dass reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos bancários na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data na qual o Grupo Dass se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo Dass desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo Dass transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não mantém o controle sobre o ativo transferido Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo Dass nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Dass tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo Dass tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa e empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos e são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O Grupo Dass reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo Dass se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo Dass baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Dass tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Grupo Dass tem os seguintes passivos financeiros não derivativos classificados como outros passivos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo Dass mantém instrumentos derivativos financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros, quando necessário. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

j. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

k. Redução ao valor recuperável - *Impairment*

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo Dass sobre condições de que o Grupo Dass não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

O Grupo Dass considera evidência de perda de valor para recebíveis caso a caso. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a redução ao valor recuperável

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo Dass, que não as propriedades para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo Dass tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

m. Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

(ii) Receita de aluguel

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

(iii) Devoluções de vendas

Uma provisão para devoluções de vendas é reconhecida quando os produtos são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de devoluções de vendas e uma ponderação de todas as probabilidades de desembolsos.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem, principalmente:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

o. Imposto de renda e contribuição social

As operações relevantes sujeitas a impostos de renda e contribuição social ocorrem no Brasil e na Argentina. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados, no Brasil, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. As operações na Argentina estão sujeitas a taxa de imposto de renda de 35%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(iv) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

(v) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;

- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

p. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo Dass irá cumprir as condições associadas com a subvenção. As subvenções que visam compensar o Grupo Dass por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como dedução da despesa relacionada em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas são registradas.

q. Pagamento de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

r. Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para companhias fechadas representam informação financeira adicional.

s. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas no período de adoção inicial.

CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48/IFRS 9 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O CPC 48/IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que deve refletir o modelo de negócios e expectativa de fluxo de caixa utilizados pela Companhia na administração de seus ativos e passivos financeiros.

<u>Classificação – Ativos e passivos financeiros</u>

Os ativos financeiros passarão a serem classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e

(iii) ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39: "mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" e "disponíveis para venda".

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados ao custo amortizado ou a valor justo pelo resultado (instrumentos derivativos), o qual não foi alterado pelo CPC 48/IFRS 9.

A Companhia avalia que a aplicação do CPC 48 não terá impacto significativo sobre os saldos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017, considerando que os ativos financeiros estavam classificados como "empréstimos e recebíveis" ou "valor justo pelo resultado" (instrumentos derivativos) e passarão a ser classificados como "custo amortizado". No caso dos "empréstimos e recebíveis" e no caso dos derivativos continuarão ser classificados como "valor justo pelo resultado", portanto, não havendo modificação significativa em sua mensuração.

Redução no valor recuperável (*impairment*)
O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas de créditos esperadas". Essa mudança exigirá um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A metodologia prevista no CPC 48/IFRS 9 e aplicável principalmente para contas a receber de longo prazo, ou seja com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu estágios 1 e 2 diferenciando a expectativa de perda de créditos.

Os ativos financeiros de curto prazo da Companhia representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos não tem apresentado aumento no risco de crédito e também não há, em 31 de dezembro de 2017, expectativa de aumento no risco de crédito ou impacto significativo esperado em relação a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

CPC 47 / IFRS 15- "Receita de contratos com Clientes".
O CPC 47/IFRS 15 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o CPC 30/IAS 18 - Receitas e CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e vigorará a partir dos exercícios iniciados em ou depois de 1º. de janeiro de 2018.

O CPC 47/IFRS 15 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações.

Venda de produtos
Para vendas de produtos, as receitas são atualmente reconhecidas quando estes são entregues ao cliente, sendo que a obrigação de desempenho é cumprida nesse momento. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos.

De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Com base nisso, a Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis pela adoção do CPC 47.

CPC 06/IFRS 16 - "Arrendamentos"
O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas.

O CPC 06/IFRS 16 (R2) substitui o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e a ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Essa norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Adoção antecipada é permitida somente se houver sido aplicado o CPC 47/IFRS 15 antes do CPC 06/IFRS 16 (R2).

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do CPC 06/IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção do CPC 06/IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. O Grupo espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

4 Combinação de negócios - Aquisição Dass Suarez

Em 1º de janeiro de 2016 a Controladora Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. adquiriu a controlada Meffert Participações S.A. , a qual detinha 100% da participação na empresa Vulcabrás Azaléia Argentina S.A., atualmente denominada Dass Suárez S.A.

A aquisição da Dass Suarez permitirá a Companhia a expansão de suas atividades no mercado argentino, principalmente em relação ao segmento *private labels*.

A Companhia realizou a combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) e IFRS 3. Alocou o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. A Companhia exerceu julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos assumidos, na determinação da vida útil dos ativos tangíveis e na determinação do ágio.

A soma dos valores de ativos líquidos adquiridos, registrados a valor justo, resultaram nos seguintes montantes:

Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	15.715
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	271
Estoques	21.743
Outros créditos	8.232
	45.961
Não circulante	
Outros créditos	14.488
Imobilizado	27.605
	42.093
Total do ativo	**88.054**

Circulante	
Fornecedores	14.321
Impostos e contribuições a recolher	2.508
Salários e provisões trabalhistas	14.314
Outras contas a pagar	8.304
	39.447
Não circulante	
Impostos e contribuições a recolher	37
Outros passivos	3.892
Imposto de renda diferido	5.513
Provisões	9.096
	18.538
Total do passivo	**57.985**
Ativos líquidos – valor contábil	**30.069**
Contra-prestação transferida	**30.357**
Ágio	**288**

a. Custos relacionados à aquisição

A aquisição do controle da Meffert Participações S.A. e suas investidas foi efetuada com a contraprestação transferida de aproximadamente R$ 30 milhões. A Companhia efetuou adiantamento de R$ 7,5 milhões em 30 de dezembro de 2015 e o saldo remanescente será liquidado em três prestações iguais, anuais e consecutivas no valor de R$ 7,5 milhões. As prestações serão reajustadas monetariamente pela variação do CDI, verificada no período compreendido entre a data 1º de novembro de 2015 até o efetivo pagamento. O valor atualizado é de R$ 9.611 em 31 de dezembro de 2017 e está classificado em outras contas a pagar no passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2016 totalizava R$ 17.981, sendo R$ 8.741 no passivo circulante e R$ 8.740 no passivo não circulante.

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo Dass exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

b. Derivativos

O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando a diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos no Brasil (baseada em títulos públicos), ajustada por um risco de crédito praticado nas operações interbancárias (CDI).

c. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

6 Demonstrações financeiras consolidadas

As principais entidades que formam o Grupo Dass em 31 de dezembro de 2017 e as participações detidas nessas empresas pela controladora Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. estão abaixo demonstradas:

		Percentual de participação					
		31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
Controladas	**País**	**Direta**	**indireta**	**Direta**	**indireta**	**Direta**	**Indireta**
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Brasil	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	Brasil	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	Brasil	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Fonthe Nordeste Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Dass Argentina SRL	Argentina	97,76	2,24	97,76	2,24	97,76	2,24
Dass Asia Pacific Limited	Hong Kong	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Fila Uruguay Investments S.A.	Uruguai	-	100,00	-	100,00	-	100,00
Dilly Classico S.A.	Uruguai	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Dass Eldorado SRL	Argentina	89,00	11,00	89,00	11,00	89,00	11,00
Dass Chile Calzados y Artículos Deportivos SPA	Chile	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Dass Paraguay Calzados y Articulos Deportivos S.A.	Paraguai	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Dass Peru Calzados y Artículos Deportivos S.A.C.	Peru	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Dass Servicios SC	México	100,00	-	100,00	-	100,00	-
Dass Suárez S.A	Argentina	-	100,00	-	100,00	-	-
Dass México Calzados y Artículos Deportivos S. de R. L. de C.V.	México	100,00	-	100,00	-	-	-
Meffert Participações S.A.	Brasil	100,00	-	100,00	-	-	-
Controlada em conjunto							
Gravasul Projetos e Matrizes Ltda.	Brasil	50,00	-	50,00	-	50,00	-

A seguir apresentamos a natureza das participações:

Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.: Com sua sede estabelecida em Saudades - SC, tem por objeto a fabricação, importação e comercialização de artigos esportivos e calçados, sendo licenciada das marcas Fila e Umbro.

Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.: Com sua sede estabelecida em Saudades - SC, tem por objeto a comercialização no varejo de artigos esportivos, calçados e artigos de vestuários e seus acessórios.

Ranee Indústria e Comércio Ltda.: Com sua sede estabelecida em São Carlos – SC, tem por objeto a fabricação de artigos esportivos.

Fonthe Nordeste Indústria e Comércio de Calçados Ltda.: Localizada em Vitória da Conquista – BA, tem por objeto principal a fabricação de artigos esportivos. Atualmente, atua como investidora em empresas do Grupo.

Dass Argentina SRL: Localizada em Buenos Aires - Argentina, tem por objeto a compra, venda, importação e exportação de calçados e artigos esportivos.

Dass Asia Pacific Limited: Localizada em Hong Kong, com escritório na China é uma unidade de *sourcing* e *outsourcing*.

Fila Uruguay Investments S.A.: Localizada em Montevideo - Uruguai, tem como atividade principal o licenciamento da marca Fila na América Latina.

Dilly Classico S.A.: Localizada em Montevideo – Uruguai, tem características de *holding company*.

Dass Eldorado SRL: Localizada em Eldorado - Argentina, tem por objeto a a fabricação de calçados e artigos esportivos.

Dass Chile Calzados y Artículos Deportivos SPA: Localizada em Santiago - Chile, tem por objeto principalmente a comercialização de calçados e artigos esportivos..

Dass Paraguay Calzados y Articulos Deportivos S.A.: Localizada em Encarnación - Paraguai, tem por objeto a fabricação de calçados e artigos esportivos.

Dass Peru Calzados y Artículos Deportivos S.A.C.: Localizada em Lima - Peru, tem por objeto a comercialização e calçados e artigos esportivos.

Dass Servicios SC: Localizada em México – México (Distrito Federal), tem por objeto prestação de serviços administrativos.

Dass Suárez S.A: Localizada em Coronel Suárez - Argentina, tem por objeto a importação, fabricação, comercialização e distribuição de calçados e artigos esportivos.

Dass México Calzados y Artículos Deportivos S. de R. L. de C.V.: Localizada em México – México (Distrito Federal), tem por objeto a comercialização e calçados e artigos esportivos .

Meffert Participações S.A.: Localizada em Saudades - SC, com características de *holding company*.

Gravasul Projetos e Matrizes Ltda.: Localizada em Novo Hamburgo - RS, tem por objeto a fabrição de matrizes de solados.

O Grupo Dass opera com 16 unidades fabris, sendo: no estado do Rio Grande do Sul, duas unidades na cidade de Ivoti e duas na cidade de Venâncio Aires. Em Santa Catarina duas unidades em Saudades e uma nas cidades de Pinhalzinho, São Carlos e Campo Erê. Na Bahia duas na cidade de Vitória da Conquista e uma nas cidades de Santo Estevão e Itaberaba. No Ceará uma na cidade de Itapipoca. Na Argentina, uma na cidade de Eldorado e uma em Cornel Suárez. O grupo conta ainda com dois escritórios comerciais em São Paulo, uma unidade de *sourcing* e *outsourcing* na Ásia (China), 16 unidades de varejo, sendo 8 lojas nos locais de fábrica, 7 na Argentina e uma conceito da Fila. A comercialização dos produtos no Brasil ocorre por meio de representantes comerciais. No exterior, o suporte comercial ocorre por meio de uma rede de licenciados e distribuidores na América Latina.

7 Gerenciamento do capital

O objetivo da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, monitorando a dívida líquida financeira como segue:

	2017	2016	2015
Total de empréstimos e financiamentos	307.098	385.134	349.087
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(84.224)	(74.162)	(74.242)
Dívida financeira líquida	222.874	310.972	274.845

Não houve alterações na abordagem do Grupo Dass em relação à administração de capital durante o ano.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2017	**2016**	**2015**	**2017**	**2016**	**2015**
Caixa	41	67	61	273	271	321
Depósitos bancários	5.440	2.089	5.311	43.640	43.726	28.609
Aplicações financeiras	25.254	16.058	21.956	40.311	30.165	45.312
	30.735	**18.214**	**27.328**	**84.224**	**74.162**	**74.242**

As aplicações financeiras referem-se, em 31 de dezembro de 2017, à conta corrente remunerada de 10% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa remunerados a taxas de 5 a 99% do CDI e a fundos comuns de investimento de 1,76 a 2,48% a.m. (Argentina). Em 2016, referem-se à conta corrente remunerada de 10 a 20% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa remunerados às taxas de 20 a 100% do CDI. Em 2015, referem-se a conta corrente remunerada de 15 a 20% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa remunerados à taxa de 99% do CDI.

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 22.

9 Instrumentos financeiros derivativos

	Controladora			Consolidado		
	2017	**2016**	**2015**	**2017**	**2016**	**2015**
Ativo circulante						
Termos de moedas	6.642	4.389	3.647	6.642	4.389	18.098
Passivo circulante						
Termos de moedas	(1.794)	-	-	(1.794)	-	-
Swap cambial	(531)	(3.459)	(67)	(531)	(3.549)	(338)
	(2.325)	**(3.549)**	**(67)**	**(2.325)**	**(3.549)**	**(338)**

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 os derivativos são termos de moedas e *swap* cambial

contratados pela controladora Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A., para fins de gestão da exposição cambial. Em 2015, os derivativos são *swap* cambial contratados pela controladora Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. e pela controlada Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda; e termos de moedas contratados pelas controladas Dass Argentina SRL e Dass Eldorado SRL, para fins de gestão da exposição cambial.

10 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	Controladora				
	2017			2016	2015
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante
Contas a receber	118.917	458	119.375	101.344	78.099
Contas a receber – Vendor (*)	12	-	12	12.240	700
Contas a receber - Partes relacionadas	106.966	-	106.966	71.284	9.765
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(375)	-	(375)	(1.166)	(482)
Total	**225.520**	**458**	**225.978**	**183.702**	**88.082**

	Consolidado				
	2017			2016	2015
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante
Contas a receber	275.656	524	276.180	237.788	196.129
Contas a receber – Vendor (*)	27	-	27	12.240	774
Contas a receber - Partes relacionadas	130	-	130	21	-
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.637)	-	(3.637)	(4.801)	(3.803)
Total	**272.176**	**524**	**272.700**	**245.248**	**193.100**

(*) Contas a receber sob regime de securitização, denominado Vendor.

O vencimento dos recebíveis na data do balanço era:

	2017		2016		2015	
Controladora	**Bruto**	**Provisão para perda**	**Bruto**	**Provisão para perda**	**Bruto**	**Provisão para perda**
Não vencidos	162.643	(3)	118.449	(167)	73.533	-
Vencidos de 1 a 30 dias	9.334	-	24.297	(1)	8.766	-
Vencidos entre 31 a 60 dias	4.092	-	15.798	(12)	2.530	-
Vencidos entre 61 a 90 dias	5.732	(4)	8.668	(41)	823	-
Vencidos entre 91 a 120 dias	17.430	(14)	5.490	(39)	1.880	-
Vencidos entre 121 a 150 dias	13.862	(15)	5.994	(29)	107	-
Vencidos entre 151 a 180 dias	7.679	(19)	4.594	(34)	118	(35)
Vencidos há mais de 180 dias	5.581	(320)	1.579	(843)	807	(447)
Total	**226.353**	**(375)**	**184.869**	**(1.166)**	**88.564**	**(482)**

	2017		2016		2015	
Consolidado	**Bruto**	**Provisão para perda**	**Bruto**	**Provisão para perda**	**Bruto**	**Provisão para perda**
Não vencidos	240.308	(1.266)	222.161	(1.622)	172.811	(19)
Vencidos de 1 a 30 dias	27.403	(1)	17.515	(9)	12.626	-
Vencidos entre 31 a 60 dias	3.209	(2)	2.887	(23)	3.733	-
Vencidos entre 61 a 90 dias	1.404	(5)	912	(44)	914	-

Vencidos entre 91 a 120 dias	711	(37)	939	(130)	2.861	-
Vencidos entre 121 a 150 dias	821	(395)	1.745	(330)	122	-
Vencidos entre 151 a 180 dias	135	(120)	320	(93)	1.209	(1.212)
Vencidos há mais de 180 dias	2.345	(1.811)	3.570	(2.550)	2.627	(2.572)
Total	**276.336**	**(3.637)**	**250.049**	**(4.801)**	**196.903**	**(3.803)**

Os valores vencidos há mais de 180 dias apresentados na controladora e sobre os quais não foi constituída provisão, referem-se a créditos de empresas interligadas que não representam riscos de perdas e a clientes com negociações especiais.

A exposição do Grupo Dass a riscos de crédito e de moeda relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas é divulgada na nota explicativa nº 22.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	Controladora	**Consolidado**
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(450)	(3.057)
Provisão registrada no exercício	(32)	(1.104)
Reversão de provisão	-	358
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(482)	(3.803)
Provisão registrada no exercício	(684)	(1.465)
Reversão de provisão	-	467
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.166)	(4.801)
Provisão registrada no exercício	-	(286)
Reversão de provisão	791	1.450
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(375)**	**(3.637)**

11 Estoques

	Controladora			**Consolidado**		
	2017	**2016**	**2015**	**2017**	**2016**	**2015**
Produtos acabados	56.707	40.287	37.764	162.321	144.238	114.495
Produtos em elaboração	14.817	21.057	13.317	21.092	30.092	18.760
Matérias-primas	33.886	33.955	30.855	87.333	83.417	61.883
Materiais de embalagens e almoxarifado	6.982	6.001	4.153	8.799	7.450	4.488
Estoques em poder de terceiros	820	289	647	2.160	922	1.537
Adiantamento a fornecedores	18.965	5.564	3.701	23.035	37.538	21.212
Provisão para estoques obsoletos- produtos acabados	(1.186)	(1.656)	(1.552)	(11.013)	(10.839)	(7.971)
Provisão para estoques obsoletos - matérias-primas	(3.422)	(3.061)	(4.262)	(7.680)	(5.910)	(6.666)
Total	**127.569**	**102.436**	**84.263**	**286.047**	**286.908**	**207.738**

a. Movimentação da provisão de estoques obsoletos

	Controladora			**Consolidado**		
	2017	**2016**	**2015**	**2017**	**2016**	**2015**
Saldo inicial	(4.717)	(5.814)	(5.330)	(16.749)	(14.637)	(13.180)
Provisão reconhecida no ano	-	-	(484)	(2.655)	(5.428)	(2.302)

Reversão de provisão	109	1.097	-	711	3.316	845
Saldo final	**(4.608)**	**(4.717)**	**(5.814)**	**(18.693)**	**(16.749)**	**(14.637)**

As provisões e reversões estão incluídas nos custo das vendas.

Os montantes gastos com matérias-primas, materiais de embalagens e almoxarifado e alterações em produtos acabados e estoques em processo, reconhecidos no custo de venda estão demonstrados na nota explicativa nº 28.

12 Impostos a recuperar

	Controladora								
	2017			2016			2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS (a)	11.431	369	11.800	4.668	342	5.010	1.330	200	1.530
IPI (c)	612	-	612	681	-	681	444	-	444
PIS/COFINS (d)	83	23	106	198	-	198	803	-	803
Reintegra (e)	1.063	-	1.063	173	-	173	165	-	165
	13.189	**392**	**13.581**	**5.720**	**342**	**6.062**	**2.742**	**200**	**2.942**

	Consolidado								
	2017			2016			2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS (a)	14.069	1.183	15.252	6.393	634	7.027	3.283	587	3.870
IVA - empresas do exterior (a)	5.323	-	5.323	9.122	-	9.122	3.513	-	3.513
Ingressos brutos - empresas exterior (b)	2.735	-	2.735	3.084	-	3.084	2.515	-	2.515
IPI (c)	754	-	754	748	-	748	828	-	828
PIS/COFINS (d)	5.898	26	5.924	198	-	198	839	-	839
Reintegra (e)	1.317	-	1.317	217	-	217	354	-	354
Outros - exterior	704	786	1.490	701	1.247	1.948	86	677	763
Outros - nacionais	-	-	-	3	-	3	4	-	4
	30.800	**1.995**	**32.795**	**20.466**	**1.881**	**22.347**	**11.422**	**1.264**	**12.686**

a. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto ao Valor Agregado - IVA

O saldo de ICMS é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais do Grupo Dass. As operações mercantis no exterior geram créditos de IVA no momento da aquisição de produtos.

b. Ingressos brutos

O saldo credor de ingresso bruto provém principalmente de impostos retidos sobre importações, depósitos bancários e recebimento de clientes, superiores aos valores devidos sobre as vendas. É um imposto provincial aplicável as empresas da Argentina.

c. Imposto sobre produtos industrializados - IPI

O saldo compõe-se substancialmente de valores originados das operações mercantis.

d. PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

e. Reintegra

O saldo é composto pelos valores pendentes de compensação dos créditos constantes nos pedidos de ressarcimento provenientes do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as empresas exportadoras (Reintegra), instituído pela Lei 12.546 de 14/12/2011. O Reintegra permite o crédito de até 3% (três por cento) das exportações de produtos produzidos pela empresa, sendo que em 2016 este crédito era de 0,1% da exportação. A partir de 1° de janeiro de 2017, o crédito passará a ser de 2% sobre as exportações, conforme Decreto 8.543/2015.

13 Partes relacionadas

a. Controlador final

O controlador final da Companhia é a Blu Licenciamentos e Participações S.A..

b. Transações com o pessoal-chave da administração

i. Remuneração do pessoal-chave da administração

O Grupo Dass não possui políticas de benefícios de remuneração ao pessoal-chave da Administração que caracterizem como: benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, remuneração com base em ações ou outros benefícios de longo prazo. O total dos honorários pagos ao Conselho de Administração e Diretoria em de 2017 foi de R$ 1.945 (R$ 2.010 em 2016 e R$ 2.067 em 2015).

ii. Empréstimos com o pessoal-chave da administração

A Companhia possui saldo de empréstimos com o Presidente do grupo, no valor consolidado de R$ 10.955 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 9.808 em 31 de dezembro de 2016, R$ 6.030 em 31 de dezembro de 2015). O empréstimo é atualizado pela taxa de 118% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e tem o vencimento em 31 de dezembro de 2019.

iii. Transações com o pessol-chave da administração

O grupo utilizou serviços de consultoria de empresas ligadas aos diretores do Grupo: ATH Comércio e Serviços Ltda. no valor R$ 754 na controladora e R$ 983 no consolidado em 31 de dezembro de 2017 (R$ 707 e R$ 921, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016); Hermes Participações Ltda no valor de de R$ 70 na controladora e no consolidado, em 31 de dezembro de 2017 (R$ 37 em 31 de dezembro de 2016 e R$ 657 na controladora e R$ 105 no consolidado em 31 de dezembro de 2015), Rio do Alto Estratégia e Logística no valor de R$ 918 na controladora e no consolidado, em 31 de dezembro de 2017 (R$ 850 em 31 de dezembro de 2016 e R$ 712 em 31 de dezembro de 2015) e VHS Consultoria Empresarial no valor de R$ 1.156 na controladora e R$ 1.438 no consolidado, em 31 de dezembro de 2017 (R$ 1.225 e 1.488, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016)

A controlada Ranee Indústria e Comércio Ltda. pagou, em 2016, dividendos não proporcionais no valor de R$ 1.200 correspondente a 1(uma) quota da capital, de propriedade do Presidente do grupo. Os dividendos não proporcionais foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

c. Outras transações com parte relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre entidades controladas, entidades sob controle comum, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

As operações financeiras de mútuos entre a controladora, as controladas e empresas controladas em conjunto decorrem de estratégia de administração centralizada das disponibilidades e, sobre elas, incidem encargos financeiros.

Todas as transações entre as empresas do Grupo foram eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

	Controladora 2017									
	Empréstimos e outros (a)		Dividendos		Outras contas (g)		Operações comerciais (b)		Resultado (b)	
Partes relacionadas	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Receita**	**Custo**
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	-	-	-	-	2	331	2.120	-	7.079	4
Dass Argentina SRL	-	-	-	-	-	-	40.267	-	81.057	-
Dass Asia Pacific Limited	-	-	-	-	1.531	-	-	-	-	2.847
Dass Chile Calzados y Artículos Deportivos SPA	1.692	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dass Eldorado SRL	-	-	-	-	-	13.232	3.556	124	34.652	317
Dass Peru Calzados y Artículos Deportivos S.A.C.	1.693	-	-	-	-	-	9.073	-	8.484	-
Dass Suarez S.A.	944	-	-	-	73	-	51.159	49	95.059	294
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	-	-	-	-	17.070	20	722	61	2.761	50.030
Fila Uruguay Investments S.A.	-	-	-	-	-	288	-	-	-	1.315
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	96	-	1.047
	4.329	**-**	**-**	**-**	**18.676**	**13.871**	**106.897**	**330**	**229.092**	**55.854**
Pessoas físicas (c)	-	7.570	-	12.249	-	-	-	-	-	-
ATH Comércio e Serviços Ltda. (d)	-	-	-	-	-	43	-	-	-	754
Blu Licenciamentos e Participações S.A.(e)	-	-	-	23.711	-	-	-	-	-	-
Gravasul Projetos e Matrizes Ltda. (f)	-	-	-	-	19	-	-	1.119	231	13.827
Hermes Participações Ltda. (g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70
OXN Calçados Ltda. (h)	-	-	-	-	-	-	9	-	74	-
P&A Comércio de Vestuário Ltda. (i)	-	-	-	-	75	-	60	-	159	-
Rio do Alto Estratégia e Logística Ltda. (j)	-	-	-	-	-	55	-	-	-	918
VHS Consultoria Empresarial Ltda. (g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.156
	4.329	**7.570**	**-**	**35.960**	**18.770**	**13.969**	**106.966**	**1.449**	**229.556**	**72.579**

	Controladora 2016									
	Empréstimos e outros (a)		Dividendos		Outras contas (g)		Operações comerciais (b)		Resultado (b)	
Partes relacionadas	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Receita**	**Custo**
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	-	-	-	-	2	288	814	-	5.097	12
Dass Argentina SRL	-	-	-	-	-	-	4.299	-	21.957	-
Dass Asia Pacific Limited	-	-	-	-	551	-	-	-	-	1.979
Dass Chile Calzados y Artículos Deportivos SPA	1.667	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dass Eldorado SRL	-	-	-	-	4	-	16.847	-	80.199	83
Dass Paraguay Calzados e artículos Deportivos Sociedad Anomima	-	-	-	-	-	-	-	857	-	-
Dass Peru Calzados y Artículos Deportivos S.A.C	5.392	-	-	-	-	-	3.479	-	5.634	-
Dass Suarez S.A.	845	-	-	-	39	-	45.627	-	68.901	247
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	-	-	-	-	-	4.373	199	2.372	3.990	53.454
Fila Uruguay Investments S.A.	-	-	-	-	-	304	-	-	-	1.138
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	-	-	-		1		19	79	36	87
	7.904	**-**	**-**	**-**	**597**	**4.965**	**71.284**	**3.308**	**185.814**	**57.000**
Pessoas físicas (c)	-	6.719	-	3.397	-	-	-	-	-	-
ATH Comércio e Serviços Ltda. (d)	-	-	-	-	-	40	-	-	-	707
Blu Licenciamentos e Participações S.A. (e)	-	-	-	5.924	-	-	-	-	-	-
Gravasul Projetos e Matrizes Ltda. (f)	-	-	-	-	19	-	-	575	-	12.877
P&A Comércio de Vestuário Ltda.(i)	-	-	-	-	98	-	-	-	183	-
Rio do Alto Estratégia e Logística Ltda. (j)	-	-	-	-	-	51	-	-	-	850
VHS Consultoria Empresarial Ltda. (g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.225
Hermes Participações Ltda.(g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37
	7.904	**6.719**	**-**	**9.321**	**714**	**5.056**	**71.284**	**3.883**	**185.997**	**72.696**

	Controladora 2015							
	Empréstimos e outros		Dividendos		Operações comerciais		Resultado	
Partes relacionadas	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Vendas**	**Custos/ Despesas**
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	-	-	-	-	1.065	-	4.491	14
Dass Argentina SRL	-	-	-	-	-	10.233	8.430	-
Dass Asia Pacific Limited	4.087	-	-	-	65	-	-	3.237
Dass Chile Calzados y Artículos Deportivos SPA	1.946	-	-	-	-	-	-	-
Dass Eldorado SRL	-	-	-	-	7.054	-	28.553	-
Dass Paraguay Calzados e artículos Deportivos Sociedad Anomima	-	-	-	-	-	1.126	-	-
Dass Peru Calçados e Artigos Esportivos S.A.	6.784	-	-	-	1.096	-	435	-
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	997	-	-	-	1.281	11.741	4.441	24.123
Dass Mexico Calzados y Articulos Deportivos S. de R.L. de C.V	18.803	-	-	-	-	-	-	-
Fila Uruguay Investments S.A.	-	-	-	-	-	193	-	932
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	-	-	2.708	-	2	-	-	-
	32.617	**-**	**2.708**	**-**	**10.563**	**23.293**	**46.350**	**28.306**
Pessoas físicas	-	6.030	-	-	-	-	-	-
Gravasul Projetos e Matrizes Ltda.	-	-	-	-	17	1.004	-	9.620
P&A Comércio de Vestuário Ltda.	-	-	-	-	75	-	112	-
OXN Calçados Ltda. (DBF Indústria de Artigos Esportivos Ltda.)	-	-	-	-	2	-	33	-
Rio do Alto Estratégia e Logística Ltda	-	-	-	-	-	45	-	712
Hermes Participações Ltda	-	-	-	-	-	-	-	657
	32.617	**6.030**	**2.708**	**-**	**10.657**	**24.342**	**46.495**	**39.295**

	Consolidado 2017									
	Empréstimos e outros (a)		**Dividendos**		**Outras contas (g)**		**Operações comerciais (b)**		**Resultado (b)**	
Partes relacionadas	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Receita**	**Custo**
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	413	5.903	5	20.898
Dass Argentina SRL	-	-	-	-	2.101	1.081	-	81.862	425	124.171
Dass Asia Pacific Limited	-	-	-	-	-	3.946	27	-	23.308	-
Dass Chile Calzados y Artículos Deportivos SPA	-	1.692	-	-	-	-	-	-	-	-
Dass Eldorado SRL	10.591	-	-	-	14.216	5	36.271	8.003	32.736	63.864
Dass Peru Calzados y Artículos Deportivos S.AC..	-	1.694	-	-	162	120	-	9.161	-	9.801
Dass Servicios SC	-	-	-	-	-	-	-	-	60	-
Dass Suarez S.A.	-	11.534	-	-	331	10.802	1.729	44.932	3.827	105.998
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	-	-	-	-	4.625	16.933	16.702	3.627	98.553	31.020
Dass Mexico Calzados y Articulos Deportivos S. de R.L. de C.V	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60
Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.	4.329	-	-	-	18.676	13.871	106.897	1.727	229.091	57.436
Fila Uruguay Investments S.A.	-	-	-	-	-	-	470	-	2.185	-
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	-	-	-	-	19	257	143	552	24.421	1.363
	14.920	**14.920**	**-**	**-**	**40.130**	**47.015**	**162.652**	**155.767**	**414.611**	**414.611**
Pessoas físicas (c)	-	10.954	-	12.249	-	-	-	-	-	-
ATH Comércio e Serviços Ltda. (d)	-	-	-	-	-	86	-	-	-	983
Blu Licenciamentos e Participações S.A. (e)	-	-	-	23.711	-	-	-	-	-	-
Gravasul Projetos e Matrizes Ltda.(f)	-	-	-	-	24	-	-	1.259	236	16.953
Hermes Participações Ltda. (g)	-	-	-	-	-	9.097	-	-	-	70
OXN Calçados Ltda. (h)	-	-	-	-	1.090	3	10	-	407	813
P&A Comércio de Vestuário Ltda. (i)	-	-	-	-	150	-	120	-	249	-
Rio do Alto Estratégia e Logística Ltda. (j)	-	-	-	-	-	55	-	-	-	918
VHS Consultoria Empresarial Ltda(g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.438
	-	**10.954**	**-**	**35.960**	**1.264**	**9.241**	**130**	**1.259**	**892**	**21.175**

	Consolidado 2016									
	Empréstimos e outros (a)		**Dividendos**		**Outras contas (g)**		**Operações comerciais (b)**		**Resultado (b)**	
Partes relacionadas	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Receita**	**Custo**
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	339	4.871	16	9.953
Dass Argentina SRL	-	-	-	-	8.738	7	96	47.191	779	164.377
Dass Asia Pacific Limited	-	-	-	-	-	8.719	508	-	28.215	-
Dass Chile Calzados y Artículos Deportivos SPA	-	1.667	-	-	-	-	-	-	-	-
Dass Eldorado SRL	16.828	-	-	-	1.055	6	41.821	24.236	120.742	117.961
Dass Paraguay Calzados e artículos Deportivos Sociedad Anomima	-	-	-	-	-	-	4.028	-	-	-
Dass Peru Calzados y Artículos Deportivos S.A.C.	-	5.392	-	-	139	101	-	3.819	-	7.676
Dass Servicios SC	-	-	-	-	-	-	-	-	108	-
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	-	-	-	-	6.043	81	16.129	5.961	97.597	23.313
Dass Suarez S.A.	-	17.673	-	-	-	17.440	-	32.371	891	72.894
Dass Mexico Calzados y Articulos Deportivos S. de R.L. de C.V	-	-	-	-	-	-	-	-	-	140
Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.	7.904	-	-	9.321	597	4.965	71.284	4.096	185.814	57.000
Dilly Clássico S.A.	100	-	-	-	-	-	-	-		
Fila Uruguay Investments S.A.	-	100	-	-	-	-	447	-	1.878	-
Fonthe Nordeste Indústria e Comércio de Calçados Ltda	-	600	-	-	-	-	-	-	-	
Meffert Participações S.A.	600	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	-	-	-	-	226	30	2.508	64	17.390	115
Uruguay Dass S.A.	-	-	-	-			-	-	-	-
	25.432	**25.432**	**-**	**9.321**	**16.798**	**31.349**	**137.160**	**122.609**	**453.430**	**453.429**
Pessoas físicas (c)	-	9.808	-	3.397			-	-	-	-
ATH Comércio e Serviços Ltda. (d)	-	-	-	-	-	56	-	-	-	921
Blu Licenciamentos e Participações S.A. (e)	-	-	-	5.924	-	-	-	-	-	-
Gravasul Projetos e Matrizes Ltda. (f)	-	-	-	-	-	-	21	688	-	12.877
P&A Comércio de Vestuário Ltda. (i)	-	-	-	-	98	-		-	300	107
OXN Calçados Ltda. (DBF Indústria de Artigos Esportivos Ltda.) (h)	-	-	-	-	1.792	-	-	-	205	-
Rio do Alto Estratégia e Logística Ltda. (j)	-	-	-	-	-	-	-	51	-	850
VHS Consultoria Empresarial Ltda.(g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.488
Hermes Participações Ltda.(g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37
	-	**9.808**	**-**	**9.321**	**1.890**	**56**	**21**	**739**	**505**	**16.280**

	Consolidado 2015							
	Empréstimos e outros		**Dividendos**		**Operações comerciais**		**Resultado**	
Partes relacionadas	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Vendas**	**Custos/ Despesas**
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	-	-	-	-	18	4.970	18	8.702
Dass Argentina SRL	-	286	-	-	13.519	36.712	353	145.312
Dass Asia Pacific Limited	-	4.087	-	-	1.703	2.957	47.597	1.807
Dass Chile Calzados y Artículos Deportivos SPA	-	1.946	-	-	-	-	-	1.262
Dass Eldorado SRL	-	-	-	-	28.815	14.516	119.495	73.212
Dass Paraguay Calzados e artículos Deportivos Sociedad Anomima	-	-	-	-	4.925	-	-	-
Dass Peru Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	6.784	-	-	-	1.201	-	3.511
Dass Servicios SC	-	-	-	-	59	-	601	-
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	-	997	-	-	29.395	9.556	63.931	34.746
Dass Mexico Calzados y Articulos Deportivos S. de R.L. de C.V	-	18.803	-	-	-	72	-	979
Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.	32.617	-	2.708	-	10.563	24.332	46.350	28.306
Fila Uruguay Investments S.A.	-	-	-	-	353	-	4.154	-
Ranee Indústria e Comércio Ltda	-	-	-	2.708	5.010	44	15.379	41
Uruguay Dass S.A.	286	-	-	-	-	-	-	-
	32.903	**32.903**	**2.708**	**2.708**	**94.360**	**94.360**	**297.878**	**297.878**
Pessoas físicas	-	6.030	-	-	-	-	-	-
Bambu Empreendimentos e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	84
Gravasul Projetos e Matrizes Ltda.	-	-	-	-	18	1.583	12	11.463
P&A Comércio de Vestuário Ltda.	-	-	-	-	1.006	-	307	868
OXN Calçados Ltda. (DBF Indústria de Artigos Esportivos Ltda.)	-	-	-	-	1.778	-	79	-
Rio do Alto Estratégia e Logística Ltda	-	-	-	-	-	45	-	712
Hermes Participações Ltda	-	-	-	-	-	-	-	105
	-	**6.030**	**-**	**-**	**2.802**	**1.628**	**398**	**13.232**

(a) Empréstimos e outros estão substancialmente relacionados a gestão centralizada de caixa entre as empresas do grupo. A operação com a Dass Suárez S.A. trata-se de valores recebidos pela mesma por conta e ordem da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. em função da garantia de passivos contingente. Esta operação está isenta de juros e não tem data de vencimento. Empréstimos para a Dass Chile Calzados e Artículos Deportivos SPA e para a Dass Peru Calzados y Artículos Deportivos S.A.C são remunerados pela taxa Libor + 3% a.a.. Essas operações possuem vencimento indefinido e são totalmente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) As operações comerciais e o impacto no resultado são representados por vendas e compras entre as empresas do grupo. Devido a sua estratégia e estrutura, o grupo pode alocar a produção de peças e componentes de seus produtos em diferentes localidades e empresas, resultando em vendas intragrupo. Essas vendas não são comparáveis com vendas para terceiros, uma vez que a Companhia não realiza venda de peças e components de forma isolada à terceiros. Os impactos das vendas intragrupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

(c) As operações com pessoas físicas estão descritas no item iii. Transações com o pessoal-chave da Administração. Essas operações não são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Empresas relacionadas:

(d) A operação com a ATH Comércio e Serviços Ltda. refere-se a consultoria técnica na área de suprimentos, logística e planejamento e não é eliminada nas demonstrações financeiras consolidadas.

(e) A operação com a Blu Licenciamentos e Participações S.A. refere-se a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e não é eliminada nas demonstrações financeiras consolidadas.

(f) As operações com a Gravasul Projetos e Matrizes Ltda. referem-se principalmente a compra e venda de matrizes de solados e essas operações não são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

(g) As operações com a VHS Consultoria Empresarial Ltda. e Hermes Participaçoes Ltda. referem-se a consultoria técnica na área de suprimentos, logística e planejamento. Essas operações não são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

(h) A operação com a OXN Calçados Ltda. é oriunda de um Termo de Confissão de Dívida de 2013 e não é eliminada nas demonstrações financeiras consolidadas.

(i) A operação com a P&A Comércio de Vestuário Ltda. é oriunda de um transações comercias e não é eliminada nas demonstrações financeiras consolidadas

(j) As operação com a Rio do Alto Estratégia e Logística Ltda refere-se a serviços de assessoria financeira e empresarial e não são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

14 Investimentos (controladora)

A Companhia controladora reconheceu ganho de R$ 55.035 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 69.679 em 2016, R$ 53.959 em 2015) de equivalência patrimonial em coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Nenhuma das companhias cujo investimento é registrado pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas a seguir não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

2017

	Participação direta	Quantidade de quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	100,00%	10.000.000	9.993	1.200	11.193	5.233	1.554	6.787	4.406	15.553	696	696
Dass Argentina S.A	97,76%	164.415.719	155.039	13.511	168.550	102.964	2.553	105.517	63.033	234.101	4.783	4.676
Dass Asia Pacific Limited	100,00%	300.000	4.981	599	5.580	5.019	-	5.019	561	25.145	(342)	(342)
Dass Chile Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	100,00%	10.000	92	1.204	1.296	-	1.868	1.868	(572)	-	-	-
Dass Eldorado SRL	89,00%	10.500.000	121.642	21.858	143.500	13.272	233	13.505	129.995	334.557	32.937	29.314
Dass Mexico Calçados e Artigos Esportivos	100,00%	12.500.000	1.412	77	1.489	254	-	254	1.235	25.145	(265)	(265)
Dass Paraguai Calçados e Artigos Esportivos	100,00%	22.000.000	602	2.292	2.894	-	-	-	2.894	-	(176)	(176)
Dass Peru Calçados e Artigos Esportivos S.A.C.	100,00%	28.000	12.282	257	12.539	7.529	1.690	9.219	3.320	10.116	968	968
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	100,00%	246.809	93.037	86.581	179.618	79.480	74.087	153.567	26.051	201.161	9.747	9.747
Dass Servicios	100,00%	3.000	7	-	7	-	-	-	7	60	8	8
Dilly Classico S/A	100,00%	52.905.000	87	102.256	102.343	1	-	1	102.342	-	4.937	4.937
Fonthe Nordeste Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	100,00%	1.600.000	126	15.267	15.393	2	-	2	15.391	-	3.545	3.545
Meffert Participações S.A	100,00%	2.720.882	20	18.389	18.409	-	-	-	18.409	-	(1.851)	(1.851)
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	100,00%	2.720.882	2.261	11.239	13.500	4.720	326	5.046	8.454	22.194	3.228	3.228
Gravasul Ltda. (controle comum)	50,00%	1.054.300	3.801	2.801	6.602	2.115	940	3.055	3.547	14.224	1.100	550
												55.035

2016

	Participação direta	Quantidade de quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	100,00%	10.000.000	7.855	1.570	9.425	5.710	7	5.717	3.708	12.688	124	124
Dass Argentina S.A	97,76%	164.415.719	131.354	18.585	149.939	79.686	2.536	82.222	67.717	249.633	15.319	14.976
Dass Asia Pacific Limited	100,00%	300.000	10.904	417	11.321	10.433	-	10.433	888	28.475	387	387
Dass Chile Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	100,00%	10.000	83	1.086	1.169	-	1.686	1.686	(517)	-	17	17
Dass Eldorado SRL	89,00%	10.500.000	126.984	28.566	155.550	38.054	341	38.395	117.155	423.603	62.043	55.218
Dass Mexico Calçados e Artigos Esportivos	100,00%	12.500.000	1.634	104	1.738	324	-	324	1.414	50	(2.167)	(2.167)
Dass Paraguai Calçados e Artigos Esportivos	100,00%	22.000.000	4.912	2.190	7.102	3	-	3	7.099	-	(135)	(135)
Dass Peru Calçados e Artigos Esportivos S.A.C.	100,00%	28.000	9.794	130	9.924	2.369	5.362	7.731	2.193	8.440	(179)	(179)
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	100,00%	246.809	85.912	89.877	175.789	48.753	110.704	159.457	16.332	164.969	(1.648)	(1.648)
Dass Servicios	100,00%	3.000	19	-	19	19	-	19	-	108	(52)	(52)
Dilly Classico S/A	100,00%	52.905.000	-	97.159	97.159	-	-	-	97.159	-	5.737	5.737
Fonthe Nordeste Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	100,00%	1.600.000	-	12.688	12.688	600	59	659	12.029	-	6.234	6.234
Meffert Participações S.A	100,00%	2.720.882	601	-	601	-	1.129	1.129	(528)	-	(12.670)	(12.670)
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	100,00%	2.720.882	3.955	6.469	10.424	2.119	1.083	3.202	7.222	15.976	4.059	4.059
Gravasul Ltda. (controle comum)	50,00%	1.054.300	2.176	2.852	5.028	1.783	665	2.448	2.580	14.249	(444)	(222)
												69.679

	2015											
	Participação direta	**Quantidade de quotas**	**Ativos circulantes**	**Ativos não circulantes**	**Total de ativos**	**Passivos circulantes**	**Passivos não circulantes**	**Total de passivos**	**Patrimônio líquido**	**Receita**	**Lucro ou prejuízo**	**Equivalência patrimonial**
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	100,00%	10.000.000	7.356	2.084	9.440	5.799	-	5.799	3.641	11.915	(2.145)	(2.145)
Dass Argentina S.A	97,76%	164.415.719	135.151	21.979	157.130	71.793	5.333	77.126	80.004	275.614	20.501	20.042
Dass Asia Pacific Limited	100,00%	300.000	10.577	1.043	11.620	9.916	4.067	13.983	(2.363)	60.241	(6.648)	(6.648)
Dass Chile Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	100,00%	10.000	147	1.196	1.343	-	1.939	1.939	(596)	3.399	293	293
Dass Eldorado SRL	88,96%	10.500.000	107.438	21.587	129.025	34.125	459	34.584	94.441	356.418	47.083	41.885
Dass Mexico Calçados e Artigos Esportivos	100,00%	12.500.000	5.514	420	5.934	1.302	18.637	19.939	(14.005)	10.004	(6.967)	(6.967)
Dass Paraguai Calçados e Artigos Esportivos	100,00%	22.000.000	6.015	2.670	8.685	30	-	30	8.655	-	570	570
Dass Peru Calçados e Artigos Esportivos S.A.C.	100,00%	28.000	10.275	133	10.408	1.187	6.776	7.963	2.445	9.562	(823)	(823)
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	100,00%	246.809	101.831	82.475	184.306	72.992	93.380	166.372	17.934	140.952	(6.968)	(6.968)
Dass Servicios	100,00%	3.000	131	-	131	65	-	65	66	601	13	13
Dilly Classico S/A	100,00%	52.905.000	163	91.949	92.112	2	-	2	92.110	-	6.324	6.324
Fonthe Nordeste Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	100,00%	1.600.000	10	10.281	10.291	-	-	-	10.291	-	5.195	5.195
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	100,00%	2.720.882	5.907	6.761	12.668	4.272	1.887	6.159	6.509	14.640	3.343	3.343
Gravasul Ltda. (controle comum)	50,00%	1.054.300	2.923	2.851	5.774	1.959	794	2.753	3.021	10.632	(310)	(155)
												53.959

Composição e movimentação dos saldos

		Movimentação 2017					
Saldo inicial dos investimentos	**Saldo líquido 2016**	**Aumento / redução de capital em investimentos**	**Dividendos**	**Resultado de equivalência patrimonial**	**Outras movimentações**	**Ajustes acumulados de conversão**	**Saldo líquido 2017**
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	3.698	-	-	696	-	-	4.394
Dass Argentina SRL	62.656	-	-	4.676	-	(10.435)	56.897
Dass Asia Pacific Limited	888	-	-	(342)	-	16	562
Dass Chile Calzados y Artículos Deportivos SPA	(517)	-	-	-	-	(56)	(573)
Dass Eldorado SRL	102.657	-	-	29.314	-	(17.850)	114.121
Dass México Calzados y Articulos Deportivos S. de R.L. de C.V	1.411	-	-	(265)	-	90	1.236
Dass Paraguay Calzados y artículos Deportivos S.A.	7.098	(4.175)	-	(176)	-	147	2.894
Dass Peru Calzados y Articulos Depórtivos S.A.C.	1.865	-	-	968	-	156	2.989
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	15.667	-	-	9.747	-	-	25.414
Dass Servicios SC	-	-	-	8	-	1	9
Dilly Classico S.A.	97.159	-	-	4.937	-	245	102.341
Fonthe Nordeste Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	12.006	1.680	-	3.545	22	(2.246)	15.007
Meffert Participações S.A.	15.078	17.880	-	(1.851)	116	(755)	30.468
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	7.222	-	(2.000)	3.228	-	-	8.450
Gravasul Projetos e Matrizes Ltda (controle comum)	1.290	-	-	550	(67)	-	1.773
Outros investimentos	134	-	-	-	6	-	140
Saldo líquido	**328.312**	**15.385**	**(2.000)**	**55.035**	**77**	**(30.687)**	**366.122**
Total investimentos	**328.829**						**366.695**
Provisão para perdas em investimentos	**(517)**						**(573)**

		Movimentação 2016						
Saldo inicial dos investimentos	**Saldo líquido 2015**	**Aquisicão de investimento**	**Aumento capital em investimentos**	**Dividendos**	**Resultado de equivalência patrimonial**	**Outras movimentações**	**Ajustes acumulados de conversão**	**Saldo líquido 2016**
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	3.574	-	-	-	124	-	-	3.698
Dass Argentina SRL	76.436	-	-	-	14.976	-	(28.756)	62.656
Dass Asia Pacific Limited	(2.363)	-	2.541	-	387	-	323	888
Dass Chile Calzados y Artículos Deportivos SPA	(596)	-	-		17	-	62	(517)
Dass Eldorado SRL	82.818	-	-	-	55.218	-	(35.379)	102.657
Dass México Calzados y Articulos Deportivos S. de R.L. de C.V	(14.021)	-	15.899		(2.167)	-	1.700	1.411
Dass Paraguay Calzados y artículos Deportivos S.A.	8.655	-	-	-	(135)	-	(1.422)	7.098
Dass Peru Calzados y Articulos Depórtivos S.A.C.	2.326	-	-	-	(179)	-	(282)	1.865
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	17.315	-	-	-	(1.648)	-	-	15.667
Dass Servicios SC	66	-	-	-	(52)	-	(14)	-
Dilly Classico S.A.	92.110	-	-	-	5.737	-	(688)	97.159
Fonthe Nordeste Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	10.290	-	2	-	6.234	-	(4.520)	12.006
Meffert Participações S.A.	-	30.357	-	-	(12.670)	(47)	(2.562)	15.078
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	6.507	-	-	(3.344)	4.059	-	-	7.222
Gravasul Projetos e Matrizes Ltda (controle comum)	1.512	-	-	-	(222)	-	-	1.290
Outros investimentos	136	-	-	-	-	(2)	-	134
Saldo líquido	**284.765**	**30.357**	**18.442**	**(3.344)**	**69.679**	**(49)**	**(71.538)**	**328.312**
Total investimentos	**301.745**							**328.829**
Provisão para perdas em investimentos	**(16.980)**							**(517)**

	Movimentação 2015						
Saldo inicial dos investimentos	**Saldo líquido 2014**	**Adições por aumento de capital**	**Dividendos propostos**	**Resultado de equivalência patrimonial**	**Outras movimentações**	**Ajustes acumulados de conversão**	**Saldo líquido 2015**
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	(1.431)	7.150	-	(2.145)	-	-	3.574
Dass Argentina SRL	39.002	-	-	20.042	25.852	(8.460)	76.436
Dass Asia Pacific Limited	2.387	-	-	(6.648)	-	1.898	(2.363)
Dass Chile Calzados y Artículos Deportivos SPA	(689)	-	-	293	-	(200)	(596)
Dass Eldorado SRL	51.198	-	-	41.885	-	(10.265)	82.818
Dass México Calzados y Articulos Deportivos S. de R.L. de C.V	(5.147)	-	-	(6.967)	-	(1.907)	(14.021)
Dass Paraguay Calzados y artículos Deportivos S.A.	6.693	-	-	570	-	1.392	8.655
Dass Peru Calzados y Articulos Depórtivos S.A.C.	2.499	-	-	(823)	-	650	2.326
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	24.283	-	-	(6.968)	-	-	17.315
Dass Servicios SC	41	-	-	13	-	12	66
Dilly Classico S.A.	109.792	-	-	6.324	(25.852)	1.846	92.110
Fonthe Nordeste Indústria e Comércio de Calçados Ltda	6.366	4	-	5.195	-	(1.275)	10.290
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	5.872	-	(2.708)	3.343	-	-	6.507
Gravasul Projetos e Matrizes Ltda (controle comum)	1.667	-	-	(155)	-	-	1.512
Outros investimentos	139	-	-	-	(3)	-	136
Saldo líquido	**242.672**	**7.154**	**(2.708)**	**53.959**	**(3)**	**(16.309)**	**284.765**
Total investimentos	**249.939**						**301.745**
Provisão para perdas em investimentos	**(7.267)**						**(16.980)**

15 Propriedade para investimentos

	Controladora			Consolidado		
	2017	**2016**	**2015**	**2017**	**2016**	**2015**
Saldo em 1° de janeiro	21.045	20.451	-	21.481	20.887	436
Adições	-	932	-	1.230	932	-
Transferência (*)	(1.987)	-	20.504	(1.987)	-	20.504
Depreciação	(302)	(338)	(53)	(303)	(338)	(53)
Saldo final	**18.756**	**21.045**	**20.451**	**20.421**	**21.045**	**20.887**

(*) Transferido para o imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2017, na controladora, propriedades para investimento incluem 32 salas comerciais (36 em 31 de dezembro de 2016 e 40 em 31 de dezembro de 2015) na cidade de São Paulo - SP (1.515,48 m²) (1.703,38 m² em 31 de dezembro de 2016 e 2015). No consolidado, além das salas comerciais da controladora, incluem uma chácara (110.120 m²) e um imóvel (30,31 m²) na cidade de Saudades - SC.

Esses ativos não são utilizados na atividade da Companhia e a Administração está mantendo-os para apreciação de capital ou aluguel.

O grupo é arrendador em contratos de locação de escritórios comerciais, caracterizados como arrendamentos operacionais. Os recebimentos mínimos de arrendamentos não canceláveis envolvidos em tais contratos são os seguintes:

	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	mais de 5 anos
Recebimentos mínimos	478	2.040	2.800

De acordo com avaliação da administração, o valor justo estimado das propriedades para investimento é similar ao valor contábil.

16 Imobilizado

a. Composição e movimentação do ativo imobilizado

		Controladora 2017										
		Movimentação do custo					Movimentação da depreciação					Saldo líquido
	Taxa média de depreciação ponderada % a.a	Saldo inicial	Adições	Baixas	Outras (b)	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Outras (b)	Saldo final	2017
Construções, edificações e instalações	4%	82.087	312	(46)	6.431	88.784	(22.662)	(3.654)	-	(42)	(26.358)	62.426
Máquinas e equipamentos	8%	146.173	13.470	(1.939)	4.423	162.127	(72.619)	(9.871)	933	-	(81.557)	80.570
Móveis e utensílios	8%	17.883	2.844	(124)	430	21.033	(8.254)	(1.413)	70	-	(9.597)	11.436
Veículos	18%	1.338	497	(517)	-	1.318	(992)	(137)	496	-	(633)	685
Equipamentos de computação	17%	6.566	1.404	(61)	-	7.909	(4.621)	(577)	49	-	(5.149)	2.760
Terrenos	-	9.799	-	-	679	10.478	-	-				10.478
Formas, matrizes e navalhas	33%	70.131	12.054	(1.569)	103	80.719	(58.460)	(11.295)	1.192	-	(68.563)	12.156
Obras em andamento	-	16.285	9.424	(6)	(5.667)	20.036	-	-				20.036
Outras imobilizações	8%	6.538	29.919	(59)	(4.370)	32.028	(3.033)	(656)	-	-	(3.689)	28.339
		356.800	**69.924**	**(4.321)**	**2.029**	**424.432**	**(170.641)**	**(27.603)**	**2.740**	**(42)**	**(195.546)**	**228.886**

		Controladora 2016										
		Movimentação do custo					Movimentação da depreciação					Saldo líquido
	Taxa média de depreciação ponderada % a.a	Saldo inicial	Adições	Baixas	Outras (b)	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Outras	Saldo final	2016
Construções, edificações e instalações	5%	78.159	1.369	(11)	2.570	82.087	(19.003)	(3.659)	-	-	(22.662)	59.425
Máquinas e equipamentos	8%	121.037	23.570	(1.359)	2.925	146.173	(64.469)	(8.833)	683	-	(72.619)	73.554
Móveis e utensílios	8%	15.825	1.943	(149)	264	17.883	(7.076)	(1.266)	88	-	(8.254)	9.629
Veículos	16%	1.301	196	(159)	-	1.338	(918)	(169)	95	-	(992)	346
Equipamentos de computação	20%	5.165	1.529	(138)	10	6.566	(4.281)	(453)	113	-	(4.621)	1.945
Terrenos	-	9.799	-	-	-	9.799	-	-	-	-	-	9.799
Formas, matrizes e navalhas	33%	59.343	12.972	(2.205)	21	70.131	(50.258)	(10.343)	2.141	-	(58.460)	11.671
Obras em andamento	-	5.657	14.095	(164)	(3.303)	16.285	-	-	-	-	-	16.285
Outras imobilizações	8%	6.553	2.595	(123)	(2.487)	6.538	(2.550)	(483)	-	-	(3.033)	3.505
		302.839	**58.269**	**(4.308)**	**-**	**356.800**	**(148.555)**	**(25.206)**	**3.120**	**-**	**(170.641)**	**186.159**

		Controladora 2015										
		Movimentação do custo					Movimentação da depreciação					Saldo líquido
	Taxa média de depreciação ponderada % a.a	Saldo inicial	Adições	Baixas	Outras (b)	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Outras	Saldo final	2015
Construções, edificações e instalações	5%	63.767	143	(1.438)	15.687	78.159	(16.623)	(3.628)	1.246	2	(19.003)	59.156
Máquinas e equipamentos	8%	114.075	7.883	(2.829)	1.908	121.037	(57.690)	(8.636)	1.690	167	(64.469)	56.568
Móveis e utensílios	8%	14.644	1.154	(165)	192	15.825	(5.931)	(1.230)	85	-	(7.076)	8.749
Veículos	16%	1.285	62	(108)	62	1.301	(806)	(166)	54	-	(918)	383
Equipamentos de computação	20%	4.866	519	(242)	22	5.165	(3.757)	(678)	154	-	(4.281)	884
Terrenos	-	3.799	-	-	6.000	9.799	-	-	-	-	-	9.799
Formas, matrizes e navalhas	33%	56.653	8.712	(6.022)	-	59.343	(48.409)	(7.683)	6.003	(169)	(50.258)	9.085
Obras em andamento	-	17.837	30.185	(45)	(42.320)	5.657	-	-	-	-	-	5.657
Outras imobilizações	8%	8.001	2.338	(1.688)	(2.098)	6.553	(2.444)	(503)	397	-	(2.550)	4.003
		284.927	**50.996**	**(12.537)**	**(20.547)**	**302.839**	**(135.660)**	**(22.524)**	**9.629**	**-**	**(148.555)**	**154.284**

Consolidado 2017

		Movimentação do custo						Movimentação da depreciação						Saldo líquido
	Taxa média de depreciação ponderada % a.a	Saldo inicial	Adições	Baixas	Outras (b)	Variação cambial	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Outras (b)	Variação cambial	Saldo final	2017
Construções, edificações e instalações	4%	135.110	1.216	(305)	7.971	(2.705)	141.287	(33.283)	(5.263)	141	(262)	547	(38.120)	103.167
Máquinas e equipamentos	8%	196.356	20.900	(2.548)	5.306	(3.498)	216.516	(95.183)	(13.461)	2.145	97	1.577	(104.825)	111.691
Móveis e utensílios	9%	24.956	3.403	(543)	355	(322)	27.849	(12.094)	(1.952)	474	122	169	(13.281)	14.568
Veículos	14%	4.450	1.860	(1.407)	-	(50)	4.853	(2.095)	(438)	988	-	21	(1.524)	3.329
Equipamentos de computação	20%	10.990	2.683	(379)	5	(212)	13.087	(7.547)	(1.158)	253	-	137	(8.315)	4.772
Terrenos	-	20.890	-	-	679	(305)	21.264	-	-	-	-	-	-	21.264
Formas, matrizes e navalhas	30%	86.317	15.810	(2.202)	119	(1.536)	98.508	(71.630)	(13.375)	1.797	(1)	1.163	(82.046)	16.462
Obras em andamento	-	16.720	14.743	(56)	(7.320)	(40)	24.047	-	-	-	-	-	-	24.047
Outras imobilizações	8%	6.841	36.621	(5.434)	(5.085)	(7)	32.936	(3.033)	(656)	-	-	-	(3.689)	29.247
		502.630	**97.236**	**(12.874)**	**2.030**	**(8.675)**	**580.347**	**(224.865)**	**(36.303)**	**5.798**	**(44)**	**3.614**	**(251.800)**	**328.547**

Consolidado 2016

		Movimentação do custo							Movimentação da depreciação							Saldo líquido
	Taxa média de depreciação ponderada % a.a	Saldo inicial	Adições	Adições novo investimento (a)	Baixas	Outras (b)	Variação cambial	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Adições novo investimento (a)	Baixas	Outras (b)	Variação cambial	Saldo final	2016
Construções, edificações e instalações	4%	107.457	1.881	18.602	(1)	11.926	(4.755)	135.110	(26.597)	(5.210)	(3.109)	-	-	1.633	(33.283)	101.827
Máquinas e equipamentos	8%	157.140	32.116	14.550	(2.344)	3.109	(8.215)	196.356	(77.886)	(12.218)	(11.205)	1.587	-	4.539	(95.183)	101.173
Móveis e utensílios	9%	22.171	2.438	1.124	(507)	653	(923)	24.956	(10.049)	(1.756)	(1.067)	235	(1)	544	(12.094)	12.862
Veículos	14%	3.943	1.302	36	(431)	(281)	(119)	4.450	(2.078)	(411)	(19)	355	12	46	(2.095)	2.355
Equipamentos de computação	23%	9.043	2.288	543	(278)	(7)	(599)	10.990	(6.750)	(960)	(510)	271	23	379	(7.547)	3.443
Terrenos	-	16.639	-	5.224	-	-	(973)	20.890	-	-	-	-	-	-	-	20.890
Formas, matrizes e navalhas	30%	69.000	14.969	9.688	(2.342)	38	(5.036)	86.317	(58.124)	(12.108)	(7.722)	2.272	-	4.052	(71.630)	14.687
Obras em andamento	-	14.359	18.431	21	(181)	(13.135)	(2.775)	16.720	-	-	-	-	-	-	-	16.720
Outras imobilizações	8%	6.517	2.894	-	(175)	(2.325)	(70)	6.841	(2.538)	(483)	-	-	(12)	-	(3.033)	3.808
		406.269	**76.319**	**49.788**	**(6.259)**	**(22)**	**(23.465)**	**502.630**	**(184.022)**	**(33.146)**	**(23.632)**	**4.720**	**22**	**11.193**	**(224.865)**	**277.765**

Consolidado 2015

		Movimentação do custo						Movimentação da depreciação						Saldo líquido
	Taxa média de depreciação ponderada % a.a	Saldo inicial	Adições	Baixas	Outras (b)	Variação cambial	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixas	Outras (b)	Variação cambial	Saldo final	2015
Construções, edificações e instalações	4%	97.275	232	(4.576)	14.469	57	107.457	(25.016)	(4.931)	3.398	(34)	(14)	(26.597)	80.860
Máquinas e equipamentos	8%	143.439	9.393	(3.483)	7.453	338	157.140	(66.927)	(11.402)	2.295	(1.836)	(16)	(77.886)	79.254
Móveis e utensílios	9%	20.935	1.278	(704)	558	104	22.171	(8.693)	(1.709)	462	(105)	(4)	(10.049)	12.122
Veículos	14%	3.879	359	(390)	94	1	3.943	(1.906)	(436)	263	-	1	(2.078)	1.865
Equipamentos de computação	23%	8.428	1.258	(758)	144	(29)	9.043	(6.191)	(1.167)	667	(89)	30	(6.750)	2.293
Terrenos	-	10.739	-	-	6.027	(127)	16.639	-	-	-	-	-	-	16.639
Formas, matrizes e navalhas	30%	63.482	9.913	(6.656)	976	1.285	69.000	(53.664)	(9.269)	6.636	(898)	(929)	(58.124)	10.876
Obras em andamento	-	22.270	33.679	(57)	(41.222)	(311)	14.359	-	-	-	-	-	-	14.359
Outras imobilizações	8%	7.928	2.828	(1.974)	(2.255)	(10)	6.517	(2.432)	(503)	397	-	-	(2.538)	3.979
		378.375	**58.940**	**(18.598)**	**(13.756)**	**1.308**	**406.269**	**(164.829)**	**(29.417)**	**14.118**	**(2.962)**	**(932)**	**(184.022)**	**222.247**

(a) Referem-se a, principalmente, aquisição de imobilizado na combinação de negócios da Dass Suarez

(b) Referem-se a, principalmente, itens transferidos entre propriedades para investimento e contas do imobilizado.

17 Intangível

			Controladora 2017								
			Movimentação do custo				Movimentação da amortização				Saldo líquido
Movimentação do custo	**Prazos de vida útil**	**Método de amortização**	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo final**	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo final**	**2017**
Licenças, programas e softwares	5 anos	Linear	3.788	462	-	4.250	(2.993)	(337)	-	(3.330)	920
Marcas e patentes	Indefinida	-	76	-	-	76	-	-	-	-	76
Direitos contratuais	1 a 5 anos	Linear	42.312	9.836	(20.889)	31.259	(18.141)	(12.992)	20.889	(10.244)	21.015
Direito contratual de franquia	11 anos	Crescente	42.379	-	-	42.379	(7.705)	(3.853)	-	(11.558)	30.821
Total			**88.555**	**10.298**	**(20.889)**	**77.964**	**(28.839)**	**(17.182)**	**20.889**	**(25.132)**	**52.832**

			Controladora 2016								
			Movimentação do custo				Movimentação da amortização				Saldo líquido
	Prazos de vida útil	**Método de amortização**	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo final**	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo final**	**2016**
Licenças, programas e softwares	5 anos	Linear	3.332	462	(6)	3.788	(2.603)	(391)	1	(2.993)	795
Marcas e patentes	Indefinida	-	76	-	-	76	-	-	-	-	76
Direitos contratuais	1 a 4 anos	Linear	22.870	21.380	(1.938)	42.312	(8.283)	(11.211)	1.353	(18.141)	24.171
Direito contratual de franquia	11 anos	Crescente	42.379	-	-	42.379	(3.852)	(3.853)	-	(7.705)	34.674
Total			**68.657**	**21.842**	**(1.944)**	**88.555**	**(14.738)**	**(15.455)**	**1.354**	**(28.839)**	**59.716**

			Controladora 2015								
			Movimentação do custo				Movimentação da amortização				Saldo líquido
	Prazos de vida útil	**Método de amortização**	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo final**	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo final**	**2015**
Licenças, programas e softwares	5 anos	Linear	3.085	168	(7)	3.332	(2.168)	(441)	6	(2.603)	729
Marcas e patentes	Indefinida	-	76	-	-	76	-	-	-	-	76
Direitos contratuais	1 a 4 anos	Linear	20.359	3.011	(500)	22.870	(1.984)	(6.799)	500	(8.283)	14.587
Direito contratual de franquia	11 anos	Crescente	-	42.379	-	42.379	-	(3.852)	-	(3.852)	38.527
Total			**23.520**	**45.601**	**(507)**	**68.657**	**(4.152)**	**(11.092)**	**506**	**(14.738)**	**59.919**

Consolidado 2017

			Movimentação do custo						Movimentação da amortização					Saldo líquido
Movimentação do custo	**Prazos de vida útil**	**Método de amortização**	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Outras**	**Variação cambial**	**Saldo final**	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Variação cambial**	**Saldo final**	**2017**
Licenças, programas e softwares	5 anos	Linear	5.603	742	(790)	1	(149)	5.407	(4.622)	(408)	790	143	(4.097)	1.310
Marcas e patentes	Indefinida	-	76	-	-	-	-	76	-	-	-	-	-	76
Direitos contratuais	1 a 6 anos	Linear	119.866	12.201	(27.026)	-	(1.016)	104.025	(46.823)	(27.696)	25.820	306	(48.393)	55.632
Direito contratual de franquia	11 anos	Crescente	49.857	-	-	-	-	49.857	(9.064)	(4.532)	-	-	(13.596)	36.261
Licença marca FILA	Indefinida	-	88.369	-	-	-	-	88.369	-	-	-	-	-	88.369
Concessão de direito	Indefinida	-	361	-	-	-	-	361	-	-	-	-	-	361
Ágio aquisição investimentos	Indefinida	-	289	-	-	-	-	289	-	-	-	-	-	289
Total			**264.421**	**12.943**	**(27.816)**	**1**	**(1.165)**	**248.384**	**(60.509)**	**(32.636)**	**26.610**	**449**	**(66.086)**	**182.298**

Consolidado 2016

			Movimentação do custo						Movimentação da amortização						Saldo líquido
	Prazos de vida útil	**Método de amortização**	**Saldo inicial**	**Adições**	**Adições novo Investimento**	**Baixas**	**Variação cambial**	**Saldo final**	**Saldo inicial**	**Adições**	**Adições novo Investimento**	**Baixas**	**Variação cambial**	**Saldo final**	**2016**
Licenças, programas e softwares	5 anos	Linear	4.109	502	1.474	(6)	(476)	5.603	(3.243)	(466)	(1.344)	1	430	(4.622)	981
Marcas e patentes	Indefinida	-	76	-	-	-	-	76	-	-	-	-	-	-	76
Direitos contratuais	1 a 4 anos	Linear	81.264	47.627	-	(6.669)	(2.356)	119.866	(22.436)	(28.508)	-	3.920	201	(46.823)	73.043
Direito contratual de franquia	11 anos	Crescente	49.857	-	-	-	-	49.857	(4.532)	(4.532)	-	-	-	(9.064)	40.793
Licença marca FILA	Indefinida	-	88.369	-	-	-	-	88.369	-	-	-	-	-	-	88.369
Concessão de direito	Indefinida	-	632	1	-	(272)	-	361	-	-	-	-	-	-	361
Ágio aquisição investimentos	Indefinida	-	-	-	289	-	-	289	-	-	-	-	-	-	289
			224.307	**48.130**	**1.763**	**(6.947)**	**(2.832)**	**264.421**	**(30.211)**	**(33.506)**	**(1.344)**	**3.921**	**631**	**(60.509)**	**203.912**

Consolidado 2015

			Movimentação do custo					Movimentação da amortização					Saldo líquido
	Prazos de vida útil	**Método de amortização**	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Variação cambial**	**Saldo final**	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Outros**	**Saldo final**	**2015**
Licenças, programas e softwares	5 anos	Linear	3.858	212	(670)	-	4.109	(2.781)	(468)	534	(528)	(3.243)	866
Marcas e patentes	Indefinida	-	76	-	-	-	76	-	-	-	-	-	76
Direitos contratuais	1 a 4 anos	Linear	70.172	14.544	(3.425)	(27)	81.264	(2.251)	(20.888)	703	-	(22.436)	58.828
Direito contratual de franquia	11 anos	Crescente	-	49.857	-	-	49.857	-	(4.532)	-	-	(4.532)	45.325
Licença marca FILA	Indefinida	-	88.369	-	-	-	88.369	-	-	-	-	-	88.369
Concessão de direito	Indefinida	-	632	-	-	-	632	-	-	-	-	-	632
Ágio aquisição investimentos	Indefinida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
			163.107	**64.613**	**(4.095)**	**(27)**	**224.307**	**(5.032)**	**(25.888)**	**1.237**	**(528)**	**(30.211)**	**194.096**

Principais ativos intangíveis da Companhia:

Direitos contratuais de franquia: representados pelos direitos de uso da marca UMBRO, adquirida em 01° de janeiro de 2015, por um periodo de 11 anos, renováveis.

Direitos contratuais: representado por contratos de patrocínio de clubes de futebol, que garantem ao grupo o direito de ter as suas marcas associadas a esses clubes e as suas confecções. A amortização desses intangíveis é especifica conforme cada contrato e pode variar de 1 a 4 anos.

O principal ativo intangível do Grupo Dass refere-se à aquisição da licença de uso da marca FILA, adquirida em 20 de julho de 2007, pelo valor de R$ 88.369, que possibilitou a redução de despesas com royalties relacionados à venda de produtos da marca FILA na América Latina. A avaliação da vida útil desse ativo como indefinida deve-se ao fato de que não há previsão contratual para vencimento do direito de renovação do usufruto da licença e as cláusulas contratuais que preveem o término da concessão da licença da marca FILA estão sob controle exclusivo do Grupo Dass.

Teste de redução ao valor recuperável

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o valor recuperável da licença de uso da marca FILA é calculado com base na projeção da receita líquida decorrente da venda de produtos da marca Fila na América Latina, considerando premissas de crescimento razoáveis e alinhadas com o plano de negócios do Grupo Dass.

Principais premissas utilizadas nas projeções de receitas líquidas

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a receita líquida da marca FILA, a taxa de desconto da receita líquida e taxa de crescimento nos próximos 5 anos e na perpetuidade. As premissas utilizadas são conforme abaixo:

	Taxa de desconto nominal			**Crescimento médio projetado da receita líquida, nominal**		
	2017 %	**2016 %**	**2015 %**	**2017 %**	**2016 %**	**2015 %**
Intangível - Marca FILA	13,81	14,73	15,073	7,49	9,83	8,55

Taxa de desconto

A taxa de desconto é uma taxa antes dos impostos (*pre-tax rate*) e foi estimada baseada na taxa livre de risco do Brasil e ajustada a um prêmio de risco calculado para a Companhia, com base em dados de mercado

Crescimento projetado da receita líquida

A receita líquida projetada para os primeiros 5 anos foi definida com base no plano de negócios do Grupo Dass, e foi baseada na experiência de mercado da Administração.

Taxa de crescimento na perpetuidade

A partir de 2022, foi considerada uma taxa de 2,2% equivalente à taxa de inflação de longo prazo americana.

Análise de sensibilidade das premissas

O valor recuperável é superior ao valor contábil do ativo intangível, contudo alterações adversas nas premissas utilizadas poderiam acarretar em redução do valor recuperável. A Administração identificou duas premissas principais as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável. A tabela abaixo apresenta o montante no qual alterações individuais nas duas premissas básicas poderiam resultar no valor recuperável ser igual ao valor contábil:

Em pontos percentuais	**Alteração requerida para que o valor recuperável seja igual ao valor contábil 2017**
Taxa de desconto antes dos impostos	+2,92 p.p.
taxa de royalties	- 0,60 p.p.

Os valores utilizados nas premissas principais representam a melhor estimativa da Administração do futuro da indústria calçadista e de materiais esportivos e foram baseados em fontes internas (dados históricos) e externas.

18 Fornecedores

A exposição do Grupo Dass a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 22.

	Controladora						
	2017			**2016**			**2015**
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**
Fornecedores	26.504	-	26.504	32.893	-	32.893	12.526
Fornecedores - partes relacionadas	1.449	-	1.449	3.883	-	3.883	24.342
Fornecedores - ativo imobilizado	15.019	8.987	24.006	9.055	44	9.099	14.935
	42.972	**8.987**	**51.959**	**45.831**	**44**	**45.875**	**51.803**

	Consolidado						
	2017			**2016**			**2015**
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**
Fornecedores	60.544	-	60.544	54.116	-	54.116	43.801
Fornecedores - partes relacionadas	1.259	-	1.259	739	-	739	1.628
Fornecedores - ativo imobilizado	18.341	9.556	27.897	11.580	44	11.624	16.101
	80.144	**9.556**	**89.700**	**66.435**	**44**	**66.479**	**61.530**

19 Taxa de licenciamento e obrigações com clubes

	Controladora								
	2017			2016			2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Taxa de licenciamento e contribuição de marketing a pagar	6.224	27.203	33.427	7.084	30.444	37.528	9.017	42.040	51.057
Obrigações com clubes	9.972	10.218	20.190	12.456	10.796	23.252	7.870	7.608	15.478
	16.196	**37.421**	**53.617**	**19.540**	**41.240**	**60.780**	**16.887**	**49.648**	**66.535**

	Consolidado								
	2017			2016			2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Taxa de licenciamento e contribuição de marketing a pagar	10.345	32.005	42.350	9.241	35.816	45.057	19.384	46.268	63.429
Obrigações com clubes	22.457	29.582	52.039	25.574	40.316	65.890	18.282	31.988	52.493
	32.802	**61.587**	**94.389**	**34.815**	**76.132**	**110.947**	**37.666**	**78.256**	**115.922**

20 Empréstimos e financiamentos

Os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado estão evidenciados abaixo. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota explicativa nº 22.

		Controladora					
		2017		2016		2015	
	Taxas	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional							
Incentivos fiscais desembolsáveis	TJLP	70	309	389	285	127	560
Finame (imobilizado)	2,5 a 9,0% a.a	4.313	3.897	5.642	8.185	5.809	13.789
Finame (imobilizado)	URTJLP + 6% TJLP + 2 a 5,5% a.a.	584	2.632	18	602	-	-
Empréstimos capital de giro	123 a 125% CDI	27.843	12.851	8.454	40.194	35.132	42.539
Empréstimos capital de giro	3,50% a.a.	9.412	17.180	9.426	26.551	9.440	35.922
NCE - Nota de crédito à exportação e CCE - Carta de crédito à exportação	121,3 a 129% CDI	20.161	75.469	28.951	48.641	15.040	51.398
Exim (capital de giro)	URTJLP + 6% TJLP + 2% a 2,4% a.a.	25.191	-	12.148	67.630	-	-
FINEP (inovação)	URTJLP + de 6% a 11% a.a	55	14.136	-	-	-	-
Arrendamento financeiro	12,55% a.a	39	-	137	39	195	165
Vendor	0,80% a.m.	12	-	12.240	-	700	-
		87.680	126.474	77.405	192.127	66.443	144.373
Em moeda estrangeira							
CCE - Carta de crédito à exportação (US$)	4,4% a.a.	10.319	-	11.229	-	-	-
Capital de giro (US$)	2,4 a 3,95% a.a.	-	-	-	-	27.004	-
		10.319	-	11.229	-	27.004	-
Total		**97.999**	**126.474**	**88.634**	**192.127**	**93.447**	**144.373**

		Consolidado					
		2017		2016		2015	
	Taxas	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Em moeda nacional							
Incentivos fiscais desembolsáveis	TJLP	69	309	389	285	127	560
Finame (imobilizado)	2,5 a 9,0% a.a.	4.588	4.369	6.201	8.929	6.428	15.088
Finame (imobilizado)	URTJLP + 6% TJLP + 2 a 5,5% a.a	956	3.648	112	1.284	-	-
Empréstimos capital de giro	1,2 a 8% a.a.	10.253	17.246	25.540	81.470	12.164	37.581
Empréstimos capital de giro	123 a125% CDI	43.631	39.118	10.228	27.414	43.446	98.824
NCE - Nota de crédito à exportação e CCE - Carta de crédito à exportação	121,3 a 129% CDI	28.555	91.547	32.205	78.865	44.841	59.880
Exim (capital de giro)	URTJLP + 6% TJLP + 2% a 2,4% a.a.	31.347	-	12.148	67.630	-	-
FINEP (inovação)	URTJLP + de 6% a 11% a.a.	55	14.136	-	-	-	-
Arrendamento financeiro	12,55% a.a	39	-	137	39	251	165
Vendor	0,80% a.m..	28	-	12.240	-	774	-
		119.521	170.373	99.200	265.916	108.031	212.098
Em moeda estrangeira							
CCE - Carta de crédito à exportação (US$)	4,4% a.a.	10.319	-	11.229	-	-	-
Capital de giro (US$)	2,4 a 3,95% a.a.	-	-	-	-	27.004	-
Financiamento capital de giro - Dass Suárez (ARS)	30% a.a	6.885	-	-	-	-	-
Financiamento capital de giro - Dass Argentina (ARS)	15,25 a 28% a.a, 2% +BADCOR	-	-	8.789	-	1.128	826
		17.204	-	20.018	-	28.132	826
Total		**136.725**	**170.373**	**119.218**	**265.916**	**136.163**	**212.924**

As garantias concedidas em razão dos empréstimos constituem-se de bens do imobilizado, avais, hipotecas e notas promissórias, conforme demonstrado na nota explicativa nº 32.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados com diversas instituições financeiras, que totalizam R$ 82.379 em 31 de dezembro de 2017 na controladora Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. e R$ 46.495 na empresa controlada Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda. contêm cláusulas restritivas anuais que incluem, entre outras, possibilidade de antecipação do vencimento quando determinados índices financeiros (coeficiente de liquidez corrente e dívida financeira líquida (*)/EBITDA (**) e patrimônio/ ativo total) não forem atingidos.

Abaixo a descrição dos *covenants* que devem ser cumpridos pela Companhia:

- Dívida financeira líquida/EBITDA (Consolidado) de no máximo 4,25 vezes em 2015, 3,75 vezes em 2016; 3,25 vezes para 2017 e 3 vezes a partir de 2018;
- Coeficiente de liquidez corrente (Consolidado) maior ou igual a 1,5 vez;
- Para contrato específico do BNDES existe cláusula financeira que limita os pagamentos de dividendos, juros sobre capital próprio e participações no resultado a um percentual do lucro líquido do exercício onde: 1) caso a relação patrimônio líquido / ativo total seja igual ou superior a 0,70, não haverá limitação a distribuição; 2) caso a relação patrimônio líquido/ ativo total esteja entre 0,30 e 0,70, a distribuição ficará limitada a 50% do lucro líquido do exercício e; 3) caso a relação patrimônio líquido/ ativo total seja igual ou inferior a 0,30, a distribuição ficará limitada a 25% do lucro líquido do exercício.

(*) total de empréstimos e financiamentos, +/(-) instrumentos financeiros derivativos, (-) caixa e equivalentes de caixa.
(**) lucro do referido período antes do resultado financeiros, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais.

Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Dívida Financeira Líquida/EBITDA (Consolidado) foi de 0,56 vezes, considerando o EBITDA dos últimos doze meses; o coeficiente de liquidez corrente foi de 1,98 vezes, portanto respeitando as cláusulas restritivas - *convenants* - definidas em seus contratos de empréstimos e financiamentos. Quanto a distribuição de dividendos, em 2017 a Companhia respeitou as cláusulas restritivas - *convenants* - distribuindo somente 25% do lucro sem os incentivos fiscais. Ou seja, as cláusulas foram atingidas pela Companhia.

21 Provisões e depósitos judiciais

Controladora	Devoluções de vendas	Comissões a representantes	Cíveis, fiscais e trabalhistas	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**934**	**358**	**4.987**	**(2.990)**	**3.289**
Provisões/depósitos feitos durante o período	-	3.824	639	(344)	4.119
Provisões/depósitos utilizados durante o período	-	(3.901)	(54)	46	(3.909)
Provisões revertidas durante o período	(187)	-	(702)	12	(877)
Compensação depósitos judiciais	-	-	(11)	11	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**747**	**281**	**4.859**	**(3.265)**	**2.622**
Circulante em 31 de dezembro de 2015	747	281	-	-	1.028
Não circulante em 31 de dezembro de 2015	-	-	4.859	(3.265)	1.594
Provisões/depósitos feitos durante o período	145	4.126	803	(419)	10.804
Provisões/depósitos utilizados durante o período	-	(4.088)	(133)	50	(10.320)
Provisões revertidas durante o período	-	-	(527)	48	(479)
Compensação depósitos judiciais	-	-	(127)	127	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**892**	**319**	**4.875**	**(3.459)**	**2.627**
Circulante em 31 de dezembro de 2016	892	319	-	-	1.211
Não circulante em 31 de dezembro de 2016	-	-	4.875	(3.459)	1.416
Provisões/depósitos feitos durante o período	-	5.458	1.145	(545)	6.058
Provisões/depósitos utilizados durante o período	-	(5.266)	(198)	65	(5.399)
Provisões revertidas durante o período	(2)	-	(551)	10	(543)
Compensação depósitos judiciais	-	-	(31)	31	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**890**	**511**	**5.240**	**(3.898)**	**2.743**
Circulante em 31 de dezembro de 2017	890	511	-	-	1.401
Não circulante em 31 de dezembro de 2017	-	-	5.240	(3.898)	1.342

Consolidado	Devoluções de vendas	Outras provisões	Comissões a representantes	Cíveis, fiscais e trabalhistas	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**1.010**	**-**	**440**	**8.596**	**(3.656)**	**6.490**
Provisões/depósitos feitos durante o exercício	-	-	4.994	1.351	(407)	5.938
Provisões/depósitos utilizados durante o exercício	-	-	(5.090)	(970)	535	(5.525)
Provisões revertidas durante o exercício	(249)	-	-	(1.820)	19	(2.050)
Compensação depósitos judiciais	-	-	-	605	(605)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**861**	**-**	**344**	**7.762**	**(4.114)**	**4.853**
Circulante em 31 de dezembro de 2015	861	-	344	-	-	1.205
Não circulante em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	7.762	(4.114)	3.648
Provisões/depósitos feitos durante o exercício	156	120	5.068	17.673	(3.446)	28.007
Provisões/depósitos utilizados durante o exercício	-	(60)	(5.016)	(1.782)	2.467	(12.827)
Provisões revertidas durante o exercício	-	-	-	(8.940)	48	(8.892)
Compensação depósitos judiciais		-	-	(263)	263	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.017**	**60**	**396**	**14.450**	**(4.782)**	**11.141**
Circulante em 31 de dezembro de 2016	1.017	60	396	-	-	1.473
Não circulante em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	14.450	(4.782)	9.668
Provisões/depósitos feitos durante o exercício	32	597	6.750	5.536	(1.225)	11.690
Provisões/depósitos utilizados durante o exercício	-	(365)	(6.534)	(1.066)	72	(7.893)
Provisões revertidas durante o exercício	(2)	-	-	(4.201)	17	(4.186)
Compensação depósitos judiciais	-	-	-	(39)	39	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.047**	**292**	**612**	**14.680**	**(5.879)**	**10.752**
Circulante em 31 de dezembro de 2017	1.047	292	612	-	-	1.951
Não circulante em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	14.680	(5.879)	8.801

Provisão para devoluções de vendas

A provisão para devoluções de vendas está relacionada basicamente a trocas de produtos com problemas de qualidade. A provisão é baseada nas estimativas de trocas por devoluções futuras feitas com dados históricos de garantias associadas a produtos semelhantes. O Grupo Dass espera incorrer a maioria dos passivos dentro do próximo ano.

Comissões a representantes

As provisões para comissões a representantes referem-se às vendas intermediadas, sendo que o Grupo Dass efetua a provisão com base em vendas e, quando a respectiva conta a receber por venda é recebida do cliente, a provisão para comissão é consumida (utilizada) e passa a ser considerada contas a pagar, registrada em comissões a pagar.

Passivos contingentes cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia, suas controladas e controlada em conjunto são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

(i) Cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

O Grupo Dass possui outros processos e obrigações possíveis cíveis, trabalhistas e tributárias avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança devido a eventos futuros incertos, no montante de R$ 19.379 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 17.811 a R$ 33.890 em 31 de dezembro de 2016 e R$ 15.690 a R$ 31.769 em 31 de dezembro de 2015) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

22 Instrumentos financeiros

O grupo Dass mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. O grupo Dass não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro abaixo:

Controladora		**2017**					**2016**		**2015**	
Ativo	**Nota**	**Registrados pelo valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Empréstimos e recebíveis**	**Saldo contábil**	**Valor justo**	**Saldo contábil**	**Valor justo**	**Saldo contábil**	**Valor justo**
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	-	30.735	30.735	30.735	18.214	18.214	27.328	27.328
Instrumentos financeiros derivativos	9	6.642	-	-	6.642	6.642	4.389	4.389	3.647	3.647
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	-	-	225.978	225.978	225.978	183.702	183.702	88.082	88.082
Outros créditos		-	-	8.815	8.815	8.815	5.237	5.237	14.298	14.298
		6.642	-	265.528	272.170	272.170	211.542	211.542	133.355	133.355
Passivo	**Nota**	**Passivos financeiros ao custo amortizado**	**Registrados pelo valor justo por meio do resultado**	**Empréstimos e recebíveis**	**Saldo contábil**	**Valor justo**	**Saldo contábil**	**Valor justo**	**Saldo contábil**	**Valor justo**
Empréstimos e financiamentos	20	224.473	-	-	224.473	224.473	280.761	280.761	237.820	237.820
Fornecedores	18	51.959	-	-	51.959	51.959	45.875	45.875	51.803	51.803
Taxa de licenciamento e obrigações com clubes	19	53.617	-	-	53.617	53.617	60.780	60.780	66.535	66.535
Adiantamento de clientes e outras contas a pagar		43.764	-	-	43.764	43.764	40.957	40.957	25.735	25.735
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	2.325	-	2.325	2.325	3.549	3.549	67	67
		373.813	2.325	-	376.138	376.138	431.922	431.922	381.960	381.960

Consolidado		**2017**					**2016**		**2015**	
Ativo	**Nota**	**Registrados pelo valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Empréstimos e recebíveis**	**Saldo contábil**	**Valor justo**	**Saldo contábil**	**Valor justo**	**Saldo contábil**	**Valor justo**
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	-	84.224	84.224	84.224	74.162	74.162	74.242	74.242
Instrumentos financeiros derivativos	9	6.642	-	-	6.642	6.642	4.389	4.389	18.098	18.098
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	-	-	272.700	272.700	272.700	245.248	245.248	193.100	193.100
Outros créditos		-	-	24.295	24.295	24.295	12.581	12.581	20.419	20.419
		6.642	-	381.219	387.861	387.861	336.380	336.380	305.859	305.859
Passivo	**Nota**	**Passivos financeiros ao custo amortizado**	**Registrados pelo valor justo por meio do resultado**	**Empréstimos e recebíveis**	**Saldo contábil**	**Valor justo**	**Saldo contábil**	**Valor justo**	**Saldo contábil**	**Valor justo**
Empréstimos e financiamentos	20	307.098	-	-	307.098	307.098	385.134	385.134	349.087	349.087
Fornecedores	18	89.700	-	-	89.700	89.700	66.479	66.479	61.530	61.530
Taxa de licenciamento e obrigações com clubes	19	94.389	-	-	94.389	94.389	110.947	110.947	115.922	115.922
Adiantamento de clientes e outras contas a pagar		42.620	-	-	42.620	42.620	73.630	73.630	38.542	38.542
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	2.325	-	2.325	2.325	3.549	3.549	338	338
		533.807	2.325	-	536.132	536.132	639.739	639.739	565.419	565.419

Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, o grupo realizou operações com instrumentos derivativos de contratos de termo de moeda e swap de taxa de juros. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda ou taxa de juros. O principal objetivo é de proteger o resultado e fluxo de caixa futuro das transações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos em aberto estão abaixo sumarizados, demostrando seus valores nocionais:

Ativo

Instrumento	Vencimento	Taxa a termo	Nocional (USD)	Valor MtM
Contratos de câmbio a termo	de jan/18 a dez/19	3,318 a 3,636	84.500	6.642

Passivo

Instrumento	Vencimento	Taxa a termo	Indexador ativo	Indexador passivo	Notional (R$)	Nocional (USD)	Valor MtM
Contratos de câmbio a termo	de jan/18 a dez/19	3,215 a 3,587	-	-	-	53.621	(1.794)
Swap de taxa de juros	de jan/18 a mai/27	-	CDI + 1,4% a.a. e URTJLP + 3% a.a.	124% CDI e 115% CDI	19.090	-	(531)
							(2.325)

Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

O Grupo Dass possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo Dass a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco do Grupo Dass. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo Dass. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo Dass são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo Dass, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo Dass. O Grupo Dass, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem como objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo Dass, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e aplicações financeiras do Grupo Dass.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição do Grupo Dass ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes do Grupo Dass, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas atuais. Com base na natureza do negócio do grupo, não existe concentração de risco de crédito significativo.

A Administração estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega do Grupo Dass serem oferecidos. A análise do Grupo Dass inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da Administração; estes limites são revisados a depender da exposição financeira podendo ser revisto em 3, 6 e 12 meses. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pelo Grupo Dass somente poderão operar com o Grupo Dass em base de pagamentos antecipados.

Mais de 70% por cento dos clientes do Grupo Dass têm operado com o Grupo Dass há mais de quatro anos, com raro prejuízo. No monitoramento do risco de crédito dos clientes, estes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

Contas a receber de clientes e outros créditos são relacionadas principalmente aos clientes de atacado do Grupo Dass. Clientes classificados como de "alto risco" são colocados em uma lista de clientes e monitorados pela Administração, sendo que suas vendas futuras são feitas com base em pagamentos antecipados.

O Grupo Dass estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em histórico de estatísticas de pagamento para ativos financeiros semelhantes.

(ii) Garantias

A política do Grupo Dass é a de fornecer garantias financeiras apenas para subsidiárias integrais. Em 31 de dezembro de 2017, existiam garantias pendentes com as subsidiárias na Argentina (Dass Argentina S.R.L., Dass Eldorado S.R.L. e Dass Suarez S.A.), no valor de R$ 69.468 (R$ 68.441 em 31 de dezembro de 2016, R$ 78.096 em 31 de dezembro de 2015).

(iii) Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Controladora	**Valor contábil**		
	2017	**2016**	**2015**
Caixa e equivalentes de caixa	30.735	18.214	27.328
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	225.978	183.702	88.082
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	6.642	4.389	3.647
Outros créditos	8.815	5.237	14.298
Total	**272.170**	**211.542**	**133.355**

Consolidado	**Valor contábil**		
	2017	**2016**	**2015**
Caixa e equivalentes de caixa	84.224	74.162	74.242
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	272.700	245.248	193.100
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	6.642	4.389	18.098
Outros créditos	24.295	12.581	20.419
Total	**387.861**	**336.380**	**305.859**

A exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber entre mercado nacional e mercado externo está distribuída a seguir:

	Controladora			**Consolidado**		
	2017	**2016**	**2015**	**2017**	**2016**	**2015**
Brasil	119.548	110.201	73.087	158.209	135.178	97.022
Argentina	94.982	66.816	7.054	108.272	103.286	85.274
Demais países (América Latina)	11.448	6.685	7.941	6.219	6.784	10.804
	225.978	**183.702**	**88.082**	**272.700**	**245.248**	**193.100**

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo Dass irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo Dass na administração de liquidez é de garantir que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo Dass.

O Grupo Dass utiliza o custeio por absorção para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Tipicamente, o Grupo Dass garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 104 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem

ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. Além disso, o Grupo Dass mantém ativas linhas de crédito com bancos de primeira linha para operações de capital de giro com possibilidade de desembolso imediato.

Os fluxos de caixa nominais contratuais dos passivos financeiros estão demonstrados abaixo:

Controladora

2017	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos	Mais de 4 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (a)	(214.154)	(242.476)	(100.252)	(69.011)	(55.311)	(4.146)	(13.756)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (b)	(10.319)	(10.751)	(10.751)	-	-	-	-
Fornecedores, taxas de licenciamento, obrigações com clubes, adiantamento de clientes e outras contas a pagar	(149.340)	(159.440)	(95.368)	(21.602)	(11.355)	(6.696)	(24.419)
Total passivos financeiros não derivativos	(373.813)	(412.667)	(206.371)	(90.613)	(66.666)	(10.842)	(38.175)
Passivos financeiros derivativos							
Swap de taxa de juros utilizados para hedge	(531)	(531)	111	(166)	(312)	(230)	66
Contratos de câmbio a termo utilizados para hedge	(1.794)	(1.794)	(1.100)	(694)	-	-	-
Total passivos financeiros derivativos	(2.325)	(2.325)	(989)	(860)	(312)	(230)	66
Total	**(376.138)**	**(414.992)**	**(207.360)**	**(91.473)**	**(66.978)**	**(11.072)**	**(38.109)**

2016	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos	Mais de 4 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (a)	(269.532)	(316.775)	(102.739)	(142.246)	(47.110)	(24.217)	(463)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (b)	(11.229)	(11.378)	(11.378)	-	-	-	-
Parcelamento de tributos	(12)	(12)	(12)	-	-	-	-
Fornecedores, taxas de licenciamento, obrigações com clubes, adiantamento de clientes e outras contas a pagar	(147.612)	(159.299)	(87.266)	(24.047)	(13.592)	(8.656)	(25.738)
Total passivos financeiros não derivativos	(428.385)	(487.464)	(201.395)	(166.293)	(60.702)	(32.873)	(26.201)
Passivos financeiros derivativos							
Swap de taxa de juros utilizados para hedge	(3.549)	(3.549)	(3.549)	-	-	-	-
Total passivos financeiros derivativos	(3.549)	(3.549)	(3.549)	-	-	-	-
Total	**(431.934)**	**(491.013)**	**(204.944)**	**(166.293)**	**(60.702)**	**(32.873)**	**(26.201)**

2015	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos	Mais de 4 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (a)	(210.816)	(266.792)	(91.477)	(72.399)	(41.928)	(36.469)	(24.519)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (b)	(27.004)	(28.517)	(28.517)	-	-	-	-
Parcelamento de tributos	(30)	(30)	(19)	(11)	-	-	-
Fornecedores, taxas de licenciamento, obrigações com clubes e outras contas a pagar	(144.073)	(155.439)	(78.945)	(17.640)	(9.217)	(9.262)	(40.375)
Total passivos financeiros não derivativos	(381.923)	(450.778)	(198.958)	(90.050)	(51.145)	(45.731)	(64.894)
Passivos financeiros derivativos							
Swap de taxa de juros utilizados para hedge	(67)	(67)	(67)	-	-		
Total passivos financeiros derivativos	(67)	(67)	(67)	-	-	-	-
Total	**(381.990)**	**(450.845)**	**(199.025)**	**(90.050)**	**(51.145)**	**(45.731)**	**(64.894)**

Consolidado

2017	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos	Mais de 4 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (a)	(289.894)	(327.000)	(137.462)	(102.379)	(68.837)	(4.568)	(13.754)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (b)	(17.204)	(19.657)	(19.657)	-	-	-	-
Parcelamento de tributos	(12)	(12)	(9)	(3)	-	-	-
Fornecedores, taxas de licenciamento, obrigações com clubes e outras contas a pagar	(226.709)	(245.328)	(151.066)	(35.205)	(23.277)	(7.580)	(28.200)
Total passivos financeiros não derivativos	(533.819)	(591.997)	(308.194)	(137.587)	(92.114)	(12.148)	(41.954)
Passivos financeiros derivativos							
Swap de taxa de juros utilizados para hedge	(531)	(531)	111	(166)	(312)	(230)	66
Contratos de câmbio a termo utilizados para hedge	(1.794)	(1.794)	(1.100)	(694)	-	-	-
Total passivos financeiros derivativos	(2.325)	(2.325)	(989)	(860)	(312)	(230)	66
Total	**(536.144)**	**(594.322)**	**(309.183)**	**(138.447)**	**(92.426)**	**(12.378)**	**(41.888)**

2016	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos	Mais de 4 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (a)	(365.116)	(441.819)	(137.711)	(182.544)	(82.839)	(38.043)	(682)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (b)	(20.018)	(20.531)	(20.531)	-	-	-	-
Parcelamento de tributos	(44)	(44)	(29)	(15)	-	-	-
Fornecedores, taxas de licenciamento, obrigações com clubes e outras contas a pagar	(251.056)	(280.280)	(140.888)	(43.658)	(31.297)	(27.377)	(37.060)
Total passivos financeiros não derivativos	(636.234)	(742.674)	(299.159)	(226.217)	(114.136)	(65.420)	(37.742)
Passivos financeiros derivativos							
Swap de taxa de juros utilizados para hedge	(3.549)	(3.549)	(3.549)	-	-	-	-
Total passivos financeiros derivativos	(3.549)	(3.549)	(3.549)	-	-	-	-
Total	**(639.783)**	**(746.223)**	**(302.708)**	**(226.217)**	**(114.136)**	**(65.420)**	**(37.742)**

2015	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 anos	Mais de 4 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (a)	(320.129)	(414.603)	(147.789)	(103.771)	(67.008)	(57.630)	(38.405)
(b)Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(28.958)	(30.907)	(29.981)	(926)	-	-	-
Parcelamento de tributos	(30)	(30)	(19)	(11)	-	-	-
Fornecedores, taxas de licenciamento, obrigações com clubes e outras contas a pagar	(215.994)	(239.341)	(123.810)	(33.803)	(25.011)	(10.155)	(46.562)
Total passivos financeiros não derivativos	(565.111)	(684.881)	(301.599)	(138.511)	(92.019)	(67.785)	(84.967)
Passivos financeiros derivativos							
Swap de taxa de juros utilizados para hedge	(338)	(338)	(338)	-	-	-	-
Total passivos financeiros derivativos	(338)	(338)	(338)	-	-	-	-
Total	**(565.449)**	**(685.219)**	**(301.937)**	**(138.511)**	**(92.019)**	**(67.785)**	**(84.967)**

(a) Empréstimos e financiamentos contratados com base em um percentual de/ou taxa de juros variável mais taxa de juros fixa (veja nota 20) foram projetados com base na taxa de juros vigente na data do balanço.

(b) Empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira (veja nota 20) foram projetados com base na taxa de cambio vigente na data do balanço.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetem ganhos do Grupo Dass ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo Dass opera com instrumentos derivativos os quais cumprem o objetivo de gerenciamento das exposições cambiais líquidas. O Grupo Dass não mantém posições de derivativos com a finalidade de ganho financeiro.

A Administração da empresa tem a política de garantir a continuidade das operações da companhia por isso mantém recursos em tesouraria que garantam o atendimento dos compromissos de curto prazo evitando situações adversas que possam gerar escassez de recursos no mercado financeiro.

(i) Risco de moeda

O Grupo Dass está sujeito ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das empresas do Grupo Dass, em sua grande maioria o Real (R$), mas também o Dólar Americano (USD) e o Peso Argentino (ARS).

Em geral, o Grupo Dass gerencia a sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas para os próximos doze meses. O Grupo Dass também gerencia sua exposição líquida oriunda de suas contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores denominadas em moeda estrangeira.

Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas do Grupo Dass, principalmente em Reais, mas também em Dólar Americano.

Análise da exposição cambial - por moeda

A exposição do Grupo Dass ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte – valores originais em moeda local (mil):

Descrição	Dólar	Real (*)	Novo Sol Peru	Peso argentino	Peso Chile	Peso México	Euro
Contratos de câmbio a termo	1.305	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	5.992	23	598	160.732	10.936	3.810	2
Contas a receber de clientes e outras contas	34.257	-	7.825	604.631	-	5.766	-
Empréstimos -partes relacionadas	1.024	-	-	60.343	-	-	-
Adiantamento à fornecedores	12.825	-	-	3.832	-	31	63
Fornecedores, taxas de licenciamentos, obrigações com clubes e outras contas a pagar	(19.820)	(10.589)	(79)	(226.266)	-	(1)	(214)
Adiantamento de clientes	(5.474)	-	-	(19.986)	-	-	-
Empréstimos e empréstimos com partes relacionadas	(4.143)	-	-	(99.575)	-	-	-
Total exposição balanço patrimonial	**25.966**	**(10.566)**	**8.344**	**483.711**	**10.936**	**9.606**	**(149)**

(*) Decorrente de transações de empresas do exterior com empresas do Brasil.

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas no encerramento de cada exercício:

	Fechamento		
Taxas aplicadas no exercício	**2017**	**2016**	**2015**
Dólar (USD)	3,3080	3,2591	3,9048
Euro (EUR)	3,9693	3,4384	-
Novo Sol Peru (PEN)	1,0207	0,9711	1,1505
Peso argentino (ARS)	0,1755	0,2056	0,3017
Peso chile (CLP)	0,0054	0,0049	0,0055
Peso méxico (MXN)	0,1681	0,1580	0,2249

Análise de sensibilidade da exposição líquida do balanço patrimonial às taxas de câmbio, considerando os cenários descritos abaixo:

Análise de sensibilidade

Um fortalecimento das moedas estrangeiras em 10% teria reduzido o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes mostrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que o Grupo considerou ser razoavelmente possível ao final do período de relatório. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes. O cenário A é representado pelo fortalecimento de 25% das moedas estrangeiras em relação ao Real, enquanto que o cenário B é representado pelo fortalecimento de 50% das moedas estrangeiras em relação ao Real. É demonstrado também um cenário C representado pelo fortalecimento de 25% do Real em relação às moedas estrangeiras, enquanto que o cenário D é representado pelo fortalecimento em 50% do Real em relação às moedas estrangeiras. O quadro abaixo representa a exposição líquida em cada moeda estrangeira convertida para reais, para cada cenário mencionado acima e os impactos de tais variações no lucro líquido e patrimônio líquido:

		2017		
Análise de sensibilidade	**Risco**	**Razoavelmente possível**	**Cenário A**	**Cenário B**
Dólar	Alta USD	94.486	107.369	128.844
Euro	Alta EUR	(651)	(739)	(887)
Peso Argentino	Alta ARS	93.380	106.114	127.337
Peso Chile	Alta CLP	65	74	88
Peso Mexicano	Alta MXN	1.776	2.018	2.422
Novo Sol - Peru	Alta PEN	9.368	10.646	12.775
Total		**198.424**	**225.482**	**270.579**
Efeito no resultado		6.075	15.188	30.375
Efeito reconhecido diretamente no PL		10.907	27.267	54.534

		2017		
Análise de sensibilidade	**Risco**	**Razoavelmente possível**	**Cenário C**	**Cenário D**
Dólar	Queda USD	94.486	64.422	42.949
Euro	Queda EUR	(651)	(444)	(296)
Peso Argentino	Queda ARS	93.380	63.668	42.446
Peso Chileno	Queda CLP	65	44	29
Peso Mexicano	Queda MXN	1.776	1.211	807
Novo Sol - Peru	Queda PEN	9.368	6.388	4.258
Total		**198.424**	**135.289**	**90.193**
Efeito no resultado		6.075	(15.188)	(30.375)
Efeito reconhecido diretamente no PL		10.907	(27.267)	(54.534)

Análise da exposição cambial por instrumentos financeiro – de acordo com a Instrução n° 475 da Comissão de Valores Mobiliários

Adicionalmente, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM. Para as operações cambiais consolidadas com risco de flutuação do dólar, a partir da taxa de câmbio de cada data-base de encerramento do exercício, foram estimados ajustes referentes aos instrumentos financeiros derivativos para três cenários conforme segue:

Cenário provável: contratos atualizados conforme metodologia de precificação considerando taxas futuras de dólar da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BMF;

Cenário A/C: 25% de valorização/desvalorização do real em relação às taxas calculadas no cenário provável;

Cenário B/D: 50% de valorização/desvalorização do real em relação às taxas calculadas no cenário provável.

		Consolidado 2017		
Análise de sensibilidade	**Risco**	**Provável**	**Cenário A**	**Cenário B**
Contratos de câmbio a termo	Alta Real	4.317	5.396	6.475
Caixa e equivalentes de caixa	Alta Real	49.371	61.713	74.056
Contas a receber de clientes e outras contas	Alta Real	228.391	285.489	342.587
Adiantamento à fornecedores	Alta Real	43.353	54.191	65.029
Empréstimos interligadas	Alta Real	13.978	17.472	20.966
Fornecedores, taxas de licenciamentos, obrigações com clubes e outras contas a pagar	Alta Real	(116.793)	(145.992)	(175.190)
Adiantamento de clientes	Alta Real	(21.616)	(27.019)	(32.423)
Empréstimos e empréstimos a partes relacionadas	Alta Real	(31.180)	(38.976)	(46.771)
		169.821	212.274	254.729

		Consolidado 2017		
Análise de sensibilidade	**Risco**	**Provável**	**Cenário C**	**Cenário D**
Contratos de câmbio a termo	Queda Real	4.317	3.238	2.158
Caixa e equivalentes de caixa	Queda Real	49.371	37.028	24.685
Contas a receber de clientes e outras contas	Queda Real	228.391	171.293	114.196
Adiantamento à fornecedores	Queda Real	43.353	32.515	21.676
Empréstimos interligadas	Queda Real	13.978	10.483	6.989
Fornecedores, taxas de licenciamentos, obrigações com clubes e outras contas a pagar	Queda Real	(116.793)	(87.595)	(58.397)
Adiantamento de clientes	Queda Real	(21.616)	(16.212)	(10.808)
Empréstimos e empréstimos a partes relacionadas	Queda Real	(31.180)	(23.385)	(15.590)
		169.821	127.365	84.909

(ii) Risco de taxa de juros

O Grupo Dass visando à diversificação do risco de seu endividamento mantém posições vinculadas a mais de uma modalidade de taxas de juros, operando com taxas de juros fixos e variáveis, com base nos índices mais comuns do mercado brasileiro, como TJLP e CDI.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Consolidado	**Valor contábil**		
Risco da taxa de juros	**2017**	**2016**	**2015**
Instrumentos de taxa fixa	**(52.776)**	**(55.895)**	**(126.167)**
Ativos financeiros	924	16.568	257
Passivos financeiros	(53.700)	(72.463)	(126.424)
Instrumentos de taxa variável	**(209.707)**	**(298.278)**	**(177.638)**
Ativos financeiros	46.029	17.986	45.055
Passivos financeiros	(255.736)	(316.264)	(222.693)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

O Grupo Dass não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo Dass não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma alteração de 25% e 50% pontos base nas taxas de juros CDI, TJLP e Libor, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

Análise de sensibilidade para instrumentos financeiros sujeitos ao CDI:

2017	**Risco**	**Provável**	**Cenário A**	**Cenário B**
Aplicações financeiras	Alta CDI	41.383	41.652	41.922
Swap	Alta CDI	(531)	(2.524)	(3.973)
Empréstimos e financiamentos	Alta CDI	(222.564)	(227.307)	(231.979)
Resultado líquido		(181.712)	(188.179)	(194.030)
Taxa CDI		9,98%	12,48%	14,97%

Análise de sensibilidade para instrumentos financeiros sujeitos à TJLP:

2017	**Risco**	**Provável**	**Cenário A**	**Cenário B**
Swap	Alta TJLP	(378)	(374)	(374)
Empréstimos e financiamentos	Alta TJLP	(506)	384	1.581
Resultado líquido		(884)	10	1.207
Taxa TJLP		7%	8,75%	10,50%

(iii) Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2017		**2016**		**2015**		**Hierarquia do valor justo**
Valor justo *(Em milhares de Reais)*	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor Justo**	**Valor contábil**	**Valor Justo**	
Ativos mensurados pelo valor justo							
Contratos de câmbio a termo	6.642	6.642	4.389	4.389	14.451	14.451	Nivel 2
Swap de juros e de moeda	-	-	-	-	3.647	3.647	Nivel 2
Ativos mensurados pelo custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa	84.224	84.224	74.162	74.162	74.242	74.242	Nivel 2
Contas a receber e outros recebíveis	272.700	272.700	245.248	245.248	193.100	193.100	Nivel 2
Passivos mensurados pelo valor justo							
Swap de taxa de juros	(531)	(531)	(3.549)	(3.549)	(67)	(67)	Nivel 2
Contratos de câmbio a termo	(1.794)	(1.794)	-	-	-	-	Nivel 2
Passivos mensurados pelo custo amortizado							
Empréstimos e financiamentos - em moeda nacional	(289.894)	(289.286)	(365.116)	(347.359)	(320.129)	(311.942)	Nivel 2
Empréstimos e financiamentos - em moeda estrangeira	(17.204)	(18.945)	(20.018)	(19.877)	(28.958)	(29.755)	Nivel 2
Fornecedores, taxa de licenciamento e obrigações com clubes, adiantamentos e outras contas a pagar	(226.709)	(245.328)	(251.056)	(280.280)	(215.994)	(239.341)	Nivel 2

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. As taxas de juros utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, são baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações financeiras. Todos os valores justos de ativos e passivos evidenciados acima são calculados com base em modelos matemáticos embasados em indicadores futuros publicados no mercado, dessa forma, caracterizados no nível II da hierarquia de valor justo.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 é de R$ 359.077 e representa o capital social da controladora Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. ao final dos respectivos exercícios.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado, da controladora Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. é de 25.138.510 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, antes do efeito do desdobramento de ações.

Conforme descrito no parágrafo abaixo, após o desdobramento das ações, o capital social da controladora Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. é de 150.831.060 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 20 de fevereiro de 2018, a Companhia aprovou o desdobramento das ações ordinárias, à razão de 1:6, de modo que o capital social da Companhia passará a ser dividido em 150.831.060 (cento e cinquenta milhões, oitocentos e trinta e um mil e sessenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Devido aos desdobramento das ações, os calculos do lucro por ação foram atualizados para todos os periodos dessas demonstrações financeiras (ver nota 31).

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social, independente de reforma estatutária, até o valor de R$ 1.000.000.

b. Reservas

- ***Reserva legal***
  É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- ***Reserva de retenção de lucros***
  A Assembléia Geral poderá deliberar a distribuição de dividendos inferior ao dividendo mínimo previsto no estatuto social ou a retenção de todo o lucro.
- ***Reserva de incentivos fiscais***
  Refere-se a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimento.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial incluem os efeitos da adoção inicial do CPC 27/IAS 16, relacionados ao custo atribuído do imobilizado.

d. Ajustes acumulados de conversão

Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior.

e. Dividendos

O estatuto social da controladora prevê a distribuição de dividendos mínimos de 25% (vinte cinco cento), calculado sobre o resultado líquido do exercício, deduzido dos incentivos fiscais próprios

e das investidas, bem como observadas as deduções ou acréscimos estabelecidos no art. 202 da Lei 6.404/76. A Assembléia Geral poderá deliberar a distribuição inferior ou a retenção de todo o lucro, nos termos do § 3º, Art., 202 de Lei 6.404/76.

O cálculo dos dividendos mínimos previstos no estatuto social está demonstrado abaixo:

	2017	2016	2015
Resultado da controladora	237.179	159.972	75.892
Realização do custo atribuído no ativo imobilizado	1.331	1.433	1.942
Resultado a destinar	238.510	161.405	77.834
(-) Reserva legal	(11.859)	(7.999)	(3.795)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(109.361)	(116.023)	(74.039)
Base de cálculo	117.290	37.383	-
Dividendo mínimo obrigatório	29.322	9.346	-

24 Receita operacional

Abaixo, apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	Controladora			Consolidado		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Receita bruta fiscal	1.075.411	865.298	519.191	1.954.762	1.679.325	1.234.485
Menos:						
Impostos sobre vendas	(93.714)	(78.920)	(52.538)	(146.972)	(125.088)	(92.682)
Devoluções e abatimentos	(25.294)	(27.151)	(14.412)	(52.314)	(61.088)	(35.087)
Ajustes a valor presente	(10.244)	(13.050)	(8.268)	(40.033)	(52.370)	(46.521)
Total de receita contábil	**946.159**	**746.177**	**443.973**	**1.715.443**	**1.440.779**	**1.060.195**

25 Subvenções e assistências governamentais

O Grupo Dass é beneficiário de subvenções e assistências governamentais, as quais encontram-se registradas em conformidade com o pronunciamento CPC 07 / IAS 20 - Subvenções e Assistências Governamentais. O detalhamento de tais subvenções e assistências governamentais está demonstrado abaixo:

- **PROVIN- (**Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial): Trata-se de uma programa de incentivo do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI). Consiste no diferimento de 75% do valor do ICMS a pagar sobre a operação de produção própria de calçados. Do valor de cada parcela do benefício, 1% será pago no prazo de 60 meses do vencimento normal do ICMS, corrigido pela TJLP. Esse incentivo está previsto no Decreto 29.183/08 e concedido a empresa através do contrato 330246 e seus aditivos e o prazo de fruição é 2024.
  Além do diferimento acima mencionado, o incentivo também concede o diferimento do imposto nas compras de insumos importados e adquiridos no estado do Ceará, mediante Resolução própria.

PROCOMEX (Programa de Incentivo ao Comércio Exterior): Possui por objetivo estimular as exportações de produtos fabricados no Estado da Bahia. Consiste no crédito de ICMS de 5% do valor FOB das exportações de calçados e confecções produzidas nas unidades incentivadas.

- **PROBAHIA:** crédito presumido de ICMS equivalente a 90% do débito mensal apurado sobre as saídas de produção de confecções e de 99% do débito mensal nas saídas de produção de calçados. O crédito presumido é tomado em substituição aos créditos relativos às entradas. È concedido para a Companhia nas suas unidades industriais instaladas no Estado da Bahia. Dessa forma, os valores das entradas de estoques são reconhecidas integralmente sem o destaque do ICMS na entrada e posteriormente transferidos para o custo dos produtos vendidos em contra-partida ao reconhecimento da receita.
O incentivo também prevê o diferimento nas aquisições de insumos adquiridos do exterior e do estado da Bahia.

As atuais resoluções que concederam o benefício são: Resolução 39/2015 com vigência até 2024, Resolução 40/2015 vigência até 2026 e 41/2015 com vigência até 2028.

As subvenções para os investimentos federais, correspondem ao Incentivo do Lucro da Exploração, previsto na Instrução Normativa 267/2002 e alterações posteriores. As subvenções correspondem à redução de 75% do imposto de renda incidente sobre os lucros dos empreendimentos pertencentes a Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A., instalados nos estados do Ceará e Bahia, calculado com base no lucro da exploração. Essas subvenções iniciaram em 2007 e tem o término previsto em 2026.

Incentivos fiscais reconhecidos no resultado

	Controladora e consolidado		
Incentivos	**2017**	**2016**	**2015**
ICMS mercado interno - PROVIN - Ceará	6.857	6.836	4.720
ICMS exportação - PROAPI - Ceará	-	851	-
Incentivo ICMS - Probahia - Bahia	77.944	61.531	41.379
Incentivo exportação - Procomex - Bahia	6.658	5.347	1.497
Total incentivos fiscais estaduais	91.459	74.565	47.596
Lucro da exploração - incentivo federal	17.902	3.060	465
	109.361	**77.625**	**48.061**

Os valores relativos aos incentivos fiscais (subvenção de investimentos) não são passíveis de distribuição aos acionistas. Caso a Empresa opte por distribuir, incidirá a tributação de imposto de renda e de contribuição social.

26 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora			Consolidado		
	2017	**2016**	**2015**	**2017**	**2016**	**2015**
Outras receitas						
Receita na venda de imobilizado	1.002	1.308	2.890	3.787	3.655	4.433
Venda de sucata	469	340	312	685	592	553
Alugueis recebidos	748	563	504	814	664	585
Reversão de provisões	53	93	358	-	-	717
Royalties abatidos - Umbro Internacional	-	-	-	-	2.541	-
Recuperação de tributos	748	1.324	431	6.418(*)	1.324	431
Outras receitas - combinação de negócios	428	-	195	428	-	244
Outras receitas	358	94	-	1.253	859	
	3.806	**3.722**	**4.690**	**13.385**	**9.635**	**6.963**
Outras despesas						
Valor residual na venda de imobilizado	(827)	(1.048)	(2.574)	(3.088)	(3.529)	(5.464)
Impostos sobre outras receitas	(179)	(120)	(115)	(466)	(165)	(173)
Provisões	-	-	-	(126)	(2.704)	-
Notificação fiscal ICMS	(250)	-	(813)	(250)	-	(813)
Outras despesas	(19)	(81)	(44)	(1.895)	(475)	(482)
	(1.275)	**(1.249)**	**(3.546)**	**(5.825)**	**(6.873)**	**6.932)**
	2.531	**2.473**	**1.144**	**7.560**	**2.762**	**31**

(*) 5.670 refere-se a crédito de PIS e COFINS sobre importação.

27 Despesas de pessoal

	Controladora			Consolidado		
	2017	**2016**	**2015**	**2017**	**2016**	**2015**
Ordenados e salários	(209.625)	(162.043)	(86.198)	(421.218)	(369.347)	(178.970)
Contribuições compulsórias e previdência social	(35.713)	(26.377)	(18.782)	(76.543)	(67.255)	(40.073)
Outras	(17.278)	(13.321)	(32.061)	(21.724)	(22.041)	(67.593)
	(262.616)	**(201.741)**	**(137.041)**	**(519.485)**	**(458.643)**	**(286.636)**

28 Despesas por natureza

		Controladora 2017					Controladora 2016				
		Custos	**Despesas com vendas**	**Despesas com marketing**	**Despesas administrativas**	**Total 2017**	**Custos**	**Despesas com vendas**	**Despesas com marketing**	**Despesas administrativas**	**Total 2016**
Insumos e custo de mercadoria vendida		(287.043)	-	-	-	(287.043)	(247.062)	-	-	-	(247.062)
Despesas com pessoal	27	(241.776)	(6.990)	(6.605)	(7.245)	(262.616)	(182.952)	(6.783)	(5.952)	(6.054)	(201.741)
Depreciação e amortização		(26.115)	(461)	(198)	(1.467)	(28.241)	(23.878)	(534)	(202)	(1.321)	(25.935)
Amortização de direitos contratuais		-	(3.853)	(12.993)	-	(16.846)	-	(3.853)	(11.211)	-	(15.064)
Reembolso de despesas (*)		-	-	(4.022)	-	(4.022)	-	-	(5.629)	-	(5.629)
Serviços prestados por terceiros		(24.956)	(1.991)	(1.691)	(5.381)	(34.019)	(21.037)	(1.671)	(2.208)	(5.137)	(30.053)
Despesas com transporte		(3.120)	(19.274)	(27)	(383)	(22.804)	(2.391)	(16.007)	(40)	(541)	(18.979)
Comissões sobre vendas		-	(13.281)	-	-	(13.281)	-	(11.497)	-	-	(11.497)
Despesas com patrocínios		-	-	(4.159)	(4)	(4.163)	-	-	(2.620)	(4)	(2.624)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento		-	(40)	(274)	-	(314)	-	(112)	(474)	(14)	(600)
Despesas de publicidade		-	(2.796)	(5.745)	(31)	(8.572)	-	(2.396)	(9.806)	(28)	(12.230)
Despesas com viagens		(2.419)	(1.866)	(996)	(869)	(6.150)	(2.041)	(1.734)	(890)	(723)	(5.388)
Despesas com aluguéis		(192)	(1)	-	(692)	(885)	(200)	(21)	(1)	(550)	(772)
Manutenção e conservação		(9.883)	(35)	(138)	(299)	(10.355)	(8.064)	(45)	(17)	(100)	(8.226)
Utilidades e serviços		(16.931)	(371)	(85)	(441)	(17.828)	(12.857)	(392)	(53)	(448)	(13.750)
Indenizações		-	(216)	-	-	(216)	-	(4.453)	-	-	(4.453)
Outras despesas/custos		(18.058)	(3.434)	20	(2.072)	(23.544)	(17.590)	(4.330)	153	(1.890)	(23.657)
		(630.493)	**(54.609)**	**(36.913)**	**(18.884)**	**(740.899)**	**(518.072)**	**(53.828)**	**(38.950)**	**(16.810)**	**(627.660)**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(630.493)	-	-	-	(630.493)	(518.072)	-	-	-	(518.072)
Despesas de vendas e *marketing*		-	(54.609)	(36.913)	-	(91.522)	-	(53.828)	(38.950)	-	(92.778)
Despesas administrativas e gerais		-	-	-	(18.526)	(18.526)	-	-	-	(16.452)	(16.452)
Honorários da Administração		-	-	-	(358)	(358)	-	-	-	(358)	(358)
		(630.493)	**(54.609)**	**(36.913)**	**(18.884)**	**(740.899)**	**(518.072)**	**(53.828)**	**(38.950)**	**(16.810)**	**(627.660)**

		Controladora 2015				
		Custos	**Despesas com vendas**	**Despesas com marketing**	**Despesas administrativas**	**Total 2015**
Insumos e custo de mercadoria vendida		(135.705)	-	-	-	(135.705)
Despesas com pessoal	27	(119.647)	(6.961)	(5.236)	(5.197)	(137.041)
Depreciação e amortização		(21.423)	(4.327)	(6.886)	(1.033)	(33.669)
Reembolso despesas (*)						
Serviços prestados por terceiros		(15.134)	(1.389)	(2.299)	(4.660)	(23.482)
Despesas com transporte		(1.597)	(11.383)	(12)	(529)	(13.521)
Comissões sobre vendas		-	(10.766)	-	-	(10.766)
Despesas com patrocínios		-	-	(1.727)	(3)	(1.730)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento		-	(44)	(343)	-	(387)
Despesas de publicidade		-	(3.018)	(6.213)	(5)	(9.236)
Despesas com viagens		(1.285)	(1.767)	(608)	(737)	(4.397)
Despesas com aluguéis		(163)	(130)	-	(1.029)	(1.322)
Manutenção e conservação		(4.670)	(30)	(23)	(153)	(4.876)
Utilidades e serviços		(10.038)	(358)	(56)	(418)	(10.870)
Indenizações		-	(1.242)	-	(15)	(1.257)
Outras despesas/custos		(12.297)	(3.468)	55	(1.177)	(16.887)
		(321.959)	**(44.883)**	**(23.348)**	**(14.956)**	**(405.146)**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(321.959)	-	-	-	(321.959)
Despesas de vendas e *marketing*		-	(44.883)	(23.348)	-	(68.231)
Despesas administrativas e gerais		-	-	-	(14.598)	(14.598)
Honorários da Administração		-	-	-	(358)	(358)
		(321.959)	**(44.883)**	**(23.348)**	**(14.956)**	**(405.146)**

(*) Conforme contrato de reembolso de despesas firmado entre Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda., em relação a amortização de patrocínio de Clube.

		Consolidado 2017					Consolidado 2016				
		Custos	**Despesas com vendas**	**Despesas com marketing**	**Despesas administrativas**	**Total 2017**	**Custos**	**Despesas com vendas**	**Despesas com marketing**	**Despesas administrativas**	**Total 2016**
Insumos e custo de mercadoria vendida		(540.660)	-	-	-	(540.660)	(415.043)	-	-	-	(415.043)
Despesas com pessoal	27	(463.647)	(25.676)	(8.663)	(21.499)	(519.485)	(405.180)	(22.556)	(7.578)	(23.329)	(458.643)
Depreciação e amortização		(32.568)	(1.404)	(436)	(2.606)	(37.014)	(29.343)	(1.753)	(172)	(2.682)	(33.950)
Amortização de direitos contratuais		-	(4.532)	(27.696)	-	(32.228)	-	(4.532)	(28.508)	-	(33.040)
Serviços prestados por terceiros		(68.364)	(2.771)	(1.810)	(8.151)	(81.948)	(57.058)	(2.738)	(2.245)	(8.179)	(70.220)
Despesas com transporte		(6.267)	(40.902)	(27)	(430)	(47.626)	(2.462)	(39.181)	(40)	(605)	(42.288)
Comissões sobre vendas		-	(20.639)	25	(484)	(22.206)	-	(17.284)	225	(3)	(17.062)
Despesas com patrocínios		-	-	(8.652)	(100)	(8.752)	-	-	(5.971)	(52)	(6.023)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento		-	(273)	(365)	-	(638)	-	(262)	(610)	(14)	(886)
Despesas de publicidade		(58)	(4.046)	(10.728)	(168)	(15.000)	-	(4.765)	(15.727)	(61)	(20.544)
Despesas com viagens		(3.386)	(2.836)	(1.256)	(1.469)	(8.947)	(3.219)	(2.828)	(1.008)	(1.613)	(8.668)
Despesas com aluguéis		(1.123)	(1.478)	-	(1.066)	(3.667)	(819)	(1.595)	(1)	(1.124)	(3.539)
Manutenção e conservação		(13.416)	(148)	(142)	(505)	(14.211)	(12.291)	(179)	(22)	(310)	(12.802)
Utilidades e serviços		(24.062)	(1.044)	(90)	(1.631)	(26.827)	(19.737)	(789)	(60)	(1.884)	(22.470)
Indenizações		(236)	(246)	-	-	(482)	-	(5.341)	-	(111)	(5.452)
Outras despesas/custos		(27.039)	(13.349)	(551)	(4.302)	(43.281)	(27.697)	(8.835)	(469)	(6.000)	(43.010)
		(1.180.826)	**(119.344)**	**(60.391)**	**(42.411)**	**(1.402.972)**	**(972.849)**	**(112.638)**	**(62.186)**	**(45.967)**	**(1.193.640)**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(1.180.826)	-	-	-	(1.180.826)	(972.849)	-	-	-	(972.849)
Despesas de vendas e *marketing*		-	(119.344)	(60.391)	-	(179.735)	-	(112.638)	(62.186)	-	(174.824)
Despesas administrativas e gerais		-	-	-	(40.466)	(40.466)	-	-	-	(43.957)	(43.957)
Honorários da Administração		-	-	-	(1.945)	(1.945)	-	-	-	(2.010)	(2.010)
		(1.180.826)	**(119.344)**	**(60.391)**	**(42.411)**	**(1.402.972)**	**(972.849)**	**(112.638)**	**(62.186)**	**(45.967)**	**(1.193.640)**

		Consolidado 2015				
		Custos	**Despesas com vendas**	**Despesas com marketing**	**Despesas administrativas**	**Total 2015**
Insumos e custo de mercadoria vendida		(357.953)	-	-	-	(357.953)
Despesas com pessoal	27	(231.344)	(26.909)	(7.580)	(20.803)	(286.636)
Depreciação e amortização		(25.466)	(6.432)	(21.056)	(2.404)	(55.358)
Serviços prestados por terceiros		(45.344)	(2.953)	(2.341)	(8.330)	(58.968)
Despesas com transporte		(1.707)	(33.445)	(11)	(576)	(35.739)
Comissões sobre vendas		-	(24.131)	(2.041)	-	(26.172)
Despesas com patrocínios		-	-	(4.820)	(65)	(4.885)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento		-	(105)	(579)	(1)	(685)
Despesas de publicidade		-	(6.353)	(13.293)	(31)	(19.677)
Despesas com viagens		(1.786)	(2.921)	(836)	(2.167)	(7.710)
Despesas com aluguéis		(515)	(2.957)	-	(2.069)	(5.541)
Manutenção e conservação		(6.559)	(265)	(29)	(764)	(7.617)
Utilidades e serviços		(13.415)	(880)	(60)	(1.655)	(16.010)
Indenizações		-	(2.307)	(60)	(623)	(2.990)
Outras despesas/custos		(16.917)	(19.355)	(667)	(5.184)	(42.123)
		(701.006)	**(129.013)**	**(53.373)**	**(44.672)**	**(928.064)**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(701.006)	-	-	-	(701.006)
Despesas de vendas e *marketing*		-	(128.987)	(53.373)	-	(182.360)
Despesas administrativas e gerais		-	-	-	(42.631)	(42.631)
Honorários da Administração		-	(26)	-	(2.041)	(2.067)
		(701.006)	**(129.013)**	**(53.373)**	**(44.672)**	**(928.064)**

29 Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado		
	2017	**2016**	**2015**	**2017**	**2016**	**2015**
Despesas financeiras						
Juros	(30.695)	(39.527)	(27.390)	(49.415)	(63.186)	(51.018)
Ajuste a valor presente	(5.575)	(4.728)	(2.290)	(17.061)	(16.087)	(9.481)
Instrumentos financeiros derivativos	(3.117)	(14.517)	(15.299)	(3.117)	(19.756)	(16.811)
Descontos concedidos	(5)	(18)	(3)	(5.867)	(5.920)	(5.795)
Títulos públicos Argentinos	-	-	-	-	-	(5.649)
Despesas bancárias e IOF	(996)	(2.062)	(2.897)	(12.883)	(14.205)	(13.109)
Vendor	(95)	(140)	(274)	(97)	(144)	(341)
IRRF sobre empréstimos	-	(100)	(879)	-	(100)	(879)
Outros	(1.020)	(1.148)	(1.141)	(1.855)	(2.409)	(3.267)
	(41.503)	**(62.240)**	**(50.173)**	**(90.295)**	**(121.807)**	**(106.350)**
Receitas financeiras						
Juros	7.587	5.146	6.255	9.322	6.762	4.649
Ajuste a valor presente	10.486	12.795	8.092	40.005	51.602	46.424
Instrumentos financeiros derivativos	13.313	6.228	28.076	13.313	14.340	49.878
Descontos obtidos	483	122	240	545	267	291
Vendor	651	964	545	635	962	672
Receita de aplicações financeiras	1.498	1.276	1.358	4.618	1.938	3.098
Outros	215	691	223	393	843	1.585
	34.233	**27.222**	**44.789**	**68.831**	**76.714**	**106.597**
Variações cambiais líquidas	1.150	10.763	(21.268)	(12.281)	3.239	(34.608)
	(6.120)	**(24.255)**	**(26.652)**	**(33.745)**	**(41.854)**	**(34.361)**

30 Despesa com imposto de renda e contribuição social

a. Imposto corrente

	Controladora			Consolidado		
	2017	**2016**	**2015**	**2017**	**2016**	**2015**
Despesa de imposto corrente						
Período corrente	(6.570)	-	464	(34.930)	(43.635)	(35.087)
(Despesa) receita de imposto diferido						
Originação e reversão de diferenças temporárias	(12.957)	(6.422)	8.150	(14.728)	(4.083)	12.763
Total de (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social	**(19.527)**	**(6.442)**	**8.614**	**(49.658)**	**(47.718)**	**(22.324)**

Reconciliação da taxa efetiva do imposto	**Controladora**					
		2017		**2016**		**2015**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		256.706		166.414		67.278
Imposto de renda e contribuição social utilizando alíquota da controladora	-34%	(87.280)	-34%	(56.580)	-34%	(22.875)
Despesas não dedutíveis		(1.028)		(1.271)		(5.441)
Equivalência patrimonial		18.712		23.691		18.346
Incentivos fiscais estaduais não tributáveis		31.096		25.352		16.183
Incentivos fiscais federais – Lucro da exploração		17.902		3.060		465
Tributação de lucros no exterior/créditos sobre impostos pagos		(6.318)		(6.780)		4.436
Incentivo fiscal à inovação tecnológica - Art. 21 Lei 11.196/2005.		1.530		1.549		-
Exclusão preço de transferência, não tributável		391		737		-
Receitas não tributáveis: reintegra		1.514		-		-
Outros		3.954		3.800		(2.471)
	-8%	**(19.527)**	**-4%**	**(6.442)**	**-13%**	**8.614**

Reconciliação da taxa efetiva do imposto	**Consolidado**					
		2017		**2016**		**2015**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		286.837		207.825		97.646
Imposto de renda e contribuição social utilizando alíquota da controladora	-34%	(97.525)	-34%	(70.661)	-34%	(33.200)
Efeito das taxas de imposto em jurisdições no exterior		(458)		(2.325)		(1.707)
Despesas não dedutíveis royalties na Argentina		(155)		(115)		(346)
Despesas não dedutíveis no Brasil		(1.346)		(1.752)		(7.055)
Equivalência patrimonial		187		(75)		(53)
Incentivos fiscais estaduais não tributáveis		31.096		25.352		16.183
Efeito da diferença no regime de tributação (lucro presumido)		(615)		1.038		840
Incentivos fiscais federais – Lucro da exploração		17,902		3.060		465
Incentivo fiscal à inovação tecnológica - Art. 21 Lei 11.196/2005.		1.705		1.549		1.549
Receitas não tributáveis: reintegra		1.791		-		-
Outros		(2.240)		(3.789)		1.000
	-17%	**(49.658)**	**-23%**	**(47.718)**	**-23%**	**(22.324)**

b. Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos não reconhecidos

Todos os passivos fiscais diferidos foram reconhecidos contabilmente. Nas seguintes empresas nacionais do Grupo Dass não foram reconhecidos ativos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados:

	2017	
	Prejuízo fiscal de imposto de renda	**Base negativa de contribuição social**
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	15.016	15.016
Fonthe Nordeste Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	88	88
	15.104	**15.104**

	2016	
	Prejuízo fiscal de imposto de renda	**Base negativa de contribuição social**
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	15.300	15.300
Fonthe Nordeste Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	103	103
	15.403	**15.403**

	2015	
	Prejuízo fiscal de imposto de renda	**Base negativa de contribuição social**
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	15.341	15.341
Fonthe Nordeste Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	92	92
	15.433	**15.433**

Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente no Brasil. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos nas empresas acima com relação aos prejuízos fiscais acumulados, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em um futuro previsível para que o Grupo Dass possa utilizar os benefícios destes.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Controladora								
	Ativos			Passivos			Líquido		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	Movimentados no resultado	2016
Ajuste a valor presente - intangível e recebíveis	3.134	3.666	3.739	-	-	-	3.134	(532)	3.666
Ajuste a valor presente - obrigações	-	-	-	(3.434)	(3.973)	(3.864)	(3.434)	539	(3.973)
Arrendamento mercantil	-	-	18	(407)	(457)	(488)	(407)	50	(457)
Variações cambiais	1.086	1.502	6.344	(1.342)	(1.785)	(4.241)	(256)	27	(283)
Provisões	4.038	4.125	4.076	-	-	-	4.038	(87)	4.125
Instrumentos financeiros	790	1.207	23	(2.258)	(1.492)	(1.240)	(1.468)	(1.183)	(285)
Custo atribuído/diferença de vida útil	-	-	-	(1.624)	(2.225)	(2.906)	(1.624)	601	(2.225)
Prejuízos fiscais - imposto de renda pago no exterior	31.102	43.474	49.023	-	-	-	31.102	(12.372)	43.474
Total não circulante	40.150	53.974	63.223	(9.065)	(9.932)	(12.739)	31.085	(12.957)	44.042

	Consolidado									
	Ativos			Passivos			Líquido			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos diretamente no patrimônio líquido	31/12/2016
Ajuste a valor presente - intangível e recebíveis	5.012	6.122	5.251	-	-	-	5.012	(1.110)	-	6.122
Ajuste a valor presente - obrigações	-	-	-	(5.829)	(6.725)	(5.440)	(5.829)	896	-	(6.725)
Arrendamento mercantil	-	-	37	(407)	(457)	(491)	(407)	50	-	(457)
Variações cambiais	1.251	1.725	7.498	(1.444)	(1.787)	(4.292)	(193)	(131)	-	(62)
Provisões	7.361	6.758	6.300	-	-	-	7.361	603	-	6.758
Diferenças temporárias e prejuízos fiscais em empresas no exterior	7.380	9.226	8.232	-	-	-	7.380	(735)	(1.111)	9.226
Instrumentos financeiros	790	1.207	115	(2.258)	(1.492)	(1.240)	(1.468)	(1.183)	-	(285)
Custo atribuído/diferença de vida útil	-	-	-	(4.371)	(5.147)	(6.026)	(4.371)	776	-	(5.147)
Mais valia de ativos	-	-	-	(5.400)	(5.456)	-	(5.400)	56	-	(5.456)
Prejuízos fiscais	36.005	49.955	54.439	-	-	-	36.005	(13.950)	-	49.955
Total Não Circulante	57.799	74.993	81.872	(19.709)	(21.064)	(17.439)	38.090	(14.728)	(1.111)	53.929

O montante registrado como passível de compensação refere-se ao valor de imposto de renda diferido ativo e passivo ao qual a entidade tem o direito legal de compensação e ao qual pretende realizar em base líquida.

Os ativos e passivos fiscais diferidos por entidade tributária estão representados abaixo:

	Consolidado - 2017			
	Por entidade tributária		**Líquido consolidado após compensação**	
	Ativos	**Passivos**	**Ativos**	**Passivos**
Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.	40.150	(9.065)	31.085	-
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	10.257	(5.244)	5.013	-
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	12	-	12	-
Dass Argentina S.A.	1.362	-	1.362	-
Dass Chile Calzados e Artículos Deportivos S.P.A.	1.204	-	1.204	-
Dass Eldorado SRL	12	-	12	-
Dass Peru Calzados e Artículos Deportivos S.A.C	178	-	178	-
Dass Suarez S.A.	4.624	(5.400)-	4.624	(5.400)-
Total não circulante	**57.799**	**(19.709)**	**43.490**	**(5.400)**
Líquido				**38.090**

	Consolidado - 2016			
	Por entidade tributária		**Líquido consolidado após compensação**	
	Ativos	**Passivos**	**Ativos**	**Passivos**
Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.	53.974	(9.932)	44.042	-
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	11.777	(5.676)	6.101	-
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	16	-	16	-
Dass Argentina S.A.	1.280	-	1.280	-
Dass Chile Calzados e Artículos Deportivos S.P.A.	1.086	-	1.086	-
Dass Eldorado SRL	369	-	369	-
Dass Peru Calzados e Artículos Deportivos S.A.C	38	-	38	-
Dass Suarez S.A.	6.453	(5.456)	6.453	(5.456)-
Total não circulante	**74.993**	**(21.064)**	**59.385**	**(5.456)**
Líquido				**53.929**

	Consolidado			
	Por entidade tributária		Líquido consolidado após compensação	
	2015		2015	
	Ativos	**Passivos**	**Ativos**	**Passivos**
Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.	63.223	(12.739)	50.484	-
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	10.403	(4.700)	5.703	-
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	13	-	13	-
Dass Argentina S.A.	2.647	-	2.647	-
Dass Chile Calzados e Artículos Deportivos S.P.A.	1.196	-	1.196	-
Dass Eldorado SRL	4.389	-	4.389	-
Dass Peru Calzados e Artículos Deportivos S.A.C	1	-	1	-
Total não circulante	**81.872**	**(17.439)**	**64.433**	**-**

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários, em 31 de dezembro de 2017, na controladora e na controlada Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda., serão absorvidos por lucros tributáveis estimados para os próximos 5 anos, conforme demostrado abaixo:

	Compensação de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais acumulados		Compensação imposto de renda pago no exterior	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
2018	6.519	8.003	6.825	6.825
2019	4.960	6.969	9.417	9.417
2020	-	1.410	3.381	3.381
	11.479	**16.382**	**19.623**	**19.623**
Total imposto de renda e contribuição social a serem compensados			**31.102**	**36.005**

31 Resultado por ação

(a) Básico

O resultado básico por ação foi calculado mediante divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação:

(i) Lucro atribuível aos acionistas controladores (básico)

	2017 (ações)	2016 (ações)	2015 (ações)
Lucro atribuível aos acionistas	237.179	159.972	75.892
Média ponderada de ações (*)	150.831.060	150.831.060	150.831.060
Resultado por ação – básico e diluído em Reais	1,5725	1,0606	0,5032

(ii) Média ponderada de ações ordinárias (básico)

Data	Histórico	Quantidade de ações	Média ponderada
01/01/2015	Saldo inicial de ações	150.831.060	150.831.060
31/12/2015	Saldo final em ações	150.831.060	150.831.060
01/01/2016	Saldo inicial de ações (*)	150.831.060	150.831.060
31/12/2016	Saldo final em ações (*)	150.831.060	150.831.060
01/01/2017	Saldo inicial de ações (*)	150.831.060	150.831.060
31/12/2017	Saldo final em ações (*)	150.831.060	150.831.060

(*) considera o evento ocorrido em 20 de fevereiro de 2018, conforme nota explicativa 35, referente ao desdobramento das ações da Companhia. Esse evento impactou o lucro por ação em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

(b) Diluído

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias não possuem distinção na participação dos lucros.

32 Garantias

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas tinham os seguintes ativos oferecidos em garantias a terceiros e prestavam as seguintes garantias:

Contrato	Tipo de garantia	Montante garantias prestados a terceiros	Vencimento contrato
Capital de giro	Hipoteca/alienação fiduciária/penhor	92.831	2020
Vendor	Recebíveis	28	2018
Finame	Aval /alienação fiduciária	1.273	2021
NCE/CCE	Aval/penhor/cessão fiduciária/hipoteca	54.332	2020
		148.464	

33 Cobertura de seguros

O Grupo Dass adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 564.175 para danos materiais (seguro predial), R$ 48.474 para responsabilidade civil, R$ 29.673 para seguro de vida e R$ 102.244 para veículos e transportes.

34 Segmentos operacionais

a. Base para segmentação

O grupo possui dois segmentos reportáveis significativos representados por gestão de marcas e *private label*. Estes segmentos, embora ofereçam produtos vinculados ao mercado de artigos esportivos, possuem estratégias diferentes e administração separada.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

Gestão de marcas: atua na fabricação, importação, e comercialização de artigos esportivos e calçados, sendo especializado na gestão de marcas esportivas e de calçados, tais como as marcas Fila e Umbro, além da marca própria TryOn.

Private label: atua na produção de artigos esportivos para clientes como Nike, Adidas, Asics, Reebok e Converse.

Outros segmentos: outros segmentos incluem a atividade de varejo e gerenciamento de royalties sobre licenciamentos, entre outros. Nenhum desses segmentos operacionais atingiu os limites quantitativos para serem reportados separadamente nas demonstrações financeiras de 2017, 2016 e 2015.

Incentivos fiscais representados por subvenções para investimentos estaduais e federais não são alocados aos segmentos por serem concedidos às entidades legais que compõem o Grupo econômico em determinadas regiões incentivadas, independentemente das atividades exercidas e dos segmentos operacionais.

Os ativos e passivos do Grupo não são segregados por segmento em função de que podem servir a todos os segmentos operacionais reportáveis sem distinção.

O principal tomar de decisão (CODM) é representado pela Diretoria. A Diretoria revisa os relatórios gerenciais por segmento regularmente.

b. Informações sobre segmentos reportáveis

2017	Gestão de Marcas	*Private Label*	Total segmentos reportáveis	Subvenções para investimentos	Outros	Total
Receita operacional bruta - Brasil	430.782	547.589	978.371	-	-	-
Receita operacional bruta - Mercado externo	299.957	644.010	943.967	-	-	-
Receita operacional bruta	**730.739**	**1.191.599**	**1.922.338**	**-**	**32.423**	**1.954.762**
Deduções da receita bruta	(160.970)	(162.799)	(323.769)	90.729	(6.279)	(239.319)
Receita líquida	**569.769**	**1.028.800**	**1.598.569**	**90.729**	**26.144**	**1.715.443**
Resultado líquido	**32.956**	**77.298**	**110.254**	**108.631**	**18.294**	**237.179**
Despesas financeiras	(30.879)	(24.866)	(55.745)	-	(944)	(56.689)
Receitas financeiras	19.331	3.444	22.775	-	170	22.943
Impostos sobre a renda	(21.510)	(45.814)	(67.324)	17.902	(236)	(49.658)

2016	Gestão de Marcas	*Private Label*	Total segmentos reportáveis	Subvenções para investimentos	Outros	Total
Receita operacional bruta - Brasil	353.017	414.204	767.221	-	-	-
Receita operacional bruta - Mercado externo	315.795	564.833	880.628	-	-	-
Receita operacional bruta	**668.812**	**979.037**	**1.647.849**	**-**	**31.476**	**1.679.325**
Deduções da receita bruta	(150.274)	(157.708)	(307.982)	76.120	(6.684)	(238.546)
Receita líquida	**518.538**	**821.329**	**1.339.867**	**76.120**	**24.792**	**1.440.779**
Resultado líquido	**14.485**	**50.292**	**64.777**	**79.180**	**16.015**	**159.972**
Despesas financeiras	(44.902)	(31.371)	(75.773)	-	(1.596)	(77.369)
Receitas financeiras	24.277	11.042	35.319	-	196	35.515
Impostos sobre a renda	(12.283)	(38.534)	(50.817)	3.060	41	(47.718)

2015	Gestão de Marcas	*Private Label*	Total segmentos reportáveis	Subvenções para investimentos	Outros	Total
Receita operacional bruta - Brasil	338.077	213.404	551.480	-	-	-
Receita operacional bruta - Mercado externo	367.516	286.027	653.543	-	-	-
Receita operacional bruta	**705.593**	**499.431**	**1.205.023**	**-**	**29.461**	**1.234.484**
Deduções da receita bruta	(149.759)	(69.483)	(219.242)	49.946	(4.995)	(174.290)
Receita líquida	**555.834**	**429.948**	**985.782**	**49.946**	**24.466**	**1.060.195**
Resultado líquido	**(25.557)**	**41.109**	**15.552**	**50.411**	**9.929**	**75.892**
Despesas financeiras	(58.012)	(12.483)	(70.495)	-	(808)	(71.303)
Receitas financeiras	29.088	7.693	36.781	-	161	36.942
Impostos sobre a renda	(10.703)	(12.061)	(22.764)	465	(24)	(22.323)

c. Receitas por região geográfica

	2017	2016	2015
Receita líquida Brasil	838.195	649.449	468.919
Receita líquida Argentina	845.403	764.910	543.436
Receita líquida outros	31.845	26.420	47.840
Receita operacional líquida	1.715.443	1.440.779	1.060.195

d. Maiores clientes

A tabela abaixo apresenta as receitas por clientes, superiores a 10% da receita consolidada:

	% receita consolidada		
Cliente	**2017**	**2016**	**2015**
A	10,23%	-	-
B	17,23%	20,30%	21,6%
C	18,18%	13,95%	-

35 Eventos subsequentes

Em 20 de fevereiro de 2018, a Companhia aprovou o desdobramento da totalidade das 25.138.510 (vinte e cinco milhões, cento e trinta e oito mil, quinhentas e dez) ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, à razão 1:6, de modo que o capital social da Companhia aumentou para 150.831.060 (cento e cinquenta milhões, oitocentos e trinta e um mil e sessenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O desdobramento de ações altera apenas o numero de ações de Companhia e não resulta em uma alteração do valor total do capital ou dos direitos relativos às ações emitidas pela Companhia e seus acionistas. Esse desdobramento também não altera a participação dos acionistas no capital social e não afetará os direitos das ações emitidas pela Companhia.

* * *

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

[página intencionalmente deixada em branco]

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 4
2.3 - Outras informações relevantes 5

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 6
3.2 - Medições não contábeis 7
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 11
3.4 - Política de destinação dos resultados 12
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 15
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 16
3.7 - Nível de endividamento 17
3.8 - Obrigações 18
3.9 - Outras informações relevantes 19

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 20
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado 36
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 44
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 48
4.5 - Processos sigilosos relevantes 49
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 50
4.7 - Outras contingências relevantes 51
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 53

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos 54
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado 59
5.3 - Descrição dos controles internos 63
5.4 - Programa de Integridade 71
5.5 - Alterações significativas 76
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 78

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 79
6.3 - Breve histórico 80
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 83
6.6 - Outras informações relevantes 84

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas 85
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 88
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 89
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 93
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 116
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 118
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 125
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 129
7.8 - Políticas socioambientais 131
7.9 - Outras informações relevantes 132

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários 140
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 141
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 142

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 143

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 144

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 145

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis 146

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 148

9.2 - Outras informações relevantes 152

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 153

10.2 - Resultado operacional e financeiro 189

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 193

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 195

10.5 - Políticas contábeis críticas 201

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 204

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 206

10.8 - Plano de Negócios 207

10.9 - Outros fatores com influência relevante 211

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 212

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 213

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 214

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 222

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 227

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 231

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 232

12.7/8 - Composição dos comitês 235

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 237

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 238

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 246

12.12 - Outras informações relevantes 247

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 249

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 254

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 258

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 259

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 260

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária 261

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 262

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções 263

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 264

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 265

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 266

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 267

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 268

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 269

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 270

13.16 - Outras informações relevantes 271

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 272

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 274

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 275

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 278

14.5 - Outras informações relevantes 279

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária 280

15.3 - Distribuição de capital 282

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 283

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 284

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 285

15.7 - Principais operações societárias 286

15.8 - Outras informações relevantes 287

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 288

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 289

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 298

16.4 - Outras informações relevantes 299

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 300

17.2 - Aumentos do capital social 301

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 302

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 303

17.5 - Outras informações relevantes 304

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 305

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 306

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 307

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 308

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 309

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 310

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 311

18.8 - Títulos emitidos no exterior 312

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 313

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 314

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 315

18.12 - Outras infomações relevantes 316

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 317

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 318

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 319

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 320

20.2 - Outras informações relevantes 321

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 322

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 323

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 325

21.4 - Outras informações relevantes 326

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**João Henrique Hoppe**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**João Batista da Silva**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

João Henrique Hoppe, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 4864771 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 655.308.020-87, residente e domiciliado na Cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Bolívia, nº 330, 80 Apto 802, Bairro Cidade Nova, CEP 93.900-025, na qualidade de Diretor Presidente da **Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Itapipoca, estado do Ceará, na Rua da Universidade, nº 240, Bairro Madalena, CEP: 62.500-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.287.588/0001-79 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

João Henrique Hopee
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1.2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

João Batista da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade no 5008832981, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob o no 265.714.550-72, residente e domiciliado na Rua Paraguai 61, bairro Cidade Nova, na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 93.900-000, na qualidade de Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores da **Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Itapipoca, estado do Ceará, na Rua da Universidade, nº 240, Bairro Madalena, CEP: 62.500-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.287.588/0001-79 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

JOÃO BATISTA DA SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

SP - 21920660v1

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	02/06/2010
Descrição do serviço contratado	Serviços profissionais de (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board “IASB”) (ii) revisão das informações trimestrais referentes aos períodos findos em 30 de setembro, 30 de junho e 31 de março de 2017, 2016 e 2015 preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária; (iii) Serviços de não auditoria: revisão da Escrituração Contábil Fiscal da Companhia relativas ao exercícios encerrado em 31 de dezembro de 2017 e elaboração de relatório de asseguração de obrigações financeiras contraídas pela Companhia, sobre a compilação dos Índices Financeiros da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Pelos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os atuais auditores independentes receberam honorários no montante total de R$ 429.132,00, sendo que R$ 366.000,00 foram pagos pelos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e revisão das informações financeiras trimestrais , R$ 13.650,00 foram pagos em função dos serviços de asseguração de obrigações financeiras contraídas pela Companhia; R$ 36.490,00 foram pagos em função dos serviços Tributários de revisão da Escrituração Contábil Fiscal da Companhia e R$ 7.900,00 foram pagos para prestação de serviços de confecção de Parecer sobre Tributação de remessas ao exterior e R$ 5.092,00 foram pagos por reembolso de tradução dos Balanços.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Cristiano Jardim Seguecio	01/01/2016	929.772.190-72	Av. Borges de Medeiros, 2233, 8° andar, Praia de Belas, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90110-150, Telefone (51) 33036000, Fax (51) 33036001, e-mail: cseguecio@kpmg.com.br
Wladimir Omiechuk	02/06/2010 a 31/12/2015	315.757.570-87	Av. Borges de Medeiros, 2233, 8° andar, Praia de Belas, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90110-150, Telefone (51) 33036000, Fax (51) 33036001, e-mail: womiechuk@kpmg.com.br

2.3 Outras informações relevantes

2.3 – Outras informações relevantes dos Auditores

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	677.101.000,00	499.992.000,00	422.106.000,00
Ativo Total	1.325.531.000,00	1.233.677.000,00	1.041.111.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.715.443.000,00	1.440.779.000,00	1.060.195.000,00
Resultado Bruto	534.617.000,00	467.930.000,00	359.189.000,00
Resultado Líquido	237.179.000,00	159.972.000,00	75.892.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	150.831.060	150.831.060	150.831.060
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	4,489000	3,315000	2,799000
Resultado Básico por Ação	1,572500	1,060600	0,503000
Resultado Diluído por Ação	1,57	1,06	0,50

3.2 Medições não contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de reais)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
EBITDA (1)	389.824	316.534	187.935
Margem EBITDA (2)	22,7%	22,0%	17,7%
Dívida Financeira Líquida (3)	222.874	310.972	274.845
Dívida Financeira Líquida/EBITDA (4)	0,6	1,0	1,5
Índice de Liquidez Corrente(5)	2,0	2,0	1,8
Retorno sobre Patrimônio Líquido – ROE (6)	40,3%	34,7%	19,3%
Retorno sobre o capital investido – ROIC (7)	31,0%	25,5%	14,0%

(1) EBITDA (LAJIDA)

EBITDA (Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro ou prejuízo líquido do exercício adicionado do Resultado Financeiro, Imposto de Renda, e contribuição social e depreciação e amortização.

(2) MARGEM EBITDA

Índice calculado por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida da Companhia.

(3) DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA

Definimos Dívida Financeira Líquida como saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), menos caixa e equivalente de caixa.

(4) DIVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA / EBITDA

A relação "Dívida Financeira Líquida/EBITDA" é um indicador não contábil que procura medir quanto representa o nosso endividamento em determinado período. O cálculo é feito utilizando a Dívida Financeira Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.

(5) ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

O Índice de Liquidez Corrente é calculado dividindo-se o ativo circulante pelo passivo circulante.

(6) RETORNO SOBRE O PATRIMONIO LÍQUIDO – ROE

O ROE - *Return On Equity* (em português: Retorno sobre o Patrimônio), é uma medida não contábil que reflete em percentuais o retorno sobre o patrimônio líquido médio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor a ela mesma utilizando os seus próprios recursos.

3.2 - Medições não contábeis

Seu cálculo é feito a partir da divisão do resultado líquido do exercício pelo patrimônio líquido médio (soma do saldo do exercício anterior somado ao saldo do exercício em análise dividido por dois)

(7) RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO – ROIC

O ROIC - *Return On Invested* Capital é uma medida não contábil utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, o lucro gerado pelas operações da Companhia. É calculado a partir do EBIT (Lucro antes dos Impostos e Resultado Financeiro), multiplicado por 1 (um) menos a taxa efetiva do Imposto de Renda e Contribuição social do período, dividido pela média do capital investido, a qual é representado pela soma da dívida financeira líquida média e pela média do patrimônio líquido (soma do saldo do exercício anterior somado ao saldo do exercício em análise dividido por dois).

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Por serem medidas não contábeis, ou seja, não reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), apresentamos a seguir a conciliação contábil das mediadas citadas no tópico (a).

EBITDA E MARGEM DE EBITDA

(Em milhares de reais, exceto os percentuais)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Resultado líquido do exercício	237.179	159.972	75.892
(+) IRPJ/CSSL Corrente e Diferido	49.658	47.718	22.324
(+) Resultado Financeiro líquido	33.745	41.854	34.361
(+) Depreciação / amortização	69.242	66.990	55.358
EBITDA	**389.824**	**316.534**	**187.935**
Receita Líquida	1.715.443	1.440.779	1.060.195
Margem EBITDA	**22,7%**	**22,0%**	**17,7%**

DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA E DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA/ EBITDA

(Em milhares de reais, exceto os percentuais)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	136.725	119.218	136.163
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	170.373	265.916	212.924
Dívida Financeira Bruta	**307.098**	**385.134**	**349.087**
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(84.224)	(74.162)	(74.242)
Dívida financeira líquida	**222.874**	**310.972**	**274.845**
EBITDA	389.824	316.534	187.935
Dívida financeira líquida/EBITDA	**0,6**	**1,0**	**1,5**

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

(Em milhares de reais)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante (A)	734.434	657.836	530.234
Passivo Circulante (B)	370.482	328.393	296.310
Índice de Liquidez Corrente (A)/(B)	**2,0**	**2,0**	**1,8**

3.2 - Medições não contábeis

RETORNO SOBRE PATRIMÔNIO LÍQUIDO – ROE

(Em milhares de reais, exceto os percentuais)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do período	237.179	159.972	75.892
Patrimônio líquido médio do período	588.547	461.049	392.316
ROE	**40,3%**	**34,7%**	**19,3%**

RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO – ROIC

(Em milhares de reais, exceto os percentuais)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
(A) EBIT	320.582	249.679	132.007
(B) 1 - Taxa Efetiva do Imposto de Renda	0,8269	0,7704	0,7714
(C) = A X B	265.089	192.353	101.830
(D) Dívida financeira líquida média	266.923	292.909	334.548
(E) Patrimônio líquido médio	588.547	461.049	392.316
(F) Média Capital Investido	855.470	753.958	726.864
ROIC = (C) / (F)	**31,0%**	**25,5%**	**14,0%**

Observações:

(1) A Dívida Financeira Líquida média e o Patrimônio Líquido médio, foram calculados pela soma do saldo inicial (exercício anterior) mais o saldo no final do exercício dividido por 2 (dois).

(2) A taxa efetiva do imposto de Renda da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, foi, respectivamente, 17,31%, 22,96% e 17,31%.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Entendemos que devido a necessidade de maior agilidade na tomada de decisão e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e analise de medidas não contábeis, além das medidas contábeis apresentadas nas Demonstrações Financeiras, uma vez que essas medidas não contábeis tem a capacidade de traduzir muitos parâmetros fundamentais da performance dos negócios que os índices contábeis reconhecidos não têm a capacidade de fazê-lo. A Companhia entende que o uso desses índices agrega qualidade no processo decisório.

EBITDA E MARGEM DE EBITDA

A Companhia utiliza o EBITDA e Margem EBITDA como indicador não contábil por acreditar ser uma medida prática para medir seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicador financeiro utilizado para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, itens não recorrentes e outros impactos sem reflexo direto em seu fluxo de caixa. O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como base de distribuição de dividendos ou como substituto para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional como indicador de desempenho ou como indicador de

3.2 - Medições não contábeis

liquidez. Ainda, tais medições não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA

A Companhia entende que a medição de Dívida Financeira Líquida é medição não contábil amplamente utilizada no mercado financeiro para captação de recursos e representam mais adequadamente a exposição da Companhia ao endividamento financeiro. A dívida financeira líquida é um indicador útil de liquidez da Companhia e permite estabelecer uma relação mais fácil com o patrimônio líquido ou com a geração de caixa da Companhia.

DIVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA / EBITDA

Utilizamos este índice para medir quanto tempo levamos em média para efetuar o pagamento de nossa dívida financeira líquida utilizando os recursos gerados pelas nossas operações, representado pelo EBITDA. Quanto menor o índice, maior a nossa capacidade de pagamento.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Utilizamos o Índice de Liquidez Corrente para avaliar a capacidade de pagamento de nossas obrigações no curto prazo.

RETORNO SOBRE O PATRIMONIO LÍQUIDO – ROE

Utilizamos esse índice para mostrar aos nossos acionistas a capacidade da companhia em agregar valor, mostrando ao mesmo a rentabilidade gerada pelos resultados em relação ao capital.

RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO – ROIC

Esse índice nos permite mostrar aos investidores o retorno que está obtendo da Companhia pelas suas operações sem considerar os resultados provenientes de operações financeiras. Utilizamos o ROIC como um indicador adicional de nossa eficiência operacional, bem também consideramos relevante o uso do ROIC em nossas decisões de investimento.

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 20 de fevereiro de 2018, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento da totalidade das 25.138.510 (vinte e cinco milhões, cento e trinta e oito mil, quinhentas e dez) ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, à razão 1:6, de modo que o capital social da Companhia passará a ser dividido em 150.831.060 (cento e cinquenta milhões, oitocentos e trinta e um mil e sessenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O desdobramento de ações altera apenas o número de ações de Companhia e não resulta em uma alteração do valor total do capital ou dos direitos relativos às ações emitidas pela Companhia e seus acionistas. Esse desdobramento também não altera a participação dos acionistas no capital social e não afetará os direitos das ações emitidas pela Companhia.

3.4 Política de destinação dos resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2017	2016	2015
Regras sobre retenção de lucros	Nosso Estatuto Social previa que o lucro líquido seria retido da seguinte forma: (i) 5% de nosso lucro líquido ajustado seria destinado à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do nosso capital social; (ii) na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações, os órgãos da administração poderiam propor a destinação de um montante para a formação de reserva para contingências e a revisão das mesmas reservas formadas em exercício anteriores; (iii) nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, os órgãos da administração, poderiam propor a retenção de uma parcela com base em orçamento de capital previamente aprovado,; (iv) nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, nos exercícios sociais em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassasse a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderia, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar; e (v) nos termos do artigo 194 Lei das Sociedades por Ações, os órgãos da administração poderiam propor que a parcela remanescente do lucro líquido fosse, total ou parcialmente, destinada à constituição da reserva para efetivação de novos investimentos, que teriam por finalidade preservar a integridade do nosso patrimônio social, reforçando o nosso capital social e de giro, com vistas a nos permitir a realização de novos investimentos, sendo o limite máximo desta reserva de até 100% do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderiam ultrapassar 100% do valor do capital social (uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deveria deliberar sobre a aplicação do excesso na distribuição de dividendos aos acionistas).	Nosso Estatuto Social previa que o lucro líquido seria retido da seguinte forma: (i) 5% de nosso lucro líquido ajustado seria destinado à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do nosso capital social; (ii) na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações, os órgãos da administração poderiam propor a destinação de um montante para a formação de reserva para contingências e a revisão das mesmas reservas formadas em exercício anteriores; (iii) nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, os órgãos da administração, poderiam propor a retenção de uma parcela com base em orçamento de capital previamente aprovado,; (iv) nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, nos exercícios sociais em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassasse a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderia, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar; e (v) nos termos do artigo 194 Lei das Sociedades por Ações, os órgãos da administração poderiam propor que a parcela remanescente do lucro líquido fosse, total ou parcialmente, destinada à constituição da reserva para efetivação de novos investimentos, que teriam por finalidade preservar a integridade do nosso patrimônio social, reforçando o nosso capital social e de giro, com vistas a nos permitir a realização de novos investimentos, sendo o limite máximo desta reserva de até 100% do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderiam ultrapassar 100% do valor do capital social (uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deveria deliberar sobre a aplicação do excesso na distribuição de dividendos aos acionistas).	Nosso Estatuto Social previa que o lucro líquido seria retido da seguinte forma: (i) 5% de nosso lucro líquido ajustado seria destinado à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do nosso capital social; (ii) na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações, os órgãos da administração poderiam propor a destinação de um montante para a formação de reserva para contingências e a revisão das mesmas reservas formadas em exercício anteriores; (iii) nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, os órgãos da administração, poderiam propor a retenção de uma parcela com base em orçamento de capital previamente aprovado,; (iv) nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, nos exercícios sociais em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassasse a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderia, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar; e (v) nos termos do artigo 194 Lei das Sociedades por Ações, os órgãos da administração poderiam propor que a parcela remanescente do lucro líquido fosse, total ou parcialmente, destinada à constituição da reserva para efetivação de novos investimentos, que teriam por finalidade preservar a integridade do nosso patrimônio social, reforçando o nosso capital social e de giro, com vistas a nos permitir a realização de novos investimentos, sendo o limite máximo desta reserva de até 100% do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e as reservas para contingências, não poderiam ultrapassar 100% do valor do capital social (uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deveria deliberar sobre a aplicação do excesso na distribuição de dividendos aos acionistas).

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2017	2016	2015
	Adicionalmente, nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 18 da Lei 11.941/09, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar à reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.	Adicionalmente, nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 18 da Lei 11.941/09, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar à reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.	Adicionalmente, nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 18 da Lei 11.941/09, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar à reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.
Valores das retenções de lucros	Reserva legal: R$ 11.859 mil Reserva de Incentivos Fiscais: R$ 109.361 mil	Reserva legal: R$ 7.999 mil Reserva de Incentivos Fiscais: R$ 116.023 mil	Reserva legal: R$ 3.795 mil Reserva de Incentivos Fiscais R$ 74.039 mil
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva legal: 5,0% Reserva de Incentivos Fiscais: 46,1%	Reserva legal: 5,0% Reserva de Incentivos Fiscais: 72,5%	Reserva legal: 5,0% Reserva de Incentivos Fiscais: 97,6%
Regras sobre distribuição de dividendos	Nosso Estatuto Social previa que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, observado o disposto na seção 7.3 "c" deste Formulário de Referência.	Nosso Estatuto Social previa que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, observado o disposto na seção 7.3 "c" deste Formulário de Referência.	Nosso Estatuto Social previa que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório, observado o disposto na seção 7.3 "c" deste Formulário de Referência.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesse balanço. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesse balanço. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesse balanço. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Restrições à distribuição de dividendos	No âmbito do contrato BNDES n.º 1320580-1, existe cláusula financeira que limita os pagamentos de dividendos, juros sobre capital próprio e participações no resultado a um percentual do lucro líquido do exercício onde: (i) caso a relação patrimônio líquido / ativo total seja igual ou superior a 0,70, não haverá limitação a referida distribuição; (ii) caso a relação patrimônio líquido / ativo total esteja entre 0,30 e 0,70, a distribuição ficará limitada a 50%	No âmbito do contrato BNDES n.º 1320580-1, existe cláusula financeira que limita os pagamentos de dividendos, juros sobre capital próprio e participações no resultado a um percentual do lucro líquido do exercício onde: (i) caso a relação patrimônio líquido / ativo total seja igual ou superior a 0,70, não haverá limitação a referida distribuição; (ii) caso a relação patrimônio líquido / ativo total esteja entre 0,30 e 0,70, a distribuição ficará limitada a 50%	No âmbito do contrato BNDES n.º 1320580-1, existe cláusula financeira que limita os pagamentos de dividendos, juros sobre capital próprio e participações no resultado a um percentual do lucro líquido do exercício onde: (i) caso a relação patrimônio líquido / ativo total seja igual ou superior a 0,70, não haverá limitação a referida distribuição; (ii) caso a relação patrimônio líquido / ativo total esteja entre 0,30 e 0,70, a distribuição ficará limitada a 50%

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2017	2016	2015
	do lucro líquido do exercício; e (iii) caso a relação patrimônio líquido / ativo total seja igual ou inferior a 0,30, a distribuição ficará limitada a 25% do lucro líquido do exercício. Ademais, salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo disposto acima, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	do lucro líquido do exercício; e (iii) caso a relação patrimônio líquido / ativo total seja igual ou inferior a 0,30, a distribuição ficará limitada a 25% do lucro líquido do exercício. Ademais, salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo disposto acima, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	do lucro líquido do exercício; e (iii) caso a relação patrimônio líquido / ativo total seja igual ou inferior a 0,30, a distribuição ficará limitada a 25% do lucro líquido do exercício. Ademais, salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo disposto acima, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Não possuíamos uma Política de Destinação de Resultados aprovada.	Não possuíamos uma Política de Destinação de Resultados aprovada.	Não possuíamos uma Política de Destinação de Resultados aprovada.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	117.290.000,00	37.383.000,00	
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	25,000000	28,210000	
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	35,030000	31,990000	
Dividendo distribuído total	29.322.000,00	10.546.000,00	
Lucro líquido retido	87.968.000,00	26.837.000,00	
Data da aprovação da retenção	27/03/2018	27/04/2017	

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00					
Dividendo Obrigatório						
Ordinária			310.000,00	26/07/2016		
Ordinária			100.000,00	05/08/2016		
Ordinária			170.000,00	19/08/2016		
Ordinária			33.000,00	31/08/2016		
Ordinária			350.000,00	08/09/2016		
Ordinária			37.000,00	20/09/2016		
Ordinária			100.000,00	28/10/2016		
Ordinária			100.000,00	28/11/2016		
Ordinária			24.865,00	31/12/2016		
Ordinária			8.528,00	28/04/2017		
Ordinária			1.677,16	22/05/2017		
Ordinária			750.000,00	18/07/2017		
Ordinária			28.036,95	19/07/2017		
Ordinária			28.036,95	20/07/2017		
Ordinária			4,09	24/07/2017		
Ordinária			37.382,36	31/07/2017		
Ordinária			159.000,00	25/08/2017		
Ordinária			4,09	21/09/2017		
Ordinária			4,09	22/09/2017		
Ordinária			1.000,00	19/10/2017		
Ordinária			250.000,00	30/10/2017		
Ordinária			270.000,00	06/11/2017		
Ordinária			1.150.000,00	11/12/2017		

3.6 Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não houve nos 3 últimos exercícios sociais pagamentos de dividendos por conta de lucros retidos ou de valores que constavam em reservas.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	648.430.000,00	Índice de Endividamento	0,96000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		55.937.184,00	81.330.237,00	1.629.858,00	0,00	138.897.279,00
Financiamento	Quirografárias		80.787.816,00	74.450.211,00	4.121.922,00	8.840.772,00	168.200.721,00
Total			136.725.000,00	155.780.448,00	5.751.780,00	8.840.772,00	307.098.000,00
Observação							

3.9 Outras informações relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia entende que todas as informações relevantes foram incluídas nos demais itens desta Seção do Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

Os investidores devem considerar cuidadosamente os riscos descritos abaixo antes de tomarem uma decisão de investimento. Nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das nossas ações pode diminuir devido a quaisquer desses riscos ou a outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Acreditamos que os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente poderão afetar de maneira adversa nossas atividades, porém riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que consideramos irrelevantes, poderão nos prejudicar de maneira significativa.

Para os fins da presente seção, exceto se expressamente indicado ou se o contexto assim o requerer, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um "efeito adverso e relevante sobre nós" significa que o risco, incerteza ou problema pode ter ou terá um efeito adverso e relevante sobre nossos negócios, condições e/ou situação financeiras, liquidez, resultados operacionais, futuros negócios e/ou valor das nossas ações. Expressões similares nesta seção devem ser lidas com o mesmo significado.

(a) Riscos Relacionados à Companhia

Se não pudermos manter as licenças de nossas marcas licenciadas e gerenciar com sucesso estas marcas, poderemos ser afetados de forma adversa e relevante.

Nós e nossas controladas Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda. e Fila Uruguay Investments S.A. detemos a licença para uso da marca, produção e comercialização de artigos esportivos das marcas Fila (na América Latina) e Umbro (no Brasil, Argentina e Paraguai). O prazo de nossa licença para uso da marca Fila expira em 31 de dezembro de 2027 e o prazo de nossa licença para uso da marca Umbro expira em 31 de dezembro de 2025. Caso não possamos renovar tais licenças, ou se estas forem rescindidas por seus titulares, ou ainda, se o titular dessas marcas não renovar os respectivos registros perante os órgãos competentes pelo registro de propriedade industrial nos prazos aplicáveis, podemos ser afetados de maneira adversa e relevante e ter nossos negócios e resultados financeiros impactados negativamente. Para maiores informações acerca de tais licenças e as hipóteses de rescisão dos respectivos contratos, ver o item 9.1, letra "b" deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, nossas marcas podem sofrer uma desvalorização decorrente de eventuais prejuízos à imagem, conceito e reputação a elas associadas. O reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do produto, preços e preferências subjetivas de cada consumidor são fatores decisivos para a decisão de compra por parte dos consumidores. Se (a) a nossa estratégia de *marketing*, incluindo campanhas publicitárias e promocionais, não tiver o êxito esperado ou se for menos eficiente que a de nossos concorrentes, (b) formos incapazes de desenvolver novos produtos ou tecnologias que atendam as demandas do mercado, (c) não conseguirmos identificar as épocas oportunas para introdução de novos produtos ou não obtermos rentabilidade esperada resultante destes esforços, o valor intangível de nossas marcas licenciadas poderá ser afetado e, por consequência, nossas atividades e resultados operacionais poderão ser afetadas de maneira adversa e relevante.

Nossos planos de abertura de lojas próprias para a marca Fila em centros comerciais no Brasil dependem de que encontremos disponibilidade nesses locais e de que consigamos alcançar negociações viáveis com os respectivos proprietários. Isso pode não ocorrer ou pode não ocorrer na velocidade esperada e resultar em atrasos relevantes no cronograma com reflexo direto em nosso plano de expansão, o que pode impactar nossos negócios e resultados financeiros de maneira adversa.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Atuamos em segmentos de alta competitividade, nos quais participam desde pequenas empresas a grandes companhias multinacionais. Caso não tenhamos sucesso em concorrer com estes participantes do mercado, sofreremos efeitos adversos e relevante.

As indústrias calçadista e de confecções são altamente competitivas e possuem poucas barreiras à entrada de novos competidores. Os principais fatores que influenciam a competição nestas indústrias são preço, a qualidade do produto, tecnologia envolvida em sua produção, o design do produto, a imagem e o prestígio da marca e a capacidade de atender clientes em tempo hábil.

Enfrentamos concorrência de grandes grupos multinacionais, bem como de pequenos fabricantes do setor de calçados e confecções, os quais oferecem uma grande variedade de produtos nos mesmos segmentos em que atuamos, competindo com a maior parte de nossas linhas de produtos. Alguns concorrentes possuem recursos financeiros e de *marketing* substanciais, com larga base de consumidores e variedade de produtos, de forma que a competição com tais concorrentes pode resultar em perda da nossa participação de mercado. Além disso, também enfrentamos concorrentes que estão instalados em países com custo de mão-de-obra muito baixo, o que pode impactar de forma substancial no preço dos produtos oferecidos por estes e resultar na diminuição de nossa margem de lucros em razão da necessidade de diminuição dos preços de nossos produtos para que possamos competir com referidos concorrentes. Enfrentamos, ainda, a concorrência de pequenos produtores locais que possuem boa aceitação em certos canais, especialmente em lojas de rua em bairros ou cidades menores, sendo que alguns deles operam informalmente e em geral contam com sistema simplificado de tributação permitindo-os oferecer preços mais baixos que os nossos, o que poderá resultar na diminuição do volume de nossas vendas e/ou fazer com que tenhamos que reduzir os nossos preços e, consequentemente, nossa margem de lucro. Assim, se não competirmos de maneira eficaz no que diz respeito a qualquer um dos fatores acima mencionados, podemos perder participação no mercado, o que poderá afetar de maneira adversa e relevante os nossos negócios.

Podemos não ser bem-sucedidos na implementação de nossa estratégia de crescimento.

Nossa estratégia de crescimento inclui a execução de uma série de metas, dentre as quais podemos destacar: (a) incrementar a captura de valor dentro da cadeia produtiva em nossos negócios e aquisições estratégicas; (b) aumentar a nossa participação de mercado no segmento de Gestão de Marcas; (c) avaliar e buscar oportunidades de aquisição de negócios e licenciamento de marcas esportivas; (d) intensificar o relacionamento com os nossos atuais clientes *Private Label*, bem como ampliar a nossa base de clientes neste segmento; e (e) aumentar nossa presença nos demais mercados da América Latina tanto no segmento de gestão de marcas quanto no segmento de *Private Label*. Maiores detalhes podem ser obtidos no item 7.1 deste Formulário de Referência.

O não atingimento de quaisquer desses objetivos, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores relacionados a custo ou limitação à capacidade de fazer novos investimentos, pode influenciar nossa capacidade de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento.

Dentre os fatores que podem comprometer de forma negativa nosso plano de negócios e nossa estratégia de crescimento podemos citar: (a) dificuldade de acesso a crédito em razão, dentre outros, de condições econômicas desfavoráveis no Brasil e no mercado internacional, que podem resultar na diminuição no interesse das instituições financeiras na concessão de empréstimos; (b) existência de barreiras tecnológicas; (c) caso as marcas líderes de mercado adotem a estratégia ofertar produtos na mesma faixa de preço onde temos posicionadas nossas marcas licenciadas, poderemos enfrentar quedas importante de faturamento e ou de margens em nossos negócios de Gestão de Marcas; (d) nossos atuais clientes do segmento *Private Label* podem considerar aumentar o número de fornecedores ou ainda optar pela importação de um volume maior em detrimento à produção local, caso não sejamos competitivos em preço ou ainda caso não atendamos reiteradamente metas que estes considerem relevante para a continuidade

4.1 - Descrição dos fatores de risco

da parceria; e (e) o histórico de instabilidades políticas e econômicas da América Latina, que pode influenciar de forma negativa nossos esforços de ampliar e consolidar a marca Fila nestes mercados.

Caso ocorra qualquer dos fatores exemplificados acima ou ainda qualquer outro fator que não possamos prever que comprometa a execução de nossa estratégia de crescimento, nossos negócios e resultados operacionais podem ser impactados negativamente e de forma relevante.

Nossa estratégia de crescimento por meio de aquisições envolve certos riscos que podem ter um efeito adverso e relevante sobre nossos resultados e operações.

Como parte da nossa estratégia de crescimento, analisamos regularmente oportunidades de aquisições que julgamos interessantes para as nossas atividades, relacionadas a nosso mercado de atuação ou a novos mercados.

Novas aquisições poderão envolver uma série de riscos e desafios que podem causar efeitos adversos e relevantes sobre nossos negócios, especialmente, os seguintes: (a) as aquisições podem ter um efeito adverso inesperado e não contribuir com nossa estratégia comercial ou melhora de nossa imagem; (b) podemos ter dificuldades em integrar as operações, a estrutura de custos, os sistemas de informações gerenciais, a contabilidade, o pessoal, os produtos e a base de clientes aos nossos negócios, sendo que qualquer atraso no processo de integração pode causar um aumento inesperado das nossas despesas operacionais e afetar diretamente a sinergia do negócio; (c) a emissão de títulos representativos de dívida e/ou contratação de financiamentos pode nos sujeitar a restrições ou obrigações que possam vir a impactar nossa habilidade de colocar em prática outros elementos de nossa estratégia de negócios e crescimento; (d) o processo de aquisição, seja de novas empresas seja de novos ativos, pode ser competitivo, o que pode elevar o valor da transação pretendida ou, ainda, frustrar a expectativa de aquisição e inviabilizar a consumação da potencial operação; (e) tal processo pode ser demorado e, até certo ponto, desviar a atenção de nossa administração de nossas operações usuais; (f) futuras aquisições poderão estar sujeitas à aprovação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), podendo sofrer restrições ou até mesmo não ser aprovadas ou aprovadas com restrições, prejudicando diretamente a estratégia inicial do investimento; e (g) as aquisições podem não gerar os retornos esperados.

Adicionalmente, as aquisições nos expõem a riscos de assunção de obrigações e contingências referentes às empresas e ativos adquiridos. O processo de auditoria que conduzimos quando da realização de uma aquisição e quaisquer garantias contratuais ou indenizações que possamos receber dos vendedores podem não ser suficientes para antecipar, nos proteger ou nos compensar por eventuais contingências que surjam após a efetiva aquisição. Uma contingência significativa associada a quaisquer de nossas aquisições pode nos causar um efeito adverso relevante e impactar nossos negócios, nossa imagem e resultados operacionais. Assim, não podemos assegurar que, caso identifiquemos uma perda potencial ou mesmo soframos uma perda efetiva relacionada às atividades das empresas adquiridas anteriores a suas respectivas datas de aquisição, seu valor não será discutido, se e quando eventuais garantias serão efetivamente constituídas e se os valores correspondentes à indenização ou reembolso de valores despendidos por nós estarão disponíveis quando necessitarmos.

Por fim, podemos, eventualmente, buscar a aquisição, o licenciamento e/ou o desenvolvimento de marcas voltadas a nichos de mercados diferentes dos quais atualmente operamos. Nesse sentido, podemos não ser capazes de atingir o mesmo nível de vendas e margens atualmente obtidas com as marcas de nosso portfólio. Igualmente, não podemos garantir que conseguiremos desenvolver eventuais novas marcas ou que continuaremos a desenvolver as atuais marcas com a habilidade necessária.

A ocorrência de qualquer um dos fatores acima mencionados poderá afetar de maneira adversa e relevante nossos negócios e resultados financeiros e operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A interrupção ou perda de certas plantas industriais ou, ainda, uma paralisação ou greve significativa de nossa força de trabalho poderá nos afetar adversamente.

Eventuais interrupções, danos ou perda de plantas industriais ou do Dass *Creation Center*, em virtude de acidentes, ações ambientais, interrupções nos sistemas de informação ou no fornecimento de energia elétrica, bem como desastres naturais e outros fatores sobre os quais não temos qualquer controle que venham a paralisar a produção de qualquer uma de nossas unidades podem causar um efeito adverso e relevante sobre nossos negócios e resultados financeiros.

Ademais, nossos empregados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei.

Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das nossas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados a qualquer um dos nossos fornecedores terceirizados podem ter um efeito adverso relevante sobre nossas operações e negócios.

Enfrentamos riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das nossas unidades fabris.

Nossas atividades estão sujeitas à obtenção de diversos registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e a localização das nossas unidades fabris e devemos a obter e renovar periodicamente grande parte desses registros, autorizações, licenças e alvarás. Na hipótese de não conseguirmos obter, em tempo hábil, todos os registros, licenças, alvarás e autorizações necessários ou renová-los, podemos vir a sofrer sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas e/ou a interdição de nossas unidades fabris. Nossas atividades poderão ser substancialmente e adversamente afetadas se tivermos que suspender as atividades em consequência da não obtenção ou não renovação dos registros, autorizações, licenças e alvarás a que estamos sujeitos.

Além disso, o Poder Público pode editar normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais de modo a adequar nossas atividades a estas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do Poder Público, poderá ter um efeito adverso para nossas atividades.

A capacidade de identificação de tendências de nossa equipe de pesquisa e desenvolvimento de marcas licenciadas pode não ser eficaz.

Caso nossa equipe de pesquisa e desenvolvimento não seja capaz de adequar os produtos à preferência dos clientes ou o faça com atraso em relação a nossos concorrentes, podemos ter uma diminuição das vendas de nossos produtos ou a redução de nossa margem de lucros em razão da necessidade de diminuição de nossos preços. Igualmente, não podemos garantir que conseguiremos desenvolver eventuais novos produtos com a mesma habilidade que temos desenvolvido os produtos atuais. Falhas neste sentido podem afetar adversamente a aceitação das mercadorias e a imagem das marcas perante nosso público-alvo, impactando adversamente nossos negócios, resultados e condição financeira.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos e relevantes sobre nós.

Em 31 de dezembro de 2017, nós e nossas controladas figurávamos no polo passivo em 486 processos judiciais e administrativos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, cujo valor total envolvido era de R$ 72.247 mil, sendo R$ 8.848 mil com chance de perda provável, R$ 19.379 mil com chance de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

perda possível e R$ 44.020 mil com chance de perda remota. Adicionalmente, nós podemos estar sujeitos a contingências por outros motivos que nos obrigue a despender valores significativos. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso nos nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Para mais informações sobre os processos judiciais e administrativos que somos parte, ver itens 4.3 a 4.9. deste Formulário de Referência.

Nossos concorrentes podem utilizar indevidamente as marcas e desenhos industriais de nossa titularidade ou de nossas controladas, e os produtos a eles relacionados estão sujeitos à falsificação e cópia, e à venda de produtos falsificados ou copiados em canais de venda paralelos, o que poderia nos causar um efeito adverso e relevante.

As marcas, os desenhos industriais, o *design* e a técnica utilizada na fabricação dos nossos produtos e de nossas controladas (incluindo patentes em análise perante o INPI) estão sujeitos à utilização indevida e/ou violação, por terceiros, de nossos direitos de propriedade intelectual.

A falsificação de produtos e a utilização indevida dos direitos de propriedade intelectual de que nós e/ou nossas controladas somos titulares ou a nós licenciados podem causar efeitos adversos e relevantes em nossos negócios e resultados financeiros. Além disso, a veiculação e/ou associação dos nossos produtos com produtos falsificados ou pirateados pode impactar a integridade de nossa imagem e reduzir a confiança dos nossos clientes com relação aos nossos produtos, o que pode nos afetar de maneira adversa e relevante. Adicionalmente, não se pode assegurar que nossos concorrentes não alegarão que estamos violando os direitos de propriedade intelectual de terceiros. Neste caso, na hipótese de sermos impedidos de fabricar determinado produto com o emprego de técnica específica, ou utilizarmos determinada marca, poderá causar efeitos adversos e relevantes sobre nossos negócios e imagem.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos para nós, o que poderá gerar efeitos adversos sobre nossos negócios.

Mantemos contratados seguros para nossas plantas, centros de distribuição, entre outros ativos. Não obstante, não podemos assegurar que as coberturas por nós contratadas sejam suficientes para garantir todas as perdas e danos decorrentes de sinistros que possam ocorrer no desenvolvimento de nossas atividades. Neste sentido, na hipótese de ocorrência de quaisquer eventos não cobertos ou que excedam os limites máximos de indenização previstos nas apólices de seguro contratadas, poderemos incorrer em significativos custos adicionais não inicialmente previstos para a recomposição ou reforma de nosso patrimônio ou decorrente de indenização a terceiros, o que poderá impactar nossos resultados operacionais, causando efeitos adversos para nossos negócios. Além disso, não podemos assegurar que seremos capazes de manter apólices de seguro, ou mantê-las a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro, o que também poderá gerar uma perda significativa em nossos resultados. Adicionalmente, poderemos ser responsabilizados judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros de sinistros ocorridos que não estejam cobertos nas apólices de seguros contratadas. A ocorrência de quaisquer desses fatos poderá impactar de maneira adversa nossos negócios e resultados operacionais.

Uma falha ou problema em nosso sistema de informação e processamento de dados, ou a ocorrência de incidentes em nosso data center, podem afetar ou paralisar nossas operações.

Nossas operações são conduzidas através de seu próprio sistema de processamento de dados *Enterprise Resource Planning* – ERP, desenvolvido internamente de forma a atender às particularidades e exigências do nosso ramo de negócios. A carteira de clientes, a inclusão de pedidos e a sincronização automática dos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

estoques, da programação de produção e das demandas de suprimentos decorrentes, do faturamento, da cobrança, das informações contábeis, financeiras e patrimoniais são processadas neste sistema, baseado em um *data center* localizado em nossa unidade na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul. Caso haja qualquer incidente envolvendo nosso *data center* de Ivoti e por alguma falha não seja possível iniciar o funcionamento do *data center* secundário, ou uma eventual ocorrência de qualquer falha ou problema com relação ao nosso sistema de processamento de dados pode prejudicar e/ou paralisar nossas operações, causando um efeito adverso e relevante sobre nossos negócios e resultados operacionais.

A eventual perda de profissionais dentre os nossos administradores, gestores nas equipes das marcas, ou responsáveis por criação, desenvolvimento e tecnologia, poderá nos afetar de maneira adversa e relevante.

Nosso desempenho depende, em grande parte, do esforço e da capacidade de nossos administradores, dos gestores nas equipes das marcas, bem como dos responsáveis pelos setores de criação, desenvolvimento e tecnologia e outros profissionais-chave que detêm amplo conhecimento do nosso negócio, responsáveis em grande parte pelo sucesso e a preservação das características, estilos e identidade de nossas marcas. Se não formos capazes de reter os funcionários-chave acima mencionados, tal fato poderá afetar de modo adverso e relevante nossos negócios, nossos resultados operacionais e situação financeira. Adicionalmente, caso precisemos expandir a nossa equipe ou venhamos a perder algum desses profissionais chave, teremos que atrair novos profissionais qualificados para suprir nossas necessidades, os quais podem não estar disponíveis no mercado ou estejam disponíveis a custos muito altos. Se não formos capazes de fazer isso, podemos não ter capacidade para conduzir nossos negócios com sucesso e, consequentemente, nossos resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

Estamos sujeitos a compromissos restritivos (covenants)

Somos partes em contratos de empréstimos e financiamentos celebrados com algumas instituições financeiras, os quais contêm cláusulas restritivas (*covenants*) que incluem, entre outros, obrigatoriedade de manutenção de determinados índices financeiros e restrições a possíveis alterações societárias e alienação de nossos ativos. O descumprimento destas cláusulas restritivas podem acarretar o vencimento antecipado de referidas dívidas o que poderá gerar o vencimento antecipado em cascata de grande parte de nossos contratos financeiros (*cross acceleration*), de forma afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira .

Adicionalmente, a existência de limitações sobre nosso endividamento poderá nos impedir de celebrar novos contratos para financiamento de nossas operações ou para refinanciamento de nossas obrigações existentes. Neste sentido, caso precisemos incorrer em novo endividamento em razão de nossa estratégia de expansão ou por quaisquer outras necessidades de capital, poderemos ser impedidos de contratá-lo em virtude dessas restrições ou ser obrigados a pagar antecipadamente o endividamento a respeito do qual as restrições serão aplicadas, o que poderá afetar negativamente nosso fluxo de caixa e nossos resultados operacionais.

A interrupção dos transportes e serviços de logística, ou investimentos insuficientes em infraestrutura pública, podem afetar negativamente nossos resultados operacionais.

As nossas operações dependem do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, incluindo armazéns, rodovias e todos os meios de transporte por nós utilizados, ou por nossos provedores de serviços, fornecedores e clientes. Qualquer interrupção significativa nessas instalações ou qualquer incapacidade de transportar produtos entre essas instalações, por nós, nossos fornecedores ou clientes, por qualquer razão, poderá afetar negativamente nossos resultados operacionais e fluxos de caixa.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Tanto no Brasil quanto na Argentina, nossos principais mercados, investimentos substanciais em infraestrutura logística são necessários para permitir o acesso aos terminais de exportação a custos competitivos. Uma grande parcela da nossa produção industrial ainda é transportada por meio do modal rodoviário, o que é significativamente mais dispendioso do que outros meios de transporte disponíveis a outros produtores internacionais. Investimentos ou melhorias necessárias para manutenção da infraestrutura rodoviária podem não ser realizados ou não ocorrerem no momento oportuno, o que pode deteriorar a malha rodoviária utilizada por nós para escoamento de nossos produtos, prejudicando a demanda ou os preços de nossos produtos, impedindo ou atrasando sua entrega, impondo custos adicionais ou ter outros efeitos materiais adversos sobre nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Estamos sujeitos a reclamações de consumidores e a* recall *de produtos, o que pode afetar negativamente nossa imagem, bem como ter um impacto adverso e relevante em nossos custos, negócios e resultados.

Produzimos e vendemos artigos esportivos para uso de nossos clientes durante a prática de atividades físicas, o que envolve riscos tais como acidentes que podem causar contusões e outros danos físicos aos seus praticantes. Caso venhamos a ser responsabilizados por tais danos em algum processo judicial relacionado a defeito de nossos produtos ou tenhamos que realizar algum *recall* de nossos produtos, podemos incorrer em custos relevantes, incluindo honorários de advogados, pagamentos de eventuais indenizações que não estejam cobertas ou cujos valores superem os seguros contratados para este fim, bem como ter nossa imagem impactada de maneira negativa, o que poderá acarretar em efeitos adversos sobre nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Ainda que não sejamos responsabilizados em qualquer ação judicial, a publicidade decorrente das situações acima mencionadas em relação aos nossos produtos e à sua qualidade pode afetar adversamente nossa reputação perante os consumidores atuais e futuros, assim como nossa imagem institucional e de nossas marcas perante nossos parceiros, nos afetando de maneira adversa e relevante.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro pode limitar substancialmente a capacidade de venda de ações ordinárias ao preço e tempo desejáveis pelos investidores.

O investimento em valores mobiliários negociados em países de economia emergente, tais como o Brasil, envolve frequentemente um maior grau de risco se comparado a investimentos em mercados desenvolvidos. O mercado de capitais brasileiro é significativamente menor, menos líquido, mais concentrado e geralmente mais volátil do que alguns mercados internacionais, como por exemplo o dos Estados Unidos da América. Essas características podem limitar consideravelmente a capacidade do investidor de vender as ações de nossa emissão ao preço e no momento desejado, o que pode ter um efeito adverso significativo sobre a cotação das nossas ações negociadas no mercado.

Podemos precisar de capital no futuro, através da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação acionária dos investidores em nosso capital social.

A fim de fomentar os investimentos para a expansão de nossas operações poderemos, no futuro, vir a ter que captar recursos por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão. Qualquer captação de recursos através da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência aos nossos acionistas, o que poderá diluir a participação acionária dos investidores em nossas ações, o que pode ter um efeito adverso para nós.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos não pagar dividendos aos acionistas titulares de nossas ações.

De acordo com nosso estatuto social, devemos pagar aos nossos acionistas no mínimo 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como nós, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria desaconselhável e incompatível diante da situação financeira em que se encontra, o que pode ter um efeito adverso para nós.

Certas unidades industriais da Companhia estão instaladas em áreas cedidas em comodato e concessão de uso; caso a Companhia não tenha êxito nas negociações, poderá incorrer em custos adicionais para a manutenção da produção nestas unidades, ou ter que realocar sua produção para outros imóveis.

Certas unidades industriais da Companhia, localizadas nos municípios de Itapipoca, no Estado do Ceará, e Vitória da Conquista, Itaberaba e Santo Estêvão, no Estado da Bahia, estão instaladas em áreas que foram cedidas, respectivamente, pela Companhia de Desenvolvimento do Ceará, ou CODECE, controlada pelo Estado do Ceará, e pela Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial, ou SUDIC, autarquia vinculada ao Estado da Bahia, em regime de comodato ou concessão gratuita ou onerosa de uso. A Companhia está atualmente discutindo com a CODECE a renovação do contrato de comodato relativo à área onde está instalada a planta de Itapipoca, cujo prazo inicial venceu em maio de 2016, bem como iniciou discussões com a SUDIC relativamente a um dos contratos relativos à área onde está instalada a planta de Santo Estêvão, cujo prazo vencerá em setembro de 2018. Os demais contratos têm prazos que expiram em 2020, 2024 e 2025.

Caso a Companhia não tenha êxito em estender o prazo dos referidos contratos, a Companhia poderá ter que restituir referidas áreas, ou continuar a utilizá-las mediante condições diversas das originalmente contratadas, que podem ou não envolver alguma espécie de remuneração ou ônus financeiro adicional. Nessas hipóteses, a Companhia poderá incorrer em custos e despesas adicionais para a manutenção de sua produção nas referidas áreas ou mesmo para a realocação da produção para outras instalações industriais da Companhia, o que poderá acarretar impacto relevante na condição dos negócios da Companhia.

Além disso, os contratos firmados com a CODECE e a SUDIC foram precedidos de processos administrativos internos destes órgãos, nos quais foi sustentada a inexigibilidade de prévio procedimento licitatório em razão de inviabilidade de competição. Tendo em vista que a regra geral de contratos celebrados com a Administração Pública, direta ou indireta, é a realização de procedimento licitatório prévio, e que decisões de inexigibilidade de licitação ocorrem mediante análise objetiva e subjetiva das circunstâncias nas quais as contratações foram celebradas, a ausência de licitação pode gerar questionamentos por terceiros, incluindo autoridades como Ministério Público e Tribunais de Contas. No âmbito de tais questionamentos, eventual conclusão de que não estiveram presentes elementos que justifiquem a contratação sem prévia licitação poderá acarretar rescisão dos contratos e consequente necessidade de realocação da produção da Companhia para outros locais, sem prejuízo da reparação por eventuais danos que tais contratos tenham causado ao erário, o que também poderá acarretar impacto relevante na condição dos negócios da Companhia.

Em decorrência das obrigações impostas por órgãos reguladores e autorreguladores a companhias abertas, a Companhia precisará aprimorar rotinas e controles internos relacionados ao processo de elaboração de demonstrações financeiras.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Como resultado de seus trabalhos de auditoria da Companhia e de suas subsidiárias, e em vista do processo de obtenção de registro de companhia aberta e listagem no segmento Novo Mercado da B3, em 2018, os auditores independentes da Companhia comunicaram ao Conselho de Administração a existência de deficiências significativas em certos controles internos, dentre as quais a necessidade de adoção de rotinas sistematizadas para o processo de elaboração de demonstrações financeiras e de revisão de lançamentos contábeis manuais, bem como a capacidade de evidenciação do processo de revisão de consolidações contábeis. Se a Companhia não for capaz de endereçar tais deficiências e manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa, o que pode ter um efeito adverso relevante em seus negócios. Para mais informações sobre todas as deficiências significativas comunicadas e recomendações feitas pelos auditores independentes, ver o item 5.3(d) deste Formulário de Referência.

A modificação da composição do capital social da Companhia após a oferta pública inicial de ações de sua emissão sem a obtenção de determinadas autorizações contratuais prévias poderá acarretar o vencimento antecipado de certos contratos financeiros da Companhia

A Companhia firmou instrumentos de repasse de recursos do BNDES pelo Itaú Unibanco S.A., através de programas de financiamento a investimento, em especial FINAME, contratados por meio da emissão de Cédulas de Crédito Bancário (CCB), que totalizavam um saldo devedor de R$7.607 mil em 31 de dezembro de 2017, cujos termos preveem vencimento antecipado em caso de modificação da composição do capital social da Companhia (ainda que sem a alteração do controle societário), sem a devida anuência do BNDES. A Companhia solicitou a devida anuência, mas não pode garantir que obterá do BNDES a respectiva confirmação por escrito de que este renunciará à prerrogativa de declarar o vencimento antecipado em termos aceitáveis para a Companhia. O vencimento antecipado destes contratos consumiria uma parcela do caixa da Companhia, o que pode impactar nossos resultados financeiros.

Além disso, outros contratos financeiros celebrados pela Companhia e/ou suas controladas contém cláusulas de *cross acceleration* e de *cross default*, o que significa que o inadimplemento de obrigação da Companhia no âmbito de um contrato poderá resultar na decisão dos demais credores em declarar o vencimento antecipado ou no vencimento antecipado automático, conforme o caso, do saldo devedor das respectivas dívidas. O vencimento antecipado de parte relevante ou de todos os contratos financeiros da Companhia consumiria uma parcela relevante do seu caixa, o que pode afetar adversamente a situação financeira da Companhia. Para mais informações sobre os contratos financeiros, vide item 10.1 do Formulário de Referência.

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Possuímos acionistas controladores diretos cujos interesses podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

Possuímos acionistas titulares da maioria absoluta do nosso capital votante, dentre eles o nosso Diretor Comercial e Presidente do nosso Conselho de Administração. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nosso Estatuto Social e o Regulamento do Novo Mercado, nossos acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a nossa administração (inclusive ocupando cargos na nossa administração e em nossas sociedades controladas), determinar nossas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o controle por eles detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação dos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, a venda de todos ou parte substancial dos ativos, ou a retirada das ações do Novo Mercado, assim como determinar a época de distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Assim, nossos acionistas controladores poderão ter interesse

4.1 - Descrição dos fatores de risco

em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar decisões que podem ser conflitantes com os interesses de outros acionistas, podendo causar um reflexo negativo no valor da cotação das nossas ações negociadas no mercado.

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

Não há riscos relevantes envolvendo a Companhia cuja fonte seja seus acionistas.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

Os riscos caracterizados como os nossos riscos, conforme descritos na letra (a) acima, englobam, também, os riscos que incidem sobre as nossas controladas e coligadas que também a seu cenário estão sujeitos às consequências dos mercados nos países onde atuamos.

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

Dependemos de insumos petroquímicos e estamos sujeitos aos riscos particulares a este mercado, relacionados à oscilação de preço e disponibilidade destes tipos de insumos.

Parte significativa de nossas matérias-primas utilizadas na produção de calçados e outros artigos esportivos consiste em 91% derivado de insumos petroquímicos. O preço de tais insumos está sujeito a uma série de fatores sob os quais temos pouco ou nenhum controle, incluindo, mas não se limitando a, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial de petróleo. Adicionalmente, há uma concentração significativa do mercado de produtos petroquímicos no Brasil, que se caracteriza por fornecedores de grande porte e relevante poder de barganha. Podemos não ser capazes de repassar aos nossos clientes, no seu devido tempo, os aumentos de custos destes insumos, bem como estamos sujeitos a oscilações na disponibilidade destes insumos, o que poderá vir a causar um efeito adverso e relevante nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

Nike, Inc. e Adidas Group, nossas principais parceiras comerciais no segmento de Private Labels, podem decidir reduzir ou descontinuar sua parceria conosco.

Temos como clientes a marca Nike, Inc. (desde 1999) e Adidas Group (desde o início da década de 80), para produção de artigos esportivos no Brasil e na Argentina, tais como tênis, roupas e acessórios. Estes clientes representam, individualmente e de forma agregada, valor relevante de nossa receita operacional bruta.

Em referidas parcerias não há compromisso formal de compra de volumes mínimos de nossos produtos e nem compromisso para o fornecimento de nossos produtos a longo prazo. Não podemos garantir que, no futuro, estes clientes não decidam reduzir a extensão ou mesmo descontinuar a parceria conosco, o que poderá afetar de maneira adversa e relevante nossos negócios e resultados financeiros. Para mais informações, ver item 7.4. deste Formulário de Referência.

Nossas vendas estão sujeitas a mudanças nas preferências dos consumidores e o nosso sucesso depende de nossa habilidade de prever, identificar e interpretar tais mudanças e de nossa capacidade de desenvolver e oferecer novos produtos ou adaptar os existentes de forma a atender tais mudanças de necessidades.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nosso sucesso depende, em boa parte, de nossa habilidade e de nossos parceiros de prever, identificar e interpretar os gostos e preferências dos consumidores. Se não formos capazes de antecipar, identificar, e oferecer novos produtos que atendam às necessidades dinâmicas dos consumidores, e/ou adaptar os produtos existentes de forma a atender tais mudanças e/ou desenvolver esforços de *marketing* adequados, nossas vendas e participação de mercado poderão ser adversamente afetados.

Além disso, temos o constante desafio de identificar as mudanças de comportamento passageiras e definitivas dos consumidores. Se não formos capazes de identificar corretamente quais mudanças de comportamento são passageiras e quais são definitivas, e responder introduzindo melhorias e adaptações nos produtos existentes, ou ainda, lançando novos produtos, nossas vendas poderão ser adversamente afetadas.

Estamos expostos a riscos relacionados à inadimplência dos clientes.

Possuímos créditos com prazos variáveis e nossos clientes têm diversos graus de solvabilidade, o que nos expõe ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de nossos contratos e outros acordos com eles. Caso um número significativo de clientes importantes inadimpla suas obrigações de pagamento para conosco, nossa condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa podem ser afetados de maneira negativa e substancial.

Mudanças no comportamento dos nossos consumidores especialmente em função das ferramentas digitais e a ampliação do e-commerce podem afetar nosso modelo de distribuição e precificação.

Nos últimos anos, nosso mercado consumidor vem sendo afetado pelo acesso a produtos globais e a ferramentas tecnológicas que permitem comparação de produtos e preços. Essa tendência pode alterar o atual modelo dominante de acesso ao consumidor, via lojas físicas, que buscam oferecer experiências além do produto em si. Em se afirmando um modelo de distribuição digital é provável que o fator preponderante de decisão seja o preço do produto. Neste cenário podemos sofrer pressão em nossas margens vinda dos canais tradicionais e experimentar margens menores para acessar o canal de e-commerce. Nestes casos, poderemos ter nossos negócios e resultados financeiros adversamente afetados.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

Um aumento na concentração do mercado varejista pode forçar uma redução nas margens praticadas pelas empresas do setor, podendo resultar em um efeito adverso para nós.

A maior parte da produção das empresas do setor de artigos esportivos é distribuída por meio do mercado varejista. Acreditamos que a concentração deste mercado percebida nos últimos anos, onde diversos empreendedores se concentram sob um mesmo grupo econômico através de franquias ou ainda pela estratégia de aquisições de players adquirindo empresas menores, é uma tendência mundial. Tal tendência também se percebe no Brasil e na Argentina, resultando no aumento da capacidade de negociação dessas empresas, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução da margem dos preços praticados por outras empresas do setor, inclusive os nossos e de nossas controladas. Essa redução na margem praticada pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e situação financeira.

A continuidade do fenômeno de concentração do mercado varejista pode provocar a diminuição da nossa base de clientes, elevando nosso nível de dependência em relação às grandes redes varejistas, o que pode ter um efeito adverso e relevante sobre nossos negócios.

Na concentração das grandes redes de varejo, essa dependência pode ser analisada em dois aspectos: (i) as grandes redes precisam de marcas fortes; e (ii) marcas com bom posicionamento de mercado e gestão,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

que oferecem às redes de varejo programas de *marketing* agressivos e integrados com abordagens direcionadas aos diferentes tipos de consumidores, que oferecem tecnologias e produtos diferenciados. Não podemos garantir que o portfólio de marcas que oferecemos continuará a ser considerado adequado ou suficiente pelas grandes redes de varejo, em quaisquer destes aspectos. Com o avanço da concentração do mercado varejista, não podemos assegurar que nossos relacionamentos com as grandes redes varejistas permanecerá nos níveis atuais, o que pode ter um efeito adverso e relevante sobre nossos negócios e situação financeira.

Mudanças desfavoráveis no cenário econômico podem reduzir o poder de compra do consumidor final, podendo resultar em um efeito adverso para nós.

Nossos clientes são redes varejistas e gestores de marcas de artigos esportivos, de produtos vendidos no varejo. Historicamente, o setor varejista tem sido suscetível a períodos de desaquecimento econômico geral que levaram à queda do poder de compra do consumidor ou até inadimplência. O sucesso de nossas operações depende, entre outros, de vários fatores relacionados ao poder de compra do consumidor e/ou que afetam a sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, as taxas de juros, a inflação, a disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Um revés econômico poderia reduzir consideravelmente o poder de compra do consumidor e sua renda disponível, além de gerar uma guerra de preços entre os nossos concorrentes, o que poderia resultar, indiretamente, em um efeito adverso para nossos negócios e resultados financeiros.

Variações climáticas prolongadas podem impactar adversamente o resultado financeiro.

Nosso negócio é suscetível às mudanças nas condições climáticas. Períodos prolongados de temperaturas mais altas durante a vigência da coleção de inverno ou mais frias durante a vigência da coleção de verão podem deixar uma parte dos estoques incompatível com tais condições inesperadas e com as preferências de seus clientes. Ainda, uma eventual instabilidade climática pode provocar a escassez e aumentar o preço de algumas matérias-primas e podemos não ser capazes de repassar este aumento aos nossos clientes. Quaisquer dessas hipóteses pode impactar adversamente os nossos negócios e resultados financeiros.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

Temos incentivos fiscais estaduais e federais e a suspensão, o cancelamento ou a não renovação de tais incentivos, bem como alterações na legislação tributária, podem causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nos últimos anos, nós e nossa controlada, Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda., temos sido beneficiárias de incentivos fiscais na instalação, ampliação e produção de operações industriais, que nos proporcionam redução do Imposto de Renda ("IR") e do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte Interestadual e Intermunicipal ("ICMS"). Parte substancial de nosso lucro líquido é proveniente desses incentivos fiscais.

Estes incentivos foram instituídos, respectivamente, pelo Governo Federal, e pelos Estados do Ceará, da Bahia e de Santa Catarina, como forma de atrair investimentos e fomentar a instalação de indústrias nestas regiões. Estes benefícios têm prazos definidos, com a possibilidade de não serem renovados quando do seu vencimento.

Para garantir a continuidade desses incentivos durante seu prazo de vigência, devemos cumprir uma série de exigências, fiscais, trabalhistas, sociais e de proteção e controle do meio ambiente que podem vir a ser

4.1 - Descrição dos fatores de risco

questionadas, inclusive judicialmente, pelo órgão concedente e por terceiros como, por exemplo, o Ministério Público Federal, outros Estados brasileiros, ou até outras autoridades públicas.

Caso as autoridades fiscais entendam que não foram observados todos os procedimentos e condições necessários à fruição dos benefícios em questão ou caso deixemos de cumprir parte ou a totalidade dessas obrigações, nossos incentivos fiscais poderão ser suspensos, revistos ou cancelados (com potenciais efeitos retroativos), inclusive por decisão judicial, e poderemos ser obrigados a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades, o que teria um efeito adverso relevante para nós.

Não podemos assegurar que não haverá uma reforma tributária que alterará os incentivos fiscais, nem que nossos incentivos fiscais serão efetivamente mantidos nas atuais condições até o final de seus prazos de vigência.

Não podemos assegurar que seremos capazes de renovar os incentivos fiscais em condições favoráveis depois de expirado seu prazo atual. Também não podemos assegurar que novos incentivos fiscais serão criados depois de encerrado o prazo de vigência daqueles incentivos fiscais de que somos titulares e que, caso sejam criados, seremos contemplados por eles. Caso os incentivos fiscais sejam alterados ou expirem e não sejamos capazes de renová-los ou novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, nossos negócios e situação financeira serão afetados de maneira relevante e adversa.

Cumpre destacar que, a constitucionalidade dos incentivos fiscais estaduais usufruídos pela Companhia está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal e, caso sejam considerados inconstitucionais, não podemos descartar a possibilidade de que sejam desconstituídos e que as Fazendas Estaduais venham a exigir valores de ICMS da Companhia, o que causará um efeito relevante e adverso sobre nós.

Para mais informações sobre incentivos fiscais, ver o item 7.9. – “Outras Informações Relevantes” abaixo.

A não renovação das medidas antidumping tomadas pelo governo brasileiro podem causar um efeito adverso e relevante em nossos resultados.

O governo brasileiro adota medidas regulatórias relacionadas ao comércio exterior e medidas antidumping visando impedir a prática desleal envolvendo importações de países que possuem um baixo custo de produção, como, por exemplo, a China. Não podemos assegurar que os prazos de tais medidas regulatórias serão estendidos e/ou que qualquer alíquota seja mantida. Caso não haja renovação das medidas *antidumping* aplicadas, podemos ter nossos negócios afetados de maneira adversa e relevante.

Alterações nas leis e regulamentos ambientais e de segurança do trabalho, bem como a incapacidade de cumpri-las, podem causar um efeito adverso e relevante nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Nossas atividades estão sujeitas à uma rigorosa legislação nas esferas federal, estadual e municipal, e exigências das agências governamentais relativas à obtenção de licenças e autorizações, gestão e disposição final de resíduos sólidos e emissões no ar, no solo e na água, uso de recursos hídricos, proteção e preservação das florestas e áreas ambientalmente protegidas, bem como da segurança ocupacional de nossos empregados. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem nos impor sanções administrativas ou criminais por eventual inobservância da legislação, além da obrigação de reparação de danos ambientais. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, pena de reclusão e/ou detenção aos nossos diretores, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de nossas atividades.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Ademais, as agências governamentais ou outras autoridades podem também editar novas regras mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, sendo possível que os investimentos e despesas necessários à observância da legislação ambiental e de segurança do trabalho aumentem substancialmente, o que pode nos obrigar a empregar recursos adicionais para nos adequarmos às eventuais novas exigências dessas agências e autoridades ambientais e trabalhistas. Qualquer ação neste sentido por parte das agências governamentais poderá afetar de maneira negativa nossos negócios e ter um efeito adverso relevante para nós.

Caso não observemos as leis e regulamentos ambientais e de segurança do trabalho, ou não consigamos nos adequar a novas obrigações e restrições decorrentes de alterações das referidas leis e regulamentos, ou, ainda, haja novas interpretações sobre a legislação e regulamentação existentes que sejam mais rigorosas do que as anteriores, poderemos ser afetados de maneira adversa e relevante.

Em relação à responsabilidade civil ambiental, as leis ambientais brasileiras adotam um regime de responsabilidade rígido de responsabilidade objetiva, podendo nos obrigar a reparar ou indenizar por eventuais danos ambientais, independentemente da existência de culpa. De acordo com a legislação brasileira aplicável, não há limitação no montante da indenização devida em relação à responsabilidade ambiental. Além disso, pode haver a desconsideração de nossa personalidade jurídica para assegurar que recursos financeiros suficientes estejam disponíveis às partes que buscam reparação dos danos causados ao meio ambiente. Conforme entendimento do STJ quanto à proteção do meio ambiente, por tratar-se de direito difuso, a ação de reparação é imprescritível.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

A conjuntura política e econômica dos países onde atuamos e para onde poderemos expandir nossa atuação, bem como para os quais exportamos nossos produtos, pode nos prejudicar e afetar adversamente a nossa operação. A expansão de nossas atividades internacionais envolve desafios especiais que podemos não conseguir superar.

Possuímos controladas relevantes na Argentina e outros países da América Latina, e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, exportamos nossos produtos para 30 países. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, 51,1% da nossa receita operacional líquida resultou de nossas vendas fora do Brasil.

Estamos sujeitos a riscos relativos às condições econômicas, políticas e sociais nos países da América Latina em que atuamos ou venhamos a atuar e nos países para os quais exportamos ou venhamos a exportar. Sendo assim, podemos ser adversamente afetados por fatores que estão além de nosso controle, principalmente:

- interferência dos governos locais nas políticas econômicas;
- instabilidade política, econômica, cambial e desvalorização das moedas locais;
- deterioração das condições econômicas;
- inflação e taxas de juros;
- redução de proteção à propriedade intelectual;
- controle no câmbio e restrições a remessas ao exterior e/ou repatriação de recursos, incluindo remessa de dividendos;
- política fiscal e regime tributário;
- liquidez no mercado financeiro e de capitais e mercado de empréstimos;
- aumentos de barreiras comerciais para importação e exportação de produtos do setor de calçados e vestuário, tais como aumento de impostos e tarifas de importação sobre os seus produtos,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

subsídios governamentais e proibições ou imposição de restrições para exportar seus produtos a determinados mercados;

- alterações no entendimento ou no texto da legislação e regulamentação aplicável aos mercados nos quais atua, incluindo as de natureza tributária, trabalhista, ambiental e de vigilância sanitária, ou inconsistências entre legislações e regulamentações dos diferentes mercados nos quais atua;
- falhas ou atrasos na obtenção ou manutenção de licenças e autorizações necessárias ao regular funcionamento das suas operações nos diferentes mercados nos quais atua ou venha a atuar;
- greves nos portos, receita e polícia federal e alfândegas e outras interrupções no transporte dos seus produtos;
- aumento da participação governamental na economia, incluindo por meio de desapropriações; e
- terremotos, desastres naturais, guerras, conflitos armados, embargos ou atos de terrorismo.

Adicionalmente, pretendemos intensificar nossas operações em países da América Latina, além de Brasil e Argentina. A região inclui países com baixa renda *per capita* e baixos índices nos indicadores sociais, sendo que alguns passaram ou passam por períodos de turbulência política, bem como diversas crises econômicas e sociais. A região também se caracteriza por falta de investimentos relevantes, níveis insatisfatórios de solidez institucional e segurança pública, incertezas legais e regulatórias e histórico negativo de observância de direitos fundamentais e de propriedade. As condições políticas, econômicas e institucionais nos países da América Latina podem afetar nossa estratégia de expansão e nossas operações atuais nestes países, tendo impacto adverso e relevante sobre nossos negócios.

A ocorrência de quaisquer dos fatores acima mencionados, bem como de qualquer outro fator que afete as condições econômicas, políticas e sociais dos mercados em que operamos ou que pretendemos operar, pode nos impedir de atingir os nossos objetivos estratégicos nesses países ou em nossas operações internacionais como um todo, resultando em um efeito material adverso para nós.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

Para informações sobre riscos envolvendo questões ambientais vide item “h” desta seção 4.1.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.2 Descrição dos principais riscos de mercado

4.2 - Descrição dos Principais Riscos de Mercado

Riscos de mercado são os riscos de que alterações em fatores macroeconômicos ou nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, afetem nossos ganhos ou valor de nossas participações em instrumentos financeiros.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e acreditamos que atualmente podem nos afetar adversamente, de modo que riscos adicionais não conhecidos atualmente ou que consideramos irrelevantes também podem nos afetar adversamente.

(a) Risco de câmbio

Estamos sujeitos ao risco de câmbio nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das empresas do nosso grupo econômico, tais como o Dólar Americano (USD) e o Peso Argentino (ARS).

Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas nossas operações básicas, principalmente em Reais, mas também em Dólar Americano.

Em 31 de dezembro de 2017, nossa exposição ao risco de moeda estrangeira era a seguinte (base em valores nominais – R$ mil):

Descrição	Dólar	Novo Sol Peru	Peso argentino	Peso Chile	Peso México	Euro
Contratos de câmbio a termo	1.305	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	5.992	598	160.732	10.936	3.810	2
Contas a receber de clientes e outras contas	34.257	7.825	604.631	-	5.766	-
Empréstimos -partes relacionadas	1.024	-	60.343	-	-	-
Adiantamento à fornecedores	12.825	-	3.832	-	31	63
Fornecedores, taxas de licenciamentos, obrigações com clubes e outras contas a pagar	(19.820)	(79)	(226.266)	-	(1)	(214)
Adiantamento de clientes	(5.474)	-	(19.986)	-	-	-
Empréstimos e empréstimos com partes relacionadas	(4.143)	-	(99.575)	-	-	-
Total exposição balanço patrimonial	**25.966**	**8.344**	**483.711**	**10.936**	**9.606**	**(149)**

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas no encerramento de cada exercício:

	Fechamento	
Taxas aplicadas no exercício	**2017**	**2016**
Dólar (USD)	3,3080	3,2591
Euro (EUR)	3,9693	3,4384
Novo Sol Peru (PEN)	1,0207	0,9711
Peso argentino (ARS)	0,1755	0,2056
Peso chile (CLP)	0,0054	0,0049
Peso méxico (MXN)	0,1681	0,1580

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Análise de sensibilidade

Um fortalecimento das moedas estrangeiras em 10% teria reduzido o patrimônio e o resultado de acordo com os montantes mostrados abaixo. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira que consideramos como cenário razoavelmente possível ao final do período de relatório. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes. O cenário A é representado pelo fortalecimento de 25% das moedas estrangeiras em relação ao Real, enquanto que o cenário B é representado pelo fortalecimento de 50% das moedas estrangeiras em relação ao Real. É demonstrado também um cenário C representado pelo fortalecimento de 25% do Real em relação às moedas estrangeiras, enquanto que o cenário D é representado pelo fortalecimento em 50% do Real em relação às moedas estrangeiras

		2017		
Análise de sensibilidade	**Risco**	**Razoavelmente possível**	**Cenário A**	**Cenário B**
Dólar	Alta USD	94.486	107.369	128.844
Euro	Alta EUR	(651)	(739)	(887)
Peso Argentino	Alta ARS	93.380	106.114	127.337
Peso Chile	Alta CLP	65	74	88
Peso Mexicano	Alta MXN	1.776	2.018	2.422
Novo Sol - Peru	Alta PEN	9.368	10.646	12.775
Total		**198.424**	**225.482**	**270.579**
Efeito no resultado		6.075	15.188	30.375
Efeito reconhecido diretamente no PL		10.907	27.267	54.534

		2017		
Análise de sensibilidade	**Risco**	**Razoavelmente possível**	**Cenário C**	**Cenário D**
Dólar	Queda USD	94.486	64.422	42.949
Euro	Queda EUR	(651)	(444)	(296)
Peso Argentino	Queda ARS	93.380	63.668	42.446
Peso Chileno	Queda CLP	65	44	29
Peso Mexicano	Queda MXN	1.776	1.211	807
Novo Sol - Peru	Queda PEN	9.368	6.388	4.258
Total		**198.424**	**135.289**	**90.193**
Efeito no resultado		6.075	(15.188)	(30.375)
Efeito reconhecido diretamente no PL		10.907	(27.267)	(54.534)

Análise da exposição cambial por instrumentos financeiro – de acordo com a Instrução nº 475 da Comissão de Valores Mobiliários

Adicionalmente, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM. Para as operações cambiais consolidadas com risco de flutuação do dólar, a partir da taxa de câmbio de cada data-base de encerramento do exercício, segue abaixo:

- Cenário provável: contratos atualizados conforme metodologia de precificação de dólar da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BMF;

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

- Cenário A/C: 25% de valorização/desvalorização do real em relação às taxas calculadas no cenário provável;
- Cenário B/D: 50% de valorização/desvalorização do real em relação às taxas calculadas no cenário provável.

		Consolidado 2017		
Análise de sensibilidade	**Risco**	**Provável**	**Cenário A**	**Cenário B**
Contratos de câmbio a termo	Alta Real	4.317	5.396	6.475
Caixa e equivalentes de caixa	Alta Real	49.371	61.713	74.056
Contas a receber de clientes e outras contas	Alta Real	228.391	285.489	342.587
Adiantamento à fornecedores	Alta Real	43.353	54.191	65.029
Empréstimos interligadas	Alta Real	13.978	17.472	20.966
Fornecedores, taxas de licenciamentos, obrigações com clubes e outras contas a pagar	Alta Real	(116.793)	(145.992)	(175.190)
Adiantamento de clientes	Alta Real	(21.616)	(27.019)	(32.423)
Empréstimos e empréstimos a partes relacionadas	Alta Real	(31.180)	(38.976)	(46.771)
		169.820	212.275	254.730

		Consolidado 2017		
Análise de sensibilidade	**Risco**	**Provável**	**Cenário C**	**Cenário D**
Contratos de câmbio a termo	Queda Real	4.317	3.238	2.158
Caixa e equivalentes de caixa	Queda Real	49.371	37.028	24.685
Contas a receber de clientes e outras contas	Queda Real	228.391	171.293	114.196
Adiantamento à fornecedores	Queda Real	43.353	32.515	21.676
Empréstimos interligadas	Queda Real	13.978	10.483	6.989
Fornecedores, taxas de licenciamentos, obrigações com clubes e outras contas a pagar	Queda Real	(116.793)	(87.595)	(58.397)
Adiantamento de clientes	Queda Real	(21.616)	(16.212)	(10.808)
Empréstimos e empréstimos a partes relacionadas	Queda Real	(31.180)	(23.385)	(15.590)
		169.820	127.365	84.910

(b) Risco de taxa de juros

Possuímos posições vinculadas a mais de uma modalidade de taxas de juros que vão desde taxas pré-fixadas até indicadores econômicos de conhecimento amplo como Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Em 31 de dezembro de 2017, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Consolidado	Valor contábil	
Risco da taxa de juros	**2017**	**2016**
Instrumentos de taxa fixa	**(52.776)**	**(55.895)**
Ativos financeiros	924	16.568
Passivos financeiros	(53.700)	(72.463)
Instrumentos de taxa variável	**(209.707)**	**(298.278)**
Ativos financeiros	46.029	17.986
Passivos financeiros	(255.736)	(316.264)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de renda variável

Uma alteração de 25% e 50% pontos base nas taxas de juros CDI, TJLP e Libor, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

Análise de sensibilidade para instrumentos financeiros sujeitos ao CDI:

2017	Risco	Provável	Cenário A	Cenário B
Aplicações	Alta CDI	41.383	41.652	41.922
Swap	Alta CDI	(531)	(2.524)	(3.973)
Empréstimos e financiamentos	Alta CDI	(222.564)	(227.307)	(231.979)
Resultado líquido		(181.712)	(188.179)	(194.030)
Taxa CDI		9,98%	12,48%	14,97%

Análise de sensibilidade para instrumentos financeiros sujeitos à TJLP:

2017	Risco	Provável	Cenário A	Cenário B
Swap	Alta TJLP	(378)	(374)	(374)
Empréstimos e financiamentos	Alta TJLP	(506)	384	1.581
Resultado líquido		(884)	10	1.207
Taxa TJLP		7%	8,75%	10,50%

(c) *Riscos Macroeconômicos*

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica brasileira podem causar um efeito adverso relevante nas atividades, nos resultados operacionais e no preço das ações de nossa emissão.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam na criação ou no aumento de tributos, decorrentes de mudança nas políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro.

Nós poderemos vir a ser negativamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- variação cambial;
- inflação;
- financiamento do déficit em conta corrente do governo;
- dívida pública interna e de desequilíbrio fiscal;
- instabilidade de preços e custos;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados de capitais e de dívida;
- política fiscal;
- política monetária;
- controles sobre a importação e exportação;
- política regulatória para a indústria de petróleo e gás, distribuição de derivados, incluindo a política de preços;
- política energética;
- alterações na legislação tributária;
- alterações nas normas trabalhistas;
- provimento de serviços de utilidade pública tais como energia;
- alegações de corrupção contra partidos políticos, autoridades eleitas ou outros agentes públicos, incluindo alegações feitas em relação à Operação Lava Jato; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil.

Os fatores descritos acima, bem como as incertezas sobre as políticas ou regulamentações que podem ser adotadas pelo governo brasileiro em relação a esses fatores, em conjunto com o atual cenário político do país, têm afetado a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos títulos emitidos por companhias brasileiras, causando um efeito material adverso sobre os nossos resultados operacionais e financeiros.

A instabilidade do cenário político do país poderá nos afetar adversamente, impactando negativamente os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira.

Historicamente, o ambiente político brasileiro tem influenciado, e continua influenciando, o desempenho da economia do país, a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a “Operação Lava Jato”. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Alguns membros do Governo Federal e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias estatais e privadas, estão enfrentando acusações de corrupção por, supostamente, terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos celebrados com companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos das maiores companhias estatais e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante a "Operação Lava Jato".

Não podemos prever se as investigações aumentarão instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra membros do alto escalão do Governo Federal no futuro. Além disso, não podemos prever o resultado de qualquer dessas investigações, incluindo seus efeitos sobre a economia brasileira. O desenvolvimento dessas investigações pode nos afetar de maneira negativa, bem como a cotação de nossas ações na B3.

No meio deste cenário, vale ressaltar ainda que, em outubro de 2018, os brasileiros elegerão os representantes para os seguintes cargos: deputados federais, deputados estaduais, 2/3 dos senadores, governadores e o Presidente da República, o que, poderá trazer instabilidade decorrente de eventual incerteza relacionada às práticas a serem implementadas pelo novo Governo Federal.

Acontecimentos e mudanças na percepção de riscos em outros países, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários em todo mundo, inclusive o preço de mercado dos valores mobiliários emitidos por nós.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, tanto de economias desenvolvidas como emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado de valores mobiliários das companhias brasileiras. Nesse caso, não podemos assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará em condições favoráveis a investimento em companhias brasileiras, uma vez que uma crise financeira pode causar desinteresse dos investidores e um aumento no custo de captação. Adicionalmente, crises em outros países de economia emergente ou políticas econômicas diferenciadas podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, incluindo os valores mobiliários de nossa emissão, o que poderia prejudicar o preço de mercado das ações de nossa emissão.

Além disso, condições econômicas e crises financeiras, principalmente nos Estados Unidos, na Europa e na China, podem afetar a economia mundial, gerando diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetam o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária, dentre outros, que podem, direta ou indiretamente, ter um efeito adverso sobre nós. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre nós e sobre o preço de mercado de suas ações ordinárias.

Historicamente, o Brasil passou por altas taxas de inflação. A inflação, bem como medidas governamentais criadas para combatê-la, tiveram um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira. Pressões inflacionárias persistem e medidas tomadas em um esforço de conter a inflação, juntamente com a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, contribuíram, no passado, para a incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários. A taxa de inflação no Brasil, conforme medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 10,67% em 2015, 6,28% em 2016 e 2,94% em 2017.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Como resultado de pressões inflacionárias e da instabilidade macroeconômica, historicamente, o Governo Federal adotou políticas monetárias que resultaram em uma das taxas de juros mais altas do mundo. O Banco Central do Brasil determina as taxas básicas de juros geralmente disponíveis no sistema bancário brasileiro com base na expansão ou contração da economia brasileira, taxas de inflação e outros indicadores econômicos. Em julho de 2015, a taxa básica de juros (Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou a taxa SELIC) definida pelo Banco Central do Brasil foi de 14,25%, permanecendo neste patamar até outubro de 2016, quando iniciou sua trajetória de queda. Na data deste Formulário de Referência, a taxa se encontra no patamar de 6,75%, decidida em reunião do COPOM de 08 de fevereiro de 2018. As taxas de juros brasileiras continuam altas e qualquer aumento nas mesmas pode afetar negativamente a nossa rentabilidade e resultados operacionais, bem como aumentar os custos associados a nossas operações de financiamento.

A inflação e as medidas governamentais para combater a inflação, juntamente da especulação sobre possíveis medidas governamentais futuras, tiveram e deverão continuar a ter efeitos negativos e significativos sobre a economia brasileira, incluindo o aumento na volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários. Além disso, muitas vezes as medidas para controlar a inflação incluíram manter uma política monetária rígida com altas taxas de juros, resultando em redução do nível de atividade econômica e de poder aquisitivo da população, além da falta de crédito disponível no mercado, gerando consequências negativas para os nossos negócios.

Por outro lado, a ausência de tais políticas pode provocar aumentos na taxa de inflação e, dessa forma, afetar negativamente a estabilidade econômica. Na eventualidade de um aumento da inflação, podemos não conseguir compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos por meio do repasse do aumento desses custos para os preços cobrados de nossos consumidores, o que pode nos afetar adversamente. Além disso, nossas dívidas ou outras obrigações reajustadas pela inflação sofrerão aumentos proporcionais, o que poderá ter um efeito adverso em nossos resultados, já que poderemos ser incapazes de repassar todo esse ou parte desse acréscimo aos nossos consumidores.

Qualquer outro rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderia afetar adversamente o preço de negociação das nossas Ações.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, os rendimentos necessários nas futuras emissões de dívida no mercado de capitais. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

As agências de rating começaram a revisar a classificação de rating de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subsequentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de rating. Standard & Poor's inicialmente reduziu o rating de crédito brasileiro de BBB-negativo para BB-positivo e, posteriormente, reduziu-o novamente de BB-positivo para BB, mantendo sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma situação de crédito pior desde o primeiro rebaixamento. Em dezembro de 2015, Moody´s colocou os ratings de emissão e de títulos Baa3 do Brasil em revisão para rebaixamento e, posteriormente, rebaixou os ratings de emissão e de títulos para abaixo do grau de investimento, em Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração nos indicadores de dívida brasileiro, considerando um ambiente de baixo crescimento e com dinâmicas políticas desafiadoras. Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-positivo com uma perspectiva negativa, citando a rápida expansão de déficit orçamentário do país e a recessão em nível pior do que o esperado. Como resultado, o Brasil perdeu seu status de grau de investimento nas três grandes agências de rating e, consequentemente, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro foram afetados de maneira negativa. Um prolongamento na atual recessão brasileira poderia levar a novos rebaixamentos de ratings.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Qualquer rebaixamento de ratings de crédito soberano brasileiro, em especial para níveis considerados especulativos, poderia aumentar a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das nossas Ações.

4.3 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos no desenvolvimento normal de suas atividades, de natureza tributária, cível, ambiental e trabalhista.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Periodicamente, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, a nossa administração avalia os riscos contingentes com o objetivo de classificá-los, de acordo com suas chances de perda, como prováveis, possíveis ou remotas, levando-se em consideração as análises dos advogados externos que patrocinam as nossas causas e de nossas controladas.

Atualmente, existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial, e as interpretações jurisprudenciais variam e se aplicam caso a caso, conforme as características peculiares de cada demanda.

Destes, somente as contingências cujos riscos de perda são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da nossa administração quanto aos riscos envolvidos.

Em 31 de dezembro de 2017, nós e nossas controladas figurávamos no polo passivo em 571 ações, cujo valor total envolvido era de R$ 77.180 mil, sendo R$ 8.848 mil com chance de perda provável, R$ 19.379 mil com chance de perda possível e R$ 48.663 mil com chance de perda remota, das quais a maior parte era de natureza trabalhista e fiscal.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos considerados individualmente relevantes por envolverem contingências superiores a R$5.000 mil ou que podem afetar a imagem, a reputação, a honra, procedimentos internos ou as atividades da Companhia, aos quais a Companhia estava sujeita em 31 de dezembro de 2017, segregados conforme sua natureza, estão descritos abaixo:

i. Contingências Tributárias

Processo nº 11065.914068/2011-09	
a. Juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância Administrativa – Análise da Manifestação de Inconformidade
c. Data de instauração	24/01/2012
d. Partes no processo	Polo Ativo: Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Histórico: R$ 4.142.579,88 Valor Atualizado: R$ 6.538.593,73 (31.12.17)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 11065.914068/2011-09	
f. Principais fatos	Trata-se de Manifestação de Inconformidade apresentada em 22 de fevereiro de 2012 em face do despacho decisório que indeferiu parcialmente o pedido de Ressarcimento de créditos de IPI, referente ao 1º trimestre de 2007, transmitido pela PER/DCOMP 12009.28732.200607.1.1.01-4440, homologou parcialmente a compensação declarada na PER/DCOMP 18777.06799.181209.1.3.01-8968 e não homologou as demais compensações vinculadas. O Despacho Decisório questionado deferiu parcialmente o direito creditório pleiteado, reconhecendo apenas o valor de R$ 18.715,76. O valor histórico da causa é R$ 4.142.579,88 e decorre do valor principal de R$ 2.936.291,59, do valor da multa de R$ 587.258,23 e do valor dos juros de R$ 619.030,06. Atualmente, aguarda-se julgamento da Manifestação de Inconformidade apresentada pela Companhia.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, resultaria em óbice para emissão da certidão negativa de débitos federais e, ainda, geraria um efeito negativo para o caixa e resultado da Companhia. Eventual impacto financeiro, com o pagamento dos valores envolvidos, somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial, ou então em caso de oportunidade em parcelamento especial.

Auto de Infração - Processo nº 10380.732638/2012-81	
a. Juízo	2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF
b. Instância	2ª Instância Administrativa
c. Data de instauração	18/01/2013
d. Partes no processo	Polo ativo: Receita Federal do Brasil. Polo passivo: DASS Nordeste Calçados e Artigos Esportivos
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor Histórico: R$ 23.362.679,81 Valor Atualizado das duas infrações descritas abaixo: R$ 36.794.323,18 (31.12.17)
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração lavrado sob a acusação de falta de recolhimento de (i) IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras decorrentes de mútuos e de (ii) IRPJ, CSLL, PIS e COFINS incidentes sobre Incentivos Fiscais de ICMS concedidos pelos Estados da Bahia e do Ceará, ambas as acusações referem-se ao ano calendário de 2008. Em 16.1.13, a Companhia apresentou impugnação ao auto de infração, a qual foi julgada totalmente improcedente em 13.2.14. Diante da decisão desfavorável, a Companhia, em 28.2.14, apresentou competente Recurso Voluntário.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Auto de Infração - Processo nº 10380.732638/2012-81	
	Em 22.2.18, houve o julgamento pela 2ª Turma da 3ª Câmara da 1ª Seção, sendo suspenso por pedido de vista pelos Conselheiros, devendo retornar nas próximas pautas de julgamento ainda não definida. É relevante informar que a Companhia já foi autuada pelos mesmos fatos descritos na segunda infração, porém relativos aos anos-calendários de 2004 a 2006. Neste processo, houve decisão definitiva favorável à Companhia e já transitada em julgado.
g. Chance de perda	Possível para a infração (i) e Remota para a infração (ii).
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, resultaria em óbice para emissão da certidão negativa de débitos federais e, ainda, geraria um efeito negativo para o caixa e resultado da Companhia. Eventual impacto financeiro, com o pagamento dos valores envolvidos, somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial, ou então em caso de oportunidade em parcelamento especial.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

Nós não temos valores provisionados em razão dos processos descritos no item 4.3. descritos acima.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.5 Processos sigilosos relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

4.6 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 - Processos Judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário, a Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Cota de Contratação de Empregados Portadores de Deficiência

Celebramos Termo de Compromisso com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Ceará ("SRTE-CE"), cujo objeto é a inserção de pessoa com deficiência no mercado de trabalho, conforme determinado por lei. Na ocasião, a SRTE-CE estipulou um cronograma a ser cumprido pela Companhia, através do qual nos obrigamos a admitir mais 222 trabalhadores reabilitados ou com deficiência até 6 de agosto de 2011, sendo 12 empregados a cada dois meses, sob pena de remessa do relatório consubstanciado ao Ministério Público do Trabalho. A inobservância do cronograma estabelecido, salvo comprovação de motivo justificado, implicaria no vencimento antecipado dos demais prazos, ficando a empresa, neste caso, obrigada ao cumprimento integral da cota no prazo de 1095 dias, a contar da data de constatação da conduta omissiva pelo Auditor Fiscal do Trabalho.

Nesse interim, as filiais lotadas na Bahia também sofreram ação de fiscalização quanto ao cumprimento da cota de contratação de pessoas com deficiência e/ou reabilitadas. Porém, como já havia um procedimento instaurado na localidade da Matriz (Ceará), todo o procedimento da Bahia foi encaminhado para a jurisdição do Ceará.

Constatado que não houve o cumprimento da cota estipulada pela SRTE, houve a remessa do relatório consubstanciado ao Ministério Público do Ceará e que resultou no Termo de Ajuste de Conduta nº 1219, o qual engloba a matriz e as filiais lotadas no Nordeste.

Assim sendo, a Companhia está cumprindo com o TAC, sendo que apesar das dificuldades encontradas para o cumprimento da cota estabelecida, está informando e atualizando diuturnamente o MPT acerca de seus esforços para alcançar tal meta. Não configurando, dessa forma, qualquer tipo de inconformidade ou desobediência ao referido TAC.

Da Renegociação do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 24/07 firmado com nossa subsidiária Clássico Indústria de Artigos Esportivos S/A

Nossa subsidiária Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda., na qualidade de incorporadora da empresa Clássico Indústria de Artigos Esportivos S/A, situada no Estado de Santa Catarina, assim como nossa unidade do Nordeste, em razão dos prazos exíguos estipulados no referido Termo, não atendeu o percentual legal de contratação dos empregados reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, conforme estabelecido na Lei 8.213/91. Dessa forma, celebrou um novo Termo de Ajuste de Conduta nº 290/05 em 31 de março de 2005, e respectivo Aditivo, onde restou estabelecido que a Clássico Indústria, atualmente Dass Sul, deveria promover a doação de bens em montante equivalente a parte da multa fixada pelo descumprimento. Adicionalmente, nossa subsidiária se obrigou, no prazo de 2 anos, a partir de 26 de abril de 2007, a atender o percentual previsto no artigo 93 da Lei nº 8.213/91 ou, na impossibilidade fazê-lo, formalizar convênio para a formação de mão de obra entre portadores de deficiência/reabilitados. Nós mantemos convênio com a A.P.A.E. (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) para tal finalidade, cumprindo desta forma com os compromissos do referido TAC."

4.7 - Outras contingências relevantes

4.8 Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 Política de gerenciamento de riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Em 21 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gestão Estratégica de Riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"). A Política de Gerenciamento de Riscos, aplicável à Companhia e suas controladas, visa a estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos que possam impactar de forma adversa as atividades e resultados da Companhia.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos é estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos na Companhia, além de estabelecer mecanismos e procedimentos para a identificação, avaliação, tratamento, mitigação, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da Companhia, e que possam afetar o atendimento de seus objetivos.

A política de gestão de riscos da Companhia tem como referência (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia; (ii) as normas aplicáveis emanadas pela CVM; (iii) o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão aprovado pelo Colegiado da CVM em 05 de setembro de 2017; (iv) as diretrizes e princípios descritos no Código de Conduta da Companhia; (vi) *Benchmarking* do mercado, principalmente com relação ao setor de calçados e artigos esportivos; e (vii) o modelo do COSO-ERM – *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission*, padrão internacionalmente reconhecido. O processo é composto por quatro etapas:

A. *Identificação dos riscos*: identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;

B. *Avaliação*: cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos sobre os resultados projetados. A avaliação inclui o desenvolvimento de modelagens a partir de fatores de risco bem como sua correlação com outros riscos;

C. *Proposta de limites*: nível de risco que os acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor. Os limites de riscos são definidos tanto para o impacto quanto para os indicadores; e

D. *Planos de ação*: conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário/responsável do risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados (objeto de acompanhamento periódico).

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos na seção 4.1. deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa impactar suas atividades e operações de forma negativa. Esses riscos são classificados em quatro grupos de natureza distintas: (i) estratégicos (que engloba, dentre outros, o risco político); (ii) operacionais (que engloba, dentre outros, os riscos tecnológico e ambiental); (iii) financeiros; e (iv) de conformidade (que engloba, dentre outros, o risco regulatório) ("Mapa de Risco").

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Após a identificação dos riscos e a classificação nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima, a Companhia realiza a sua avaliação. Esta etapa tem como objetivo avaliar a assertividade das análises e a efetividade das possíveis ações preventivas e reativas a serem tomadas. Nesta fase, os riscos são avaliados pela Companhia de acordo com critérios quantitativos, qualitativos ou híbridos, devendo-se priorizar a avaliação com base em critérios quantitativos, sempre que possível.

Após a identificação e avaliação dos riscos, a Companhia inicia o processo para definir as opções estratégicas e tratativas necessárias para endereçar os riscos. Durante esse processo, a Companhia possui as seguintes possibilidades de resposta para cada risco:

- **Eliminar:** eliminar totalmente o risco, protegendo os objetivos da empresa dos impactos associados ao risco;
- **Transferir:** transferir o risco a terceiros por meio de contratos de seguros, terceirização de operações e atividades;
- **Reduzir/Gerir:** reduzir parcialmente a exposição ou adotar ações pontuais visando minimizar potenciais impactos; e
- **Aceitar:** assumir os impactos potenciais do risco e respectivas oportunidades.

No entanto, nem todos os riscos são passíveis de aceitação pela Companhia. Portanto, a proposta de limites do risco deve obrigatoriamente ser fundamentada e formalizada pelas seguintes análises: (i) avaliação do retorno tangível e intangível relacionado ao limite de risco proposto; (ii) capacidade da Companhia de suportar o impacto do limite de risco proposto; (iii) decisão se o risco deve ou não ser aceito conforme sua tipologia; (iv) viabilidade da implantação das iniciativas de mitigação (custo e esforço) versus efeito na mitigação do risco e respectivo retorno; e (v) disponibilidade de recursos (investimento e esforço) para implantação.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é multidisciplinar e conta com a participação das seguintes instâncias: (i) Conselho de Administração; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Diretoria; (iv) auditoria interna, função a ser exercida por auditor independente contratado; e (v) colaboradores da Companhia, que possuam domínio e conhecimento técnico acerca do risco correspondente, responsáveis pela tomada de decisão e capazes de estabelecer e gerir os planos de ação para adequar a exposição aos limites aprovados ("Proprietários dos Riscos"). As atribuições de cada estrutura estão descritas abaixo. Compete ao Conselho de Administração:

(a) aprovar as políticas, diretrizes, Mapa de Risco e matrizes de risco, cujo objetivo é estabelecer uma comparação individual dos riscos a partir dos impactos e probabilidades de ocorrência para fins de priorização e gestão ("Matrizes de Risco"), limites de exposição e impactos propostos;
(b) fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados; e
(c) avaliar em pauta prévia, mudanças ou atualizações e cada risco, cujos limites já tenham sido aprovados.

Compete ao Comitê de Auditoria:

(a) recomendar a inclusão, avaliação e priorização no Mapa de Risco e nas Matrizes de Risco da Companhia;

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(b) recomendar ao Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação;
(c) monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de risco aprovados; e
(d) avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades.

Compete à Diretoria:

(a) atualizar o Mapa de Riscos e a Matriz de Riscos, sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico e tempestivamente com o surgimento de fatores de risco emergentes;
(b) estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão;
(c) avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade) e aos limites apresentados pelos Proprietários dos Riscos e recomendar ações de respostas;
(d) acompanhar periodicamente a evolução da exposição aos riscos considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração;
(e) adotar riscos avaliados como ferramenta de orientação da revisão ou construção do plano estratégico; e
(f) disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia, através de incentivos e políticas de remuneração variável.

Compete aos Proprietários dos Riscos:

(a) identificar os fatores de riscos e indicadores para a mensuração e monitoramento dos riscos;
(b) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de riscos;
(c) apresentar percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
(d) propor limites para exposição aos riscos sob a sua responsabilidade;
(e) sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sob sua responsabilidade;
(f) cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração; e
(g) comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas.

Por fim, em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, a Companhia contratou a PricewaterhouseCoopers, empresa de auditoria independente registrada na CVM ("PWC"), responsável pela função de auditoria interna da Companhia, nos termos do artigo 23 do Regulamento do Novo Mercado. A PWC será responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gestão de riscos, controle e governança da Companhia. A PWC reportará suas atividades diretamente ao Comitê de Auditoria e, indiretamente, ao Conselho de Administração da Companhia.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

O Comitê de Auditoria foi constituído em 21 de fevereiro de 2018, e desde então tem por objetivo supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência da Companhia às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes. Além disso, o Comitê de Auditoria é responsável por avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, sempre que necessário.

Para o desempenho de suas funções, o Comitê de Auditoria dispõe de autonomia operacional e dotação orçamentária, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração. Na execução de suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria mantém relacionamento efetivo com o Conselho de Administração, a Diretoria, a auditoria independente e, quando instalado, com o Conselho Fiscal da Companhia. Além disso, o Comitê de Auditoria poderá convocar especialistas e contratar consultores externos para a análise e discussão de temas sob sua responsabilidade, zelando pela integridade e confidencialidade dos trabalhos.

Além disso, a Companhia contratou a PWC para executar as atividades de auditoria interna da Companhia, cuja principal responsabilidade será aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gestão de riscos, controle e governança da Companhia. A PWC deverá elaborar relatórios de auditoria interna por meio dos quais reportará suas atividades ao Comitê de Auditoria, bem como recomendará melhorias aos processos de gestão de riscos, controle e governança.

O Comitê de Auditoria deve informar suas atividades trimestralmente ao Conselho de Administração. Com base no exposto acima, a Companhia entende que sua estrutura operacional de controles internos está adequada ao seu nível de exposição a riscos.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.2 Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente pelo Comitê de Auditoria e pela área da auditoria interna da Companhia. Entretanto, não há uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado formalizada, sendo aplicável ao gerenciamento de tais riscos a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, no que couber. A Companhia aprovou referida política, em 21 de fevereiro de 2018, por meio de reunião do Conselho de Administração.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia busca estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos. A gestão de riscos da Companhia é baseada (mas não se limita), no COSO-ERM, padrão internacionalmente reconhecido. O processo é composto por 4 (quatro) etapas:

A. *Identificação dos riscos*: identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;

B. *Avaliação*: cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos sobre os resultados projetados. A avaliação inclui o desenvolvimento de modelagens a partir de fatores de risco bem como sua correlação com outros riscos;

C. *Proposta de Limites*: nível de risco que os acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor. Os limites de riscos serão definidos tanto para impacto quanto para os indicadores;

D. *Planos de Ação*: conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário/responsável do risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados (objeto de acompanhamento periódico).

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo, incluindo riscos de taxas de juros, cambial e de preço descritos na seção 4.2 deste Formulário de Referência.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia possui uma estratégia de proteção patrimonial com foco no gerenciamento de incertezas no mercado financeiro e na tentativa de minimizar a possibilidade de efeitos adversos no lucro líquido da Companhia, conforme descrito no item (a) acima.

Em relação ao risco de câmbio, a Companhia busca mitiga-lo por meio da contratação de instrumentos derivativos, os quais cumprem o objetivo de gerenciamento das exposições cambiais líquidas. A Companhia não mantém posições de derivativos com a finalidade de ganho financeiro.

Com relação ao risco de taxas de juros, a Companhia, visando à diversificação do risco de seu endividamento, mantém posições vinculadas a mais de uma modalidade de taxas de juros, operando com

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

taxas de juros fixos e variáveis, com base nos índices mais comuns do mercado brasileiro, como a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Nas operações de derivativos são utilizados contratos a termo de moeda sem entrega física com instituições bancárias brasileiras.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O monitoramento dos riscos é feito com base no parâmetro do tamanho da exposição da Companhia em cada uma de suas atividades que tragam risco cambial e na observação dos limites mínimos e máximos de contratação de instrumentos derivativos, conforme diretrizes da Companhia para operações desta natureza, sempre com atenção às posições contratadas em derivativos, de forma que não excedam as exposições físicas correspondentes. A Companhia não possui limites de exposição pré-definidos, sendo certo que a análise da exposição e sua proteção é realizada pela diretoria, em conjunto.

Em geral, protegemos nossa exposição esperada de moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas para os 12 (doze) meses subsequentes, podendo este prazo chegar a 24 (vinte e quatro) meses a depender das condições do mercado. A contratação de operações de *hedge* também varia de acordo com as condições dos respectivos países nos quais operamos e possuímos exposição. O mercado argentino, por exemplo, tem baixa liquidez para produtos financeiros usados para *hedge*, mesmo mais simples e usuais, por vezes inviabilizando a contratação de posições de longo prazo. Em relação à nossa exposição decorrente de nossas operações no mercado argentino, nossa administração opta em protege-la pontualmente, levando em consideração expectativas políticas e econômicas que possam afetar o câmbio e os nossos negócios.

Assim, procuramos minimizar o risco de contraparte relacionado às transações de balcão para fins de *hedge* operacional diversificando os parceiros comerciais e negociando com bancos tradicionais e de reconhecida solidez no mercado financeiro. Em 31 de dezembro de 2017 a participação e cada banco no valor nocional contratado com esta finalidade está listado no quadro a seguir:

***Hedge* Operacional**	
Santander do Brasil	38%
ABC Brasil S.A.	31%
Banco Votorantim	18%
Safra S.A.	13%
	100%

Os principais montantes dos nossos empréstimos bancários em Dólar Americano, obtidos por entidades para as quais a moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando derivativos que vencem nas mesmas datas dos empréstimos.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia só opera instrumentos derivativos com objetivo de *hedge*, sendo que não realiza operações dessa natureza com fins especulativos.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

As seguintes estruturas organizacionais são diretamente envolvidas no controle de gerenciamento de riscos: (i) Conselho de Administração; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Diretoria; e (iv) Proprietários dos Riscos. As atribuições de cada estrutura estão descritas abaixo.

Compete ao Conselho de Administração:

(a) aprovar as políticas, diretrizes, Mapa de Riscos e Matriz de Riscos, limites de exposição e impactos propostos;
(b) fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados; e
(c) avaliar em pauta prévia, mudanças ou atualizações e cada risco, cujos limites já tenham sido aprovados.

Compete ao Comitê de Auditoria:

(a) recomendar a inclusão, avaliação e priorização no Mapa de Riscos e Matriz de Riscos da Companhia;
(b) recomendar ao Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação;
(c) monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de risco aprovados; e
(d) avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades.

Compete à Diretoria:

(a) atualizar o Mapa de Riscos e a Matriz de Riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico e tempestivamente com o surgimento de fatores de risco emergentes;
(b) estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão;
(c) avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade) e aos limites apresentados pelos proprietários dos riscos e recomendar ações de respostas;
(d) acompanhar periodicamente a evolução da exposição aos riscos considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração;
(e) adotar riscos avaliados como ferramenta de orientação da revisão ou construção do plano estratégico; e
(f) disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia, através de incentivos e políticas de remuneração variável.

Compete aos Proprietários dos Riscos:

(a) identificar os fatores de riscos e indicadores para a mensuração e monitoramento dos riscos
(b) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de riscos;
(c) apresentar percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
(d) propor limites para exposição aos riscos sob a sua responsabilidade;
(e) sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sob sua responsabilidade;

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(f) cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração; e
(g) comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O Comitê de Auditoria, cuja criação foi aprovada em 21 de fevereiro de 2018, é responsável por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência da Companhia às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes. Além disso, o Comitê de Auditoria é responsável por avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, sempre que necessário.

Para o desempenho de suas funções, o Comitê de Auditoria dispõe de autonomia operacional e dotação orçamentária, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração. Na execução de suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria mantém relacionamento efetivo com o Conselho de Administração, a Diretoria, a auditoria independente e, quando instalado, com o Conselho Fiscal da Companhia. Além disso, o Comitê de Auditoria poderá convocar especialistas e contratar consultores externos para a análise e discussão de temas sob sua responsabilidade, zelando pela integridade e confidencialidade dos trabalhos.

O Comitê de Auditoria deve informar suas atividades trimestralmente ao Conselho de Administração. Com base no exposto acima, a Companhia entende que sua estrutura operacional de controles internos está adequada ao seu nível de exposição a riscos.

Em relação ao Risco de Câmbio e Risco de Taxa de Juros, bem como aos Riscos Macroeconômicos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência, a diretoria financeira da Companhia é o Proprietário dos Riscos responsável por seu gerenciamento.

5.3 Descrição dos controles internos

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, tendo formalizado, em fevereiro de 2018, a criação do Comitê de Auditoria de forma a aprimorar a estrutura de controles internos e seu grau de eficiência. Os controles internos observados pela nossa administração são pautados em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), previamente aprovados e referendados pela CVM.

A PWC, na qualidade de auditor independente contratado para exercer a função de auditoria interna da Companhia, será responsável por submeter para revisão e aprovação do Comitê de Auditoria, pelo menos anualmente, um plano de auditoria interna. O plano de auditoria interna será composto de um cronograma de trabalho para o ano fiscal/calendário seguinte e será desenvolvido com base na priorização do universo de auditoria, usando uma metodologia com base em riscos.

Além disso, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras, que a Companhia considera suficientes dado o seu tipo de atividade e o volume de transações que realiza.

Como exemplos dos controles internos adotados pela Companhia, podemos citar:

1) Reconciliação das contas contábeis;
2) Restrição de poderes para diretores e procuradores no contexto da realização de transações/operações; e
3) Adoção de sistemas de alçada de aprovação.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

O Comitê de Auditoria da Companhia, órgão vinculado ao Conselho de Administração, é responsável por acompanhar as atividades da auditoria interna, realizada pelo auditor independente, e da área de controles internos da Companhia, reportando-se ao Conselho de Administração, dispondo de autonomia operacional e dotação orçamentária para o desempenho de suas funções.

Conforme descrito na seção 5.1 (b) (iii) deste Formulário de Referência, em atendimento ao artigo 23 do Regulamento do Novo Mercado, a Companhia contratou auditor independente como responsável pela função de auditoria interna e por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gestão de riscos, controle e governança da Companhia.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Comitê de Auditoria é responsável por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes. Além disso, o Comitê de Auditoria se reporta ao Conselho de Administração da Companhia, atuando com independência em relação à Diretoria.

5.3 - Descrição dos controles internos

Na execução de suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria mantém relacionamento efetivo com o Conselho de Administração, a Diretoria, a auditoria independente e, quando instalado, com o Conselho Fiscal da Companhia. Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, visando a garantir a eficácia dos controles internos, estão: (a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos; (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e (f) recepção e apuração das denúncias que sejam recebidas através do Canal de Denúncias e Sugestões. No exercício de tais atribuições, o Comitê de Auditoria poderá, ainda, convocar especialistas e contratar consultores externos para a análise e discussão de temas sob sua responsabilidade, zelando pela integridade e confidencialidade dos trabalhos.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Nossos auditores obtiveram um entendimento dos controles internos dos principais processos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, com o objetivo de planejar a natureza e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Em seu relatório referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, os auditores independentes da Companhia reportaram algumas deficiências e recomendações sobre seus controles internos, conforme o exposto abaixo:

A) <u>Deficiências significativas identificadas nos controles internos e nos procedimentos contábeis</u>

- **Preparação das Demonstrações Financeiras**

Os auditores independentes observaram que o processo de preparação das demonstrações financeiras trimestrais e anuais não possui rotinas formais e sistematizadas, bem como envolve diversos controles e procedimentos manuais, os quais não são submetidos, em parte, a um processo efetivo e formal de revisão por pessoas independentes, o que poderia acarretar em erros e/ou distorções nas demonstrações financeiras. Os auditores independentes recomendaram que, na medida do possível, a Companhia invista na automatização de processos tais como consolidação, fluxos de caixa, DVA, entre outros. Adicionalmente, recomendaram a implantação de rotina de revisão e aprovação das informações, aberturas e conciliações preparadas em conexão com o processo de preparação das demonstrações financeiras, de modo a mitigar os riscos de erro vinculados a informações preparadas de forma manual.

- **Ajuste a valor presente - taxas de desconto**

Os auditores independentes identificaram que a Companhia realiza os cálculos e registros do ajuste a valor presente com base na taxa do certificado de depósito interfinanceiro (CDI), sem que seja efetuada e formalizada análise sobre a adequação desta taxa para refletir as características de prazo e de risco dos ativos, passivos e transações objeto dos ajustes a valor presente, o que poderia acarretar em erros e/ou distorções nas demonstrações financeiras. Os auditores independentes recomendaram que a Companhia avalie a taxa de desconto apropriada para cada transação, refletindo a natureza, o prazo e os riscos

5.3 - Descrição dos controles internos

relacionados, considerando as taxas de mercado praticadas ou as taxas que melhor representem a operação da empresa, em atendimento ao CPC 12.

- **Evidência de revisão das conciliações contábeis**

Os auditores independentes verificaram que a Companhia efetua as conciliações contábeis das principais rubricas, como bancos, clientes, fornecedores, receita e custo. No entanto, não há evidência de revisão e aprovação destas conciliações, o que poderia gerar (a) distorções nos saldos contábeis; (b) possíveis perdas financeiras; e (c) aumento no risco de fraude. Recomendaram que a Companhia implante processo de revisão das conciliações contábeis, evidenciando a preparação e a revisão do processo por responsáveis distintos, aplicando a segregação de função.

- **Lançamentos contábeis manuais**

Os auditores independentes observaram que não existe um processo de controle, revisão e aprovação dos lançamentos manuais efetuados pelo departamento contábil. Os lançamentos são efetuados pelas áreas porém, sem aprovação dos gestores das respectivas áreas, o que pode acarretar em (a) falta de evidência e rastreabilidade dos lançamentos manuais; e (b) aumento no risco de fraude. Os auditores independentes recomendaram a implantação de controles de revisão de usuários e de lançamentos manuais realizados, com definição de responsabilidades, supervisionadas pela controladoria da Companhia.

- **Controles e políticas sobre transações com partes relacionadas**

Os auditores independentes observaram que a Companhia não possui política formal ou um processo de controle, revisão e aprovação de operações com partes relacionadas, sem que haja portanto, um processo que defina a maneira como são aprovadas, registradas e capturadas para a divulgação nas demonstrações financeiras, bem como definições em política formal sobre as condições e parâmetros em que devem ser realizadas, o que pode acarretar em (a) apresentação de divulgações incompletas ou distorcidas sobre operações com partes relacionadas; e (b) risco de responsabilização dos administradores da Companhia por transações não documentadas e aprovadas apropriadamente. Recomendaram a criação de uma política para a realização de transações com partes relacionadas e a implantação de controles que garantam que as transações são aprovadas, registradas e divulgadas adequadamente, de acordo com os requerimentos das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro.

- **Divulgações requeridas não apresentadas ou apresentadas contendo alguma distorção**

Embora tenham sido consideradas omissões de divulgações ou distorções nas divulgações com efeitos não materiais, os auditores independentes relacionaram tais itens ao conhecimento da Administração e aprimoramentos futuros: (a) juros e encargos recebidos não apresentados na demonstração dos fluxos de caixa; (b) falta de apresentação das depreciações por segmentos operacionais; e (c) falta de divulgação da conciliação das movimentações patrimoniais de empréstimos e financiamentos com as movimentações do fluxo de caixa, como requerido no CPC 3. Os auditores independentes recomendaram o aprimoramento das divulgações acima para as próximas demonstrações financeiras.

- **Contratos de financiamento com cláusulas restritivas (covenants) vinculadas a índices financeiros**

Os auditores independentes verificaram que não são inseridas as informações relativas a cláusulas restritivas vinculadas a índices financeiros no sistema, utilizado pela Companhia para o controle e o recálculo dos empréstimos – Financing. O controle de leitura dos contratos dos empréstimos que é executado pela Companhia não é formalizado. Recomendaram que a Companhia avalie a implementação de controles formalizados de revisão dos contratos dos empréstimos e que, caso identifique o não

5.3 - Descrição dos controles internos

cumprimento de alguma cláusula restritiva, efetue a reclassificação do saldo passivo não circulante para o passivo circulante.

- **Reconhecimento da receita**

Durante nossos procedimentos de auditoria de 31 de dezembro de 2017 e períodos anteriores, os auditores independentes verificaram que a Companhia efetua o reconhecimento da receita no momento do faturamento (emissão da nota fiscal). Esse procedimento ocorre apesar do tipo de frete mais usual pela Companhia, seja CIF – Cost, Insurance and Freight utilizado para entregas no mercado interno e FCA – Free Carrier utilizado no mercado externo, no qual a transferência de riscos e benefícios mais significativos, inerentes a propriedade do bem, ocorre na entrega da mercadoria final ao cliente e no despacho no porto de saída, respectivamente. Os auditores independentes recomendaram que a Companhia avalie a implementação de controles formalizados de revisão do controle das entregas das mercadorias aos clientes finais, para mercado interno e das datas de despacho no porto de saída, para o mercado externo. Dessa forma, poderá mitigar riscos de reconhecimento da receita fora da competência correta.

- **Análise do valor recuperável da marca Fila**

Os auditores independentes verificaram que a Companhia prepara anualmente a análise de recuperabilidade da marca Fila, contudo, não são documentadas adequadamente as principais premissas que fundamentam o estudo e não há processo de revisão pela administração e especialistas em finanças corporativas. Os auditores independentes recomendaram que a Companhia avalie a implementação de controles formalizados de revisão do cálculo de valor recuperável da marca Fila, incluindo especialistas em finanças corporativas.

B) <u>Deficiências significativas identificadas no ambiente de sistemas e tecnologia da informação</u>

B.1) Acesso a dados e programas

- **Fragilidades no processo de bloqueio dos usuários dos sistemas ERP Dass e RM associados a colaboradores desligados**

Os auditores independentes identificaram fragilidades no processo de bloqueio dos usuários dos sistemas ERP Dass e RM associados a colaboradores desligados, o que possibilita que as chaves de acesso dos mesmos sejam utilizadas após a data de desligamento destes ex-colaboradores, podendo acarretar em acesso indevido aos sistemas e consequentes acessos não autorizados às informações confidenciais da Companhia. Recomendaram (a) revisar os procedimentos atuais de bloqueio das contas de acesso dos colaboradores desligados para os sistemas ERP Dass, RM e ambiente de Rede, de forma que os acessos de colaboradores desligados sejam tempestivamente bloqueados; (b) implementar procedimento de revisão periódica das contas ativas nos sistemas e AD; e (c) definir formalmente na Norma e Procedimentos denominada "NPTI 03 - REV02: Procedimento de Inclusão e Exclusão de Usuários" o período máximo aceitável para que os usuários associados a colaboradores desligados sejam bloqueados.

- **Ausência de uma matriz de segregação de funções para os acessos do sistema ERP Dass e ausência de revisão dos perfis de acesso x transações do módulo "Gestão de Pessoas (SMT)" do sistema RM**

Os auditores independentes observaram que (a) não há uma matriz de segregação de função com o intuito de apoiar a identificação de acessos conflitantes ao sistema ERP Dass; (b) a revisão realizada não contempla as rotinas que cada menu acesso. Em relação ao Sistema RM, os auditores revisaram os usuários x perfis de acesso, não tendo sido possível evidenciar que a revisão do módulo "Gestão de Pessoas (SMT)" contemplou a revisão dos perfis de acesso x transações (menus/atividades). Os auditores independentes

5.3 - Descrição dos controles internos

recomendaram (i) revisar periodicamente as rotinas/transações que estão vinculadas aos menus dos usuários do sistema ERP Dass; (ii) revisar periodicamente a relação de perfis de acesso x transações do módulo "Gestão de Pessoas (SMT)" do sistema RM; e (iii) elaborar uma matriz de segregação de funções para que os perfis de acesso aos sistemas ERP Dass e RM sejam definidos formalmente com base nas atribuições funcionais de cada área/cargo, sem a concessão de acessos conflitantes.

B.2) Alterações Programadas

- **Ausência de aprovação formal de mudanças do sistema ERP Dass e ausência de formalização de homologação das mudanças dos sistemas ERP Dass**

Os auditores independentes observaram a ausência de aprovação formal de mudanças do sistema ERP Dass e ausência de formalização de homologação das mudanças dos sistemas ERP Dass, o que poderia fazer com que possíveis mudanças sejam implementadas no ambiente de produção sem as devidas autorizações e procedimentos de teste e homologação, o que poderá impactar na geração de informações divergentes ou paralisar o ambiente de processamento das operações de negócio da Companhia. Os auditores independentes recomendaram que (a) mudanças do sistema ERP Dass devem ser formalmente aprovadas pelos gestores das áreas envolvidas antes de serem desenvolvidas, sendo que as aprovações devem ser formalmente registradas; (b) para os casos em que o solicitante é o líder da área de negócio (coordenador/gestor, por exemplo), recomenda-se haver uma aprovação adicional e formal pela área de TI. Esta aprovação deve ser formalizada juntamente com as demais documentações das mudanças (no chamado da ferramenta SGA, por exemplo); e (c) testes em mudanças dos sistemas ERP Dass e RM (customização, atualização de versão, atendimento à legislação, etc.) devem ser realizados pelos usuários de negócio em ambiente de homologação, antes da implementação em produção. Deve ser criada documentação formal de testes em mudanças, como o descritivo do que foi testado, quem testou e resultados obtidos. Somente após homologação formal dos usuários das áreas de negócio, as mudanças devem ser implementadas no ambiente de produção.

C) <u>Acesso a dados e programas</u>

- **Ausência da discriminação dos perfis de acesso dos usuários nas solicitações de acesso aos sistemas ERP Dass e RM**

Os auditores independentes observaram uma ausência da discriminação dos perfis de acesso dos usuários nas solicitações de acesso aos sistemas ERP Dass e RM, o que poderia acarretar na concessão indevida e não autorizada de acesso de profissionais aos sistemas, podendo acarretar em acesso impróprio aos sistemas e vazamento de informações confidenciais. Recomendaram que as solicitações de acessos aos sistemas listem quais perfis de acesso devem ser concedidos, bem como que as aprovações e concessões de acesso devam ser realizadas apenas se as informações estiverem completas nas solicitações.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Abaixo seguem os comentários da administração da Companhia acerca das deficiências descritas no item "d" acima:

A) <u>Deficiências significativas identificadas nos controles internos e nos procedimentos contábeis</u>

- **Preparação das Demonstrações Financeiras**

5.3 - Descrição dos controles internos

Estamos trabalhando na elaboração de uma ferramenta interna para consolidação de balanço, bem como a elaboração de algumas notas explicativas de forma automatizada. Implantaremos diversos procedimentos para mitigar os riscos de erros, bem como rotinas de revisão e aprovação, que atualmente já existem, porém não estão formalizadas. Também estamos implantando processo de revisão e geração de informações de apoio para a geração da DVA. Quanto aos Fluxos de Caixa, buscaremos formas de automatizar o processo e aprimorar o processo de formalização das conciliações.

- **Ajuste a valor presente - taxas de desconto**

Usamos a taxa CDI por ser uma taxa de mercado conhecida e observável no Brasil e a maioria das nossas captações de capital de giro estão vinculadas a essa taxa. Iremos fazer uma análise da taxa mais apropriada a utilizar em atendimento ao CPC 12, mas entendemos não haver impactos materiais associados a esse assunto nas demonstrações financeiras.

- **Evidência de revisão das conciliações contábeis**

Criaremos rotinas de revisão e aprovação das conciliações contábeis. Conforme já dito acima pela própria auditoria, a companhia já efetua a conciliação das contas, inclusive já existe a revisão por outro funcionário, buscaremos formas de evidenciar estas conferências e aprovações nos fechamentos dos próximos trimestres.

- **Lançamentos contábeis manuais**

Implantaremos os controles e revisão dos lançamentos manuais, de forma a permitir a evidência e a rastreabilidade de cada lançamento, bem como a conferência por parte do coordenador de cada área, mitigando assim riscos de fraude.

- **Controles e políticas sobre transações com partes relacionadas**

Estamos implementando a política de transações com partes relacionadas a qual foi discutida e aprovada pelo Conselho de Administração da companhia e será aplicada a partir da sua divulgação.

- **Divulgações requeridas não apresentadas ou apresentadas contendo alguma distorção**

Quanto às informações indicadas, iremos aprimorar as divulgações nos próximos trimestres e de maneira contínua. Entendemos que todas elas são pouco relevantes e não trazem prejuízos à qualidade da informação aos usuários das demonstrações financeiras.

- **Contratos de financiamento com cláusulas restritivas (covenants) vinculadas a índices financeiros**

O sistema Financing – utilizado para o controle e atualização dos empréstimos é terceirizado e não disponibiliza controle de covenants. Para 2018 já foi inserido nas observações no momento do cadastro de cada contrato de financiamento, permitindo inclusive gerar um relatório para análise/conferência das cláusulas restritivas.

- **Reconhecimento da receita**

Vamos trabalhar para implementar controles de entrega de mercadorias aos clientes finais, porém entendemos que os valores que ficam pendentes de entregas não são relevantes, principalmente no final do exercício social, uma vez que companhia entra em férias coletivas em meados de dezembro e as mercadorias até o final do exercício estão na sua grande maioria em poder dos nossos clientes.

5.3 - Descrição dos controles internos

- **Análise do valor recuperável da marca Fila**

A Companhia tem as premissas documentadas no próprio cálculo e a administração participa ativamente na confecção, estudo e revisão do Teste de Impairment. Tendo em vista as recomendações, a Companhia fará um aperfeiçoamento da metodologia de forma a atender os requisitos estabelecidos na carta de recomendação.

B) Deficiências significativas identificadas no ambiente de sistemas e tecnologia da informação

B.1) Acesso a dados e programas

- **Fragilidades no processo de bloqueio dos usuários dos sistemas ERP Dass e RM associados a colaboradores desligados**

As ocorrências citadas foram identificadas em 2016. Atualmente, entendemos que não ocorrem mais. O processo hoje já ocorre de forma automática no sistema a partir do registro de desligamento ou afastamento do funcionário. De forma a comportar melhor a recomendação, foram efetuadas mudanças na norma e procedimento NPTI03 - REV03 - PROCEDIMENTO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE USUÁRIOS, com a inclusão do item 6.5 Bloqueio / liberação de usuário automático (job diário) via sistema de Recursos Humanos, que seguem:

- Verificar usuários com evento de afastamento, retorno ou desligamento diretamente no banco de dados do TOTVS-RM:
    - Por desligamento da empresa - no ato do registro;
    - Licença maternidade - no ato do registrado;
    - Atestado médico / saúde - superior à 3 dias;
    - Outros motivos de afastamento - superior à 3 dias;
    - Retorno ao trabalho pelos mesmos motivos acima citados
- Registrar SGA de bloqueio / liberação para bloqueio no sistema;
- Executar script de bloqueio / liberação no AD;
- Executar procedimento de bloqueio / liberação no ERP;
- Executar script de bloqueio / liberação da conta e-mail;
- Encerrar o chamado SGA automaticamente

- **Ausência de uma matriz de segregação de funções para os acessos do sistema ERP Dass e ausência de revisão dos perfis de acesso x transações do módulo "Gestão de Pessoas (SMT)" do sistema RM**

Atualmente, o ERP conta com um sistema automático de revisão de acessos e cada menu de acesso por usuário / empresa é encaminhado ao gestor da unidade / setor, com informação de último acesso ou não.

A matriz de segregação foi desenvolvida no ERP em formato que contempla a segregação por perfil de acesso e / ou menu de acesso. No formato anterior o processo de liberação era baseado em acessos controlados por rotina de acessos, o formato de perfil foi criado com o objetivo de padronizar, bem como, dar mais velocidade no processo de liberação.

Este novo método encontra-se em fase de implantação por módulos devido ao grande volume de alterações necessárias para substituir o método antigo.

No sistema RM por ser pacote de mercado, as revisões são realizadas manualmente com a geração em relatórios dos perfis de acesso para revisão dos gestores das áreas de RH.

5.3 - Descrição dos controles internos

B.2) Alterações Programadas

- **Ausência de aprovação formal de mudanças do sistema ERP Dass e ausência de formalização de homologação das mudanças dos sistemas ERP Dass**

De 2016 até a presente data foram implementados alguns ajustes para melhorar os controles, tais como: alterado o procedimento NPTI05 - REV02 - PROCEDIMENTO DE MUDANÇA DE SISTEMA, para que a aprovação de mudanças de sistemas possa ser realizada por Gerentes, coordenadores ou supervisor de área. Adicionalmente, quando o aprovador também é solicitante, fica a cargo do analista de negócio solicitar mais um aprovador ou não.

Em relação aos testes e homologação, os mesmos já são realizados em ambiente de homologação, sendo este realizado em etapa de desenvolvimento, suporte de atendimento e analista de negócio.

A área da TI está criando a função de suporte especializado de forma a aproximar o usuário final (solicitante) no processo de desenvolvimento de maneira que os setores tenham maior envolvimento ainda durante o desenvolvimento, bem como homologação.

C) Acesso a dados e programas

- **Ausência da discriminação dos perfis de acesso dos usuários nas solicitações de acesso aos sistemas ERP Dass e RM**

Para os casos em que o solicitante não faz menção do perfil desejado, o atendente está orientado a fazer nova solicitação com nova aprovação solicitando o perfil desejado. Este procedimento consta na npti03 - rev03 - procedimento de inclusão e exclusão de usuários.

5.4 Programa de Integridade

5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, descrita no item 5.1 acima, é voltada, dentre outros, à proteção de riscos de conformidade. Além disso, a Companhia possui políticas e procedimentos especificamente voltados para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descritos no item 5.4 (a) (i) abaixo.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

1) Código de Conduta: O Manual de Integração e Código de Conduta da Companhia ("Código de Conduta"), aprovado pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018, é aplicável a todos os colaboradores do Grupo Dass. O Código de Conduta tem por objetivo formalizar os princípios e valores que regem os relacionamentos internos e externos da Companhia. O documento aborda, dentre outros, tópicos como a relação com fornecedores e prestadores de serviço, interações com o governo, saúde, segurança e meio ambiente.

2) Política de Partes Relacionadas e Conflito de Interesse: A Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse, aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018, aplica-se à Companhia e às suas controladas. A política visa a assegurar que todas as decisões envolvendo a Companhia sejam tomadas considerando os interesses da Companhia e de seus acionistas, e prezando pelas melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência. O documento aborda, dentre outros, as regras e os procedimentos para celebração de transações com partes relacionadas, as transações com partes relacionadas vedadas e as penalidades aplicáveis aos casos de violação.

3) Política de Indicação de Membros: A Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária, aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018, tem por objetivo determinar os critérios para a composição dos referidos órgãos, com fundamento no estatuto social da Companhia, no Código de Conduta, na Lei de Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado.

4) Canal de Denúncias e Sugestões: A Companhia possui um Canal de Denúncias e Sugestões, instituído no âmbito do Código de Conduta, aberto e amplamente divulgado, por meio do qual seus colaboradores e terceiros (incluindo fornecedores, representantes e clientes) podem reportar dúvidas, suspeitas ou violações ao Código de Conduta ou às demais políticas da Companhia, sendo mantida a confidencialidade da identidade do emitente e a inocorrência de represálias ao denunciante de boa-fé. O Canal de Denúncias e Sugestões compreende quatro plataformas distintas para envio de relatos: e-mail, telefone, website e caixas de sugestões, localizadas nos pontos de grande circulação das unidades, e é gerido externamente por empresa terceirizada.

5) Medidas disciplinares e corretivas: A Companhia adota medidas disciplinares e corretivas no caso de descumprimento de normas do Código de Conduta ou qualquer das políticas do Grupo Dass, incluindo advertência verbal, advertência por escrito, suspensão e/ou demissão por justa causa,

5.4 - Programa de Integridade

de acordo com a gravidade do ato praticado. No caso de colaboradores terceirizados, essas violações poderão levar à rescisão do contrato de prestação de serviços, quando couber. Caso as violações praticadas configurem crime, o Grupo Dass poderá comunicar as autoridades competentes, sem prejuízo das sanções acima descritas.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As instâncias internas envolvidas no controle de procedimentos de integridade são o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, a Diretoria, a Gerência de *Compliance* e, quando necessário, as áreas de negócios.

O Conselho de Administração é responsável por aprovar as políticas, diretrizes e procedimentos de integridade. Também é responsável por aprovar a dotação orçamentária do Comitê de Auditoria e avaliar o desenvolvimento de suas atividades.

O Comitê de Auditoria, órgão vinculado ao Conselho de Administração, é responsável por avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, sempre que necessário. Além disso, o Comitê de Auditoria, em conjunto com a Gerência de *Compliance*, é responsável pela aplicação do Código de Conduta da Companhia e pela apuração de denúncias realizadas por meio do Canal de Denúncias e Sugestões. Na execução de suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria mantém relacionamento efetivo com o Conselho de Administração, a Diretoria, a Gerência de *Compliance*, a auditoria interna exercida por auditor independente e, quando instalado, com o Conselho Fiscal da Companhia. O Comitê de Auditoria deve informar suas atividades trimestralmente ao Conselho de Administração. A Diretoria é responsável por acompanhar e monitorar o gerenciamento dos riscos de *compliance* e dos elementos do programa de integridade da Companhia, bem como promover elevados padrões éticos e de integridade e de uma cultura organizacional que demonstre e enfatize, a todos os colaboradores, a importância dos procedimentos de integridade e o papel de cada um no processo. A Diretoria se reporta diretamente ao Conselho de Administração.

A Gerência de *Compliance* é responsável por liderar as iniciativas relativas à gestão de prevenção e combate à corrupção, bem como elaborar e revisar os normativos e processos relativos à prevenção e combate à corrupção, incluindo em caso de alterações na legislação vigente e/ou mudanças na estrutura organizacional da Companhia.

Além disso, a Gerência de *Compliance* também é responsável por auxiliar o Comitê de Auditoria na aplicação do Código de Conduta e na apuração de denúncias reportadas pela empresa responsável pelo canal. Por fim, a Gerência de *Compliance* é responsável por realizar os treinamentos sobre o conteúdo do Código de Conduta e demais políticas da Companhia, bem como campanhas de conscientização.

As áreas de negócios são responsáveis por zelar pela aderência dos negócios e processos para com o arcabouço legal que rege os assuntos sob sua responsabilidade, sempre que necessário, e implantando melhorias e controles para assegurar a aderência às leis e regulamentos. As áreas de negócios se reportam diretamente à Diretoria da Companhia.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

5.4 - Programa de Integridade

O Código de Conduta da Companhia, descrito acima, é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, incluindo funcionários, diretores estatutários, membros do conselho de administração e de quaisquer órgãos com funções técnicas e/ou destinados a aconselhar os administradores, assim como os estagiários, trainees e representantes do Grupo Dass, em todas as suas localidades.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os colaboradores e funcionários da Companhia recebem cópia do Código de Conduta e assinam termo de compromisso declarando ciência do conteúdo e das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento, bem como se comprometem a respeitar e seguir todas as orientações contidas no Código de Conduta. Apesar de não haver atualmente um calendário formal de treinamentos para o reforço dessas normas, a Companhia, por meio da Gerência de *Compliance*, implementará um calendário de treinamentos periódicos sobre o conteúdo do Código de Conduta e demais políticas a partir de 2018.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis estão descritas no Código de Conduta da Companhia e são as seguintes: advertência verbal, advertência por escrito, suspensão e/ou demissão por justa causa, de acordo com a gravidade do ato praticado. No caso de terceiros, essas violações poderão levar à rescisão do contrato de prestação de serviços, quando couber. Além disso, caso as violações praticadas configurem crime, o Grupo Dass poderá comunicar as autoridades competentes, sem prejuízo das sanções acima descritas.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em 21 de fevereiro de 2018 pelo Conselho de Administração da Companhia. O documento é entregue aos funcionários e colaboradores no processo de integração e fica disponível para consulta na Intranet e no website do Grupo Dass (http://www.grupodass.com.br/codigo-de-conduta/).

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncias e Sugestões da Companhia, descrito no item 5.4(a)(i) acima, é administrado externamente. A Companhia entende que a terceirização do serviço de Canal de Denúncias demonstra o seu comprometimento e preocupação em manter um ambiente seguro e independente para a apuração de denúncias, tanto internas quanto externas.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Conselho de Administração aprovou nova versão do Código de Conduta em 21 de fevereiro de 2018, pelo qual a Companhia optou por expandir o acesso ao Canal de Denúncias e Sugestões para terceiros. Por esse motivo, a Companhia contratou empresa especializada para gerir o seu Canal de Denúncias.

5.4 - Programa de Integridade

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

  O Canal de Denúncias e Sugestões da Companhia foi projetado de forma a assegurar a confidencialidade da identidade do emitente, sob a supervisão do Comitê de Auditoria. Além disso, a Companhia adota medidas para garantir a inocorrência de qualquer represália ou punição ao denunciante de boa-fé em decorrência de sua atitude de reportar violações ou suspeita de violações ao Código de Conduta, às demais políticas e princípios éticos do Grupo Dass ou à legislação aplicável. Atualmente, os colaboradores da Companhia podem enviar denúncias anônimas pelas caixas de sugestões, localizadas nos pontos de grande circulação das unidades, as quais são verificadas pelos membros do Comitê de Auditoria e seus assessores. Além disso, colaboradores e terceiros podem realizar denúncias anônimas por meio de *website* e telefone.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

  O órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias reportadas pela empresa contratada é o Comitê de Auditoria, reportando-se ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria é auxiliado pela Gerência de *Compliance* nesta função.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia não possui procedimento formal para processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias por não realizar operações dessa natureza de forma frequente. No entanto, ao participar de processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias, a Companhia busca contratar escritório de advocacia e firma de auditoria reputados no mercado para conduzir o procedimento de auditoria prévia, visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 - Programa de Integridade

5.5 Alterações significativas

5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta. Adicionalmente, a Companhia aprovou, em 21 de fevereiro de 2018, a sua Política de Gerenciamento de Riscos, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

5.5 - Alterações significativas

5.6 Outras inf. relev. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	03/06/1996
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 Breve histórico

6.3 - Breve histórico

No final de **2017**, nosso grupo era formado por mais de 15 mil colaboradores, de variadas especialidades, geografias e culturas, entregando produtos em padrão de qualidade mundial aos nossos clientes nos mercados em que atuamos. Descrevemos abaixo os principais eventos ocorridos em nosso grupo econômico desde a sua fundação, que contribuíram para a atual formação do Grupo Dass.

Em **1980**, iniciamos nossas atividades por meio da sociedade Clássico Indústria Ltda. ("Clássico"), na cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina, cujo objeto social era a produção, venda, importação e exportação de artigos esportivos em geral.

Ainda, no início da década de **1980**, iniciamos relacionamento com o cliente Adidas, atuando como fornecedores de confecções.

Em **1996**, constituímos a sociedade Calçados Dilly Ltda., denominação original da Companhia, na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará, tendo como objeto social a produção de calçados femininos e tênis destinados ao mercado interno e estrangeiro.

Em **1998**, a Calçados Dilly Ltda. foi transformada em sociedade por ações, passando a possuir como denominação social, Dilly Nordeste S.A.

Em **1999**, iniciamos relacionamento com o cliente Nike para a produção sob demanda de calçados e passamos a gerir a marca Umbro no Brasil e Paraguai, inclusive atuando na produção de seus artigos esportivos.

Em **2003**, adquirimos, por meio da Clássico, 67% do capital social da Dilly Nordeste S.A. Neste mesmo ano, grande parte de nossas atividades industriais foram realocadas para o nordeste do Brasil, em razão da oferta de mão de obra na região e dos incentivos fiscais locais.

Em **2007**, integramos de forma completa as empresas do grupo e lançamos a marca DASS, visando a estabelecer um negócio único e sinérgico especializado na fabricação e gestão de artigos esportivos. Ainda em **2007**, adquirimos a licença da marca Fila para a América Latina, e iniciamos as operações de nossa primeira unidade industrial na Argentina, de onde produzimos para clientes no formato de *private label* e para as marcas sob nossa gestão, para abastecimento do mercado argentino.

Em **2008**, constituímos um escritório de *outsourcing* na China, o qual nos oferece flexibilidade em relação à complementação de *mix* de produtos e melhores condições de competição.

Em **2009**, a sociedade Dilly Nordeste S.A. foi transformada em sociedade limitada, passando a possuir como denominação social, DASS Nordeste Calçados e Artigos Esportivos Ltda.

Em **2010**, passamos a gerir as atividades da marca Umbro na Argentina.

Em **2012**, a DASS Nordeste Calçados e Artigos Esportivos Ltda. foi transformada em sociedade por ações, passando a atuar sob a denominação, DASS Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. Ainda em **2012**, após uma operação societária de cisão parcial, incorporamos a DASS S.A. Administração e Participações na DASS Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A., que passou a ser a sociedade *holding* do grupo. Além disso, em **2012**, iniciamos a produção de calçados para a cliente Adidas no Brasil, na modalidade *private label*.

Em **2013**, inauguramos, na Cidade de Ivoti, no Estado do Rio Grande do Sul, o *Dass Creation Center (DCC)*, um centro de criação e desenvolvimento de calçados que nos permitiu incorporar tecnologias para

6.3 - Breve histórico

entrega de produtos de performance aos negócios de gestão de marcas, além de oferecer laboratórios de ponta a nossos clientes *private label*.

Em **2014**, iniciamos relacionamento com a cliente Under Armour, atuando como fornecedora de confecções e, em **2015**, a cliente Asics passou a integrar nosso portfólio de *private labels*.

Em **2016** adquirimos, por meio da Companhia, a totalidade das ações de emissão da sociedade brasileira Meffert Participações S.A., a qual detinha 100% das ações da sociedade argentina Vulcabrás Azaleia Argentina S.A., proprietária da planta industrial em Coronel Suarez, Argentina. Posteriormente alteramos a denominação social desta sociedade para Dass Suarez S.A..

Hoje, operamos com 16 unidades fabris, estando:

A) 14 (quatorze) unidades fabris no Brasil:

- **4 (quatro) unidades fabris no Estado do Rio Grande do Sul**, das quais 2 (duas) unidades estão localizadas na Cidade de Ivoti e 2 (duas) na Cidade de Venâncio Aires;
- **5 (cinco) unidades fabris no Estado de Santa Catarina**, das quais 2 (duas) unidades estão localizadas na Cidade de Saudades, 1 (uma) na Cidade de Pinhalzinho, 1 (uma) em São Carlos e 1 (uma) em Campo Erê;
- **4 (quatro) unidades fabris no Estado da Bahia**, 2 (duas) na Cidade de Vitória da Conquista, 1 (uma) na Cidade de Santo Estevão e 1 (uma) na Cidade de Itaberaba; e
- **1 (uma) unidade fabril no Estado do Ceará,** localizada na Cidade de Itapipoca.

B) 2 (duas) unidades fabris na Argentina:

- **1 (uma)** unidade fabril na Cidade de Eldorado, na província de Missiones; e
- **1 (uma)** na Cidade de Coronel Suárez, na província de Buenos Aires.

6.3 - Breve histórico

6.5 Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 Outras informações relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

Acreditamos ser um dos principais grupos atuantes na área de gestão e *sourcing* para marcas esportivas na América Latina, presente em todos os países da região, com operações próprias no Brasil, Argentina e Peru. Com mais de 37 anos de história, temos um modelo de negócio abrangente e diversificado, seja através do (i) segmento de gestão de marcas, no qual atuamos em toda a cadeia, desde a criação, desenvolvimento, produção e comercialização de calçados, confecções e acessórios das marcas Fila e Umbro, seja através do (ii) segmento de *Private Label,* no qual atuamos, como *sourcing*, no desenvolvimento e na produção de calçados e confecções para a Nike, Adidas, Reebok, Asics, Under Armour e Track & Field (em conjunto, os "Clientes de *Private Label*"). No período findo em 31 de dezembro de 2017, nossa receita líquida foi de R$ 1.715.443 mil, sendo que no período entre 2015 e 2017, atingimos um crescimento anual composto (CAGR) de receita líquida de 27,2%, do nosso EBITDA de 43,9% e do nosso lucro líquido de 76,8%. Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, atingimos uma produção e comercialização total de 17,9 milhões de pares de calçados e 6,1 milhões de peças de confecção. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, 48,9% da nossa receita líquida foi proveniente da operação no Brasil e 51,1% em outros países.

Nossas atividades compreendem as descritas nos segmentos abaixo:

- *Gestão de marcas*: No nosso segmento de gestão de marcas, atuamos em toda a cadeia de gestão através da licença para a produção e comercialização da marca Fila, no Brasil e na América Latina, e da licença para a produção e comercialização da marca Umbro no Brasil, Argentina e Paraguai, atendendo as demandas de mais de 6 mil clientes ativos, ou seja, aqueles que clientes que efetuaram compras nos últimos 6 meses. A marca Fila foi fundada em 1911 na Itália, possuindo uma rica herança esportiva e de moda, com importante presença global. A Fila tem como estratégia global fortalecer seu posicionamento em *sport fashion*, com forte vínculo ao mercado de moda, por meio de parcerias e colaborações globais com importantes varejistas, celebridades e profissionais de referência no mercado de moda, buscando um rejuvenescimento da marca e diferenciação neste mercado. Na América Latina, onde detemos a licença da marca Fila em forma permanente (licença prorrogável automaticamente por períodos sucessivos de 10 anos, sendo a última prorrogação ocorrida em dezembro de 2017), atuamos através de um portfólio amplo de produtos entre calçados, confecções e acessórios para diferentes categorias esportivas entre corrida, *lifestyle*, tênis, entre outras. A Umbro foi fundada em 1924, em Manchester, na Inglaterra e é uma marca consolidada internacionalmente no mercado de futebol. Somos responsáveis pela gestão e produção de chuteiras e confecção de artigos esportivos da marca Umbro nos mercados brasileiro, argentino e paraguaio, nos quais patrocinamos importantes clubes de futebol, como Santos, Grêmio, Cruzeiro e Atlético Paranaense, no Brasil e Velez, Estudiantes, Atlético Tucuman e Newels, na Argentina. Detemos a licença da marca Umbro no Brasil, Argentina e Paraguai desde o ano de 1999 e com validade até o ano de 2025. Nossas equipes de desenvolvimento contam com a extensa experiência de nosso acionista fundador e administradores que atuam em parceria com os representantes das marcas que gerenciamos, identificando e analisando continuamente as tendências da moda esportiva nacional e internacional, e rapidamente adaptando nossos produtos às preferências e ao estilo dos nossos consumidores. Assim, acreditamos ter um posicionamento e um *speed to market* importante e diferenciado neste mercado por oferecer produtos de alta qualidade a preços mais competitivos do que outras marcas internacionalmente renomadas. O segmento de gestão de marcas representou 33,2% de nossa receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que correspondeu a R$ 569.769 mil.

- *Sourcing de artigos esportivos* ("Private Label"). No segmento *Private Label* trabalhamos em parceria com nossos Clientes de *Private Label*, produzindo artigos esportivos sob os rígidos critérios globais de qualidade, segurança e sustentabilidade, para produzir calçados e confecções, que serão posteriormente comercializados por estes no Brasil e na Argentina. Atuamos desde o desenvolvimento

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

e adaptação dos processos produtivos e das matérias primas à realidade local, desenvolvendo soluções completas e processos para implementação eficaz do produto, prototipagem, produção e logística de distribuição. Temos parcerias com alguns dos Clientes de *Private Label* desde de 1983 e 1999. Acreditamos que proporcionamos a alta fidelização de nossos clientes em razão de nossa capacidade técnica diferenciada, e por seguirmos padrões e referências globais, sob severas regras de *compliance* das marcas com as quais trabalhamos, com constante inovação e a aplicação de tecnologia de processos de produção. Somos permanentemente avaliados por nossos clientes deste segmento com base em critérios de excelência global, sendo parceiro importante e estratégico para marcas globais que desejem reduzir o tempo de atendimento do mercado local e regional quando comparado a importações, por conta de nossa experiência e expertises descritas acima. Este segmento representou 60,0% de nossa receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que correspondeu a R$ 1.028.800 mil.

· *Outros*. Também atuamos no desenvolvimento de canais para a venda de nossos produtos, entre calçados, confecções e acessórios nos formatos de (i) "*outlet stores*" ou lojas de fábrica, as quais somavam, em 31 de dezembro de 2017, 15 lojas, sendo 8 localizadas no Brasil e 7 localizadas na Argentina, abertas junto a algumas das nossas unidades industriais e destinadas ao público em geral, onde comercializamos os produtos das marcas Fila e Umbro. Referido formato de loja conta com o apelo de "preço de fábrica", servindo, ainda, como canal próprio complementar para o escoamento de produtos que saíram de linha e lotes com numeração incompleta, além dos produtos da linha normal; (ii) "*concept stores*" ou lojas-conceito, cujo compromisso principal é a fixação de imagem das marcas Fila e Umbro, mediante a exposição completa e temática do seu posicionamento no mercado; e (iii) gerenciamento de *royalties* sobre licenciamentos. Acreditamos que estes canais aumentam a visibilidade de nossos produtos, incrementando nossas receitas. O segmento Outros representou 1,5% de nossa receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que correspondeu a R$ 26.144 mil.

Para suportar as nossas operações, contamos com um moderno parque industrial composto por 16 unidades localizadas no Brasil e na Argentina, responsáveis por suprir as necessidades de produção e distribuição de produtos de nossos negócios, bem como com um número de aproximadamente 15 mil funcionários, de acordo com dados em 31 de dezembro de 2017. No Brasil, nossas unidades são localizadas nos Estados do Ceará, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na Argentina, nossas unidades são localizadas na Cidade de Eldorado na Província de Misiones e na Cidade de *Coronel Suarez* na Província de Buenos Aires. Nosso parque industrial conta com equipamentos de última geração e de avançada tecnologia, operados conforme rigorosos critérios de qualidade, segurança e respeito ao meio ambiente, aprovados por nossos clientes *Private Label*. Estes critérios exigem que apresentemos um *rating* de qualidade alto e baixo índice de devolução de produtos, neste ultimo caso um índice de devoluções por problemas de qualidade abaixo de 0,2%.

Possuímos, também, um centro para desenvolvimento de calçados, o Dass *Creation Center* ("DCC"), onde além da geração de negócios, realizamos pesquisas relacionadas à aplicação de tecnologia e melhorias de nossos processos de produção, bem como pela criação de coleções alinhadas as principais tendências, fabricação dos protótipos com elevado grau de automação, desenvolvimento de moldes e matrizes com ferramentas 3D de impressão digital e criação e adaptação de novos materiais. No DCC, possuímos, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), um dos laboratórios de biomecânica mais avançados da América Latina, onde promovemos o desenvolvimento de conhecimentos teóricos e práticos, incluindo pesquisas sobre a interação dos calçados com as características do corpo humano, o que nos auxilia na permanente melhoria de qualidade e performance dos nossos produtos. No DCC promovemos ainda, estudos de melhoria contínua do processo produtivo com redução de tempo e de custos, assim como pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias aplicáveis no processo de produção. Novas frentes de trabalho nessa área contam com a cooperação de centros de pesquisa e integração com toda a cadeia do setor. No DCC foi desenvolvida a linha de calçados KENYA RACER, utilizada pelos corredores quenianos que alcançaram importantes resultados em competições: (i) Corrida de São Silvestre (categoria masculino)

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

no ano de 2014 – 1º, 2º e 3º lugares; (ii) Corrida de São Silvestre (categoria masculino) no ano de 2015 – 2º lugar; (iii) Corrida de São Silvestre (categoria masculino) no ano de 2016 – 2º lugar; (iv) Corrida de São Silvestre (categoria masculino) no ano de 2017 – 2º lugar; (v) Corrida Las Vegas Rock and Roll Half Marathon no ano de 2016 – 1º lugar; e (vi) Maratona de SP (categoria feminino) no ano de 2016 – 1º lugar. Acreditamos que inovação tecnológica é uma barreira de entrada importante para atuação em nosso setor e estamos continuamente investindo neste quesito. Nesse sentido, no período entre 2015 e 2017, investimos um total de R$109.326 mil em pesquisas e desenvolvimento – P&D.

A tabela abaixo mostra os nossos principais indicadores financeiros consolidados e operacionais nos períodos indicados:

(valores em R$ mil, exceto os percentuais)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2017	**2016**	**2015**
Receita líquida	1.715.443	1.440.779	1.060.195
- Brasil	838.195	649.449	468.919
- Mercado Externo	877.248	791.330	591.276
Lucro Bruto	534.617	467.930	359.189
Margem Bruta (1)	31,2%	32,5%	33,9%
EBITDA (2)	389.824	316.534	187.935
Margem EBITDA (3)	22,7%	22,0%	17,7%
Lucro líquido	237.179	159.972	75.892
Margem Líquida (4)	13,8%	11,1%	7,2%
Empréstimos e Financiamentos – Circulante	136.725	119.218	136.163
Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante	170.373	265.916	212.924
Dívida Financeira Líquida (5)	222.874	310.972	274.845
Retorno sobre o capital investido – ROIC (6)	31,0%	25,5%	14,0%
Retorno sobre Patrimônio Líquido – ROE (7)	40,3%	34,7%	19,3%

(1) Margem Bruta significa Lucro Bruto dividido por Receita Líquida.
(2) EBITDA é definido como o Lucro Líquido do exercício acrescido de Imposto de Renda e Contribuição Social, do Resultado Líquido Financeiro e da Depreciação e Amortização, de acordo com a definição da Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012.
(3) Margem EBITDA significa EBITDA dividido por Receita Líquida.
(4) Margem Líquida significa Lucro Líquido dividido por Receita Líquida.
(5) Dívida Financeira Líquida é definida como saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), menos caixa e equivalente de caixa.
(6) O ROIC - *Return On Invested Capital* é uma medida não contábil utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, o lucro gerado pelas operações da Companhia. É calculado a partir do EBIT (Lucro antes dos Impostos e Resultado Financeiro), multiplicado por 1 (um) menos a taxa efetiva do Imposto de Renda e Contribuição social do período, dividido pela média do capital investido, a qual é representado pela soma da dívida financeira líquida média e pela média do patrimônio líquido no período.
(7) Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE significa o percentual do Lucro Líquido dividido pelo Patrimônio Líquido médio no período.

7.1.a Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a - Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 Informações sobre segmentos operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

Nossos produtos e serviços comercializados são aqueles mencionados no item 7.1 acima.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Possuímos dois segmentos reportáveis representados por Gestão de Marcas e *Private Label.* Estes segmentos, embora ofereçam produtos vinculados ao mercado de artigos esportivos, possuem estratégias diferentes e administração separada.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis:

Gestão de Marcas: consiste na gestão de marcas esportivas e de calçados, que inclui o desenvolvimento, produção e comercialização de calçados, confecções e acessórios, por meio de licença para a produção e comercialização, tendo hoje como principais clientes deste segmento as marcas Fila e Umbro.

Private Label: consiste na produção de calçados e confecções para nossos Clientes de *Private Label*.

Outros: consiste na atividade de varejo, nos formatos de "*outlet stores*" ou lojas de fábricas e "*concept stores*" ou lojas-conceito e gerenciamento de *royalties* sobre licenciamentos, entre outros. Nenhuma destas atividades atingiu os limites quantitativos para serem reportados separadamente como segmentos operacionais em nossas nas demonstrações financeiras.

Incentivos fiscais representados por subvenções para investimentos estaduais e federais não são alocados aos segmentos por serem concedidos à Companhia em determinadas regiões incentivadas, independentemente das atividades exercidas e dos segmentos operacionais.

Os ativos e passivos da Companhia não são segregados por segmento, uma vez que servem a todos os segmentos operacionais reportáveis sem distinção.

2017	Gestão de Marcas	*Private Label*	Total segmentos reportáveis	Subvenções para investimentos	Outros	Total
Receita operacional bruta - Brasil	430.782	547.589	978.371			
Receita operacional bruta - Mercado externo	299.957	644.010	944.567			
Receita operacional bruta	**730.739**	**1.191.599**	**1.922.338**		**32.423**	**1.954.762**
Deduções da receita bruta	(160.970)	(162.799)	(323.769)	90.729	(6.279)	(239.319)
Receita líquida	**569.769**	**1.028.800**	**1.598.569**	**90.729**	**26.144**	**1.715.443**
Participação na Receita Líquida	33,2%	60,0%	93,2%	5,3%	1,5%	100,0%

2016	Gestão de Marcas	*Private Label*	Total segmentos reportáveis	Subvenções para investimentos	Outros	Total
Receita operacional bruta - Brasil	353.017	414.204	767.221			
Receita operacional bruta - Mercado externo	315.795	564.833	880.628			
Receita operacional bruta	**668.812**	**979.037**	**1.647.849**		**31.476**	**1.679.325**
Deduções da receita bruta	(150.274)	(157.708)	(307.982)	76.120	(6.684)	(238.546)
Receita líquida	**518.538**	**821.329**	**1.339.867**	**76.120**	**24.792**	**1.440.779**

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Participação na Receita Líquida	36,0%	57,0%	93,0%	5,3%	1,7%	100,0%

2015	**Gestão de Marcas**	***Private Label***	**Total segmentos reportáveis**	**Subvenções para investimentos**	**Outros**	**Total**
Receita operacional bruta - Brasil	338.077	213.404	551.480			
Receita operacional bruta - Mercado externo	367.516	286.027	653.543			
Receita operacional bruta	**705.593**	**499.431**	**1.205.023**		**29.461**	**1.234.484**
Deduções da receita bruta	(149.759)	(69.483)	(219.242)	49.946	(4.995)	(174.290)
Receita líquida	**555.834**	**429.948**	**985.782**	**49.946**	**24.466**	**1.060.195**
Participação na Receita Líquida	52,4%	40,6%	93,0%	4,7%	2,3%	100,0%

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Conforme dados da tabela abaixo.

Em mil R$		Gestão de Marcas	*Private Label*	Total segmentos reportáveis	Subvenções para investimentos	Outros	Total
Resultado líquido	**2017**	32.956	77.298	**110.254**	108.631	18.294	**237.179**
% Part. Lucro da Companhia		13,9%	32,6%	**46,5%**	45,8%	7,7%	**100,0%**
Resultado líquido	**2016**	14.485	50.292	**64.777**	79.180	16.015	**159.972**
% Part. Lucro da Companhia		9,1%	31,4%	**40,5%**	49,5%	10,0%	**100,0%**
Resultado líquido	**2015**	-25.557	41.109	**15.552**	50.411	9.929	**75.892**
% Part. Lucro da Companhia		-33,7%	54,2%	**20,5%**	66,4%	13,1%	**100,0%**

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.3 Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do Processo de Produção

Processo Produtivo

Calçados esportivos

Nossas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) têm papel fundamental na nossa estratégia, e por isso, visamos o desenvolvimento de tecnologias inovadoras para aplicação nos calçados, confecções e materiais esportivos. Nossas inovações, tanto de produtos quanto de processos, são fundamentais, uma vez que somos responsáveis pela concepção, desenvolvimento e fabricação no Brasil das marcas Fila e Umbro, além de provermos soluções industriais para nossos Clientes Private Label.

Alinhado aos mais elevados padrões de qualidade conhecidos no segmento, acreditamos que o *Dass Creation Center* (DCC) é um dos principais centros de desenvolvimento de calçados da América Latina. Nele realizamos constantemente pesquisas e testes em busca de inovações tecnológicas. Além disso, o DCC proporciona um ambiente inspirador para criação e desenvolvimento de produtos.

Nos últimos anos tivemos um avanço considerável com relação à tecnologia aplicada ao nosso processo produtivo e aos produtos, bem com aos equipamentos que utilizamos, o que resultou no aumento de nossa vantagem competitiva e no ganho de eficiência em nossos processos. Neste sentido, podemos destacar os seguintes itens:

- Nosso laboratório de biomecânica instalado no DCC, no qual é possível averiguar o desempenho de diferentes tecnologias aplicadas aos produtos, garantindo um bom desempenho e um menor índice de retrabalho;

- Aquisição de máquinas para verticalização do nosso processo, resultando em ganhos de escala e consequente redução do custo de produção;

- Desenvolvimento de automação das atividades por meios de robôs colaborativos aumentando a precisão nos movimentos, diminuindo custos, retrabalhos e garantindo qualidade dos produtos;

- Desenvolvimento de novas técnicas de frequência/serigrafia/costura que proporciona ganhos de qualidade, produtividade e redução de custos;

- Desenvolvimento de processo para adaptação de produto desenvolvido no exterior.

Adquirimos a matéria prima necessária para nossa produção primordialmente no mercado brasileiro, em percentual que varia entre 70% e 80%, dependendo da variação cambial no valor da matéria prima no exterior. As compras de matéria prima são realizadas com base no volume de uma coleção ou de um período, levando-se em conta a necessidade de produção e buscando garantir assim menores custos.

Produção Calçados

A produção de calçados esportivos possui diversas etapas de produção, quais sejam: corte, serigrafia, alta frequência, costura, pré-fabricação e montagem.

De acordo com programação da produção, as matérias primas são separadas no setor de almoxarifado e enviadas para os setores de produção.

O processo de produção de calçados inicia-se no “setor de corte”, no qual os materiais, tais como sintéticos, nylons, telas, espumas, couraça de peças como a gáspea, lingueta, traseiro, biqueira, laterais e as palmilhas dos calçados são cortados com navalhas, em linha de produção,

Posteriormente, o calçado passa pelo setor de chanfração, por meio do qual são reduzidas as espessuras das bordas das peças laterais e traseiras sobrepostas do calçado.

Em seguida, o calçado vai para o “setor de serigrafia”, no qual são estampadas nas peças imagens e cores, utilizando tintas e telas.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

No “processo de alta frequência”, utilizam-se matrizes de alta frequência para prensar o PVC ao material sintético do calçado. Referido processo consiste na aplicação de materiais de PVC de alto relevo, que servem como efeito ou arte nas peças sintéticas.

Após passar por todos os processos acima descritos, o material passa para o “setor de costura” onde são costuradas as peças umas nas outras, quais sejam, a lingueta, o espelho, a biqueira e o traseiro, passando a dar formato ao calçado.

Os componentes do solado (produzido na unidade fabril de Vitória da Conquista), conforme abaixo descritos, passam pelo “setor de pré-fabricado”. Nesta etapa, ocorre a junção da sola e entressola, utilizando adesivos, solventes e equipamentos de prensa.

Em seguida, o cabedal (peça superior do calçado) costurado e o solado passam para o processo de montagem. Neste processo, o cabedal é conformado, utilizando uma forma para conformar o traseiro e ensacar o calçado.

Na etapa seguinte, são utilizados adesivos e solventes para colagem do cabedal e da sola, e equipamentos para prensar e desenformar o calçado.

Finalizando o processo produtivo, o produto passa pela inspeção de qualidade. Em seguida, o produto é embalado, encaixotado e expedido para setor de expedição da respectiva unidade.

Abaixo fluxograma das atividades:

Todo nosso processo de produção de calçados, do início ao fim é realizado em torno de 5 dias para as unidades fabris do Brasil.

Produzimos calçados esportivos relacionados a diferentes segmentos do mercado de calçados:

Categorias de Calçados Esportivos	% do Mercado	Dass
Corrida	26%	✓
Casual	47%	✓
Futebol	6%	✓
Esportes /Fitness/ Training[1]	21%	✓

Produção Solados

O solado é composto principalmente por dois componentes: borracha e EVA (Etil Vinil Acetato), um composto derivado de produto petroquímico, sendo que ambos passam por diferentes processos produtivos, explicados abaixo.

(i) Solados de Borracha

O processo de produção de solas de borracha inicia-se com a separação e a pesagem das matérias-primas, conforme as especificações técnicas da formulação do produto. Em seguida, os materiais são colocados

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

em um bamburi (espécie de moinho), onde são misturados. A mistura passa por um sistema de cilindros, deixando a massa na textura e espessura necessárias, transformando-a em placas de borracha crua.

Posteriormente, as placas passam para o setor de corte, onde são recortadas com navalhas no formato do modelo da sola. Na etapa seguinte, os recortes passam pelo setor de vulcanização, quando são prensados em moldes/matrizes em equipamentos de alta temperatura e pressão, formando a sola de borracha.

(ii) Entressola de EVA

Na entressola de Eva existem dois processos produtivos: EVA injetado e EVA conformado.

- No processo da entressola de EVA injetado, os materiais são separados, pesados e misturados. Essa mistura é injetada em moldes/matrizes utilizando equipamentos de alta temperatura e pressão, formando a entressola de EVA injetado.
- O processo da entressola de EVA conformado é semelhante ao processo de produção de solas de borracha. O material é separado, pesado conforme a especificações técnicas da formulação do produto. Em seguida, os materiais são colocados em um bamburi, onde são misturados. A mistura passa por um sistema de cilindros, deixando a massa na textura e espessura necessárias transformando-a em placas cruas. Na etapa seguinte, as placas passam pelo processo de vulcanização, quando são prensadas, lixadas e divididas na espessura solicitada.

Após o processo de vulcanização, as placas seguem para o setor de corte, onde são cortadas e lixadas, adquirindo o formato e tamanho corretos. Em seguida, ocorre o processo de conformação, no qual as peças são conformadas dentro de moldes/matrizes no formato da entressola.

Depois de finalizados todos os processos de produção da borracha, EVA injetado e EVA conformados, os produtos são separados, embalados e transferidos para as unidades montadoras de calçados.

Abaixo fluxograma das atividades:

Produção Vestuário/Confecção

A confecção de vestuário passa por diversas etapas, quais sejam: corte, transferência, estamparia, *termo transfer*, bordado, aviamento, costura e acabamento.

Conforme a programação da produção, as matérias-primas são separadas no almoxarifado e enviadas para os setores de corte e aviamento.

O setor de corte recebe os rolos de tecido do almoxarifado e abre os tecidos em infestos/camadas, conforme os lotes de produção. Posteriormente, os tecidos são levados para o processo de corte, utilizando equipamentos de programas automatizados.

Em seguida, de acordo com as especificações da ficha técnica do produto, as peças podem passar pelos processos de transferência, estamparia, *termo transfer* e bordado.

No setor de transferência, é aplicado com folhas de sublimação em cima das peças de tecido, cujo objetivo é aplicar a arte ao tecido conforme especificações do produto. Por exemplo, na confecção das camisas do time Botafogo, em cima do tecido branco aplicam-se as listras pretas, sendo estas listras pretas objeto da arte. Em seguida, as peças são encaminhadas à estamparia, onde, utilizando-se de telas e tintas à base de água, aplicam-se estampas pelo processo *silkscreen*.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Outro processo de acabamento do produto é o "*termo transfer*". Neste processo, aplica-se a arte ao tecido utilizando-se de equipamentos de calor e tintas à base de água.

Feito isso, e dependendo do modelo, as peças passam pelo setor de bordado, onde, através da utilização de equipamentos computadorizados e de alta tecnologia, é efetuado o bordado nas peças de tecido.

Depois de terem passado pelos processos acima descritos, as peças seguem para o setor de aviamento. Neste processo, juntam-se as peças de tecido com o restante de matérias/aviamentos, conforme especificações da ficha técnica do produto. Em seguida as peças passam pelo processo de costura.

Depois da costura, as peças seguem para o processo de acabamento, onde são feitos os arremates, e inspeção de qualidade. Por fim, o produto é embalado e expedido para expedição da unidade produtiva.

Abaixo fluxograma das atividades:

Todo nosso processo de produção de confecções do início ao fim leva em torno de 10 dias para as unidades fabris de Santa Catarina e, para as unidades fabris da Bahia leva em torno de 5 dias.

Em todas as nossas unidades fabris são aplicados o controle de qualidade de forma amostral, garantindo a qualidade do produto na fonte e mitigando o risco de envio de produtos com defeito ao mercado. Corroborando com isto, nossos índices de devolução junto aos Clientes Private Label estão abaixo das metas estipuladas.

A tabela abaixo indica as nossas unidades fabris e os seus respectivos produtos:

Unidades Produtivas	Descrição do Produto
BRASIL	
Venâncio Aires – RS – Dass Sul Calçados e Art Esport Ltda.	Calçados
Venâncio Aires – RS – Ranee Indústria e Comércio Ltda.	Confecção
Ivoti – RS – Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Calçados / Protótipos
Ivoti – RS – Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Calçados
Itapipoca – CE – Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Calçados
Santo Estevão – BA – Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Calçados
Itaberaba – BA – Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Calçados
Vitória da Conquista – BA – Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Componente para calçados
Vitória da Conquista – BA – Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Confecção
Saudades – SC – Dass Sul Calçados e Art Esport Ltda.	Confecção
Saudades – SC – Ranee Indústria e Comércio Ltda.	Confecção
Pinhalzinho – SC – Ranee Indústria e Comércio Ltda.	Confecção
São Carlos – SC – Ranee Indústria e Comércio Ltda.	Confecção
Campo Erê – SC – Ranee Indústria e Comércio Ltda.	Confecção
ARGENTINA	
Eldorado - Prov. Missiones– Dass Eldorado SRL	Calçados
Coronel Suarez – Prov. Buenos Aires - Dass Suarez S.A.	Calçados

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Além das unidades fabris relacionadas, somos controladores em conjunto da empresa Gravasul Projetos e Matrizes Ltda. que está localizada na Cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, sendo ela responsável pela fabricação de moldes, matrizes e componentes para calçados.

Pelas características do nosso processo de produção, em que a capacidade de cada setor é medida em minutos produtivos e não de unidades de produtos, não é trivial indicar um número específico de capacidade ociosa. Dependendo das características dos produtos de nossas coleções, a capacidade produtiva máxima em pares de calçados estará vinculada a certo setor produtivo (gargalo de produção), sendo analisados nossos setores de produção de compostos, injeção de EVA, injeção de termoplásticos, prensas de borracha e EVA, pré-fabricado (montagem de sola), pintura, corte, costura, serigrafia, bordado, montagem.

Vale destacar que nossa operação está coberta por seguros que cobrem os principais riscos que atualmente temos. Para maiores informações sobre nossos seguros, ver seção 7.9 deste Formulário de Referência.

(b) Características do processo de distribuição

Nossas atividades de produção e distribuição são monitoradas por um eficiente sistema eletrônico que integra os dados de produção, estoque, pedidos de clientes e despacho de produtos em tempo real, permitindo o atendimento de nossos clientes com rapidez e eficiência. No ano de 2017, produzimos e distribuímos cerca de 18 milhões de pares de calçados e 6 milhões de peças de confecção em nosso parque fabril.

Nossa estratégia é essencialmente distribuir para os mercados internos nos países onde produzimos, por isso as vendas ao mercado externo (exceto Argentina) não são relevantes, representando em 31 de dezembro de 2017, 1,9% da nossa receita líquida.

Gestão de Marcas:

No segmento de Gestão de Marcas, no mercado brasileiro, utilizamos terceiros (representantes comerciais) para a distribuição de nossos produtos, que são em geral pessoas jurídicas contratadas com remuneração composta por uma comissão paga sobre o faturamento mensal. O principal modal de distribuição de nossos produtos é o terrestre. Trabalhamos com transportadoras especializadas de cada uma das regiões do país em que atuamos e temos como principais origens de saída de mercadoria e produtos as unidades sediadas na cidade de Saudades, no Estado de Santa Catarina, cidade de Itapipoca, no Estado do Ceará e nas cidades de Vitoria da Conquista e de Santo Estevão, ambas no Estado da Bahia. O envio ocorre através de transportadoras rodoviárias diretamente aos clientes ou até pontos estratégicos como São Paulo, onde então as mercadorias são transportadas aos seus destinos finais de entrega nos demais Estados.

Em 31 de dezembro de 2017, contávamos com 44 representantes comerciais que atendiam nosso segmento de Gestão de Marcas no Brasil.

A distribuição do nosso e-commerce tem como origem de saída as mesmas listadas acima, mas sendo encaminhados diretamente aos seus destinos finais, nossos consumidores, via transportadoras rodoviárias ou via Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT).

Na Argentina, nossas vendas são realizadas por meio de vendedores próprios. O abastecimento do mercado é realizado via produção (i) no próprio país; ou (ii) por importações do Brasil e da Ásia. Em Buenos Aires, temos um centro de distribuição que consolida as mercadorias produzidas e importadas e a distribui via transporte terrestre aos clientes.

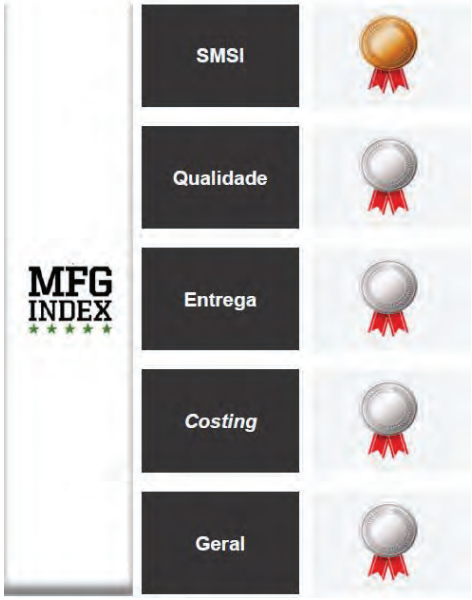
No caso da América Latina, fazemos nossa distribuição a partir de nossa operação própria do Peru, de nossos distribuidores ou de nossos sublicenciados. O abastecimento destes mercados pode ser realizado a partir do Brasil, da Argentina ou da Ásia, através de nossa operação de *outsourcing*.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Private Label:

No segmento de Private Label somos responsáveis pelo envio da mercadoria terminada até o centro de distribuição determinado pelo Cliente *Private Label*, transferindo a este a responsabilidade sob a mercadoria, ou seja, a comercialização da mercadoria com o varejo e demais canais é responsabilidade do cliente *Private Label*. Esse modelo é utilizado tanto para o Brasil quanto para a Argentina. As mercadorias são encaminhadas periodicamente de nossas unidades fabris nas cidades de Itapipoca, no Ceará, Santo Estevão, Itaberaba e Vitória da Conquista, na Bahia e Saudades, no estado de Santa Catarina, no Brasil e, nas cidades de Eldorado e Coronel Suarez na Argentina.

No segmento de *Private Label*, precisamos cumprir certos controles de qualidade e profissionalização. Nesse sentido, possuímos a seguinte avaliação de um dos nossos clientes de referido segmento operacional:



(c) Características dos mercados de atuação

Subvenções e assistência governamental

Somos beneficiária de subvenções e assistências governamentais, as quais se encontram registradas contabilmente em conformidade com o pronunciamento CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

Nossos incentivos fiscais incidem sobre o saldo devedor, principalmente de ICMS, e nos beneficiamos com a redução do ICMS devido entre 25% a 99% dependendo do Estado do Brasil onde está localizada a Companhia.

Nós e nossa controlada Dass Sul usufruímos dos incentivos fiscais por meio de programas estaduais e federais, conforme a seguir descritos. Os incentivos fiscais que nos beneficiam têm prazos determinados, no entanto não tivemos, nos últimos anos, dificuldade para prorrogá-los.

Considerações aos incentivos fiscais de ICMS

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A constitucionalidade dos incentivos fiscais estaduais que usufruímos está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal e, caso sejam considerados inconstitucionais, não podemos descartar a possibilidade de que sejam desconstituídos e que as Fazendas Estaduais venham a exigir valores de ICMS.

Importante ressaltar que, diante da publicação da LC 160/17 e do Convênio CONFAZ 190, poderá haver convalidação dos benefícios fiscais de ICMS anteriormente concedidos, sendo que, no caso das atividades industriais, a prorrogação pode chegar a até 15 anos. A convalidação prevista estará sujeita às futuras regulamentações a serem editadas pelos Estados.

A Lei Complementar n.º 160 ("Lei Complementar 160"), foi publicada em 8 de agosto de 2017 e trouxe maior segurança jurídica em relação aos benefícios fiscais que usufruímos e abaixo citados, pois autorizou que, mediante celebração de convênio, os Estados e o Distrito Federal efetivassem a convalidação de incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais de ICMS, unilateralmente concedidos até a sua publicação, mediante a remissão dos respectivos créditos tributários, bem como permitissem a sua reinstituição ou prorrogação de vigência.

Regulamentando a Lei Complementar n.º 160, sobreveio o Convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ n.º 190, de 15 de dezembro de 2017 ("Convênio ICMS 190"), que estabeleceu as condições e procedimentos para que as unidades federativas, em relação aos incentivos e benefícios instituídos até 8 de agosto de 2017, formalizem a remissão dos respectivos créditos tributários, permitindo ainda que os estados e o Distrito Federal reinstituam ou prorroguem aqueles ainda em vigor na data de publicação do convênio, fixando prazo máximo de vigência para esses incentivos ou benefícios fiscais.

São condições para a convalidação e reinstituição dos incentivos e benefícios fiscais e financeiros-fiscais, que a respectiva unidade da federação: (i) publique, em Diário Oficial, a relação de todos os atos normativos relativos aos incentivos e benefícios fiscais; e (ii) efetuem o registro e o depósito, no CONFAZ, da documentação comprobatória correspondente aos atos concessivos dos incentivos e benefícios fiscais, inclusive os correspondentes atos normativos.

Cumpridas essas condições nos prazos estabelecidos, os Estados poderão prorrogar ou reinstituir os incentivos e benefícios fiscais com prazo máximo até: (i) 31 de dezembro de 2032, quanto àqueles destinados ao fomento das atividades agropecuária e industrial, inclusive agroindustrial, e ao investimento em infraestrutura rodoviária, aquaviária, ferroviária, portuária, aeroportuária e de transporte urbano; e (ii) 31 de dezembro de 2025, quanto àqueles destinados à manutenção ou ao incremento das atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio internacional, incluída a operação subsequente à da importação, praticada pelo contribuinte importador.

Assim, as subvenções concedidas pelos Estados do Ceará e da Bahia, bem como o crédito presumido de ICMS concedido à atividade têxtil pelo Estado de Santa Catarina, poderão ser prorrogados até 31 de dezembro de 2032. Já o crédito presumido concedido pelo Estado de Santa Catarina às importações realizadas pela Companhia neste estado poderá ser prorrogada até 31 de dezembro de 2025

Incentivos Fiscais relativos ao ICMS

Ceará

Os incentivos concedidos pelo Estado do Ceará descritos abaixo fizeram parte da conta de reserva de incentivos fiscais e, consequentemente, não puderam ser objeto de distribuição de dividendos.

- **PROVIN-** (Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial): Trata-se de um programa de incentivo do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI). O referido benefício consiste no diferimento de 75% do valor do ICMS a pagar sobre a operação de produção própria de calçados. Ao cumprir os requisitos legais, do valor de cada parcela do benefício (ou seja, 75% do diferimento), faz-se necessário o pagamento de 1% no prazo de 60 meses do vencimento do ICMS, corrigido pela TJLP ("Programa de Incentivo FDI"). Esse incentivo está previsto no Decreto n.º 32.438, de 8 de dezembro de 2017 a nós concedido através do contrato n.º 330246 e seus aditivos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

e o prazo de fruição encerra-se em 2024. Possuímos a concessão deste benefício para a produção de calçados na unidade estabelecida em Itapipoca, Estado do Ceará.

Além do diferimento no pagamento do ICMS acima mencionado, o Programa de Incentivo FDI também prevê o diferimento do ICMS devido em decorrência das operações de compras de insumos e importados adquiridos no Estado do Ceará, bem como o diferimento do ICMS incidente nas importações de máquinas e equipamentos para compor o ativo permanente da Companhia.

Bahia

Os incentivos concedidos pelo Estado da Bahia descritos abaixo fizeram parte da conta de reserva de incentivos fiscais e, consequentemente, não puderam ser objeto de distribuição de dividendos.

- **PROCOMEX** (Programa de Incentivo ao Comércio Exterior): Trata-se de programa de incentivo fiscal que tem por objetivo estimular as exportações de produtos fabricados no Estado da Bahia ("Programa de Incentivo PROCOMEX"). O Programa de Incentivo PROCOMEX consiste no crédito de ICMS de 5% do valor FOB das exportações de calçados e confecções produzidas nas unidades incentivadas. Atualmente, o benefício abrange todas as unidades localizadas no Estado da Bahia.
- **PROBAHIA**: Trata-se de uma subvenção de investimentos concedido pelo Estado da Bahia, que consiste no crédito presumido de ICMS equivalente a 90% do débito mensal apurado sobre as saídas de produção de confecções e de 99% do débito mensal nas saídas de produção de calçados. O crédito presumido é tomado em substituição aos créditos relativos às entradas. Dessa forma, os valores das entradas de estoques são reconhecidas integralmente sem o destaque do ICMS na entrada e posteriormente transferidos para o custo dos produtos vendidos em contrapartida ao reconhecimento da receita.

  O incentivo também prevê o diferimento nas aquisições de insumos importados e adquiridos no Estado da Bahia, tais como matérias-primas, componentes e embalagens, bem como o diferimento do ICMS incidente sobre as aquisições de máquinas e equipamentos importados necessários à produção e destinados a integrar o ativo fixo da Companhia.

  Atualmente, o benefício abrange todas as unidades localizadas no Estado da Bahia sendo as atuais resoluções que concederam o benefício: Resolução 39/2015 com vigência até 2024, Resolução 40/2015, com vigência até 2026 e 41/2015 com vigência até 2028.
-

Santa Catarina

Até 31 de dezembro de 2017, os incentivos fiscais de Santa Catarina não eram considerados subvenções de investimento e, portanto, eram tributados normalmente e serviram de base para distribuição de dividendos. Atualmente, os benefícios descritos integram a conta de reserva de incentivos fiscais e, consequentemente, a partir do exercício de 2018, referidos valores não podem ser objeto de distribuição de dividendos.

- **TTD Importados (Tratamento Tributário Diferenciado Importados):** Trata-se de programa de incentivo fiscal que tem como objetivo incrementar investimentos, empregos e renda no Estado de Santa Catarina, direta ou indiretamente, com a atividade portuária e aeroportuária ("TTD Importados"). O benefício concede diferimento do ICMS devido por ocasião do desembaraço aduaneiro de mercadoria importada pelo próprio estabelecimento, para fins de comercialização, para a etapa seguinte a da entrada no estabelecimento importador. Fica concedido o crédito presumido nas saídas de mercadorias importadas do exterior, que varia de 64,00% a 78,82%.

  O TTD Importados prevê a utilização de crédito presumido de 75% sobre diferencial de alíquota do Estado de origem sobre saídas para não contribuintes alíquota de 4%, bem como o pagamento

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

de 1% de ICMS no desembaraço a título de garantia. Esse ICMS é creditado na entrada da mercadoria no estabelecimento. Esse benefício foi concedido para à Dass Sul através do TTD n.º 125000001696149, sem prazo de vigência.

- **TTD Têxtil (Tratamento Tributário Diferenciado Têxtil).** Trata-se de programa de incentivo fiscal que tem como objetivo incrementar investimentos, empregos e renda no Estado de Santa Catarina, direta ou indiretamente, com a atividade têxtil ("TTD Têxtil"). O benefício concede crédito Presumido de ICMS, em substituição aos créditos efetivos do imposto, nas saídas de artigos têxteis produzidos pelo estabelecimento industrial. O incentivo está previsto no Decreto 2.870/01 do Regulamento do ICMS de Santa Catarina (art. 21, Anexo II). A Dass Sul poderá beneficiar-se de crédito presumido de ICMS que varia entre 25,0% e 82,35%, a depender da alíquota original aplicável à operação. Esse benefício foi concedido à Dass Sul através do TTD n.º 115000000768745, sem prazo de vigência.

  A Dass Sul, ao optar pelo crédito presumido deverá estornar o crédito de ICMS relativo às entradas de mercadorias por pelo menos 12 meses consecutivos, utilizando o crédito presumido em substituição à tomada de créditos normal.

Incentivos Fiscais Federais

As subvenções para os investimentos federais correspondem ao "incentivo do lucro da exploração" previsto na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 267/2002 ("IN 267/2002") e alterações posteriores. As subvenções correspondem à redução de 75% do imposto de renda incidente sobre os lucros dos nossos empreendimentos instalados nos Estados do Ceará e Bahia, calculado com base no lucro da exploração e estão concedidos em nossas unidades descritas a seguir.

Laudo Constitutivo SUDENE nº	Unidade Beneficiada	Setor	Prazo
0051/2014	Itapipoca - CE	Fabricação de calçados	2023
0158/2017	Vitória da Conquista - BA	Fabricação de calçados	2026
0159/2017	Vitória da Conquista - BA	Fabricação de confecções	2026
0121/2011	Santo Estevão - BA	Fabricação de calçados	2020
0174/2017	Itaberaba - BA	Fabricação de calçados	2026

Para usufruir tal incentivo fiscal, devemos atender a determinadas obrigações, quais sejam: (a) cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (b) apresentação anual da declaração de rendimentos da pessoa jurídica, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício; (c) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto de renda que deixou de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a empresa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimentos e das penalidades cabíveis; (d) fornecimento tempestivo, das informações necessárias à avaliação dos incentivos fiscais na região, mediante participação da pesquisa anual sobre os incentivos fiscais promovida pela SUDENE; e (e) apresentação anual da certidão de regularidade fiscal em relação aos tributos federais e da certidão negativa de débito para a previdência social, acompanhada da prova documental de contabilização do valor resultante da redução do imposto, em conformidade com a legislação vigente, bem como a sua utilização para absorção de prejuízo ou aumento de capital, quando for o caso, e da indicação do valor da redução em atividade ligada à produção.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Nos termos da IN 267/2002, os benefícios descritos acima devem obrigatoriamente integrar a conta de reserva de incentivos fiscais e, consequentemente, referidos valores não podem ser objeto de distribuição de dividendos.

Para mais informações, ver o fator de risco "Temos incentivos fiscais estaduais e federais e a suspensão, o cancelamento ou a não renovação de tais incentivos, bem como alterações na legislação tributária, podem causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais." na Seção 4.1, item "h" deste Formulário de Referência.

Visão Geral do Setor

Desenvolvemos, produzimos e comercializamos artigos esportivos, com destaque para calçados, confecções e acessórios. As Divisões de negócio de calçados e confecções esportivas são diretamente afetadas pela ocorrência e mudanças nos setores têxtil, calçadista e de confecções, por serem ligadas ao setor de vestuário.

Tais setores passaram por importantes transformações em seus padrões de produção, consumo e concorrência nas duas últimas décadas, sendo que além do custo do produto, fatores como a qualidade, design e prazos de entrega tornaram-se diferenciais de competitividade.

Outro fator que tem estimulado a indústria de artigos esportivos é a moda como fator de diferencial de produtos, causando a criação de novos mercados, nichos e tendências, bem como influenciando a capacidade das empresas em captar os sinais de mercado como um dos atributos cada vez mais importantes na determinação do sucesso de lançamentos e geração de valor.

Consequentemente, as empresas detentoras de marcas consagradas orientam cada vez mais suas atividades em direção a etapas de maior valor agregado da cadeia produtiva, como o design, organização da produção e marketing, visando competir por aspectos como diferenciação de produto e conquista de nichos específicos de mercado. Esse comportamento segue também uma tendência dos consumidores na busca por roupas e calçados com marcas, funcionalidades e significados específicos, onde não necessariamente preços baixos determinam a decisão de compra.

Dessa forma, aumenta significativamente a importância dos desejos e limites financeiros do consumidor final como guia fundamental da estratégia competitiva de mercado. As recentes mudanças no topo da cadeia, como a perda de competitividade dos mercados produtores tradicionais e a introdução de novos tecidos, tecnologias e métodos de produção vêm gerando profundas mudanças nas estratégias dos players mundiais.

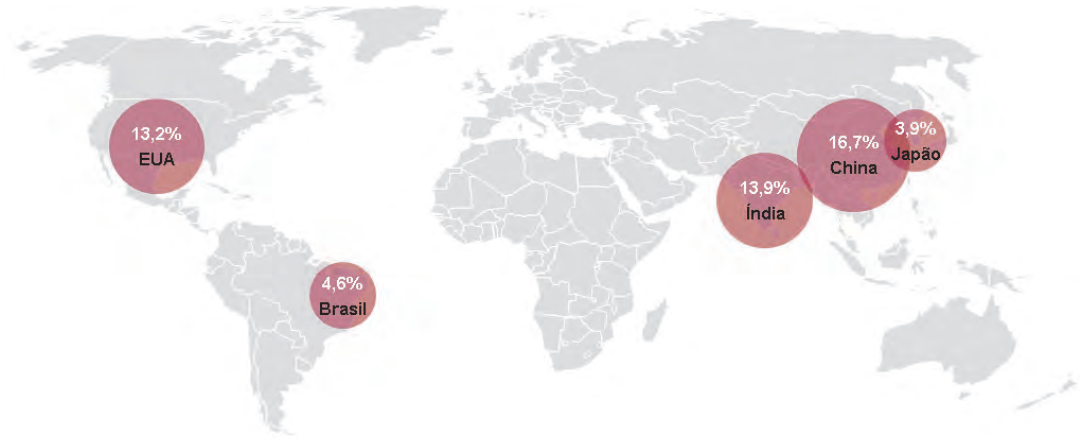
Mercado mundial

Segundo a Abicalçados, o consumo mundial de calçados atingirá 19,1 bilhões de pares em 2017, um aumento de 7.3% em relação a 2014. A produção mundial deverá atingir 21.4 bilhões de pares, um aumento de 6.5% em relação ao mesmo período.

Segundo a ABICALÇADOS, em 2015, a China era a maior produtora mundial de calçados, com 55,3% de *market-share*, seguida por Índia (13,2%), Brasil (4,6%), Vietnã (4,5%) e Indonésia (3,6%), completando a lista dos cinco principais produtores mundiais de calçados.

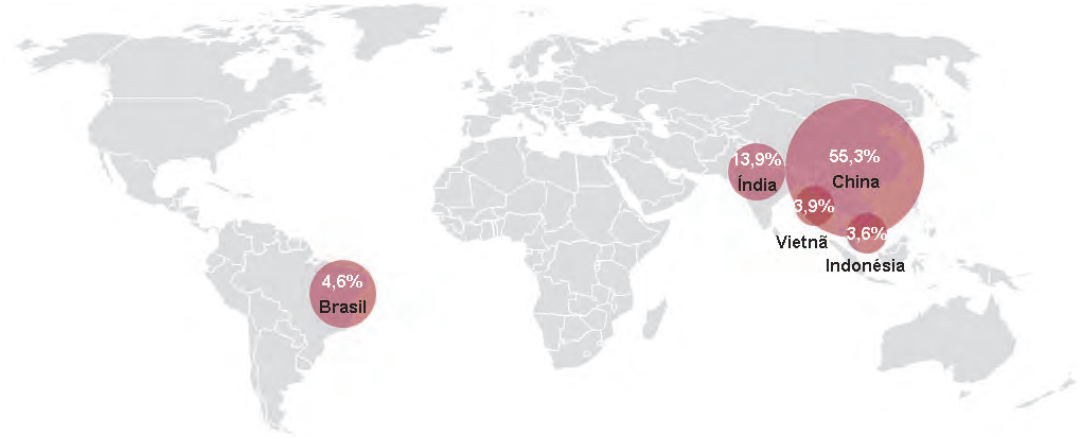
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Principais países consumidores de calçados em pares (Participação em 2015)



Em termos de volume, a China era em 2015, também o principal mercado consumidor de calçados no mundo, segundo a ABICALÇADOS, com 16,7% do mercado global, seguido por Índia (13,9%), Estados Unidos (13,2%), Brasil (4,6%) e Japão (3,9%). Hoje praticamente todo o consumo americano é abastecido pelo mercado externo e os EUA são o principal parceiro comercial do Brasil no setor calçadista. A China e a Índia, além de grandes produtores, são grandes consumidores mundiais, além disso, o Japão e o Brasil também aparecem como mercados consumidores representativos.

Principais países produtores de calçados em pares (Participação em 2015)



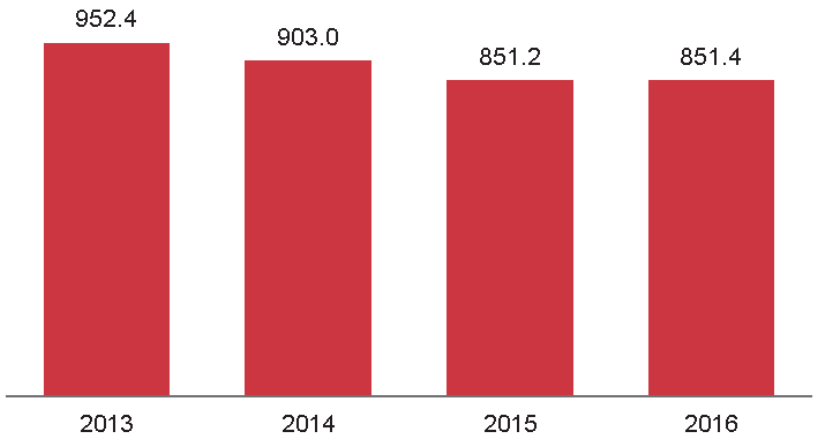
Mercado brasileiro

Ao longo da década de 70 o setor calçadista cresceu expressivamente, ganhando importância na pauta exportadora brasileira. Nos anos 80 houve um grande avanço tecnológico, a partir do crescimento da

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

representatividade da divisão de negócios de calçados esportivos. A partir dos anos de 1990, com a abertura de mercado e o crescimento da representatividade do mercado chinês no comércio mundial, as condições de produção e concorrência na cadeia produtiva de calçados foram profundamente alteradas, trazendo grandes mudanças na configuração do mercado nacional.

Evolução do consumo aparente de calçados no Brasil (milhões de pares)

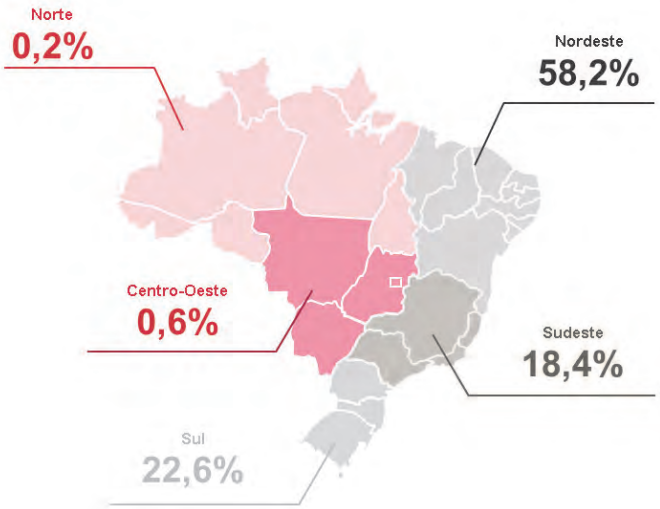


Fonte: ABICALÇADOS

Nos últimos anos, devido ao cenário macroeconômico desafiador, o consumo de calçados sofreu uma redução, passando de 952,4 milhões de pares em 2013 para 851,4 milhões de pares em 2016, segundo a ABICALÇADOS.

Segmentação da produção brasileira de calçados por região em 2016 – (% da produção de 2016)

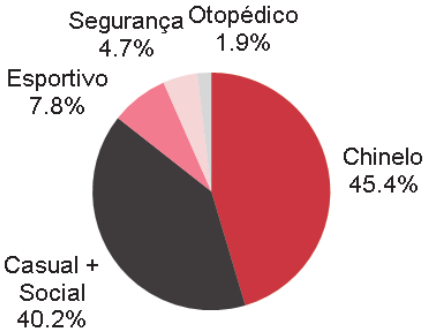
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: RELATÓRIO SETORIAL - INDÚSTRIA DE CALÇADOS DO BRASIL | 2016

Atualmente, em termos de produção regional, o Nordeste é o principal polo produtor de calçados. Dois estados são fundamentais para produção de calçados no Nordeste: Ceará e Paraíba. Juntos esses dois estados representam 84,0% da produção do Nordeste, segundo a ABICALÇADOS.

Segmentação da produção Brasileira de calçados por tipo de calçado



Fonte: RELATÓRIO SETORIAL - INDÚSTRIA DE CALÇADOS DO BRASIL | 2017

Em relação à segmentação, o mercado de chinelos representou em 2016, 45,4% da produção nacional, os sapatos casuais e sociais representaram 40,2%, enquanto o mercado esportivo cerca de 7,8%.

Segmentação da produção brasileira de calçados por sexo, em 2016.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em termos de segmentação por sexo, em 2016, 58,1% da produção de calçados possuía identificação, enquanto 41,9% era não identificada. Entre a produção identificada, 67,8% foi direcionada ao público feminino, 22,2% ao público masculino e 10,0% ao público infantil.

Ranking dos principais destinos das exportações brasileiras no setor calçadista (com base no volume de pares exportados em 2016).

País	*Market-share*	Número de pares (mi)
Paraguai	11,5%	14,5
Estados Unidos	10,5%	13,2
Argentina	7,6%	9,5
Colômbia	7,4%	9,3
França	7,1%	8,9
Bolívia	5,0%	6,3
Peru	3,8%	4,8
Israel	3,0%	3,8
Austrália	2,9%	3,7
Espanha	2,9%	3,7

Fonte: RELATÓRIO SETORIAL - INDÚSTRIA DE CALÇADOS DO BRASIL | 2017

Ranking dos principais destinos das exportações brasileiras no setor calçadista (em milhões US$, 2016).

País	*Market-share*	Milhões US$
Estados Unidos	22,2%	221,3
Argentina	11,2%	111,6
França	5,6%	56,0
Paraguai	4,7%	47,4
Bolívia	4,6%	45,5
Colômbia	4,2%	42,3
Peru	3,4%	34,3
Chile	3,3%	33,3
Reino Unido	3,1%	30,6
Austrália	1,9%	18,9

Fonte: RELATÓRIO SETORIAL - INDÚSTRIA DE CALÇADOS DO BRASIL | 2017

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em relação ao comércio exterior, em 2015, o Paraguai foi o principal destino das exportações brasileiras de calçados, em número de pares exportados, com 11,5% de market share nas exportações, seguido por Estados Unidos (10,5%), Argentina (7,6%), Colômbia (7,4%), França (7,1%) e Bolívia (5,0%). Considerando-se o valor das exportações em 2016, os Estados Unidos concentraram (22,2%) do valor, em dólares, das exportações de calçados brasileira, seguido por Argentina (11,2%), França (5,6%), Paraguai (4,7%) e Bolívia (4,6%).

A localização geográfica, mais próxima da Europa e dos Estados Unidos, principais destinos das exportações, e os custos mais atrativos da mão de obra na região Nordeste, levaram as empresas instaladas nos polos calçadistas do interior de São Paulo (Franca) e do Rio Grande do Sul (Vale dos Sinos), à busca por melhores condições de competitividade. Como meio adicional para atrair as empresas do setor, os governos estaduais (principalmente na Bahia, no Ceará e em Pernambuco), promoveram uma série de medidas de incentivos fiscais (vide item 10.1.f. para mais informações), visando obter os benefícios das elevadas taxas de geração de empregos da atividade.

Atualmente, o Brasil possui uma indústria calçadista com características próprias e que participa do mercado mundial como um país que se diferencia, tendo em vista que combina uma indústria local competitiva, com marcas fortes e de tecnologia de desenvolvimento de produtos próprios e de alta qualidade a um mercado doméstico consistente.

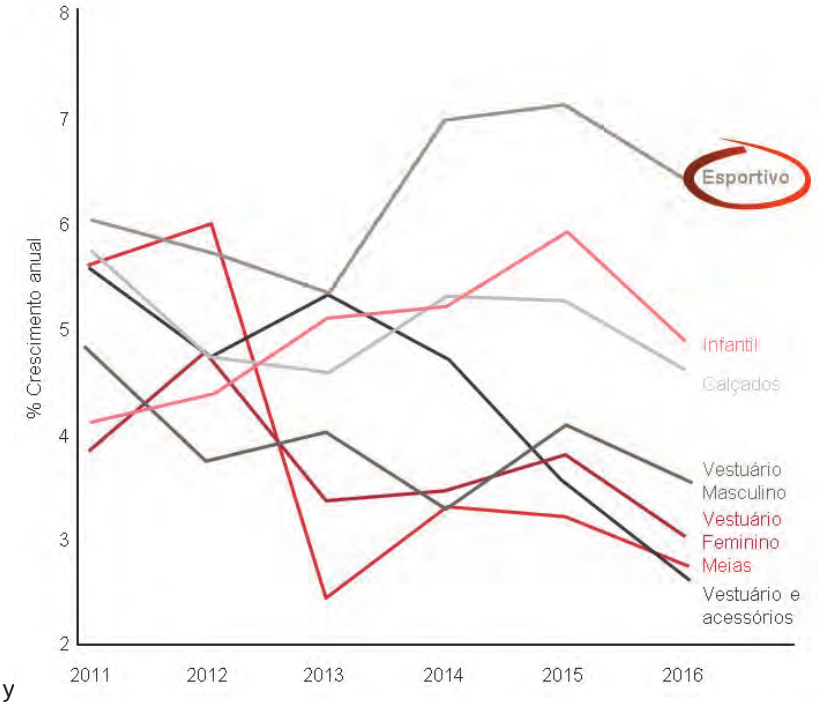
Calçados esportivos

A divisão de negócios de calçados esportivos tem se beneficiado mundialmente das tendências de hábitos saudáveis e estilo de vida mais equilibrados. A tendência de hábitos saudáveis e do bem-estar infiltrou-se em quase todas as indústrias. À medida que a saúde e a aptidão se tornam símbolos de status, os consumidores estão buscando cada vez mais os mais modernos artigos esportivos para ilustrar seus estilos de vida saudáveis, independentemente de exercitarem ou não.

Segundo a Euromonitor International, o mercado de calçados esportivos vem apresentando o maior crescimento de vendas entre os mercados de vestuário e calçados globalmente nos últimos anos, com um crescimento de 6,5% nas vendas (em USD, a valores constantes) entre 2015 e 2016.

Crescimento anual das vendas dos mercados de vestuário e calçado globalmente (% crescimento ao ano, considerando US$ constante).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: *Euromonitor International: Apparel and footwear 2017: new insights and system refresher*

Segundo a ABICALÇADOS, o setor de calçados esportivos respondeu em 2016 por 7,8% do mercado de calçados brasileiro, o que representou 74,4 milhões de pares.

Produção no mercado de calçados esportivo

Região

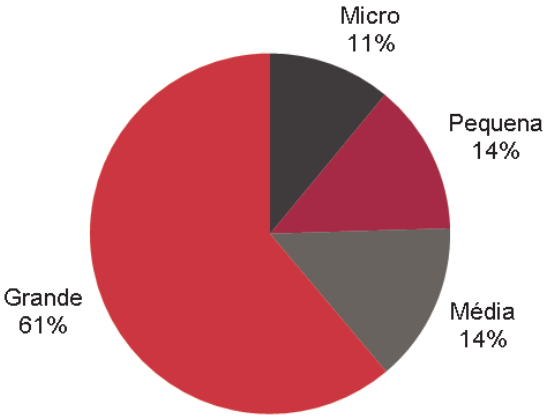
('000)	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	555	605	672	654	455
Nordeste	350.903	363.886	389.824	380.35	350.301
Sudeste	193.444	206.576	210.309	207.823	191.128
Sul	270.12	288.948	294.096	283.363	264.687
Centro-Oeste	4.029	4.322	4.794	4.621	4.397
Total	**819.051**	**864.337**	**899.694**	**876.811**	**810.969**

Fonte: *IEMI: Mercado Potencial de Calçados Esportivos*

O Nordeste é a região do Brasil com o maior volume de produção, totalizando 350.301 (43,2% da produção total do ano de 2015) mil pares no ano de 2015. Porém, a região que apresentou o maior crescimento na produção foi o Centro-Oeste, com um crescimento médio no período de 2.4%.

Porte[1]

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: *IEMI: Mercado Potencial de Calçados Esportivos*

(1) Micro: de 1 a 49 funcionários; pequena: de 50 a 249 funcionários; média: de 250 a 999 funcionários; grande: acima de 1.000 funcionários

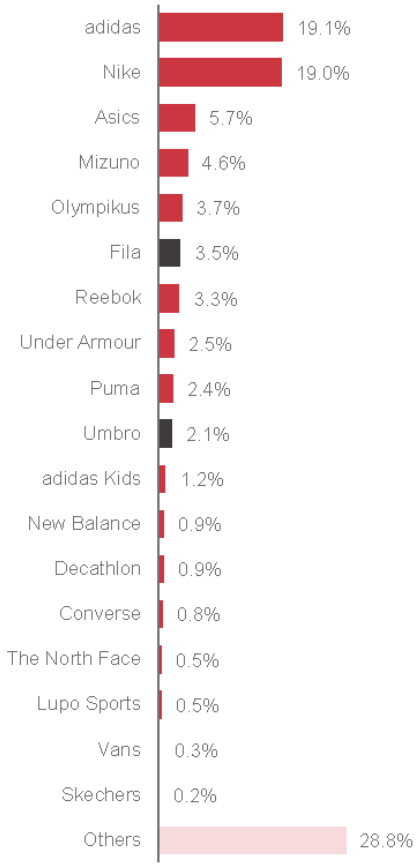
Em termos de porte, pode-se observar que empresas de Grande porte, categoria na qual a Dass se insere, concentram a maior parte da produção nacional, com 61,2% (vs. 56,2% em 2011) de participação, sendo responsável pela produção de 496 milhões de pares no ano de 2015.

Ambiente Competitivo:

O setor de artigos esportivos no Brasil e no exterior é altamente competitivo. Enfrentamos, no Brasil, concorrência de fabricantes nacionais e de produtos importados, especialmente nos segmentos de calçados esportivos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Market Share das Marcas de Artigos Esportivos em 2017 (Valor do Varejo)



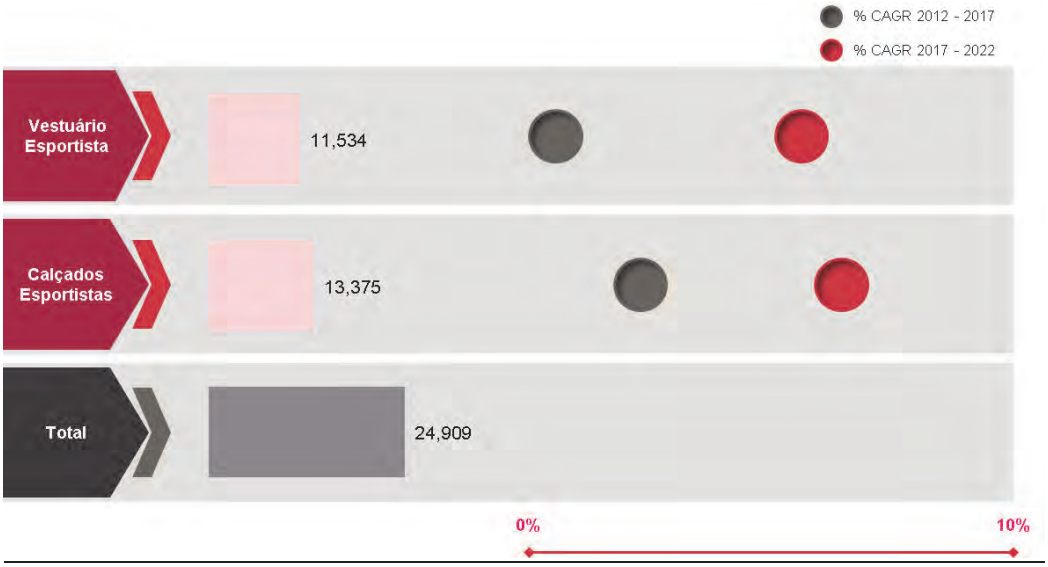
Fonte: *Euromonitor – Sportswear in Brazil - Datagraphics*

A recente crise do Brasil afetou o mercado de calçados esportivos, com consumidores muitas vezes valorizando produtos mais básicos em detrimentos de produtos mais elaborados. Nesse cenário, pudemos ver marcas locais sendo menos impactadas, dado que seus níveis de preço são usualmente menores, do que marcas internacionais. Outro fator que também favoreceu marcas com produção local foi a forte depreciação do Real contra o dólar americano, que tornou nossos produtos mais competitivos que os importados. No mercado de vestuário esportivo brasileiro, nossas marcas Umbro e Fila ocupam posição de destaque, ambas presentes entre as 10 maiores marcas do país, com a Fila possuindo *Market share* de 3,5% e a Umbro com *Market share* de 2,1%.

Adicionalmente, segundo o painel Kantar, no subsegmento de Esportes a marca Fila se destaca, possuindo um Market share de 4,3% em 31 de dezembro de 2017. Já a marca Umbro se destaca no subsegmento de Futebol, tendo apresentado um Market share de 14.4% em 31 de dezembro de 2017 e sendo, portanto, líder de mercado nesse segmento.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O Mercado Calçadista de Esportes vs. o Mercado de Vestuário de Esportes



Fonte: *Euromonitor – Sportswear in Brazil - Datagraphics*

O Mercado de calçados esportivos apresentou forte crescimento no período de 2012 a 2017, se destacando em relação ao mercado de vestuário no segmento de esportes. O mesmo é esperado que ocorra no período entre 2017 e 2022 de acordo com dados projetados pela Euromonitor. O valor total de vendas do varejo de vestuário esportista totalizou R$ 11.534 milhões, ao passo que o valor total de vendas do varejo de calçados esportistas foi de R$ 13.375 milhões.

Setor têxtil e de confecções

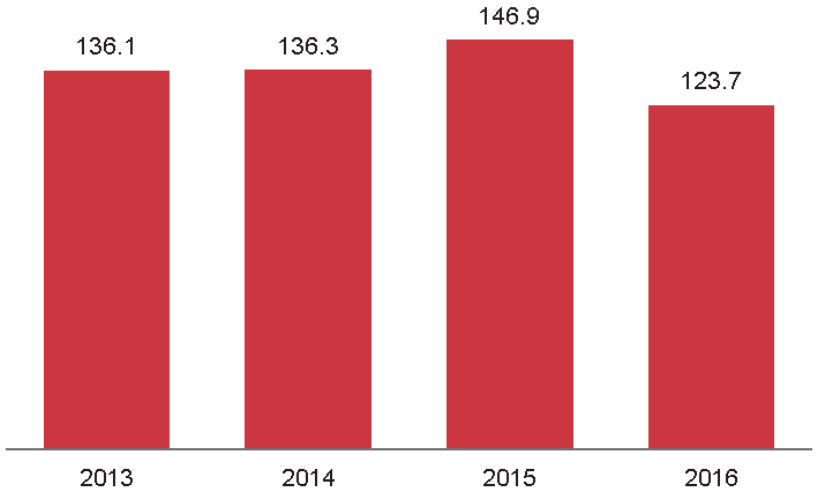
Segundo estimativas da ABIT para o ano de 2016, o Brasil é o quinto maior produtor têxtil do mundo. O faturamento da cadeia têxtil e de confecção atingiu em 2016 o valor de US$ 37 bilhões. As exportações brasileiras somaram US$ 1,0 bilhão e as importações brasileiras US$ 4,2 bilhões. Quanto a produção, em 2016 a produção brasileira atingiu 1,7 milhões de toneladas enquanto o consumo mundial foi de 95,3 milhões de toneladas segundo dados da IEMI. O setor foi também o segundo maior gerador de emprego no ano.

Mercado argentino

O Mercado calçadista argentino é muito fragmentado, e como no Brasil, muitos produtores locais de calçados são responsáveis pelo desenho e produção de grandes marcas internacionais. Adicionalmente, muitos desses produtores também investem em lojas próprias, muitas vezes localizadas em shopping malls. Em termos de importação, a maioria das mercadorias que entram no país vêm de países tradicionais no setor como China, Brasil, Vietnã e Indonésia.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Evolução do consumo aparente de calçados na Argentina (milhões de pares)



Fonte: *Euromonitor – Apparel and Footwear in Argentina*

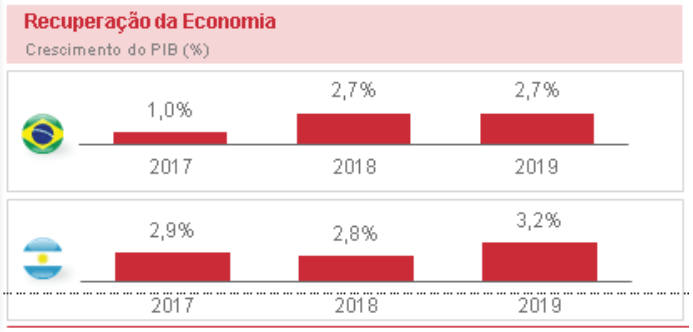
O Mercado Calçadista argentino é hoje uma das categorias mais importantes dentro do setor de vestuário no país. O uso dos tênis começou a se tornar comum em uma gama maior de ocasiões no dia a dia das pessoas e tem se tornado uma forte tendência fashion dentro da população adulta. Apesar disso, esse movimento não foi forte o suficiente para compensar completamente os efeitos do declínio do poder de compra do consumidor argentino visto em 2016

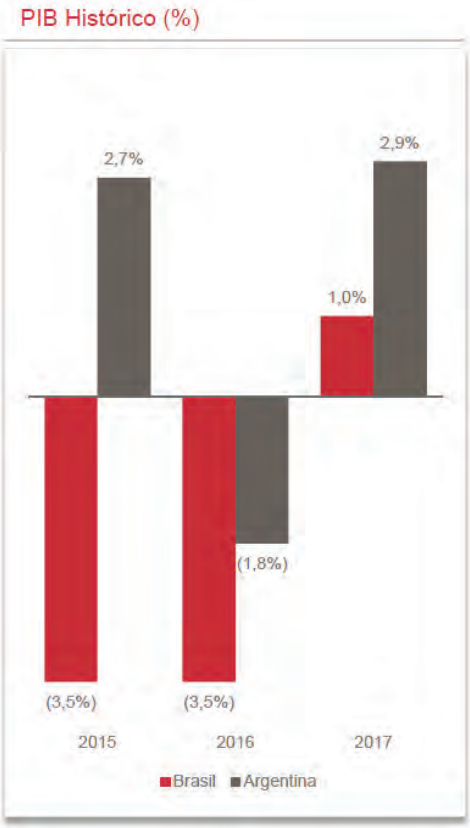
Crescimento anual das vendas dos mercados de vestuário e calçado na Argentina (% crescimento ao ano, considerando ARS mm).

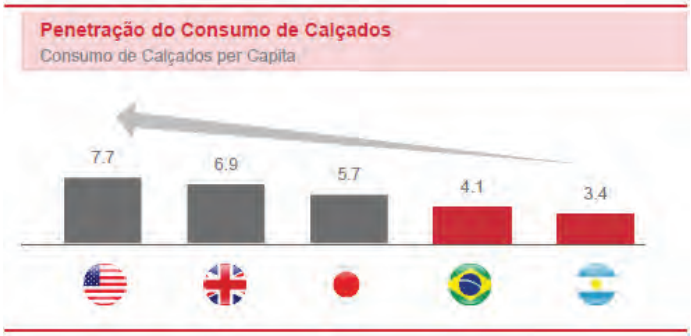
Durante todo o período entre 2012 e 2016 o mercado calçadista e de vestuário Argentino apresentou crescimentos anuais positivos, onde os segmentos de vestuário e calçados apresentaram um crescimento médio de 26,2% e 28,6% respectivamente. Já os subsegmentos Calçados Infantis, Calçados Masculinos e Calçados Femininos, que compõem o segmento de calçados, apresentaram crescimento médio no período de 27,1%, 27,6% e 29,9% respectivamente. A redução no crescimento em 2016 deve-se principalmente a desvalorização cambial do País, que fez o crescimento sofresse uma redução, embora ainda se mostre positivo e influenciado pelos aumentos em volume.

De acordo com as projeções da Euromonitor para o setor, é esperado que o setor calçadista continue crescendo no período entre 2017 e 2021, porém em patamares ligeiramente mais conservadores pela mesma razão apresentada anteriormente. É esperado que o segmento de vestuário cresca 4,1% no período e que o segmento calçadista cresça 16,9%. Dentro do segmento calçadista argentino, é projetado um crescimento médio no período de 16,6% para a categoria de Calçados Infantis, 15,7 para a categoria de Calçados Masculinos e 17,9% para a categoria de Calçados Femininos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais







Principais concorrentes

Tendo em vista que nossa operação possui 2 segmentos distintos, entendemos que temos concorrentes enquanto marcas que operam nos mercados e enquanto indústria que fornece para *Private Labels*. Nessa ótica acreditamos que os principais concorrentes das marcas sob nossa gestão são Olympikus, Mizuno,

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Reebok, Penalty e Topper e no espectro industrial, os principais competidores são provedores de calçados asiáticos e os provedores locais Paquetá Calçados, Calçados Aniger e Copershoes (Cooperativa de Trabalho e Indústria de Calçados Joanetense).

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

(d) Eventual sazonalidade

Nossa demanda vem se modificando ao longo do tempo e temos percebido um equilíbrio nas compras de nossos clientes durante ano. Assim sendo, entendemos não haver sazonalidade relevante. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, nossa receita líquida foi distribuída em 23,7% no 1º trimestre, 26,2% no 2º trimestre, 27,0% no terceiro trimestre e 23,1% no quarto trimestre do ano.

(e) Principais insumos e matérias primas

As principais matérias-primas e insumos utilizados em nosso processo produtivo são as resinas de PVC, EVA e PU, os óleos plastificantes, a borracha, diversos tipos de laminados e os fios e tecidos sintéticos além de fibras naturais, papeis sublimação e embalagens. Quando adicionadas a outros compostos, estes componentes permitem a produção de nossos produtos.

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Possuímos um relacionamento duradouro com nossos fornecedores, bem como buscamos atrair novos distribuidores de matérias primas. Buscamos sempre fortalecer esse relacionamento para mitigar o risco da falta de fornecimento de insumos e matérias-primas. Nossos fornecedores estão sujeitos à fiscalização e regulação governamental, bem como a legislação relativa ao país onde os insumos são produzidos. Até o presente momento, não encontramos dificuldades para obter qualquer de nossos insumos.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Nossos produtos são dependentes principalmente de insumos derivados do petróleo. Há uma concentração significativa do mercado de produtos petroquímicos no Brasil, que se caracteriza por fornecedores de grande porte e relevantes com alto poder de negociação. Apesar desta concentração, os insumos petroquímicos podem ser adquiridos em larga escala através de diversos países, sendo dessa forma muito baixa a dependência em apenas um fornecedor. Além disso, possuímos como política, a não concentração de compras em apenas um fornecedor, para que não haja uma dependência em apenas uma fonte de insumos o que poderia prejudicar diretamente nossa competitividade. Para mais informações sobre os riscos relacionados aos nossos fornecedores, ver item 4. “e” deste Formulário de Referência.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Grande parte das matérias-primas e insumos que utilizamos na produção de nossos produtos são derivados de petróleo que possuem seu preço atrelado a moedas como o dólar e a cotações relativas aos preços do barril do petróleo. Dessa forma, há uma oscilação nas cotações destes componentes químicos devido à oferta e demanda pelos mesmos. Podemos vir a estabelecer estoques estratégicos de determinados

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

insumos (especialmente resinas), para que o risco de movimentos abruptos dos preços de nossos insumos não cause impactos em nossa produção.

7.4 Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, apenas a Nike Inc., em relação ao fornecimento no Brasil, e a Adidas Group, em relação ao fornecimento no Brasil e na Argentina, concentraram mais do que 10% de nossa receita líquida total. A tabela abaixo apresenta a concentração nos respectivos períodos:

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

	% Receita Líquida Consolidada		
Cliente	**2017**	**2016**	**2015**
A	10,23%	-	-
B	17,23%	20,30%	21,60%
C	18,18%	13,95%	

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As receitas oriundas dos clientes acima se referem ao segmento operacional de *Private Label* tanto no Brasil quanto na América Latina, que por característica gera concentração de receita em poucos clientes.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.5 Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As companhias que desenvolvem atividades que utilizam recursos naturais ou apresentam potencial poluidor, assim como a fabricação de calçados, seus componentes e confecções devem obter licenças e autorizações perante os órgãos federais, estaduais e/ou municipais ambientais, previamente à construção, instalação, ampliação e operação de seus empreendimentos ou atividades. O eventual não cumprimento, atraso ou ausência de documentação ou procedimentos exigidos, pode acarretar em sanções administrativas, tais como imposição de multas, cancelamento das licenças concedidas e/ou suspensões ou interdições temporárias ou permanentes das atividades, além de sanções criminais e a obrigação de reparar os danos ambientais eventualmente causados. Diante disso, somos obrigados a cumprir uma série de regras ambientais e regulatórias e exigências técnicas para que tenhamos condições legais de obter e manter as devidas autorizações e licenças governamentais, visando o exercício regular de nossas atividades. Abaixo estão listadas aquelas licenças e autorizações que consideramos mais relevantes e que podem afetar o andamento de nossas operações:

Licenças Ambientais

No Brasil, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal n.º 6.938/1981 – "PNMA") prevê, como um de seus instrumentos, o licenciamento ambiental, de modo que a concepção, construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos naturais e/ou considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças e autorizações legalmente exigíveis, as quais estabelecerão as condições, restrições e medidas de fiscalização do empreendimento ou atividade desenvolvida.

A competência para o licenciamento ambiental é de apenas um único ente federativo nos termos da PNMA, da Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente ("CONAMA") nº 237/1997, bem como da Lei Complementar ("LC") n.º 140/2011.

A depender das características do empreendimento, dos impactos por ele gerados e, principalmente, diante das regras específicas de competência estabelecidas na LC nº 140/2011, o licenciamento ambiental será conduzido pelo órgão ambiental federal, estadual ou municipal.

Via de regra, cabe ao órgão ambiental estadual o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, ressalvado os de competência da União e dos Municípios. A competência federal refere-se a empreendimentos localizados ou desenvolvidos em dois ou mais Estados; desenvolvidos em conjunto no Brasil e em país limítrofe e em outros casos de interesse da União.

Ademais, o Decreto Federal n.º 8.437/2015, estabelece novas tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União. Por conseguinte, compete aos órgãos ambientais municipais, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Na Argentina, a lei Federal n.º 24.051/1991, estabelece a obrigatoriedade de que os empreendimentos possuam o "Certificado de Aptitud Ambiental", que se equivale em linhas gerais a uma Licença de Operação, bem como um "Registro de Generador de Residuos Peligrosos".

Autorizações Técnicas, de Segurança e Outros

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

No Brasil, entre outras licenças e autorizações para as nossas operação, estamos sujeitos à concessão do Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros, alvarás de funcionamento e inspeções técnicas, bem como licenças para o uso de produtos químicos controlados, concedidas pela Polícia Federal e Ministério do Exército, e a outorga para captação de recursos hídricos e lançamento de efluentes, concedida pelos órgãos ambientais competentes. Nossas Unidades Industriais encontram-se regularizadas no que se refere à manipulação de produtos químicos controlados e captação de recursos hídricos. Neste sentido, possuímos licenças válidas emitidas pela Polícia Federal e pelo Ministério do Exército para manipulação destes produtos, bem como, outorgas válidas para as Unidades onde há captação de recursos hídricos. Por fim, possuímos Cadastro Técnico Federal (CTF), bem como o respectivo Certificado de Regularidade, junto ao IBAMA, para a realização de atividades potencialmente poluidoras para nossas Unidades.

Na Argentina, a Lei nº. 5.965/1963, solicita na província de Buenos Aires, especificamente, uma autorização para lançamento de efluentes industriais.

Historicamente, não registramos dificuldades ou impeditivos legais à pronta emissão de tais licenças e autorizações e, em nossa visão, estamos aptos a cumprir todos os requisitos legais e regulamentares necessários à concessão de autorizações e outros requerimentos regulamentares.

A seguir indicamos um resumo das regulações ambientais que têm impacto mais significativo nas operações da Companhia:

No Brasil, para a atividade de produção de calçados e componentes contamos com 7 unidades de produção nos estados de Ceará, Bahia e Rio Grande do Sul. Nas atividades de confecções, contamos com 7 unidades no estado da Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Na Argentina, para atividade de produção de calçados possuímos 2 unidades nas províncias de Missiones e Buenos Aires.

No Brasil, no caso de nossos empreendimentos e atividades, os órgãos ambientais estaduais e alguns órgãos municipais são competentes pelo licenciamento ambiental, sendo os órgãos estaduais: a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM) no Estado do Rio Grande do Sul; o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) no Estado da Bahia; a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) no Estado de Santa Catarina e a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) no Estado do Ceará. Na Argentina, os órgãos ambientais provinciais competentes são: “Ministerio de Ecología” na província de Missiones e o “Organismo Provincial de Desarollo Sostenible (OPDS).

A esse respeito, todas as nossas unidades industriais possuem licenças ambientais válidas ou com pedidos de solicitação/renovação em curso.

A ausência de licenças ou autorizações dos órgãos ambientais competentes, para a concepção, construção, alteração, ampliação e operação de atividades e/ou empreendimentos potencialmente poluidores, ou a operação em desacordo com as licenças ambientais emitidas, sujeitam o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar eventuais danos causados ao meio ambiente.

As penalidades também são aplicáveis caso o empreendedor deixe de atender às condicionantes estabelecidas na licença ambiental. Contudo, a aplicação de multa no valor máximo ou aplicação de penalidades mais severas, tais como embargo, interdição e demolição.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não adere a padrões internacionais de proteção ambiental.

As nossas atividades e de nossas controladas estão sujeitas a abrangente legislação ambiental nos países onde atuamos. O cumprimento dessa legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas e criminais contra nós e nossas controladas por eventual

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

inobservância da legislação, independentemente da obrigatoriedade de reparação e/ou indenização dos eventuais danos.

Sendo assim, como parte de nossa política de governança corporativa, temos incorporados os conceitos de responsabilidade social, respeito ao meio ambiente, conduta ética e desempenho econômico e a sustentabilidade, aos quais atribuímos um valor importante. Acreditamos que nosso desenvolvimento e crescimento devem estar associados à sustentabilidade de nossas ações. Assim, seguimos as boas práticas da governança corporativa e adotamos como linhas mestras a transparência junto a todos os públicos com os quais nos relacionamos, investimos constantemente na melhoria da cadeia produtiva em nossas unidades, com ênfase na redução de impactos ambientais, além de buscarmos formas de estreitar nossa relação com os nossos colaboradores e a comunidade em geral por meio de iniciativas de caráter socioambiental.

Tendo em vista as atividades realizadas em nossos processos produtivos, as quais envolvem, dentre outros, o transporte e manuseio de insumos e matérias-primas que utilizamos na produção de nossos produtos e que, se não adequadamente utilizados e descartados, podem, potencialmente, causar danos ao meio ambiente. Nós e nossas controladas, cientes da nossa responsabilidade e de todos os impactos que tais produtos podem causar ao meio ambiente, adotamos um programa de sustentabilidade adequado para cada uma de nossas unidades fabris. Este programa inclui uma política ambiental que, além de controle de aspectos e impactos ambientais, prevê a melhoria contínua do desempenho socioambiental. Os aspectos e impactos ambientais são controlados da seguinte maneira: a) instalações físicas, tais como, depósitos de resíduos (armazenamento, segregação e posterior destinação final), estações de tratamento de efluentes e deposito de armazenamento de produtos químicos; b) Procedimentos operacionais, afim de orientar os envolvidos no controle dos aspectos ambientais; c) Treinamentos para promover a conscientização ambiental dos colaboradores.

Continuaremos investindo em melhorias, visando o cumprimento da regulação ambiental nos países em que atuamos, assim como outras práticas ambientais.

Para mais informações acerca dos riscos associados ao meio ambiente ver seção 4.1. “Fatores de Risco” deste Formulário de Referência.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), órgão responsável pelo registro de marcas, patentes e desenhos industriais, sendo assegurado ao titular o uso exclusivo da marca registrada em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações por igual período. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Possuímos, em nosso nome ou de nossas controladas, o registro de marcas, tanto no Brasil, como no exterior. Dentre eles, podemos destacar os registros das marcas “Dass Sport & Style” e “Dass”. Administramos nossas marcas de forma a preservar a referência e o valor de nossos produtos, especialmente junto aos nossos clientes revendedores e consumidores finais.

Adicionalmente a registros de desenhos industriais e marcas de titularidade própria, possuímos diversos contratos de licença de uso de marcas, sendo os mais relevantes relacionados ao uso das marcas Fila e Umbro para a produção e comercialização de artigos esportivos, cujas principais características seguem abaixo descritas:

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- **Licença de uso da marca Fila:**

No Brasil, os direitos de uso da marca Fila e suas variantes estão registradas junto ao INPI em nome da Fila Luxembourg S.à.r.L. ("Fila Luxembourg"), empresa sediada em Luxemburgo. De tal modo, fica assegurado à Fila Luxembourg S.à.r.L. o direito de uso exclusivo da marca Fila, em todo o território nacional, por um prazo determinado de 10 anos, passível de renovação por períodos iguais e sucessivos de 10 anos cada. O prazo de vigência e os requisitos para a prorrogação dos registros de marca no exterior são determinados de acordo com as normas do país em que as marcas se encontram registradas perante a respectiva instituição competente.

Em 20 de julho de 2007, por meio da celebração de um contrato de licença entre a Fila Luxembourg e a nossa controlada Fila Uruguay S.A. (antiga denominação da Fila Uruguay Investment S.A.) ("Fila Uruguay"), foi concedido à Fila Uruguay (i) o direito não exclusivo de usar o *know-how* e a marca Fila e variantes na fabricação de produtos esportivos; e (ii) o direito exclusivo de uso da marca Fila e suas variantes, venda e distribuição de produtos esportivos nos seguintes países da América Latina: Antígua, Argentina, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Bonaire, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Curaçao, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Jamaica, Honduras, Ilhas Maurício, México, Nicarágua, Panamá e Zona Franca de Cólon, Paraguai, Peru, Santa Lúcia, Tortola, Trinidad e Tobago, Uruguai, e Venezuela, Barbuda, Ilhas Cayman, Granada, Guadalupe, Martinica, Montserrat, Nevis, Ilha de São Cristóvão, Ilha de São Martinho, São Vicente e Granadinas, Suriname e Ilhas Turcas e Caicos ("Contrato de Licença Fila Uruguay").

O Contrato de Licença Fila Uruguay, salvo acordo em contrário das partes, será renovado automaticamente por prazos sucessivos de dez anos, sendo a próxima renovação em 31 de dezembro de 2027 (desde que os respectivos registros também sejam renovados perante o INPI).

Nos termos do referido contrato, a Fila Uruguay deverá pagar à Fila Luxembourg, a título de royalties, um percentual do valor auferido com as vendas líquidas dos produtos, havendo um royalty mínimo anual pré-estabelecido por ano de vigência do contrato ("Royalty Mínimo"). Adicionalmente, um percentual de 4% do valor líquido auferido com as vendas deverá ser investido em promoções e propaganda e um percentual de 1,3% do valor líquido auferido com as vendas deverá ser remetido à Fila Luxembourg para fins de marketing global da marca.

Ocorrendo rescisão do Contrato de Licença Fila Uruguay de forma imotivada pela Fila Luxembourg, a esta caberá o pagamento de multa à Fila Uruguay a título de retorno dos investimentos e/ou aquisições feitos por nós no valor de US$50.000 mil, acrescido de juros anuais a serem calculados pela taxa LIBOR desde a data de sua assinatura até o dia da rescisão imotivada, desde que não exceda US$100.000 mil. Adicionalmente, a Fila Luxembourg deverá pagar perdas e danos, inclusive, mas não se limitando aos lucros cessantes a ser determinado por um árbitro ou tribunal, e toda e quaisquer despesas e taxas (incluindo despesas razoáveis com advogados) incorridas por nós em razão da rescisão imotivada.

Além disso, o Contrato de Licença Fila Uruguay será rescindido antecipadamente caso: (i) a Fila Uruguay não realize o pagamento e não cure o descumprimento nos respectivos prazos previstos no Contrato de Licença Fila Uruguay) do (a) Royalty Mínimo; (b) por mais de duas vezes, qualquer outro valor no prazo previsto; (ii) a Fila Uruguay venha a sofrer processo de falência, ou apresente pedido de autofalência, entrar em liquidação ou recuperação judicial ou cessão de bens em benefício de credores; (iii) a Fila Uruguay ou suas subsidiárias tenham, e por mais de duas vezes, feito uso das marcas licenciadas em outros produtos que não aqueles descritos no Anexo A do Contrato de Licença Fila Uruguay, ou ainda, tenha vendido tais produtos fora do território permitidos; ou (iv) qualquer sublicenciado tenha, por mais de quatro vezes, feito uso das marcas licenciadas em outros produtos que não aqueles descritos no Anexo A do Contrato de Licença Fila Uruguay, ou ainda, tenha vendido tais produtos fora do território nacional.

O Contrato de Licença Fila Uruguay prevê ainda que os contratos de licença de uso da marca Fila firmados anteriormente pela Fila Luxembourg, e ainda em vigência à época, com terceiros, para comercializar, distribuir e divulgar produtos com a referida marca no território coberto pelo Contrato de Licença Fila Uruguay foram cedidos para a Fila Uruguay, passando a serem contratos de sublicenciamento. Além disso, mediante anuência da Fila Luxembourg, a Fila Uruguay está autorizada a sublicenciar o direito de uso da

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

marca Fila e suas variantes para a fabricação e comercialização de produtos esportivos, mediante a celebração de contratos de sublicenciamento de tais direitos com outros terceiros. Para maiores informações sobre o referido Contrato de Licença Fila Uruguay, favor verificar item 9.1.b deste Formulário de Referência.

Neste sentido, em 1º de janeiro de 2009, foi firmado Contrato de Sublicença entre a Fila Uruguay e a Dass Sul, cujo objeto era a concessão do direito não exclusivo de uso da marca Fila e suas variantes pela Dass Sul, para industrializar e comercializar produtos com a marca na Argentina e no Brasil ("Contrato de Sublicença Fila"). Tal contrato foi devidamente averbado perante o INPI sob o n.º 100073. Em 18 de dezembro de 2013, as partes celebraram um aditamento ao referido contrato, renovando a referida sublicença até a data de 31 de dezembro de 2018, restando mantidos os demais termos contratuais ("Contrato de Sublicença Dass Sul").

Um segundo contrato de sublicença foi firmado em 21 de julho de 2007 nos mesmos termos que o Contrato de Sublicença Dass Sul, entre a Fila Uruguay e a Companhia. Para maiores informações sobre os referidos contratos de sublicença, favor verificar item 9.1.b deste Formulário de Referência.

Ademais, nos termos do Global Advertising Agreement, celebrado entre a Fila Luxembourg, Fila Uruguay e a Dass Sul, a Dass Sul possui também a obrigação de contribuir com as atividades globais de propaganda e promoção da Fila Luxembourg através de um percentual do valor auferido com as vendas líquidas online dos produtos no Brasil.

Um segundo Global Advertising Agreement foi firmado, nos mesmos termos, entre a Fila Luxembourg, Fila Uruguay e a Companhia, de modo que a Companhia também possui a obrigação de contribuição com as atividades globais de propaganda e promoção da Fila Luxembourg.

- Licença de uso da marca Umbro:

Mercado Brasileiro e Paraguaio

A Iconix Spain Holdings, S.L. ("Iconix Spain") , em º1 de janeiro de 2015, celebrou contrato master de franquia de uso de marca com a Dass Sul e a Companhia ("Contrato de Franquia Umbro"). A referida franquia concede às franqueadas direitos de uso da marca Umbro e seus respectivos dísticos para operar o sistema de franquia empresarial da marca Umbro no Brasil, incluindo: (a) o direito de vender e distribuir os produtos esportivos descritos no contrato, em sua maioria com exclusividade, exceto por alguns produtos listados tais como produtos de times de futebol; (b) o direito não-exclusivo de divulgar e promover os produtos licenciados; (c) o direito não-exclusivo de administrar as lojas oficiais da Umbro; e (d) o direito de ceder para operar o sistema de franquia empresarial da marca Umbro no terceiros os direitos previstos no Contrato de Franquia Umbro, com prévia anuência da Iconix Spain, em todos os casos limitados ao território do Brasil e do Paraguai . O prazo de vigência deste contrato vence em 31 de dezembro de 2025, passível de renovação através de novo instrumento contratual. Nos termos do referido contrato, a Companhia e a Dass Sul deverão pagar à Iconix Spain royalties referentes ao uso das marcas e a franquia.

Nos termos do Contrato de Franquia Umbro, a Dass Sul deverá pagar à Iconix Spain (a) taxa anual de franquia anual, calculada em função da receita de produtos não patrocinados (observados certos valores mínimos); (b) taxa calculada em função da receita proveniente dos produtos de clubes patrocinados pela Dass Sul; e (c) taxa calculada em função da receita proveniente dos produtos de clubes não patrocinados por ela. Além disso, também é devido pagamento de valores pela Dass Sul à Iconix Spain para atividades promocionais e de marketing, variando de acordo com o produto e ano de contrato.

Este contrato será rescindido antecipadamente caso nós ou a Dass Sul: (a) deixemos de adimplir o pagamento dos valores devidos em até 30 dias úteis depois de notificado pela Iconix Spain; (b) soframos processos de recuperação judicial que impliquem no atraso quanto ao cumprimento de qualquer de suas

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

obrigações previstas; (c) sejamos declaradas insolventes ou tenhamos nossa falência decretada; (d) descumpramos obrigação firmada, em especial, quanto ao direito de uso da marca Umbro e território; (e) deixemos de atender a pelo menos 80% da volume mínimo de vendas contratadas.

Para maiores informações sobre o referido contrato, favor verificar item 9.1.b deste Formulário de Referência.

Mercado Argentino

Em 1º de janeiro de 2015, a Iconix Spain firmou contrato de licenciamento diretamente com nossa controlada Dass Argentina S.A. ("Dass Argentina"), concedendo (a) o direito exclusivo de vender e distribuir produtos na Argentina, em sua maioria com exclusividade, exceto por alguns produtos listados tais como produtos de times de futebol; e (b) o direito não-exclusivo de divulgar e promover a marca na Argentina. O contrato é válido até 31 de dezembro de 2025.

Este contrato será rescindido antecipadamente em caso de: (a) falta de pagamento das quantias devidas pela Dass Argentina após o respectivo prazo de cura; (b) descumprimento de determinadas obrigações contratuais, tais como a utilização das marcas em determinado território; (c) intencionalmente requerer ou obter quaisquer direitos em relação às marcas licenciadas, de acordo com o contrato; (d) em caso de falência ou recuperação judicial da Dass Argentina; (e) dissolução da Dass Argentina; e (f) não atingimento de determinados níveis de venda anuais.

Nomes de domínios

Nós e nossas controladas somos titulares de nomes de domínio devidamente registrados no Brasil e/ou no exterior relacionados a nossas marcas registradas, dentre os quais se destacam os seguintes: *grupodass.com.br, grupodass.com, umbro.com.br, e fila.com.br.* Na Argentina somos proprietários dos domínios *grupodass.com.ar, fila.com.ar, umbro.com.ar*, entre outros em países da América Latina.

Para mais informações sobre nossos direitos de propriedade intelectual relevantes, registrados ou licenciados em nome da Companhia, de nossas subsidiárias ou filiais, vide item 9.1 (b) deste formulário de referência.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.6 Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita proveniente de clientes estabelecidos no Brasil, país sede da Companhia, representou em no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 o percentual de 48,9%.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o percentual de 51,1% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no exterior, conforme detalhado na tabela constante do item (c) a seguir.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Região/País	Receita Líquida em 31/12/2017	Participação na Receita Líquida em 31/12/2017
Exterior	**877.248**	**51,1%**
AMÉRICA LATINA	**873.076**	**50,9%**
ARGENTINA	845.403	49,3%
CHILE	2.284	0,1%
COLÔMBIA	0	0,0%
MÉXICO	970	0,1%
PANAMÁ	4.438	0,3%
PARAGUAI	7.352	0,4%
PERU	10.771	0,6%
URUGUAI	1.859	0,1%
AMÉRICA DO NORTE	**1.218**	**0,1%**
ESTADOS UNIDOS	1.218	0,1%
ÁSIA	**2.632**	**0,2%**
CHINA	10	0,0%
SINGAPURA	0	0,0%
INDONÉSIA	12	0,0%
JAPÃO	593	0,0%
REPUBLICA DA COREIA	1	0,0%
ARÁBIA SAUDITA	554	0,0%
TAILÂNDIA	311	0,0%
TAIWAN	632	0,0%
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS	519	0,0%
EUROPA	**153**	**0,0%**
ALEMANHA	21	0,0%
DINAMARCA	0	0,0%
ESPANHA	2	0,0%
GRÉCIA	1	0,0%
ITÁLIA	2	0,0%
LUXEMBURGO	0	0,0%
MALTA	4	0,0%
HOLANDA	26	0,0%
REINO UNIDO	95	0,0%
POLÔNIA	1	0,0%
SERVIA	1	0,0%
OCEANIA	**166**	**0,0%**
AUSTRÁLIA	166	0,0%

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.7 Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Comercializamos nossos produtos em aproximadamente 30 países, estando sujeitos às respectivas leis e regulamentações incidentes sob nossas atividades, que podem, inclusive, incluir medidas restritivas à importação dos nossos produtos.

Possuímos atualmente três bases para a exportação de nossos produtos: (i) nossas empresas no Brasil; (ii) nossas empresas na Argentina; e (iii) nosso empresa de outsourcing na Ásia. Entendemos que, por meio dessa estratégia conseguimos avaliar o melhor cenário para atingir mercados estrangeiros, mantendo a competitividade de nossos produtos e minimizando as consequências que medidas restritivas podem provocar em nossa capacidade de atuação nestes mercados.

Nossas vendas para o mercado argentino ocorrem principalmente através das nossas unidades nas cidades de Eldorado, Coronel Suarez e Buenos Aires, dessa forma, conseguimos produzir e comercializar nossos produtos para este mercado.

Na Argentina medidas *antidumping* impostas pelo governo sobre os calçados importados da China garantem um preço mínimo de US$13,38 por par importado, conforme detalhado no item 4.1 “h” deste Formulário de Referência. Este dispositivo foi estabelecido pela Resolução 1859/2015 do Ministério de Economia y Finanzas Públicas da Argentina e vigora até dezembro de 2020. Além disto, o governo argentino autoriza individualmente os processos de importação vindos de quaisquer origens, dificultando a perenidade de negócios dependentes unicamente de importação no país.

O fato de produzirmos na Argentina e não dependermos da importação de produtos acabados para atingir o mercado local permite que estejamos sob às mesmas leis e regulamentos das demais empresas instaladas no país, o que nos confere uma vantagem competitiva em relação a nossos concorrentes que não fabricam no país e que, consequentemente, sofrem com as restrições à importação de calçados impostas pelo governo local.

Em relação ao licenciamento ambiental, na Argentina, a lei Federal n.º 24.051/1991, estabelece a obrigatoriedade de que os empreendimentos possuam o “Certificado de Aptitud Ambiental”, que se equivale em linhas gerais a uma Licença de Operação, bem como um “Registro de Generador de Residuos Peligrosos”. Na Argentina, os órgãos ambientais provinciais competentes pelo licenciamento ambiental são: “Ministerio de Ecología” na província de Missiones e o “Organismo Provincial de Desarollo Sostenible (OPDS).

A esse respeito, todas as nossas unidades industriais possuem licenças ambientais válidas ou com pedidos de solicitação/renovação em curso.

Ademais, a Lei nº. 5.965/1963, solicita na província de Buenos Aires, especificamente, uma autorização para lançamento de efluentes industriais.

Historicamente, não registramos dificuldades ou impeditivos legais à pronta emissão de tais licenças e autorizações e, em nossa visão, estamos aptos a cumprir todos os requisitos legais e regulamentares necessários à concessão de autorizações e outros requerimentos regulamentares.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.8 Políticas socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Divulgação de informações socioambientais

A Companhia não divulga informações socioambientais, já que até a presente data, nenhum de seus investidores ou quaisquer outros agentes de sua rede de relacionamento realizou referida exigência de elaboração e divulgação de tais informações. Como referidos assuntos são considerados relevantes, a Companhia pretende desenvolver estudos internos para levantamento de custos, impactos e capacitação para a elaboração de tais documentos.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Não aplicável.

7.9 Outras informações relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes são:

Modelo de negócio diversificado com foco em artigos esportivos, com portfólio de soluções completo para criação de valor para nossos parceiros.

Acreditamos ser a única empresa a oferecer soluções integradas em calçados e confecções multimarcas no segmento esportivo na América Latina. Temos como clientes as principais marcas esportivas no mundo, de acordo com pesquisa de mercado realizada pela Forbes. Possuímos um portfólio abrangente de produtos tanto em calçados quanto em confecções e acessórios, cobrindo os principais segmentos do mercado esportivo, entre corrida, casual esportivo, futebol, fitness, tênis, entre outros. Os produtos por nós produzidos atingem o mais variado público consumidor, em razão de nosso dinâmico processo de produção de artigos esportivos, aliado à nossa experiência no setor, nos permite identificar novas tendências e adaptar nossos produtos de forma célere, atendendo os gostos e preferências dos mais diversos perfis de consumidor. Nosso segmento de gestão de marcas, incluindo as marcas Fila e Umbro, compreende todos os estágios da atividade, desde a criação e *design* de produtos, desenvolvimento tecnológico, gerenciamento e condução de operações industriais, passando pela elaboração de estratégia de *marketing* e vendas, chegando até a distribuição e entrega de produtos aos clientes. Em nosso segmento *Private Label,* atuamos por meio de parcerias consolidadas com clientes com os quais mantemos estreito relacionamento. A partir da produção realizada nas nossas unidades industriais, esses clientes abastecem os seus respectivos centros de distribuição e assumem diretamente o relacionamento com seus clientes e consumidores. Acreditamos que a diversidade de nossas operações, que englobam tanto nosso segmento de gestão de marcas, como a produção de artigos esportivos na modalidade *Private Label*, nos tornam mais qualificados para capturar novas oportunidades.

Excelência e eficiência na produção com fornecimento de produtos ao mercado local e regional.

Nosso parque industrial, com unidades distribuídas pelas regiões Nordeste e Sul do Brasil, e na Argentina, conta com equipamentos modernos e tecnologia atualizada que nos permitem operar com eficiência e rapidez, proporcionando economias de escala com custos de produção e de mão-de-obra, além de capacidade de produção adequadamente dimensionada para atender o volume de demanda dos mercados em que atuamos. Nossas linhas de produção observam os rigorosos critérios técnicos de nossos clientes *Private Label*, e são constantemente monitoradas por nossa equipe interna de operações, com alto nível de excelência e qualidade global. Nosso modelo de produção nos permite alterar com rapidez características de produtos, tanto de confecção como de calçados, no curso de uma mesma coleção, respondendo de forma eficaz às alterações na demanda em termos de disponibilidade de artigos específicos.

Forte cultura Lean e constante investimento em inovação tecnologia e de processos.

Acreditamos que o constante investimento em novas tecnologias e processos é uma importante ferramenta de fidelização de nossos clientes, assim como garantia de competitividade com nossos concorrentes. A bem sucedida trajetória de implantação do *Lean Manufacturing* (assim entendido como a metodologia de suporte para adoção de processos que visam aumentar a eficiência produtiva das nossas unidades) nas nossas operações constitui outra fortaleza da nossa operação industrial, fomentando o engajamento das pessoas em ampla escala no processo de melhoria continua e ganhos de produtividade e qualidade. O DCC ainda é responsável por melhorias constantes no processo produtivo com redução de tempo e custos além de possuir um dos mais importantes laboratórios de biomecânica da América Latina, responsável pelo desenvolvimento de conhecimentos teóricos e práticos sobre biomecânica e performance.

7.9 - Outras informações relevantes

Administração profissionalizada e experiente, com histórico de sucesso na Gestão de Marcas e Private Label.

Nossa administração é composta por profissionais com grande experiência e profundo conhecimento do setor de artigos esportivos, conquistado após décadas de atuação profissional, atuando em uma estrutura horizontal, que torna mais ágil o processo de tomada de decisões de negócio. Acreditamos que nossa administração tem histórico de sucesso nos segmentos de gestão de marcas e *Private Label* para marcas internacionais. Como exemplo disso, no período entre 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2017 mais que dobramos nosso Lucro Líquido e EBITDA, passando de R$ 75.892 mil para R$ 237.179 mil e de R$ 187.935 mil para R$ 389.824 mil, respectivamente, assim como tivemos um incremento do nosso ROE de 19,3% para 40,3% no mesmo período.

Atuação no mercado esportivo de calçados, subpenetrado e que possui grande potencial de crescimento na América Latina

Acreditamos que o segmento de artigos esportivos, principalmente de calçados e vestuário, possui alto potencial de crescimento na América Latina nos próximos anos, sustentado na evolução da renda e consumo *per capita.* Segundo a Euromonitor International, o mercado de calçados esportivos vem apresentando o maior crescimento de vendas entre os mercados de vestuário e calçados globalmente nos últimos anos, com um crescimento de 6,5% nas vendas (em USD, a valores constantes) entre 2015 e 2016. A divisão de negócios de calçados esportivos tem se beneficiado mundialmente das tendências de hábitos saudáveis e estilo de vida mais equilibrados. A tendência de hábitos saudáveis e do bem-estar infiltrou-se em quase todas as indústrias. Nosso posicionamento no setor de artigos esportivos nos proporciona oportunidades de expansão e crescimento nestes mercados em que atuamos. Nosso extenso portfólio de produtos e marcas permite atuação em todas as frentes do setor nos permite ofertar produtos para diversas classes sociais, de forma a capturar todo o potencial de expansão de consumo nos mercados em que atuamos. Adicionalmente, nossa licença, vigente até 31 de dezembro de 2027, para produzir e comercializar os produtos da marca Fila em toda América Latina nos torna aptos a explorar amplamente o potencial mercado consumidor tanto dos países em já atuamos, como aqueles nos quais ainda não possuímos operações próprias.

Nossa Estratégia

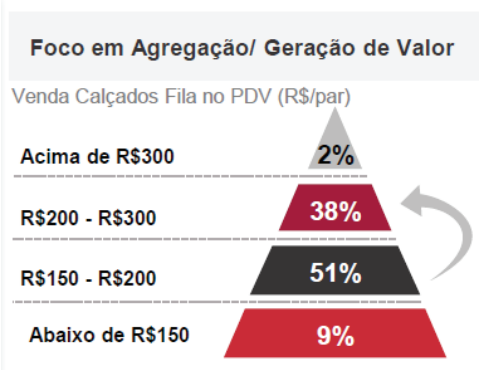
Incrementar a captura de valor dentro da cadeia de processo dos nossos negócios por meio de investimentos e aquisições estratégicas

Pretendemos fomentar a eficiência em nossas operações, por meio da realização de investimentos incrementais em novas tecnologias de produção e automação, incluindo máquinas de corte a laser, robôs de produção colaborativos, teares e injetoras. Esse plano de investimento representa o ingresso da empresa em uma nova camada de acesso tecnológico. A adoção de robôs colaborativos, tecnologia inédita em nosso segmento, é projeto estratégico em fase de conclusão desenvolvido em parceria com instituições de pesquisa avançada. Assim como no passado a adoção de máquinas automáticas de costura representou a quebra de um paradigma em termos de produtividade, qualidade e uso de mão de obra, sendo que acreditamos ser, hoje, o maior parque instalado de maquinas automáticas de costura da América do Sul. Vislumbramos que idêntico movimento se inicia e que em pouco tempo, de forma vanguardista, a Dass irá investir visando ter o maior parque instalado de robôs colaborativos dedicados a produção de calçados. Adicionalmente, estamos estudando de forma mais avançada, aquisições estratégicas para verticalização de parte da produção possibilitando ganhos de rentabilidade e aumento de competitividade em linhas relevantes de receita para a Companhia.

Aumentar a nossa participação de mercado das marcas sob nossa gestão (Fila e Umbro).

7.9 - Outras informações relevantes

Acreditamos que nossa experiência na gestão de marcas, aliada à nossa capacidade de criação e desenvolvimento de novos produtos, serão ferramentas essenciais na busca por oportunidades de crescimento. Em relação à marca Fila, nosso portfólio atual nos permite alcançar diversos segmentos do mercado de artigos esportivos, desde o segmento casual até os segmentos voltados para esportes de alto rendimento. Acreditamos no potencial da marca no mercado local e regional de *sport fashion*, como já vem se posicionando globalmente nos principais mercados. A crescente penetração de confecções esportivas no mercado local e regional tem levado os lojistas a agregar estas linhas de produtos e, acreditamos que poucas marcas esportivas tem a vocação e oferecem ampla variedade de produtos para capturar essas oportunidades como ocorre com a marca Fila. Para isso, investiremos não somente em marketing e valor da marca como também em uma diferenciação de nossos produtos nos atuais pontos de venda através do investimento em instalações de shop-in-shops, pontos de ativação da marca dentro dos nossos principais clientes. Acreditamos que o mercado intermediário no segmento de calçados, cujos preços finais variam entre R$ 200,00 e R$ 400,00 e que possuem oferta de produtos de maior tecnologia e valor percebido, pode ser potencializado pelo reposicionamento de preços das marcas *premium*, em decorrência da estratégia de rígida segmentação adotada por esses em relação à Umbro, acreditamos no posicionamento da marca focado no mercado de futebol no Brasil e Argentina, de modo que continuaremos investindo no patrocínio de clubes importantes no futebol e em ativação de marketing nas principais regiões. Assim, através de um constante aprimoramento em todos os aspectos da operação de gestão das marcas (investimentos em tecnologia, *marketing*, produção, entre outras medidas) buscaremos aumentar a participação de mercado do nosso atual portfólio. Acreditamos que os resultados bem-sucedidos que tivemos na gestão da marca Fila e o aprimoramento constante na gestão da marca Umbro nos últimos anos, nos posicionaram para buscar crescimento futuro, tendo em vista as presentes oportunidades de mercado.



Ampliar nossa atuação em canais específicos de varejo, visando aumentar a visibilidade de nossas marcas no mercado.

Além desse movimento no canal atual, planejamos para a Fila acelerar a instalação de lojas nos principais Centros Comerciais do Brasil. Este movimento tem a vantagem de permitir a exposição da mesma linha de produtos que oferecemos em *wholesales* e nos fortalecer no acesso direto ao consumidor estabelecendo uma experiência de marcar ao consumidor e ao mesmo tempo agregando fatia extra de faturamento para a marca. Entendemos que em DTC (*Direct to Costumer*) e e-Commerce residem oportunidades estratégicas para capturar a cadeia total de valor através da venda direta ao consumidor. Nesta linha, pretendemos expandir nossos canais próprios de varejo, tanto físicos como eletrônicos, por meio da (i) abertura de lojas da Fila em *shopping centers*, que apresentam oportunidades significativas de crescimento, bem como novas lojas-conceito em grandes centros do Brasil; e (ii) expansão da operação de nosso canal eletrônico de venda, proporcionando mais uma via de exposição de nossos produtos ao mercado consumidor. São oportunidades tanto o desenvolvimento do projeto de varejo da marca Fila como a aquisição de novos negócios que tenham o canal direto como base de sua operação. Além disso, o investimento em

7.9 - Outras informações relevantes

ferramentas e operações digitais que possibilitem o desenvolvimento de negócios de e-commerce e inciativas de omnichanel são investimentos para potencializar a captura de oportunidades e se adaptar as mudanças de consumo e varejo que vem acontecendo por causa da internet.

Avaliar e buscar oportunidades de aquisição de negócios e licenciamento de marcas esportivas.

Avaliamos constantemente o setor de artigos esportivos na América Latina, e buscaremos oportunidades de aquisições estratégicas, seja de licenças de marcas ou de empresas, que possam trazer valor para as nossas atividades. Avaliamos continuamente oportunidades para a aquisição e/ou o licenciamento de novas marcas de artigos esportivos que apresentem complementaridade com as marcas que atualmente detemos em nosso portfólio, sendo que há uma oportunidade em estágio avançado de negociação. Adicionalmente, buscaremos aquisições de negócios com foco em artigos esportivos, tanto no Brasil como nos demais países da América Latina, com potencial de crescimento, que apresentem boas métricas operacionais, sinergias com a nossa operação atual e que possam contribuir para o crescimento de nossos negócios e do nosso resultado. Nossa experiência em transações semelhantes, como a fusão das sociedades Dilly Nordeste S.A. e Clássico Indústria Ltda. e a aquisição da marca Fila, nos proporciona experiência para avaliar e selecionar as oportunidades que julguemos atrativas e em linha com nossa estratégia.

Intensificar o relacionamento com os nossos atuais clientes Private Label, bem como ampliar a nossa base de clientes.

Pretendemos estreitar o relacionamento com nossos Clientes de *Private Label*, para produção de artigos esportivos por meio do incremento da produção dos artigos que já produzimos, do aprimoramento da tecnologia e dos métodos produtivos já desenvolvidos em conjunto com estes clientes, bem como da diversificação de linhas de produtos, buscando acompanhar a evolução de tais marcas no mercado de artigos esportivos, consolidando nossa posição como principal parceiro em sourcing destes clientes. Adicionalmente, pretendemos ampliar nossa base de clientes *Private Label*, de forma criteriosa, valendo-nos da nossa excelência em produção de artigos esportivos, assim como prospectar oportunidades de operações fabris para esses clientes em outros países.

Aumentar nossa presença nos demais mercados da América Latina.

Pretendemos ampliar nossa presença nos mercados da América Latina. Para tanto estudamos ampliar nossas operações em países como Chile, Uruguai, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia, onde já detemos a licença da marca Fila. Na Argentina, onde operamos unidades industriais próprias, acreditamos que poderemos colher os resultados de nossos recentes investimentos em expansão de capacidade de produção, voltados para atender à crescente demanda local, impulsionada pelo crescimento da economia. Nos demais países da América Latina, em especial no México, buscaremos aumentar nossa presença, estreitando relacionamentos com grandes redes de varejo e desenvolvendo as melhores alternativas de fornecimento de produtos para as realidades locais, podendo sublicenciar as marcas de nosso portfólio para parceiros locais.

Seguros

Embora não exista uma política formal da Companhia para a contratação de seguros, em decorrência da variedade de atividades relacionadas às nossas operações, contratamos apólices de seguros com características específicas e coberturas diversificadas que acreditamos proporcionar adequada garantia securitária às atividades da Companhia. Adicionalmente, contratamos determinadas apólices de seguros em atendimento a obrigações contratuais, tais como as apólices de seguro garantia de pagamento de compra de energia.

7.9 - Outras informações relevantes

Nesse sentido, todos os nossos estabelecimentos estão segurados por meio de apólice de seguro patrimonial com cobertura para perdas decorrentes de incêndio, queda de raios, explosão, danos elétricos, vendaval, roubo de bens, dentre outros. Possuímos também em vigor apólice de seguro de responsabilidade civil geral a qual inclui cobertura para operações em estabelecimentos comerciais e industriais (com limite máximo de garantia – "LMG" de R$ 3.000 mil), responsabilidade civil do empregador (com LMG de R$ 3.000 mil), danos morais – empregador (com LMG de R$ 1.400 mil) e estabelecimentos comerciais e/ou industriais (com LMG de R$ 600 mil), produtos em território nacional (com LMG de R$ 7.000 mil) e defesas em juízo civil (com LMG de R$ 1.000 mil). Ademais, contratamos apólices de seguro de transporte nacional e internacional, sendo que todos os transportes de bens e mercadorias realizados até o momento foram devidamente averbados e estão cobertos por tais apólices. Além disto, contratamos um Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores cuja cobertura é de R$ 10.000 mil, tratado no item 12.11 deste formulário.

Em 31 de dezembro de 2017, quase todas as filiais da Companhia possuíam cobertura securitária para danos decorrentes de incêndio, raio, explosão ou implosão no valor de R$ 120.000 mil.

Por fim, esclarecemos que, muito embora contratemos as apólices acima descritas, existem determinados tipos de risco que não estão cobertos por apólices de seguros, como situações de guerra, caso fortuito e de força maior ou interrupção de certas atividades. Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer eventos não cobertos, poderemos incorrer em custos adicionais para a sua recomposição ou reforma do bem atingido. Adicionalmente, ainda que o sinistro seja coberto pelas apólices, não há garantia de que o pagamento do seguro será suficiente para cobrir os danos decorrentes de tal sinistro e que a companhia não terá que realizar desembolsos, inclusive aqueles referentes à participação obrigatória do segurado/franquia.

Políticas de responsabilidade social, patrocínio, incentivo cultural

Contamos com uma equipe de mais de 15 mil colaboradores comprometidos com o desempenho de nossas atividades de forma responsável e focada nos objetivos da organização.

Possuímos diversos programas corporativos de desenvolvimento, incluindo programas de Integração de novos colaboradores, Programa de Idiomas, Programa Liderança de Resultados, Programa Formação de Liderança, Programa Café com Gerente, Programa de Inclusão, Programa de Visitas, Programa de Vivência, Mesa Redonda, Comitê de Clima, Estudo do Livro, Programa de Estágio, Programa de Trainee e Programa Desenvolvimento de Lideranças.

Em nosso Programa de Desenvolvimento de Lideranças, estamos focados em transformar nossos líderes em *Coach*, através de treinamentos de *Team Coaching* e *Executive Coaching*, onde trabalhamos técnicas de comunicação, feedback, trabalho em equipe, gestão da mudança, valores de equipe, entre outros.

O investimento nestes colaboradores é fator importante para a nossa sustentabilidade. Por isso, realizamos ações corporativas de capacitação, programas de desenvolvimento e acompanhamento que abrangem aspectos técnicos e comportamentais e visam preparar para a tomada de decisão e a disseminação de nossos valores, totalizando 1.024.799 horas de treinamento somente no ano de 2017. Buscando alcançar o sentimento de pertencimento e identificação com a Companhia além do bem-estar do colaborador

Outro programa importante para o Grupo Dass é o Você Next, utilizado para avaliações de desempenho. É um sistema meritocrático que favorece o feedback contínuo entre líderes e equipes, estimulando um ambiente aberto, dinâmico e motivador para o planejamento de ações a serem desenvolvidas e o acompanhamento da performance.

7.9 - Outras informações relevantes

Nossa comunicação interna é utilizada como instrumento indispensável para motivação e desenvolvimento de uma cultura e ambiente alinhados com os nossos objetivos estratégicos. Conceitos baseados no posicionamento e nos valores da empresa são criados e amplamente trabalhados dentro de uma identidade construída de maneira consistente. Diversos meios foram criados para que todos os colaboradores sejam envolvidos nestes conceitos: Tv Corporativa, Portal de notícias e utilidades próprio (MyDass), Caixa de Sugestões, *Mailling* e diversas mídias impressas, como *outdoors* e cartazes, são veículos constantemente utilizados na realização de campanhas e projetos.

O público externo também é contemplado através de projetos como o Conhecendo Nossa Empresa (programa de visitas). Este projeto visa aproximar a Companhia de escolas, universidades e familiares dos colaboradores, apresentando a este público a nossa história.

Estamos engajados com o desenvolvimento das comunidades onde estamos inseridos, apoiamos e estimulamos nossos colaboradores a atuarem como voluntários em diversos projetos sociais, com ênfase nas áreas de educação e esporte. Respeitamos a identidade cultural de cada região e buscamos identificar oportunidades para implantação de ações que estimulem a qualidade de vida de nossos colaboradores, familiares e da comunidade. Exemplo destas ações são os projetos Cidadãos do Futuro (escolinha de futebol para filhos de colaboradores), projetos musicais e de elevação de escolaridade, grupos de teatro, dança e capoeira, reciclagem, inclusão social, fabricação de fraldas descartáveis, grupos de corrida e voluntariado.

Mais do que implementar e divulgar os preceitos de cidadania, ética, promoção social e cultural, estimulamos a disseminação destes conceitos por meio da atuação e exemplo dos líderes junto às suas equipes, promovendo um ambiente de trabalho saudável e motivador.

Participação percentual dos produtos oferecidos em nossa receita líquida:

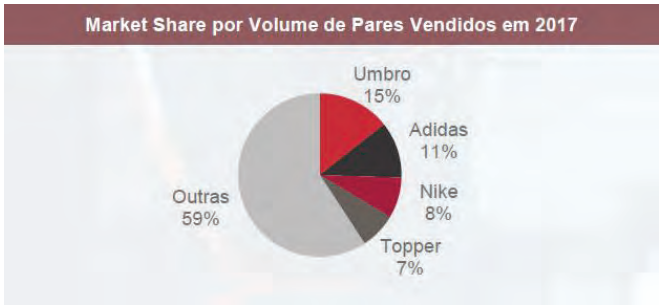
Receita Operacional Líquida em R$	2017		2016		2015	
	Valor (R$ mil)	%	Valor (R$ mil)	%	Valor (R$ mil)	%
Calçados	1.458.984	85%	1.237.323	86%	852.424	80%
Confecções/Acessórios	245.872	14%	191.484	13%	195.205	18%
Outros	10.587	1%	11.972	1%	12.566	1%
Total	**1.715.443**	**100%**	**1.440.779**	**100%**	**1.060.195**	**100%**

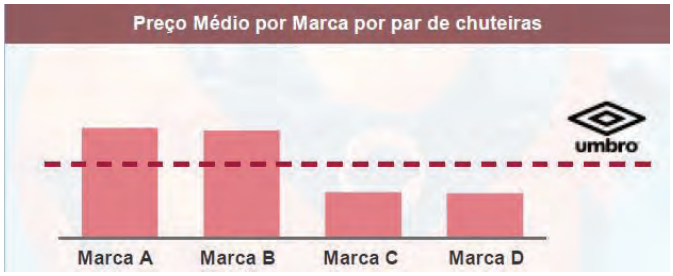
Outras considerações sobre a marca Umbro:

A Umbro é a marca com o maior número de clubes na Série A do futebol brasileiro e da Copa Libertadores da América de 2018, com 8 clubes, quais sejam: (i) Estudiantes (ARG); (ii) Club Atlético Tucumán (ARG); (iii) Grêmio (BRA); (iv) Independiente Santa Fé (COL); (v) Cruzeiro (BRA); (vi) Santos (BRA); (vii) Defensor Sporting (URU); e (viii) Nacional (URU). A segunda e terceira marcas com mais clubes na Copa Libertadores da América patrocinam 7 (sete) e 6 (seis) clubes, respectivamente.

Adicionalmente, a Umbro é líder no mercado de calçados de futebol no Brasil, com 15% do volume total vendido em 2017. Em termos de pares vendidos, 59% do mercado é fragmentado e atendido por marcas com participação menor que 7%. Essa marcas apresentam preço médio de R$89 (oitenta e nove reais), sendo este preço menor que o preço médio atualmente praticado pela Umbro e que se traduz em grande oportunidade de expansão no segmento de futebol.

7.9 - Outras informações relevantes



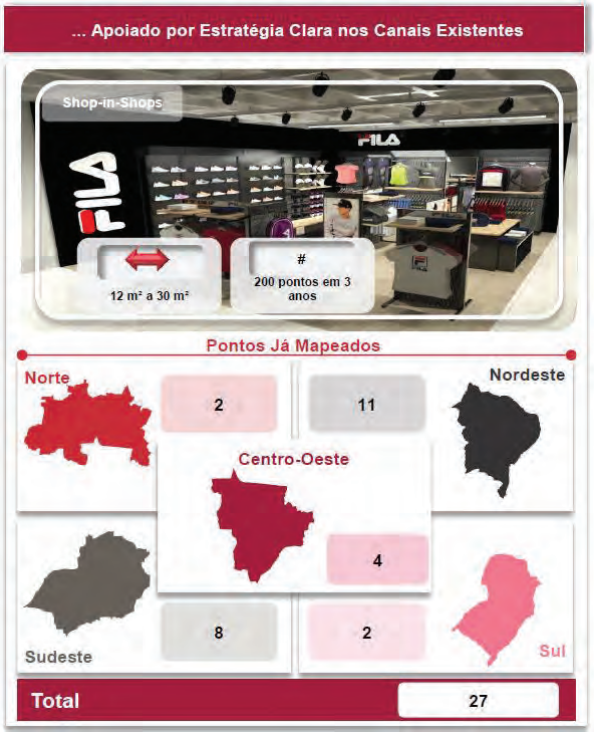


Além disso, a Umbro apresenta as seguintes oportunidades e expansão no futebol e suas sub-modalidades: (a) o lançamento de produtos *lifestyle*, que sirvam tanto para a prática esportiva quanto para o uso casual; (b) conectar com consumidores jovens apaixonados pelo futebol; (c) estratégia de desenvolver o mercado semi-pro e profissional; e (d) baixa competição de grandes marcas no futsal.

Outras considerações sobre a marca FILA:

Acreditamos que os movimentos macroeconômicos e de comportamento recente favorecem o crescimento da marca FILA, tais como:

7.9 - Outras informações relevantes



8.1 Negócios extraordinários

8.1 – Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos nossos negócios.

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário.

8.2 Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não há contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não seja diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 Outras inf. Relev. Negócios extraord.

8.4 - Outras informações relevantes. - Negócios extraordinários.

Todas as informações relevantes relacionadas a este Formulário de Referência foram descritas nos itens anteriores.

9.1 Bens do ativo não circulante relevantes outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Prédio e Instalações – Centro Administrativo	Peru	EX	Lima	Alugada
Prédio e Instalações – Fábrica de Calçados	Argentina		Coronel Suarez	Própria
Prédio e Instalações – Fábrica de Calçados	Argentina		Eldorado	Própria
Prédios e Instalações – Centro Administrativo	Argentina		Buenos Aires	Própria
Prédio e Instalações – Fábrica de Confecções	Brasil	SC	Saudades	Alugada
Prédio e Instalações – Fábrica de Confecções	Brasil	SC	Campo Erê	Própria
Prédio e Instalações – Fábrica de Confecções	Brasil	SC	Pinhalzinho	Alugada
Prédio e Instalações – Fábrica de Confecções	Brasil	SC	São Carlos	Alugada
Prédio e Instalações – Fábrica de Confecções	Brasil	SC	Saudades	Própria
Prédio e Instalações – Fábrica de Calçados	Brasil	RS	Venâncio Aires	Própria
Prédio e Instalações – Centro Administrativo	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Prédio e Instalações – Fábrica de Matrizes e Moldes para Calçados	Brasil	RS	Novo Hamburgo	Própria
Prédio e Instalações – Centro de Desenvolvimento e Administração Financeira	Brasil	RS	Ivoti	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Contrato de Licenciamento referente à marca Fila em determinados países da America Latina	31.12.2027 renov. auto.+10anos	(a) falta de pagamento das quantias devidas pela Fila Uruguay após o respectivo prazo de cura; (b) em caso de pedido voluntário de falência ou cessão de bens em benefício de credores pela própria parte; (c) em caso de pedido de falência por terceiros, e desde que o tribunal competente autorize o prosseguimento da ação; e (d) caso a Fila Uruguay ou suas afiliadas utilize as marcas licenciadas em produtos não autorizados, conforme o contrato ou venda produtos fora dos territórios autorizados.	Com o término do Contrato de Licenciamento, todos os direitos outorgados à Fila Uruguay serão rescindidos, e a Companhia perderá o direito de utilizar a marca Fila e comercializar produtos com referida marca nos países indicados no contrato.
Licenças	Contrato de Licenciamento referente à marca Umbro na Argentina	31 de dezembro de 2025	a) Falta de pagamento das quantias devidas pela Companhia após o respectivo prazo de cura; (b) descumprimento de determinadas obrigações contratuais, tais como a utilização das marcas em determinado território; (c) intencionalmente requerer ou obter quaisquer direitos em relação às marcas licenciadas, de acordo com o contrato; (d) em caso de falência ou recuperação judicial da Companhia; (e) dissolução da Companhia; e (f) não atingimento de determinados níveis de venda anuais.	Com o término do Contrato de Licenciamento, todos os direitos outorgados à Dass Argentina S.R.L. serão rescindidos, e perderá o direito de utilizar a marca Umbro e comercializar produtos com referida marca na Argentina.
Franquias	Contrato de Licença e Franquia referente à distribuição de produtos esportivos da marca Umbro	31 de dezembro de 2025	(a) Falta de pagamento das quantias devidas pela Companhia após o respectivo prazo de cura; (b) descumprimento de determinadas obrigações contratuais, tais como a utilização das marcas em determinado território; (c) intencionalmente requerer ou obter quaisquer direitos em relação às marcas licenciadas, de acordo com o contrato; (d) em caso de falência ou recuperação judicial da Companhia; (e) dissolução da Companhia; e (f) não atingimento de determinados níveis de venda anuais.	Com o término do Contrato de Licenciamento, todos os direitos outorgados à Companhia serão rescindidos, e a Companhia perderá o direito de utilizar a marca e comercializar produtos com referida marca nos países indicados no contrato.
Licenças	Direito de uso da marca do clube de futebol Club Atlético Vélez Sarsfield	31 de julho de 2018	Descumprimento de qualquer das suas obrigações assumidas no contrato e desde que a obrigação descumprida não possa ser sanada, caso em que o contrato poderá ser unilateralmente rescindido por justa causa.	Com o término do Contrato de Licenciamento, todos os direitos outorgados à Dass Argentina S.R.L. serão rescindidos e perderá o direito de utilizar a marca do Club Atlético Vélez Sarsfield e comercializar produtos com referida marca.
Licenças	Direito de uso da marca do clube de futebol Club Atlético de Tucumán	30 de junho de 2018	(a) caso uma das partes torne-se insolvente ou, voluntariamente ou solicite sua falência; ou (b) descumprimento das obrigações contratuais após o respectivo prazo de cura.	Com o término do Contrato de Licenciamento, todos os direitos outorgados à Dass Argentina S.R.L. serão rescindidos e perderá o direito de utilizar a marca do Club Atlético de Tucumán e comercializar produtos com referida marca.
Licenças	Direito de uso da marca do clube de futebol Club Estudiantes de La Plata	31 de dezembro de 2018	Descumprimento de qualquer das suas obrigações assumidas no contrato e desde que a obrigação descumprida não possa ser sanada, caso em que o contrato poderá ser unilateralmente rescindido por justa causa.	Com o término do Contrato de Licenciamento, todos os direitos outorgados à Dass Argentina S.R.L. serão rescindidos e perderá o direito de utilizar a marca do Club Estudiantes de La Plata e comercializar produtos com referida marca.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Direito de uso da marca do clube Cruzeiro Esporte Clube	31 de dezembro de 2019	Descumprimento de qualquer das suas obrigações assumidas no contrato e desde que a obrigação descumprida não possa ser sanada, caso em que o contrato poderá ser unilateralmente rescindido por justa causa.	Com o término do Contrato de Licenciamento, todos os direitos outorgados à Companhia serão rescindidos, e a Companhia perderá o direito de utilizar a marca e comercializar produtos com referida marca nos países indicados no contrato
Licenças	Direito de uso da marca do clube Grêmio Foot Ball Porto Alegrense	02 de janeiro de 2019	(a) Falta de pagamento das quantias devidas pela Companhia ao clube após o respectivo prazo de cura; (b) descumprimento das obrigações contratuais após o respectivo prazo de cura; (c) em caso de falência da Companhia; (d) em caso de dissolução do clube; (e) na falta ou atraso no fornecimento dos materiais quando requisitados, de acordo com as quantidades previstas anualmente e no cronograma aprovado pelas partes, após o respectivo prazo de cura; (f) caso uma das partes pratique ato que prejudique a boa reputação e a imagem comercial da marca da outra, após o respectivo prazo de cura; (g) deixe de ser mantida a qualidade dos produtos fabricados, conforme amostras apresentadas para aprovação, após o respectivo prazo de cura; (h) caso as partes de comum acosto o rescindirem; (i) pelo advento de seu término.	Com o término do Contrato de Licenciamento, todos os direitos outorgados à Companhia serão rescindidos, e a Companhia perderá o direito de utilizar a marca e comercializar produtos com referida marca nos países indicados no contrato.
Licenças	Direito de uso da marca do clube Santos Futebol Clube	03 de março de 2020	(a) Falta de pagamento das quantias devidas pela Companhia ao clube após o respectivo prazo de cura; (b) descumprimento das obrigações contratuais após o respectivo prazo de cura; (c) em caso de falência da Companhia; (d) em caso de dissolução do clube; (e) na falta ou atraso no fornecimento dos materiais quando requisitados, de acordo com as quantidades previstas anualmente e no cronograma aprovado pelas partes, após o respectivo prazo de cura; (f) caso uma das partes pratique ato que prejudique a boa reputação e a imagem comercial da marca da outra, após o respectivo prazo de cura; (g) caso as partes de comum acosto o rescindirem; (h) pelo advento de seu término.	Com o término do Contrato de Licenciamento, todos os direitos outorgados à Companhia serão rescindidos, e a Companhia perderá o direito de utilizar a marca e comercializar produtos com referida marca nos países indicados no contrato.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	04.546.323/0001-36	-	Controlada	Brasil	SC	Saudades	Vendas ao varejo	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	18,820000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2017	4.394.000,00		
31/12/2016	3,470000	0,000000	0,00					
31/12/2015	349,760000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Sociedade do grupo responsável pelo comércio varejista de artigos esportivos, sendo umas das empresas do grupo que comporta as operações de varejo, principalmente, junto aos locais onde estão situadas as fábricas.

Dass Argentina SRL	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina			Operação comercial de compra e venda de artigos esportivos.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	-9,190000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2017	56.897.000,00		
31/12/2016	-18,030000	0,000000	0,00					
31/12/2015	95,980000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Sociedade do grupo responsável por atender o mercado varejo argentino, através da distribuição e venda dos produtos das marcas Fila e Umbro.

Dass Asia Pacific Limited	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Hong Kong			Realiza atividades comerciais de compra e venda, importação e exportação.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	-36,710000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2017	562.000,00		
31/12/2016	137,580000	0,000000	0,00					
31/12/2015	-198,990000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Sociedade do grupo responsável pelo desenvolvimento de produtos e identificação, capacitação e supervisão de fornecedores locais, sendo responsável por todas as nossas operações na China.

Dass Eldorado S.R.L.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina			Produção de calçados para o mercado argentino.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	11,170000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2017	114.121.000,00		
31/12/2016	23,950000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2015	61,760000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Sociedade do grupo responsável pela produção de calçados das marcas Nike, Fila, Umbro e Asics, para atender o mercado argentino.								
Dass Peru Calzados y Articulos Depostivos S.A.C.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Peru			Compra e venda de artigos esportivos, importação e exportação.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	60,270000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2017	2.989.000,00		
31/12/2016	-19,820000	0,000000	0,00					
31/12/2015	-6,920000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Sociedade do grupo responsável pela compra e venda da marca Fila no Peru.								
Dass Suarez S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina			Produção de calçados.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	1413,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2017	15.616.000,00		
31/12/2016	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Sociedade relevante para a produção calçados principalmente para o fornecimento na modalidade Private Label no mercado argentino.								
Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	81.786.121/0001-02	-	Controlada	Brasil	SC	Saudades	Confecção de vestuário esportivo e produção de calçados.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	62,210000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2017	25.414.000,00		
31/12/2016	-9,520000	0,000000	0,00					
31/12/2015	-28,690000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Sociedade do grupo responsável pela produção de calçados e confecções de artigos esportivos, para as Private Labels e marcas próprias.								
Dilly Clássico S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Uruguai			Holding de participações societárias.	100,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
				Valor mercado				
31/12/2017	5,330000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2017	102.341.000,00		
31/12/2016	5,480000	0,000000	0,00					
31/12/2015	-16,100000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Sociedade de participação, que detém 100% do capital social da Fila Uruguay Investments S.A., detentora da marca Fila.								
Fila Uruguay Investments S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Uruguai			Licenciamento de marcas	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	60,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2017	13.887.000,00		
31/12/2016	143,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	740,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Sociedade possui o contrato master de licenciamento com a marca Fila, sendo responsável pelo sublicenciamento da marca na América Latina.								
Fonthe Nordeste Indústria de Calçados Ltda.	06.004.476/0001-87	-	Controlada	Brasil	BA	Vitória da Conquista	Participação societária minoritária em sociedades argentinas.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	25,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2017	15.007.000,00		
31/12/2016	16,680000	0,000000	0,00					
31/12/2015	61,640000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Detentora de participação societária na DASS Eldorado e na Dass, empresa do grupo responsável pela produção de calçados das marcas Nike, Fila, Umbro e Converse, para atender o mercado argentino.								
Gravasul Projetos e Matrizes de Solados Ltda.	90.333.063/0001-52	-	Controlada	Brasil	RS	Novo Hamburgo	Fábrica de matrizes e formas para calçados.	50,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	37,440000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2017	1.773.000,00		
31/12/2016	-14,680000	0,000000	0,00					
31/12/2015	-9,300000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Sociedade estratégica para produção de moldes para calçados.								
Meffert Participações S.A.	20.927.812/0001-94	-	Controlada	Brasil	SC	Saudades	Companhia holding de participações societárias.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	102,070000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2017	30.468.000,00		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Sociedade do grupo que detém participação na Dass Suarez S.A., sociedade detentora de planta fabril em Coronel Suarez na Argentina.								
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	04.630.765/0001-66	-	Controlada	Brasil	SC	São Carlos	Costura de peças de vestuário e produção de matéria prima para confecções.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	17,000000	0,000000	2.000.000,00	**Valor contábil**	31/12/2017	8.450.000,00		
31/12/2016	10,990000	0,000000	2.143.000,00					
31/12/2015	10,810000	0,000000	2.708.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Sociedade do grupo cuja atividade principal é a costura de confecções para a Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos Ltda. na região onde está situada.								

9.2 Outras informações relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Ativos Imobilizados Relevantes em regime de Comodato

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Prédio e Instalações – Fábrica de Calçados	Brasil	Bahia	Vitória da Conquista	Concessão de uso
Prédio e Instalações – Fábrica de Confecções	Brasil	Bahia	Vitória da Conquista	Concessão de uso
Prédio e Instalações – Fábrica de Calçados	Brasil	Bahia	Santo Estevão	Concessão de uso
Prédio e Instalações – Fábrica de Calçados	Brasil	Bahia	Itaberaba	Concessão de uso
Prédio e Instalações – Fábrica de Calçados	Brasil	Ceará	Itapipoca	Comodato

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os termos “nós", "nosso" ou "Companhia", quando utilizados nesta seção do Formulário de Referência, referem-se ou significam, conforme o caso, à Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. e suas controladas, exceto se expressamente indicado de forma diferente.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia consolidadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Dessa forma, as informações, as avaliações, as opiniões e os comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentados, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar (i) as demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015; (ii) as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras de exercício para exercício; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara medidas derivadas ou rubricas das demonstrações financeiras da Companhia com o fim de determinar a respectiva evolução ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical corresponde à representatividade, em termos percentuais, de rubricas das demonstrações de resultado em relação às receitas operacionais da Companhia em um determinado período, ou de saldos de contas de balaços patrimoniais da Companhia em relação ao ativo total em determinada data.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossa Diretoria acredita que apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o nosso plano de negócios e cumprir com as nossas obrigações por um período de 12 meses.

Os recursos utilizados para a operação de nossos negócios, incluindo a realização de pesquisas, o desenvolvimento e o lançamento de novos produtos, bem como para a expansão e modernização de nossa estrutura produtiva, são provenientes da comercialização de nossos produtos, que nos proporcionam satisfatórios níveis de geração de caixa, além de apresentarem baixa inadimplência. Contamos com linhas de financiamento de capital de giro de forma a complementar nossa geração própria de caixa. Adicionalmente, subvenções estaduais e federais das quais nos beneficiamos, bem como linhas de crédito que temos junto ao BNDES e outras instituições financeiras privadas, nos proporcionam recursos adicionais para investir em nossos parques industriais, no desenvolvimento e aquisição de novas tecnologias e na aquisição de demais ativos fixos.

Nossa estrutura produtiva atualmente existente é suficiente para atender as necessidades atuais da demanda, baseada em grande parte nos contratos de longa duração já existentes com nossos clientes do segmento de Gestão de Marcas e Clientes *Private Label*. Entendemos também que possuímos capital de giro suficiente para os investimentos em pesquisa, expansão e modernização da estrutura.

Assim, nossa Diretoria entende que continuamos apresentando sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementação do nosso plano de negócios e cumprimento de nossas obrigações nos próximos 12 meses.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O nosso patrimônio líquido passou de R$ 422.106 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 499.992 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 18,5%. Deste aumento, R$ 149.426 mil foram provenientes do lucro do exercício, já descontados os valores distribuídos aos acionistas a título de dividendos, no valor de R$ 10.546 mil. O patrimônio líquido sofreu um impacto negativo de R$ 71.538 mil por conta do ajuste acumulado de conversão em função das diferenças cambiais na conversão dos investimentos no exterior, principalmente da Argentina e de R$ 2 mil por conta de ajustes de avaliação patrimonial dos Investimentos em FINOR (Fundo do Investimento do Nordeste).

Em 31 de dezembro de 2015, as nossas disponibilidades somavam R$74.242 mil, nossos empréstimos e financiamentos (passivo circulante e não circulante) somavam R$ 349.087 mil, nosso índice de liquidez corrente era de 1,8 e a dívida financeira líquida totalizava R$ 274.845 mil, representando 65,1% de nosso patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2016, as nossas disponibilidades somavam R$74.162 mil, nossos empréstimos e financiamentos (passivo circulante e não circulante) somavam R$ 385.134 mil, nosso índice de liquidez corrente era de 2,0 e a dívida financeira líquida totalizava R$310.972 mil, 13,10% maior do que em 2015, representando 62,2% de nosso patrimônio líquido.

Nosso patrimônio líquido passou de R$ 499.992 mil, em 31 de dezembro de 2016, para R$677.101 mil, em 31 de dezembro de 2017, apresentando um acréscimo de 35,4%. Deste aumento, R$ 207.857 mil foram provenientes do lucro do exercício, já descontados os valores distribuídos aos acionistas a título de dividendo mínimo obrigatório, no valor de R$ 29.322 mil e R$ 6 mil são por conta de ajuste de avaliação patrimonial de Investimentos no FINOR. O patrimônio líquido sofreu um impacto negativo de R$ 30.687 mil por conta dos ajustes acumulados de conversão, em função das diferenças cambiais na conversão dos investimentos no exterior, principalmente da Argentina, e de R$ 67 mil por conta do reconhecimento do imposto de renda diferido sobre o valor justo de ativos de nossas controladas, tendo em vista a alteração de seu regime de tributação.

Em 31 de dezembro de 2017, tínhamos disponibilidades no valor de R$ 84.224 mil, nossos empréstimos e financiamentos (passivo circulante e não circulante) somavam R$ 307.098 mil, nosso índice de liquidez corrente era de 2,0 e nossa dívida financeira líquida totalizava R$222.874 mil, ou seja, 28,3% menor do que 2016, representando 32,9% de nosso patrimônio líquido.

(b) Estrutura de capital

Nossa Diretoria acredita que nossa atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação da dívida financeira líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis adequados ao setor em que estamos inseridos.

Nossa atual estrutura de capital apresentou nos períodos indicados uma relação equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com nossas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2015	%	2016	%	2017	%
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	619.005	59,5%	733.685	59,5%	648.480	48,9%
Capital próprio (patrimônio líquido)	422.106	40,5%	499.992	40,5%	677.101	51,1%
Capital total (terceiros + próprio)	**1.041.111**	**100,0%**	**1.233.677**	**100,0%**	**1.325.581**	**100,0%**

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Considerando o perfil de nosso endividamento, nosso fluxo de caixa gerado por meio de nossas atividades operacionais e nossos indicadores de desempenho, acreditamos que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, compromissos financeiros e outros valores a serem pagos nos próximos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2016, nossa dívida financeira líquida (composta por empréstimos e financiamentos – passivo circulante e não circulante deduzidos de caixa e equivalentes de caixa) aumentou 13,1%, passando de R$ 274.845 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 310.972 mil em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento reflete, principalmente, a aquisição da planta industrial em Coronel Suarez na Argentina, a qual exigiu maiores investimentos em razão da necessidade de reforço de nosso capital de giro. Para mais informações a respeito de referida aquisição, ver seção 15.7 deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2017, nossa dívida financeira líquida (composta por empréstimos e financiamentos – passivo circulante e não circulante deduzidos de caixa e equivalentes de caixa) diminuiu 28,3%, passando de R$ 310.972 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$ 222.874 mil em 31 de dezembro de 2017. Essa redução se deu, principalmente, por conta do aumento do resultado da Companhia no período e consequente geração de caixa, aliada à estratégia de redução da dívida financeira para fins de giro operacional.

Nosso EBITDA (consiste no lucro ou prejuízo líquido do exercício adicionado do Resultado Financeiro, Imposto de Renda, e contribuição social e depreciação e amortização), no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, aumentou 68,4%, passando de R$ 187.935 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 316.534 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um índice de dívida financeira líquida por EBITDA de 1,0 no ano. Nosso EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 389.824 mil, 23,2% maior que o nosso EBITDA no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um índice de dívida líquida por EBITDA de 0,6 no ano. O progressivo aumento de nosso EBITDA é reflexo dos investimentos em aquisições e novas linhas de produtos, bem como do melhor desempenho de nossas atividades operacionais e consequente aumento da geração de caixa delas proveniente, reforçando a nossa confiança na capacidade de honrar nossos compromissos financeiros.

A tabela abaixo apresenta a nossa dívida financeira líquida e a sua relação com o EBITDA e o patrimônio líquido dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R$ mil, exceto os percentuais)	**2015**	**2016**	**2017**
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	136.163	119.218	136.725
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	212.924	265.916	170.373
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	74.242	74.162	84.224
Dívida financeira líquida	274.845	310.972	222.874
Patrimônio Líquido	422.106	409.992	677.101
EBITDA	187.935	316.534	389.824
Dívida financeira líquida/EBITDA	1,5	1,0	0,6

Nosso capital circulante líquido (correspondente ao ativo circulante menos o passivo circulante) passou de R$ 233.924 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 329.443 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 40,8%. Este aumento ocorreu devido ao incremento nas contas de clientes e estoques para a incorporação da nova planta industrial de Coronel Suarez. Em 31 de dezembro de 2017, nosso capital circulante líquido foi de R$ 363.952 mil, representando um aumento de 10,5% se comparado com 31 de dezembro de 2016, por conta do aumento da atividade operacional que exigiu maior capital de giro.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tendência de aumento de nossa capacidade de pagamento é reflexo do contínuo crescimento da nossa receita operacional ocorrido nesses períodos e da constante redução de nossos empréstimos e financiamentos. Nossa conta de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira passou de R$ 28.958 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 20.018 mil em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 30,9%. Do montante a pagar em moeda estrangeira 56,1% contava com cobertura contra riscos de oscilação de câmbio (contratos de câmbio a termo) e o restante tratava-se de operações financeiras de curto prazo contratadas em moeda local (Pesos) no mercado argentino, país onde geramos receitas na mesma moeda. Nossa conta de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira passou de R$ 20.018 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$ 17.204 mil em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 14,1%.

Nossa capacidade de pagamento de empréstimos e financiamentos de curto prazo, calculada com base em nosso índice de liquidez corrente (correspondente à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante), passou de 1,8 em 31 de dezembro de 2015 para 2,0 em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, nosso índice de liquidez corrente foi de 2,0.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos contratados com instituições financeiras. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de seus negócios; e (ii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos adicionais (i) aos existentes em nosso caixa e gerado por nossas operações próprias; ou (ii) resultantes de linhas de financiamento já existentes. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

Na seção 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamento contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Encerramos o exercício social de (i) 2015, com um saldo de empréstimos e financiamentos de R$ 349.087 mil; (ii) 2016, com um saldo de empréstimos e financiamentos de R$ 385.134 mil; e (iii) 2017, com saldo de empréstimos e financiamentos de R$ 307.098 mil. Nossa dívida financeira líquida se destina, especialmente, ao financiamento do giro operacional e aos investimentos. Busca-se reduzir a duração e representatividade da dívida financeira líquida para fins de giro operacional, principal motivo para a variação negativa de 2017 em comparação a 2016 ou em 2016 comparado a 2015 no comportamento do endividamento.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2017, possuíamos empréstimos e financiamentos denominados em Reais e em moeda estrangeira (Dólares e Pesos), contratados por nós e por nossas controladas, cujo valor total correspondia a R$ 307.098 mil. A maioria de nossos empréstimos e financiamentos é garantida por aval ou fiança prestados por nós e/ou pelas empresas de nosso grupo e/ou por nossos acionistas controladores. Outros empréstimos e financiamentos são garantidos por hipoteca ou alienação fiduciária de imóveis de nossa propriedade, alienação fiduciária de nossos equipamentos, cessão de direitos creditórios de nossa titularidade e penhor de nossas ações de titularidade do nosso acionista controlador. Em relação ao penhor de nossas ações de titularidade do nosso acionista controlador, em 22 de fevereiro de 2018 todos os empréstimos e financiamentos que eram garantidos por referido penhor foram devidamente liquidados, sendo refinanciados por meio de dívidas garantidas por garantia fidejussória de sociedades de nosso grupo e/ou dos nosso acionista controlador.

A seguir apresentamos uma breve descrição dos principais contratos celebrados por nós e por nossas subsidiárias com nossos credores, vigentes em 31 de dezembro de 2017:

Relativamente ao Itaú Unibanco S.A.

- Nota de Crédito à Exportação (NCE) nº 100117100005800 desembolsada em 13 de outubro de 2017, remunerada por certo percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimento em 13 de outubro de 2020, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era R$ 40.741 mil, garantida por aval do nosso acionista controlador.

- Nota de Crédito à Exportação (NCE) nº 100116120015700 desembolsada em 28 de dezembro de 2016 remunerada por certo percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), de vencimento em 3 de janeiro de 2019, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era R$ 10.492 mil, garantida por aval do nosso acionista controlador.

- Nota de Crédito à Exportação (NCE) nº 100116120004100 desembolsada em 14 de dezembro de 2016 remunerada por certo percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimento em 13 de dezembro de 2019, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era R$ 20.074 mil, garantida por nosso aval e pelo aval do nosso acionista controlador.

- Cédula de Crédito à Exportação n° 100115060022500, desembolsada em 29 de junho de 2015, remunerada por certo percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimento em 8 de julho de 2020, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 31.896 mil, garantida por aval dos acionistas e de afiliadas da Companhia, cessão fiduciária de recebíveis, alienação fiduciária de imóveis e penhor de ações emitidas por nós e detidas por Blu Licenciamentos e Participações S.A. Esta CCE foi quitada em 22 de fevereiro de 2018, conforme mencionado acima.

- Nota de Crédito à Exportação n° 100111120004000, desembolsada em 29 de junho de 2015, remunerada por certo percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimento em 8 de julho de 2020, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 4.399 mil, garantida por aval dos acionistas e de afiliadas da Companhia, cessão fiduciária de recebíveis, alienação fiduciária de imóveis e penhor de ações emitidas por nós e detidas por Blu Licenciamentos e Participações S.A. Esta NCE foi quitada em 22 de fevereiro de 2018, conforme mencionado acima.

- Cédula de Crédito Bancário n° 000050002623500, desembolsada em 24 de fevereiro de 2012, ao custo de 9% a.a., com vencimento em 15 de março de 2020, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 3.295 mil, garantida por aval de nosso acionista controlador.

- Diversos instrumentos de repasse de recursos do BNDES através de programas de financiamento a investimento, em especial FINAME, contratados por meio da emissão de Cédulas de Crédito Bancário (CCB), com datas de vencimento que variam entre 15 de maio de 2018 a 15 de setembro de 2022, totalizando

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

um saldo devedor de R$ 13.154 mil em 31 de dezembro de 2017, cujas taxas de juros variam de 2,5% ao ano a 8,7% ao ano, TJLP acrescida de 4,1% ao ano e Selic acrescida de 5,0% ao ano, garantidos por aval de nossos acionistas controladores, alienação fiduciária dos equipamentos a serem adquiridos com os recursos oriundos dos respectivos financiamentos e/ou carta fiança emitida por nossos acionistas controladores.

Relativamente ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

- Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 1320580-1 desembolsada em 09 de junho de 2014 custando a taxa pré-fixada de 3,5% ao ano, de vencimento em 15 de outubro de 2020, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era R$ 26.592 mil, garantida por fiança dos acionistas controladores, hipoteca de imóveis e alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, além de fiança bancária.

Relativamente ao Banco Santander (Brasil) S.A.

- Cédula de Crédito Bancário Finex 4131 (CCB) nº 4079030 desembolsada em 24 de junho de 2016 ao remunerada por certo percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), de vencimento em 14 de junho de 2018, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era R$ 20.055 mil, garantida por carta de crédito *stand-by*.

- Cédula de Crédito Bancário n° 270611715, desembolsada em 29 de junho de 2015, remunerada por certo percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimento em 14 de junho de 2020, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 9.760 mil, garantida por nosso aval e do nosso acionista controlador, hipoteca de imóveis e cessão fiduciária de direitos creditórios da Dass Sul. Esta CCB foi quitada em 21 de fevereiro de 2018.

- Cédula de Crédito Bancário n° 270563315, desembolsada em 29 de junho de 2015 remunerada por certo percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário) com vencimento em 29 de junho de 2020, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 16.637 mil, garantida por aval do nosso acionista controlador e de nossa controlada, cessão fiduciária de recebíveis, alienação fiduciária de imóveis e penhor de ações emitidas por nós e detidas por Blu Licenciamentos e Participações S.A. Esta CCB foi quitada em 22 de fevereiro de 2018, conforme mencionado acima.

Relativas ao Banco Bradesco S.A. e HSBC Bank Brasil S.A.

- Cédula de Crédito à Exportação n° 201500068, desembolsada em 29 de junho de 2015, remunerada por certo percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimento em 29 de junho de 2020, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 16.495 mil, garantida por aval dos acionistas e de afiliadas da Companhia, cessão fiduciária de recebíveis, alienação fiduciária de imóveis e penhor de ações emitidas por nós e detidas por Blu Licenciamentos e Participações S.A. Esta CCE foi quitada em 22 de fevereiro de 2018, conforme mencionado acima.

- Cédula de Crédito Bancário n° 3251250850, desembolsada em 29 de junho de 2015, remunerada por certo percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimento em 29 de junho de 2020, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 15.841 mil, garantida por aval dos acionistas e de afiliadas da Companhia, cessão fiduciária de recebíveis, alienação fiduciária de imóveis e penhor de ações emitidas por nós e detidas por Blu Licenciamentos e Participações S.A. Esta CCB foi quitada em 22 de fevereiro de 2018, conforme mencionado acima.

- Cédula de Crédito Bancário n° 3251250868, desembolsada em 29 de junho de 2015, remunerada por certo percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimento em 29 de junho de 2020, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 3.960 mil, garantida por aval dos acionistas e de afiliadas da Companhia, cessão fiduciária de recebíveis, alienação fiduciária de imóveis e penhor de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ações emitidas por nós e detidas por Blu Licenciamentos e Participações S.A. Esta CCB foi quitada em 22 de fevereiro de 2018, conforme mencionado acima.

- Cédula de Crédito Bancário n° 16/7604, desembolsada em 28 de junho de 2016, sendo 30% do valor ao custo de Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e 70% do valor ao custo da Taxa Média SELIC acumulada acrescido de 5% ao ano, com vencimento em 15 de julho de 2018, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 12.190 mil. Esta CCB foi quitada em 15 de janeiro de 2018.

Relativas ao Banco do Brasil S.A.

- Cédula de Crédito à Exportação n° 316.801.130, desembolsada em 12 de fevereiro de 2016, remunerada por certo percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com vencimento em 5 de janeiro de 2019, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 7.411 mil, garantida por aval do nosso acionista controlador e de nossa sociedade controlada e por hipoteca cedular de 1º grau sobre aeronave de titularidade da Companhia.

Relativas ao Banco ABC S.A.

- Nota de Crédito à Exportação n° 4663417, desembolsada em 16 de outubro de 2017, remunerada por certo percentual da taxa CDI, com vencimento em 07 de outubro de 2019, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 5.089 mil, garantida por aval de nossa sociedade controlada.

Relativas ao Banco Votorantim S.A.

- Cédula de Crédito Bancário n° 114575-5, desembolsada em 6 de outubro de 2016 ao custo de 4,25% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, para a primeira *tranche*¸ e 4,25% ao ano acima da SELIC, para a segunda *tranche*, com vencimento em 15 de outubro de 2018, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 13.000 mil, garantida por aval do nosso acionista controlador e de nossa sociedade controlada. Esta CCB foi quitada em 15 de fevereiro de 2018.

- Cédula de Crédito Bancário n° 114576-7, desembolsada em 20 de setembro de 2016 ao custo de 4,25% a.a., acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, para a primeira *tranche*¸ e 4,25% ao ano acima da SELIC, para a segunda *tranche* de vencimento em 15 de outubro de 2018, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 6.156 mil, garantida por aval do nosso acionista controlador. Esta CCB foi quitada em 15 de fevereiro de 2018.

Relativamente à FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

- Contrato de Financiamento n° 0917000900 desembolsado em 19 de abril de 2017, ao custo de juros compostos de Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP acrescidos de 5% ao ano, de vencimento em 15 de maio de 2027, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 14.190 mil, garantido por fiança bancária emitida pelo Banco Santander.

Os contratos listados acima atrelados à variação da taxa CDI, possuem taxas de juros que variam entre 121,3% e 140% da taxa CDI.

Após a data base de 31 de dezembro de 2017, foram contratados financiamentos pela Companhia e suas controladas, com Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A., com datas de vencimento que variam entre 14 de fevereiro de 2019 e 22 de fevereiro de 2021, no montante total de R$ 126.900.000,00 (cento e vinte e seis milhões e novecentos mil reais) remunerados por taxa de juros que varia entre 123% e 125% da taxa CDI.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Possuímos um bom relacionamento com as principais instituições financeiras atuantes no mercado brasileiro. Possuímos contratos de serviços de cobrança de longa data com Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A., contratos de fianças bancárias com os Banco Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A. e contratos globais de derivativos (CGD) com Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Safra S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco Citibank S.A. entre outros.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2017 possuía cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Os contratos de repasse de recursos do BNDES celebrados com instituições financeiras em geral contêm cláusulas restritivas, que, em caso de descumprimento, ensejam o vencimento antecipado da respectiva dívida. As principais restrições estão relacionadas a possíveis alterações societárias, tais como: transferência do controle societário direto ou indireto, mudanças na composição do capital social, ou incorporações, fusões, transferências de ações, seja por cisão ou por qualquer outra forma, sem o consentimento formal do agente financeiro e do BNDES, antes da alteração. Ademais, tais contratos podem estipular limitações à distribuição de dividendos e obrigações como a apresentação de anual de demonstrações financeiras auditadas até um certo prazo contratualmente estabelecido.

Além dos contratos de repasses de recursos do BNDES, a maioria dos contratos de dívida celebrados por nós ou por nossas controladas junto a instituições financeiras possuem cláusulas restritivas relativas a: (i) alteração ou modificação da composição do capital social da Companhia; (ii) qualquer mudança, transferência, ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário da Companhia ou de qualquer um dos garantidores dos contratos; (iii) incorporação, fusão ou cisão da Companhia, suas subsidiárias ou de qualquer um dos avalistas dos contratos, sem prévia anuência do credor; e (iv) alienação, transferência ou cessão a terceiros de qualquer ativo da Companhia, suas subsidiárias ou dos avalistas dos contratos, de valor, individual ou agregado, superior a R$ 5 milhões de reais.

Além disso, temos contratos de empréstimos e financiamentos firmados com algumas instituições financeiras que contêm cláusulas restritivas que incluem, dentre outras, possibilidade de antecipação do vencimento quando determinados índices financeiros (coeficiente de liquidez corrente e dívida bancária líquida/EBITDA e patrimônio/ ativo total) não forem atingidos.

Segue abaixo a descrição dos principais *covenants* financeiros que devemos cumprir, de acordo com a data base de 31 de dezembro de 2017:

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA consolidado) de até 3,0 vezes com relação ao exercício social de 2018 até o vencimento das operações, neste caso 15 de março de 2020;

- Coeficiente de liquidez corrente, calculado à razão do Ativo Circulantes pelo Passivo Circulante da demonstração financeira consolidada do grupo devendo ser maior ou igual a 1,5x.

- No âmbito do contrato BNDES n.º 1320580-1, existe cláusula financeira que limita os pagamentos de dividendos, juros sobre capital próprio e participações no resultado a um percentual do lucro líquido do exercício onde: (i) caso a relação patrimônio líquido / ativo total seja igual ou superior a 0,70, não haverá limitação a referida distribuição; (ii) caso a relação patrimônio líquido/ ativo total esteja entre 0,30 e 0,70, a distribuição ficará limitada a 50% do lucro líquido do exercício; e (iii)caso

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a relação patrimônio líquido/ ativo total seja igual ou inferior a 0,30, a distribuição ficará limitada a 25% do lucro líquido do exercício.

Na data deste Formulário de Referência, estávamos cumprindo com todas as obrigações decorrentes de nossos contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos acima.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Nesta data deste Formulário de Referência, não dispúnhamos de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido integralmente realizado.

Na hipótese de haver necessidade de financiamentos adicionais, nosso relacionamento com instituições financeiras tem historicamente nos permitido ter acesso a novas linhas de créditos.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

O resumo de nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017 foi extraído das nossas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas sob a responsabilidade de nossa administração, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), e que refletem adequadamente o resultado de nossas operações e de nossa situação patrimonial e financeira nos respectivos exercícios.

Descrição das principais linhas do nosso resultado

Receita Operacional Líquida

Nossa receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas subsidiárias, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Nossa receita operacional é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

A Companhia possui dois segmentos operacionais reportáveis representados por Gestão de Marcas e *Private Label*. Estes segmentos, embora ofereçam produtos vinculados ao mercado de artigos esportivos, possuem estratégias diferentes e administração separada.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis:

Gestão de Marcas: consiste na gestão de marcas esportivas e de calçados, que inclui o desenvolvimento, produção e comercialização de calçados, confecções e acessórios, por meio de licença para a produção e comercialização, tendo hoje como principais clientes deste segmento as marcas Fila e Umbro.

Private Label: consiste na produção de calçados e confecções para nossos Clientes de *Private Label*.

Outros: consiste na atividade de varejo, nos formatos de "*outlet stores*" ou lojas de fábricas e "*concept stores*" ou lojas-conceito e gerenciamento de *royalties* sobre licenciamentos de marcas, entre outros. Nenhuma destas atividades atingiu os limites quantitativos para serem reportados separadamente como segmentos operacionais em nossas nas demonstrações financeiras.

Incentivos fiscais representados por subvenções para investimentos estaduais e federais não são alocados aos segmentos por serem concedidos às em determinadas regiões incentivadas, independentemente das atividades exercidas e dos segmentos operacionais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossos ativos e passivos não são segregados por segmento, uma vez que servem a todos os segmentos operacionais reportáveis sem distinção.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados são reconhecidos quando vendemos o correspondente produto e compreendem:

- custos de materiais, que incluem tecidos e aviamentos (linha de costura, botão, zíper e outros acabamentos, bem como sintéticos, nylons, telas, espumas, couraça, tintas e telas), bem como borracha, PVC (Poli Cloreto de Vinila), EVA (Etil Vinil Acetato) e outros compostos, principalmente, derivados de petróleo;

- custos de mão de obra para produção e confecção próprias e terceirizadas de nossos produtos, que incluem corte, costura, bordado, serigrafia, alta frequência, pré-fabricado, transferência, estamparia, *termo transfer*, aviamento, montagem e acabamento. Atualmente, contamos com empresas contratadas para manufatura de determinadas linhas de produtos e participação em determinadas fases do processo produtivo de confecção e de produção de calçados; e

- outros custos de produção, contemplando gastos gerais de fabricação, tais como energia elétrica, manutenção e depreciação.

Lucro bruto

Nosso lucro bruto é o resultado da soma da receita líquida dos produtos vendidos e serviços prestados menos os seus respectivos custos. O lucro bruto é impactado pela política de precificação e pelo *mix* de tipos de produtos vendidos em determinado período. Também é afetado pelo preço das matérias-primas, principalmente, de derivados do petróleo, como as resinas utilizadas na produção dos solados. Nossa margem bruta é um importante indicador de nossa eficiência operacional e, portanto, temos uma cultura de constante redução de custos por meio de prospecção e desenvolvimento de tecnologias modernas para nossas unidades industriais. Buscamos, ainda, negociar diretamente com nossos fornecedores os preços das principais matérias-primas utilizadas em nosso processo produtivo, centralizando as compras para conquistar alto volume e obter redução dos preços.

Despesas de vendas e marketing

As principais despesas com vendas e marketing são decorrentes: (a) de patrocínios de clubes de futebol como Grêmio, Cruzeiro, Vasco e Santos e outros esportes, bem como de publicidade e propaganda em diversos meios de comunicação, participação em feiras e eventos, *show rooms* e treinamentos; (b) nas comissões de nossos representantes comerciais; (c) em comissões sobre vendas, salários, provisões para férias e décimo–terceiro salários, encargos sobre salários e benefícios para os nossos gestores e nossos demais funcionários; e (d) despesas relativas a separação dos produtos e a prestação de serviços aos clientes, tais como central de atendimento telefônico e despesas relacionadas à entrega de nossos produtos aos canais de vendas e demais centros de distribuição e/ou comercialização de nossos parceiros e relativas às nossas operações internacionais.

Despesas administrativas e gerais

As despesas administrativas e gerais consistem em despesas com pessoal administrativo, honorários profissionais e pagamento por serviços de terceiros, manutenção de sistemas, material de expediente, comunicação, viagens e estadias, tanto no Brasil como em nossas operações internacionais, entre outros. A remuneração de nossa administração consiste em salário e benefícios, incluindo o pagamento de bônus

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

para nossa alta administração, para a qual se espera uma alteração relevante após a recente criação de nosso conselho de administração e obtenção de nosso registro de companhia aberta. Para mais informações sobre a remuneração dos administradores, ver item 13 deste Formulário de Referência.

Resultado financeiro líquido

Nosso resultado financeiro líquido reflete, principalmente, o custo dos empréstimos de curto e longo prazo, a receita de aplicações financeiras, variações positivas ou negativas sobre o valor justo de instrumentos financeiros, as variações cambiais relativas às dívidas e recebíveis denominados em moeda estrangeira, variações monetárias de depósitos judiciais e outras contas de ativos e passivos e outros encargos pagos a instituições financeiras, como taxas, multas e juros de mora.

Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

As outras (despesas) e receitas operacionais líquidas consistem, principalmente, em provisões para contingência, ganhos e perdas com alienações de ativos permanentes, recuperação de tributos e outras receitas ou despesas operacionais não classificáveis como de vendas ou administrativas

Imposto de renda e contribuição social

Operamos sob o regime de imposto de renda por lucro real. Desta forma, estamos sujeitos a IRPJ e CSLL, que podem atingir, em conjunto, a alíquota combinada máxima de 34%. A composição destes tributos é a seguinte: (i) IRPJ, calculado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%; (ii) adicional de IRPJ, incidente sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$240 mil ao ano, calculado à alíquota de 10%; e (iii) CSLL, calculada à alíquota de 9%. Nas unidades do exterior, as controladas estão sujeitas ao imposto de renda de até 35%, como é o caso da Argentina.

A Companhia tem sido beneficiária de subvenções governamentais de instalação, ampliação e modernização de operações industriais na região Nordeste, que nos proporcionam redução de IR de até 75% do lucro da exploração. Para mais informações sobre este incentivo fiscal, ver item 7.3 "c" – "Características do Mercado de Atuação – Subvenções para Investimentos" deste Formulário de Referência.

Demonstração do Resultado

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação %
	2016	A.V. %(1)	2017	A.V. %(1)	2016/2017
Demonstração Consolidada do Resultado	*(Em R$ mil, exceto os percentuais)*				
Receita operacional líquida	1.440.779	100,0%	1.715.443	100,0%	19,1%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(972.849)	(67,5)%	(1.180.826)	(68,8)%	21,4%
Lucro bruto	467.930	32,5%	534.617	31,2%	14,3%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação %
	2016	A.V. %[1]	2017	A.V. %[1]	2016/2017
Demonstração Consolidada do Resultado	*(Em R$ mil, exceto os percentuais)*				
(Despesas) receitas operacionais					
Vendas e *marketing*	(174.824)	(12,1)%	(179.735)	(10,5)%	2,8%
Administrativas e gerais	(45.967)	(3,2)%	(42.411)	(2,5)%	(7,7)%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.762	0,2%	7.560	0,4%	173,7%
Resultado da equivalência patrimonial	(222)	0,0%	551	0,0%	(348,2)%
Resultado antes das receitas (despesas financeiras e impostos)	249.679	17,3%	320.582	18,7%	28,4%
Despesas financeiras	(121.807)	(8,5)%	(90.295)	(5,3)%	(25,9)%
Receitas financeiras	76.714	5,3%	68.831	4,0%	(10,3)%
Variações cambiais líquidas	3.239	0,2%	(12.281)	(0,7)%	(479,2)%
Resultado financeiro líquido	(41.854)	(2,9)%	(33.745)	(2,0)%	(19,4)%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	207.825	14,4%	286.837	16,7%	38,0%
Imposto de renda e contribuição social	(47.718)	(3,3)%	(49.658)	(2,9)%	4,1%
Resultado líquido das operações em continuidade	160.107	11,1%	237.179	13,8%	48,1%
Resultado líquido das operações descontinuadas	(135)	0,0%	-	0,0%	(100,0)%
Lucro líquido do exercício	159.972	11,1%	237.179	13,8%	48,3%

[1] Em relação a nossa receita operacional líquida.

Comparação dos principais itens de demonstração de resultados auferidos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida passou de R$ 1.440.779 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, com um volume de vendas de 20.822 mil unidades de produtos, para R$ 1.715.443 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, com um volume de vendas de 24.057 mil unidades de produtos, representando um aumento de 19,1%, em nossa receita operacional líquida. Tal aumento é explicado pelo crescimento de 15,5% nas vendas de peças e pelo aumento de 3,1% no preço médio, bem como pelo início do fornecimento a novos Clientes *Private Label*.

Como percentual de nossa receita operacional líquida, a receita obtida com nossas operações no Brasil representava 45,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, enquanto que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representou 48,9%. As nossas operações nos demais países, por sua vez, representavam 54,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, enquanto que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representou 51,1%. Tais variações

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ocorreram, principalmente, por conta do crescimento da receita operacional proveniente do segmento operacional de *Private Label* no Brasil, pelos motivos abaixo especificados.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os segmentos de Gestão de Marcas e *Private Label* representaram 36,0% e 57,0%, respectivamente, de nossa receita operacional líquida. Outros e Subvenções para Investimentos somados representaram 7,0% de nossa receita operacional líquida neste mesmo exercício. No exercício social encerado em 31 de dezembro de 2017, os segmentos de Gestão de Marcas e *Private Label* representaram 33,2% e 60,0%, respectivamente, de nossa receita operacional líquida, enquanto Outros e Subvenções para Investimentos somados representaram 6,8% de nossa receita operacional líquida.

Segue quadro demonstrativo da quebra de nossa receita operacional líquida por nossos segmentos:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação
	2016		2017		2016/2017
	Receita Operacional Líquida	% (1)	Receita Operacional Líquida	% (1)	%
	(Em R$ mil, exceto os percentuais)				
Gestão de Marcas	518.538	36,0%	569.769	33,2%	9,9%
Private Label	821.329	57,0%	1.028.800	60,0%	25,3%
Total de Segmentos Reportáveis	1.339.867	93,0%	1.598.569	93,2%	19,3%
Subvenções para Investimentos	76.120	5,3%	90.729	5,3%	19,2%
Outros	24.792	1,7%	26.144	1,5%	5,5%
Receita Operacional Líquida	**1.440.779**	**100,0%**	**1.715.443**	100,0%	**19,1%**

(1) Percentual em relação à nossa receita operacional líquida no período.

Gestão de Marcas

A receita operacional líquida proveniente do nosso segmento Gestão de Marcas passou de R$ 518.538 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, com um volume de vendas de 9.554 mil unidades de nossos produtos para R$ 569.769 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, com um volume de vendas de 10.148 mil unidades de produtos. Isto representou um crescimento de 9,9%, quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que é justificado pelo aumento em 6,2% da quantidade de produtos vendidos. O aumento da quantidade de produtos vendidos ocorreu, principalmente, por conta do (i) aumento do desempenho esportivo dos clubes que patrocinamos e, consequente, da exposição da marca Umbro; e (ii) evolução da qualidade e design dos produtos da marca Fila.

Ressalta-se que o preço médio por peça passou de R$ 54,27 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 56,15 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, apresentando assim um aumento de 3,5%. Tal variação deve-se ao reajuste de preços de algumas linhas de produtos, bem como a alteração de nossa estratégia de vendas, de forma a priorizar determinados produtos com preço de venda maiores em nosso rol de produtos vendidos.

Private Label

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A receita operacional líquida de nosso segmento de *Private Label* passou de R$ 821.329 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (representando 57,0% receita operacional líquida), com um volume de vendas de 10.939 mil peças, para R$1.028.800 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (representando 60,0% de nossa receita operacional líquida, um aumento de 3 pontos percentuais em relação ao exercício social encerado em 31 de dezembro de 2016), com um volume de vendas de 13.611 mil peças, o que representou um aumento da receita líquida do segmento de 25,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação é explicada pela incorporação de novos clientes ao nosso portfólio de clientes deste segmento, bem como pelo aumento do volume de produtos nos pedidos dos clientes já existentes, gerando um crescimento de 24,4% no volume de vendas de peças em relação ao exercício social anterior.

O preço médio por peça dos produtos de nosso negócio de *Private Label* passou de R$ 75,08 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 75,59 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 0,7%. Esse aumento é consequência da encomenda, pelos nossos clientes, de novos produtos com média de preços superior em relação aos que eram anteriormente comercializados.

Outros

A receita operacional líquida de Outros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 passou de R$ 24.792 mil (representando 1,7% de nossa receita operacional líquida), para R$ 26.144 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (representando 1,5% de nossa receita operacional líquida), representando um aumento de 5,5% no exercício. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao aumento das vendas em nossas lojas de fábrica *(outlet stores)* no período.

As subvenções para investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R$ 76.120 mil, passando para R$ 90.729 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 19,2%. Esse aumento está diretamente relacionado ao aumento de nossa receita operacional líquida. Maiores informações a respeito de subvenções governamentais podem ser obtidas no item 7.3 “c” deste Formulário de Referência.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados pela Companhia aumentaram 21,4%, passando de R$ 972.849 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 1.180.826 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Referida variação, de R$ 207.977 mil, é explicada pelo crescimento das nossas operações e volume de vendas e consequentemente aumento dos custos de materiais, mão de obra e demais custos de produção.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados representavam 67,5% da nossa receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e 68,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Lucro bruto

Pelas razões acima descritas, nosso lucro bruto aumentou 14,3%, passando de R$ 467.930 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 534.617 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

O lucro bruto representava 32,5% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, e 31,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, apresentando redução de 1,3 ponto percentual.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(Despesas) receitas operacionais

Vendas e marketing

As despesas com vendas e *marketing* aumentaram 2,8%, passando de R$ 174.824 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 179.735 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento das despesas com comissões sobre vendas pagas a representantes comerciais, diretamente relacionada ao aumento de nossas vendas no segmento Gestão de Marcas.

Apesar do aumento acima mencionado, em relação ao percentual da receita operacional líquida, as despesas com vendas e marketing passaram de 12,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para 10,5% em 31 de dezembro de 2017, apresentando uma redução de 1,6 ponto percentual no exercício.

Administrativas e gerais

As despesas administrativas e gerais reduziram 7,7%, passando de R$ 45.967 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 42.411 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, reflexo da implementação de processos automatizados e padronização de processos administrativos, gerando ganhos de eficiência e redução de despesas.

Como percentual da receita operacional líquida, as despesas administrativas e gerais passaram de 3,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para 2,5% em 31 de dezembro de 2017, apresentando uma redução de 0,7 ponto percentual no exercício.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, aumentaram 173,7%, passando de R$ 2.762 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 7.560 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação é reflexo do reconhecimento na contabilidade do êxito na ação judicial transitada em julgado relativa à recuperação de PIS e COFINS sobre as importações. Como percentual da receita operacional líquida, outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, passaram de 0,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para 0,4% em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 0,2 ponto percentual no exercício.

Despesas financeiras

As despesas financeiras reduziram 25,9% passando de R$ 121.807 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 90.295 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu da redução das taxas de juros brasileiras no período, tendo em vista que nossos empréstimos e financiamentos são majoritariamente indexado à CDI (Certificado de Depósito Bancário), além da redução do saldo devedor dos nossos empréstimos e financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. As despesas de juros reduziram de R$ 63.186 mil para R$ 49.415 mil de 2016 para 2017. Outra conta que também teve uma redução significativa foram as despesas relacionadas com os instrumentos financeiros derivativos, que em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 19.756 mil e no exercício social encerrado em de 31 de dezembro de 2017 de R$ 3.117 mil

Como percentual da receita operacional líquida, as despesas financeiras representaram 8,5% em 2016 e 5,3% em 2017, apresentando uma redução de 3,2 ponto percentual no exercício, em razão do exposto acima.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receitas financeiras

As receitas financeiras reduziram 10,3%, passando de R$ 76.714 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 68.831 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu, principalmente, da redução da conta de Ajuste a Valor Presente, cujo impacto é relevante, por conta do prazo médio de financiamento dos nossos clientes, que em 2017 estava na média de 50 dias e 53 dias em 2016.

Como percentual da receita operacional líquida, as receitas financeiras representaram 5,3% em 2016 e 4,0% em 2017, apresentando uma redução de 1,3 ponto percentual no período.

Variações cambiais líquidas

As variações cambiais líquidas reduziram 479,2%, passando de uma receita de R$ 3.239 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para uma despesa de R$ 12.281 mil negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu, principalmente, da valorização cambial sofrida pelo Dólar (USD) e pelo Real (BRL) em relação ao Peso argentino no período, impactando nos compromissos em moeda estrangeira nas operações na Argentina.

Como percentual da receita operacional líquida, as variações cambiais líquidas representaram 0,2% positivo em 2016 e 0,7% negativo em 2017, apresentando uma redução de 0,9 ponto percentual no exercício.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido passou de R$ 41.854 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 33.745 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução 19,4%. Essa variação é consequência da variação de suas contas, principalmente a redução dos juros, perdas com derivativos, bem como a redução das receitas com ajuste a valor presente e da variação cambial já mencionados nos parágrafos acima.

Como percentual da receita operacional líquida, o resultado financeiro líquido representou 2,9% em 2016 e 2,0% em 2017, apresentando uma redução de 0,9 ponto percentual no exercício.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social passou de R$ 47.718 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 49.658 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento da receita operacional líquida no período.

Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e a contribuição social representaram 3,3% em 2016 e 2,9% em 2017. Assim, apesar do aumento no valor do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro terem sido maiores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a participação em relação à receita líquida reduziu 0,4 ponto percentual. Essa redução deve-se ao aumento da participação na receita líquida das atividades com subvenções governamentais em relação às demais receitas, uma vez que, nas atividades incentivadas, há a redução do imposto de renda.

Resultado líquido das operações em descontinuidade

O resultado líquido das operações em descontinuidade era apresentado de forma separada até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Trata-se do resultado da operação da controlada Dass Paraguay S/A, que não possui mais operações e está em processo de baixa.

Lucro líquido do exercício

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro líquido do exercício aumentou 48,3%, passando de R$ 159.972 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R$ 237.179 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Como percentual da receita operacional líquida, o lucro líquido do exercício representou 11,1% em 2016 e 13,8% em 2017, apresentando um crescimento de 2,7 ponto percentual no exercício.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação %
	2015	A.V. %[1]	2016	A.V. %[1]	2016/2015
	(Em R$ mil, exceto os percentuais)				
Demonstração Consolidada do Resultado					
Receita operacional líquida	1.060.195	100,0%	1.440.779	100,0%	35,9%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(701.006)	(66,1)%	(972.849)	(67,5)%	38,8%
Lucro bruto	359.189	33,9%	467.930	32,5%	30,3%
(Despesas) receitas operacionais					
Vendas e *marketing*	(182.386)	(17,2)%	(174.824)	(12,1)%	(4,1)%
Administrativas e gerais	(44.672)	(4,2)%	(45.967)	(3,2)%	2,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	0,0%	2.762	0,2%	8809,7%
Resultado da equivalência patrimonial	(155)	0,0%	(222)	0,0%	43,2%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	132.007	12,5%	249.679	17,3%	89,1%
Despesas financeiras	(106.350)	(10,0)%	(121.807)	(8,5)%	14,5%
Receitas financeiras	106.597	10,1%	76.714	5,3%	(28,0)%
Variações cambiais líquidas	(34.608)	(3,3)%	3.239	0,2%	(109,4)%
Resultado financeiro líquido	(34.361)	(3,2)%	(41.854)	(2,9)%	21,8%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	97.646	9,2%	207.825	14,4%	112,8%
Imposto de renda e contribuição social	(22.324)	(2,1)%	(47.718)	(3,3)%	113,8%
Resultado líquido das operações em continuidade	75.322	7,1%	160.107	11,1%	112,6%
Resultado líquido das operações descontinuadas	570	0,1%	(135)	0,0%	(123,7)%
Lucro líquido do exercício	75.892	7,2%	159.972	11,1%	110,8%

[1] Em relação a nossa receita operacional líquida.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação dos principais itens de demonstração de resultados auferidos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida passou de R$ 1.060.195 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, com um volume de vendas de 17.475 mil unidades de produtos, para R$ 1.440.779 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, com um volume de vendas de 20.822 mil unidades de produtos, representando um aumento de 35,9%, em nossa receita operacional líquida. Tal aumento é explicado pelo crescimento de 19,2% nas vendas de peças e pelo aumento de 14,1% no preço médio por produto, decorrendo, principalmente, dos resultados do segmento de *Private Label* durante o exercício.

Como percentual de nossa receita operacional líquida, a receita obtida com nossas operações no Brasil representava 44,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, enquanto que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 representou 45,1%. As nossas operações nos demais países por sua vez representavam 55,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, enquanto que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representou 54,9%. Tais variações ocorreram, principalmente, por conta do crescimento da receita operacional proveniente do segmento operacional de *Private Label* no Brasil, pelos motivos abaixo especificados.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os segmentos de Gestão de Marcas e *Private Label,* representaram 52,4% e 40,6%, respectivamente, de nossa receita operacional líquida. Outros e Subvenções para Investimentos somados representaram 7,0% de nossa receita operacional líquida neste mesmo exercício. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 os segmentos de Gestão de Marcas e *Private Label* representaram 36,0% e 57,0, respectivamente, enquanto Outros e Subvenções para Investimentos somados representaram 7,0% de nossa receita operacional líquida ao final**.**

Segue quadro demonstrativo da quebra de nossa receita operacional líquida por nossos segmentos:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação
	2015		2016		2015/2016
	Receita Operacional Líquida	% [1]	Receita Operacional Líquida	% [1]	%
	(Em R$ mil, exceto os percentuais)				
Gestão de Marcas	555.834	52,4%	518.538	36,0%	(6,7)%
Private Label	429.948	40,6%	821.329	57,0%	91,0%
Total de Segmentos Reportáveis	985.782	93,0%	1.339.867	93,0%	35,9%
Subvenções para Investimentos	49.946	4,7%	76.120	5,3%	52,4%
Outros	24.466	2,3%	24.792	1,7%	1,3%
Receita Operacional Líquida	**1.060.195**	**100,0%**	**1.440.779**	**100,0%**	**35,9%**

[1] Percentual em relação à nossa receita operacional líquida no exercício.

Gestão de Marcas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A receita operacional líquida proveniente de nosso segmento Gestão de Marcas passou de R$ 555.834 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, com um volume de vendas de 10.135 mil unidades de nossos produtos terminados para R$ 518.538 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, com um volume de vendas de 9.554 mil peças. Isto representou uma redução em nossa receita operacional líquida de 6,7%, quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, que é justificado pela queda no volume em 5,7% da quantidade de produtos vendidos. A redução do volume de quantidade de produtos vendidos ocorreu por conta da estratégia adotada pela nossa administração, que buscou qualificar melhor as vendas de produtos do segmento de Gestão de Marcas, visando obter melhores margens.

O preço médio por peça passou de R$ 54,84 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 54,27 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, apresentando assim uma redução de 1ponto percentual. Tal variação é resultado da concentração das vendas em produtos com preços mais reduzidos.

Private Label

A receita operacional líquida de nosso segmento de *Private Label* aumentou 91,0% no exercício de 2015, passando de 429.948 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (representando 40,6% receita operacional líquida do exercício), com um volume de vendas de 7.042 mil unidades de produtos, para R$ 821.329 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (representando 57,0% de nossa receita operacional líquida, um aumento de 16,4 pontos percentuais), com um volume de vendas de 10.939 mil unidades de produtos. Essa variação é explicada pela incorporação de novos clientes ao nosso portfólio de Clientes *Private Label*, bem como pelo aumento do volume de produtos nos pedidos dos clientes já existentes, representando um aumento de 55,3% no volume de vendas de peças em relação ao exercício social anterior.

O preço médio por peça de nosso negócio de *Private Label* passou de R$ 61,05 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 75,08 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, apresentando um aumento de 23,0%. Esse aumento é consequência (i) da encomenda de novos produtos com média de preços superior em relação aos que eram anteriormente comercializados, bem como (ii) do aumento de nossa margem de lucro sobre os produtos encomendados pelos clientes, de acordo com os preços negociados em 2016 junto aos clientes do segmento de *Private Label*.

Outros

A receita operacional de Outros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 24.466 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (representando 2,3% de nossa receita operacional líquida), para R$ 24.792 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (representando 1,7% de nossa receita operacional líquida). Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento das vendas da nossa operação de varejo no Brasil.

As subvenções para investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 totalizaram R$ 49.946 mil, passando para R$ 76.120 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Maiores informações a respeito de subvenções governamentais podem ser obtidas no item 7.3 “c” deste Formulário de Referência.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados aumentaram 38,8%, passando de R$ 701.006 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (representando 66,1% de nossa receita operacional líquida) para R$ 972.849 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (representando 67,5% de nossa receita operacional líquida, ou seja, um aumento de 1,4 pontos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

percentuais). A variação é resultado da maior participação da operação do segmento de *Private Label* que possui margens brutas menores, comparado com o segmento de Gestão de Marcas.

Lucro bruto

Pelas razões acima descritas, nosso lucro bruto aumentou 30,3%, passando de R$ 359.189 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 467.930 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

O lucro bruto representava 33,9% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, e 32,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

(Despesas) receitas operacionais

Vendas e marketing

As despesas com vendas e *marketing* reduziram 4,1%, passando de R$ 182.386 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 174.824 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação decorre, principalmente, da redução das despesas com comissões sobre vendas pagas a representantes comerciais, em decorrência da queda da receita operacional líquida proveniente de nosso segmento Gestão de Marcas.

Administrativas e gerais

As despesas administrativas e gerais aumentaram 2,9%, passando de R$ 44.672 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 45.967 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Não houve contas com variação significativa no período.

Como percentual da receita operacional líquida, as despesas administrativas e gerais representava 4,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e 3,2% em 31 de dezembro de 2016, apresentando uma redução de 1,0 ponto percentual no exercício.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, aumentaram 8809,7%, passando de R$31 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$2.762 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação decorre principalmente do perdão do pagamento de *royalties* (*Condonacion de Deuda*), referentes à marca Umbro, da Iconix Spain Holdings S.L. obtido por nossa sociedade controlada Dass Argentina SRL e de revisão de créditos tributários.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram 14,5%, passando de R$ 106.350 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 121.807 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação decorre principalmente do aumento dos juros, em função da contratação de novas dívidas pela Companhia, aumentos de despesas relacionadas à conta de Ajuste a Valor Presente e instrumentos financeiros derivativos.
Como percentual da receita operacional líquida, as despesas financeiras representaram 10,0% em 2015 e 8,5% em 2016, apresentando uma redução de 1,5 ponto percentual.

Receitas financeiras

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossas receitas financeiras reduziram 28,0%, passando de R$ 106.597 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 76.714 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, decorrente principalmente da redução da receita com os instrumentos financeiros derivativos no montante de R$ 35.538 mil.

Como percentual da receita operacional líquida, as receitas financeiras representaram 10,1% em 2015 e 5,3% em 2016, apresentando uma redução de 4,8 pontos percentuais.

Variações cambiais líquidas

As variações cambiais líquidas reduziram 109,4%, passando de uma despesa de R$ 34.608 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para uma receita de R$ 3.239 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação decorre principalmente da redução das despesas com variação cambial relacionadas a taxas de licenciamento e dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido aumentou 21,8%, passando de R$ 34.361 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 41.854 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação é consequência da variação de suas contas, conforme mencionado anteriormente, especialmente dos aumentos dos juros, redução das receitas com Instrumentos Financeiros - derivativos, bem como o reflexo positivo da variação cambial no resultado.

Como percentual da receita operacional líquida, o resultado financeiro líquido representou 3,2% em 2015 e 2,9% em 2016, apresentando uma redução de 0,3 ponto percentual no período.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social aumentou 113,8%, passando de R$ 22.324 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 47.718 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação decorre principalmente do lucro obtido por nossas subsidiárias argentinas no exercício, a Dass Argentina SRL e a Dass Eldorado SRL, bem como do próprio lucro tributável obtido pela Companhia.

Como percentual da receita operacional líquida, o imposto de renda e a contribuição social representaram 2,1% em 2015 e 3,3% em 2016, apresentando um crescimento de 1,2 ponto percentual no exercício.

Resultado líquido das operações em descontinuidade

O resultado líquido das operações em descontinuidade reduziu 123,7%, passando de R$ 570 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para uma despesa de R$ 135 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Trata-se das despesas residuais de nossa controlada, a Dass Paraguay S/A, cuja operação foi encerada no final de 2014.

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores acima descritos, o lucro líquido do exercício aumentou 110,8%, passando de R$ 75.892 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$ 159.972 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Como percentual da receita operacional líquida, o lucro líquido do exercício representou 7,2% em 2015 e 11,1% em 2016, apresentando um crescimento de 3,9 pontos percentuais no exercício.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Balanços Patrimoniais

PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017,2016 E 2015.

A tabela abaixo apresenta as principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017,2016 e 2015.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	2017	A.V. %	2016	A.V. %	2015	A.V. %	Variação % Dez 16 Dez17	Variação % Dez 15 Dez16
					(Em R$ mil, exceto os percentuais)			
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	84.224	6,4%	74.162	6,0%	74.242	7,1%	13,6%	(0,1%)
Instrumentos financeiros derivativos	6.642	0,5%	4.389	0,4%	18.098	1,7%	51,3%	(75,7%)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	272.176	20,5%	245.248	19,9%	193.100	18,5%	11,0%	27,0%
Estoques	286.047	21,6%	286.908	23,3%	207.738	20,0%	(0,3%)	38,1%
Impostos a recuperar	30.800	2,3%	20.466	1,7%	11.422	1,1%	50,5%	79,2%
Imposto de renda e contribuição social	32.795	2,5%	16.426	1,3%	6.667	0,6%	99,7%	146,4%
Outros créditos	21.750	1,6%	10.237	0,8%	18.967	1,8%	112,5%	(46,0%)
	734.434	**55,4%**	**657.836**	**53,3%**	**530.234**	**50,9%**	**11,6%**	**24,1%**
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	524	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Depósitos judiciais	5.879	0,4%	4.782	0,4%	4.114	0,4%	22,9%	16,2%
Impostos a recuperar	1.995	0,2%	1.881	0,2%	1.264	0,1%	6,1%	48,8%
Imposto de renda e contribuição social	2.119	0,2%	1.123	0,1%	260	0,0%	88,7%	331,9%
Impostos diferidos	38.090	2,9%	53.929	4,4%	64.433	6,2%	(29,4%)	(16,3%)
Despesas antecipadas	531	0,0%	350	0,0%	478	0,0%	51,7%	(26,8%)
Garantias de passivos	6.235	0,5%	6.850	0,6%	-	0,0%	(9,0%)	100,0%
Outros créditos	2.545	0,2%	2.344	0,2%	1.452	0,1%	8,6%	61,4%
	57.918	**4,4%**	**71.259**	**5,8%**	**72.001**	**6,9%**	**(18,7%)**	**(1,0%)**
Investimentos	1.913	0,1%	1.424	0,1%	1.646	0,2%	34,3%	(13,5%)
Propriedade para investimentos	20.421	1,5%	21.481	1,7%	20.887	2,0%	(4,9%)	2,8%
Imobilizado	328.547	24,8%	277.765	22,5%	222.247	21,3%	18,3%	25,0%
Intangível	182.298	13,8%	203.912	16,5%	194.096	18,6%	(10,6%)	5,1%
	533.179	**40,2%**	**504.582**	**40,9%**	**438.876**	**42,2%**	**(7,4%)**	**12,7%**
Total do ativo	**1.325.531**	**100%**	**1.233.677**	**100%**	**1.041.111**	**100%**	**7,4%**	**18,5%**
Passivo								
Circulante								

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Empréstimos e financiamentos	136.725	10,3%	119.218	9,7%	136.163	13,1%	14,7%	(12,4%)
Fornecedores	80.144	6,0%	66.435	5,4%	61.530	5,9%	20,6%	8,0%
Taxa de licenciamento e obrigações com clubes	32.802	2,5%	34.815	2,8%	37.666	3,6%	(5,8%)	(7,6%)
Instrumentos financeiros derivativos	2.325	0,2%	3.549	0,3%	338	0,0%	(34,5%)	950,0%
Impostos e contribuições a recolher	6.612	0,5%	5.432	0,4%	5.613	0,5%	21,7%	(3,2%)
Imposto de renda e contribuição social	665	0,1%	10.998	0,9%	7.098	0,7%	(94,0%)	54,9%
Salários e provisões trabalhistas	39.650	3,0%	41.931	3,4%	24.833	2,4%	(5,4%)	68,9%
Provisões	1.951	0,1%	1.473	0,1%	1.205	0,1%	32,5%	22,2%
Parcelamento de tributos	9	0,0%	29	0,0%	19	0,0%	(69,0%)	52,6%
Adiantamento de clientes	9.687	0,7%	11.142	0,9%	9.835	0,9%	(13,1%)	13,3%
Dividendos a pagar	35.960	2,7%	9.321	0,8%	-	0,0%	285,8%	100,0%
Outras contas a pagar	23.952	1,8%	24.050	1,9%	12.010	1,2%	(0,4%)	100,2%
	370.482	**27,9%**	**328.393**	**26,6%**	**296.310**	**28,5%**	**12,8%**	**10,8%**
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	170.373	12,9%	265.916	21,6%	212.924	20,5%	(35,9%)	24,9%
Empréstimos a pagar com partes relacionadas	10.954	0,8%	9.808	0,8%	6.030	0,6%	11,7%	62,7%
Fornecedores	9.556	0,7%	44	0,0%	-	0,0%	21618,2%	100,0%
Taxa de licenciamento e obrigações com clubes	61.587	4,6%	76.132	6,2%	78.256	7,5%	(19,1%)	(2,7%)
Impostos e contribuições a recolher	1.439	0,1%	0	0,0%	-	0,0%	(100,0%)	(100,0%)
Provisões	14.680	1,1%	14.450	1,2%	7.762	0,7%	1,6%	86,2%
Receita diferida	375	0,0%	489	0,0%	1015	0,1%	(23,3%)	(51,8%)
Parcelamento de tributos	3	0,0%	15	0,0%	11	0,0%	(80,0%)	36,4%
Adiantamento de clientes	8.400	0,6%	29.552	2,4%	16.697	1,6%	(71,6%)	77,0%
Outras contas a pagar	581	0,0%	8.886	0,7%	-	0,0%	(93,5%)	100,0%
	277.948	**21,0%**	**405.292**	**32,9%**	**322.695**	**31,0%**	**(31,4%)**	**25,6%**
Patrimônio líquido								
Capital social	359.077	27,1%	359.077	29,1%	359.077	34,5%	0,0%	0,0%
Reservas de lucros	460.136	34,7%	250.948	20,3%	100.089	9,6%	83,4%	150,7%
Ajustes de avaliação patrimonial	3.264	0,2%	4.656	0,4%	6091	0,6%	(29,9%)	(23,6%)
Ajustes acumulados de conversão	(145.376)	(11,0%)	(114.689)	(9,3%)	(43.151)	(4,1%)	26,8%	165,8%
Total do Patrimônio Líquido	**677.101**	**51,1%**	**499.992**	**40,5%**	**422.106**	**40,5%**	**35,4%**	**18,5%**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.325.531**	**100,0%**	**1.233.677**	**100,0%**	**1.041.111**	**100,0%**	**7,4%**	**18,5%**

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Ativo

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Circulante

Detalhamos a seguir as contas relevantes de nosso ativo circulante comentando suas variações. A conta de instrumentos financeiros derivativos não terá detalhamento tendo em vista que representavam, individualmente, 1% ou menos do ativo total em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes de caixa e equivalentes de totalizaram R$ 84.224 mil em 31 de dezembro de 2017, aumentando 13,6% em comparação ao montante de R$ 74.162 mil em 31 de dezembro de 2016. A variação do caixa decorre, principalmente, do aumento do resultado operacional da Companhia.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber de clientes e outros recebíveis vem anualmente aumentando, devido ao nosso crescimento da Companhia em termos de faturamento e também a tendência de nosso mercado em relação ao financiamento direto na cadeia de valor.

Este aumento justifica-se pelo aumento da receita operacional líquida da Companhia, conforme tratado no item anterior. Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2017 a representatividade desta conta em nosso ativo foi de 19,9% e 20,5%, respectivamente, representando um crescimento 11,0% no exercício.

Estoques

A conta de estoques totalizou R$ 286.047 mil em 31 de dezembro de 2017, tendo uma queda de 0,3% em comparação com R$ 286.908 mil em 31 de dezembro de 2016, mantendo-se praticamente estável no exercício.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar aumentaram 50,5%, passando de R$ 20.466 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$30.800 mil em 31 de dezembro de 2017. Essa variação ocorreu principalmente em função do crescimento do saldo credor de ICMS, bem como o reconhecimento de créditos tributários oriundos de ações transitadas em julgado de PIS e COFINS pagos a maior sobre as importações.

Imposto de renda e contribuição social

A conta de imposto de renda e contribuição social aumentou 99,7%, passando de R$ 16.426 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$ 32.795 mil em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento se deve principalmente ao aumento dos créditos de imposto a renda (*impuesto a las ganancias*) na Argentina e a antecipação do imposto de renda por estimativa mensal que, tendo em vista que alguns laudos de incentivos fiscais do Brasil foram concedidos ou renovados, conforme o caso, apenas ao final do exercício, não tendo sido possível a compensação em tempo hábil, motivo pelo qual as estimativas mensais foram pagas sem considerá-los.

Outros créditos

Os saldos de outros créditos aumentaram 112,5%, passando de R$ 10.237 mil de 31 de dezembro de 2016 para R$ 21.750 mil em 31 de dezembro de 2017. Essa variação se deve principalmente ao aumento dos créditos em nossa controlada Dass Argentina gerado por conta da alienação de um bem não relacionado à nossa operação.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Não circulante

Detalhamos a seguir as contas relevantes do nosso ativo não circulante comentando suas variações. As contas: (i) contas a receber de clientes e outros recebíveis, (ii) depósitos judiciais, (iii) impostos a recuperar, (iv) imposto de renda e contribuição social, (v) despesas antecipadas, (vi) garantias de passivos, (vii) outros créditos e (viii) investimentos não terão detalhamento tendo em vista que representavam individualmente, 1% ou menos do ativo total em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Realizável a longo prazo

Impostos diferidos

Os impostos diferidos diminuíram 29,4%, passando de R$53.929 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$ 38.090 mil em 31 de dezembro de 2017. A variação ocorreu por conta do aproveitamento de nossos prejuízos fiscais.

Propriedade para investimentos

As propriedades para investimentos reduziram 4,9%, passando de R$ 21.481 em 31 de dezembro de 2016 para R$ 20.421 mil em 31 de dezembro de 2017. Essa redução se deve principalmente à transferência entre contas de ativo imobilizado das salas de nosso escritório localizado em São Paulo, disponibilizadas para locação em 2016 e no exercício de 2017, tendo sido parte delas reintegradas ao nosso Imobilizado para uso próprio.

Imobilizado

As contas do imobilizado totalizaram R$ 328.547 mil em 31 de dezembro de 2017, aumentando em 18,3% perante o valor de R$277.765 mil em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento se deve principalmente aos investimentos feitos nas plantas industriais, mais precisamente em edificações, máquinas e equipamentos industriais e moldes e matrizes, buscando sempre a modernização e manutenção do nosso nível de capacidade produtiva.

Intangível

As contas do intangível reduziram 10,6%, passando de R$ 203.912 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$ 182.298 mil em 31 de dezembro de 2017. A redução deve-se ao fato da redução do valor dos contratos de patrocínio de clubes de futebol contratados em 2017 em relação aos contratos celebrados em 2016, gerando uma menor amortização dos direitos contratuais destes contratos.

Passivo

Circulante

Detalhamos a seguir as principais contas do nosso passivo circulante e suas variações. As contas (i) instrumentos financeiros derivativos, (ii) impostos e contribuições a recolher, (iii) imposto de renda e contribuição social, (iv) provisões, (v) parcelamento de tributos e (vi) adiantamento de clientes não terão detalhamento por representarem individualmente 1% ou menos do passivo e patrimônio líquido somados.

Empréstimos e financiamentos

Nossos empréstimos e financiamentos aumentaram 14,7%, passando de R$119.218 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$ 136.725 mil em 31 de dezembro de 2017. O aumento de empréstimos e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

financiamentos deve-se a execução da estratégia de liquidação de nossa dívida financeira, fazendo com que não se renegociem contratos e estes se concentrem no curto prazo.

Fornecedores

A conta de fornecedores aumentou 20,6%, passando de R$ 66.435 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$ 80.144 mil em 31 de dezembro de 2017. Essa variação ocorreu principalmente em função do aumento de nossa demanda e produção, ainda que mantidos os prazos médios usuais.

Taxa de licenciamento e obrigações com clubes

A conta de taxa de licenciamento e obrigações com clubes reduziu 5,8%, passando de R$ 34.815 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$ 32.802 mil em 31 de dezembro de 2017. Essa variação ocorreu em função de pagamentos de parcela do contrato de licenciamento da marca Umbro e de pagamentos de parcelas dos contratos de clubes de futebol.

Salários e provisões trabalhistas

A conta salários e provisões trabalhistas reduziu 5,4%, passando de R$ 41.931 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$ 39.650 mil em 31 de dezembro de 2017. Essa redução se deve ao ajuste no quadro funcional para adequação do formato de produção da própria unidade de Coronel Suarez, bem como férias já liquidadas no mês de dezembro, restando uma folha menor por pagar.

Dividendos a pagar

A conta dividendos a pagar aumentou 285,8%, passando de R$ 9.321 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$ 35.960 mil em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento é justificado pela constituição dos dividendos do exercício de 2017, bem como uma parte dos dividendos de 2016 que ainda estão pendentes de pagamento.

Outras Contas a Pagar

A conta de outras contas a pagar reduziu 0,4%, passando de R$ 24.050 em 31 de dezembro de 2016 para R$ 23.952 mil em 31 de dezembro de 2017, mantendo-se praticamente estável no período.

Não circulante

Detalhamos a seguir as principais contas de nosso passivo não circulante e suas variações. As contas (i) empréstimo a pagar com partes relacionadas, (ii) fornecedores, (iii) impostos e contribuições a recolher, (iv) receita diferida, (v) parcelamento de tributos e (vi) outras contas a pagar não terão detalhamento por representarem individualmente 1% ou menos do passivo e patrimônio líquido somados.

Empréstimos e financiamentos

Nossos empréstimos e financiamentos reduziram 35,9%, passando de R$265.916 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$ 170.373 mil em 31 de dezembro de 2017. A redução em relação à posição de 31 de dezembro de 2017 faz parte da estratégia de nossa crescimento sustentável das operações e consequente redução da dependência de entidades financeiras.

Taxa de licenciamento e obrigações com clubes

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A conta da taxa de licenciamento e obrigações com clubes reduziu 19,1%, passando de R$76.132 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$ 61.587 mil em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deve-se, principalmente, à transferência para o curto prazo das obrigações a vencer no exercício.

Provisões

Nossas provisões aumentaram 1,6%, passando de R$14.450 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$ 14.680 mil em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento se deve ao aumento nas contingências judiciais (processos trabalhistas e demais) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Adiantamento de clientes

A conta de adiantamento de clientes reduziu 71,6%, passando de R$ 29.552 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$ 8.400 mil em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deve-se a liquidação de operação de antecipação firmada com Cliente de *Private Labels* na Argentina e uma parcela da operação de antecipação do Cliente *Private Labels* do Brasil.

Patrimônio líquido

Nosso patrimônio líquido totalizou 677.101 mil em 31 de dezembro de 2017, aumentando em 35,4% em comparação aos R$ 499.992 mil em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento ocorreu em função do aumento do lucro líquido do exercício já descontados os dividendos, no valor de R$ 207.857 mil e pela redução de R$ 30.687 mil da conta de ajuste de acumulado de conversão, em função das variações cambiais na conversão das demonstrações financeiras no exterior, principalmente da Argentina.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

Ativo

Circulante

Detalhamos a seguir as contas relevantes de nosso ativo circulante comentando suas variações.

Caixa e equivalentes de caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa totalizou R$ 74.242 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$74.162 mil em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 0,1% mantendo-se praticamente estável no período.

Instrumentos Financeiros Derivativos

A conta de instrumentos financeiros derivativos totalizou R$ 18.098 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$ 4.389 mil em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 75,7%. Esta redução se deve especialmente a liquidação em 2016 dos derivativos que haviam sido contratados pelas controladas Dass Eldorado SRL e Dass Argentina SRL, ambas situadas na Argentina

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber de clientes e outros recebíveis vem anualmente aumentando, haja vista nosso crescimento em termos de faturamento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em termos de crescimento, destaca-se o (i) crescimento de 35,9% dos negócios conforme tratado no item anterior; e (ii) o aumento relativo ao giro pela incorporação da planta industrial de Coronel Suarez, cuja carteira era de R$8.524 mil e R$17.920 mil período, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016 a representatividade desta conta em nosso ativo foi de 18,5% e 19,9%, respectivamente. Aumentando 27% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 se comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Estoques

A conta estoques totalizou R$ 207.738 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$ 286.908 mil em 31 de dezembro em 2016, representando um aumento de 38,1%. Este aumento deve-se a formação do estoque para a operação da unidade de Coronel Suarez, que correspondia a R$ 57.635 mil em 31 de dezembro de 2016.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R$ 11.422 mil de dezembro de 2015, comparado com R$ 20.466 mil em 31 de dezembro de 2016, aumentando 79,2%. Essa variação ocorreu em função do acúmulo dos créditos de impostos antecipados das controladas da Argentina, principalmente IVA, bem como o reconhecimento no exercício de créditos tributários de ações transitadas em julgado.

Imposto de renda e contribuição social

A conta Imposto de renda e contribuição social totalizou R$ 6.667 mil de dezembro de 2015, comparado com R$ 16.426 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 146,4%. Esse aumento se deve ao aumento dos créditos de imposto a renda (*impuesto a las ganancias*) na Argentina cujo saldo da controlada Dass Suarez S.A. ("Dass Suarez") somava no final do exercício R$ 9.855 mil, mostrando assim uma pequena redução na soma das demais empresas.

Outros créditos

Os saldos de outros créditos totalizaram 18.967 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$ 10.237 mil em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 46%. Essa redução deve-se principalmente a baixa do adiantamento efetuado em contrapartida a compra da unidade de Coronel Suarez (R$ 7.500 mil).

Não circulante

Detalhamos a seguir as contas relevantes do nosso ativo não circulante comentando suas variações. As contas: (i) contas a receber de clientes e outros recebíveis, (ii) depósitos judiciais, (iii) impostos a recuperar, (iv) imposto de renda e contribuição social, (v) despesas antecipadas, (vi) garantias de passivos, (vii) outros créditos; e (viii) investimentos não terão detalhamento tendo em vista que representavam individualmente, 1% ou menos do ativo total em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Realizável a longo prazo

Impostos diferidos

Os impostos diferidos totalizaram R$ 64.433 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$ 53.929 mil em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 16,3%. A variação ocorreu por conta do aproveitamento de nossos prejuízos fiscais e da variação cambial diferida (nossa e de suas controladas do

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Brasil), uma vez que pagamos o imposto de renda e contribuição social sobre a variação cambial pelo método de caixa.

Propriedade para investimentos

As propriedades para investimentos totalizaram R$ 20.887 em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$ 21.481 mil em 31 de dezembro de 2016, apresentando um aumento de 2,8%. Esse aumento deve-se em função da transferência do ativo imobilizado, de salas de nosso edifício em São Paulo, disponibilizadas para locação em 2016.

Imobilizado

As contas do imobilizado totalizaram R$ 222.247 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$ 277.765 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 25,0%. Esse aumento se deve em parte a incorporação da unidade de Coronel Suarez de R$ 26.156 mil e o restante aos novos investimentos feitos nas plantas industriais, mais precisamente em edificações, máquinas e equipamentos industriais e moldes e matrizes, buscando sempre a modernização e maior capacidade produtiva.

Intangível

As contas do intangível totalizaram R$ 194.096 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$ 203.912 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 5,1%. O aumento deve-se ao fato de em 2016 ter ocorrido novas contratações de patrocínios a clubes de futebol.

Passivo

Circulante

Detalhamos a seguir as principais contas do passivo circulante e suas variações. As contas (i) instrumentos financeiros derivativos, (ii) impostos e contribuições a recolher, (iii) imposto de renda e contribuição social, (iv) provisões, (v) parcelamento de tributos, (vi) adiantamento de clientes e (vii) dividendos a pagar não terão detalhamento por representarem individualmente 1% ou menos do passivo e patrimônio líquido somados.

Empréstimos e financiamentos

Nossos empréstimos e financiamentos totalizaram R$ 136.163 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$ 119.218 mil em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 12,4%. A redução do empréstimo e finaciamento de curto prazo de 2015 para 2016 refere-se ao giro normal de liquidação de contratos e, quando necessário, tomada de novos recursos com prazo mais longo fazendo frente à nossa necessidade de financiamento para promover o crescimento das operações conforme já tratado anteriormente.

Fornecedores

A conta de fornecedores totalizou R$ 61.530 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$ 66.435 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 8,0%. Essa variação ocorreu em função do aumento de nossa demanda e produção, que faz com que as compras e consequentemente o saldo de fornecedores aumente.

Taxa de licenciamento e obrigações com clubes

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A conta de taxa de licenciamento e obrigações com clubes totalizou R$ 37.666 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$ 34.815 mil em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 7,6%. Essa variação ocorreu em função de pagamentos de parcela do contrato de licenciamento da marca Umbro e de pagamentos de parcelas dos contratos de clubes de futebol.

Salários e provisões trabalhistas

A conta salários e provisões trabalhistas totalizou R$ 24.833 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$ 41.931 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 68,9%. Esse aumento se deve ao reflexo especialmente da incorporação da planta industrial de Coronel Suarez e sua equipe de 1.966 funcionários.

Outras Contas a Pagar

A conta de outras contas a pagar totalizou R$12.010 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$24.050 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 100,2%. A variação entre os períodos de 2016 e 2015 deve-se em função do passivo gerado pela compra da unidade de Coronel Suarez (R$ 8.741).

Não circulante

Detalhamos a seguir as principais contas do passivo não circulante e suas variações. As contas (i) empréstimo a pagar com partes relacionadas, (ii) fornecedores, (iii) impostos e contribuições a recolher, (iv) receita diferida, (v) parcelamento de tributos e (vi) outras contas a pagar não terão detalhamento por representarem individualmente 1% ou menos do Passivo e Patrimônio Líquido somados.

Empréstimos e financiamentos

Nossos Empréstimos e financiamentos totalizaram R$ 212.924 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$ 265.916 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 24,9%. Como comentado no item relativo ao curto prazo, essa variação refere-se ao aumento da necessidade de capital de giro, em função da incorporação da operação da unidade de Coronel Suarez.

Taxa de licenciamento e obrigações com clubes

A conta da Taxa de Licenciamento e obrigações com clubes totalizou R$ 78.256 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$ 76.132 mil em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 2,7%. Essa variação deve-se, à transferência para o curto prazo das obrigações a vencer no exercício no valor de R$ 43.561 mil e a contratação de novo clubes no valor de R$ 41.438 mil , resultando na redução líquida de R$ 2.123 mil.

Provisões

Nossas provisões totalizaram R$ 7.762 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$ 14.450 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 86,2%. Esse aumento se deve ao aumento nas contingências judiciais, principalmente em função da incorporação das contingências da unidade de Coronel Suarez, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2016, totalizam R$ 6.704 mil. Em relação a esse passivo, de acordo com o contrato de compra e venda, possuímos a garantia de reembolso do valor que venhamos eventualmente a desembolsar em razão dessas contingências e demais que venham a surgir e sejam anteriores a data base de 31 de dezembro de 2015.

Adiantamento de clientes

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A conta de adiantamento de clientes totalizou R$ 16.697 mil em 31 de dezembro de 2015, comparado com R$ 29.552 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 77,0%. Esse aumento deve-se ao adiantamento de pagamento por cliente do segmento de *Private Labels* localizados na Argentina.

Patrimônio líquido

O nosso patrimônio líquido passou de R$422.106 mil em 31 de dezembro de 2015 para R$ 499.992 mil em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 18,5%. Deste aumento, R$ 149.426 mil ocorreu em função do aumento do lucro do exercício, já descontados os valores distribuídos aos acionistas a título de dividendos. O patrimônio líquido, sofreu um impacto negativo de R$ 71.538 mil por conta do ajuste acumulado de conversão em função das diferenças cambiais na conversão dos investimentos no exterior, principalmente da Argentina, onde a moeda local – Peso Argentino, sofreu uma desvalorização de 31,9% frente ao Real.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Fluxo de caixa

	Reapresentado						
	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	2015/2016	AH%	2016/2017	AH%
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	181.130	51.582	162.895	- 129.548	-71,5%	111.313	215,8%
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	- 64.296	- 75.418	- 77.594	- 11.122	17,3%	- 2.176	2,9%
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento	- 90.130	40.054	- 70.394	130.184	-144,4%	- 110.448	-275,7%
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**26.704**	**16.218**	**14.907**	- **10.486**	-39,3%	- **1.311**	**-8,1%**

Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais

O fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais totalizou R$ 51.582 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado a R$ 181.130 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de 71,5%, ou seja, de 129.548 mil. Tal variação é justificada pelo aumento da necessidade de aplicação dos recursos no giro operacional da companhia, principalmente nas contas de estoque e clientes, em função do aumento das vendas e na nova unidade produtiva de Coronel Suarez adquirida em 2016.

A geração do caixa através do resultado antes do imposto de renda, ajustado pelas operações que não geram caixa, gerou recursos adicionais de R$146.390 mil se comparado ao lucro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Já a conta de clientes e outros recebíveis consumiu um caixa adicional de R$ 109.429 mil e o aumento dos estoques consumiram um caixa adicional de R$ 84.003 mil se comparado ao exercício de 2015, principalmente por conta do aumento da receita operacional líquida da Companhia. O aumento do pagamento do imposto de renda e da contribuição social no exercício social de 31 de dezembro de 2016, em especial na Argentina, se comparado ao exercício social encerado em 31 de dezembro de 2015, também foi significativo, impactando em uma saída de caixa adicional de R$ 16.492 mil.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais totalizou R$162.895 mil, comparado a R$51.582 mil do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 215,8%. Esse aumento deve-se em grande parte pelo aumento do caixa gerado pelo lucro antes do imposto de renda, ajustado pelas operações que não geram caixa, de R$ 42.683 mil. Os estoques, apesar de terem consumido caixa de R$ 17.385 mil, consumiram R$ 69.427 mil de recursos a menos que em 2016, mostrando uma melhor eficiência na gestão dos recursos, principalmente tendo em vista o aumento de nossas vendas. Outra conta que também consumiu menos recursos foi a conta de clientes e outros recebíveis que no exercício social encerrado em 2017 consumiu R$ 52.609 mil a menos que no exercício social encerrado em 2016, o que é justificado pelo aumento da atividade do segmento *Private Label*, que possui prazos de recebimento menores que o segmento de Gestão de Marcas.

Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento totalizou R$75.418 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado a R$64.296 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 17,3%, ou seja, de R$11.122 mil. Tal variação é justificada pelos investimentos efetuados em nosso ativo imobilizado, principalmente em nossas plantas industriais, edificações, máquinas e equipamentos e matrizes para calçados, buscando sempre uma maior rentabilidade dos negócios.

O fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R$ 77.594 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R$75.418 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 2,9%, ou seja, de R$ 2.176 mil. Tal variação é justificada pelo aumento de pagamentos efetuados a título de aquisição de ativos imobilizados, em especial ao pagamento da aquisição da controlada indireta Dass Suarez SRL, titular da planta de Coronel Suarez.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento

O fluxo de caixa proveniente nas atividades de financiamento totalizou R$ 40.054 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado ao fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento geração de caixa líquido de R$ 90.130 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Tal variação é justificada pela redução dos pagamentos de empréstimos e financiamentos da Companhia.

O fluxo de caixa utilizado na atividade de financiamento totalizou R$ 70.394 mil negativo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado ao fluxo de caixa proveniente nas atividades de financiamento de R$ 40.054 mil no exercício em 31 de dezembro de 2016, o que representou um consumo adicional de R$ 110.448 mil. Tal variação é decorrente aumento do pagamento de empréstimos tomados de instituições financeiras e redução da captação de empréstimos e financiamentos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os valores dos empréstimos tomados de instituições financeiras foram R$42.130 mil maiores do que os empréstimos pagos a instituições financeiras, enquanto que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os valores dos empréstimos pagos foram superiores em R$ 75.564 mil em relação aos empréstimos tomados, gerando uma variação de R$ 117.694 mil. Já o caixa gerado por operações de instrumentos financeiros (swap/hedge) gerou em caixa adicional no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2017 de R$ 7.826 mil.

10.2 Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia possui dois segmentos operacionais reportáveis representados por Gestão de Marcas e *Private Label*. Estes segmentos, embora ofereçam produtos vinculados ao mercado de artigos esportivos, possuem estratégias diferentes e administração separada.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis:

Gestão de Marcas: consiste na gestão de marcas esportivas e de calçados, que inclui o desenvolvimento, produção e comercialização de calçados, confecções e acessórios, por meio de licença para a produção e comercialização, tendo hoje como principais clientes deste segmento as marcas Fila e Umbro.

Private Label: consiste na produção de calçados e confecções para nossos Clientes de *Private Label*.

Outros: consiste na atividade de varejo, nos formatos de "*outlet stores*" ou lojas de fábricas e "*concept stores*" ou lojas-conceito e gerenciamento de *royalties* sobre licenciamentos, entre outros. Nenhuma destas atividades atingiu os limites quantitativos para serem reportados separadamente como segmentos operacionais em nossas nas demonstrações financeiras.

Incentivos fiscais representados por subvenções para investimentos estaduais e federais não são alocados aos segmentos por serem concedidos às em determinadas regiões incentivadas, independentemente das atividades exercidas e dos segmentos operacionais.

Nossos ativos e passivos não são segregados por segmento, uma vez que servem a todos os segmentos operacionais reportáveis sem distinção

Segue quadro demonstrativo da quebra de nossa receita operacional líquida por nossos segmentos:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação
	2016		2017		2016/2017
	Receita Operacional Líquida	% [1]	Receita Operacional Líquida	% [1]	%
	(Em R$ mil, exceto os percentuais)				
Gestão de Marcas	518.538	36,0%	569.769	33,2%	9,9%
Private Label	821.329	57,0%	1.028.800	60,0%	25,3%
Total de Segmentos Reportáveis	1.339.867	93,0%	1.598.569	93,2%	19,3%
Subvenções para Investimentos	76.120	5,3%	90.729	5,3%	19,2%
Outros	24.792	1,7%	26.144	1,5%	5,5%
Receita Operacional Líquida	**1.440.779**	**100,0%**	**1.715.443**	100,0%	**19,1%**

[1] Percentual em relação à nossa receita operacional líquida no período.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação
	2015		2016		2015/2016
	Receita Operacional Líquida	% [1]	Receita Operacional Líquida	% [1]	%
	(Em R$ mil, exceto os percentuais)				
Gestão de Marcas	555.834	52,4%	518.538	36,0%	(6,7)%
Private Label	429.948	40,6%	821.329	57,0%	91,0%
Total de Segmentos Reportáveis	985.782	93,0%	1.339.867	93,0%	35,9%
Subvenções para Investimentos	49.946	4,7%	76.120	5,3%	52,4%
Outros	24.466	2,3%	24.792	1,7%	1,3%
Receita Operacional Líquida	**1.060.195**	**100,0%**	**1.440.779**	**100,0%**	**35,9%**

[1] Percentual em relação à nossa receita operacional líquida no exercício.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

Medidas antidumping

Em 2016, a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX estendeu por mais 5 anos a aplicação da sobretaxa nas importações brasileiras de calçados da República Popular da China, a ser recolhida sob a forma de alíquota específica fixa de US$10,22 por par.

Igualmente, segue vigente até dezembro de 2020 a Resolução 1859/2015 do Ministério de Economia e Finanças Públicas da Argentina que impõe a alíquota fixa de US$ 13,38 por par de calçado importado da China.

Tais medidas acarretaram na diminuição dos impactos da concorrência dos fabricantes chineses no Brasil e na Argentina, principalmente em relação a calçados em geral, minimizando uma tendência de compra por parte de grandes redes varejistas de artigos esportivos provenientes diretamente da China e aumentando, assim, as compras de fornecedores com produção no Brasil e na Argentina. Tais medidas contribuíram para o incremento das nossas vendas no mercado argentino nas faixas médias de preços, com consequente aumento de volume total de vendas.

Para mais informações sobre as medidas antidumping e dos riscos a ele associados, ver seção 4.1 “h” deste Formulário de Referência.

Subvenções fiscais estaduais e federais

As subvenções para investimentos das quais somos titulares contribuem positivamente para o aumento de nossos resultados operacionais, nos proporcionando economia fiscal para realização de investimentos em nossas unidades fabris. Tais subvenções nos proporcionaram uma geração adicional de caixa no valor de R$ 48.061 mil, R$ 77.625, R$ 109.361 mil nos anos de 2015, 2016e 2017, respectivamente. Para mais

10.2 - Resultado operacional e financeiro

informações sobre os referidos benefícios fiscais e dos riscos a ele associados, ver seções 4.1 “h” e 7.3 “c” deste Formulário de Referência.

Variações Cambiais

A consolidação das demonstrações financeiras da Companhia é feita sob a moeda funcional Reais (BRL) e neste caso está sujeito a interferências no resultado e nas contas patrimoniais devido às variações ocorridas entre a moeda funcional e a moeda local das controladas, especialmente o Peso Argentino (ARS). No exercício de 2016, o efeito da desvalorização do Real em relação ao Peso Argentino registrado no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 71.538 mil e em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 30.687 mil. Parte desta variação provém da conversão das contas do resultado do exercício, cuja conversão é feita pela cotação média da taxa da moeda local. Assim o resultado final em reais sofre o efeito da valorização ou desvalorização do Peso em relação ao Real.

Variações na Taxa Básica de Juros da Economia Brasileira

A reversão na tendência altista da curva de juro básico da economia brasileira, medida pela taxa Selic, ocorrida em 2017 trouxe o custo de financiamento no país a valores próximos a 7% ao ano, considerado pelo mercado um patamar baixo dado o risco país e a inflação corrente. Ocorre assim uma redução importante no serviço da dívida e melhora nosso resultado financeiro e consequentemente lucro. Encerramos o exercício social de 31 de dezembro de 2017 com uma redução de 21,8% em nossas despesas financeiras com juros, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, passando de R$ 63.186 mil para R$ 49.415 mil.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Grande parte das matérias-primas e insumos que utilizamos na produção de nossos produtos são derivados de petróleo que possuem seu preço atrelado a moedas como o Dólar e a cotações relativas aos preços do barril do petróleo. Dessa forma, há uma oscilação nas cotações destes componentes químicos devido à oferta e demanda pelos mesmos. Podemos vir a estabelecer estoques estratégicos de determinados insumos (especialmente resinas), para que o risco de movimentos abruptos dos preços de nossos insumos não cause impactos em nossa produção.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Apesar dos baixos níveis de inflação atuais do mercado brasileiro, o mercado argentino ainda enfrenta desafios visto o nível de inflação do mercado. Sempre que não conseguimos repassar ao preço de venda dos nossos produtos a variação positiva dos custos de comercialização e produção nos mesmos níveis da inflação medida temos nossas margens afetadas por este evento. Esse efeito ocorre nos produtos lançados no passado, mas mantidos na coleção atual (*carry-over products*). Os novos produtos já têm seu preço de venda determinado considerando inclusive a variável inflação.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017 introdução ou alienação de qualquer de nossos segmentos operacionais.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição das Ações da Empresa Meffert S.A.

A aquisição, em janeiro de 2016, da totalidade das ações da empresa Meffert S.A. que por sua vez detinha a totalidade das ações da empresa Vulcabras Azaléia Argentina S.A., a qual posterioremente alterou a denominação social para Dass Suarez, permitiu ampliar a nossa capacidade fabril e incrementar nossa receita. A Dass Suarez representou no exercício social encerrado em 2017 o percentual de 16,3% de nossa receita bruta, no valor de R$ 318.773 mil. Esta planta produz majoritariamente calçados para nosso segmento de *Private Label.* Para mais informações a respeito de referida aquisição, ver seção 15.7 deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, quaisquer eventos ou operações não usuais que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante em nossas demonstrações financeiras ou resultados.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia reapresentou as demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa referentes aos exercícios comparativos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, para correção dos seguintes ajustes:

(i) efeitos das variações cambiais sobre ativos e passivos operacionais relacionados às suas atividades no exterior, as quais haviam sido incorretamente calculadas e refletidas nas demonstrações financeiras de 2016 e 2015;
(ii) reclassificação do caixa adquirido em combinação de negócios realizada em 2016, no valor de R$ 15.715, originalmente apresentada na reconciliação da variação de caixa e equivalentes de caixa, para atividades de investimentos, a fim de refletir o valor líquido entre os pagamentos realizados em conexão com aquela transação e o saldo de caixa da operação adquirida;
(iii) reclassificação do efeito das variações cambiais, no valor de R$ 16.298 em 2016 e R$ 2.090 em 2015, anteriormente apresentado como um item segregado das atividades operacionais, para a conciliação da movimentação do caixa e equivalentes de caixa;
(iv) reclassificação dos valores de ajuste a valor presente, de R$ 6.067 na controladora e R$ 35.515 no consolidado, em 2016 e R$ 5.802 na controladora e R$ 36.943 no consolidado, em 2015, que estava apresentado como variação das contas de clientes e fornecedores e foi transferido para uma linha especifica de ajuste a valor presente.

Os efeitos dos ajustes descritos acima sobre a demonstração dos fluxos de caixa, da controladora e consolidado, referentes ao exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão demonstrados no quadro abaixo.

	Controladora		
	2016 Originalmente apresentado	**Ajustes**	**2016 Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	166.414	-	166.414
Aumento de contas a receber e outros recebíveis	(94.936)	(10.795)	(105.731)
(Redução) aumento de fornecedores	(5.928)	4.728	(1.200)
Ajuste a valor presente - líquido	-	6.067	6.067
Variações nos ativos e passivos operacionais	(31.284)	-	(31.284)
Outros fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais, líquidos	(25.704)	-	(25.704)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	**8.562**	**-**	**8.562**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(65.548)**	**-**	**(65.548)**
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	**47.872**	**-**	**47.872**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(9.114)**	**-**	**(9.114)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.328	-	27.328
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.214	-	18.214
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(9.114)**	**-**	**(9.114)**

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

	Controladora		
	2015 Originalmente apresentado	**Ajustes**	**2015 Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	67.278	-	67.278
Redução (aumento) de contas a receber e outros recebíveis	9.288	(8.092)	1.196
Aumento de fornecedores	62.618	2.290	64.908
Ajuste a valor presente - líquido	-	5.802	5.802
Variações nos ativos e passivos operacionais	(21.669)	-	(21.669)
Outros fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais, líquidos	(12.492)	-	(12.492)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	**105.023**	**-**	**105.023**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(63.182)**	**-**	**(63.182)**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento	**(34.214)**	**-**	**(34.214)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**7.627**	**-**	**7.627**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.701	-	19.701
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27.328	-	27.328
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**7.627**	**-**	**7.627**

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

	Consolidado		
	2016 Originalmente apresentado	**Ajustes**	**2016 Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	207.825	-	207.825
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	-	(7.781)	(7.781)
Variações cambiais sobre outros ativos e passivos do exterior	-	5.469	5.469
Variações cambiais	54.368	(54.368)	-
Provisões	(1.224)	(4.026)	(5.250)
Ajuste a valor presente - líquido	-	35.515	35.515
Variações nos ativos e passivos operacionais	(245.939)	17.449	(228.490)
Outros fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais, líquidos	44.294	-	44.294
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	**59.324**	**(7.742)**	**51.582**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos por aquisição de controlada, liquida do caixa adquirido	(7.857)	15.715	7.858
Outros fluxos de caixa utilizados nas atividades de investimento, líquidos	(83.276)	-	(83.276)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(91.133)**	**15.715**	**(75.418)**
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	**40.054**	**-**	**40.054**
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	**(24.040)**	**24.040**	**-**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(15.795)**	**32.013**	**16.218**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	74.242	-	74.242
Caixa e equivalentes de caixa adquirido novo investimento	15.715	(15.715)	-
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	(16.298)	(16.298)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	74.162	-	74.162
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(15.795)**	**32.013**	**16.218**

Adicionalmente, a Companhia reapresentou as demonstrações individuais e consolidadas dos valores adicionados para ajustar os efeitos dos incentivos fiscais e tributos, que eram eliminados na receita de vendas, a fim de adequar a apresentação e consistência com a demonstração de resultados, afetando a linha de receita de mercadoria, produtos e serviços e custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos. Adicionalmente, em 2015, a Companhia excluiu o montante de R$ 172.348, na controladora e R$ 219.785, no consolidado, referente ao valor de variações cambiais de saldos de ativos e passivos, apresentados anteriormente entre receitas financeiras e custo dos produtos. Os efeitos sobre as demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas do exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão demonstrados no quadro abaixo.

	Controladora			Consolidado		
	2016 originalmente apresentado	**Ajustes**	**2016 reapresentado**	**2016 originalmente apresentado**	**Ajustes**	**2016 reapresentado**
Receitas						
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	825.097	77.626	902.723	1.565.867	77.626	1.643.493

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)						
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(223.126)	(137.958)	(361.084)	(440.681)	(137.958)	(578.639)
Movimentações não reclassificadas	(5.475)	-	(5.475)	(97.790)	-	(97.790)
Valor adicionado total a distribuir	**596.496**	**(60.332)**	**536.164**	**1.027.396**	**(60.332)**	**967.064**
Distribuição do valor adicionado	**596.496**	**(60.332)**	**536.164**	**1.027.396**	**(60.332)**	**967.064**
Tributos						
Federais	79.441	(30.682)	48.759	180.790	(30.682)	150.108
Estaduais	94.178	(29.650)	64.528	132.076	(29.650)	102.426
Movimentações não reclassificadas	422.877	-	422.877	714.530	-	714.530

	Controladora			Consolidado		
	2015 originalmente apresentado	**Ajustes**	**2015 reapresentado**	**2015 originalmente apresentado**	**Ajustes**	**2015 reapresentado**
Receitas						
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	496.510	44.768	541.278	1.152.877	44.768	1.197.645
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)						
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(335.750)	79.518	(256.322)	(662.827)	126.955	(535.872)
Valor adicionado recebido em transferência						
Receitas financeiras	236.007	(172.348)	63.659	339.813	(219.785)	120.028
Movimentações não reclassificadas	(18.260)	-	(18.260)	(169.355)	-	(169.355)
Valor adicionado total a distribuir	**378.507**	**(48.062)**	**330.445**	**660.508**	**(48.062)**	**612.446**
Distribuição do valor adicionado	**378.507**	**(48.062)**	**330.445**	**660.508**	**(48.062)**	**612.446**
Tributos						
Federais	79.441	(465)	78.976	116.928	(465)	116.463
Estaduais	94.178	(47.597)	46.581	100.469	(47.597)	52.872
Movimentações não reclassificadas	204.888	-	204.888	443.111	-	443.111

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

	Consolidado		
	2015 Originalmente Apresentado	**Ajustes**	**2015 Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	97.646	-	97.646
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	-	32.645	32.645
Variações cambiais sobre outros ativos e passivos do exterior	-	(22.576)	(22.576)
Variações cambiais	(15.679)	15.679	-
Provisões	(5.306)	436	(4.870)
Ajuste a valor presente - líquido	-	36.943	36.943
Variações nos ativos e passivos operacionais	115.024	(77.110)	37.914
Outros fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais, líquidos	3.428	-	3.428
Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais	**195.113**	**(13.983)**	**181.130**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(64.296)**	**-**	**(64.296)**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento	**(90.130)**	**-**	**(90.130)**
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	**(11.893)**	**11.893**	**-**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**28.794**	**(2.090)**	**26.704**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	45.448	-	45.448
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	2.090-	2.090
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	74.242	-	74.242
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**28.794**	**(2.090)-**	**26.704**

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre nossas demonstrações contábeis nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.5 Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, nos baseamos em estimativas e premissas derivadas de nossa experiência histórica e de vários outros fatores que entendemos serem razoáveis e relevantes. As "Políticas e Estimativas Contábeis Críticas" são aquelas consideradas importantes para a determinação da nossa posição financeira e dos resultados de nossas operações e cuja determinação é mais difícil, subjetiva e complexa de se calcular, exigindo, frequentemente, que adotemos estimativas sobre questões futuras que são inerentemente incertas. A aplicação das "Políticas e Estimativas Contábeis Críticas", geralmente, requer julgamento por parte da nossa Administração com relação ao valor de determinados itens do ativo e passivo e dos resultados das operações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá afetar a nossa situação patrimonial e financeira, bem como os resultados das nossas operações, caso as estimativas não se confirmem. Segue, abaixo, discussão sobre o que a nossa Administração considera como "Políticas e Estimativas Contábeis Críticas", incluindo algumas variáveis, premissas e o reconhecimento de que tais estimativas são subjetivas.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos apenas a partir do momento em que nos tornamos parte das disposições contratuais do instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro, considerado um instrumento financeiro, é inicialmente reconhecido, é registrado pelo seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. No caso de ativos e passivos financeiros reconhecidos a valor justo por meio do resultado, os custos de transação são diretamente lançados no resultado do exercício.

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo mensurado ao valor justo por meio de resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponíveis para venda.

Provisão para contingências

Uma contingência é reconhecida no balanço quando uma obrigação legal está sendo questionada, ou quando, em decorrência de um evento passado, é provável que tenhamos que efetuar desembolsos de recursos para saldar uma obrigação. As contingências são analisadas caso a caso e as provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco, de acordo com consultas realizadas aos advogados e consultores internos e externos, e considerando o julgamento da nossa Administração.

Embora a nossa Administração entenda que a provisão para contingências atualmente registrada seja suficiente, a liquidação dessas obrigações poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos duvidosos é constituída em valor considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas nas realizações dos créditos. Para monitorar a adequação da provisão, consideramos: a) histórico de perdas; b) o atraso no recebimento de valores relevantes; e c) análise individualizada dos valores registrados que poderão não ser recebidos em sua totalidade. Não é registrada a provisão para créditos duvidosos quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos.

Redução ao valor recuperável

10.5 - Políticas contábeis críticas

Avaliamos os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de fluxo de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando as particularidades de nossos ativos, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das nossas melhores estimativas. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto antes dos impostos (ou taxa pré-imposto).

Não apresentamos nenhum indício da não recuperação de ativos, motivo pelo qual não foi constituída provisão.

Impostos diferidos

Reconhecemos o ativo e o passivo fiscais diferidos com base nas diferenças entre os valores contábeis das demonstrações financeiras consolidadas e os valores que servem de base para a tributação do ativo e passivo, usando as alíquotas previstas na legislação em vigor. Analisamos regularmente o ativo fiscal diferido e reduzimos o seu valor de realização com base nas projeções futuras de lucro tributável e na expectativa de realização das diferenças temporárias. Na elaboração das análises utilizadas para nossa revisão, somos requeridos a fazer estimativas e adotar premissas significativas relacionadas à determinação do lucro tributável futuro. Para a determinação do lucro tributável futuro, temos que estimar as receitas e despesas tributáveis futuras, as quais estão sujeitas a diferentes fatores internos e externos, tais como tendências econômicas, práticas da indústria, taxas de juros, alterações nas estratégias dos negócios e alterações no tipo e preço dos produtos que oferece e adquire no mercado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais relevantes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantivemos riscos e responsabilidades não evidenciados em nossos balanços patrimoniais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados em nossos balanços patrimoniais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados em nossos balanços patrimoniais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados em nossos balanços patrimoniais referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

10.8 Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Buscamos realizar investimentos, tanto recorrentes, quanto decorrentes da captura de oportunidades mapeadas, que visam: (a) o crescimento de nossos negócios e (b) a melhoria de nossa performance. Além disso, acreditamos que inovação tecnológica é uma barreira de entrada importante para atuação em nosso setor e estamos continuamente investindo neste quesito. No período entre 2015 e 2017, investimos um total de R$109.326 mil em pesquisas e desenvolvimento – P&D e realizamos importantes investimentos em marcas.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, realizamos os seguintes investimentos:

(valores em R$ mil)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Aquisição de ativo imobilizado	69.383	76.320	58.940
Aquisição de ativo intangível	1.728	9.679	9.789
Aquisição de propriedade para investimento	1.230	932	-

Para os próximos exercícios sociais, planejamos realizar os seguintes investimentos:

Na Área Operacional (Fábricas, Instalações e Infra Estrutura):

a) Investimento sistemático de reposição do parque existente.

b) Investimento sistemático de modernização

c) Investimento em expansão de capacidade de Produção para as contas e clientes atuais: Máquinas, Instalações e Prédios.

d) Investimento para incorporação de atividades que façam parte da cadeia, para verticalização e captura de margens.

Montante aproximado de investimentos previstos na área operacional: R$155.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais)

Na Área de Negócios:

a) Investimento para incorporação de novas marcas no portfólio de Gestão de Marcas; e

b) Investimentos para expansão dos negócios de eCommerce.

Montante aproximado de investimentos previstos na área de negócios: R$187.000.000,00 (cento e oitenta e sete milhões de reais)

Possuímos como estratégia de Tesouraria a manutenção de um valor em Caixa Líquido. Tais recursos não são considerados fontes para financiamento de nosso plano de expansão, uma vez que são utilizados para amortização de nossos contratos financeiros de curto prazo.

10.8 - Plano de Negócios

Além dos investimentos citados acima, continuaremos investindo fortemente na confecção de moldes e matrizes que proporcionam a incorporação aos novos produtos das tecnologias desenvolvidas em nosso centro para desenvolvimento de calçados, o Dass *Creation Center* ("DCC").

A efetiva realização dos investimentos acima descritos depende de diversos fatores que não podemos garantir que virão a se concretizar, dentre os quais o nosso resultado operacional e financeiro. Alterações nesse e em outros fatores podem nos obrigar a rever nossos investimentos previstos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Para os investimentos realizados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia utilizou como fonte de financiamento, principalmente, recursos provenientes de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras.

Para os investimentos a serem realizados, a Companhia poderá utilizar recursos originários de suas atividades operacionais ou recursos provenientes de financiamentos que podem serem contratados mediante linhas de crédito junto a instituições financeiras públicas, entidades multilaterais de crédito ou instituições privadas.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

(c) Novos produtos e serviços

Nosso negócio envolve constante criação de novas coleções de produtos. Além disso, possuímos o DCC, onde além da geração de negócios, realizamos pesquisas relacionadas à aplicação de tecnologia e melhorias de nossos processos de produção, bem como pela criação de coleções alinhadas as principais tendências, fabricação dos protótipos com elevado grau de automação, desenvolvimento de moldes e matrizes com ferramentas 3D de impressão digital e criação e adaptação de novos materiais. No DCC, possuímos, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), um dos laboratórios de biomecânica mais avançados da América Latina, onde promovemos o desenvolvimento de conhecimentos teóricos e práticos, incluindo pesquisas sobre a interação dos calçados com as características do corpo humano, o que nos auxilia na permanente melhoria de qualidade e performance dos nossos produtos. No DCC promovemos ainda, estudos de melhoria contínua do processo produtivo com redução de tempo e de custos, assim como pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias aplicáveis no processo de produção.

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não foram divulgadas pesquisas em andamento.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

No período entre 2015 e 2017, investimos um total de R$109.326 mil em pesquisas e desenvolvimento – P&D.

10.8 - Plano de Negócios

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não foram divulgados projetos em desenvolvimento.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não distinguimos estes gastos dos apresentados no Item 10.8(b)(ii).

10.8 - Plano de Negócios

10.9 Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há.

11.1 Projeções divulgadas e premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, tendo em vista que não divulgamos projeções e estimativas até o momento, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a nós, às nossas atividades e às atividades de nossas controladas.

11.2 Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, tendo em vista que não divulgamos projeções e estimativas até o momento, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a nós, às nossas atividades e às atividades de nossas controladas.

12.1 Descrição da estrutura administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Nos termos do nosso Estatuto Social, a nossa administração compete ao Conselho de Administração, com funções deliberativas, e à nossa Diretoria, com funções representativas e executivas, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o nosso Estatuto Social, bem como por um Comitê de Auditoria não estatutário.

Além disso, podemos ter a instalação de um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, com as atribuições estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações.

Conselho de Administração

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Nosso Conselho de Administração possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de abril de 2018, o qual pode ser consultado no nosso *website*: ri.grupodass.com.br

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 ou 20%, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado da B3, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

O nosso Conselho de Administração é composto por três conselheiros, eleitos pela nossa Assembleia Geral, cada qual com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição, cujas atribuições são: (a) fixar a orientação geral dos nossos negócios; (b) eleger, destituir e proceder a substituição dos nossos Diretores, assim como fixar-lhes as atribuições, observando o dispositivo no nosso Estatuto Social; (c) examinar e aprovar o planejamento, investimento e orçamento elaborados pela Diretoria; (d) fiscalizar a gestão dos nossos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os nossos livros e papéis, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (e) convocar a nossa Assembleia Geral, sempre que julgar conveniente; (f) manifestar-se sobre o relatório da nossa administração e as contas da nossa Diretoria; (g) escolher e destituir os auditores independentes; (h) submeter à nossa Assembleia Geral qualquer proposta de reforma estatutária; (i) deliberar sobre a aquisição de ações de nossa emissão, para cancelamento, permanência em tesouraria ou posterior alienação; (j) deliberar sobre a emissão de notas promissórias, para distribuição pública, estabelecendo as condições a que estiverem sujeitas; (k) nos autorizar a participar de outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia ou acionista; (l) autorizar ou ratificar a celebração pela nossa Diretoria de protocolos de incorporação, fusão ou cisão; (m) deliberar sobre a abertura ou fechamento de filiais ou quaisquer outros estabelecimentos; (n) aprovar a declaração de dividendos intermediários ou intercalares, ou o pagamento de juros sobre capital próprio, nos termos dos Artigos 32 e 33 do nosso Estatuto Social; (o) autorizar as operações que individualmente envolvam bens, obrigações, prestação de garantias ou avais, constituição de ônus reais sobre bens do ativo, empréstimos, contratos de financiamento e outros negócios jurídicos, bem como as alienações de nossos imóveis e a realização de investimentos que representem valores superiores a R$100.000.000,00 (cem milhões de reais); (p) deliberar sobre a celebração, ou rescisão de contratos e obrigações de qualquer natureza entre nós e quaisquer dos nossos administradores e/ou acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como outras sociedades nas quais os administradores e/ou o acionista controlador tenha interesse, em qualquer caso que venham a envolver valores superiores a R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), facultado a qualquer membro do nosso Conselho de Administração solicitar uma avaliação independente para revisar os termos e condições da proposta apresentada e sua adequação às condições de mercado; (q) deliberar sobre a aquisição e alienação de participação societária em outras sociedades, a participação em concorrências públicas, a participação em consórcio de empresas, bem como

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

sobre a constituição de subsidiárias; (r) outorgar, dentro dos limites e condições do plano de opções de compra ou subscrição aprovados pela nossa Assembleia Geral, opções de compra e/ou de subscrição de ações aos nossos administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços a nós ou às sociedades sob nosso controle, sem direito de preferência para os nossos acionistas; (s) deliberar sobre o exercício do direito de voto em nossas controladas, bem como indicar, quando aplicável, os nossos administradores, diretores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal das sociedades por nós controladas e/ou nas quais detemos participação; (t) deliberar sobre as medidas necessárias para a nossa adesão, permanência e saída do Novo Mercado da B3; (u) aprovar nossos regimentos internos ou atos regimentais e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (i) Código de Conduta; (ii) Política de Remuneração; (iii) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos do Conselho de Administração, comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (iv) Política de Gerenciamentos de Riscos; (v) Política de Transações com Partes Relacionadas; e (vi) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (v) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de nossa emissão, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, no qual se manifestará, ao menos: (i) sobre a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao nosso interesse e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à nós; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (y) autorizar a emissão de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado da Companhia, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir ou reduzir o direito de preferência nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Adicionalmente, o nosso Estatuto Social admite a criação, pelo Conselho de Administração, de comitês de assessoramento e planejamento destinados a auxiliar na melhor administração da Companhia, cuja composição e atribuições específicas serão definidas pelo próprio Conselho de Administração.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

Não possuímos Comitê de Auditoria estatutário. Contudo, em cumprimento ao Regulamento de Novo Mercado, instituímos comitê de auditoria não estatutário, cujo regimento interno foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2018 e atende aos requisitos das normas emitidas pela CVM e pela B3. De acordo com o regimento interno do Comitê de Auditoria, suas principais atribuições são: (a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gestão Estratégica de Riscos da Companhia; e (e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não possuímos uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente. É responsabilidade do Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir esses auditores. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade dos dados da Companhia. Adicionalmente, o Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Auditoria, deve assegurar-se de que os auditores cumpram as regras profissionais de independência, incluindo a autonomia financeira do respectivo contrato de auditoria.

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, o Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria pode solicitar que os auditores independentes forneçam informações acerca de quaisquer discussões havidas com a Companhia e a gestão sobre políticas contábeis críticas, mudanças no escopo dos trabalhos, deficiências relevantes e falhas significativas nos controles e tratamentos contábeis alternativos.

Diretoria

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A nossa Diretoria é formada por no mínimo 3 e no máximo 6 diretores, acionistas ou não, os quais serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Administrativo e Financeiro, um Diretor de Marketing, um Diretor Comercial e um Diretor Industrial, cada qual com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição. A Diretoria nos administra com plenos poderes, em conformidade com as leis vigentes e com o nosso Estatuto Social, competindo-lhe a prática de todos os atos necessários ao nosso regular funcionamento e que não sejam de competência da Assembleia Geral, conforme descrita na letra b. do item 12.2 abaixo, e do Conselho de Administração, as quais encontram-se descritas no item “a” acima.

Atribuições do Diretor Presidente:

Além de coordenar a ação dos demais Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o nosso planejamento geral, compete ao Diretor Presidente: (a) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as nossas atividades; (b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (c) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as nossas atividades e o andamento de nossas operações; (d) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (e) executar e fazer executar o nosso Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; (f) elaborar e acompanhar os nossos planos de negócios, operacionais e de investimento; (g) elaborar e acompanhar o nosso plano de organização e emitir as normas correspondentes; (h) coordenar a nossa política de recursos humanos, organizacional, gerencial e operacional; (i) propor ao Conselho de Administração e analisar a captação de recursos junto às instituições financeiras; (j) definir as nossas diretrizes econômico-financeiras de acordo com as metas e prioridades estabelecidas pelo Conselho de Administração; (k) propor a nossa participação em outras sociedades, mediante participações que adquiram o controle acionário ou não dessas empresas, bem como a realização de investimentos no mercado em geral;

Atribuições do Diretor de Relações com Investidores:

Conforme disposto no nosso Estatuto Social, o cargo de Diretor de Relações com Investidores poderá ser exercido de forma cumulativa com o exercício de outro cargo de Diretor por uma mesma pessoa. Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser atribuídas: (a) nos representar perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores em que tenhamos nossos valores mobiliários negociados, conforme legislação aplicável; (b) divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores em que tenhamos nossos valores mobiliários negociados, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação; (c) prestar informações aos investidores; e (d) manter atualizado o nosso registro

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

de companhia aberta, tudo em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM, e junto às bolsas de valores, nas quais tenhamos nossos valores mobiliários negociados.

Atribuições do Diretor Administrativo e Financeiro:

Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro, dentre outras que lhe venham a ser atribuídas: (a) responder pelo nosso controle e nossa gestão orçamentária, acompanhando indicadores e analisando relatórios para consolidação do orçamento, visando garantir o alcance das metas de orçamento e prover informações gerenciais de qualidade; (b) definir as nossas estratégias e diretrizes para, através do planejamento anual das ações e elaboração do orçamento, em conjunto com os demais Diretores; (c) assegurar que a nossa área de controladoria, envolvendo o controle de gestão e de custos, forneça indicadores para tomadas de decisões, detectando fatores que possam influir nos nossos resultados; (d) assegurar a eficiência das nossas operações de pagamentos e recebimentos, bem como a análise e concessão de crédito, através da definição de diretrizes e políticas, visando a redução da inadimplência e garantindo a nossa saúde financeira; (e) responder pelo nosso controle do fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos, visando maximizar o resultado financeiro, dentro dos níveis de risco por nós aceitos; (f) realizar estudos de viabilidade de investimentos em novos negócios, fusões e aquisições, com o objetivo de suportar a tomada de decisões; (g) assegurar a correta aplicação da legislação fiscal, apuração do Imposto de Renda corporativo e suas obrigações acessórias, definindo normas e procedimentos fiscais, visando nos eximir de riscos de natureza tributária; (h) participar das reuniões do comitê executivo para, juntamente com os demais Diretores, tomar decisões e definir estratégias, visando o nosso desenvolvimento e sucesso; (i) garantir que a nossa área de Recursos Humanos desenvolva e implemente ações e programas que promovam a atração, retenção, produtividade e qualificação dos nossos recursos humanos; (j) definir diretrizes do nosso planejamento estratégico, de curto, médio e longo prazos, transmitindo-as aos Diretores para sua implementação, visando garantir os resultados financeiros e mercadológicos estipulados pelo Conselho de Administração; (k) aprovar e garantir o cumprimento do nosso orçamento, acompanhando periodicamente os relatórios, a fim de manter o controle, realizar análises e propor ações, visando ao alcance das metas estabelecidas para a região; (l) garantir que as nossas áreas de Controladoria, Planejamento e Controle e Administração prestem serviços que atendam às necessidades dos clientes internos, supram a organização de informações gerenciais para a tomada de decisões e mantenham as equipes comprometidas para alavancar os nossos negócios; (m) dar diretrizes e acompanhar o orçamento para viabilização de novos projetos; e (n) assegurar a correta gestão dos nossos recursos financeiros, assim como a relação entre ativos e passivos, através da análise do risco de variação do custo do passivo, a fim de garantir a nossa saúde financeira.

Atribuições do Diretor de Marketing:

Compete ao Diretor de Marketing, dentre outras que lhe venham a ser atribuídas: (a) planejar, definir e acompanhar todas as atividades de marketing; (b) definir as estratégias de atuação e posicionamento de cada marca da Companhia relacionada aos seus produtos no que tange a análise de mercado, publicidade, propaganda, desenvolvimento de políticas e programas; (c) planejar e desenvolver produtos que atendam as estratégias das marcas, sejam competitivas e supram as necessidade do mercado; (d) estabelecer padrão de imagem corporativa a fim de melhorar a visibilidade e posição competitiva da companhia; e (e) exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

Atribuições do Diretor Comercial:

Compete ao Diretor Comercial, dentre outras que lhe venham a ser atribuídas: (a) planejar, definir e administrar estratégias comerciais; (b) estabelecer e gerir estruturas de vendas e políticas de relacionamento comercial; (c) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza comercial; (d) elaborar relatórios de natureza comercial e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia; e (e) planejar e executar políticas de gestão em sua área de competência.

Atribuições do Diretor Industrial:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete ao Diretor Industrial, dentre outras que lhe venham a ser atribuídas: (a) planejar e avaliar a operação industrial, envolvendo plantas internas e terceiros; (b) acompanhar as atividades de gestão de produção, práticas de excelência, estratégias e projetos que visam a competitividade industrial e a busca da inovação tecnológica; e (c) outras atividades inerentes ao cargo.

Adicionalmente, compete, também, aos nossos Diretores, além de suas respectivas atribuições, conforme acima descritas, as seguintes funções: (a) exercer as atribuições e os poderes que a lei e este estatuto lhes conferem para assegurar a regular continuidade da Companhia; (b) cumprir e fazer cumprir as deliberações tomadas em assembleias gerais e nas suas reuniões; (c) representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais e/ou estatutárias pertinentes e as deliberações da Assembleia Geral; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgarem úteis e necessários à boa gestão e aperfeiçoamento da prática administrativa da Companhia; (e) manter atualizados os livros e registros contábeis, fiscais e societários exigidos pela lei e os controles gerenciais a serem apresentados quando solicitados; (f) celebrar contratos de acordos estratégicos; e (g) constituir e nomear procuradores em nome da Companhia, para representá-la, desde que acompanhada da assinatura de dois diretores, ou de um diretor e de um procurador com poderes específicos, devendo ser especificado no instrumento os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, exceto a judicial que poderá ser por prazo indeterminado.

Nossa Diretoria não possui regimento interno próprio.

Conselho Fiscal

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Conforme disposto no art. 25 do nosso Estatuto Social, o Conselho Fiscal não é permanente, devendo a Assembleia Geral, quando apresentado pedido pelos acionistas, instalar o Conselho Fiscal, o qual funcionará com a competência, atribuições e deveres definidos em lei, até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir a sua instalação. Neste caso, o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia, e que funcionará no exercício social em que for instalado. As competências do Conselho Fiscal, quando instalado, são aquelas enumeradas no art. 163 da Lei das Sociedades por Ações, quais sejam: (a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (e) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; (h) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

O Conselho Fiscal não possui regimento interno próprio.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições bem como de estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realiza, no mínimo a cada 1 ano, a avaliação formal do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, dos Comitês, do Presidente do Conselho e dos membros da Diretoria Estatutária. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o Conselheiro, Presidente do Conselho ou membro da Diretoria Estatutária, que estiver na função por, pelo menos, 2 reuniões ordinárias desde a última avaliação.

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho e é facultativa a utilização de assessoria externa especializada. As auto avaliações dos membros do Conselho de Administração serão enviadas em prazo a ser comunicado pelo Presidente do Conselho. A avaliação do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, dos Comitês, do Presidente do Conselho e do Diretor Presidente ocorrerá em reunião do conselho de administração, devendo ser lavrada ata e divulgada apenas nos termos do item (iii).

Já o Comitê de Auditoria deverá realizar, no mínimo a cada 1 ano, a sua auto avaliação e seu processo de funcionamento e a avaliação individual de seus membros.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro do Comitê de Auditoria que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

O processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do Comitê de Auditoria. Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do Comitê e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, Coordenador do Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração.

Os demais membros da Diretoria são avaliados anualmente, considerando o desempenho individual de cada um dos Diretores e o atingimento de metas de desempenho da Companhia, o qual é avaliado considerando a Diretoria como um todo. Para mais informações sobre os mecanismos de avaliação e remuneração variável a ser paga aos Diretores, vide item 13.1 deste Formulário de Referência.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: auto avaliação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, avaliação do próprio Conselho de Administração e Diretoria como órgão colegiado, do Presidente do Conselho e dos Comitês por seus membros.

Os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração, do Diretor Presidente e do Comitê de Auditoria são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções.

A avaliação da Diretoria se baseia no atingimento de metas de desempenho da Companhia e no desempenho individual. Os indicadores utilizados pela Companhia para aferir o desempenho, no que diz respeito às parcelas variáveis da remuneração, se baseiam em: (a) EBITDA; e (b) receita líquida. Referente à performance individual dos Diretores, os indicadores utilizados se baseiam, na iniciativa de referido Diretor, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal e trabalho em equipe. O Diretor Presidente é avaliado pelo Conselho de Administração e os demais Diretores são avaliados pelo Diretor Presidente em conjunto com o Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Destacamos que, visando a aproximar-se ao máximo da realidade e de um procedimento de avaliação que seja especializado, são levadas em consideração as características e responsabilidades específicas de cada órgão e de cada avaliado.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho de Administração, dos Conselheiros e dos Diretores serão divulgados a todos os membros do Conselho.

Os resultados das avaliações individuais dos Conselheiros e Diretores são disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho, sendo que os resultados das avaliações do Presidente do Conselho e do Diretor Presidente serão também disponibilizados a todos, como forma de fiscalização e estímulo aos demais membros do Conselho de Administração.

Esses resultados são utilizados por nós para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser melhorados em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como dos órgãos como colegiados.

Para propiciar o endereçamento dos pontos identificados acima, os resultados das avaliações de cada Conselheiro, de cada Diretor e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais. Para assegurar isso, a avaliação deverá ser realizada ao menos uma vez durante a vigência do mandato do Conselheiro.

Já em relação ao Comitê de Auditoria, os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do Comitê e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, Coordenador do Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não contratamos serviços de consultoria ou assessoria externos para auxiliar no procedimento de avaliação dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, conforme aplicável.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.2 Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) Prazos de convocação

A Assembleia Geral Ordinária ("AGO") é realizada, anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do nosso exercício social e a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") sempre que assim exigirem os nossos interesses ou nas hipóteses previstas em lei, sendo que a AGO e a AGE poderão ser, cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

A Lei das Sociedades por Ações determina que todas as Assembleias Gerais sejam convocadas mediante anúncio publicado, no mínimo, três vezes. Conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, para companhias abertas a primeira convocação da Assembleia Geral deve ser realizada com, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da data de sua realização, e a segunda convocação realizada com 08 (oito) dias de antecedência. Contudo, a CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a companhia: (i) aumentar, para até 30 (trinta) dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (ii) interromper, por até 15 (quinze) dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.

(b) Competências

Compete exclusivamente aos nossos acionistas, reunidos em Assembleia Geral, nos termos do nosso Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre as seguintes matérias: (a) reforma do Estatuto Social; (b) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação, eleição e destituição dos liquidantes e julgar as nossas contas; (c) solicitação de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou pedido de autofalência e/ou decisão sobre a forma de exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais ou de nossas sociedades controladas que trate de solicitação de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de autofalência; (d) aprovação de contas e propostas apresentadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração; (e) eleição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal; (f) fixação da remuneração global anual dos nossos administradores; (g)aprovação dos planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle; e (h) análise da necessidade de realização de Oferta Pública para saída voluntária do Novo Mercado, conforme disposto no artigo 27 do nosso Estatuto Social.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à Assembleia Geral estarão disponíveis para análise dos acionistas, na Rua Marcílio Dias, nº 10, Centro, CEP: 89.868-000, cidade de Saudades, Estado de Santa Catarina, e no nosso *website* ri.grupodass.com.br.

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

Qualquer potencial ou real conflito de interesses é reportado à nossa Direção, que avaliará a situação por meio de análise do objeto e contrapartes do contrato.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como nosso administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que tiver interesse conflitante com a Companhia. A lei dispõe, ainda, vedação ao administrador em intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com os nossos, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

com a Companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos administradores que também forem nossos acionistas, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com os nossos. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com os nossos é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para nós as vantagens que tiver auferido.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não possuímos regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais. Segundo a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores, constituído há menos de um ano, que seja nosso acionista, administrador ou advogado. Em companhias abertas, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos. Adicionalmente, nos termos do nosso Estatuto Social, os membros do Conselho de Administração poderão ser representados nas reuniões do Conselho de Administração, por outro membro nomeado por procuração específica para esse fim.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja nosso acionista, administrador ou advogado; na companhia aberta, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Nas Assembleias Gerais da Companhia, o procurador deverá estar munido de documentação que comprove sua legitimidade, qual seja:

Procurador de acionista pessoa física:

i. documento de identidade válido com foto do procurador;

ii. procuração, constituída há menos de 1 (um) ano, com poderes especiais do representado, com firma reconhecida em cartório (original ou cópia autenticada), devendo o procurador ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou representante legal de instituição financeira;

iii. cópia de extrato emitido com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral pela instituição financeira depositária, contendo a respectiva participação acionária.

Procurador de acionista pessoa jurídica:

i. documento de identidade válido com foto do procurador;

ii. procuração, constituída há menos de 1 (um) ano, contendo todos os elementos informativos necessários ao exercício do voto pedido, com firma reconhecida em cartório (original ou cópia autenticada);

iii. cópia do estatuto social ou do contrato social, atualizado e dos demais atos que investem o outorgante de poderes bastantes para a outorga da procuração;

iv. cópia de extrato emitido com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral pela instituição financeira depositária, contendo a respectiva participação acionária.

Fundos de investimento:

i. documento de identidade válido com foto do procurador;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

ii. procuração, constituída há menos de 1 (um) ano, contendo todos os elementos informativos necessários ao exercício do voto pedido, com firma reconhecida em cartório (original ou cópia autenticada);

iii. cópia do regulamento atualizado do fundo de investimento, estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, os demais atos que investem o outorgante de poderes bastantes para a outorga da procuração;

iv. cópia de extrato emitido com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral pela instituição financeira depositária, contendo a respectiva participação acionária.

Solicitamos que os acionistas representados por procuradores enviem por correspondência à sede da Companhia ou por e-mail, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, os documentos acima elencados, conforme abaixo:

Por correspondência:

A/C: Sr. João Batista da Silva

Rua Albino Kern, 1640 – Sete de Setembro – Ivoti – Rio Grande do Sul – Brasil – 93900-000

Por e-mail

A/C: Sr. João Batista da Silva

ri@grupodass.com.br

Assunto: [Nome do Acionista] – Procuração – Assembleia Geral [data de realização]

Frisamos, no entanto, que sem prejuízo do disposto acima, o acionista, o procurador ou representante legal que comparecer à assembleia munido dos documentos referidos acima, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Não exigimos tradução juramentada de documentos originalmente lavrados em português, inglês ou espanhol.

Para os demais idiomas, exigimos o reconhecimento de firma, notarização, apostilamento e tradução juramentada dos documentos de representação dos acionistas.

Não admitimos procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à Distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à nossa sede, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores:

(i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado; e

(ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

Pessoas físicas:

- documento de identidade válido com foto do acionista;

Para pessoas jurídicas:

- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e

- documento de identidade válido com foto do representante legal.

Fundos de investimento:

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- último regulamento consolidado do fundo;

- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e

- documento de identidade válido com foto do representante legal.

Não exigiremos a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução para a língua portuguesa. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade válidos, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

Os acionistas poderão enviar os respectivos boletins de voto a distância para o endereço eletrônico: ri@grupodass.com.br

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Nos termos do art. 21-L da ICVM 481/09, é facultado aos acionistas a inclusão nos boletins de voto à distância disponibilizados por ocasião de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias (a) candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia; e (b) propostas de deliberação. A inclusão de candidatos e propostas deverá observar os percentuais do capital social previstos, respectivamente, nos Anexos 21-L-I e 21-L-II, da ICVM 481/09, com base no capital social da Companhia informado no item 17.1d este Formulário de Referência.

A solicitação de inclusão deverá ser enviada, por escrito, por meio de correspondência ao endereço: Rua Albino Kern, 1640 – Sete de Setembro – Ivoti – Rio Grande do Sul – Brasil – 93900-000, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, A/C: Departamento de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico ri@grupodass.com.br nos prazos previstos no artigo 21-L, § 1º, inc. I e II da ICVM 481/09.

A Companhia comunicará ao acionista em até 3 (três) dias úteis do recebimento das propostas se as solicitações de inclusão são suficientes ou não para constarem no boletim de voto a distância a ser divulgado pela Companhia.

(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não mantemos fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso estes prestem esse tipo de serviço.

Os acionistas poderão também realizar a transmissão de suas instruções de voto ao escriturador das ações da Companhia.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.3 Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, quatro vezes por ano, trimestralmente, e extraordinariamente, sempre que o interesse social assim exigir. As reuniões do Conselho de Administração são convocadas com no mínimo três dias de antecedência, através de correspondência com aviso de recebimento, telegrama, fac-símile ou correio eletrônico que permita a comprovação do recebimento, e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Independentemente das formalidades de convocação, são consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração por si ou representados por outro membro do Conselho de Administração nomeado por procuração específica para esse fim.

Nos termos do Estatuto Social, as reuniões do Conselho de Administração são validamente instaladas com à presença da maioria dos membros em exercício. As deliberações são tomadas mediante voto favorável da maioria dos membros em exercício, sendo que, no caso de empate, cabe ao Presidente, além do seu voto pessoal, o voto de qualidade (desempate).

Os conselheiros podem, ainda, participar de tais reuniões por intermédio de conferência telefônica ou videoconferência, sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente por carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado logo após o término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o Presidente fica investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do referido conselheiro.

Embora nosso estatuto social preveja que o Conselho de Administração se reunirá 4 vezes ao ano, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração reuniu-se 3 vezes, sendo todas as reuniões ordinárias. Tal fato ocorreu, pois, em 27 de abril de 2017, ocorreu tanto (i) a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, na qual deliberou-se, dentre outros, a aprovação das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; quanto (ii) a Reunião do Conselho de Administração da Companhia, na qual deliberou-se, dentre outros, pela aprovação das informações financeiras trimestrais, referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2017. Dessa forma, entendeu-se desnecessária a realização de nova Reunião de Conselho de Administração.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam **restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**

Não aplicável, pois não possuímos acordo de acionistas.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não adotamos um mecanismo específico para identificação e administração de conflitos de interesses, aplicando à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Indicação de membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2018 e está disponível para consulta no nosso *website*: ri.grupodass.com.br

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Critérios para Indicação dos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é um órgão colegiado, cujo desempenho depende do respeito e da compreensão das características de cada um de seus membros, sem que isso implique ausência de debates de ideias. Deve ser composto considerando a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e de gênero para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) deles, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado da B3, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º, na hipótese de haver acionista controlador.

A indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia:

(i) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia e seu Código de Conduta;

(ii) reputação ilibada;

(iii) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social e Regimento Interno do referido órgão;

(iv) experiência profissional em temas diversificados;

(v) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e

(vi) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

Além do disposto acima, o cargo de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente, ou principal executivo da Companhia, não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Procedimento para Indicação dos Membros do Conselho de Administração

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e observando as regras estabelecidas na Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária, aprovada em 21 de fevereiro de 2018, em reunião do Conselho de Administração da Companhia ("Política de Indicação").

O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos, a partir do primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de sua realização, no caso de assembleia geral ordinária; ou a partir do primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia, no caso de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.

Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 ("Instrução CVM 367"), o acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração deverá apresentar, no mesmo ato:

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da Instrução CVM 367, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas;
(ii) currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias e o atendimento aos requisitos do item 2.4 da Política de Indicação;
(iii) as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência, conforme disposto pela ICVM 481/2009 (com a redação dada pelo Anexo A da Instrução ICVM 552/2014); e
(iv) a proposta de reeleição dos conselheiros deverá ser baseada nas suas avaliações individuais anuais.

O cumprimento dos requisitos estabelecidos nos itens 2.3, 2.4 e 2.8 da Política de Indicação, assim como, quando aplicável, dos requisitos para enquadramento dos candidatos como conselheiros independentes, será verificado pelo Comitê de Auditoria, que auxiliará o Conselho de Administração na preparação da manifestação exigida pelo parágrafo único do artigo 25 do Regulamento do Novo Mercado. A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia será realizada conforme previsto no Estatuto Social e na legislação aplicável.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4 Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do nosso Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal (quando instalado), efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n° 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
João Batista da Silva	20/03/1959	Pertence apenas à Diretoria	30/10/2012	21/02/2020	3
265.714.550-72	Administrador	19 - Outros Diretores	21/02/2018	Sim	0.00%
		Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores			
João Henrique Hoppe	02/02/1973	Pertence apenas à Diretoria	21/02/2018	21/02/2020	0
655.308.020-87	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	21/02/2018	Sim	0.00%
Henrique Hermes	18/02/1990	Pertence apenas à Diretoria	21/02/2018	21/02/2020	0
072.273.949-48	Administrador	19 - Outros Diretores	21/02/2018	Sim	0.00%
		Diretor de Marketing			
Armin Volker Knab	26/01/1944	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/10/2012	20/02/2020	3
362.660.867-00	Comerciante	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	21/02/2018	Sim	100.00%
Waldemar Antonio Schmitz	28/04/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/10/2012	20/02/2020	3
182.757.619-72	Empresário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	21/02/2018	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria (não estatutário)					
Vilson Hermes	02/06/1958	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/10/2012	20/02/2020	3
220.261.429-04	Industrial	39 - Outros Conselheiros / Diretores	21/02/2018	Sim	100.00%
Diretor Comercial		Presidente do Conselho de Administração			

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

João Batista da Silva - 265.714.550-72

O Sr. João atua na indústria de consumo nos últimos 27 anos, dos quais 18 destes na Dass. Possui 6 anos de experiência em inovações imobiliárias e é formado em Administração de Empresas pela Universidade Feevale e Filosofia pela Universidade Luterana do Brasil.

O Sr. João não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. João declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

João Henrique Hoppe - 655.308.020-87

O Sr. João Henrique iniciou sua carreira na Phillip Morris como engenheiro de manutenção (1997-1998), trabalhou na Souza Cruz S/A como supervisor de produção (1998-2000), sendo que desde 2000 atua na área de operações do segmento de confecções e calçados e, desde 2002, atua na gestão do segmento de Private Label, presente na Dass há 18 anos. É formado em Engenharia Elétrica pela Unicamp, possui MBA executivo pela São Paulo Business School, com passagem pela Rotman em Toronto, e pós-graduação em economia empresarial pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. O Sr. João Henrique ocupou o cargo de Diretor de Operações e Private Label do Grupo Dass de 2002 a 2018 e atualmente exerce o cargo de diretor presidente. O Sr. João Henrique não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. João Henrique declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Henrique Hermes - 072.273.949-48

O Sr. Henrique possui um histórico profissional focado em marketing, desenvolvimento de produto e inovação, e compõe o quadro de executivo do grupo Dass desde 2012. Com formação em Administração, com ênfase em Marketing e Publicidade pela pela Portland State University, tendo estudado sobre produtos e inovação de serviços. O Sr. Henrique não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.O Sr. Henrique declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Armin Volker Knab - 362.660.867-00

O Sr. Armin é formado em Administração e Negócios pela College of Economics Fürth – Alemanha.

O Sr. Armin é alemão com visto brasileiro permanente, trabalhou na Adidas Alemanha de 1969 a 1973. É Fundador da Adidas do Brasil, tendo ocupado a posição de CEO da Adidas Brasil e América Latina de 1973 a 1990. Participou de diversas empresas como American Fashion, Vulcabrás, Puma do Brasil e é membro do Conselho de Administração do Grupo Dass desde sua fundação.

O Sr. Armin atualmente não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Armin declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.
O Sr. Armin é membro independente do Conselho de Administração e declara que (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não exerce voto em reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionista, que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o 2° grau, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de seu controlador; (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou de seu controlador; (v) não possui relações comerciais com a Companhia, seu controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (vi) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seu controlador que tenha poder decisório na condução das atividades de referida sociedade ou entidade; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia, de seu controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de Comitês da Companhia, de seu controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

469

Waldemar Antonio Schmitz - 182.757.619-72

O Sr. Waldemar é formado Técnico de Contabilidade.

O Sr. Waldemar é empresário do ramo de indústria moveleira e agronegócios, corretor de Imóveis desde 1977. O Sr Waldemar também atua como Vice-Presidente da FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina), órgão de apoio ao setor e vice-presidente do SIMOVALE – Sindicato Patronal das Indústrias Moveleiras do Oeste, além de ser sócio fundador da ACIP – Associação Comercial e Industrial de Pinhalzinho, Santa Catarina. É integrante do Conselho de Administração do Grupo Dass desde junho de 2010. O Sr. Waldemar não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Waldemar não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Waldemar declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

O Sr. Waldemar é membro independente do Conselho de Administração declara que (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não exerce voto em reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionista, que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o 2° grau, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de seu controlador; (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou de seu controlador; (v) não possui relações comerciais com a Companhia, seu controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (vi) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seu controlador que tenha poder decisório na condução das atividades de referida sociedade ou entidade; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia, de seu controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de Comitês da Companhia, de seu controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

Vilson Hermes - 220.261.429-04

O Sr. Vilson é formado Técnico de Contabilidade.

O Sr. Vilson é fundador da Clássico Indústria Ltda. em 1980, uma empresa voltada para a fabricação de shorts esportivos e, em 2003, comprou a Dilly Nordeste S.A., criando a Dass. Em 2010, se tornou o acionista controlador da empresa. O Sr. Vilson não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Vilson declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	**Descrição outros comitês**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data de nascimento**	**Data posse**	**Número de Mandatos Consecutivos**	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Jorge Cristiano Gomes	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	21/02/2018	30/04/2019	100.00%
245.026.699-20			17/06/1955	21/02/2018	0	
Luiz Gonçalves de Oliveira Junior	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	21/02/2018	30/04/2019	100.00%
027.597.329-83			02/12/1977	21/02/2018	0	
Waldemar Antonio Schmitz	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Empresário	21/02/2018	30/04/2019	100.00%
182.757.619-72			28/04/1955	21/02/2018	0	
1° Vice-Presidente do Conselho de Administração						

471

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Jorge Cristiano Gomes - 245.026.699-20

O Sr. Jorge é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduado em Controladoria, com enforque em Análise Tributária, pela Uri – Campus de Erexim; Pós-Graduado em Contabilidade Gerencial e Auditoria de Gestão, com enfoque em Contabilidade e Planejamento Tributário e Auditoria, pela Unoesc – Universidade do Oeste de Santa Catarina; Pós-Graduado em Controladoria, com enfoque em Contabilidade Avançada e Auditoria das Demonstrações Financeiras em face às mudanças das Normas Internacionais –IFRS, pela Unoesc – Universidade do Oeste de Santa Catarina. Mestre em controladoria e Ciências Contábeis, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Atualmente é Sócio Diretor da Poli-Aud Assessoria Contábil S/S e Audibanco Auditores Independentes S/S, especializada no ramo de consultoria, envolvendo as áreas: contábil, societária, tributária, incluindo planejamento tributário e reorganização societária (fusão, incorporação e cisão) e auditoria externa.

O Sr. Jorge declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Luiz Gonçalves de Oliveira Junior - 027.597.329-83

O Sr. Luiz é formado em Contabilidade pela Faculdade Católica de Administração e Economia – FAE-PR. Especialista em Auditoria e Gestão Tributária pela FURB – Universidade de Blumenau – Santa Catarina.

O Sr. Luiz possui mais de 20 anos de experiência em contabilidade, assessoria tributaria e auditoria independente, iniciando a carreira de consultor na Informações Objetivas – IOB Thompson e na sequência na Informare Editora de Informações Periódicas Ltda. como consultor de tributos indiretos (IPI, ICVMS e ISS), desde 2003 na área de auditoria, iniciou como auditor assistente, supervisor, gerente e sócio da Martinelli Auditores, prestando serviços de auditoria e consultoria em empresas multinacionais e nacionais de grande porte, de vários seguimentos, tais como o financeiro, indústria, comércio, serviços, cooperativismo etc.

Atualmente é um dos sócios fundadores da Guimarães e Gonçalves Auditoria e Consultoria Empresarial SS, conhecida como RL Solutions Auditores e Consultores Associados.

O Sr. Luiz declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Waldemar Antonio Schmitz - 182.757.619-72

O Sr. Waldemar é formado Técnico de Contabilidade.

O Sr. Waldemar é empresário do ramo de indústria moveleira e agronegócios, corretor de Imóveis desde 1977 e Vice-Presidente da FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina) desde 2011, órgão de apoio ao setor. É integrante do Conselho de Administração do Grupo Dass desde junho de 2010. O Sr. Waldemar não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Waldemar declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

O Sr. Waldemar é membro independente do Conselho de Administração declara que (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não exerce voto em reuniões do Conselho de Administração vinculado por acordo de acionista, que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o 2° grau, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de seu controlador; (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou de seu controlador; (v) não possui relações comerciais com a Companhia, seu controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum; (vi) não ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com seu controlador que tenha poder decisório na condução das atividades de referida sociedade ou entidade; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia, de seu controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de Comitês da Companhia, de seu controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Vilson Hermes	220.261.429-04	Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.	01.287.588/0001-79	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial				
Pessoa relacionada				
Henrique Hermes	072.273.949-48	Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.	01.287.588/0001-79	
Diretor de Marketing				
Observação				
O Sr. Vilson Hermes, eleito para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. é pai do Sr. Henrique Hermes, eleito para ocupar o cargo de Diretor de Marketing na Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.				
Administrador do emissor ou controlada				
Vilson Hermes	220.261.429-04	Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.	01.287.588/0001-79	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial				
Pessoa relacionada				
Darcisio Kasper	477.000.509-10	Dass Eldorado SRL		
Gerente Geral				
Observação				
O Sr. Vilson Hermes, eleito para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial da Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. é cunhado do Sr. Darcisio Kasper, gerente geral da Dass Eldorado SRL				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2017			
Administrador do Emissor			
Vilson Hermes	220.261.429-04	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	04.630.765/0001-66		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Batista da Silva	265.714.550-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	04.630.765/0001-66		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Vilson Hermes	220.261.429-04	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Fonthe Nordeste Indústria de Calçados Ltda.	06.004.476/0001-87		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
João Batista da Silva	265.714.550-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Fonthe Nordeste Indústria de Calçados Ltda.	06.004.476/0001-87		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Vilson Hermes	220.261.429-04	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	04.546.323/0001-36		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Batista da Silva	265.714.550-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	04.546.323/0001-36		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Vilson Hermes	220.261.429-04	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Gravasul Projetos e Matrizes de Solados Ltda.	90.333.063/0001-52		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Batista da Silva	265.714.550-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Dass Suarez S.A.			
Diretor Titular			
Observação			

476

Exercício Social 31/12/2016

Administrador do Emissor			
Vilson Hermes	220.261.429-04	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	04.630.765/0001-66		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Batista da Silva	265.714.550-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	04.630.765/0001-66		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Vilson Hermes	220.261.429-04	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Fonthe Nordeste Indústria de Calçados Ltda.	06.004.476/0001-87		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Batista da Silva	265.714.550-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Fonthe Nordeste Indústria de Calçados Ltda.	06.004.476/0001-87		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Vilson Hermes	220.261.429-04	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	04.546.323/0001-36		
Diretor			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
João Batista da Silva	265.714.550-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	04.546.323/0001-36		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Vilson Hermes	220.261.429-04	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Gravasul Projetos e Matrizes de Solados Ltda.	90.333.063/0001-52		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Batista da Silva	265.714.550-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Dass Suarez S.A.			
Diretor Titular			
Observação			

478

Exercício Social 31/12/2015

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Vilson Hermes	220.261.429-04	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	04.630.765/0001-66		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Batista da Silva	265.714.550-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Ranee Indústria e Comércio Ltda.	04.630.765/0001-66		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Vilson Hermes	220.261.429-04	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Fonthe Nordeste Indústria de Calçados Ltda.	06.004.476/0001-87		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Batista da Silva	265.714.550-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Fonthe Nordeste Indústria de Calçados Ltda.	06.004.476/0001-87		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Vilson Hermes	220.261.429-04	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	04.546.323/0001-36		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
João Batista da Silva	265.714.550-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores			
Pessoa Relacionada			
Anvel Comércio de Artigos Esportivos Ltda.	04.546.323/0001-36		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Vilson Hermes	220.261.429-04	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial			
Pessoa Relacionada			
Gravasul Projetos e Matrizes de Solados Ltda.	90.333.063/0001-52		
Diretor			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

481

12.11 Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Temos em vigor, até 20 de abril de 2018, apólice de seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores ("Apólice D&O"), que garante o pagamento de eventuais perdas decorrentes de reclamação feita por terceiros e devidas pelos conselheiros ou diretores da Companhia ou de suas subsidiárias ou controladas, ou por empregados atuando em nome da Companhia ou de suas subsidiárias ou controladas, exercendo função gerencial ou de supervisão e observados os demais requisitos previstos na Apólice D&O, desde que o acontecimento (i) tenha ocorrido durante a vigência da Apólice D&O ou no período de retroatividade; e (ii) seja decorrente de atos danosos cobertos, isto é, qualquer ação ou omissão, negligência, imprudência, imperícia, declaração enganosa, falha nos deveres de informar, diligência, lealdade ou de finalidade das atribuições e desvio de poder, efetiva, alegada ou tentada de um dos segurados, ou qualquer outra alegação realizada contra um dos segurados exclusivamente por ser investida em tal cargo.

O limite máximo de garantia desta apólice é de R$ 10 milhões e o valor do seu prêmio líquido foi de R$ 13.366,67.

A Companhia declara que, na data deste Formulário de Referência, não celebrou qualquer prestação de compromisso de indenidade com seus administradores.

A Companhia entende ser do seu melhor interesse a contratação de cobertura securitária para pagamento ou reembolso das quantias devidas ou pagas a terceiros a título de custos de defesa e indenizações em decorrência de acordos celebrados na esfera administrativa no âmbito de reclamações contra seus administradores, visto que – diante da maior previsibilidade quanto às consequências pessoais a que estejam sujeitos em virtude do exercício de suas atribuições – espera atrair melhores profissionais para os cargos e conferir-lhes maior independência para o exercício de suas funções, dando-lhes os instrumentos necessários à tomada de decisões baseadas no melhor interesse da Companhia.

12.12 Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	27/03/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	20/02/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	17/01/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	03/01/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	17/04/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	28/07/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	01/06/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	29/08/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	19/09/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	23/04/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	25/09/2015	100%	NÃO

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 12.6/12.8 deste Formulário de Referência.

Composição do Conselho de Administração – Conselheiros Independentes

Conforme mencionado no item 12.1 “a” acima, o nosso Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado da B3, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações.

12.12 - Outras informações relevantes

Com exceção das informações acima descritas, não existem outras informações que julgamos relevantes com relação a esta Seção 12.

Práticas de Governança Corporativa

Nós não seguimos um código específico de boas práticas de governança corporativa, mas adotamos boas práticas de mercado e atendemos às exigências do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, que visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos, como, por exemplo: (i) ações que representem, no mínimo, 25% do capital social devem estar em circulação; (ii) vedação à emissão ou manutenção de ações preferenciais e partes beneficiárias; (iii) adesão ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, para a resolução de disputas envolvendo a Companhia e seus acionistas e administradores; e (iv) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da alienação do controle da Companhia.

Os princípios fundamentais de governança corporativa da Companhia estão contemplados em seu Estatuto Social e em normativas internas que complementem os conceitos emanados da lei e das normas que regulam o mercado de valores mobiliários.

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

De acordo com nosso Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações, é de responsabilidade dos nossos acionistas, em AGO, fixar, anualmente, o montante global da remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria, e do Conselho Fiscal, quando instalado. Cabe ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da Diretoria.

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nossa política de remuneração adotada para nossos administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, nossos Diretores estatutários e não estatutários, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2018 e está em linha com as melhores práticas de governança corporativa, e possui como objetivos principais (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e está diretamente ligada ao alinhamento dos interesses dos executivos em questão e dos nossos acionistas.

No caso dos nossos Diretores, a existência da prática de remuneração variável permite o compartilhamento do nosso risco e do nosso resultado com seus principais executivos, característica de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros e a nossa perpetuidade.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do nosso Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com o padrão de mercado e visa a atração e retenção de profissionais que agreguem para os nossos resultados.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria fazem jus a remuneração fixa e variável, sendo a parcela relativa à remuneração fixa estabelecida de acordo com o padrão de mercado e visando atrair e reter profissionais que agreguem para os nossos resultados. Os membros da Diretoria possuem a mesma remuneração. Já a parcela variável compreende o pagamento de bônus com base em nosso desempenho no exercício social e busca alinhar nossas estratégias de crescimento sustentável de curto, médio e longo prazo com os interesses de nossos diretores. Este plano de remuneração variável foi iniciado no exercício social corrente, tendo como sistemática de bonificação dois fatores: receita líquida e crescimento do nosso EBITDA.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A partir do desempenho alcançado medido a partir desses dois indicadores, um fator numérico será gerado, e representará o equivalente ao número de salários mensais a ser pago ao membro da Diretoria a título de bônus.

O parâmetro da receita líquida tem a função de qualificar e retribuir o desempenho na obtenção de mais participação de mercado. As unidades de negócios estão em momentos diferentes quanto à possibilidade de penetração, e esse parâmetro considerado individualmente permite atribuir uma remuneração complementar variável adequada aos resultados obtidos através da gestão de mercado.

O EBITDA tem a função de qualificar o resultado obtido e retribuir a qualidade da gestão dos custos operacionais e a capacidade de precificação alcançada por cada negócio.

Meta de Crescimento: Este índice de crescimento é enquadrado na grade de bônus representada abaixo:

Intervalos de crescimento da receita líquida	Quantidade de bônus
0% até 5%	0,0
>5% até 7,5%	1,5
>7,5% até 10%	2,3
>10% até 15%	3,0
>15% até 20%	3,8
>20% até 30%	4,5
>30%	5,3

A meta do valor do EBITDA também é enquadrada conforme a tabela de bônus abaixo.

Faixas de atendimento da meta	Quantidade de bônus
Até 95%	0,0
>95% até 100%	0,8
>100% até 105%	1,5
>105% até 115%	3,0
>115%	4,5

Conselho Fiscal

Até a presente data, não possuíamos um Conselho Fiscal instalado.

Comitês

Temos instalado o Comitê de Auditoria, eleito recentemente pelo nosso conselho de administração. O Comitê de Auditoria é composto por 3 membros, sendo dois auditores externos e o 1º Vice-Presidente do Conselho de Administração. Os dois auditores externos integrantes do Comitê de Auditoria receberão uma remuneração fixa mensal a ser oportunamente estabelecida pelo Conselho de Administração. O 1° Vice-Presidente do Conselho de Administração não receberá remuneração em função de sua participação no Comitê de Auditoria.

Planos de Opção de Compra de Ações e Participação nos Lucros

Nossa Política de Remuneração prevê a possibilidade de nossos diretores estatutário terem direito à participação no plano de opção de compra de ações, caso seja aprovado por nossos órgãos competentes. Até a presente data, não há nenhum plano de opção de ações aprovado ou em vigor.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Adicionalmente, nosso estatuto social prevê, em seu artigo 30, que, após a realização da dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, será destacado do resultado do exercício, uma participação aos administradores, a ser definida pelo Conselho de Administração e aprovada pela Assembleia Geral, nos termos do § 1º, do Artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações, em montante não superior a 10% (dez por cento) dos lucros remanescentes, a qual não poderá ultrapassar a respectiva remuneração anual, se este limite for menor.

Ressalte-se que os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório, devendo o montante de participação atribuída aos administradores ser rateada entre seus membros, de acordo com o critério estabelecido pelo Conselho de Administração.

Além dos benefícios descritos acima, a Companhia não proporciona a seus administradores nenhum outro benefício de qualquer natureza, direto ou indireto.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total para os exercícios sociais a seguir:

Exercício 2017

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	303.000,00	0,00	0,00	303.000,00
Diretoria Estatutária	55.200,00	0,00	0,00	55.200,00

Exercício 2016

	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	303.000,00	0,00	0,00	303.000,00
Diretoria Estatutária	55.200,00	0,00	0,00	55.200,00

Exercício 2015

	Remuneração fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	303.000,00	0,00	0,00	303.000,00
Diretoria Estatutária	55.200,00	0,00	0,00	55.200,00

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, e atende os limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal (quando instalado).

Os valores da remuneração pagas aos nossos administradores e empregados, são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade em relação à remuneração oferecida por nossos concorrentes e empresas do mesmo segmento e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Adotamos um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela da remuneração nos componentes variáveis, o que é parte de nossa política de compartilhar o risco e o resultado com os nossos principais executivos, gerando incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não temos outros membros não remunerados.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Assim como para todos os nossos empregados, os indicadores de desempenho de nossos administradores compreendem o alcance de metas operacionais e financeiras e o desempenho individual. Em relação à remuneração variável da nossa diretoria estatutária, os principais indicadores que são levados em consideração na definição do valor a ser pago a cada administrador são o EBITDA e a receita líquida da Companhia.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Qualquer mudança nos itens da remuneração está diretamente atrelada à performance individual de cada um dos nossos administradores e empregados, assim como o alcance das metas no período em questão, já que os aumentos salariais, as variações dos múltiplos salariais recebidos como bônus e a quantidade de opções outorgadas estão diretamente ligados ao desempenho demonstrado no período avaliado.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática por nós adotada com relação aos componentes da remuneração total está diretamente alinhada aos nossos interesses de curto, médio e longo prazos:

- Em uma perspectiva de curto prazo, buscamos obter tal alinhamento por meio de salários compatíveis com os valores praticados pelo mercado, acrescidos de bônus relativos ao desempenho no ano corrente.

- A médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de bônus e participação nos nossos resultados a determinados colaboradores.

- A longo prazo, buscamos reter profissionais qualificados com a manutenção da participação nos resultados.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do nosso controle societário

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

A companhia procura praticar os valores de mercado da remuneração de seus conselheiros bem como sua diretoria estatutária, visando sempre a retenção de bons executivos.

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Até o final de 2017 não havia outros órgãos e/ou comitês no processo decisório, somente diretoria e Conselho de Administração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

Para 2018 está prevista a equalização da remuneração fixa. Quanto a variável será de acordo com as metas alcançadas pela(s) áreas ao qual o executivo está ligado

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor anualmente, quando da fixação da remuneração individual da diretoria. Essa avaliação consiste em verificar se a política praticada pela Companhia condiz com as responsabilidades de cada membro da administração, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	4,00		7,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	500.000,00	3.500.000,00		4.000.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Recolhemos o INSS parte do empregador com base na Lei 11.540/2011, com base na desoneração da folha de pagamento, que utiliza como base um percentual sobre o faturamento, motivo pelo qual não é possível precisar os valores devidos a títulos de INSS sobre a remuneração do Conselho de Administração	Recolhemos o INSS parte do empregador com base na Lei 11.540/2011, com base na desoneração da folha de pagamento, que utiliza como base um percentual sobre o faturamento, motivo pelo qual não é possível precisar os valores devidos a títulos de INSS sobre a remuneração da Diretoria Estatutária		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.000.000,00		3.000.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Recolhemos o INSS parte do empregador com base na Lei 11.540/2011, com base na desoneração da folha de pagamento, que utiliza como base um percentual sobre o faturamento, motivo pelo qual não é possível precisar os valores devidos a títulos de INSS sobre a remuneração da Diretoria Estatutária		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.			
Total da remuneração	500.000,00	6.500.000,00		7.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	4,00		8,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00		6,00

Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	303.000,00	55.200,00		358.200,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Recolhemos o INSS parte do empregador com base na Lei 11.540/2011, com base na desoneração da folha de pagamento, que utiliza como base um percentual sobre o faturamento, motivo pelo qual não é possível precisar os valores devidos a títulos de INSS sobre a remuneração do Conselho de Administração	Recolhemos o INSS parte do empregador com base na Lei 11.540/2011, com base na desoneração da folha de pagamento, que utiliza como base um percentual sobre o faturamento, motivo pelo qual não é possível precisar os valores devidos a títulos de INSS sobre a remuneração da Diretoria Estatutária		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	303.000,00	55.200,00		358.200,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	303.000,00	55.200,00		358.200,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas	Recolhemos o INSS parte do empregador com base na Lei 11.540/2011, com base na desoneração da folha de pagamento, que utiliza como base um percentual sobre o faturamento, motivo pelo qual não é possível precisar os valores devidos a títulos de INSS sobre a remuneração do Conselho de Administração	Recolhemos o INSS parte do empregador com base na Lei 11.540/2011, com base na desoneração da folha de pagamento, que utiliza como base um percentual sobre o faturamento, motivo pelo qual não é possível precisar os valores devidos a títulos de INSS sobre a remuneração da Diretoria Estatutária		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	303.000,00	55.200,00		358.200,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	4,00	2,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	303.000,00	55.200,00		358.200,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Recolhemos o INSS parte do empregador com base na Lei 11.540/2011, com base na desoneração da folha de pagamento, que utiliza como base um percentual sobre o faturamento, motivo pelo qual não é possível precisar os valores devidos a títulos de INSS sobre a remuneração do Conselho de Administração	Recolhemos o INSS parte do empregador com base na Lei 11.540/2011, com base na desoneração da folha de pagamento, que utiliza como base um percentual sobre o faturamento, motivo pelo qual não é possível precisar os valores devidos a títulos de INSS sobre a remuneração da Diretoria Estatutária		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00

Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	303.000,00	55.200,00		358.200,00

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2018)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	4	0	7
Nº de membros remunerados	3	4	0	7
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	R$ 3.000.000,00	0,00	R$ 3.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	N/A(1)	0,00	N/A(1)
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00

(1) Tendo em vista que a remuneração variável dos membros da Diretoria está exclusivamente relacionada ao desempenho financeiro da Companhia e considerando que a Companhia não divulga projeções, não é possível estimar o valor referente a remuneração variável a ser recebido pelos membros da Diretora, se houver. Para mais informações sobre os critérios e metodologia de pagamento da remuneração variável aos membros da Diretoria da Companhia, vide item 13.1 deste Formulário de Referência.

Não houve pagamento de remuneração variável aos administradores da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Atualmente, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações. No entanto, estuda-se a implementação de um plano de remuneração baseado em ações, como parte da remuneração variável de nossos administradores.

13.5 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.6 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) Modelo de precificação

Não aplicável, uma vez que até a presente data não possuímos nenhum plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável, uma vez que até a presente data não possuímos nenhum plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, uma vez que até a presente data não possuímos nenhum plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, uma vez que até a presente data não possuímos nenhum plano de remuneração baseado em ações em vigor.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, uma vez que até a presente data não possuímos nenhum plano de remuneração baseado em ações em vigor.

13.9 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Exercício encerrado em 31/12/2017			
Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
87,19%	0,45%	0	87,64%

13.10 Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, uma vez que não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do nosso Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	4,00	2,00	2,00	4,00	4,00	4,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	4,00	4,00	4,00
Valor da maior remuneração(Reais)	36.000,00	36.000,00	36.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	19.200,00	19.200,00	19.200,00	69.000,00	69.000,00	69.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	27.600,00	27.600,00	27.600,00	75.750,00	75.750,00	75.750,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

502

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 13.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Exercício encerrado em 31/12/2017	31,68%	65,22%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2016	31,68%	65,22%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2015	31,68%	65,22%	0,00%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Até 31 de dezembro de 2017, mantínhamos contratos de prestação de serviço com a VHS Consultoria Empresarial Ltda, Rio do Alto – Estratégia e Logística Ltda – EPP, ATH Comércio e Serviços Ltda EPP. e Hermes Participações Ltda., sociedades em que a maioria do capital social é detida por membros da nossa Diretoria.

As contratadas prestavam serviços especializados em marketing e desenvolvimento de produtos, que não se confundem com as atribuições dos sócios das contratadas nos cargos de administração da Companhia.

Nossa administração decidiu rescindir tais contratos, por entender que tais serviços não se faziam mais necessários em nosso atual estágio de desenvolvimento e nível de maturidade, sendo certo que em janeiro de 2018 quitamos todos os valores devidos à referidas sociedades.

Os valores pagos a referidas sociedades a título de prestação de serviço nos últimos 3 (três) exercícios sociais, estão descritos na tabela abaixo:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício encerrado em 31/12/2017	R$ 0,00	R$ 3.005.345,36	R$ 0,00
Exercício encerrado em 31/12/2016	R$ 0,00	R$ 1.626.411,22	R$ 0,00
Exercício encerrado em 31/12/2015	R$ 0,00	R$ 1.321.101,54	R$ 0,00

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não recebem remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas, pelos serviços e funções exercidos para companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 13.

14.1 Descrição dos recursos humanos

14. Recursos humanos

14.1 - Descrições dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	2015			2016			2017		
	OPER	ADM	TOTAL	OPER	ADM	TOTAL	OPER	ADM	TOTAL
SAUDADES-SC DASS SUL	279	113	392	320	114	434	403	131	534
RANEE SÃO CARLOS-SC	123	0	123	114	0	114	137	0	137
RANEE PINHALZINHO-SC	56	0	56	54	0	54	80	0	80
RANEE SAUDADES-SC	66	0	66	25	0	25	32	0	32
RANEE CAMPO ERÊ -SC	214	0	214	218	0	218	377	0	377
V.D.C-BA (CONFECÇÃO)	642	37	679	736	38	774	1205	42	1247
V. AIRES - RS	306	0	306	363	0	363	384	0	384
IVOTI-RS FILIAL	258	65	323	317	65	382	327	73	400
IVOTI-RS FILIAL	5	0	5	5	0	5	5	0	5
IVOTI-RS FILIAL	35	0	35	33	0	33	38	0	38
ITAPIPOCA-CE MATRIZ	2	1	3	2	1	3	2	2	4
ITAPIPOCA-CE FILIAL	1573	45	1618	2440	32	2472	2352	32	2384
STO ESTEVÃO-BA	2228	56	2284	3318	53	3371	3066	69	3135
V.D.C-BA (CALÇADOS)	1610	7	1617	2326	13	2339	2341	16	2357
ITABERABA - BA	737	11	748	1593	12	1605	1445	13	1458
N.HAMBURGO-RS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GRAVASUL	91	2	93	106	2	108	99	2	101
ELDORADO S.R.L – ARGENTINA	1339	15	1354	1293	15	1308	1078	15	1093
CORONEL SUAREZ	0	0	0	1966	0	1966	1168	0	1168
DASS SÃO PAULO	0	84	84	1	80	81	2	81	83
DASS BUENOS AIRES	0	131	131	0	134	134	0	127	127
DASS – PERU	0	6	6	0	5	5	0	5	5
DASS AP – CHINA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DASS – MÉXICO	0	2	2	0	1	1	0	0	0
ANVEL - SAUDADES	0	18	18	0	19	19	0	18	18
ANVEL - IVOTI	0	7	7	0	8	8	0	9	9
ANVEL - ITABERABA	0	6	6	0	5	5	0	5	5
ANVEL - SANTO ESTEVÃO	0	7	7	0	7	7	0	7	7
ANVEL - VDC	0	7	7	0	2	2	0	3	3
ANVEL - VDC	0	2	2	0	3	3	0	3	3
ANVEL - DASS STORE (Itapipoca)	0	3	3	0	5	5	0	6	6
ANVEL - SP	0	6	6	0	0	0	0	0	0
ANVEL - FILA Barra Shopping	0	6	6	0	4	4	0	0	0
ANVEL - Campo Ere	0	5	5	0	4	4	0	5	5
ANVEL - FILA Iguatemi	0	8	8	0	7	7	0	7	7
			10214			15859			15212

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Legenda

OPER - Funcionários dedicados à produção

ADM – Equipe Administrativa, incluindo membros do Conselho de Administração e Diretoria

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A única atividade desempenhada pelos nossos funcionários terceirizados é a fabricação de nossos produtos. O número de funcionários terceirizados e a localização geográfica desses profissionais se encontra na tabela abaixo:

UNIDADE	ATELIER	2015	2016	2017
DASS SUL SAUDADES/SC	FACÇÃO CONF. VESTUÁRIO	176	145	410
DASS SUL VENÂNCIO AIRES/RS	FACÇÃO COSTURA	545	566	578
DASS NORDESTE ITAPIPOCA/CE	FACÇÃO COSTURA	331	420	400
DASS NORDESTE SANTO ESTEVÃO/BA	FACÇÃO COSTURA	167	178	188
		1219	**1309**	**1576**

(c) índice de rotatividade média

O quadro abaixo representa o índice de rotatividade média de nosso quadro funcional.

2015	2016	2017
2,80%	1,79%	2,71%

14.2 Alterações relevantes Recursos humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A política salarial Grupo Dass é baseada nas práticas de mercado de cada região, respeitando rigorosamente a legislação trabalhista vigente e as convenções coletivas do trabalho (CCTs) das categorias. Aplicam-se ainda ajustes espontâneos, levando em consideração o desempenho dos colaboradores e a promoção de cargos, que são avaliados pela gestão imediata e aprovados pela Direção responsável pela área.

Em relação à política de remuneração variável, a exemplo do modelo estabelecido para remuneração da diretoria estatutária, o público elegível, quais sejam, gerentes e coordenadores, analistas e auxiliares das unidades corporativas e comerciais da Companhia, são remunerados através de bônus pelo cumprimento de metas. O bônus das equipes comerciais e administrativas decorre do atingimento das metas de crescimento da receita das unidades de negócio e EBITDA e, no caso das unidades fabris o bônus decorre do atendimento de determinada faixa de custo-minuto (que é a razão entre os custos totais da indústria e os minutos disponíveis para fabricação) e o índice de entregas dos pedidos desta unidade fabril.

(b) política de benefícios

Proporcionamos diferentes benefícios aos nossos colaboradores, organizados de acordo com o nível de responsabilidade e localização regional de cada empregado. Os benefícios concedidos pelo Grupo Dass são assistência médica, assistência odontológica, cesta básica, auxílio transporte, auxílio refeição, seguro de acidentes, cartões de crédito (*GoodCard* e *UtilCard*), auxílio transferência e descontos em lojas do Grupo Dass, conforme descrito abaixo.

- Assistência médica e assistência odontológica: todos os empregados são elegíveis e o custeio é feito integralmente por parte do empregado, exceto na Unidade de São Paulo onde a Companhia custeia integralmente os referidos benefícios para o colaborador.

- Cesta básica: somente os empregados das unidades da Bahia, Venâncio Aires e Itapipoca recebem esse benefício, de acordo com os critérios pré-estabelecidos em acordos coletivos aplicáveis a cada uma das unidades sendo descontado o valor de R$ 0,50 em Venâncio Aires e R$1,00 em Itapipoca. Na unidade de Itapipoca a cesta básica é fornecida a todos os colaboradores da unidade, sendo integralmente custeada da companhia.

- Refeição: as unidades da Bahia, Venâncio Aires e Ivoti possuem refeitórios para todos os colaboradores. O custeio é de 80% por parte da companhia e 20% por parte do empregado. Na unidade de São Paulo, a Companhia fornece cartão alimentação no valor diário de R$ 26,00, sendo que o custeio por parte do empregado equivale ao valor de uma refeição e o restante do valor é custeado pela Companhia. Nas unidades de Santa Catarina a Companhia disponibiliza a todos os colaboradores o cartão alimentação e custeia integralmente o benefício.

- Transporte: a Companhia fornece vale transporte ou transporte fretado a todos os colaboradores que dele necessitem, respeitando a legislação vigente. O custeio por parte do beneficiário é equivalente a 6% (seis por cento) de seu salário básico ou vencimento, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens.

- Auxilio creche: é pago ao beneficiário respeitando as regras do acordo coletivo local.

- Seguro de Acidentes Pessoais e Seguro de Vida Internacional: todos os colaboradores do Grupo Dass são beneficiados com o Seguro de Acidentes Pessoais (SAP), sendo custo da companhia de acordo com o salário de cada beneficiário. Para colaboradores transferidos para as unidades da Argentina a companhia fornece Seguro de Vida Internacional.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

- Auxílio transferência: a Companhia paga um auxílio mensal de até R$563,30 para auxiliar o aluguel no caso de transferência de empregados para outro Estado e uma ajuda de custo única de R$6.500,00 para auxiliar a aquisição de móveis e pagamento de despesas relacionadas com a mudança.

- Descontos em lojas da Companhia: todos os colaboradores possuem um desconto de 15% em lojas do Grupo Dass.

- Cartão de crédito: Os colaboradores da unidade de Ivoti têm disponível, após período de experiência, a concessão do cartão de crédito GoodCard. O limite máximo da fatura mensal do cartão é de 20% do salário do colaborador, não podendo ultrapassar R$ 1.200,00, e o seu pagamento é por meio de desconto em folha.

  Os colaboradores das unidades de Saudades e Ranees têm disponível, após período de experiência, a concessão do cartão de crédito UtilCard. O limite máximo da fatura mensal do cartão é de 30% do salário do colaborador e o seu pagamento é por meio de desconto em folha.

Além dos benefícios descritos acima, incentivamos e promovemos a saúde física e mental dos nossos colaboradores, através de programas de qualidade de vida como a ginástica laboral, projetos sociais como grupos de dança, teatro e incentivo ao esporte, escolinha de futebol para filhos de funcionários, o grupo de corrida e voluntariado.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Não possuímos plano de remuneração baseado em ações. Adicionalmente, não há expectativas de implementarmos um plano de remuneração baseado em nossas ações.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.4 Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Os sindicatos com os quais os empregados do Grupo Dass estão vinculados são: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Ivoti, Sindicato dos Trabalhadores no Calçado e Vestuário de Venâncio Aires e Mato Leitão, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Vestuários de Chapecó e Demais Cidades do Oeste SC, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Itapajé, Uruburetama, Umirim e Itapipoca-SINDICAUI, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas de Fabricação, Produção, Montagem e Acabamento de Calçados em Geral dos Municípios de Jequié, Amargosa, Ipiaú, Amélia Rodrigues, Alagoinhas, Camaçari, Conceição do Coité, Conceição da Feira, Cruz das Almas, Itaberaba, Rui Barbosa, Santo Antônio de Jesus, Salvador, Serrinha, Simões Filho, Santo Estevão, Terra Nova, Valente, Vitória da Conquista-SINTRACAL, Sindicato dos Empregados no Comércio de Chapecó, Sindicato dos Empregados no Comércio de Novo Hamburgo, Sindicato dos Empregados no Comércio em Vitória da Conquista – Bahia, Sindicato dos Empregados no Comércio de Itaberaba e Região, Sindicato dos Empregados no Comércio de Jaquaquara e Santo Estevão, Federação dos Trab. Empregados no Comércio e serviços no Estado do Ceará, Sindicato dos Empregados no Comércio do Estremo Oeste – SC, Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre, Sindicato Empregados Ag. Aut. Com. Emp. Ass P If Pq Emp Serv Cont no Estado SP, Federação Trab. Ind. Fiação e Tecelagem do RS, Sindicato dos Trab. Nas Ind. Metalúrgicas, Mecânica e Mat. Elétrico de Novo Hamburgo e Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado RS.

A Companhia sempre manteve um bom relacionamento com os sindicatos que representam os seus colaboradores, o que faz com que haja uma relação positiva e produtiva entre as partes.

As negociações entre a Companhia e os Sindicatos são conduzidas pelas nossas áreas de recursos humanos e jurídica, objetivando a tomada de decisões de forma justa e consensual.

Em 28 de abril de 2017, os empregados do Grupo Dass foram convocados pelos sindicatos para realização de paralisação contra as propostas de reformas trabalhista e previdenciária. A paralisação durou poucas horas e envolveu um total de 618 (seiscentos e dezoito) empregados, o que representa, aproximadamente, 24% do quadro total de empregados na época. A paralisação ocorreu dentro da normalidade e de forma pacífica, não gerando qualquer prejuízo ou impacto financeiro relevante para a Companhia.

Com exceção da paralisação acima mencionada, não ocorreram quaisquer outros movimentos paredistas envolvendo colaboradores do Grupo Dass nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

14.5 Outras informações relevantes

14.5 – Outras informações relevantes – Recursos Humanos

Não há outras informações relevantes com relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Vilson Hermes					
220.261.429-04	Brasileiro-SC	Não	Sim	04/04/2018	
Não					
53.317.746	35,350000%	0	0,000000%	53.317.746	35,350000%
Blu Licenciamentos e Participações S.A.					
07.222.624/0001-00	Brasil-SC	Não	Sim	04/04/2018	
Não					
96.230.742	63,800000%	0	0,000000%	96.230.742	63,800000%
OUTROS					
1.282.572	0,850000%	0	0,000000%	1.282.572	0,850000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
150.831.060	100,000000%	0	0,000000%	150.831.060	100,000000%

516

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Blu Licenciamentos e Participações S.A.				**07.222.624/0001-00**	
Maria Ivete Kasper Hermes					
526.671.119-15	Brasileira-SC	Não	Sim	04/04/2018	
Não					
1.749.681	18,750000	0	0,000000	1.749.681	18,750000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
9.331.631	100,000000	0	0,000000	9.331.631	100,000000
Vilson Hermes					
220.261.429-04	Brasileiro-SC	Não	Sim	04/04/2018	
Não					
7.581.950	81,250000	0	0,000000	7.581.950	81,250000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

517

15.3 - Distribuição de capital

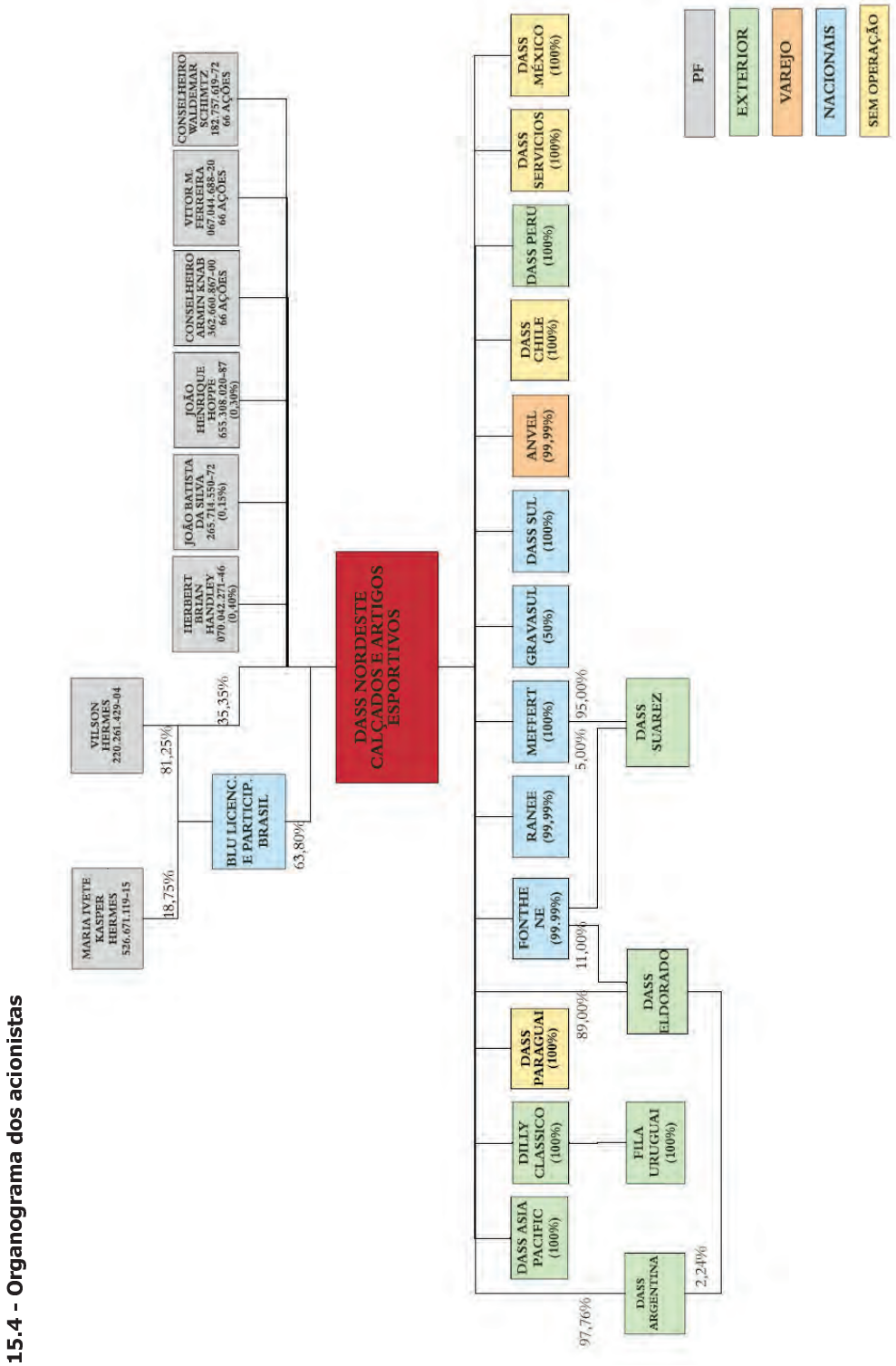
Data da última assembleia / Data da última alteração	20/02/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	7
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15.5 Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

A Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o controlador seja parte.

15.6 Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não foram realizadas alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente.

15.7 Principais operações societárias

15.7 - Principais operações societárias ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Abaixo seguem os principais eventos societários ocorridos, respectivamente, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, envolvendo a Companhia ou nossas controladas ou coligadas, conforme o caso.

Aquisição da Meffert S.A.

<table>
<tr><th>Evento</th><th>Aquisição da totalidade das ações da Meffert S.A.</th></tr>
<tr><td>Principais condições do negócio</td><td>Mediante o “Contrato de Promessa de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças”, firmado em 06 de novembro de 2015.</td></tr>
<tr><td>Partes envolvidas</td><td>Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A. (Compradora)
Vulcabras|Azaléia-CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. (Vendedora)
Vulcabras|Azaléia S.A. (Vendedora)
Vilson Hermes (Garantidor da Compradora)
Pedro Grandene Bartelle (Garantidor das Vendedoras)</td></tr>
<tr><td>Efeitos resultantes da operação no nosso quadro acionário</td><td>A Companhia passou a deter 100% do capital social da Meffert S.A., a qual detém 95% do capital social da Dass Suarez S.A. (anteriormente denominada Vulcabrás Azeléia Argentina S.A.), proprietária da planta de Coronel Suarez. A partir da reestruturação aqui referida, a planta de Coronel Suarez passou, portanto, a integrar o conjunto de unidades fabris da Companhia na Argentina, sendo responsável por grande parte de nossas vendas para o mercado argentino.</td></tr>
<tr><td>Quadro societário antes e depois da operação</td><td>Quadro societário da Meffert S.A. antes da operação:
<table>
<tr><th>Acionistas</th><th>Percentual de Ações</th></tr>
<tr><td>Vulcabras|Azaléia-CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A</td><td>96,04%</td></tr>
<tr><td>Vulcabras|Azaléia S.A.</td><td>3,96%</td></tr>
</table>
Quadro societário da Meffert S.A. depois da operação:
<table>
<tr><th>Acionistas</th><th>Percentual de Ações</th></tr>
<tr><td>Dass Nordeste Calçados e Artigos Esportivos S.A.</td><td>100,00%</td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</td><td>Essa operação não apresentou qualquer impacto que justificasse a aplicação e mecanismos necessários para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.</td></tr>
</table>

15.8 Outras informações relevantes

15.8 - Fornecer outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 15.

16.1 Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial e computadores onde o documento pode ser consultado

A "Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse" ("Política de Partes Relacionadas"), aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 21 de fevereiro de 2018, preza pelas melhores práticas de governança corporativa, revestidas da devida transparência, visando assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas.

Ainda, esta política tem como foco assegurar que as transações com partes relacionadas sejam conduzidas dentro de condições de mercado, observando os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes, quais sejam: (i) competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado); (ii) conformidade (aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); (iii) transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da Companhia); e (iv) equidade (estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros).

Frisa-se que a Política de Partes Relacionadas se aplica à Companhia e às suas controladas, devendo ser observada: (i) pelos acionistas da Companhia e de suas controladas; e (ii) por todos os administradores e suplentes da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos, filhos de seus cônjuges, de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges, de companheiros(as).

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Vilson Hermes	03/11/2015	6.150.000,00	7.570.321,00	N.A.	Até 31 de dezembro de 2018	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlador, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial						
Objeto contrato	Mútuo no valor de R$6.150.000,00						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	O contrato será extinto quando do completo pagamento do mútuo pela mutuária.						
Natureza e razão para a operação	A natureza do contrato é um mútuo e sua razão quando firmado era de fornecer caixa para a Companhia. A taxa de juros é de 118% do CDI por mês.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Vilson Hermes	21/10/2016	3.000.000,00	3.384.000,00	N.A.	Até 31 de dezembro de 2019	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlador, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial						
Objeto contrato	Mútuo no valor de R$3.000.000,00						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	O contrato será extinto quando do completo pagamento do mútuo pela mutuária.						
Natureza e razão para a operação	A natureza do contrato é um mútuo e sua razão quando firmado era de fornecer caixa para a Companhia. A taxa de juros é de 118% do CDI por mês.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Gravasul Projetos e Matrizes de Solados Ltda.	31/12/2017	13.826.504,25	1.119.086,00	N.A.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Compra de matrizes e moldes para a fabricação de calçados.						
Garantia e seguros	Não há.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Compra e venda para suprimento da demanda por matrizes nas fábricas de calçados. Frisa-se que a transação aqui descrita é o resultado da consolidação de diversas operações de mesma natureza, repetidas ao longo do tempo, de modo que a data de 31/12/2017 foi utilizada no campo “data transação” apenas como referência.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Gravasul Projetos e Matrizes de Solados Ltda.	01/05/2005	230.718,64	19.437,00	N.A.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Aluguel de imóveis.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Aluguel de imóvel sito a Rua Independência nº 500 – Novo Hamburgo/RS – Matric. 45738						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Gravasul Projetos e Matrizes de Solados Ltda.	31/12/2017	5.403,00	4.082,50	N.A.	Até 31 de janeiro de 2018.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Venda de artigos esportivos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Venda de artigos esportivos. Frisa-se que a transação aqui descrita é o resultado da consolidação de diversas operações de mesma natureza, repetidas ao longo do tempo, de modo que a data de 31/12/2017 foi utilizada no campo “data transação” apenas como referência.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Gravasul Projetos e Matrizes de Solados Ltda.	31/12/2017	3.126.496,00	140.000,00	N.A.	Até 28 de fevereiro de 2018.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Compra de matrizes e moldes para a fabricação de calçados.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Compra e venda para suprimento da demanda por matrizes nas fábricas de calçados. Frisa-se que a transação aqui descrita é o resultado da consolidação de diversas operações de mesma natureza, repetidas ao longo do tempo, de modo que a data de 31/12/2017 foi utilizada no campo “data transação” apenas como referência.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
P&A Comércio de Vestuário Ltda.	31/12/2017	159.000,00	59.631,00	N.A.	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por irmão do Sr. Vilson Hermes, controlador direto, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial da Companhia.						
Objeto contrato	Venda de artigos esportivos.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Sociedade cliente da Companhia. Frisa-se que a transação aqui descrita é o resultado da consolidação de diversas operações de mesma natureza, repetidas ao longo do tempo, de modo que a data de 31/12/2017 foi utilizada no campo “data transação” apenas como referência.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
OXN Calçados Ltda.	31/12/2017	74.000,00	9.000,00	N.A.	Até 31 de março de 2018.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por irmão do Sr. Vilson Hermes, controlador direto, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial da Companhia.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Venda de artigos esportivos.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Sociedade cliente da Companhia. Frisa-se que a transação aqui descrita é o resultado da consolidação de diversas operações de mesma natureza, repetidas ao longo do tempo, de modo que a data de 31/12/2017 foi utilizada no campo “data transação” apenas como referência.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
ATH Comércio e Serviços Ltda.	31/12/2016	754.000,00	43.000,00	N.A.	Até 31 de dezembro de 2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por membro da Diretoria Estatutária da Companhia						
Objeto contrato	Prestação de serviços especializados na área de consultoria técnica em áreas de suprimento e, logística e planejamento de gestão.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Rescisão mediante notificação prévia de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços especializados na área de consultoria técnica em áreas de suprimento, logística e planejamento de gestão. Frisa-se que a transação aqui descrita é o resultado da consolidação de diversas operações de mesma natureza, repetidas ao longo do tempo, de modo que a data de 31/12/2017 foi utilizada no campo “data transação” apenas como referência.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
ATH Comércio e Serviços Ltda.	02/01/2013	229.000,00	43.000,00	N.A.	Até 31 de dezembro de 2017.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por membro da Diretoria Estatutária da Companhia						
Objeto contrato	Prestação de serviços especializados na área de consultoria técnica em áreas de suprimento e, logística e planejamento de gestão.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Rescisão mediante notificação prévia de 30 dias.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços especializados na área de consultoria técnica em áreas de suprimento, logística e planejamento de gestão. Frisa-se que a transação aqui descrita é o resultado da consolidação de diversas operações de mesma natureza, repetidas ao longo do tempo, de modo que a data de 31/12/2017 foi utilizada no campo “data transação” apenas como referência.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Rio do Alto - Estratégia e Logistíca Ltda.	02/02/2015	918.000,00	55.000,00	N.A.	Até 31 de dezembro de 2017.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte relacionada ao controlador da Companhia						
Objeto contrato	Viabilizar objetivos e resultados através de serviços especializados de assessoria financeira e empresarial						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Rescisão mediante notificação prévia de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	Viabilizar objetivos e resultados através de serviços especializados de assessoria financeira e empresarial.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
VHS Consultoria Empresarial Ltda.	01/10/2015	1.156.000,00	N.A.	N.A.	Até 31 de dezembro de 2017.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte relacionada ao controlador da Companhia						
Objeto contrato	Serviços especializados na área de gestão empresarial, assessoria em marketing e desenvolvimento de produtos.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Rescisão mediante notificação prévia de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	Serviços especializados na área de gestão empresarial, assessoria em marketing e desenvolvimento de produtos.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
VHS Consultoria Empresarial Ltda.	01/10/2015	282.000,00	N.A.	N.A.	Até 31 de dezembro de 2017	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Parte relacionada ao controlador da Companhia						
Objeto contrato	Serviços especializados na área de gestão empresarial, assessoria em marketing e desenvolvimento de produtos.						
Garantia e seguros	Nõ há.						
Rescisão ou extinção	Rescisão mediante notificação prévia de 30 dias.						
Natureza e razão para a operação	Serviços especializados na área de gestão empresarial, assessoria em marketing e desenvolvimento de produtos.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
P&A Comércio de Vestuário Ltda.	31/12/2016	90.000,00	60.369,00	N.A.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por irmão do Sr. Vilson Hermes, controlador direto, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial da Companhia.						
Objeto contrato	Venda de artigos esportivos.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	não há.						
Natureza e razão para a operação	Sociedade cliente da Companhia. Frisa-se que a transação aqui descrita é o resultado da consolidação de diversas operações de mesma natureza, repetidas ao longo do tempo, de modo que a data de 31/12/2016 foi utilizada no campo “data transação” apenas como referência.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
OXN Calçados Ltda.	01/12/2013	-662.000,00	1.090.000,00	N.A.	Até 10 de fevereiro de 2019.	SIM	12,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por irmão do Sr. Vilson Hermes, controlador direto, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial da Companhia.						
Objeto contrato	Novação de dívida						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Sociedade cliente da Companhia. Termo de Novação de Dívida.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
OXN Calçados Ltda.	31/12/2017	185.000,00	1.090,00	N.A.	Até 31 de janeiro de 2018.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por irmão do Sr. Vilson Hermes, controlador direto, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial da Companhia.						
Objeto contrato	Venda de artigos esportivos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Sociedade cliente da Companhia. Frisa-se que a transação aqui descrita é o resultado da consolidação de diversas operações de mesma natureza, repetidas ao longo do tempo, de modo que a data de 31/12/2017 foi utilizada no campo “data transação” apenas como referência.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
OXN Calçados Ltda.	31/12/2017	3.328,00	3.328,00	N.A.	Até 30 de junho de 2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por irmão do Sr. Vilson Hermes, controlador direto, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial da Companhia.						
Objeto contrato	Devolução de venda de artigos esportivos.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Sociedade cliente da Companhia. Frisa-se que a transação aqui descrita é o resultado da consolidação de diversas operações de mesma natureza, repetidas ao longo do tempo, de modo que a data de 31/12/2017 foi utilizada no campo “data transação” apenas como referência.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Hermes Participações S.A.	26/12/2017	9.097.000,00	9.097.000,00	N.A.	Até 26 de junho de 2018.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade Hermes Participações Ltda é holding familiar do Sr. Vilson Hermes, controlador, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial da Companhia.						
Objeto contrato	Alienação, pela Companhia à sociedade Hermes Participações Ltda., de direitos aquisitivos de ativo não ligado a suas operações.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Objetivo foi a alienação de direitos aquisitivos de imóvel não relacionado a atividade da Dass Argentina S.R.L.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Hermes Participações S.A.	26/12/2017	70.000,00	0,00	N.A.	Até 31 de dezembro de 2017.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade Hermes Participações Ltda é holding familiar do Sr. Vilson Hermes, controlador, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial da Companhia.						
Objeto contrato	Serviços especializados na área de gestão empresarial, assessoria em marketing e desenvolvimento de produtos.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Serviços especializados na área de gestão empresarial, assessoria em marketing e desenvolvimento de produtos.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
P&A Comércio de Vestuário Ltda.	31/12/2017	75.071,00	75.071,00	N.A.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade Hermes Participações Ltda é holding familiar do Sr. Vilson Hermes, controlador, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial da Companhia.						
Objeto contrato	Cheques a Receber em função de Venda de artigos esportivos.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Sociedade é cliente da controlada Dass Sul Calçados e Artigos Esportivos S/A. Frisa-se que a transação aqui descrita é o resultado da consolidação de diversas operações de mesma natureza, repetidas ao longo do tempo, de modo que a data de 31/12/2017 foi utilizada no campo “data transação” apenas como referência.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
P&A Comércio de Vestuário Ltda.	31/12/2017	75.230,00	75.230,00	N.A.	Até 15 de abril de 2018.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por irmão do Sr. Vilson Hermes, controlador direto, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Comercial da Companhia.						
Objeto contrato	Cheques a Receber em função de Venda de artigos esportivos.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Sociedade é cliente da Companhia. Frisa-se que a transação aqui descrita é o resultado da consolidação de diversas operações de mesma natureza, repetidas ao longo do tempo, de modo que a data de 31/12/2017 foi utilizada no campo “data transação” apenas como referência.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

533

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

De modo a prevenir que os objetivos pessoais dos administradores da Companhia, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da própria Companhia e de modo a evitar que estes se beneficiem privadamente de qualquer situação promovida pela Companhia, nós buscamos assegurar que as decisões sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia, em especial no que concerne as transações com partes relacionadas.

Desse modo, nas situações em que as transações com partes relacionadas necessitem de aprovação, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. Sendo que a ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e à Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações e os negócios da Companhia com partes relacionadas são realizadas com o intuito de melhorar o seu desempenho e levam sempre em consideração condições equivalentes às que forem estipuladas entre partes independentes.

A Companhia, por meio de sua Diretoria e do Conselho de Administração, conforme o caso, atuará de forma a garantir que toda e qualquer transação com parte relacionada realizada pela Companhia seja formalizada contratualmente, observando os seguintes critérios:

(i) a transação deve estar em condições de mercado ao tempo de sua aprovação;

(ii) devem ser incluídos contratualmente os termos da transação e a finalidade do negócio; e

(iii) as condições da Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse deverão ser integralmente observadas.

Além do exposto acima, as operações com partes relacionadas, desde a deliberação sobre ela até sua efetiva contratação, seguem procedimentos previamente aprovados pelos órgãos decisórios da Companhia.

Ademais, as operações entre a Companhia e suas partes relacionadas são realizadas em condições equivalentes àquelas praticadas no mercado, vigentes à época de cada transação, onde os preços praticados podem variar conforme o tipo de produto que é vendido. Nas transações comerciais realizadas entre as nossas controladas, o prazo médio de pagamento é de 60 dias.

16.4 Outras informações relevantes

16.4 - Outras informações relevantes

Conforme item 16.1 acima, a "Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse" ("Política de Partes Relacionadas") foi aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 21 de fevereiro de 2018. Além dos aspectos principiológicos descritos anteriormente, esta política prevê alçadas e procedimentos específicos para aprovação e para as transações com partes relacionadas.

Nesse sentido, informamos que as transações com partes relacionadas descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência não foram realizadas durante a vigência da Política de Partes Relacionadas. Portanto, as transações realizadas anteriormente à aprovação da Política de Partes Relacionadas podem não atender, total ou parcialmente, aos preceitos nela estabelecidos.

Nós e nossas controladas efetuamos várias operações *intercompany* de vendas, principalmente, de insumos da cadeia produtiva de calçados de forma a suprir as demandas das fábricas do grupo. Também são efetuadas operações de compra e venda de produtos acabados, principalmente, para suprir a necessidade de nossa operação de varejo.

Todas essas operações são eliminadas na disposição do balanço consolidado das demonstrações financeiras.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
20/02/2018	359.077.230,00	Totalmente integralizado	150.831.060	0	150.831.060
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
20/02/2018	359.077.230,00	Totalmente integralizado	150.831.060	0	150.831.060
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
20/02/2018	359.077.230,00		150.831.060	0	150.831.060
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
20/02/2018	1.500.000.000,00		0	0	0

536

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foram realizados aumentos do capital social da Companhia.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
20/02/2018	25.138.510	0	25.138.510	150.831.060	0	150.831.060

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 Outras informações relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 17.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	A parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, II e III, da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório, nos termos do artigo 31 (f) de nosso estatuto social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Os acionistas da Companhia, se forem dissidentes de certas deliberações tomadas em assembleia geral, poderão retirar-se da Companhia, nas hipóteses previstas em lei, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor do patrimônio líquido da Companhia, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos assegurados às ações que não decorram de lei somente poderão ser modificados mediante aprovação em assembleia geral de acionistas.
Outras características relevantes	A Companhia solicitou a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3.

18.2 Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Conforme previsto no artigo 27 do nosso Estatuto Social, a alienação direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18.3 Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O nosso Estatuto Social não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.6 Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários da emissora são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros.

18.10 Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

18.10 – Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde a data de sua constituição.

18.12 Outras infomações relevantes

18.12 - Outras informações relevantes

Com exceção das informações acima descritas, não existem outras informações que julguemos relevantes com relação a este item 18.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não tínhamos valores mobiliários em tesouraria.

19.3 Outras inf. relev. recompra/tesouraria

19.3 - Outras inf. relev. - recompra / tesouraria

Não há outras informações relevantes com relação a este item 19.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**02/04/2018**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	A Companhia, os acionistas controladores, os membros efetivos do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, os conselheiros fiscais, os empregados e demais colaboradores da Companhia que, em decorrência de seu cargo, função ou posição na Companhia, tenham acesso permanente ou eventual a qualquer informação privilegiada, os auditores independentes, os consultores e profissionais de instituições integrantes do sistema de distribuição, que possam ter conhecimento de ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, ou, ainda, membros de quaisquer órgãos da Companhia com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, as sociedades controladas pela Companhia e as pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição no acionista controlador ou nas sociedades controladas ou coligadas, possam ter conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia e que tenha firmado o Termo de Adesão ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação de Valores Mobiliários ("Politica") visa a estabelecer as regras para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, bem como evitar o uso inadequado de Informações Privilegiadas, nos termos da Instrução CVM 358.
A Política pode ser consultada: na Central de Downloads disponível no site de Relações com Investidores da Companhia e no site da CVM: www.cvm.gov.br

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários da Companhia no período de 15 dias anterior à divulgação ou publicação, quando for o caso, das: (i) informações trimestrais da Companhia (ITR); (ii) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP. As restrições previstas no parágrafo acima, não se aplicam na hipótese de plano individual de investimento que atenda aos requisitos previstos na regulamentação aplicável (artigo 15-A, §1º e §2º, da Instrução CVM 358, ou norma superveniente), por meio do qual as pessoas submetidas a esta Política indicam o volume de recursos a serem investidos ou a quantidade de valores mobiliários de emissão da Companhia a serem negociados e o prazo de duração do investimento. As Pessoas Vinculadas também não poderão negociar Valores Mobiliários em período a ser determinado pelo Diretor de Relação com Investidores, compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente, de aumentar o capital social, distribuir resultados, bonificações em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios. O Conselho de Administração não poderá aprovar programa de recompra, que consista na aquisição ou na alienação, pela Companhia, de Valores Mobiliários de sua própria emissão enquanto não forem divulgadas ao público informações relativas à: (a) celebração de qualquer acordo ou contrato para a transferência do controle acionário da Companhia; (b) outorga de opção ou mandato para o fim de transferência do controle acionário da Companhia; ou (c) existência de intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Companhia. Caso, após a aprovação de programa de recompra, ocorra fato que se enquadre em qualquer das três hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com Valores Mobiliários de sua própria emissão até a divulgação do respectivo Ato ou Fato Relevante. Os Ex-Administradores que se afastarem da Administração antes da divulgação pública de Ato ou Fato Relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento ou até que o referido Ato ou Fato Relevante tenha sido divulgado, o que ocorrer por último, observado ainda o disposto no parágrafo abaixo. Se a negociação com os Valores Mobiliários, mesmo após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo da Companhia ou de seus acionistas, os Ex-Administradores não poderão negociar Valores Mobiliários pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses após seu afastamento. As vedações disciplinadas na Política de Negociação também se aplicam às negociações realizadas, direta ou indiretamente, pelas Pessoas Vinculadas nos casos em que estas negociações se deem por intermédio de: (a) sociedade por elas controlada; (b) terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira de valores mobiliários ou de negócio fiduciário (trust); ou (c) qualquer pessoa que tenha tido conhecimento de Informação Privilegiada, por intermédio de qualquer das Pessoas Vinculadas, sabendo que esta ainda não foi divulgada ao mercado. Por fim, é vedado à Companhia e às Pessoas Vinculadas (i) atuar em operações de empréstimo de ações de emissão da Companhia (conhecidas como aluguel de ações); e (ii) contratar opções ou derivativos aos Valores Mobiliários referenciados.

20.2 Outras informações relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 20.

21.1 Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Em conformidade com a Instrução CVM 358, mantemos uma Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a qual foi aprovada por nosso Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018, e que trata da divulgação de ato ou fato relevante e expectativas de desempenho futuro - *guidance*.

Tal Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante tem como objetivo divulgar, de forma adequada, as informações relevantes sobre os nossos negócios, estabelecendo as obrigações e os mecanismos de divulgação destas informações relevantes ao mercado. A nossa Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante foi elaborada nos termos da Instrução CVM 358, mas não a substitui. As Pessoas Vinculadas devem observar todas as regras dispostas na Instrução CVM 358, bem como suas eventuais posteriores alterações.

21.2 Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

De acordo com a nossa Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes, a comunicação de informações relevantes à CVM e a B3, deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente, de forma clara e precisa e em linguagem acessível ao público investidor, os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecidos.

A informação relevante deve ser divulgada ao público por meio do portal de notícias com página na rede mundial de computadores (http://www.portalneo1.net/), bem como disponibilizado simultaneamente: (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net); e (ii) na página da rede mundial de computadores da Companhia, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, às Bolsas de Valores e a outras entidades, conforme aplicável.

A informação constante de Ato ou Fato Relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

A política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes estabelece como responsabilidades do nosso Diretor de Relações com Investidores:

a) divulgar e comunicar por escrito, à CVM, às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que seja considerado Informação Relevante; e

b) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente na CVM e nas Bolsas de Valores e em todos os mercados nos quais tenhamos valores mobiliários admitidos a negociação, assim como ao público investidor em geral.

Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a Informação Relevante deverá ser obrigatoriamente divulgada simultaneamente à CVM, às Bolsas de Valores e ao público investidor em geral.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar uma Informação Relevante deverá comunicá-los imediatamente, por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores.

A nossa Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante estabelece como pessoa vinculada, aquelas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM 358, inclusive nós, nossos acionistas controladores diretos e indiretos, diretores estatutários, membros do nosso Conselho de Administração, do conselho fiscal, quando instalado, e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por nossa disposição estatutária, gerentes e empregados, sociedades controladoras e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais que tenham aderido expressamente à nossa Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e estejam obrigados à observância das regras nela descritas, ou, ainda, qualquer pessoa que, nos termos da Instrução CVM 358, mesmo não tendo aderido à nossa Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, em virtude de seu cargo, função ou posição em nós ocupada, nossos acionistas controladores, e em nossas controladas ou coligadas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de informação privilegiada, as Pessoas Vinculadas deverão entrar em contato com o nosso Diretor de Relações com Investidores a fim de sanar a dúvida.

A nossa Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco o nosso interesse legítimo. A não divulgação deverá ser objeto de decisão dos nossos acionistas controladores ou administradores, conforme o caso. De todo modo, em tais casos excepcionais de não divulgação, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de nossa emissão e, caso constate oscilação atípica ou, ainda, na hipótese de a informação escapar ao controle, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

21.3 Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O nosso Diretor de Relações com Investidores possui a responsabilidade pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante nos envolvendo. Compete, ainda, ao nosso Diretor de Relações com Investidores, zelar pela execução e acompanhamento da nossa Política de Divulgação de Ato e Fatos Relevantes.

21.4 Outras informações relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 21.